configurações

REVISTA DE SOCIOLOGIA
Nº 5/6 | 2009



EXCLUSÕES, PODERES E (SUB) CULTURAS

Edições

Título: CONFIGURAÇÕES 5-6 2009

Director: Manuel Carlos Silva

Directora-adjunta: Helena Machado

Conselho Consultivo: Ana Nunes de Almeida (ICS, Univ. Lisboa), António Colomer (Univ. Politécnica de Valência), António Lucas Marín (Univ. Complutense), Carlos Alberto da Silva (Univ. Évora), Claude-Michel Loriaux (Univ. Católica de Lovaina), Daniel Bertaux (CNRS, Paris), Elísio Estanque (Univ. Coimbra), François Dubet (Univ. Bordéus), Hermínio Martins (St. Antony's College, Univ. Oxford), Ilona Kovács (Univ. Técnica de Lisboa), James R. Taylor (Univ. Montreal), João Arriscado Nunes (Univ. Coimbra), João Ferreira de Almeida (ISCTE, Lisboa), João Teixeira Lopes (Univ. do Porto), John Law (Univ. Lancaster), José Bragança de Miranda (Univ. Nova Lisboa), José Carlos Venâncio (Univ. Beira Interior), José Madureira Pinto (Univ. Porto), José Manuel Sobral (ICS, Univ. Lisboa), José Maria Carvalho Ferreira (Univ. Técnica de Lisboa), Loïc Wacquant (Univ. Califórnia, Berkeley), Luís Baptista (Univ. Nova de Lisboa), Maria Beatriz Rocha Trindade (Univ. Aberta), Manuel Villaverde Cabral (ICS, Univ. Lisboa), Manuela Ribeiro (Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro), Michel Maffesoli (Univ. Paris V, Sorbonne), Ramón Máiz (Univ. Santiago de Compostela), Raymond Massé (Univ. Laval), Renato Lessa (Univ. Fluminense), Veit Bader (Univ. Amesterdão).

Conselho Científico: Alice Delerue Matos, Ana Maria Brandão, Ana Paula Marques, António Cardoso, António Joaquim Costa, Carlos Veloso da Veiga, Emília Rodrigues Araújo, Hélder da Costa Machado, Helena Machado, Ivo Manuel Domingues, Joel Augusto Felizes, José Manuel Machado, Manuel Carlos Silva, Manuel da Silva e Costa, Maria Engrácia Leandro, Maria Eugénia Rodrigues, Maria Paula Mascarenhas, Paula Cristina Remoaldo, Paulo Nuno Nossa, Rita Gonçalves Ribeiro, Teresa Mora.

Conselho de Redacção: Ana Maria Duarte, Baltazar Ricardo Monteiro, Carlota Fernandes dos Santos, Fernanda Maria Nogueira, Francisco de Azevedo Mendes, José Fernando Bessa Ribeiro, José Guilherme Leite, Manuel Carvalho da Silva, Manuela Ivone Cunha, Manuela Ribeiro, Maria de Fátima Ferreira, Maria Norberta Amorim, Miguel de Melo Bandeira, Sheila Pereira Khan, Telmo Caria, Vera Duarte, Victor Terças Rodrigues.

Secretariado: Sofia Oliveira, Sónia Soares (cics@ics.uminho.pt)

Propriedade, redacção e administração: CICS – Centro de Investigação em Ciências Sociais, Universidade do Minho, 4710-057 Braga – Portugal. Telef.: 253 604 695. Fax: 253 604 696.Site: www.cics.uminho.pt

Coordenadores deste número: Manuel Carlos Silva, Helena Machado, Ana Paula Marques, Sílvia Gomes

Normas para apresentação e avaliação de artigos:

Apresentação de originais: os textos propostos para publicação devem seguir as normas sugeridas na parte final da revista.

Avaliação de artigos: os artigos propostos serão submetidos a parecer de especialistas das áreas respectivas, em regime de anonimato. A listagem de avaliadores será publicada cumulativamente a cada dois anos. A decisão final cabe ao(s) coordenador(es) de cada número e, em última instância, à Direcção do CICS.

Os textos podem ser publicados em português, espanhol, francês e inglês.

Correspondência (incluindo assinaturas): Revista *Configurações*, a/c Dra. Sónia Gomes, Centro de Investigação em Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710-057 Braga.

Apoios: A edição deste número foi apoiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Edição: *Configurações* é editada semestralmente (2 números/ano ou 1 número duplo) pelo CICS – Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho, 4710-057 Braga, em colaboração com Edições Húmus, Lda., Rua de Paradas, 139 – Vilarinho das Cambas, Apartado 7097 – 4764-908 Ribeirão. Tel. 252 301 382/ Fax. 252 317 555/ *E-mail*: humus@humus.com.pt

Assinatura anual: Portugal, países de expressão portuguesa e Espanha: 20 euros (2 números ou número duplo). Outros países: 25 euros.

Preço deste número: 20 euros.

Capa: Furtacores design; fotografia da capa: Abigail Ascenso

Tiragem: 1000 exemplares

Impressão: Papelmunde SMG, Lda. – V. N. Famalicão

ISSN: 1646-5075

Depósito Legal n.º: 246289/06

Solicita-se permuta. Exchange wanted. On prie l'échange. Sollicitamos cambio.

Esta revista prossegue a série de Sociologia (6 números) de *Sociedade e Cultura* da revista *Cadernos do Noroeste.*

Índice

Nota prévia 5
Manuel Carlos Silva

Introdução 7
Manuel Carlos Silva, Helena Machado, Ana Paula Marques
e Sílvia Gomes

Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação 11
a uma síntese proteórica
Manuel Carlos Silva

Estigma racial na construção do Estado punitivo americano 41
Loïc Wacquant

Dramatização da justiça e mediatização da criminalidade: 55
Que rumos para o exercício da cidadania?
Helena Machado e Filipe Santos

A classe social como processo: o conceito de formação 75
da classe trabalhadora
João Valente Aguiar

Há futuro para a concertação social? 101
Os sindicatos e a experiência do modelo neocorporativo em Portugal
Henrique Sousa

Entre cá e lá. Notas de uma pesquisa sobre a emigração 143
para Espanha de operários portugueses da construção civil
Bruno Monteiro e João Queirós

Vozes poderosas de jovens de elites económicas portuguesas 175
Eunice Macedo

Dislexia, escuela y exclusión social: 199
Un estudio desde la Sociología acerca de la educación especial
Ana I. Blanco Garcia

Riscos de uma actividade de risco: 225
um estudo de caso em contexto hospitalar
João Areosa

Configuracoes_5-6.indd 3 06-07-2010 09:57:04

Imagens, erotismo e culturas "on the road": 241
Perspectivas sobre o Brasil como destino turístico
Fernando Bessa Ribeiro e Octávio Sacramento

Representações e classificações de um espaço urbano "requalificado" 257
Roselane Gomes Bezerra

Subculturas de adeptos de futebol e hostilidades violentas – 279
O caso português no contexto europeu
Salomé Marivoet

Elementos constitutivos da identidade da claque super dragões 301
Daniel Seabra

Recensão
Araújo, Maria José (2009). *Crianças Ocupadas.* 325
Como algumas opções erradas estão a prejudicar os nossos filhos.
Sissi Azevedo

Abstracts/ Résumés 329

Configuracoes_5-6.indd 4 06-07-2010 09:57:04

Nota prévia

Manuel Carlos Silva*

Este número duplo da revista, embora com uma maior abertura intertemática – a qual foi assumida pela Direcção do Centro de Investigação em Ciências Sociais para possibilitar a publicação de artigos que não se enquadravam nos números temáticos entretanto publicados – apresenta todavia uma sequência lógica de textos que se concatenam em termos de afinidade temática.

Num primeiro conjunto de trabalhos o enfoque incide sobre as desigualdades e exclusões sociais, em termos teóricos gerais, desde os clássicos aos autores mais actuais. Aos processos de exclusão e (re)produção de pobreza não é alheio o Estado que através do sistema prisional tem como alvo os pobres negros americanos, assim como as relações porosas da justiça, instância central do Estado, com os *media*, propiciando situações de tratamento desigual.

Quando se aborda o tema das desigualdades e exclusões sociais um dos eixos centrais de análise tem a sua ancoragem no tema das classes sociais, reflectido neste número da revista, no conceito de classe nas suas dimensões estrutural e histórico-processual, nos mecanismos e potencialidades da concertação social entre classes pela via neocorporativa de inspiração social-democrata com uma composição tripartida: sindicatos, asssociações patronais e Estado. De entre as classes é aqui relevada a classe operária ou, mais precisamente, os trabalhadores da construção civil nas suas migrações pendulares sazonais do Norte de Portugal para a Galiza como resposta estratégica aos processos de precarização e/ou repulsão do mercado de trabalho com salários baixos e incertos.

É, porém, também nos processos de reprodução social e sob a pressão do modelo competitivo e de rentabilidade que em vários sectores se reproduzem constrangimentos, desigualdades e exclusões sociais, seja nos espaços escolares, designadamente sobre jovens de elite por razões de género, nacionalidade e classe, seja no quadro escolar e familiar em fenómenos pouco conhecidos como a dislexia, seja ainda em contexto hospitalar em torno de riscos inerentes a actividades de certos profissionais da área da imagiologia.

* Director do CICS.

Configuracoes_5-6.indd 5 06-07-2010 09:57:04

Por fim, dois temas foram objecto de tratamento neste número duplo: o turismo sexual e o futebol. Um e outro tema conjugam trabalho e lazer, ou seja, o que para uns é trabalho (seja nas prestações de serviços sexuais, seja na *performance* de espectáculo desportivo), para outros é lazer, nos quais têm lugar desigualdades, processos de classificação, rotulagem e exclusão social.

Cabe-me, enquanto Director do CICS, uma palavra de agradecimento a cada um dos autores dos textos, às colegas co-organizadoras Helena Machado, Ana Paula Marques e Sílvia Gomes, e aos colegas Alice Matos, Joel Felizes e Ana Jorge pelo apoio pontual prestado.

Configuracoes_5-6.indd 6 06-07-2010 09:57:04

Introdução

Manuel Carlos Silva, Helena Machado, Ana Paula Marques e Sílvia Gomes

Este número duplo de Configurações, sendo mais flexível e apresentando um leque mais variado de artigos, não deixa de obedecer a uma certa lógica sequencial em termos temáticos, tal como se pode verificar ao longo deste número da revista.

Num primeiro artigo, Manuel Carlos Silva, questionando certos lugares de senso comum alimentados por concepções estruturo-funcionalistas em consonância com ideologias neoliberais em torno do fim do trabalho e do nivelamento social em sociedades ditas de abundância, define desigualdade como apropriação ou usurpação de bens, recursos e recompensas, implicando concorrência e luta. O autor faz uma revisitação do ambíguo e polissémico conceito de exclusão social em diversas perspectivas teóricas clássicas para, num segundo momento, fazer um balanço crítico, desconstruir ambiguidades e equívocos em torno do conceito de exclusão, dando prioridade analítica ao conceito de desigualdade social. Por fim, apontando, na esteira de Bourdieu, Bader e Benschop, para uma superação do velho dilema entre estrutura e acção, procura esboçar uma síntese proteórica através duma fecunda aproximação entre a perspectiva marxista e weberiana, em que as desigualdades e exclusões sociais são produzidas e reproduzidas pela acção social dos diversos tipos de actores sociais e esta, por sua vez, é estruturada pelas condições organizacionais e societais (pré) existentes das desigualdades.

Seguidamente, Loic Wacquant desenvolve a sua tese inovadora sobre a maior transformação política no sentido de firmar um Estado policial e carcerário, o qual, no quadro neoliberal, constitui o maior ataque aos direitos cívicos e seus movimentos de suporte com efeitos sobre as diversas formas de desigualdade. Neste artigo o autor focaliza a atenção sobre o reforço do estigma racial não apenas a nível interactivo e de redes sociais, mas a nível estatal, sendo as principais vítimas cidadãos negros nos Estados Unidos da América, em que

Configuracoes_5-6.indd 7 06-07-2010 09:57:04

o estigma racial se imbrica simultaneamente, em termos de classe, com uma política estatal de perseguição aos negros pobres. Tratando-se de uma reconfiguração estatal da realidade, considera ser necessário não só o debate público como uma nova política para travar esta escalada penal estatal – um fenómeno não só moralmente indefensável como politicamente indigno.

Retomando a relação do Estado com a sociedade mas mais centrada na mediatização da dramatização da Justiça face à criminalidade, Helena Machado e Filipe Santos oferecem-nos uma reflexão sobre os riscos e oportunidades das relações porosas entre a Justiça e os *media*, em que, a propósito da mediatização de uma "vaga de assaltos e de criminalidade violenta" em 2008 e do descrédito induzido sobre a Justiça e as forças policiais, alguns dos seus responsáveis têm sido permeáveis aos holofotes dos *media*, com todas as consequências daí derivadas. Porém, os autores avançam a reflexão, articulando a dramatização com a construção duma esfera pública potenciadora do exercício da cidadania por parte de cidadãos informados nestas matérias.

No âmbito da problemática das desigualdades de classe e, em particular, na definição do conceito de classe, João Valente Aguiar, no quadro da velha polémica entre uma perspectiva marxista estruturalista, designadamente da escola francesa (Althusser, Poulantzas) e uma abordagem histórica e mais centrada nos processos (Thompson), vem reforçar esta última sobre a formação da classe operária, relevando as vivências, as socializações e as lutas concretas para a tomada de consciência e a acção de classe.

Articulado com o processo de consciencialização ganha destaque a acção sindical e os inerentes processos de concertação social tripartida (sindicatos, associações patronais e Estado) que é analisada por Henrique Sousa, no âmbito duma perspectiva crítica do neocorporativismo contemporâneo, o qual, não se confundindo de modo algum com corporativismo fascizante, convoca a ideia de compromisso em países capitalistas avançados, designadamente do Norte de Europa. Tendo nascido este modelo neocorporativista de inspiração social-democrata no quadro da construção do Estado Social, tardia e insuficientemente implementado em Portugal, o autor sustenta a necessidade de reforço das políticas públicas e considera, na relação do sindicalismo com o sistema político, haver neste campo algum espaço útil na procura da defesa dos interesses do mundo do trabalho.

Ainda no registo de temas sobre trabalho e classe, Bruno Monteiro e João Queirós analisam, no quadro da recente conjuntura em baixa da economia portuguesa em termos de crescimento, o investimento, o poder de compra e a elevada taxa de desemprego, as mudanças em curso sobre os padrões de mobilidade da mão-de-obra, trazendo à superfície o que designam de deslocamento contínuo de milhares de trabalhadores em migrações pendulares do Norte do país para a Galiza. Os autores evidenciam uma realidade cada vez mais pervasiva na construção civil e noutras indústrias transformadoras no norte do país (madeiras, mobiliário, têxtil, vestuário), num contexto de crise ou sob forte

Configuracoes_5-6.indd 8 06-07-2010 09:57:04

concorrência interna e sobretudo externa. Mais, combinam e enriquecem a sua reflexão com a observação participante sobre disposições e vivências de trabalhadores da construção civil nas suas migrações pendulares semanais para a Galiza ("entre cá e lá"), tomando como estudos de caso trabalhadores moradores de duas aldeias – Rebordosa em Paredes e Fonte Arcada em Penafiel.

Um outro campo de interesse investigativo neste número da Revista, no âmbito da globalização económica, política e cultural de orientação predominantemente neoliberal, é a escola não só pública como privada. Eunice Macedo evidencia como no espaço escolar é inculcado e legitimado, na alvorada do século XXI, um modelo escolar assente na competitividade e em valores próprios da economia orientada para o lucro. A autora, que analisa o contexto numa escola privada orientada para a formação de jovens de elite, revela formas de desigualdade e constrangimentos ('vozes poderosas') que moldam os percursos de jovens por razão de género, de nacionalidade e de classe, condicionando-os enquanto 'consumidores'.

Ainda conectando sociologicamente a escola com o tema da exclusão social, Ana Blanco Garcia, com base numa metodologia qualitativa e interpretação de documentos resultantes de entrevistas, analisa o fenómeno pouco estudado da dislexia no quadro escolar e familiar a partir de um modelo de interpretação interaccionista e conflitualista. Trazendo os contributos da Sociologia para a educação especial, a autora sustenta e evidencia que se trata de um problema eminentemente social mas que é invisível e nem sempre é reconhecido pelo ambiente social e familiar.

Um outro tema com enquadramento institucional cada vez mais objecto de investigação é respectivamente a saúde e o hospital, igualmente sujeito a pressões e lógicas que nem sempre convergem com o serviço e o interesse público. Desta problemática João Areosa traz a lume as incertezas de uma actividade profissional de risco, designadamente para médicos e técnicos desta especialidade – o serviço de imagiologia –, para o que se socorre da observação participante e da entrevista. Deste modo o autor avalia os riscos e a percepção dos riscos a que estão sujeitos e expostos os profissionais, como às radiações ionizantes, além dos riscos biológicos correntes em meio hospitalar.

Os últimos textos combinam temas que cruzam o trabalho para uns e o lazer para outros. Tal é o caso do tema do turismo sexual, estudado por Fernando Bessa Ribeiro e Octávio Sacramento que puderam recolher material etnográfico através da observação em diversos períodos de trabalho de campo no Brasil, designadamente a partir de 2005, na cidade nordestina do Natal no Rio Grande do Norte. Com efeito, como evidenciam os autores, o turismo sexual representa a mercantilização não só da natureza como da cultura e da própria sexualidade, para o que concorrem as novas tecnologias e imagens disponíveis.

Este mesmo tema veio a ser analisado por Roselane Gomes Bezerra mas já com uma preocupação pelos processos de representação e classificação dos

espaços urbanos frequentados pelas meninas que se predispõem a sair com turistas. Tendo como referente empírico o bairro Praia de Iracema – situado na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, Brasil -, estes espaços, ao serem apropriados e usados em contexto de turismo sexual, correm o risco de serem desclassificados como espaços de 'prostitutas' e 'gringos' e, em consonância com as categorias e representações maioritárias nativas, tornam-se espaços socialmente 'degradados'.

Ainda na esfera do lazer em fenómenos de massas relevam, por fim, dois textos sobre o futebol – um objecto de estudo sociológico e antropológico com enorme actualidade – textos estes que nos são dados por especialistas da área em Portugal: a socióloga Salomé Marivoet e o antropólogo Daniel Seabra. O primeiro texto debruça-se sobre a violência praticada por adeptos de futebol, contextualizando o caso português no espaço europeu. É aqui destacada a violência no desporto português entre claques, para a qual concorrem não só os climas de tensão na competição desportiva como as desconfianças instaladas em torno de jogos de bastidores que ameaçam a justiça desportiva. Acresce ainda, segundo a autora, a exacerbação dos estereótipos tradicionais masculinos associados à designada mentalidade *ultra* da claque que, num quadro de solidariedade mecânica, desencadeiam actos brutais de violência, replicando e canalizando nesta esfera outras violências subliminares presentes na sociedade.

Tendo como pano de fundo a mesma problemática, o segundo texto focaliza-se mais sobre a claque dos Super Dragões em que Daniel Seabra destaca os principais elementos que constituem a identidade deste grupo e qual a pertença social dos seus membros, baseando-se para tal em entrevistas. Embora não descarte alguma reflexão e discussão teórica, designadamente em notas de rodapé, para suportarem as suas descrições empíricas, o autor incidiu propositadamente mais sobre as dimensões do comportamento da claque sem pretender uma etnografia densa que reservará certamente para a publicação da sua tese de doutoramento, defendida em 2009 na Universidade de Lisboa.

A jeito de síntese, poderemos assinalar tratar-se de textos que oferecem contributos aprofundados e até inovadores sobre temas de relevância não só científica como social e política.

.

Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica

Manuel Carlos Silva*

Resumo

Neste artigo o autor, começando por questionar concepções correntes em torno do fim do trabalho e do nivelamento social, do aumento das classes médias e da diminuição das desigualdades sociais numa alegada 'sociedade da abundância, define desigualdade como apropriação ou usurpação de bens, recursos e recompensas, implicando concorrência e luta. Seguidamente, faz uma revisitação do ambíguo e polissémico conceito de exclusão social em diversas perspectivas: estruturo-funcional, mormente durkheimiana e parsoniana, accionalista e/ou (neo)weberiana, simmeliana, interaccionista simbólica e (neo)marxista. Por fim, na esteira de Bader e Benschop (1988), faz um balanço crítico das teorias clássicas dos sociólogos fundadores, desconstrói ambiguidades e equívocos em torno do conceito de exclusão, dando prioridade analítica ao conceito de desigualdade social, e procura esboçar uma síntese proteórica através duma fecunda aproximação entre a perspectiva marxista e weberiana, sem descurar o importante contributo da corrente interaccionista. Apontando para a superação do velho dilema estrutura e acção social mas evitando, simultaneamente, um raciocínio de cariz circular, propõe uma hierarquização de níveis de análise desde o sócio-estrutural ou societal, passando pelo organizacional, até ao interactivo. Em suma, as desigualdades e exclusões sociais são produzidas e reproduzidas pela acção social dos diversos tipos de actores sociais e esta, por sua vez, é estruturada pelas condições organizacionais e societais (pré)existentes das desigualdades.

Palavras-chave: desigualdades e pobreza, exclusão social e os autores clássicos, estrutura-acção social, estruturação das desigualdades.

* Departamento de Sociologia, Universidade do Minho – mcsilva@ics.uminho.pt

Configuracoes_5-6.indd 11 06-07-2010 09:57:04

1. Introdução e problema

Velhos e novos arautos glorificadores da sociedade dita (pós)moderna apontam como principais argumentos e observações acerca da mesma os processos de nivelamento social, a equidade e a universalidade dos direitos sociais, a melhoria generalizada das condições de vida, a forte diminuição de operários no sectores agrícola e industrial e o correlativo crescimento e/ou alargamento de camadas ou classes médias nomeadamente nos serviços, uma crescente diferenciação profissional e funcional do trabalho com a correlativa diferenciação em remuneração, poder e estilos de vida. Deste modo, contrariamente ao diagnóstico, e ao prognóstico marxistas em torno de um processo generalizado de proletarização e pauperização, somos confrontados, na perspectiva destes autores, com uma sociedade de bem-estar generalizado e a proeminência das classes médias profissionais.[1]

Ainda nesta óptica de raciocínio, estes processos têm vindo a ser acompanhados, por um lado, por uma fragmentação de funções no comando empresarial e organizacional, a saber, a de proprietário e a de gestor e, por outro, por emergentes processos de mobilidade social, por parte de estratos sociais mais baixos, graças sobretudo ao papel da educação, cujo efeito final seria o 'emburguesamento' não só das classes médias mas também das próprias classes trabalhadoras. Assim, ao invés da esperada acção colectiva única e concertada, verificar-se-ia uma generalizada apatia, indiferença e/ou integração social e política de umas e outras, as quais, em vez de afrontarem as classes dominantes, denotariam capacidade de negociação e concertação pela via institucional.[2]

Por fim, um outro tópico frequente nos círculos neoliberais e pós-modernos é a afirmação de que na actual sociedade pós-industrial caminhar-se-ia, senão para o "fim do trabalho", pelo menos para uma acentuada desvalorização e decomposição do trabalho, não obstante a diminuição do tempo laboral e o aumento exponencial da produtividade do trabalho.[3]

[1] Cf., a este respeito, entre outros, Bernstein (1964), Soares (1972), Dahrendorf (1959:36 ss), Cohen (1997:72). Para uma exposição e comentário crítico acerca destes tópicos, cf. Almeida *et al* (1995:131 ss), Ferreira *et al* (1995:387-400).

[2] Cf. Dahrendorf (1959:225). Por isso, não só no quadrante estruturo-funcionalista, mas também entre alguns neoweberianos e, portanto, não funcionalistas, tem-se difundido, a partir dos anos sessenta, a ideia de que, a haver algum potencial de conflitualidade manifesta anticapitalista, ele deixaria de ter como suporte ou centro nevrálgico o operariado e o movimento sindical para se deslocar para outras esferas e actores: o movimento estudantil, o campesinato, o movimento ecologista ou o movimento feminista: cf., entre outros, Touraine (1970). Também entre autores da teoria crítica da Escola de Francoforte como Marcuse (1968) é verificável esta ligeira deslocação-substituição de sujeitos portadores do potencial contestatário ou revolucionário.

[3] Cf. Rifkin 1996, Gorz 1997, Méda 1999:19. Esta tese tem sido largamente refutada por diversos autores de diversas orientações teóricas, cf. Schnapper (1998), Fernandes (1997:67), Sen (2000), Silva (2001), M.C.Silva (2002). Estes últimos, com base em estudos empíricos, têm revelado o modo como os trabalhadores, desde o início do século XX, têm vindo a ser qualificados e o seu trabalho revalorizado, não obstante haver marxistas que, reafirmando a centralidade do trabalho, sustentam contudo, devido às inovações tecnológicas, uma

Configuracoes_5-6.indd 12 06-07-2010 09:57:04

Estas teses revestem-se de fraquezas e contradições, sendo, por isso, susceptíveis de serem no todo ou em parte contestadas. No entanto, elas são sintomáticas de que há elementos novos – nem todos ideológicos – a considerar na análise da actual sociedade não ajustáveis em visões simplistas ou esquemáticas. Ou seja, a não ser por cegueira dogmática ou rigidez doutrinária, não é possível rebater cabalmente certos lugares comuns e meias verdades, não raro revestidos de uma auréola "científica", se não concedermos que o modo de produção capitalista, não obstante manter uma determinada lógica e estrutura de funcionamento – aliás justamente analisada por Marx (1974) –, sofreu notáveis mudanças que importa registar e explicar justamente numa perspectiva transformadora em sentido emancipatório. As mudanças tecnológicas e económicas, sem alterarem o cerne do modo de produção capitalista, comportaram novos elementos que configuram uma recomposição social das classes sociais, uma crescente intervenção e regulação do Estado e sobretudo doutras instâncias políticas supraestatais e, por fim mas não menos importante, a sobredeterminância das corporações transnacionais operantes a nível global, nacional, regional e local.

Relevante, ainda que aparentemente paradoxal, é todavia o facto de os glorificadores da nova ordem e da "sociedade da abundância" virem cada vez mais a perorar sobre a exclusão social, admitindo que, no próprio coração da Europa e sobretudo da América do Norte, a pauperização é um facto indesmentível, o que leva autores críticos a referir-se ao crescimento de um "Terceiro Mundo interior" (Almeida 1993:831) ou de um Quarto Mundo no seio do Primeiro Mundo: 6 a 10 milhões de pessoas em pobreza absoluta e 44 milhões de pessoas em pobreza relativa em 1985, equivalente a cerca de 14% da população (cf. O' Higgins e Jenkins *in* González *et al.* 1992:54). Nas últimas décadas, é cada vez mais corrente ouvir-se falar, não só nos círculos académicos, como nos meios políticos e na própria linguagem da vida quotidiana, de segmentos sociais excluídos. Outros, porém, sem deixar de utilizar o termo exclusão social, preferem, todavia, continuar a utilizar o conceito de desigualdades sociais, cuja temática, remetendo para uma velha questão, se tem tornado também, com as profundas mudanças nas sociedades capitalistas e com o desmoronamento das sociedades ditas socialistas, uma questão actual, persistente e certamente controversa do ponto de vista científico e político.

Um ponto prévio concernente à problematização da desigualdade consiste em sustentar que está fora do objecto desta disciplina a diferenciação ou a desigualdade dita natural. Nem seria desejável que assim o fosse, uma vez que a diferenciação natural faz parte integrante da riqueza da natureza e da sociedade. O que, com efeito, tem sido objecto de polémica e confronto ao longo dos tempos é a desigualdade social.

progressiva desqualificação, desvalorização e degradação do trabalho (cf. Braverman 1974, Bertinotti 2000). Sobre esta problemática, cf. Giddens (1997:61), Ferreira *et al.* (1995:389 ss).

Desigualdade social pressupõe a apropriação ou usurpação privada de bens, recursos e recompensas, implicando concorrência e luta. Donde, uma primeira questão reside em saber que objectos são susceptíveis de apropriação por parte de uns actores em detrimento de outros e quais os conceitos mais adequados para a análise das situações de desigualdade quanto à posse e à distribuição de bens, recursos e recompensas.

Entre os conceitos utilizados, quer na vida quotidiana, quer no léxico das ciências sociais, sobressaem os conceitos de bens, capitais, recursos, valores, privilégios, recompensas, oportunidades, serviços, entre outros. Bader e Benschop (1988) mostram as vantagens e os inconvenientes de cada um deles. Assim, o conceito de valores é limitado na medida em que remete para um significado ora económico ora axiológico: o económico em torno do trabalho necessário na versão marxista ou da utilidade marginal em termos (neo)liberais, excluindo objectos centrados no poder ou no prestígio; o axiológico centrado nos padrões normativos e nas orientações éticas, excluindo assim os valores materiais. Além de nem sempre ser explícito e claro o significado em cada uma das acepções – liberal ou marxista –, qualquer um deles é redutor.

Quanto ao conceito de bens, ainda segundo Bader e Benchop (1988), ele abarca um grande conjunto de objectos; porém, tem-se convencionado que não abrange ou até é contraposto ao conceito de serviços e, mesmo quando se associa ao conceito de bens o de serviços, deixa de fora determinados tipos de recompensas não materiais. Por seu turno, o termo recompensas, se, por um lado, abrange as gratificações de vária ordem, não engloba todos os recursos e até é apontado como um conceito ora complementar ora de contraste em relação ao de recursos.

Outros conceitos frequentemente aduzidos nomeadamente por Weber (1978) são os de privilégios e oportunidades de vida, conceitos bastante amplos e gerais que se referem a objectos desigualmente apropriados pelos actores sociais. Estes conceitos são amiúde utilizados por autores como Giddens (1981) que, reivindicando-se da herança weberiana, os restringe incorrectamente a um sentido de cariz consumista. Neomarxistas com forte influência weberiana como Bader e Benschop (1988), numa interpretação fecunda do legado weberiano, consideram contudo que tais conceitos, não obstante algumas limitações, deverão ser entendidos em sentido lato como oportunidades socialmente criadas: condições de sobrevivência, lugares reprodutivos e consumo de bens materiais e espirituais, relações sociais, hábitos e estilos de vida, prestígio, poder. Porém, segundo estes últimos autores, o termo mais adequado e genérico a ser utilizado para englobar todas as múltiplas formas de desigualdade social é o de 'objectos de apropriação' (coisas, pessoas, qualificações, lugares sociais, posições organizacionais, ideias, relações sociais, entre outros), susceptíveis de oferecer oportunidades, a fim de satisfazer necessidades físicas, psíquicas, espirituais e sociais.

Configuracoes_5-6.indd 14 06-07-2010 09:57:04

Uma segunda questão fulcral atinente à estruturação das desigualdades prende-se com o sujeito da apropriação, já individual, já colectiva, dos objectos de apropriação. Neste sentido, estamos confrontados com determinados actores sociais que se apropriam e, eventualmente, monopolizam recursos e excluem outros actores que são por aqueles expropriados e excluídos. Quer em versões do senso comum, quer em certos trabalhos académicos, as questões da pobreza e da exclusão social são colocadas de modo dicotómico, dual, bicolor. Assim, enquanto os incluídos e mormente os ricos seriam representados como agentes todo-poderosos e exploradores, os pobres e excluídos seriam apenas vistos como vítimas passivas, totalmente dominadas e/ou exploradas sem qualquer tipo de recurso, quando o número e a organização destes cidadãos destituídos podem tornar-se recursos notáveis para a transformação social.[4] Se, por um lado, é óbvio que não há abordagens axiologicamente neutras, importa, por outro, aliar à necessária reflexão teórica conhecimentos empíricos actualizados, de modo a evitar lugares comuns sobre ricos e pobres ou afirmações não sustentáveis sobre incluídos e excluídos, assumindo face a estes últimos atitudes paternalistas, caritativas ou assistencialistas.

2. Da visão (neo)durkheimiana à perspectiva estruturo-funcional e (neo)liberal

Para entender a perspectiva durkheimiana sobre a exclusão social, importa ter presente alguns dos seus pressupostos metodológicos e as teses presentes em *A Divisão do Trabalho Social* de Durkheim (1977) que constitui a principal obra do autor que procura dar conta não só dos comportamentos regulares dos indivíduos mas também dos fenómenos anómicos e, portanto, perturbadores das sociedades modernas. Para Durkheim (1974:35), o objecto da sociologia seriam os factos sociais, os quais, sendo modos de pensar, sentir e agir, caracterizam-se por ser coercivos e exteriores aos indivíduos. Embora não sejam coisas, os factos sociais devem ser considerados como coisas susceptíveis de serem medidos e estabelecidos estatisticamente.

A preocupação de Durkheim (1974:23 ss) em fundamentar metodológica e teoricamente a formação de uma nova ciência sociológica – a qual destacar-se-ia e autonomizar-se-ia das várias ciências, não só naturais, como doutras tais como a demografia ou psicologia – teria como uma das suas traves mestras a de explicar o social pelo social, ou seja, os factos sociais a partir da sociedade. Por isso, para Durkheim (1977 I:98), para além do reconhecimento da consciência

[4] Se os ricos não detêm a totalidade dos recursos em absoluto, aos pobres excluídos restam, em regra, alguns recursos, ainda que menores ou ínfimos, a começar pelo não consentimento e pela dissidência face aos seus exploradores e/ou dominadores, para não falar na acção colectiva organizada, capaz de alterar a relação de forças de determinado *statu quo*. Importa, porém, não sobrevalorizar o espaço de manobra do pobre ou excluído.

individual e da qual se ocuparia a psicologia, existiria uma consciência colectiva, a qual, enquanto conjunto de valores e normas, signos e símbolos, seria partilhada por todos os membros de determinada comunidade ou sociedade. E, assim, enquanto a consciência individual associar-se-ia à personalidade individual, a segunda representaria a personalidade colectiva e, nela, a própria sociedade. Para Durkheim (1977 I:78, 152, 211 ss), esta consciência colectiva, sendo comum a todos os membros da sociedade, orienta, condiciona e até determina os comportamentos e as representações individuais. As representações colectivas são exteriores e constrangentes face às consciências individuais, englobam normas morais traduzidas em dois tipos de sanções: (*i*) umas de carácter repressivo que resultam dos processos de semelhança entre os membros da comunidade dando lugar à solidariedade mecânica; (*ii*) outras, de alcance restitutivo, associadas à divisão social do trabalho, criando a solidariedade orgânica. Enquanto a primeira é uma "*solidariedade* sui generis *que, oriunda das semelhanças, vincula directamente o indivíduo à sociedade*" (1977 I:126) e é, em regra, mais estável, a segunda, assente nos princípios reguladores dos organismos vivos, é resultado da diferenciação, da especialização e da interdependência procedente da divisão das tarefas e das profissões. Assim, enquanto nas sociedades tradicionais a coesão social[5] deriva de normas morais de sanção repressiva, tem na religião o mais importante suporte e exprime-se na similitude das consciências, nas sociedades modernas ela traduz normas de sanção restitutiva e resulta da diferenciação, hierarquização e interdependência das funções e dos papéis inerentes à divisão do trabalho social: "*As relações reguladas pelo direito cooperativo de sanções restitutivas e a solidariedade que exprimem resultam da divisão do trabalho social*" (Durkheim 1977 I: 148). Nesta última, os indivíduos, embora não sejam semelhantes e conheçam uma maior margem de individuação, cooperam, complementam-se e, como partes integrantes do todo, contribuem para o bom funcionamento da sociedade. Porém, se a divisão do trabalho social é geradora de coesão e solidariedade sociais, caberá questionar: como compreender e explicar a anomia social, um fenómeno perturbador da suposta harmonia das sociedades modernas? Justamente, responde Durkheim (1977 II:195), ou porque se verifica uma excessiva e forçada divisão do trabalho em que as prestações das especializações não estão conformes com os talentos dos indivíduos – o que provoca desajustamentos entre talentos e/ou méritos e os lugares ocupados –, ou porque a densidade material nas trocas económicas prevalece sobre a densidade moral, dando lugar ao culto do indivíduo, a rupturas anómicas ou crises morais. Tais situações ocorrem em especial por altura de crises industriais ou comerciais, nomeadamente quando as funções económicas se sobrepõem e dei-

[5] A coesão social é aquela que, no quadro tradicional, se forma e reforça "*à volta dos valores, interditos ou imperativos sagrados, que liga os indivíduos ao todo social*" (Durkheim 1974) e, no contexto da sociedade moderna, é resultante da interdependência e da coesão das representações sociais colectivas e de um alto grau de adesão por parte dos indivíduos.

xam de ser reguladas pela moral social. A anomia surge quando a ausência ou o enfraquecimento das regras provocam disfunções e desregulações sociais, pelas quais os indivíduos se sentem desestruturados, desorganizados ou desligados da sociedade quanto aos códigos sociais e morais, situação propícia à ocorrência do suicídio anómico. Na óptica durkheimiana, seriam estas situações anómicas que fariam abrandar ou até dissolver os laços sociais a certos indivíduos ou grupos sectoriais, junto dos quais a consciência colectiva perderia a sua força persuasiva, diminuindo assim os laços sociais destes grupos com a sociedade e as representações colectivas.

Ainda que recuperando e reincorporando ingredientes doutras proveniências teóricas, vários cientistas sociais, nomeadamente Xiberras (1993) e, de certo modo, Castel (1998), retomam as premissas durkheimianas quando, por um lado, mostram os efeitos benéficos da relação salarial e/ou participação na vida económica como precondição da inserção/integração nas várias redes de sociabilidade (profissional, familiar)[6] e, por outro lado, afastam a articulação entre a problemática da exclusão social e a demarcação/confronto de classes e/ou demais categorias sociais (étnicas, sexuais). Na esteira da visão durkheimiana, a diferenciada capacidade económica, embora propiciadora de estabilidade ou instabilidade social, não seria contudo o critério básico diferenciador para classificar incluídos-excluídos, admitindo assim, no limite, a existência de pobres incluídos, desde que não dissociados ou dessocializados. Por outras palavras, a vulnerabilidade, sempre que reduzida ou controlada, não ameaçaria a estabilidade social, do mesmo modo que, quando ampliada e descontrolada, seria susceptível de induzir perturbação, instabilidade e, por vezes, conflitualidade social. E, muito menos, o conceito de exploração constituiria critério de filtragem entre incluídos e excluídos, uma vez que os assalariados, mantendo uma relação vinculada e interdependente nas trocas mercantis, não seriam portando excluídos, contrariamente aos desempregados que, esses sim, embora cada vez mais numerosos, situar-se-iam contudo fora dos sectores produtivos e, portanto, seriam excluídos.

Num primeiro balanço crítico sobre a teoria funcionalista de inspiração durkheimiana, começaria por observar que, quando Durkheim (1974), metodologicamente, se esforça por explicar o social pelo social, cai num objectivismo sociológico cristalizado na consciência colectiva, donde emerge uma espécie de reificação psíquica da sociedade: "*Ao agregarem-se, ao penetrarem-se, ao fundirem-se, as almas individuais dão nascimento a um ser, se assim se quiser,*

[6] Se, por um lado, as reflexões de Xiberras (1993) e sobretudo de Castel (1998) convergem à primeira vista com a centralidade do valor do trabalho salientada por (neo)marxistas, por outro, ao exaltarem a centralidade e a relevância da "sociedade salarial" como a base de integração social, fazem-no numa perspectiva diferente da dos (neo)marxistas. Tomada à letra este princípio, seria pertinente suscitar a seguinte questão, aparentemente ingénua mas algo incómoda: "Se assim é, então por que é que os detentores do capital não se assalariam ou, doutro modo, não se mobilizam no sentido de obter o 'estatuto' de assalariados para se sentirem socialmente integrados?"

psíquico, mas que constitui uma individualidade psíquica de um género novo" (Durkheim 1974:116), individualidade psíquica autónoma que Durkheim (1977 I:98) traduz como "*consciência colectiva ou comum*". Por outro lado, a tese durkheimiana acerca da divisão do trabalho como geradora de solidariedade enferma duma petição de princípio assente num pacto social resultante da complementaridade e da interdependência entre os diversos órgãos ou componentes integrantes das unidades sociais e económicas designadamente produtivas. Ora, a moderna divisão social do trabalho, quando não analisada em termos de classes e categorias sociais, é mistificadora na medida em que não desvela o cerne das contradições por que atravessa o modo de produção capitalista nas sociedades modernas. Ou seja, a solidariedade existente decorre dos laços de cooperação que os produtores vão estabelecendo entre si, mas de modo algum é extensível ao conjunto das classes presentes em qualquer empresa ou organização e, muito menos, entre as fracções da classe burguesa e as várias camadas dos trabalhadores. Pretender, como o faz Durkheim (1959), que cada um se contente com o seu lugar e a sua sorte significa exprimir e veicular uma forma de legitimação dos interesses das classes e camadas interessadas na manutenção do *statu quo*. Quando Durkheim (1977 I:149 ss) pugna pelo imperativo da restauração da ordem e da cooperação regulares, pela coesão social e pela moralização das funções económicas na sociedade moderna, assume como 'naturais' e 'espontâneas' não só as funções de coesão social pela via de sanções coercivas como os inerentes processos de dominação e injustiça em sociedades tradicionais como, por exemplo, as esclavagistas, feudais ou de castas.[7] A sua preocupação recentra-se nos efeitos disruptivos e desagregadores da anomia nas sociedades modernas mas menoriza ou até ignora as causas económicas e políticas da anomia e, de modo algum, desconstrói os mecanismos de exploração e dominação nestas sociedades. Se para as sociedades modernas, perante a crise anómica induzida pela prevalência das funções económicas sobre as morais, aponta a necessidade de uma 'nova moral' conciliadora dos diferentes protagonistas e seus interesses,[8]

[7] A respeito da divisão forçada de trabalho na sociedade de castas, repare-se no comentário pragmático e até ideologicamente cínico de Durkheim: "*Esta instituição* (das castas) *não é sempre, nem por todo o lado, arbitrária. Quando funciona numa sociedade de uma maneira regular e sem resistência, é porque exprime, pelo menos* grosso modo*, a maneira imutável como se distribuem as aptidões profissionais*" (Durkheim 1977 II:172), justificando assim a dominação por uma ideologia ahistórica e metafísica das aptidões e dos dons (!). Se, quanto às sociedades modernas, Durkheim (1977 II:175) reconhece que "*toda a desigualdade exterior compromete a solidariedade orgânica, este resultado não tem nada de muito pernicioso para as sociedades inferiores, onde a solidariedade é sobretudo assegurada pela comunidade das crenças e dos sentimentos... O mal-estar que resulta das aspirações contrariadas não é suficiente para virar aqueles que com isso sofrem contra a ordem social que é disso a causa, porque eles estão a ela apegados, não porque aí encontrem o campo necessário ao desenvolvimento da sua actividade profissional, mas porque ela resume aos seus olhos uma infinidade de crenças e práticas de que vivem..., porque ela lhes surge como sagrada... As pessoas adaptam-se-lhes sem dificuldade; acham mesmo estas desigualdades são não apenas toleráveis, mas naturais*".

[8] Atente-se no diagnóstico e na terapêutica durkheimiana deste relaxamento, desta crise anómica: "*Diz-se, com razão, que a moral – e por isso deve entender-se não apenas as doutrinas, mas os costumes – atravessa uma crise terrível... A nossa fé foi abalada; a tradição perdeu o seu domínio; o juízo individual emanci-*

nas sociedades tradicionais, de resto aprioristicamente assumidas como coesas e integradas por força dos imperativos e interditos religiosos, prevalece o sentido de partilha, comunhão e solidariedade na base da similitude das consciências. Em nenhum momento, porém, se questiona Durkheim sobre quem fabrica e de que modo se cimentam e difundem ideias, signos e símbolos inerentes à dita "consciência colectiva" nem tão pouco perscruta as contradições derivadas das relações de exploração e opressão de determinadas classes por outras em termos económicos, políticos, religiosos. A perspectiva durkheimiana ignora, por um lado, as 'camisas de força' das classes dominadas; por outro, mesmo quando atribui com alguma justeza a função estruturante da religião sobretudo nas sociedades antigas, medievais e pré-modernas, não desvela, ao invés de Marx e Engels (1976) e de Weber (1978), o papel mistificador e legitimador das religiões e das diversas igrejas que respectivamente as suportam, assim como tão pouco conecta as doutrinas e ideologias religiosas com os interesses materiais das classes sociais, bem como as práticas e visões diferenciadas dos diversos grupos sociais no seio da mesma religião e, eventualmente, igreja. Por fim, o funcionalismo durkheimiano, tal como o estruturalismo funcionalista em Malinowski (1944) e, mais tarde, em Parsons (1988), perdem de vista a perspectiva histórica.[9]

Embora Durkheim (1959) tenha manifestado algumas reservas sobre o liberalismo económico, nunca chegou a questionar os princípios liberais nomeadamente os relativos à teoria dos dons e à meritocracia, sobre os quais assenta também a ideologia da moderna sociedade industrial capitalista que, como veremos, não questiona as desigualdades sociais estruturais.

As velhas justificações teórico-ideológicas viriam a reforçar-se e reinspirar-se em pressupostos estruturo-funcionais elaborados por Parsons (1967,1988) e Davis e Moore (1976), entre outros, para quem as diferenciações socio-estruturais, correspondendo de modo muito genérico aos padrões culturais, resultariam da integração dos padrões de valor com outras componentes do sistema:

pou-se do juízo colectivo. Mas, por outro lado, as funções que se dissociaram no decurso da tormenta não tiveram tempo de se ajustar umas às outras... O que é preciso é fazer cessar esta anomia, é encontrar os meios de fazer concorrer harmonicamente estes órgãos, que se chocam em movimentos discordantes... O nosso mal-estar não é, portanto, como parece por vezes crer-se, de ordem intelectual... Numa palavra, o nosso primeiro dever é actualmente elaborarmos uma moral (Durkheim 1977 II:206-207).

[9] A naturalização da estratificação social é também assumida, no contexto português, não só no senso comum e na retórica política dominante, mas também partilhada por alguns autores que se têm debruçado sobre a exclusão social, nomeadamente Rodrigues *et al.* (1999:64 ss), que, numa perspectiva (neo)durkheimiana, vê a exclusão social de modo redundante "*como um produto de um défice de coesão social global*" (1999:65), aliás no seguimento do conceito de sabor neodurkheimiano professado por Rosanvallon (1981:204): "*Os excluídos não constituem uma ordem, uma classe ou um corpo. Eles indicam, antes, uma falta, uma falha do tecido social*".

Para uma crítica mais desenvolvida à perspectiva ahistórica do funcionalismo cf. Pinto (1977:818 ss). E, mesmo quando Durkheim (1977 II: 176 ss) admite nas sociedades modernas uma certa evolução no sentido de maior equidade e nivelamento social, pelo menos no que ele designa "as condições exteriores de luta", fá-lo por concessão às maiores exigências da sociedade moderna, admitindo, de modo etnocêntrico, as profundas desigualdades sociais das ditas "sociedades inferiores".

"*De um modo geral, as diferenciações entre os tipos de sistema social não têm correspondência a esta ordem de diferenciação de padrões de valor cultural, a não ser de uma maneira muito geral. As actuais estruturas sociais não são tipos de padrões de valor, mas antes resultados da integração de padrões de valor com outras componentes do sistema social"* (Parsons 1988:111).

Contrariamente aos pressupostos marxistas ou weberianos que assumem o conflito como uma componente determinante das sociedades, o acento tónico da perspectiva (estruturo)funcional incide na interdependência orgânica das instituições, dos grupos ou corpos sociais e dos indivíduos, umas e outros, preenchendo as suas respectivas funções e papéis, visam a consecução do já referido objectivo comum: o funcionamento coeso e harmónico da sociedade, aliás assente em funções culturais nomeadamente religiosas (crenças, rituais), políticas sobretudo governamentais (legalidade, autoridade, regulação social, controlo pela força), económicas (propriedade privada de bens) e, ainda que de modo secundário, técnicas (conhecimento).

A sociedade, a fim de integrar os indivíduos, deverá satisfazer as suas necessidades e desejos através da realização das funções sociais, de modo a obter os necessários equilíbrios e consensos. Porém, enquanto para o estruturo-funcionalismo absoluto defendido por Parsons (1988), os pré-requisitos, as necessidades e acções são universalmente funcionais e indispensáveis, para o estruturo-funcionalismo moderado de Merton (1970), a par das funções como efeitos observados que contribuem para o ajustamento e a integração dos indivíduos na sociedade, há também efeitos disfuncionais que "*diminuem a possibilidade de adaptação ou de ajustamento ao sistema*" (Merton 1970:51). Com efeito, a tese do equilíbrio, da coesão e da harmonia sociais, defendida pelo estruturo-funcionalismo parsoniano, tornando-se anacrónica porque incapaz de compreender e explicar a realidade social perpassada pelo conflito, o que obrigou a uma reformulação, por parte de Merton (1970), de modo a explicar as 'disfunções' ou os curto-circuitos sociais.

Uma das contradições do estruturo-funcionalismo reside em afirmar, por um lado, a determinação social dos comportamentos sociais e, por outro, sustentar que o sistema premeia ou penaliza os actores sociais de acordo com o princípio da capacidade e do mérito dos respectivos indivíduos, remetendo implicitamente o sucesso ou insucesso da sua respectiva posição, ora para os ajustamentos, ora para os desajustamentos de personalidade ao sistema.

3. A abordagem (neo)weberiana

Se Durkheim (1977 II:205 ss) situa a exclusão social como fenómeno perturbador resultante da divisão forçada do trabalho social e, nessa óptica, como uma forma patológica duma sociedade moderna em crise, doente e desprovida

de valores e referências morais para parte dos seus membros, Weber (1978) apresenta um outro ponto de partida, no qual mostra ter uma visão mais ampla em torno das desigualdades sociais, assentes em três eixos[10]: o económico (a classe), o social (o estatuto) e o político (o partido). Ou seja, sem deixar de referir outros tipos de conflitos nomeadamente étnicos, religiosos (e no seio de cada religião), admite a conflitualidade social resultante de diversas formas de desigualdade que se manifestam económica, social e politicamente. Por outro lado, Weber (1978), como eminente teórico da acção social, assume as desigualdades sociais como resultantes não tanto dos lugares ocupados nos processos produtivos à boa maneira marxista, mas mais como efeitos derivados das posições relativas nos diversos tipos de mercados e sobretudo das acções estratégicas, ora colectivas, ora individuais, em contexto organizacional e de poder.

Autores como Xiberras (1993) procuram estabelecer pontes de ligação e complementaridade entre a teoria durkheimiana e a teoria weberiana sobre o problema da coesão *versus* exclusão social, reduzindo as suas diferenças a uma questão de óptica de leitura sobre o carácter do laço social: horizontal em Durkheim, porque baseado na diferenciação interdependente, coesa e harmoniosa da divisão do trabalho social; vertical em Weber, porque assente numa relação vertical hierárquica que submete, independentemente da base em que assenta (carismática, tradicional, legal), os indivíduos à autoridade com um mínimo de consentimento. Se este aspecto ressalta com evidência, seria demasiado redutora esta interpretação de Weber (1978) sobre o problema da exclusão social.

O modo de olhar weberiano em relação à exclusão social oferece, porém, um forte contraste em relação à perspectiva durkheimiana, na medida em que Weber (1978) concebe a sociedade como algo resultante da luta pelo poder entre classes, grupos ou categorias sociais em três planos, aliás interdependentes: económico, social e político. Ou seja, a divisão do poder conhece uma tridimensionalidade, em que cada uma das formas de poder representa uma base distinta de suporte para a reivindicação de poder de disposição sobre recursos e recompensas, quer materiais, quer simbólicas. Desta divisão tridimensional do poder Weber (1978) não tem contudo uma visão compartimentada, isto é, quem detenha uma posição vantajosa na esfera económica podê-la-á converter na esfera social e/ou política e vice-versa. Se os teóricos do poder e das elites relevam de Weber (1978) a concepção de poder pela via partidária, estatal e burocrática, os teóricos da estratificação e das classes sociais salientam, respectivamente, a importância do *status* e/ou da classe como bases e formas de obtenção de prestígio e poder. No entanto, o método pluricausal weberiano não se presta a este tipo de reducionismos, sendo, pelo contrário, o sociólogo

[10] Ainda que de modo não tão desenvolvido, também Sorokin (1971:85) distinguiu três tipos de estratificação social: económica, política e ocupacional, esta última remetendo para o critério de prestígio, que em Weber (1972) surge associado ao *status*.

mais multifacetado que permite fazer pontes e mediações com diversas correntes e autores. Assim, ao definir, analisar e classificar as classes sociais, Weber (1978) mostra certas afinidades com a visão marxista, embora a própria definição restrita de classes em Weber (1978) coloque menos o acento tónico no lugar ocupado por cada grupo de actores sociais na produção e mais no controlo e na posse de recursos nos diversos tipos de mercados. Donde, numa concepção ampla de classes, Weber (1978) não se limita a uma visão assente no critério económico produtivista, mas abrange neste os aspectos (re)distributivos e de consumo e, além disso, articula o económico com a vertente social e a dimensão da autoridade e do poder.

Numa linha interpretativa algo mais restrita, neoweberianos como Dahrendorf (1959), Parkin (1979) e Touraine (1970) definem e analisam as formas de exclusão social a partir do campo interactivo, organizacional e de poder, sendo este, em última instância, o eixo estruturante e até exclusivo na explicação dos diversos tipos de desigualdades. Ou seja, estes autores neoweberianos tendem a reforçar a importância da clivagem em torno do poder na formação das desigualdades, destacando como principal contradição os que detêm e os que não detêm poder, conceito este que, tal como referi, seria crucial para explicar as próprias desigualdades sociais e económicas, incluindo as lutas de classes. Na interpretação da teoria weberiana, por parte dos neoweberianos, acerca das desigualdades e da exclusão social, há uma clara tentativa de eliminar da teoria de Weber a dimensão económica na esfera produtiva e até a deslocação da conflitualidade social para o exterior do processo produtivo, o que, sem deixar de ser correcto quando abrangente, torna-se incorrecto quando se toma apenas a parte (o não económico) pelo todo (o económico, o social e o político). Por exemplo, se é evidente que há novas formas de conflitualidade social para além das classes (vg. étnicas, género, regionais), já será abusivo interpretar Weber como anulando, deslocando ou superando o conflito de classes para fora da empresa ou dos sindicatos ou reduzindo a conflitualidade entre os detentores de poder e os destituídos de poder, entre os tecnocratas ou gestores e os subordinados hierárquicos (cf. Touraine 1970) ou entre detentores de conhecimento ou credenciais escolares e os desprovidos de tal.

Se os mencionados neoweberianos operam um enviesado reducionismo das teorias do conflito em Weber (1978), estrutural-funcionalistas como Parsons (1947) vão ainda mais longe na deformação do pensamento weberiano, quando centram a análise deste autor clássico no conceito de *status,* ignoram (quase) totalmente o seu conceito de classe e circunscrevem-se a uma concepção generalista de estratificação, apresentada, de resto, como teoria oposta e alternativa à teoria marxista de classes.

Estritamente, a exclusão social para Weber (1978) é, por isso, resultante ora das formas de concorrência e competição nos diversos tipos de mercados, ora das relações fechadas próprias de certos círculos, cujos actores monopoli-

zam e/ou restringem o acesso a determinados bens, saberes e estilos de vida, ora ainda da desigual atribuição de funções e distribuição de poderes e recompensas pela via político-partidária.

Independentemente das diversas formas, o conceito de exclusão implica, senão a eliminação, pelo menos a discriminação ou o afastamento do outro, dando lugar à formação de grupos económicos, sociais e políticos que tendem a limitar a concorrência através da criação de monopólios. São estes processos de fechamento que estão na origem da posse e/ou propriedade territorial, bem como de associações de tipo corporativo, seja de carácter compulsivo tais como o Estado ou a Igreja, seja de tipo relativamente voluntário, tais como associações profissionais, sindicatos, partidos ou clubes. O seu objectivo é, portanto, restringir ou fechar o acesso e/ou a oportunidade de outros tirarem vantagens sociais e económicas. Tal não exclui, segundo Weber (1978:343), a possibilidade de se verificarem 'relações abertas' e surgir a correlativa competição entre os membros da respectiva associação. No entanto, mesmo quando sejam admissíveis formas de competição interna, nestas organizações e associações societais operam mecanismos e regras que, independentemente dos fins em vista, visam, em nome de certas regras internamente definidas, excluir do jogo e das vantagens deste pessoas e/ou grupos que sejam exteriores ou se incompatibilizem com os detentores do poder organizacional. Para Weber (1978), o fechamento social é o processo pelo qual os diversos tipos de grupos ou categorias sociais tentam ora elevar o seu nível social ora, não raro, monopolizar recursos, recompensas e privilégios através da restrição a um círculo limitado de pessoas. Para tal o grupo ou categoria social dominante destaca determinados atributos físicos ou características sociais para definir critérios de (in)elegibilidade de pertença. A limitação do acesso, por parte doutros concorrentes, a certos recursos, lugares e recompensas é concretizada através de determinados mecanismos e características exteriores de cada real ou potencial candidato tais como " *a raça, a língua, a religião, o lugar de nascimento, a classe social, o domicílio e que podem bastar para haver lugar à exclusão*" (1978:342). Para a exclusão do diferente ou do estranho apela-se a ou reinventa-se qualquer característica: "*não importa que característica, em cada caso concreto é preferida a que mais facilmente o identificar*" (Weber 1978:342). Se no passado, sobretudo em sociedades socialmente mais fechadas nomeadamente em sociedades esclavagistas, feudais, despóticas, de castas, colonialistas-racistas e elitistas, os critérios utilizados eram os de descendência, linhagem, sexo, casta, raça ou capacidade tributária, nas sociedades modernas os critérios severamente restritivos foram, em grande medida, abandonados, mas vêm sendo subtilmente substituídos por outros de carácter económico, político, socioeducativo, cultural (por exemplo, testes, estágios, exames, certificados, diplomas). Ainda que em moldes diferentes e sob certas restrições legalmente sancionadas, velhos ou novos critérios e instrumentos selectivos

visam um objectivo semelhante: o de preservar territórios,[11] o de limitar a oferta de candidatos, o de monopolizar lugares ou restringir o acesso a determinados recursos, recompensas ou privilégios. Trata-se, enfim, de implementar mecanismos de fechamento social adstritivos, implicando uma relação antagónica entre incluídos e excluídos, o que ocorre em situações de concorrência entre actores sociais individuais e colectivos em base classista, racial ou étnica, sexual, nacional, religiosa ou política.[12]

Entre os neoweberianos nomeadamente Parkin (1979:44 ss) o conceito weberiano nuclear mais destacado e desenvolvido para explicar o conceito geral de desigualdades sociais é o de fechamento social, o qual se define como "*o processo pelo qual colectividades sociais procuram maximizar recompensas pelo acesso restrito a recursos e oportunidades a um círculo limitado de elegíveis*" (Parkin 1979:44). O *fechamento social* pode ser criado, quer pela posse da propriedade ou da riqueza, quer pelas diferenças de *status*, quer ainda pela origem étnica, diferença linguística ou religiosa. O *fechamento social* compreenderia, conforme os contextos espácio-temporais, as estratégias e o posicionamento de cada indivíduo ou grupo face aos demais, três tipos de processos e aspectos: (*i*) o de exclusão social enquanto conceito denotativo das estratégias de demarcação, separação ou afastamento de estranhos no acesso a determinados recursos; (*ii*) o de usurpação, que consiste em extrair recursos ou recompensas de parte de quem os detêm ou usufruem; (*iii*) o fechamento dual, que representa a combinação de um processo de usurpação em relação aos grupos dominantes e de um outro de exclusão face aos grupos considerados inferiores com base em critérios sociais de classe, étnicos ou de género (cf. Parkin 1979:45, 89 ss).

Um outro neoweberiano relevante seria Darhendorf (1959), o qual, no entender de Ferreira *et al.* (1995:387), deve ser considerado um dos teóricos mais inovadores na medida em que reinterpretou as novas realidades do capitalismo do século XX em contraponto ao capitalismo do século XIX. Ora, se é certo que Darhendorf (1959) relevou com justeza certos traços do capitalismo actual (distinção entre propriedade económica e jurídica dos accionistas e controlo político-administrativo dos gestores, recomposição das classes trabalhadoras, em particular uma maior diferenciação funcional interna e um aumento dos trabalhadores do comércio e serviços em detrimento do operariado fabril),

[11] A este respeito, a ideia de demarcação de territórios e apropriação/uso de recursos é bem evidente no trabalho pioneiro de Elias e Scotson (1969) acerca da tensões, conflitos e clivagens entre estabelecidos e forâneos a residir numa comunidade, o que ainda é por vezes visível entre velhos moradores e neo-rurais.

[12] Na dinâmica dos processos de fechamento e exclusão social e não obstante o elogio e o forte empenhamento de Weber na consolidação das instituições democráticas nomeadamente parlamentares, Weber (1978) tem plena consciência dos limites, das incertezas e até das perversões do sistema democrático, sobretudo graças ao processo de racionalização, burocratização e tecnocratização da vida económica, social e política, cuja lógica de dominação é imparável. Para um maior desenvolvimento da questão da burocracia, cf. Rabot (2001) que, contrariando a preconcebida e difundida ideia de que Weber seria um defensor da burocracia, mostra justamente como Weber era crítico e pessimista sobre a burocracia, consciente do dilema entre a superioridade e eficácia da burocracia e a perversão da democracia pela via burocrática nas sociedades modernas.

já, porém, alguns dos seus pressupostos e conclusões são, além de polémicos e discutíveis, fortemente movidos pela necessidade ideológica de refutação do marxismo, podendo mesmo considerar-se um retrocesso reducionista e enviesado em relação à própria teoria weberiana na qual se inspira. Assim, o facto de se ter verificado uma maior diferenciação e decomposição internas do trabalho não significa nem a diluição da classe operária nem que os emergentes segmentos das classes trabalhadoras no comércio e nos serviços possam ser considerados novas classes médias. Por outro lado, não obstante a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras por comparação ao século XIX, é profundamente ideológico afirmar que a mobilidade social dos indivíduos pela educação possa constituir a panaceia para as desigualdades sociais ou que hoje se assista a um processo de nivelamento ou equidade social, quando, na realidade, a nível global, o fosso das desigualdades sociais aumentou, ao mesmo tempo que, como vimos, surgiram novos processos de segmentação, dualização ou polarização social no trabalho (por exemplo, trabalhadores centrais e seguros *versus* trabalhadores periféricos e inseguros, desqualificação ou até proletarização de estratos intermédios, precarização do emprego de diplomados). E, por fim, embora se tenha conhecido nas últimas décadas a prevalência dos processos de negociação, concertação sobre a confrontação aberta dos conflitos de classe nomeadamente pela regulação institucional do Estado-Providência e/ou pela intervenção institucionalizada dos sindicatos, tal não representa nem a prova nem muito menos a garantia histórica da dissolução dos antagonismos de classe.

4. Da visão simmeliana ao interaccionismo simbólico

A concepção de Simmel (1977) sobre o fenómeno da exclusão social e o seu contraponto – a coesão social –, embora seja mais afim à posição weberiana, ela apresenta alguma especificidade que torna o seu contributo singular e relevante. A nível dos pressupostos teórico-metodológicos gerais, Simmel (1977), se, por um lado, se afasta da visão holística, estrutural e organicista, tal como a conhecemos em Durkheim (1977), por outro tão pouco alinha incondicionalmente numa visão oposta que se cifraria em conceber a sociedade como uma entidade resultante dum contrato social à boa maneira de Rousseau (1974), para quem a sociedade e o Estado seriam produto da vontade livre dos indivíduos. Para Simmel (1977), a sociedade não constitui uma entidade preexistente aos indivíduos, mas tão pouco é simplesmente resultado da vontade dos indivíduos; ela é, antes de mais, um processo contínuo de fluxos e interacções entre indivíduos e grupos que em contexto da sociabilidade microsocial se associam ou dissociam. Com esta visão Simmel (1977) admite obviamente situações ou formas sociais em que os indivíduos voluntariamente contratualizam as suas relações

mas, por outro lado, não exclui modos de socialização institucionalizados que não resultam sempre e necessariamente da vontade dos indivíduos mas antes de entidades tais como o Estado, a família ou os grupos sociais.[13] Em todo o caso, qualquer contrato ou instituição nasce, em última instância, das formas de sociabilidade, das interacções ocorridas a nível microsocial que, uma vez tornadas regulares e cristalizadas, desembocam na formação de grupos sociais ou instituições: "*A sociedade existe onde quer que vários indivíduos entram em interacção*" (1983:59). Mesmo quando releva a importância das associações, colectividades e das próprias instituições incluindo o próprio Estado, Simmel (1977) não deixa de conceber essas entidades como resultados das relações e interacções sociais: "*O Estado é unidade, porque entre os seus concidadãos existe correspondente relação de acções mútuas*" (1977:60).

Tendo presente os pressupostos de Simmel (1977), quer a coesão, quer a exclusão social devem ser analisadas, tomando como ponto de partida as relações duais que permitem detectar a razão e o modo de formação dos laços sociais entre os grupos e no seio dos grupos sociais. Ou seja, a análise das relações entre grupos sociais far-se-á pelo modo como os indivíduos se relacionam entre si, a começar pelas relações diádicas, as quais, acentuando relações duais fortes, podem contudo enfraquecer a solidariedade com outros grupos e até com os restantes membros do próprio grupo. Do mesmo modo e em sentido oposto, o aumento do número de membros num determinado grupo ou associação pode enfraquecer as relações de individualização, mas aumentar o grau de coesão associativa.

A coesão de um grupo depende do modo como se relaciona com o exterior. Uma forma interessante para 'medir' o grau de fechamento ou de abertura duma sociedade reside no modo como os autóctones se relacionam com os forasteiros, os estrangeiros. Se um ou vários membros da colectividade autóctone entabula uma interacção com o estrangeiro, ainda que tal possa parecer estranho, tal facilita a sua entrada na colectividade, provocando assim a abertura desta. O estrangeiro sente-se e é sentido como menos estranho, começando a ser relevadas não tanto as suas diferenças mas mais as suas semelhanças e, a partir daí, a ser integrado na colectividade ou grupo de acolhimento, o qual começa alterar as suas representações acerca do estrangeiro, tal como refere Xiberras: " *A comunidade dilui-se à medida que o grupo de semelhantes se alarga*" (1977:71). Acresce que o cosmopolitismo, se, por um lado, alarga os horizontes na aceitação das diferenças culturais e religiosas, contribui para enfraquecer os laços sociais e morais, do mesmo modo que o aumento da den-

[13] É neste sentido que Paugam (1991:23 ss), ao tecer considerações sobre a ambiguidade do conceito de pobreza a partir da perspectiva simmeliana (cf. Simmel 1971:177), salienta que alguém é pobre não tanto nem sobretudo a partir de critérios objectivos de ordem quantitativa, mas antes como resultado, quer das interacções sociais, quer sobretudo das designações categoriais provindas das atitudes grupais ou colectivas presentes nas instituições sociais, as quais definem e subsumem certos actores sociais na categoria de pobres socialmente assistidos.

Configuracoes_5-6.indd 26 06-07-2010 09:57:05

sidade material e demográfica provoca perda de densidade moral, ideia aliás já defendida por Durkheim (1977 II:206). Se com esta ideia Simmel (1977) converge nesta problemática com a posição de Durkheim (1977), dela se afasta ao considerar que o cosmopolitismo presente na vida urbana das médias e grandes cidades tem a vantagem de potenciar uma maior individuação e excentricidade nos comportamentos, ou seja, uma libertação de sufocantes vínculos e de inibidores controlos sociais presentes em pequenos meios sobretudo rurais. Ou seja, enquanto a comunidade aldeã, mesmo quando tolera a excentricidade, estigmatiza o indivíduo de comportamento desviante, a cidade metropolitana não só aceita tais comportamentos como não raro os incentiva e premeia.[14] É, porém, a individualização e a exacerbação das diferenças étnicas e culturais, sobretudo quando associadas a formas de nacionalismo e etnocentrismo, que provocam quebras dos laços sociais e, daí, sentimentos de desconfiança, discriminação e exclusão social.

A par de Durkheim (1977), Simmel (1987), num outro registo, foi um dos autores inspiradores da Escola de Chicago, cujos principais autores (Park 1987, Wirth 1987) sofreram a sua influência nomeadamente no contraste entre os modos de vida rurais perpassados por relações primárias de interconhecimento, proximidade e afectividade e os modos de vida urbanos, caracterizados pelo anonimato, atomização, heterogeneidade e segmentação de papéis. O modelo interpretativo de cidade em Park (1952), além de geocultural, é justamente designado de bio-ecológico na medida em que a ordem ecológica da cidade é vista, à semelhança da vida vegetal e animal, como uma constelação funcional de "áreas naturais", o produto de um conjunto de processos de competição e dominação, conflitualidade e acomodação, invasão e sucessão, adaptação e assimilação por parte dos membros da população urbana na sua relação com a tecnologia, o meio ambiente e os diversos grupos entre si. É, portanto, através destes processos que determinadas áreas urbanas são ocupadas e/ou controladas por determinadas indústrias/comércios, grupos sociais ou étnicos dominantes, empurrando para zonas de transição ou para a periferia os residentes menos providos, despersonificados, enclavados ou segregados (bairros de lata, *ghetos*). É neste quadro que o paradigma da competitividade urbana sustentado por Park (1952), se, por um lado, suscita e com justeza críticas por designar de 'áreas naturais' o que é produto social, económica e politicamente construído pela correlação das respectivas forças em presença, é contudo injustamente rotulado de social-darwinista[15] por, apesar de não aplicar à comunidade urbana

[14] Simmel (1987) enfatiza, em contraponto com a mesquinhez tacanha e sufocante da colectividade rural, o carácter simultaneamente alienatório e emancipador da cidade, cujo ambiente anónimo permite a relativa libertação do indivíduo perante o controlo e a censura sociais próprias das pequenas comunidades rurais, uma ideia que virá a ser retomada por alguns autores da Escola de Chicago nomeadamente Park (1987) e Wirth (1987).

[15] Com efeito, na óptica físico-ecológica de Park (1952, 1987), a cidade, à semelhança do meio físico na vida vegetal e animal, selecciona e discrimina os indivíduos que mais adequadamente se adaptem ao

a ideia da selecção das espécies, lhe atribuir as demais ideias darwinianas: a competição e a luta pela existência, a diferenciação e a preservação do equilíbrio entre população e recursos, a necessidade de adaptação do homem ao seu *habitat* e a simbiose entre a cultura urbana e as 'forças vitais' operantes nas respectivas 'áreas naturais'.

Não obstante o facto de as referidas dicotomias entre o rural e o urbano terem sido e com pertinência postas em causa posteriormente nos anos sessenta por autores como Gans (1962) e Pahl (1966), as categorias e os quadros conceptuais avançados por Weber (1978), Simmel (1977) e prolongados na Escola de Chicago, viriam a ser desenvolvidos e aplicados no terreno pelo interaccionismo simbólico, entre cujos representantes se contam Mead (1934), Becker (1968) e Goffman (1974). Embora estas influências anteriores e, particularmente, os fundamentos filosóficos e epistemológicos de Mead (1934) constituam referências incontornáveis na origem do interaccionismo simbólico, seria contudo nos anos sessenta que esta corrente, contrapondo-se às teorias estrutural-funcionalistas, desenvolveria diferentes objectos e perspectivas sociológicas nomeadamente sobre a delinquência e demais comportamentos desviantes, sobre estereótipos e estigmas de vária ordem (físicos, de personalidade, tribais) em relação aos deficientes, alcoólicos, homossexuais, prostitutas, doentes mentais, toxicodependentes, desempregados, entre outros. Esta elaboração teórica é conhecida como teoria da rotulagem ou da etiquetagem, assim designada por englobar modos de sancionar negativamente os indivíduos de comportamentos desviantes por eles transgredirem as regras aceites na sociedade e, por norma, produzidas pelo(s) grupos dominantes que Becker (1968) denomina como "empreiteiros da moral".

A interpretação interaccionista simbólica representou um importante avanço complementar da abordagem sociológica na medida em que, enquanto as interpretações estruturo-funcionais, na sua vertente mais relativizada, atribuíam as razões de comportamento desviante ora às disfunções da estrutura social, ora, com certa carga psicologizante, às personalidades ou atributos caracteriológicos dos indivíduos, os interaccionistas simbólicos, nomeadamente Goffman (1988) e Becker (1968), analisavam o duplo olhar sobre o comportamento desviante: o da sociedade ou dos indivíduos ditos normais e o dos estigmatizados ou marginalizados. Estes, embora frequentemente interiorizem,

território urbano, ocasionando o aparecimento não só de normais 'tipos vocacionais' (operário, bombeiro, funcionário), como de personalidades excêntricas, 'marginais' e 'esquizóides'. Porém, não obstante estas concepções 'naturalistas' e funcionais serem obviamente susceptíveis de crítica, Park não é, contudo, movido por qualquer intencionalidade de limpeza dos grupos sociais marginalizados ou mais fracos. Se classifica os grupos e os indivíduos excêntricos ou marginais como elementos 'naturais' e próprios do meio urbano, não é para legitimar a sua condição marginalizada. Pelo contrário, preocupado com a necessidade de reabilitar a 'ordem moral' e evitar o caos social, Park (1952, 1987) denota um propósito reformador no sentido de superar a 'desorganização social' provocada pela densidade material, pela diferenciação funcional e pela mobilidade geo-social e, deste modo, melhorar as condições de vida, integrar socialmente os grupos desfavorecidos e reforçar a coesão social nos bairros.

Configuracoes_5-6.indd 28 06-07-2010 09:57:05

sobretudo numa primeira fase de desvio ocasional ou clandestino, a percepção dos 'normais', numa segunda e sobretudo numa terceira e consolidada etapa do 'desvio' desenvolvem e partilham o seu próprio olhar sobre o seu modo de vida estigmatizado e o dos normais. Esta abordagem, que parte dos significados atribuídos pelos actores sociais nas micro-interacções, é, como referem Paugam (1991:29 ss) e Xiberras (1993:115 ss), inovadora e tem a vantagem de relevar processos e não estados ou atributos dos indivíduos, de levar em linha de conta ora as percepções dos "normais", ora as dos "desviantes" e, deste modo, evitar fixar-se apenas nos olhares dominantes ou até etnocêntricos sobre os grupos de pobres, marginalizados, discriminados, excluídos. O 'desvio' é assim visto não como qualidade do indivíduo desviante mas como consequência da interacção, em duplo sentido, entre *insiders* e *outsiders*, da (re)acção dos 'normais' face aos transgressores e destes em relação àqueles. Estes dois olhares, ora se interpenetram e até se sobrepõem, ora se demarcam e até se hostilizam. De resto, só quando as práticas desviantes deixam de ser clandestinamente privadas e são sujeitas à lógica da designação e catalogação pública e institucional é que os respectivos autores fazem 'carreira' desviante e, ainda que negociando o seu papel com os interlocutores institucionais, sofrem contudo a violência simbólica do estigma por parte dos 'normais', das 'instituições', da 'sociedade'. Os pobres e excluídos tornam-se, em termos goffmanianos, objecto de exposição e rotulagem sociais, de desvalorização cerimonial da sua condição ou estatuto com a agravante de a biografia da sua vida privada ou íntima ser, além de eventualmente policiada, perscrutada, diagnosticada e sancionada pelos mediadores institucionais (assistentes sociais, terapeutas, psicólogos, médicos).[16]

Em suma, poder-se-á dizer que as perspectiva simmeliana e interaccionista simbólica, mesmo quando descurem, em maior medida, os constrangimentos estruturais, são de suma importância na interacção social como uma componente crucial na estruturação da pobreza e da exclusão social, perspectivas que têm sido indevida e injustamente menosprezadas pelas tradicionais abordagens estruturalistas.

[16] É tendo em conta esta perspectiva em confronto com as concepções dominantes neoliberais que Schnapper (1996) resume as ambiguidades e os dilemas das políticas sociais: "*a política social desvaloriza e desqualifica aqueles a quem dá o seu apoio... Ainda que se fundam não sobre a caridade mas sobre o direito de todo o cidadão a beneficiar de condições de vida decentes, as transferências sociais têm por efeito perverso dar aos seus beneficiários o estatuto de assistidos e de consagrar o seu fracasso... Como sair do dilema que viveram todas as políticas de luta contra a pobreza em todas as sociedades históricas concretas conhecidas: aliviar o pobre ou o excluído sem o consagrar como pobre ou excluído e lhe tornar imediatamente difícil escapar à sua condição*?" (Schnapper 1996:30). Sobre a condição degradada, inferiorizada e dominada dos assistidos, cf. também Queiroz e Gross (1996:7), questão esta que se prende com novas formas de dependência clientelar a que correspondem formas menos personalizadas mas reais de dominação (Silva 1998). De resto, será certamente a recusa em serem catalogados e rotulados que induz várias pessoas a ocultarem a sua situação de pobreza, dando assim lugar à "pobreza envergonhada", a que se referem I. Baptista *et al* (1995:50) no seu estudo sobre representações de pobreza na área do Porto. Cf. também I. Dias (1998:198), a respeito da vergonha das vítimas, por publicitação, da violência doméstica, além dos receios de retaliação.

Configuracoes_5-6.indd 29 06-07-2010 09:57:05

5. A visão (neo)marxista

Segundo o marxismo, a começar pelos seus fundadores Marx e Engels (1974, 1976) e principais teóricos subsequentes (Lenine 1970, 1977), as desigualdades são analisadas com base nas estruturas económicas, as quais, no entender de marxistas mais recentes tais como Althusser (1972, 1980), Althusser e Balibar (1973), Poulantzas (1975, 1975a), deverão ser combinadas com as (super)estruturas políticas e ideológicas.

Para os fundadores do marxismo a luta de classes constitui o "motor da história" e da evolução dos sucessivos modos de produção ao longo da história. Com efeito, é o modo de produção infraestrutural que determina a superestrutura jurídica, político-estatal, religiosa, cultural, relevando, em última instância, o factor económico.[17]

Cada modo de produção comporta no seu seio as relações sociais antagónicas no respectivo sistema produtivo, pelo que as classes não existem isoladas umas das outras ou fora dessas relações: no esclavagismo o antagonismo entre escravos e patrícios; no feudalismo entre servos e senhores; no capitalismo entre proletários e burgueses. É esta relacional recorrência histórica da luta de classes em torno do controlo dos meios de produção e da manutenção dos privilégios de classe que leva Marx e Engels (1998) a afirmarem, em 1848, em o *Manifesto do Partido Comunista*: *"A história de toda a sociedade até hoje é a história da luta de classes"* (1998:1). Porém, para além da posse dos meios de produção, as classes dominantes controlam e dominam também os aparelhos políticos e ideológicos, alimentando e difundindo as ideias, doutrinas e ideologias que lhes são favoráveis.

A emergência do modo de produção capitalista significou uma enorme libertação de servidões, vínculos e peias presentes sob o feudalismo e, como tal, representou um enorme potencial do desenvolvimento de forças produtivas. Porém, o aumento da capacidade produtiva da sociedade e o lucro daí extraído em benefício da emergente classe burguesa representou a expropriação de pro-

[17] O próprio Engels (1942) justifica a razão por que é que Marx e ele próprio colocaram o acento tónico na dimensão económica na sua luta contra os adversários idealistas e como não lhes restou tempo para se debruçar sobre o estudo doutros factores: "*Nós tivemos que enfatizar este princípio principal por oposição aos nossos adversários que o negavam e nem sempre tivemos o tempo, o lugar ou a oportunidade de reconhecer aos outros elementos envolvidos na interacção o seu próprio lugar...*" E insurge-se contra os que utilizam a fraseologia materialista para se dispensarem de estudar história: *"A concepção materialista da história tem hoje uma série de amigos, a quem tal serve de desculpa para não estudar historia... Em geral, a palavra materialista serve a muitos dos mais jovens escritores na Alemanha como mera frase para tudo e qualquer coisa: eles fixam-se nesta etiqueta e dispensam-se de pensar a questão...Mas a nossa concepção de história é, acima de tudo, um guia para estudo, não uma base para a construção à maneira dos hegelianos. Toda a história deve ser estudada com frescura, as condições de existência das diferentes formações sociais devem ser individualmente examinadas antes de tentar fazer deduzir delas as noções políticas, cívico-legais, estéticas, filosóficas correspondentes...* (Engels 1942:472-73, 477). Se bem que, em várias das suas obras, Marx (1974, 1975, 1998) fez, directa ou indirectamente, diversas referências às classes sociais, é bem conhecido o seu programa iniciado mas não acabado em *O Capital* no sentido de teorizar em torno das classes sociais.

dutores autónomos artesanais e camponeses, bem como a subsequente exploração, alienação e dominação das classes trabalhadoras.

No quadro do modo de produção capitalista os meios de produção são centralizados e monopolizados por uma minoria – a classe burguesa – a qual, composta de diversas fracções (agrária, industrial, comercial e financeira), cresce e se desenvolve à custa da exploração das diversas fracções das classes trabalhadoras: proletariado agrícola, industrial e dos serviços. A força de trabalho torna-se também uma mercadoria, cujo preço corresponde ao trabalho socialmente necessário, capaz de assegurar a subsistência do trabalhador e da sua família. O diferencial entre o valor da força de trabalho e o valor do produto realizado no mercado constitui a mais valia que é repartida pelas diversas fracções da classe burguesa: a renda para o proprietário fundiário, o juro para o banqueiro e o lucro para o empresário agrário, industrial, comercial ou de serviços. Donde se infere que, na óptica de Marx (1974), a linha divisória entre incluídos e excluídos residirá basicamente na clivagem entre membros das classes que detêm o controlo dos meios de produção e membros das classes que, despossuidas de meios de produção, apenas dispõem da sua força de trabalho para vender em função da sua subsistência.

Segundo Marx (1974), o capitalismo tende para a concentração das grandes empresas e para a fusão do capital industrial e bancário, dando lugar ao capital financeiro, tese mais tarde desenvolvida por Lenine (1970) e Luxemburgo (1967). Quer se assuma a tese de Rosa Luxemburg (1967) que sustenta ser o imperialismo um processo inerente e indispensável ao próprio capitalismo para realizar a mais-valia, quer se subscreva a tese de Lenine (1970) para quem o imperialismo seria o estádio superior do capitalismo, para a maior parte dos marxistas o capitalismo monopolista constitui a origem do processo da actual globalização e caracteriza-se, na esteira de Marx (1974) e Lenine (1970), pela (*i*) concentração da produção e do capital em monopólios; (*ii*) fusão do capital bancário e industrial (multinacionais, cartéis); (*iii*) exportação do capital para além da tradicional exportação de mercadorias; (*iv*) divisão do mundo em zonas de influência; e (*v*) a prática consumação da divisão territorial do mundo pelos monopólios.[18]

O desenvolvimento do capitalismo conduziria a crises provocadas pela contradição antagónica entre as forças produtivas que detêm um carácter social e a apropriação privada dos meios de produção e do produto do valor produzido pelos trabalhadores.

A visão marxista, se partilha com a visão durkheimiana, uma abordagem holística centrada no todo societal, difere diametralmente da durkheimiana na medida em que a base material da concepção marxista de estrutura encontra-se

[18] Embora esta última característica poderá considerar-se datada e novas análises sobre a actual globalização se impõem e emergem, há nas análises de Marx (1974) e Lenine (1970) sobre a centralização e a concentração de capital na fase imperialista ideias-chave que ainda hoje têm, no global, ajustada aplicação.

Configuracoes_5-6.indd 31 06-07-2010 09:57:05

nos antípodas duma concepção durkheimiana de estrutura definida em termos normativo-axiológicos. Ou seja, se para Durkheim (1977) estrutura é conceptualizada como um organismo perpassado dum corpo de representações, normas e valores comuns corporizados no conceito de consciência colectiva, para Marx (1974) estrutura remete para o conjunto das forças produtivas e das relações de produção. Mais, enquanto para Durkheim (1977) a divisão do trabalho social produz, em princípio, solidariedade orgânica, para Marx e Engels (1998), como de resto para outros autores não marxistas,[19] ela gera conflito e luta de classes.

Focalizando-nos mais na designada questão relativa à exclusão social, para Marx (1974) este conceito deverá ser entendido de modo diametralmente oposto ao concebido por Durkheim (1977) e, em bastante menor medida, algo mais abrangente que o de Weber (1978). Na esteira da visão marxista e reportando-nos à situação nas modernas sociedades capitalistas, serão excluídos não só determinados grupos sociais mais desfavorecidos ou vulnerabilizados e afectados pelos processos de mecanização e modernização (os camponeses e artesãos pobres, as famílias monoparentais, minorias étnicas desprovidas, subsidiodependentes, os sem abrigo, os desqualificados e desempregados), mas também, em maior ou menor grau conforme o grau de exploração, todos os assalariados dependentes que não têm (quase) nenhum controlo sobre os meios de produção.

Em jeito de síntese, se é certo que a abordagem marxista tradicional tende a exacerbar a visão estruturalista e a dimensão economicista, nem todas as variantes interpretativas no seio do marxismo se pautam por esta perspectiva, havendo mesmo neomarxistas que têm desenvolvido uma interpretação mais dialéctica da relação infraestrutura-superestrura e outros que até abandonam este par analítico por o considerarem ultrapassado. Em todo o caso, na matriz do método e da teoria marxista mantêm-se importantes linhas de interpretação que constituem pontos de partida analíticos fecundos, os quais deverão contudo ser articulados e complementados com outras perspectivas nomeadamente a visão weberiana e a interaccionista simbólica, como veremos de seguida numa espécie de balanço crítico.

6. Estruturação das desigualdades e exclusões sociais: balanço crítico e síntese

Sobre as origens das desigualdades apontam-se diversas causas histórico-sociais que vão desde as teorias da apropriação privada do sobretrabalho e da própria propriedade, passando pelas da divisão do trabalho (manual-intectual, masculino-feminino), até às teorias da coerção ou violência e ainda até às expli-

[19] Por exemplo, também para Weber (1978:114 ss) a divisão do trabalho, entendida nas dimensões técnica, social e económica, constitui uma das fontes de estratificação e desigualdade social.

Configuracoes_5-6.indd 32 06-07-2010 09:57:05

cações de tipo valorativo-normativo. Na procura das causas das desigualdades sociais, importa, porém, nesta matéria, distinguir, na esteira de Bader e Benschop (1988), a dimensão histórica da teleológica, os processos iniciais da sua génese e os processos da sua reprodução. Mesmo assim e atendendo a que, contrariamente aos pressupostos positivistas, as teorias, ainda que de modo mediado, são inseparáveis dos interesses, não só os diagnósticos como as perspectivas de superação dos actuais problemas das desigualdades sociais diferem entre si.

Hoje uma boa parte dos autores utiliza o termo exclusão social e evita o conceito de desigualdades, posicionamento ambíguo mas susceptível de se enquadrar, quer numa visão (estruturo)funcionalista, quer numa abordagem simmeliana e interaccionista simbólica, quer ainda numa perspectiva pseudo-weberiana através da utilização dominante ou exclusiva do conceito de *status*. Não é difícil vislumbrar o objectivo destas concepções que pretendem contornar as raízes estruturais da desigualdade, relevar um conceito restrito de exclusão e fixar-se mormente nos aspectos mais visíveis da pobreza, bem como em específicos grupos-alvo de exclusão social: desempregados, minorias étnicas, famílias monoparentais, desqualificados.

Apesar de a desigualdade e a exclusão serem inerentes à actual sociedade moderna, ambas são consensualmente reconhecidas e classificadas por inúmeros cientistas sociais, pelo menos ao nível discursivo-retórico, como «não legítimas». Há, porém, teóricos que assumem não só como inevitáveis mas também como positivas e funcionais as desigualdades sociais. Se é certo que certas teorias desde o próprio Rousseau (1995) e demais autores iluministas abalaram a crença na 'natural' hierarquia das classes, raças ou géneros e se, por outro lado, algumas teorias neo-institucionais reformadoras, assumindo, pelo menos retoricamente, a defesa da igualdade de oportunidades, consideram como disfuncionais e até ilegítimas certas formas de desigualdade e exclusão sociais, outras há – aliás, como podemos verificar, ainda bem fundas – para as quais a desigualdade social nomeadamente a própria estratificação social é algo de 'natural', de intrínseco a qualquer sociedade, inevitável e, portanto, teórica e socialmente legítima. Aliás, esta concepção, além de perpassar o senso comum, constitui a base 'teórica' justificativa do *statu quo* e da consequente refutação, por parte quer de (neo)liberais quer de sociais-democratas, de qualquer veleidade de utopia igualitária, socialista. A estas teorias subjaz a moderna concepção meritocrática que, além de não questionar os próprios critérios dos méritos e da atribuição das recompensas, evacua da discussão as diferenciadas condições que permitem justamente um diferente grau de acesso e controlo sobre os recursos, ficando-se apenas nas classificações de tipo profissional, as quais seriam, quando muito, resultado de estratégias de luta entre actores sociais. Cristalinamente transparentes, estas teorias com algum sabor social-darwinista ainda não desapareceram do mapa teórico-ideológico, social e mesmo estatal e retornam de modo recorrente, sobretudo e quando as crises sociais e económi-

cas se agudizam. Mais, não só as práticas como as próprias retóricas em torno da modernização e da competitividade, amiúde presentes no discurso político e até retraduzidas em certas leis, assumem, senão tanto a exclusão social, pelo menos a desigualdade como um pré-requisito de funcionamento das sociedades modernas, cujas consequências negativas poder-se-ão minorar mas nunca eliminar. Se, por um lado, como refere Santos (1993), o Estado, sendo a condensação de contradições sociais e económicas e mantendo uma relativa autonomia face a estas, necessita de 'salvar a face' e legitimar-se perante os cidadãos e, portanto, assumir-se contra a exclusão social, por outro, não pode deixar de criar as condições necessárias à acumulação do capital e, consequentemente, reproduzir ou até (re)criar desigualdades sociais, velhas ou novas. Por isso, entendo ser imprescindível articular analiticamente exclusão social e desigualdades sociais. A distinção poder-se-á obviamente fazer; porém, convém, antes de mais, sublinhar que, em vez de estarmos perante dois tipos-ideais de nível analítico equivalente, como pretende Santos (1995), trata-se mais de dois níveis diferenciados de abstracção que, embora se possam reforçar mutuamente, pressupõem, no meu entender e seguindo aqui Bader e Benschop (1988), que a desigualdade detenha prioridade analítica sobre a exclusão social. Embora a exclusão recrie e até reforce certas formas de desigualdade, ela própria é, antes de mais, um produto, um corolário do próprio sistema de desigualdades sociais. É este que não só provoca integração subordinada mas também situações de exclusão por afastamento, expulsão ou eliminação do grupo minoritário, do diferente, apresentando-se amiúde as situações de desigualdade com maior grau de sofisticada subtileza e as de exclusão com eventual maior grau de crueldade (v.g. o massacre de índios, o nazismo, o *apartheid*). Trata-se contudo de processos que, embora diferenciados, se imbricam e exigem uma perspectiva sintética na relação entre estrutura e acção. Nem se diga que, enquanto a desigualdade seria mais um fenómeno socioeconómico, a exclusão seria mais sociocultural. Porque o estar dentro como integrado ou fora como excluído depende fundamentalmente do ângulo ou da perspectiva teórica em que cada um se coloca. Ou seja, o problema da exclusão obterá obviamente, pelo menos, três respostas diferentes conforme o analista social se colocar numa perspectiva durkheimiana (exclusão como perda do laço socio-moral), weberiano-interaccionista (exclusão como fechamento social ou usurpação de recursos por parte de determinado grupo estatutário face aos demais) ou marxista (exclusão como desapropriação dos meios de produção e demais recursos políticos e simbólicos, incluindo a não participação nos processos de decisão política), visão esta que certos autores como, por exemplo, Xiberras (1993) incompreensivelmente ignora.[20]

[20] Xiberras (1993) não só ignorou Marx e os contributos (neo)marxistas como deformou e enviesou o pensamento weberiano, assumindo-o apenas como uma forma vertical de analisar o laço social, assumindo que todos os pais fundadores da Sociologia ter-se-iam ocupado primordialmente da ordem e da coesão social, enquanto características preexistentes na sociedade e princípios enformadores da organização social. É esta velha ideia retocada que faz surgir posições neodurkheimianas como a de Rodrigues *et al.*

O conceito de exclusão social presta-se a um duplo equívoco: por um lado, assume-se como incluída uma grande parte de classes e categorias sociais que, do ponto de vista marxista e até weberiano, são efectivamente explorados e dominados porque excluídos do controlo dos recursos nomeadamente de meios de produção; e, por outro, consideram-se excluídos, do ponto de vista durkheimiano, indivíduos e grupos sociais que, ainda que economicamente pertencentes a classes providas, não estejam nem se sintam, pela dissolução ou fragilização do elo social, integrados na sociedade do ponto de vista social e sobretudo axionormativo. Ainda que "o estar ou não integrado" em relação aos direitos seja um enfoque defensável e até pertinente a um nível de análise organizacional e interactiva, como o fazem diversos autores desde Castel (1998), Costa (1998), Capucha (1998), ele é insuficiente. Por outro lado, parece-nos inadequado sustentar – salvo num enviesamento neodurkheimiano ou numa perspectiva alegadamente neoweberiana mas truncada em relação à visão weberiana – que o velho antagonismo entre os exploradores dominantes e assalariados dominados foi substituído pela clivagem entre integrados ("os que estão dentro") e desintegrados ("os que estão fora") no tocante ao sistema de trabalho, à sociabilidade familiar, ao acesso ao consumo, tendendo a assumir como incluídos os assalariados com capacidade aquisitiva de bens de consumo.

Sobre exclusão e desigualdades sociais, a concepção weberiana mostra-se extremamente fecunda, sendo de registar, antes de mais, que o próprio conceito de exclusão social é tributário, em primeira instância, do legado teórico weberiano. Com efeito, o conceito de exclusão, sendo um conceito originariamente weberiano, em termos estamentais e estatutários, representa, de facto, o lado 'social' da exclusão. Porém, atendendo à ampla e reversível concepção tridimensional do poder em Weber (1978), o conceito de exclusão social, mais associado ao conceito de *status,* não pode nem deve ser desligado, quer do conceito de classe na estrita esfera económica, quer do conceito de partido ou do Estado na esfera propriamente política. Só uma concepção restrita e algo truncada de exclusão em Weber e sobretudo uma visão durkheimiana poderão comportar equívocos em torno do conceito de exclusão, os quais se traduzem e não de modo inocente em enviesamentos 'científicos', acabam por ser ideologicamente assumidos por certos políticos e pelo senso comum: excluídos seriam apenas uma minoria de pobres, de marginalizados, de minorias étnicas, de beneficiários do rendimento mínimo, havendo até quem hoje proclame que com o rendimento mínimo já não haveria excluídos![21]

(1999) ao pretenderem que o debate nas sociedades actuais já não se centra nas desigualdades sociais nem no carácter inigualitário da sociedade mas na noção de exclusão, a qual, estando ligada não à oposição de interesses mas à fragilidade, "*ultrapassa a da desigualdade*" (1999:70).

[21] Não é por acaso que não só certas forças políticas e seus representantes, como inclusive alguns cientistas sociais assumem como não excluídos os que usufruam de um rendimento ou salário e como excluídos apenas os que sejam vítimas de certos efeitos mais dramáticos ou chocantes do sistema económico: desempregados, desqualificados, minorias étnicas, idosos. Por exemplo, o livro de Lenoir (1974) intitulado

A interpretação de alguns neoweberianos, talvez induzidos pela obsessão de refutar a tese marxista, descuram contudo bastantes das convergências entre Weber (1978) e Marx (1974), tal como aliás têm sido exploradas e desenvolvidas por diversos autores tais como Bourdieu (1979, 1980) e sobretudo Bader e Benschop (1988) e, em Portugal, na análise da sociedade portuguesa por Martins (1998). Para ambos clássicos da Sociologia, a relação entre classes proprietárias e outras detentoras de recursos, obtidos quer pela via da herança, quer pela sua aquisição no mercado, e as classes destituídas de recursos comporta um processo conflitual que é inerente ao próprio sistema capitalista. A diferença entre ambos os autores residirá mais no facto de que, enquanto Marx (1974) tende a remeter todos os tipos de conflito à luta de classes, Weber (1978) assume a propriedade privada não como a única fonte de divisão e desigualdade entre os homens mas enumera uma série de conceitos relevantes para entender as várias formas de conflitualidade e exclusão social. Neste sentido, enquanto proliferam recentes definições e teorizações sobre a exclusão social como se da descoberta de ovo de colombo se tratasse, creio ser justo e necessário assinalar o rico contributo analítico de Weber na abordagem da exclusão social.

A par do polifacetado e fecundo paradigma weberiano para a explicação das desigualdades sociais, a abordagem marxista torna-se igualmente imprescindível, quer para a análise e a explicação das desigualdades sociais, quer para a desconstrução das vertentes ideológicas das teorias meritocráticas e da igualdade de oportunidades. Enquanto certas classes e grupos – uns emergentes, outros já instalados e reconvertidos – conseguem aproveitar as novas condições políticas para firmar ou melhorar as suas posições, outros vêem-se arredados dos recursos, recompensas e privilégios, quer da velha, quer da nova ordem burguesa.

As lutas entre grupos sociais, sejam de classe ou estatutárias, bem como as diversas estratégias para tornar eficaz o fechamento social têm lugar no seio da dita sociedade civil. Se bem que o Estado aparentemente se alheie destas lutas, ele não é indiferente às polarizações sociais, quer de modo activo, através das funções legislativa e judicial, na defesa de pré-requisitos e pressupostos – que, independentemente da vontade dos indivíduos, conduzem à assimetria de recursos entre os grupos -, quer de modo omisso, ao não intervir em defesa de grupos ou categorias sociais desfavorecidas.

Ao nível da estruturação das posições sociais objectivas não é possível entender os excluídos como aqueles que estão fora do sistema ou da sociedade, uma vez que a sua posição é também ela resultante dos mecanismos de funcio-

"*Les exclus: un sur dix français*" é elucidativo. Em Portugal, a ideia de que os excluídos serão uma parte minoritária arredada dos benefícios do bem-estar e do progresso perpassa o raciocínio de vários autores, entre os quais M. Silva (1996:234), Capucha (1998), Costa (1998) e Rodrigues *et al.* (1999:65) que, no seguimento de Castel (1998), consideram excluídos os proletários do século XIX mas já não a grande parte dos assalariados, porque já e quando sujeitos de direitos sociais e laborais. Em contrapólo da exclusão, cf., sobre cidadania e direitos, Marhall (1967), Cabral (1997).

namento injusto do respectivo sistema social em que tais exclusões ocorrem. Ou seja, a exclusão social é segregada, em primeira e última instância, pelo próprio sistema social.

As desigualdades e exclusões sociais são produzidas e reproduzidas pela acção social dos diversos tipos de actores sociais e esta, por sua vez, é estruturada pelas condições (pre)existentes das desigualdades. No entanto, a fim de evitar qualquer raciocínio de tipo circular, impõe-se não só uma articulação dos diversos tipos de desigualdade (classe e género, cf. Pfefferkorn 2007) como uma hierarquização dos níveis de análise. Assim, embora cada um dos níveis tenha a sua relativa autonomia, lógica e campo específicos, dever-se-á manter, na esteira de Bader e Benschop (1988), a seguinte hierarquia de níveis de compreensão-explicação: o nível socio-estrutural, embora não determine totalmente, estrutura e integra o organizacional e este, por sua vez, o interaccional, afastando-se esta posição de qualquer alinhamento incondicional, em relação quer às teoria organizacional e das elites, quer à teoria interaccionista simbólica, quer ainda da teoria dos jogos ou das redes que esquecem ou subalternizam os aspectos estruturais. Porém, por outro lado, a inclusão do nível organizacional e interactivo permite-nos evitar cair nas posições rígidas do estruturalismo marxista tradicional que, como referi, subestima as componentes organizacionais e sobretudo interactivas. Em suma, em relação ao velho dilema estrutura-acção, torna-se cada vez mais insustentável, em termos exclusivos ou unidimensionais, a defesa de um dos pólos da dicotomia, pelo facto de se cair ora no monolitismo ora no dogmatismo teórico-metodológico.

Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira de (1993), "Integração Social e exclusão social: algumas questões", in *Análise Social*, vol. XXVIII, 123-124: 829-834.

ALMEIDA, João Ferreira de *et al.* (1992), *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

ALMEIDA, João Ferreira de *et al.* (1995), *Sociologia*, Lisboa: Universidade Aberta.

ALTHUSSER, Louis {1972 (1965)}, *Pour Marx*, Paris:Maspero.

ALTHUSSER, Louis (1980), *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, Lisboa: Presença.

ALTHUSSER, Louis e BALIBAR, Etienne {1973 (1968)}, *Lire le Capital*, II, Lisboa: Presença.

BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheden*, Groningen: Wolters Noordhoff.

BAPTISTA, Isabel, PERISTA, Isabel, REIS, Ana Luzia (1995), *A pobreza no Porto: representações sociais e práticas institucionais*, Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza.

BRAVERMAN, Harry (1974), *Labour and Monopoly Capital. The Degradation of Work in the Twentieth Century*, Nova Iorque, Londres.

BECKER, Howard S. {1968(1963)}, *Outsiders – Studies in the Sociology of Deviance*., Nova Iorque e Londres: The Free Press of Glencoe.

BERNSTEIN, Eduard {1964 (1899)}, *Socialismo revolucionário*, Rio de Janeiro:Zahar.

BERTINOTTI, Fausto (2000), *Ces idées qui ne meurent pas*, Paris: Le Temps des Cerises.

BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris: Minuit.

BOURDIEU, Pierre (1980), *Le sens pratique*, Paris: Minuit.

CABRAL, Manuel Villaverde (1997), *Cidadania política e Equidade Social em Portugal,* Oeiras: Celta Editora.
CAPUCHA, Luís (1998), "Pobreza, exclusão social e marginalidades" *in* J.M.L. Viegas e A. F. Costa (orgs), *Portugal, que modernidade?*: 245-283, Oeiras: Celta.
CASTEL, Robert (1998), *As metamorfoses da questão social. Uma crónica do salário*, Petropolis: Editora Vozes.
COHEN, Daniel (1997), *Riqueza do mundo, pobreza das nações*, Lisboa: Dom Quixote.
COSTA, Alfredo Bruto da (1998), *Exclusões Sociais*, Lisboa: Gradiva Publicações.
DAHRENDORF, Ralf (1959), *Class and Class Conflict in Industrial Soci*ety, Londres: Routledge & Kegan Paul.
DAVIS, Kingley e MOORE, Wilbert E. [1976 (1945)],"Alguns princípios de estratificação" *in* O. Velho *et al.* (orgs) *Estrutura de classes e estratificação social*: 115-132, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
DIAS, Isabel (1998), "Exclusão Social e violência doméstica: que relação?", in *Sociologia:* 189-205, Porto.
DURKHEIM, Emile (1959), *Socialism and Saint Simon*, organizado por A. Gouldner, Londres: Routledge & Kegan Paul.
DURKHEIM, Émile {1974 (1895)}, *Las reglas del método sociológico*, Madrid: Morata.
DURKHEIM, Émile {1977 (1893)}, *A divisão social do trabalho*, Lisboa: Presença.
ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. {1969(1963)}, *The Established and the Outsiders. A Sociological Enquiry into Community Problems*. Londres: F. Cass.
ENGELS, Friedrich (1942), *Selected Correspondence*, 1846-1894, Nova Iorque: International Publishers.
FERNANDES, António Teixeira (1991), "Formas e mecanismos de exclusão social", in *Sociologia,* 1: 9-66, Porto.
FERNANDES, António Teixeira (1997), *A Sociedade e o Estado – Sociologia das Formações Políticas*, Porto: Afrontamento.
FERREIRA, J.M. Carvalho *et al.* (1995), *Sociologia*, Alfragide: Mcgraw-Hill.
GANS, H.J. (1962), *The Urban Villagers. Group and Class in the Life of Italian-Americans*, Nova Iorque: The Free Press.
GIDDENS, Anthony (1997), *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
GONZALEZ, Juan Romero e ESPARCIA, Javier Perez (1992*), Pobreza y desigualdad en los paises en desarrollo,* Madrid: Editorial Síntesis.
GORZ (1997*), Metamorfoses del trabajo: búsqueda del sentido,* Madrid: Editorial Sistema.
LENINE, Vladimir [1970 (1913)], *Imperialismo, estádio supremo do capitalismo*, Lisboa: Nosso Tempo.
LENINE, Vladimir [1977 (1899)], *The Development of Capitalism in Rússia*. Collected Works III, Moscovo: Progress Publishers.
LENOIR, René (1974), *Les exclus: l'un sir dix Français*, Paris: Le Seuil.
LUXEMBURG, Rosa [1967 (1912)], *L'accumulation du capita*l, Paris: Editions Sociales.
MARCUSE, Herbert [1968(1964)], *L'homme unidimensionne: essai sur l'idéologie de la société industrielle avancée*, Paris: Minuit.
MARSHALL, T.H. (1967), *Cidadania, classe social e status*, Rio de Janeiro.
MARTINS, Hermínio (1998), *Classe, Status e Poder*, Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais.
MARX, Karl [1974 (1967)], *O Capital*, Lisboa: Delfos.
MARX (1975), *Trabalho assalariado e capital*, Porto:Escorpião.
MARX, Karl e ENGELS, Friedrich [1976 (1846)], *A ideologia alemã*, Lisboa: Presença.
MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1998), *O Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa:Hugin.
MEAD, Herbert (1934), *Mind, Self and Society*: *from the Standpoint of a Social Behaviorist*, Chicago: University of Chicago Press.
MEDA, Dominique (1999), *Trabalho: um valor em vias de extinção*, Lisboa: Fim do Século.
MERTON, Robert (1970), *Sociologia: teoria e estrutura*, S. Paulo: Editora Mestre Jou.
PAHL, R.E. (1966), "The Rural-Urban Continuum" in *Sociologia Ruralis*, vol.VI, 3-4:299-329.
PARK, Robert (1952), *Human Communities*, Illinois: The Free Press of Glencoe.
PARK, Robert (1987), "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano" *in* O. G. Velho (org.) *O fenómeno urbano*: 26-67, Rio de Janeiro: Guanabara.

PARKIN, Frank (1979), *Marxisme and Class Theory: a Bourgeois Critique,* Londres: Tavistock Publications.
PARSONS, Talcott (1947), "Introduction" a *Social and Economic Organization* (tradução da obra *Wirtschaft und Gesellschaft* de M. Weber): 1-86, Nova Iorque: The Free Press.
PARSONS, Talcott (1967), "Una revisión analítica de la teoría de la estratificación social" in *Ensayos de Teoría Sociológica*, Buenos Aires: Paidós.
PARSONS, Talcott [1988(1951)], *El sistema social*, Madrid: Alianza Editorial.
PAUGAM, Serge (1991), *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris: Presses Universitaire de France.
PFEFFERKORN, Roland (2007) I*négalités et rapports sociaux. Rapports de classe, rapports de sexe*, Paris: Éditions La Découverte.
PINTO, José Madureira (1977), "A etnologia e a sociologia na análise das colectividades rurais" in *Análise Social*, vol XIII, 52:805-825.
POULANTZAS, Nicos (1975), *Classes in Contemporary Capitalism*, Londres: NLB.
POULANTZAS, Nicos (1975a), *Pouvoir politique et classes sociales*, Paris: Maspero, vol. I:32-100, 149-165; vol. II: 14-77.
QUEIROZ, Maria Cidália, GROS, Marielle Christine (1996), "Das condições sociais de exclusão às condições de solidariedade", in *Cadernos das Ciências Sociais,* 15-16: 5-40.
RABOT, Jean Martin (2001), « Reflexões sobre o conceito de burocracia em Max Weber » in *Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia, *Sociedade e Cultura*, vol 16 (1-2): 35-56.
RIFKIN (1996), *La fin du travail*, Paris: La Decouverte.
RODRIGUES, E.V. *et al.* (1999), "A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal", in *Sociologia*, 63-101, Porto.
ROSANVALLON, Pierre (1981), *La crise de l'État-Providence*, Paris: Seuil.
ROUSSEAU, Jean Jacques {1995 (1755)}, *Discurso sobre a origem e fundamentos da desigualdade entre os homens*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
SANTOS, Boaventura de Sousa (1995), "Construção multicultural da igualdade e da diferença" in *VII Congresso Brasileiro de Sociologia*, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
SCHNAPPER (1996), "Integration et exclusion dans les sociétés modernes" *in* S. Paugam (org), *L'exclusion, l'état des savoirs*, Paris: Éditions La Decouverte.
SCHNAPPER (1998) *Contra o fim do trabalho*, Lisboa: Terramar.
SEN, Amartía K. (2000), "Work and Rights" in *International Labour Review*, vol. 139 (2):119-128, Genebra.
SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesa no noroeste de Portugal*, Porto: Afrontamento.
SILVA, Manuel Carlos (2001), "Sociedade e Estado perante as desigualdades sociais: o caso português" in B. S. Santos, A. Cohn e A Camargo (orgs.) *Brasil – Portugal entre o Passado e o Futuro. O Diálogo dos 500 anos*. Rio de *Janeiro:* EMC Edições.
SILVA, Manuel Carlos (2003), *Solidariedade e exclusão social*, Braga: Universidade do Minho (policopiado).
SILVA, Manuel Carvalho da (2002), *Agir contra a corrente. Reflexões de um sindicalista*, Porto: Campo de Letras.
SILVA, Manuela (1996), "A Exclusão Social será inevitável?", in *Brotéria*, vol. 142, 2: 229-238.
SIMMEL, Georges (1971), "The Poor" *in* D.N. Levine (org) *Georg Simmel: On the Individuality and Social Forms*, The University of Chicago Press.
SIMMEL, Georg (1977), *Sociologia. Estudios sobre las formas de socialización*, 2 vols., Madrid: Revista de Occidente/Alianza Editorial.
SIMMEL, Georg (1987), "A metrópole e a vida mental" *in* O. G. Velho (org), *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara.
SOARES, Glaucio A. (1972), "Economic Delopment and Class Structure" *in* R. Bendix e S. M. Lipset, *Class Status and Power*, Nova Iorque: The Free Press, Londres: MacMillan Limited).
SOROKIN, Pitirim A. (1971), «O que é uma Classe Social?" *in* O. G. Velho *et al.* (orgs.) *Estrutura de Classes e Estratificação Social:* 84-93, Rio de Janeiro: Zahar.
TOURAINE, Alain (1970), *A Sociedade Post-Industrial*, Lisboa: Moraes.

WEBER, Max (1972),"Clase, 'status', partido" *in* O Velho *et al* (orgs), *Estrutura de classes e estratificação social*: 61-83, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
WEBER, Max [1978 (1920)], *Economy and Society*, editado por G.Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.
WIRTH, Louis [1987 (1938)], "O urbanismo como modo de vida" in O. G. Velho (org) *O fenómeno urbano*: 90-113, Rio de Janeiro: Guanabara.
XIBERRAS, Martine (1993), *As teorias da exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio,* Lisboa: Instituto Piaget

O estigma racial na construção do Estado punitivo americano

Loïc Wacquant*

Resumo:

Este artigo esboça uma caracterização do regime de marginalidade urbana, que emergiu nas sociedades avançadas desde o final da era Fordista, com destaque para quatro lógicas que se combinavam para produzi-lo: a mudança macro-societal resultante em desigualdades, a mutação do trabalho assalariado (o que implica tanto desproletarização como informalidade), a redução da segurança social e da concentração espacial e a estigmatização da pobreza. O surgimento desta nova marginalidade não é um sinal de convergência transatlântica no padrão americano: os bairros Europeus desclassificados estão profundamente penetrados pelo Estado e as tensões etno-raciais entre eles são alimentadas, não pelo aumento da diferença entre imigrantes e nativos, mas pela sua proximidade crescente no espaço social e físico. Para lidar com as formas emergentes de marginalidade urbana, as sociedades enfrentam uma alternativa em três frentes: corrigir os programas existentes da segurança social, criminalizar a pobreza através da contenção punitiva dos pobres, ou instituir novos direitos sociais que separem subsistência do desempenho no mercado de trabalho.

Palavras-chave: hiper-encarceramento, classe, raça, gueto, trabalho comunitário, estigma, Estado penal, Estados Unidos

* Departamento de Sociologia, Universidade da Califórnia – loic@berkeley.edu. Este texto foi editado em *The Boston Review* que deu conta do debate com Glenn Loury (cf. Glenn Loury, 2007) .

Configuracoes_5-6.indd S1:41 06-07-2010 09:57:05

Há mais de uma década tenho vindo a defender que a maior e única transformação política da era dos Direitos pós-Civis no país tem sido a construção de um gigantesco estado penal, que refez a estratificação da América, cidades e cultura cívica, reformulando o próprio carácter da "negritude" (Wacquant 1996, 1999, 2001 e 2004/2008). A construção desta hipertrófica e hiperactiva polícia, do tribunal e do sistema prisional, que tem impelido os E.U.A. ao lugar de incontestável campeão mundial em encarceramento, é, essencial e inseparavelmente, (*i*) um instrumento para promover a revolução neoliberal que está a reconfigurar a ordem social e económica de cima abaixo; e (*ii*) uma reacção, no duplo sentido de resposta e reacção ao movimento dos direitos civis e aos motins do gueto de meados da década de 60, ou seja, ao colapso do aparelho institucional que ancorou a hierarquia etno-racial na América na era fordista.

Concordo com a orientação geral e com a motivação do argumento nuclear de Glenn Loury[1]: o encarceramento extremo nos Estados Unidos é uma vergonha cívica; o seu alvo principal e vítimas são os Afro-americanos; é necessário trazer este debate para o primeiro plano da política dos Estados Unidos; e uma nova política inclusiva deve ser formada para combater e resolver esse problema. Mas discordo na especificidade do diagnóstico (quanto à natureza, escala e impacto do fenómeno), bem como na sua especificidade analítica: para Loury, os indivíduos e as redes são epicentros, enquanto eu vejo o Estado como um agente principal, um campo de batalha, marcado pela particularidade com que coloca em prática uma "acção afirmativa carcerária", através de um ingrediente de classe. Isto leva-me a um outro conjunto de recomendações, quando nos deslocamos do plano positivo para o normativo. Por falta de espaço, vou enfatizar de maneira directa as diferenças nas nossas perspectivas. Quero, porém, salientar que o meu objectivo aqui não é minar os argumentos de Loury mas sim amplificá-los, torná-los mais potentes e mais prementes, mesmo quando a minha análise é decididamente mais pessimista (ou a minha fé na pura boa vontade cívica menos abrangente) no que concerne às formas de cessar e, eventualmente, inverter a escalada penal.

In nuce, por muito negativa que seja a história contada por Glenn Loury, a realidade no terreno configura-se bem pior. O estado penal é maior, mais cruel e mais intrusivo do que ele nos contou. A forma como ele intervém e o seu impacto tende a ser mais concentrado e pernicioso nas classes baixas afro-

[1] Ter um dos principais cientistas sociais da América - e um dos únicos economistas do país que ainda é um cientista social -, bem como um intelectual público líder e um importante intelectual negro para tratar este assunto e elevar a sua visibilidade de acordo com a sua urgência é um evento demasiado raro para eu o deixar passar. A conjugação do prestígio da Conferência Tanner, a visibilidade institucional de Stanford, e a mistura única de rigor analítico e fervor moral que Glenn Loury (2007) traz para a questão, constitui uma combinação extremamente preciosa; tornou-se impossível para mim não estar presente. Espero que esta conferência e o debate que irá gerar provem ser um ponto de viragem na mobilização colectiva, entre os académicos, os intelectuais negros e não só, de modo a que a monstruosidade histórica do estado penal racializado americano seja colocada no centro do debate público nacional – embora, por razões que irei explicar a seguir, não esteja optimista com essa perspectiva.

Configuracoes_5-6.indd S1:42 06-07-2010 09:57:06

americanas, presas aos vestígios do gueto negro. E os seus efeitos são muito maiores do que ele apresentou: a enorme e agressiva máquina penal da América não é simplesmente uma corrida de processos, mas o refazer do seu próprio significado e realidade (Wacquant 2005). Irei provar que o dilema de raça, classe e encarceramento nos Estados Unidos no início do século XXI não é um problema moral, mas um dilema fundamentalmente político. É político em três sentidos: *(i)* não é sobre o crime, mas sobre o perímetro e as missões do Estado, *(ii)* é o produto de uma mudança no equilíbrio de poder que derrubou políticas públicas para dar lugar à regulação punitiva dos pobres, *(iii)* e envolve a concepção que temos da vida em comum, isto é, do tipo de sociedade que os Estados Unidos da América são e do que ainda podem vir a ser.

Não é o encarceramento em massa, mas o hiper-encarceramento

Loury reconta a história, agora familiar, do assombroso crescimento do encarceramento desde meados da década de setenta do século passado. Mas o aumento brutal da população que está atrás das grades, de 380.000 em 1975 para mais de 2 milhões em 2000, é apenas uma parte da história da expansão do estado penal (Wacquant 2004/2008:capítulos 4-5). Em primeiro lugar, este aumento é notável por ter sido alimentado, não pelo prolongamento do período médio, como em épocas anteriores de inflação carcerária, mas principalmente pelo aumento nas entradas para a prisão (que aumentaram de 159.000 em 1980 para 665.000 em 1997). Em segundo lugar, este aumento "vertical" do sistema penal tem sido ultrapassado pela "horizontal": as fileiras daqueles que se mantêm na longa sombra da prisão, através da prisão preventiva e liberdade condicional, têm aumentado ainda mais de que a população presa (para cerca de quatro milhões e um milhão, respectivamente). Como resultado, o total de indivíduos sob supervisão da justiça penal, ultrapassou 7 milhões em 2004.

O âmbito das autoridades penais também foi drasticamente ampliado, com o crescimento exponencial da utilização de bases de dados da justiça criminal, que se configuram cada vez mais amplas e abrangentes. Estas continham mais de 60 milhões de arquivos em 2000, com cerca de 35 milhões de pessoas, incluindo a difusão dos inventários de "rap" ("rap sheets") através da internet, a rotinização das verificações dos historiais pessoais por parte dos empregadores, a propagação dos estatutos da notificação pública, bem como a substituição das transactas impressões digitais e fotografias para as impressões de ADN. O advento do "Grande Governo" Penal só foi possível com os extraordinários aumentos de financiamento (a prisão e despesas com o encarceramento nos Estados Unidos dispararam de 7 bilhões em 1980 para 57 bilhões em 2000) e o incremento adicional de um milhão de pessoas para o staff, o que fez com

Configuracoes_5-6.indd S1:43 06-07-2010 09:57:06

que se chegasse ao posto de terceiro maior empregador do país, apenas suplantado pelo Manpower e pelo Wal-Mart. Isto indica que a intervenção do estado penal no organismo nacional é muito maior e mais efectiva do que o que Loury admite.

Mantendo o uso comum entre os analistas do cenário penal dos E.U.A., codificado por Garland (2001), Loury fala desta expansão sem precedentes e sem paralelo como um *encarceramento em massa*. Esta é uma descaracterização do que seria melhor designar-se como hiper-encarceração[2]. Este não é um mero subterfúgio terminológico para a mudança nos pontos de formulação de um retrato diferente do fenómeno, o que leva a um modelo causal diferente, prevendo prescrições políticas diferentes. Encarceramento em massa sugere as preocupações com o confinamento de grandes áreas da cidadania (como acontece com os meios de comunicação de massa, cultura de massa, o desemprego em massa, etc.), implicando que a rede penal foi arremessada para bem longe através do espaço físico e social. Mas a expansão e intensificação das actividades da polícia, dos tribunais e das prisões ao longo do último quarto de século têm sido algo amplas e indiscriminadas. Elas têm sido finamente direccionadas, em primeiro lugar, atendendo à classe, em segundo à denominada raça, através da disfarçada marca de etnicidade, e, em terceiro, ao espaço físico. Este acumulado de alvos levou ao hiper-encarceramento de uma categoria particular – os homens negros de classe baixa a viver em guetos em ruínas – deixando os restantes membros da sociedade – incluindo, de modo mais saliente, os negros de classe média - praticamente intocados. Além disso, essa tripla selectividade é uma propriedade constitutiva do fenómeno: se o Estado penal se desenrolasse de uma forma indiscriminada por meio de políticas, resultando na captura de um vasto número de cidadãos brancos e de classe média, o seu crescimento teria sido rapidamente interrompido por uma acção política. O encarceramento em massa é socialmente tolerável e, portanto, viável como política pública, apenas enquanto não atingir as massas: é uma figura de estilo, que esconde os vários filtros que funcionam para demarcar o alvo penal.[3]

Classe, não raça, é o primeiro filtro de selecção para o encarceramento. Os enfoques aceites em torno da raça, do crime e do castigo, que têm dominado as discussões sobre a expansão (*boom*) da prisão, têm obliterado o facto de que

[2] Gostaria de fazer uma observação, com toda justiça ao Loury, que eu também caí na mesma armadilha conceptual no meu trabalho anterior. A designação de "reclusão" em massa é intuitivamente atraente porque ajuda a dramatizar uma condição que está mesmo á mão e a direccionar a atenção do público directamente para ela. Mas o desejo de enfatizar a pertinência política atravessa-se no caminho de rigor analítico.

[3] O tropo marcial da "Guerra contra o crime" tem igualmente dificultado a análise da transformação e do funcionamento da política criminal. Esta denominação agressiva - apoiada por defensores e críticos de reclusão ampliada - é triplamente enganosa: passa as medidas destinadas a cidadãos civis para uma campanha militar contra os inimigos estrangeiros; diz que pretende combater o "crime" genericamente, quando atinge uma fita estreita de ilegalidades (crimes de rua nos bairros segregados de classe baixa da cidade), e abstrai a ala de justiça criminal da ampla reformulação do Estado que implicam a restrição simultânea do bem-estar e expansão do trabalho prisional.

Configuracoes_5-6.indd S1:44 06-07-2010 09:57:06

os presos são, em primeiro lugar, pessoas pobres. Consideremos o perfil social da clientela das prisões da nação - a porta de entrada do arquipélago carcerário americano. Esta clientela é composta predominantemente pelas fracções mais precárias da classe trabalhadora (Wacquant 2004/2008: capítulo 2): menos de metade dos presos tinha um trabalho a tempo inteiro no momento da sua acusação e dois terços, quando saídos de casa, tinham rendimentos anuais de aproximadamente menos de metade do valor que situa a "linha de pobreza", apenas 13% tinham habilitações superiores ao ensino secundário (acima de metade em comparação com uma taxa nacional) e 60% cresceram sem ambos os pais, dos quais 14% foram criados em lares adoptivos ou orfanatos; e todos os outros detidos tiveram um membro da sua família atrás das grades. Por outras palavras, muito poucas pessoas das classes média e alta vão para a prisão, especialmente por cometer crimes menores, que representam a grande maioria das condenações - Martha Stewart é a excepção espectacular que foca esta estrita regra de classe.

Raça vem em segundo lugar. Porém, a transformação étnica da prisão foi uma vez mais dramática e intrigante do que Loury reconhece. Para começar, a composição etno-racial dos condenados foi completamente alterada em quatro décadas, passando de 70% brancos e 30% de "outros" no final da II Guerra Mundial para 70% de negros e latinos e 30% brancos, no século seguinte.

Essa inversão, que aconteceu depois de meados dos anos 70, é ainda mais impressionante quando a população penal encolheu e se tornou *mais branca* durante esse período: a proporção de afro-americanos entre os indivíduos detidos pela polícia por quatro dos crimes violentos mais graves (assassinato, violação, roubo, assalto agravado) caiu de 51% em 1973 para 43% em 1996 (Tonry 1997: 17). Seguidamente, o rápido "*enegrecimento*" da população prisional, mesmo quando o crime "*embranqueceu*", deveu-se exclusivamente a um extraordinário aumento na taxa de encarceramento de negros de classe baixa. No seu livro *Punishment and Inequality in America*, Bruce Western (2006:27) produz uma estatística impressionante (ainda que daí nada surpreendente se infira): enquanto o risco cumulativo de prisão para homens afro-americanos, sem o ensino secundário, triplicou entre 1978 e 1998 para atingir a espantosa taxa de 59%, o tempo de reclusão para os homens negros com alguma educação de nível superior diminuiu de 6% para 5%. Isto revela que a prisão atacou selectivamente por classe no seio da raça, o que mais uma vez refuta o diagnóstico de um fenómeno 'em massa'.

Expansão penal como uma resposta à implosão do gueto

Ora bem, como foi essa dupla selectividade alcançada? Como é possível que as leis penais, ostensivamente escritas para evitar o enviesamento de classe

e de cor, levaram tantos (sub)proletários homens negros a estarem presos, e não outros homens negros?[4]

O ingrediente de classe numa "prisão racializada" foi obtido mediante a focalização num lugar especial: os vestígios do gueto negro. Eu insisto aqui sobre a palavra vestígios, porque o gueto de antigamente – que detinha em seu poder uma unificada, mesmo que estratificada, comunidade negra – já não existe. O "Black Belt" comunal da era fordista, descrito por uma longa linhagem de ilustres sociólogos negros, desde DuBois a Frazier, Drake e Cayton a Kenneth Clark, implodiu nos anos sessenta para ser substituído por uma estrutura dual e descentrada de isolamento, composta por um degradado hiper-gueto duplamente segregado por raça e classe e bairros satélite negros de classe média, que proliferam em áreas adjacentes desocupadas pelo êxodo em massa dos brancos para os subúrbios (Wacquant 2007: 117-118).

Para detectar, porém, a ligação apertada entre o gueto decadente e a prisão em expansão exige que tenhamos dois movimentos analíticos. Primeiro, é preciso sair do âmbito estreito do paradigma de "crime e castigo" que continua a restringir o debate académico e político, apesar da sua inadequação cada vez mais gritante. Uma simples proporção é suficiente para demonstrar que o crime não pode ser a causa por detrás da hiper-inflação da prisão: o número de pessoas em prisões estaduais e federais cresceu de 21 condenados por 10.000 crimes tabelados, em 1975, para 106 por 10.000, em 1999. Noutras palavras, manter a taxa de crime constante mostra que o estado penal norte-americano é cinco vezes mais punitivo hoje do que era há três décadas.[5] Em vez de se ficar amarrado às investigações da (des)conexão crime-punição, é preciso reconhecer que a prisão não é uma mera aplicação técnica do Leviatã, desenhada para reter os agressores, mas uma forma do Estado central se dedicar à gestão das populações desprovidas e desonradas. Voltando ao início da história da prisão no século XVIII, prontamente se revela que a servidão penal, desenvolvida para dramatizar a autoridade dos governantes, impõe a moralidade e reprime a ociosidade entre os vadios, mendigos e categorias variadas à deriva com a chegada do capitalismo (Spierenburg 1991).

É necessária uma segunda mudança analítica para descobrir o nexo de causalidade entre a hiper-guetização e hiper-encarceração: perceber que o gueto não é um quarteirão segregado; que um bairro pobre ou ainda uma zona urbana marcada pela deterioração da habitação, violência, vício ou descrédito é um

[4] As mulheres negras de classe baixa vêm de seguida como a categoria com mais rápido crescimento na prisão durante as duas últimas décadas, levando mais mulheres afro-americanas a estarem presas do que o total de mulheres confinadas em toda a Europa Ocidental. Porém, a sua captura surge como um subproduto da saída das políticas penais destinadas principalmente aos homens (que compõem 94% de todos os condenados no país).

[5] O aumento do índice de punição por "crimes violentos" é de 373%, contra 505% de crimes tabelados (agregando criminalidade violenta e as principais categorias de crime de propriedade), sugerindo que o estado penal tem crescido de forma mais severa contra menos ofensas.

Configuracoes_5-6.indd S1:46 06-07-2010 09:57:06

instrumento de controlo etno-racial na cidade. Outro retorno à história social revela que um gueto é uma construção sócio-espacial através da qual uma categoria étnica dominante tem em reclusão um grupo subordinado e limita as suas oportunidades de vida para explorá-lo e excluí-lo da esfera de vida dos dominantes. Tal como o gueto judeu na Europa renascentista, a "Black Belt" da metrópole americana na era fordista combinava quatro elementos - estigma, restrição, confinamento espacial e enclausuramento institucional - para permitir a extracção económica e o ostracismo social de uma população considerada congenitamente inferior, contaminada e contaminante por força de sua conexão linear à servidão. Sucedendo a escravidão e Jim Crow, o gueto foi a terceira "instituição peculiar" à qual foi confiada a tarefa de definir, confinar e controlar afro-americanos na ordem urbano-industrial.

A expansão penal a partir de meados da década de 70 é uma resposta política ao colapso do gueto. Mas por que é que o gueto entrou em colapso? Três séries causais convergiram para minar *os negros dentro da cidade branca*, que se cercava por Afro-americanos desde 1920 a 1960. A primeira foi a pós-industrial transição económica, que deslocou a centralidade da indústria transformadora para os serviços, da cidade central para o subúrbio, e do "Rustbelt" para a "Sunbelt" e países estrangeiros com inferiores índices salariais. Juntamente com a imigração renovada, esta transição fez com que os trabalhadores negros fossem considerados supérfluos, desprezando-se o papel do gueto como reservatório de trabalho não qualificado. A segunda causa é o deslocamento político provocado pela migração branca para a periferia: de 1950 a 1970, milhões de famílias brancas fugiram da metrópole, como reacção ao influxo de Afro-americanos do sul rural. Esta reviravolta demográfica, subsidiada pelo governo federal, enfraqueceu as cidades no sistema eleitoral nacional e reduziu a força política dos Afro-americanos. A terceira força por trás do colapso do gueto como receptor etno-racial foi o protesto negro, promovido pela acumulação de capital social e simbólico correlativo à "guetização", culminando com a legislação dos direitos civis, o desabrochar do activismo "Black Power" e a explosão de rebeliões que sacudiram o país entre 1964 e 1968.

Assim, ao contrário de Jim Crow, o gueto não foi desmantelado pela acção enérgica do governo. Coube a ele desintegrar-se a si mesmo, empurrando a classe baixa Afro-americana em um vórtice de desemprego, pobreza e crime, associando a retirada do mercado de trabalho assalariado à exclusão da segurança social, enquanto a crescente classe média negra alcançava a separação social e espacial, limitada com a colonização dos bairros adjacentes ao histórico "Black Belt" (Wilson 1996, Pattillo-McCoy, 1998). Na medida em que o gueto perdeu a sua função económica de extracção de trabalho, configurando-se incapaz para assegurar o fechamento etno-racial, a prisão foi chamada para ajudar a conter a população desonrada, amplamente vista como desviante, indigente e perigosa. Este acoplamento ocorreu, porque, como foi sugerido anteriormente,

Configuracoes_5-6.indd S1:47 06-07-2010 09:57:06

gueto e prisão pertencem ao mesmo género organizacional, nomeadamente, *instituições de detenção forçada:* o gueto é uma espécie de "prisão etno-racial" na cidade, enquanto que a prisão funciona como um "gueto judicial". Ambos são acusados de abraçarem uma categoria estigmatizada, para assim desarmar a ameaça simbólica e/ou material que esta apresenta para a sociedade marginal da qual foi expulsa.[6]

Deste modo, dois comboios de mudanças convergentes suportaram a transformação do hiper-gueto e da prisão numa rede carcerária que captura a população rejeitada das classes negras mais baixas num contexto marcado pela desregulação do mercado de trabalho e desaparecimento das instituições publicas dentro da cidade (Wacquant 2008). Por um lado, *o gueto estava aprisionado* porque a composição da sua classe tornou-se monotonamente pobre, as suas relações sociais internas cresceram marcadas pela desconfiança e pelo medo e as suas organizações autóctones declinaram até serem substituídas pelas instituições de controlo social do estado. Por outro lado, a prisão foi "*guetizada*" no momento em que uma divisória racial rígida veio impregnar as instalações custodiais, em que a cultura destrutiva da rua excedeu o código de condenação, a reabilitação foi abandonada a favor da neutralização e o estigma da condenação criminal foi aprofundado e difundido em formas que o tornaram análogo à desonra racial. A simbiose resultante entre hiper-gueto e prisão não só perpétua a marginalidade socioeconómica e a mancha simbólica do (sub) proletariado negro, alimentando o aumento das fugas ao sistema carcerário, como também exerce um papel central na renovação de "raça", na redefinição da cidadania através da produção de uma cultura pública racializada e mediada pelo desprezo relativamente aos criminosos e pela construção de um estado pós-Keynesiano que substitui a intervenção da segurança social na atenuação da pobrez,a por uma intervenção punitiva.

Pretendo aqui alertar contra dois perigos na análise do eixo raça e encarceração – ou divisão racial, desigualdade e política pública num âmbito mais geral. O primeiro é a *invocação do legado histórico da escravatura*: o monstruoso estado penal, que agora trava o (sub)proletariado negro, não é a "neoescravatura" e as penitenciarias não são plantações de fim de dia (quanto mais não seja porque os prisioneiros não produzem nenhum valor económico e são o esgoto fiscal da nação). Este surto não é um ressurgimento atrasado ou uma reactivação refinada dos mecanismos de subjugação racial, característicos da escravidão

[6] A homologia e a funcionalidade estrutural do gueto e da prisão não obrigam a que o primeiro seja substituído ou acoplado com o último. Para que isso acontecesse, decisões políticas específicas tiveram de ser tomadas, implementadas e apoiadas. Esta base de apoio parece resultar da reacção dos brancos às rixas urbanas e relaciona-se com a insurreição racial dos anos 60 em três sentidos: a classe média branca acelerou o seu êxodo das cidades desestruturadas, o que não permitiu ao governo federal desenvolver programas essenciais de auxílio aos residentes das mesmas ;estes revoltaram-se contra o estado de bem-estar e exigiram que a ajuda pública fosse diminuída (levando ao "fim da segurança social como a conhecemos" em 1996); e ofereceram fervoroso apoio político a medidas de "lei e ordem" que introduziram a supressão penal, associando-a ao hiper-gueto.

Configuracoes_5-6.indd S1:48 06-07-2010 09:57:06

ou das leis de Jim Crow. Pelo contrário, a nova gambiarra institucional, formada pelo hiper-gueto deteriorado e pela prisão hipertrofiada (solidificada pelas suas semelhanças estruturais, equivalências funcionais e fusão cultural), é uma resposta à desestruturação do gueto enquanto aparato distintivo do controlo etno-racial. Devemos dar a cada "instituição particular" incumbida do trabalho de criar raças o que lhe é devido; isto é, não uma história de há 400 anos atrás mas de há 50 anos.[7]

O segundo perigo é o *artificial congelamento analítico da raça*: a denegada divisão étnica que comummente rotulamos de "raça" não é uma constante inerte e intemporal, porque não tem fundamento fora das práticas históricas de nominação e dominação naturais que continuamente a (re)criam. A raça é segredada a cada época pelas "instituições particulares" encarregues da tarefa de demarcar e reter Afro-americanos num espaço social e simbólico. Se por um lado a discrepância entre brancos e negros foi perpetuada, por outro, a constelação de propriedades que caracterizavam os segundos e justificavam a sua ostracização na vida nacional mudou. Colocando isto em termos injuriosamente estereotipados, Sambo não é Steppin Fetchit não é Willie Norton. Na era pós-Keynesiana marcada pela desregulação do trabalho e pela hiper-encarceração, já não é a falta de atenção, mas sim o perigo que envolve a hegemónica "cognição influenciada" acerca dos negros (Loury 2008), precisamente porque a prisão se tornou a principal máquina que confere significado e reforça a concepção de gradação de classe relativa à raça no país (Wacquant 2005). Glenn Loury (2002) estava certo ao colocar o estigma no epicentro desta "anatomia de iniquidade racial". Agora, ele tem de reconhecer que, assim como a escravatura, Jim Crow e o gueto antes dos anos 60, o estado penal é também uma instituição que opera com base no estigma, de duas formas: ele direcciona categorias deterioradas e produz a sua própria marca de desonra, a de ter uma "rap sheet" que atesta a imoralidade e a falta de valor. A prisão amarrou-se à deterioração etno-racial e refê-la de acordo com a sua própria fórmula.

A relação entre trabalho comunitário e trabalho prisional

Importa realçar que a relação estreita entre o hiper-gueto e prisão não conta toda a história da raça e da instituição penal na América pós-Fordista. Em *Punishing the Poor* (Wacquant 2004/2008), mostro que a libertação do

[7] Claro que o gueto urbano não teria emergido se o regime de Jim Crow não tivesse falhado na contenção dos Afro-americanos, tendo esse regime sido estabelecido para restaurar a supremacia branca depois da abolição de um sistema de escravatura racializada. Mas cada "instituição particular" herdou padrões etno-raciais de formas específicas e a sua queda não ordenou o aparecimento da próxima. Não podemos esperar identificar correctamente os efeitos de cada instituição de criação de raças enquanto as continuarmos a combinar e falharmos no reconhecimento da nitidez do gueto enquanto artifício para o enclausuramento etno-racial.

Configuracoes_5-6.indd S1:49 06-07-2010 09:57:06

pesado sistema prisional, depois de meados dos anos 70, faz parte de uma reestruturação mais alargada do estado, que tende a criminalizar a pobreza e as suas consequências, de modo a impor trabalhos precários, inseguros e mal pagos como cenário habitual para as fracções não especializadas do proletariado pós-industrial. A súbita hipertrofia do Estado penal foi apropriada e complementada pela atrofia planeada do Estado social, culminando com a lei de 1996 sobre "Responsabilidade Pessoal e Oportunidades de Trabalho", que substituiu o direito à "segurança social" com a obrigação do "trabalho comunitário". Cada um à sua maneira, trabalho comunitário e trabalho prisional respondem não só às crises dos guetos como representam uma manobra de exclusão sócio-espacial dos Afro-americanos e uma recusa aos salários Fordistas e ao compromisso social Keynesiano das décadas do pós-guerra. Juntos, enredaram a população marginal das metrópoles numa *teia carcero-assistencial*, destinada a orientá-la para o emprego desregulado através de um re-treinamento moral e da persuasão material e, se estes se mostrassem demasiado insubmissos e disruptivos, seriam encaminhados para o centro devastado do Black Belt urbano e para as penitenciárias, convertidas, ainda que distantes, nos seus mais directos satélites.

A revolução do trabalho comunitário e a explosão penal são dois lados da mesma moeda histórica, duas facetas da masculinização e da re-engenharização do estado, no sentido da criação de um novo regime político que denomino de *paternalismo-liberal*: pratica o laissez-faire ao nível máximo, a favor das empresas e dos privilegiados, mas é intrusivo e disciplinado na base, quando tem de lidar com as consequências do desinvestimento social e da desregulação económica no tocante às classes mais baixas e aos seus territórios. E, assim como o estigma racial foi crucial para a junção entre hiper-gueto e prisão, a mancha negra foi o epicentro para a revisão restritiva e punitiva da segurança social no final do século. No início dos motins nos guetos, nos anos 60, a difusão de imagens de crime enegrecidas alimentaram o aumento da hostilidade contra os criminosos e fomentou pedidos (brancos) para medidas prisionais *expansivas*, focalizadas na retribuição e na neutralização. Durante esses mesmos anos, o alastramento de imagens enegrecidas de destituição urbana alimentaram um crescente ressentimento para com a ajuda pública, que aumentou com o apoio (dos brancos) às medidas restritivas da segurança social, centradas na dissuasão e na compulsão (Schram et al. 2003). A corrida acabou por se tornar o marco simbólico que coordenou a transformação sinérgica dos dois sectores das políticas públicas em relação aos pobres[8].

Mais uma vez, assim como a ligação entre hiper-gueto e prisão, este segundo emparelhamento institucional que alimenta um crescimento carcerário

[8] Nos debates políticos que levaram ao final da segurança social em 1996, três figuras racializadas ofereceram incarnações lúgubres de "dependência": a exuberante e astuta "rainha da segurança social, a imatura e irresponsável "mãe adolescente", e a falta de objectivos e de trabalho de um "pai fraco". Todos os três foram estereotipadamente retratados como residentes negros do delapidado centro da cidade.

Configuracoes_5-6.indd S1:50 06-07-2010 09:57:06

pode ser melhor compreendido atendendo às similitudes estruturais, funcionais e culturais entre trabalho comunitário e trabalho prisional como "organizações de produção de pessoas" (Hasenfeld 1972), centradas em populações e bairros problemáticos. Tal foi potenciado pela transformação da segurança social numa direcção punitiva e pela expansão do sistema penal, enquanto "tratamento" para os destinatários habituais da segurança social. Ambos os programas de acção do estado são estritamente direccionados para a base da classe e da hierarquia étnica; ambos assumem efectivamente que os seus recipientes são "culpados até que se provem inocentes" e que as suas acções devem ser supervisionadas de perto assim como rectificadas por medidas restritivas e coercivas; e ambos implantam a dissuasão e o estigma de forma a impulsionar uma modificação comportamental.

Na era do salário fragmentado, a monitorização dos segmentos precários da classe trabalhadora não é mais tratada somente pelo braço maternal da segurança social, como fora retratado por Piven e Cloward (1971) no seu clássico estudo *Regulating the Poor*. Implica uma *regulação dupla* através dos braços controladores e viris do trabalho comunitário e do trabalho prisional, ambos agindo em uníssono. Esta ligação dinâmica de políticas penais e sociais trabalha através da divisão familiar do trabalho entre os sexos: a burocracia da ajuda pública, reconvertida num trampolim administrativo para a empregabilidade da sub-pobreza, fazendo com que as mulheres pobres (e indirectamente os seus filhos) trabalhem apenas por trabalhar, enquanto o quarteto penal formado pela polícia, o tribunal, a prisão e o agente de liberdade condicional ficam encarregues da missão de domesticar os seus homens, isto é, os namorados ou maridos, irmãos e filhos destas mulheres. A ajuda concedida pela segurança social e a justiça criminal são animadas pela mesma filosofia punitiva e paternalista, salientando as "responsabilidades individuais" do "cliente", e atingindo públicos de uma dimensão considerável: em 2001, 2.1 milhões de famílias receberam a denominada Temporary Assistence to Needy Families,[9] num total de 6 milhões de beneficiários, enquanto a população carcerária era de 2.1 milhões e a parcela sob supervisão judicial atingia os 6.5 milhões. Além disso, os receptores da ajuda da segurança social e prisioneiros têm perfis sociais praticamente idênticos e laços mútuos muito extensos, confirmando que são as duas componentes de género de uma mesma população. E ambas emergem desproporcionalmente das facções empobrecidas da classe baixa negra urbana. Isto indica que não podemos esperar conseguir unir o nó da raça e da detenção, se não relacionarmos trabalho comunitário e trabalho prisional, o que sugere que Loury deve trazer a ala social do estado para o seu alcance analítico.

[9] Assistência temporária para famílias necessitadas.

Configuracoes_5-6.indd S1:51 06-07-2010 09:57:06

Exortação moral como um beco político sem saída

Se o meu diagnóstico está correcto, a exortação moral – deposta ou testemunhada – acerca da raça e da encarceração, com base na inclusão cívica, não nos levará muito longe: é um beco político sem saída. [10] É precisamente porque "não estamos nisto juntos" como Loury refere, que ao Estado penal punitivo e agressivo da América foi permitido crescer de forma tão desmesurada relativamente à implosão dos guetos escuros (que aprisiona apenas negros de classes baixas), por um lado, e a mudança de segurança social para trabalho comunitário (que varre as facções precárias das classes trabalhadoras), por outro. Encarceração em massa iria implicar desertificação do país; hiper-encarceração envolve uma pequena secção do corpo social, a secção dos (sub)proletários Afro-americanos da cidade desestruturada. E, por esta mesma razão, é pouco provável que impulsione, liberte ou mobilize grandes segmentos da população. Mais ainda, o eleitorado Americano tem, até agora, concedido um apoio constante para o reapetrechamento de longo alcance do Estado, do qual a hiper-encarceração é apenas um dos componentes.

"Estamos todos juntos nisto": pare e pense por um momento nesta prescrição. Qual é a real hipótese de os Americanos brancos se identificarem com os condenados Afro-americanos, quando a crescente indústria cultural do medo face ao crime inflacionada pelos políticos e pelos meios de comunicação social nas ultimas duas décadas transformou o "bandido negro" na encarnação viva da mutilação criminal (Anderson 1995) e quando a própria liderança Afro-americana lhes voltou as costas? Aqui devemos ressaltar a cumplicidade das organizações cívicas e políticas negras, que se acomodaram pela aceitação da penalização da insegurança social associada à desordem do hiper-gueto (Wacquant 2008: capitulo 4). Esta cumplicidade revela que a prisão gerou uma ponte entre as classes baixa, média e média alta negras: o estigma penal cria uma grande linha divisória entre os cidadãos "que vivem de acordo com as regras" e a desmerecedora "classe baixa" dentro da comunidade Afro-americana.

Há 20 anos atrás, o crime e a punição ocupavam o lugar central no calendário do NAACP e da Urban League. Lamentando as díspares taxas de violência e encarceração que afectavam os negros, estas organizações denunciaram a polícia como um exército virtual de ocupação da cidade e condenaram o funcionamento discriminatório do sistema judicial com metáforas de escravidão e guerra. Retrataram os prisioneiros Afro-americanos com matizes positivas como "irmãos, pais, vizinhos e amigos" e reafirmaram as causas macroestrutu-

[10] Isto não significa que devemos abandonar de todo o apelo moral, porque não há incompatibilidade inerente entre os argumentos baseados em interesses e em valores partilhados. Mas há condições sociais e culturais de eficácia de fundamentos de moralidade. Juntamente com o gigantesco estado penal, os Estados Unidos desenvolveram uma virulenta cultura demonista dos condenados (alimentando-se em ânimos anti-negros diversos e na mordaz vista dos "pobres indignos"), o que torna altamente improvável que as petições cívicas a favor dos prisioneiros evoquem muita simpatia, ainda menos mutações políticas generosas.

Configuracoes_5-6.indd S1:52 06-07-2010 09:57:06

ras do crime existente fora da comunidade, para incitar um ataque frontal ao desemprego dos negros, às débeis escolas públicas e ao calamitoso sistema de saúde.

Por volta de meados dos anos 90, a NAACP e a Urban League alteraram a sua advocacia solidária de mudança social e apoio comum de ofensores para uma postura de castigo moral e repressão penal dos criminosos. Começaram a apoiar a política de "tolerância zero" e apoiaram a legislação para generalizar e aumentar as sentenças de prisão para jovens e reincidentes. Com as taxas de encarceração de negros a atingir níveis altíssimos, paradoxalmente, a iniquidade racial foi expurgada das discussões públicas sobre o crime e as recomendações políticas foram limitadas a soluções localizadas a um micro-nível. Assim, se Glenn Loury está a falar seriamente sobre convencer os seus concidadãos que "estamos todos juntos nisto", deveria começar por persuadir os líderes da comunidade negra que esta figura entre as vítimas do estado penal e não só entre os benfeitores.

Em vez de exortação moral, apelos retóricos para valores partilhados, que se articulam na boa vontade pessoal dos que por acaso ouviram ou prestaram atenção, eu daria prioridade a estratégias políticas direccionadas para *minimizar o mal feito* pelo Estado penal, salientando os *interesses comuns* e os *fardos partilhados* da escalada carcerária. Tal estratégia iria dar ênfase aos extravagantes custos financeiros da contínua hiper-encarceração (a Califórnia é um bom exemplo aqui: enfrenta um deficit estrutural anual de 10 biliões de dólares e gasta cerca de 9 biliões de dólares anualmente em emendas, o que é mais do que o orçamento para as universidades em 13 anos); compreender a multiplicidade de maneiras pelas quais a penetração do sistema penal desestabiliza as famílias das classes baixas, agravando as doenças sociais que supostamente deveria remediar; e repensar também estratégias alternativas para responder às indesejáveis condições e condutas, que tornam prioritários os tratamentos sociais e médicos em relação aos "remédios penais".

Em conclusão: o aumento de um estado penal hipertrófico e hiperactivo que pratica, através de um filtro de classe, práticas carcerais afirmativas não é um dilema moral (*pace* Gunnar Myrdal) mas sim um problema político. Aqui tenho de apoiar Kenneth Clack que, escrevendo no meio da onda de revoltas negras que agitaram as metrópoles Americanas no turbilhão dos anos 60, diagnosticou o predicamento do gueto negro como uma questão de poder e da sua distribuição.[11] Isto manteve-se verdadeiro meio século mais tarde com a artimanha institucional demoníaca, que agora une trabalho comunitário e trabalho prisional, por um lado, e prisões e hiper-guetos, por outro.

[11] "Guetos estagnados são um monumento às forças dominantes que tendem a perpetuar o status quo e a resistir a mudanças sociais construtivas.... O problema da mudança nos guetos, deve-se essencialmente, assim, a problemas de poder.... O problema do poder é crucial e nuclear para qualquer aproximação não sentimental ao entendimento, planeamento e previsão" (Clark 1965:199)

Configuracoes_5-6.indd S1:53 06-07-2010 09:57:06

Referências

ANDERSON, David C. 1995. *Crime and the Politics of Hysteria: How the Willie Horton Story Changed American Justice*. New York: Times Books.

CLARK, Kenneth. 1965. *Dark Ghetto: Dilemmas of Social Power*. New York: Basic Books.

GARLAND, David (ed.). 2001. *Mass Imprisonment: Social Causes and Consequences*. London: Sage.

HASENFELD, Yeheskel. 1972. "People Processing Organizations: An Exchange Approach." *American Sociological Review* 37, No. 3 (June): 256-263.

LOURY, Glenn C. 2002. *The Anatomy of Racial Inequality*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

LOURY, Glenn. 2007. "Race and Mass Incarceration in America." The Tanner Lectures on Human Values. Stanford: Stanford University.

PATILLO-McCOY, Mary 1999. *Black Picket Fences: Privilege and Peril among the Black Middle Class*. Chicago: University of Chicago Press.

PIVEN, Frances Fox and CLOWARD, Richard A.1971. *Regulating the Poor: The Functions of Public Welfare*. New York: Vintage, expanded edition 1993.

SPIERENBURG, Pieter. 1991. *The Prison Experience: Disciplinary Institutions and Their Inmates in Early Modern Europe*. New Brunswick : Rutgers University Press.

TONRY, Michael. 1995. *Malign Neglect: Race, Class, and Punishment in America*. New York: Oxford University Press.

WACQUANT, Loïc. 1996. "De l'Etat charitable à l'Etat pénal: notes sur le traitement politique de la misère en Amérique." *Regards sociologiques* 11: 30-38.

WACQUANT, Loïc. 1999. *Les Prisons de la misère*. Paris: Raisons d'agir Editions (tr. *Prisons of Poverty*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 2008).

WACQUANT, Loïc. 2001. "Deadly Symbiosis: When Ghetto and Prison Meet and Mesh." *Punishment & Society* 3-1 (Winter): 95-133.

WACQUANT, Loïc. 2004/2008. *Punishing the Poor: The New Government of Social Insecurity*. Durham and London: Duke University Press ("Politics, Culture, and History" series).

WACQUANT, Loïc. 2005. "Race as Civic Felony." *International Social Science Journal* 181 (Spring): 127-142.

WACQUANT, Loïc. 2007. *Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality*. Cambridge: Polity Press.

WACQUANT, Loïc. 2008. *Deadly Symbiosis: Race and the Rise of the Penal State*. Cambridge: Polity Press.

WESTERN, Bruce. 2006. *Imprisonment and Inequality in America*. New York: Russell Sage Foundation.

WILSON, William Julius. 1996. *When Work Disappears: The World of the New Urban Poor*. New York: Knopf.

Dramatização da justiça e mediatização da criminalidade: Que rumos para o exercício da cidadania?[1]

Helena Machado[*] e Filipe Santos[**]

Resumo

Numa sociedade crescentemente mediatizada, as relações entre a justiça e os órgãos de comunicação social oferecem, em simultâneo, riscos e oportunidades que têm alimentado alguns dos pontos centrais do actual debate em torno das mais recentes configurações e papéis da justiça nas sociedades contemporâneas. Neste artigo exploramos algumas modalidades da "dramatização da justiça" em Portugal, ou seja, a forma como a justiça se tem progressivamente tornado mais permeável aos holofotes do escrutínio público e mediático, focando as possíveis repercussões desse fenómeno ao nível das representações que os cidadãos têm da mesma. O nosso argumento sustenta-se no caso concreto da mediatização da criminalidade, que surge acompanhada por retratos negativos do modo de funcionamento do sistema de justiça criminal, das leis penais e das modalidades de actuação das polícias. Focamos em particular o exemplo da mediatização de uma "vaga de assaltos e de criminalidade violenta", que terá "assolado" Portugal nos últimos meses do ano de 2008, e que inflamou preocupações públicas quanto à capacidade e adequação do sistema de justiça e das forças de segurança.

Esta modalidade de dramatização da justiça será articulada com a questão mais vasta da esfera pública. Perspectivamos as possibilidades em aberto (e as dificuldades) de construção de uma nova esfera pública, que potencie o exercício da participação e o acompanhamento informado dos cidadãos em matérias que apresentam claras implicações para o exercício da cidadania em sociedades democráticas.

[*] Departamento de Sociologia, Universidade do Minho – hmachado@ics.uminho.pt

[**] Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra – filipesantos@ces.uc.pt

[1] O presente texto baseia-se em investigação realizada no âmbito do projecto *Justiça, media e cidadania* (FCOMP-01-0124-FEDER-007554) financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O estudo é coordenado pela primeira autora e está sedeado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Configuracoes_5-6.indd S2:55 06-07-2010 09:57:06

Introdução

Nas últimas décadas, assistimos a um fenómeno contraditório que serve para empreender uma leitura do estado actual das relações entre a justiça, os media e os cidadãos: Por um lado, a massificação dos meios de comunicação social resultou no alargamento do alcance do espaço público (Giddens, 1991: 174; Lopes, 2008: 85; Wolton, 1997) que, entre outras matérias, começou a interessar-se cada vez mais pelos tribunais e por matérias judiciais. Por outro lado, de acordo com alguns autores, a privatização da maioria dos órgãos de comunicação social fez com que estes se afastassem da "esfera pública" enquanto grupo de cidadãos privados reunidos como um público, entrando progressivamente na esfera privada do mercado e, logo, tornando-se os média mais permeáveis aos interesses privados (Habermas, 1989: 188; Lopes, 2008: 92). Segundo Habermas, o alargamento da esfera pública proporcionou um espaço onde é disseminada uma "cultura de integração" que levou à deterioração do carácter específico da esfera pública, ou seja, uma cultura que não só integra os formatos de informação e debate com formas literárias, fundindo informação com entretenimento, mas que é suficientemente flexível para assimilar funções publicitárias e de propaganda política e económica (Habermas, 1989: 175).

Este fenómeno de simultânea expansão do que aqui designamos por esfera pública, mas também de possível condicionamento do nível de participação, informação e educação dos cidadãos, significa que o potencial mediático tanto pode maximizar a cidadania como pode reduzir a vivência democrática pela ilusão da participação e da transparência. Por outras palavras, a mediatização da justiça pode ser convenientemente aproveitada em prol do esclarecimento dos cidadãos e da fiscalização pública das decisões dos tribunais, podendo assim maximizar a democracia e a cidadania. Contudo, a mediatização da justiça pode também servir para manter o *statu quo*, sob a ilusão da participação e da transparência, reduzindo a vivência democrática a níveis inferiores, sem que tal se afigure perceptível aos cidadãos. Esta "comodificação" da justiça ocorre, por exemplo, pelo facto de a cobertura mediática de casos criminais ser frequentemente formatada para consumo e entretenimento e não necessariamente como contributo para a educação e formação cívica das audiências (Fox *et al*. 2007; Surette, 1998). Certo é, como referem Fidalgo e Oliveira (2005: 1), que a justiça e os média terão que encontrar plataformas de mútuo entendimento, em prol da própria democracia. Nas palavras dos autores,

> *"A Justiça e a Comunicação Social estão «condenadas» a viver em conjunto. Assim o exigem os princípios de transparência e de publicidade da administração da justiça, bem como o escrutínio democrático dos cidadãos relativamente aos poderes do Estado, que é, em boa medida, feito indirectamente através dos media".*

Admitindo a hipótese de que, cada vez mais, a justiça e o crime se tornam um bem de consumo mediático que contribui para a fusão de formatos de informação e entretenimento, naquilo que alguns autores designam por infoentretenimento (*infotainment*) (Jewkes, 2004: 26; Surette, 1998: 70), torna-se necessário analisar as implicações da "dramatização da justiça" nas relações que os cidadãos estabelecem com o sistema de justiça por via da sua mediatização. No âmbito deste texto iremos assim discutir, com base num exemplo de mediatização da criminalidade em Portugal, de que modo são construídas as narrativas mediáticas em torno do crime e quais as possíveis implicações desses discursos nas representações sociais sobre o sistema de justiça.

Dois eixos teóricos principais guiaram a nossa contextualização do tema e interpretação da informação empírica: Em primeiro lugar, os contributos de estudos recentes sobre os impactos criados pelos média na compreensão pública e avaliação da justiça, tanto por via da cobertura mediática da criminalidade (em particular a violenta) (Beale, 2006; Guibentif *et al.*, 2002; Pffeifer *et al.*, 2005; Sacco, 1995), como de casos judiciais expansivamente mediatizados, e que acabam por contribuir para a formação de representações públicas acerca do sistema de justiça (Fox *et al.*, 2007; Surette, 1998). Este conjunto de literatura tem vindo a apontar a tendência para que a mediatização da justiça e do crime produza visões amplamente partilhadas e consensuais junto de diversas comunidades, ao mesmo tempo que alimenta, junto do público em geral, avaliações negativas do desempenho do sistema de justiça criminal e das polícias.

Um segundo conjunto de abordagens teóricas das relações entre a justiça e os órgãos de comunicação social centrar-se-á na discussão do conceito de esfera pública (George, 1999; Lopes, 2008; Habermas, 1989). Concluímos que o potencial mediático, se convenientemente aproveitado em prol do esclarecimento dos cidadãos e da fiscalização pública das decisões dos tribunais, poderá consolidar a democracia, funcionando como factor de proximidade entre os cidadãos e a justiça. Contudo, a mediatização da justiça pode também servir para manter e reproduzir as relações de poder, ao mesmo tempo que reforça a ilusão da participação, da transparência e da avaliação cívica.

Acesso à justiça e representações mediatizadas da justiça e do crime

O maior estudo até hoje levado a cabo em Portugal sobre os tribunais e as relações dos cidadãos com a justiça (Santos *et al.*, 1996) apontava para uma realidade que, até ao presente, não terá sofrido alterações substanciais: os portugueses sentem-se distantes dos tribunais, o que se traduz em desinteresse e descrença na justiça. Os autores sustentavam essa constatação na baixa procura judicial ou reduzida propensão para a litigiosidade, avançando como

Configuracoes_5-6.indd S2:57 06-07-2010 09:57:06

hipóteses explicativas para esse "desinteresse" dos portugueses pelos tribunais, quer a existência de uma sociedade fértil em mecanismos informais de resolução de litígios, quer o peso das representações essencialmente negativas sobre a adequação da resolução de litígios por mecanismos judiciais. A descrença dos portugueses em relação aos tribunais resultaria, ainda de acordo com os resultados apurados na referida pesquisa, de uma avaliação da justiça como instituição morosa, ineficaz e de difícil acesso (Santos *et al.*, 1996: 88-90).

Atendendo a que as funções simbólicas dos tribunais derivam do garantismo processual, da igualdade formal, da imparcialidade e da possibilidade de recurso, a credibilidade simbólica dos tribunais fica seriamente fragilizada pela morosidade e custos no acesso aos tribunais, a que se juntam avaliações predominantemente negativas. Contudo, é de salientar que as expressões de falta de confiança no sistema de justiça, tido como inacessível e potenciador da impunidade dos mais poderosos (Santos, 2005b: 79), são, em boa medida, criadas e alimentadas pelos média (Fox *et al.*, 2007: 160; Surette, 1998).

Outro aspecto fulcral na relação que os cidadãos estabelecem com a justiça prende-se com a capacidade "real" que os cidadãos têm para aceder aos tribunais (Santos *et al.*, 2002) e deles obter uma resolução de litígios. O acesso à justiça é fortemente dependente dos recursos económicos, culturais e cognitivos dos cidadãos. Os grupos em situação de maior vulnerabilidade estão mais distantes dos tribunais e tendem a exprimir uma maior desconfiança face às instituições públicas em geral (Cabral *et al.*, 2003), tanto por via da escassez de recursos económicos como pelo efeito de obstáculos sociais e culturais. São também os grupos sociais mais vulneráveis e com menos escolaridade que são mais permeáveis às audiências implícitas dos órgãos de comunicação social mais sensacionalistas e "comerciais" (Guibentif *et al.*, 2002: 118; Scannel *et al.*, 1992: 285) e aqueles que, à partida, possuem "chaves de interpretação" mais limitadas e, por isso mesmo, mais dependentes dos conteúdos e ritmos de acontecimentos projectados pelos média (Morley, 1983: 113; Silva *et al.*, 2002: 123).

Os obstáculos sociais e culturais no acesso à justiça são mais esquivos à análise sociológica, configurando aquilo que os autores designam por "discriminação social no acesso à justiça" (Santos, *et al.,* 1996: 488). As desigualdades sociais ou a exclusão social no que toca ao acesso aos tribunais tanto podem resultar de um desconhecimento dos direitos de cidadania ou de uma ausência de reconhecimento de determinado litígio como passível de resolução pela via judicial, como podem indiciar a existência de processos de socialização e de interiorização de valores conducentes, por exemplo, à passividade e resignação. Contudo, os obstáculos sociais e culturais no acesso aos tribunais podem também estar fortemente dependentes, e hoje cada vez mais, das representações da justiça projectadas pelos média (Surette, 1998: 17).

Não obstante as audiências serem socialmente heterogéneas e nunca totalmente passivas (Guibentif *et al.*, 2002; Sacco, 1995), é de salientar que a cober-

tura mediática de temas relacionados com a justiça e o crime tende a produzir visões amplamente partilhadas e consensuais junto de diversas comunidades, ao mesmo tempo que tende a consolidar junto do público em geral, como veremos à frente, avaliações negativas do desempenho do sistema de justiça criminal e das polícias (Surette, 1998: 78-82).

A heterogeneidade social da população portuguesa faz com que tanto a distância dos cidadãos em relação aos tribunais e o efectivo acesso à justiça, como a posse de capital cultural e respectivos mecanismos de interpretação das mensagens dos média possam ser muito variáveis, diferindo de acordo com situações de classe, género, etnia, escolaridade, nacionalidade e religião (Santos *et al*., 2002). Como refere Manuel Carlos Silva (2009), em artigo publicado neste volume, as desigualdades e exclusões sociais são produzidas e reproduzidas pela acção social dos diversos tipos de actores sociais e esta, por sua vez, é estruturada pelas condições (pre)existentes das desigualdades, o que torna necessário considerar vários níveis de análise, desde o sócio-estrutural, ao organizacional e interactivo.

Sendo o acesso dos cidadãos portugueses à justiça relativamente restrito, por via da selectividade do desempenho dos tribunais, mas também por ser escassa a procura efectiva da justiça, daqui parece resultar a prevalência de opiniões geralmente negativas a respeito dos tribunais e dos seus profissionais. Significa isto que o acesso à justiça surge sociologicamente articulado com a questão das representações sociais sobre os tribunais: o que os cidadãos sabem ou ignoram sobre o direito e os tribunais, o que pensam sobre o seu desempenho, como os avaliam à luz de experiências próprias ou de familiares e conhecidos, e que disponibilidade e motivação revelam para recorrer a eles.

Estudar as representações sociais da justiça significa também aferir a distância e proximidade dos cidadãos em relação ao sistema político moderno e a própria legitimidade do Estado. Numa sociedade democrática é importante perceber as representações dos cidadãos sobre o direito e a justiça, tornando-se essa tarefa mais complicada de realizar quando, nas sociedades actuais, a formação da opinião pública é vulnerável à acção dos meios de comunicação social e de outros grupos de pressão. Além do mais, em sociedades cada vez mais complexas e em cujos mercados mediáticos a competição é cada vez mais agressiva, será difícil falar de uma opinião pública, sendo talvez mais adequado falar de várias opiniões públicas, decorrentes da pluralidade discursiva que varia em função da diversidade do mercado e das audiências, no sentido de acomodar as diferentes sensibilidades e interesses (Ericson, 1991: 242-3).

Em sociedades como a portuguesa, em que não há tradição de participação cidadã diversificada e continuada, e em que tal fenómeno se conjuga com uma grande diferença entre a procura potencial e a procura efectiva da justiça, a avaliação que o cidadão comum fará dos tribunais, sobretudo se não teve uma experiência de contacto directo com estes, apoiar-se-á, sobretudo, nas rea-

Configuracoes_5-6.indd S2:59 06-07-2010 09:57:06

lidades mítico-simbólicas projectadas pelos meios de comunicação social (Fox *et al.*, 2007). Este fenómeno de representação virtual da justiça, pela qual o cidadão "experimenta" a justiça que é projectada pelos média poderá ser particularmente perceptível junto dos grupos mais vulneráveis, embora admitamos que esse fenómeno possa ser transversal a todos os grupos sociais. Como nota Manuela Cunha (2008), em comentário às narrativas culturais acerca da delinquência no contexto da actual cultura do controlo da criminalidade e no âmbito da "nova penologia", "*Também ao público não interessa já uma «verdade acerca do crime» – tão só mantê-lo à distância*" (Cunha, 2008: 77-78).

A nosso ver, trata-se sobretudo de uma distância pela proximidade cultivada pelos média, assente na emocionalidade e participação vicariante através daquilo que Moira Peelo chama "testemunho mediatizado" (Peelo, 2006), e que assumirá, nos dias de hoje, um papel cada vez mais central nas relações que os cidadãos estabelecem com a justiça. Essas experiências mediatizadas da justiça parecem ganhar novo fôlego quando, como faz notar ainda Manuela Cunha, "*os discursos nacionais sobre o crime são hoje populistas, excludentes e centrados no medo*" (Cunha, 2008: 77), actuando por uma lógica com duas tendências: pela gestão de determinadas populações à distância, criando barreiras, mas também pela "*demonização dessas populações*", invocando a necessidade de entrada das forças da lei nos seus territórios e de administração mais dura da justiça (Cunha, 2008: 78).

Saliente-se que o facto das representações que os cidadãos têm da justiça, em particular do sistema de justiça criminal e das polícias, se ancorarem em grande medida na informação que obtêm dos órgãos de comunicação social não é exclusiva de Portugal, nem de países com um nível socioeconómico ou uma tradição jurídica similares. Vários estudos recentes têm vindo a demonstrar o impacto criado pelos média na compreensão pública e avaliação da justiça e da criminalidade, sendo apontadas quer as tendências para a dramatização da justiça, quer para a consolidação, por via da mediatização de determinados casos judiciais, de avaliações negativas sobre a eficácia dos tribunais, a adequação das leis e os modos de actuação das polícias (Fox *et al.,* 2007; Surette, 1998).

O interesse mediático pela justiça e o elemento dramático que lhe pode ser associado é maioritariamente focado na área criminal, sobretudo quando esta assume o carácter de ofensa aos estados fortes e definidos da consciência colectiva (Cohen, 2002; Durkheim, 1984; Garland, 2008). As noções de "normalidade" e "ordem" difundidas pelos média são fundamentais para a capacidade dos diversos agentes e autoridades obterem legitimidade e autoridade moral para os seus propósitos e reivindicações (Altheide, 1992), isto é, de reunir consenso no público acerca das definições dos problemas e das soluções apresentadas (Ericson *et al.*, 1991: 8).

No âmbito deste texto procuraremos testar esse mesmo conjunto de pressupostos teóricos, segundo o qual os média veiculam visões de ordem social

Configuracoes_5-6.indd S2:60 06-07-2010 09:57:06

tendencialmente dominantes, destinadas a promover o consenso e que induzem na opinião pública apelos à necessidade de "mudança" nas instâncias de controlo social, que por sua vez pode potenciar a desconfiança em relação à capacidade da justiça, das leis e das polícias para lidarem com a criminalidade. A concretização deste objectivo será realizada pela discussão de uma modalidade específica de dramatização da justiça, que tem como base empírica a cobertura mediática de uma "vaga de assaltos e de criminalidade violenta" relatada intensamente pelos órgãos de comunicação social portugueses ao longo dos últimos meses de 2008. O nosso objectivo principal é identificar as modalidades de narração desse tipo de ocorrências, a partir dos relatos da Imprensa, e discutir as possíveis implicações da mediatização da criminalidade nas representações e nas expectativas que os cidadãos portugueses têm relativamente à justiça.

A justiça tablóide e a testemunha virtual

O fenómeno da mediatização da criminalidade e da dramatização da justiça terá por base um conjunto de transformações proporcionadas pelo surgimento e expansão de novas tecnologias de informação e comunicação, assim como a privatização, desregulamentação e liberalização do sector da comunicação social (Santos, 2005a: 98) Ray Surette (1998), num estudo aprofundado acerca das interacções entre a justiça e os média, sintetiza da seguinte forma o conjunto de preocupações levantadas pela dramatização mediática do crime e da justiça: i) a maioria da cobertura mediática diz respeito a crimes violentos ou extraordinários cuja representação é desproporcional face aos dados oficiais; ii) as explicações das "causas do crime" provêm principalmente da parte de indivíduos ligados ao sistema de justiça e são geralmente simplistas e individualizadas; iii) a ênfase exagerada sobre os crimes violentos e as falhas ao nível da divulgação de medidas e técnicas de prevenção do risco pessoal leva a medos exagerados de vitimização; iv) a cobertura mediática tende a incrementar a comodificação do crime às custas de escaladas nas divisões raciais e no medo do crime (Surette: 1998: 78).

Os casos judiciais e as investigações criminais que são alvo do foco mediático devido a factores identificados com a notoriedade pública dos envolvidos, a particular gravidade e extensão do crime, o envolvimento de crianças, ou a coincidência de múltiplos factores, nos últimos anos terão sido propícios ao desenvolvimento de um estilo de cobertura mediática que Fox *et al.* (2007) designam por "justiça tablóide". Este conceito procura caracterizar o fenómeno em crescimento nos Estados Unidos da América, pelo qual o interesse dos média por julgamentos e investigações é mais derivado de interesses comerciais do que educacionais ou informativos, consistindo em três principais características: Em primeiro lugar, o papel educacional dos média é preterido em favor do entrete-

Configuracoes_5-6.indd S2:61 06-07-2010 09:57:07

nimento. Desse modo, a cobertura de um caso judicial acaba, muitas vezes, por se dedicar aos pormenores e características dos indivíduos envolvidos, mais do que abordar as questões de fundo. O segundo elemento tem que ver com o frenesim que afecta os média na cobertura de determinado caso, isto é, o volume excepcional de espaço (no caso dos jornais), tempo, energia e recursos que são devotados pelos diferentes órgãos de comunicação social. A terceira característica do ambiente de "justiça tablóide" aponta para a presença de um público ansioso por assistir aos procedimentos, podendo com isso adquirir compreensão acerca do sistema de justiça e avaliar o mesmo. O que o referido estudo vem demonstrar é que a cobertura mediática de estilo tablóide de alguns casos criminais tem essencialmente a ver com decisões de pendor comercialista, com prejuízo para a qualidade da cobertura jornalística. Ao nível da informação difundida para os cidadãos, defendem ainda Fox, Van Sickel e Steiger (2007) que a mediatização da criminalidade e da justiça acabou por redundar num menor conhecimento de outras questões políticas importantes e numa maior desconfiança do sistema como um todo. Em suma, a maior cobertura dos casos mediáticos traduziu-se numa legitimidade menos democrática. Deste modo, os cidadãos revelam grande familiaridade com os casos e protagonistas da maioria dos casos criminais mediáticos, não se reflectindo, contudo, no conhecimento acerca do funcionamento do sistema de justiça criminal. Daqui resulta que quando os cidadãos recebem um fluxo contínuo de informação sobre o sistema jurídico-legal provinda de casos altamente anómalos, recebem uma imagem distorcida que não reflecte a realidade quotidiana do sistema de justiça e parecem consolidar-se, por essa via baixos níveis de confiança no sistema judicial, particularmente na área criminal.

Também em Portugal, nas últimas duas décadas, se poderá falar da existência de alguns contornos do fenómeno de "justiça tablóide", na medida em que o caminho aberto à privatização dos meios de comunicação social no início dos anos 90 do século XX veio criar as condições para um ambiente muito mais competitivo no mercado dos média. Desde então, vários casos judiciais como o caso das "FP-25", "Melancia", "Fundo Social Europeu" e, mais recentemente, o caso "Casa Pia", "Moderna" e a investigação do caso "Maddie", entre outros, têm aberto caminho a um maior escrutínio do sistema de justiça, expondo ao cidadão comum, por via mediática, tópicos de discussão e reflexão acerca do funcionamento das instituições ligadas à justiça (Costa, 2006; Dâmaso, 2005; Fidalgo & Oliveira, 2005; Santos, 2005a; 2005b).

O facto da maior difusão de conhecimento sobre o sistema de justiça criminal e a maior cobertura mediática da criminalidade e de casos de investigação criminal não se traduzir numa maior educação cívica em torno da justiça e das leis surge conjugada, no entanto, com a "ilusão da participação". Esta é conseguida, em grande medida, pela construção de "dramas públicos", ou de acordo com a nomenclatura preferida por outros autores, "pânico moral"

Configuracoes_5-6.indd S2:62 06-07-2010 09:57:07

(Cohen, 2002; Goode & Ben-Yehuda, 1994) relacionados com o crime e a justiça, assentes em construções narrativas mediáticas cujo propósito é o de suscitar adesão emocional por parte do público. Poderemos distinguir conceptualmente os "dramas públicos" do "pânico moral" na medida em que os primeiros constituem ferramentas heurísticas que contribuem para uma melhor compreensão dos modos como o crime e a justiça são representados definidos e contestados, incluindo os elementos emocionais. Os "dramas públicos" dizem respeito a fenómenos mais prolongados no tempo e com efeitos cumulativos do que os episódios de "pânico moral" (Peelo, 2005: 35).

Os média proporcionam ao público um "sofrimento distante" (Boltanski, 1999) no qual podem exprimir compaixão e simpatia pelas vítimas, ao mesmo tempo que alimentam sentimentos de repulsa moral contra os criminosos (Karstedt, 2002: 301). Mas esse "sofrimento" conjuga-se com uma excitação produzida pelo carácter "extra-ordinário" das estórias que são contadas. A mediatização da criminalidade e a cobertura mediática de casos judiciais que contêm o potencial de captar a atenção pública parece apresentar vários elementos que autores como Norbert Elias e Eric Dunning (1992) identificaram no fenómeno do lazer nas sociedades contemporâneas e que, em conjunto, formam uma espécie de excitação assente numa estimulação emocional peculiar. Esta emoção, que aparece em contextos de lazer e entretenimento, contrasta com a restrição emocional do quotidiano, muitas vezes baseia-se na ansiedade e no medo, e é recriada pelo indivíduo numa espécie de tensão-prazer com efeitos catárticos, que vai de encontro às expectativas criadas pelas estruturas sociais de controlo, mantendo assim a ordem e coesão social pelo "excitamento controlado" (Elias & Dunning, 1992: 101-185). Neste papel de gestão da excitação pelo controlo das ansiedades da população os média desempenham uma função central como produtores.

Mediatização da criminalidade: "nós" e os "outros"

O Verão de 2008 em Portugal foi retratado pelos média como um período marcado por uma vaga de assaltos e de criminalidade violenta. Especialistas de diversas áreas científicas e profissionais, desde criminologistas, a psicólogos, sociólogos, políticos, magistrados e agentes policiais foram convocados a comentar em praça pública as causas deste fenómeno e a reflectir sobre os potenciais impactos na população portuguesa. Apontaram-se crescentes sentimentos de insegurança e de quebra de confiança nas instâncias de controlo da parte dos portugueses. Receou-se pelas consequências do crescendo de uma alegada criminalidade organizada, que terá tornado os perpetradores cada vez mais audazes e violentos, não hesitando em empunhar armas de fogo para levar a cabo os seus objectivos. Vozes críticas clamaram por medidas mais repressivas da parte do Estado das forças policiais e acusaram-se as recentes alterações ao

Configuracoes_5-6.indd S2:63 06-07-2010 09:57:07

código penal e processual penal[2] de produzirem um abrandamento do controlo e da punição da população delinquente, que alegadamente terá conduzido a sentimentos de impunidade da parte dos criminosos.

As narrativas da vaga de criminalidade violenta ganham contornos daquilo que autores como Cohen (2002), Garland (2008) e Goode e Ben-Yehuda (1994) apelidam de "pânico moral", construído e alimentado pelos meios de comunicação social, e que se apresenta na esfera pública como testemunho de uma reacção de índole colectiva face a uma ameaça (real ou imaginada) aos valores societais da ordem e do consenso e como sintoma da deterioração do sistema de valores existente (Durkheim, 1984: 122-3). Um pânico moral designa uma situação em que um indivíduo ou grupo de indivíduos é definido como uma ameaça aos valores e interesses de uma sociedade, sendo a definição e amplificação efectuada, em grande medida, pelos média, e dando lugar a reacções da parte dos porta-vozes da moralidade (Becker, 1963), que expõem os seus diagnósticos e soluções. Muitas vezes trata-se de uma reacção "desproporcionada" e "excessiva" relativamente a algo novo, ou mesmo preexistente, que subitamente se torna o foco de atenção (Cohen, 2002: 1).

Tomando como objecto empírico os relatos da "vaga de assaltos e de criminalidade violenta", procederemos a uma identificação das principais características da construção social do fenómeno que foi projectada pelos órgãos de comunicação social em Portugal. Apresentaremos exemplos recolhidos por uma pesquisa via Internet, de artigos da imprensa portuguesa, procedendo a uma selecção de citações baseada na exemplaridade para a perspectiva teórica aqui apresentada (Hamel *et al.*, 1993: 30-44).

Um dos traços dominantes da representação mediática da criminalidade violenta é a ressonância que apresenta com outros factores de medo e de ansiedade que parecem afectar a "população em geral" (Cohen, 2002). Os "perfis de delinquentes", que foram traçados pela imprensa portuguesa e pelos comentadores convidados, seguiram a tendência dominante nos media de focarem factores individuais como explicação para a ocorrência de comportamentos criminosos, tais como a existência de uma personalidade tendencialmente violenta e a-social, em detrimento de outras causas mais complexas e politizadas (Jewkes, 2004). O "individualismo" dos relatos mediáticos do crime relacio-

[2] Por exemplo, a intenção de reforçar a aplicação de penas não privativas da liberdade e substituição de penas de prisão efectiva, as alterações para os critérios de detenção fora de flagrante delito e, talvez as que maiores protestos levantaram, as alterações aos critérios de aplicação da prisão preventiva que passa a ser aplicável em crimes puníveis por penas iguais ou superiores a cinco anos em vez dos anteriores três. Os motivos para as alterações no Código de Processo Penal, em vigor desde 15 de Setembro de 2007, tiveram motivações cujo impacto o Dr. António Martins, presidente da Associação Sindical dos Juízes Portugueses, em artigo de opinião no *Público* de 15-09-2008, comenta da seguinte forma: "*Foi assumido, mais ou menos claramente, que todas aquelas alterações eram necessárias, em função de "excessos" ocorridos em alguns processos mediáticos da época e que também se visava reduzir a população prisional, principalmente os presos preventivos, de modo a tirar Portugal do ranking dos países com mais presos preventivos. O que o Governo não previu foram os danos colaterais. São estes que agora vemos todos os dias, previsíveis para quem lida com a realidade*".

Configuracoes_5-6.indd S2:64 06-07-2010 09:57:07

nam outros factores como a "simplificação" e o "risco". A "simplificação" reduz um evento criminal aos seus componentes mais básicos e imediatistas de forma a adaptar-se à atenção das audiências. O "risco" diz respeito ao modo como a criminalidade é representada como algo alarmante, aleatório e violento (Jewkes, 2004: 45-47). Em termos muito semelhantes, Manuela Cunha descreve algumas características da penologia actual e da cultura do controlo do crime, que assentará hoje na gestão do risco, pela qual não só se aperfeiçoam mecanismos de segurança, mas também se aumentam os obstáculos situacionais para os delinquentes e se aperfeiçoam as técnicas de evitamento da vitimização (Cunha, 2008: 76). Individualismo, simplificação e gestão do risco conjugam-se também para fazer passar a mensagem que, por um lado, muito dificilmente se conseguirá transformar os delinquentes, e que por outro, cabe ao cidadão assumir individualmente a responsabilidade de evitar os criminosos e de reduzir as oportunidades para estes delinquirem. A legitimidade do reforço e alargamento do aparelho punitivo não só é alimentada pela cobertura mediática da criminalidade como os próprios média apresentam-se como arautos da exigência de uma sociedade mais segura.

Exemplos desta "nova" cultura do controlo do crime (Garland, 2001) na construção de notícias de crime são os relatos acerca dos designados *gangs* de jovens das periferias das grandes cidades, conotados com actos de violência gratuita e frequentemente associados com minorias étnicas, ou o recente fenómeno de *carjacking* e os assaltos a estabelecimentos comerciais. O seguinte "perfil de perigosidade" apresentado por uma psicóloga criminal num extracto de um artigo noticioso ilustra os factores acima referidos e que contribuem para o sentimento de alteridade do "cidadão cumpridor da lei" face ao criminoso:

> *"Todos eles gostam da adrenalina do risco, não apreciam a ideia de ter uma profissão normal, apesar de estarem na faixa etária produtiva e, por isso, dedicam-se exclusivamente a actos criminosos. Oriundos de meios* socioeconómicos *baixos, vivem em bairros sociais e têm um acesso fácil a armas que adquirem nos contactos que têm através do submundo do crime.*
>
> *Os mais novos são apontados como os principais autores de carjacking. Na sua maioria entre os 17 e os 26 anos, são imigrantes de segunda geração influenciados por uma cultura norte-americana em que «tudo pode estar ao nosso alcance e por isso acabam por escolher o caminho mais fácil».*
>
> *Quando roubam um carro, o objectivo não é magoar ninguém mas sim conseguir um meio de mobilidade para conseguir fazer alguns assaltos.*

> *Todos eles têm um sentimento de impunidade: «Os criminosos têm a ideia de que ou não são apanhados ou então são mandados para casa com penas suspensas ou pulseira electrónica»*".[3]

Este processo de enquadramento de notícias sobre crime poderá fazer com que o público se identifique com as vítimas, sentindo-se vulneráveis e isolados perante um sistema social ineficaz, cujas instituições de controlo se revelam ineficazes. As consequências do individualismo para a justiça criminal são que os desviantes são isolados em função da sua "diferença". A imagem popular dos desviantes como uma "raça" à parte faz com que muitos sejam julgados de acordo com um quadro moral que os constrói como deficientes morais que devem ser punidos e educados no sentido da responsabilidade individual (Surette, 1994 cit. Jewkes, 2004: 46-47), ao mesmo tempo que contribui para uma certa agitação social e que pode afastar a atenção de outros problemas sociais (Jewkes, 2004: 59). O seguinte extracto de uma notícia descreve os traços dos "novos" criminosos que, segundo a mesma, encaram o crime como motivo de orgulho, ao mesmo tempo que se constata a incapacidade das forças de segurança em fazer frente ao fenómeno:

> *"São jovens, moram nos subúrbios das grandes cidades e apelam ao crime de forma directa. Ostentam armas, objectos roubados e desafiam a polícia. Estão espalhados na internet, não escondem o rosto e definem-se como bandidos. As polícias acompanham o fenómeno crescente, mas pouco fazem"*.[4]

No caso em análise, a descrição do "aumento da criminalidade violenta" e os comentários produzidos por especialistas de diversas áreas, apresentaram pontos de ressonância com ansiedades generalizadas na sociedade portuguesa em geral, pelas quais se procurou estabelecer relações de causa e efeito. Embora a remissão das causas do crime tenha apresentado os habituais factores de carácter individual, foi notória a dominância para a projecção de outros factores que facilitam a escalada do medo (Jewkes, 2004: 74), nomeadamente os comentários e críticas associados à "incapacidade" do governo, das autoridades e da sociedade em geral em resolver problemas como o aumento do desemprego e a crescente fragilidade das estruturas tradicionais de controlo social (desagregação da estrutura familiar, incapacidade das escolas em controlar a indisciplina e o abandono escolar). O próprio Procurador-Geral da República, em entrevista ao *Diário Económico*, aponta "*a violência da sociedade contemporânea, os maus resultados obtidos no combate a certo tipo de crime e a quebra de valores*

[3] "Conheça o perfil dos criminosos e saiba quais são os mais perigosos", *Portugal Diário*, 2008-08-29.

[4] "Delinquentes apelam ao crime na internet", *Correio da Manhã*, 2008-08-28.

Configuracoes_5-6.indd S2:66 06-07-2010 09:57:07

morais e de estruturas sociais", assim como "*a ausência de objectivos por parte de alguma juventude, a quem também não são dados incentivos*".[5]

Outro conjunto de elementos que potenciou o "pânico moral" baseou-se na associação feita entre a "vaga de assaltos e de criminalidade violenta" e o surgimento ou aumento de fenómenos que são apresentados como dificilmente controláveis, logo geradores de riscos acrescidos, tais como aumento da criminalidade organizada, a complexificação dessa criminalidade, os escassos recursos da polícia para combater e investigar esse tipo de criminalidade. Quando as próprias autoridades adoptam um discurso de alarme e preocupação, podem estar a causar uma "espiral de amplificação do desvio" (Wilkins 1964 cit. Jewkes, 2004: 69), ou seja, incrementam a atenção sobre um determinado grupo ou fenómeno podendo levar a um aumento correspondente na atenção policial, o que conduz a maiores detenções e mais cobertura mediática. O secretário-geral do Gabinete Coordenador de Segurança, Leonel Nunes, identifica nos seguintes extractos de uma notícia os elementos de preocupação (aspas no original):

> *"O aumento da criminalidade violenta registado nos últimos meses no país deve-se a «estrangeiros que percentualmente começaram a aparecer» no país, defendendo que a actual legislação deve ser adaptada para controlar a situação".*
>
> (…)
>
> *"Talvez fosse necessário adaptar a legislação" relativa à imputabilidade dos jovens que cometem crimes, promovendo alterações à semelhança dos países anglo-saxónicos que "responsabilizam muito mais [os jovens], mesmo em termos criminais"*[6]*.*

Um outro responsável assinala a complexidade do fenómeno criminal:

> *"A capacidade de organização dos criminosos é mais rápida e potente que a das forças de segurança, em Portugal ou em qualquer país".*[7]

A ideia de "pânico" terá sido alimentada, em certa medida, em reacção às alterações ao Código de Processo Penal, nomeadamente alertando as insuficientes medidas de repressão e de investigação criminal e a atribuição de sentimentos de impunidade aos criminosos, assim como à propagação de sentimentos de insegurança nas populações.

> *"Os marginais perceberam que passaram a viver num sistema de impunidade total. Antes, quando se faziam detenções, as pessoas iam*

[5] "PGR preocupado com excesso de garantias dos arguidos", *Diário Económico*, 2008-10-30.

[6] Leonel de Carvalho atribui aumento da criminalidade violenta a imigrantes", Público, 25-09-2008

[7] Director do Observatório de Segurança, General Garcia Leandro *in Correio da Manhã,* 21-08-2008.

Configuracoes_5-6.indd S2:67 06-07-2010 09:57:07

> *para a cadeia e ficavam em prisão preventiva a aguardar a realização do julgamento. Agora não. Em crimes com molduras penais até aos cinco anos de prisão, ficam em liberdade a aguardar julgamento*".[8]
>
> "*Existem dois Códigos quase a favor do crime, os juízes têm cada vez mais dificuldade em prender preventivamente, os polícias têm mais dificuldades em combater este tipo de crimes por falta de meios e ausência de partilha de informações*".[9]

Porém, a "dramatização" mediática do fenómeno terá desempenhado um importante papel na invocação de reacções. A desproporção ou reacção excessiva que a mediatização da "vaga de assaltos e de criminalidade violenta" parece ter criado e sustentado verifica-se, desde logo, na enunciação dos números relativos às estatísticas da criminalidade violenta. Vejamos o seguinte relato de uma revista portuguesa (revista *Visão*), que sob o título "Crimes violentos aumentaram 15%" (29 de Agosto de 2008), descreve a visão sobre a matéria que apresenta o Gabinete Coordenador de Segurança (GCS – órgão especializado de assessoria e consulta para a coordenação técnica e operacional da actividade das forças e serviços de segurança).

Num primeiro momento da notícia, é referido que "*A criminalidade violenta aumentou cerca de 15% nos primeiros seis meses deste ano relativamente ao período homólogo de 2007*", para mais à frente se referir que "*De acordo com aquele organismo, apesar deste aumento, os números são inferiores a 2004 e 2006*".[10] O GCS reconhece, contudo, que a tendência de crescimento em relação ao ano transacto implica um esforço acrescido de prevenção e de repressão do crime.

Na reunião plenária de 29 de Agosto de 2008, o Gabinete Coordenador de Segurança apreciou ainda a execução da Estratégia de Segurança para 2008, considerando que esta constitui uma resposta adequada à criminalidade e, sobretudo, à criminalidade violenta e grave.

> "*O reforço do dispositivo em meios humanos e materiais, que está em execução, o melhoramento da formação e do treino com armas de fogo, o reforço da presença policial em zonas de risco, a intensificação de acções preventivas de detecção e apreensão de armas ilegais e a estreita articulação com a investigação criminal, constituem as respostas adequadas a garantir a segurança dos cidadãos*".

O episódio da atenção mediática sobre "a vaga de assaltos e de criminalidade violenta" terá sido construído pelos média em formato destinado a provocar a adesão emocional do público e a efervescência colectiva (Katz, 1987),

[8] "Polícia critica novo Código Penal", *Diário de Notícias*, 03-03-2008.

[9] "Juízes querem alteração do Código de Processo Penal", *Portugal Diário*, 27-08-2008.

[10] "Crimes violentos aumentaram 15%", *Visão*, 2008-08-29.

Configuracoes_5-6.indd S2:68 06-07-2010 09:57:07

conjugada com a exploração da ressonância com factores de ansiedade e de medo mais generalizados (Cohen, 2002). Este facto assume particular interesse para a análise sociológica das representações sociais que os cidadãos têm da justiça, quando articulado com a constatação que os média, em Portugal, tem insistentemente ampliado a "*mediatização da crise da justiça*" (Costa, 2006: 18), ao longo dos últimos anos. Mais do que uma crise "real", assistir-se-á, então, a uma construção social da crise da justiça levada a cabo pelos média. Um dos pilares que sustenta essa crise será então a tendência dominantes da cobertura mediática de temas relacionados com a justiça criminal colocar a ênfase numa necessidade de alteração dos modelos tradicionais de justiça e de reforço de medidas governamentais mais controladoras do crime e mais fiscalizadoras da aplicação da lei (Surette, 1998: 78).

Por outras palavras, ao mesmo tempo que a justiça em Portugal se tem vindo progressivamente a tornar mais permeável aos holofotes do escrutínio público e mediático (Costa, 2006; Dâmaso, 2005), abrindo assim caminho para a construção de uma imagem pública de uma justiça mais humanizada e próxima dos cidadãos; oferece também a face para um agudizar das representações negativas sobre os tribunais. Isto porque a mediatização da justiça surge acompanhada de uma construção social da justiça como lenta, ineficaz e anacrónica, que pode favorecer uma deslocação da instância de julgar pelos tribunais a favor dos média (Commaille, 1994: 15).

Esfera pública, média e justiça

Na sua obra *A transformação estrutura da esfera pública*, publicada pela primeira vez em 1962, Habermas (1989) dá continuidade à tradição da Escola de Frankfurt ao abordar os efeitos perniciosos da comercialização e do consumismo na esfera pública pelo surgimento e expansão dos meios de comunicação social e da cultura de consumo. A esfera pública, como espaço de participação e crítica de um conjunto de cidadãos privados constituídos como público, onde se podiam articular as necessidades da sociedade com o Estado, terá sido "refeudalizada" (Habermas, 1989: 195). Quer isto dizer que a penetração das leis de mercado na esfera pública tornou esta num simulacro sujeito aos interesses particulares de privados. De acordo com o autor, a "publicidade" e as "relações públicas" procuram moldar uma opinião pública onde os cidadãos são evocados como consumidores, resultando na adopção da mesma perspectiva também pelo Estado.

A privatização dos órgãos de comunicação social terá exacerbado conflitos entre a sua função social de providenciar informação, guiada por princípios de profissionalismo, exigência e seriedade, e as eventuais pressões por parte dos investidores que, em busca de lucro, olham o público como consumidores.

Configuracoes_5-6.indd S2:69 06-07-2010 09:57:07

Desse modo, e segundo Habermas, corre-se o risco de "comodificação" do interesse público (Habermas, 2007). Contudo, o próprio autor salienta o facto de os media desempenharem um papel fundamental na vitalidade da esfera pública e na produção de normatividade, por representarem a ponte entre a formação informal de opinião e os processos institucionalizados de formação de vontade (Habermas, 2006 em Garnham, 2007: 209).

A acção comunicativa é uma das principais teorias desenvolvidas por Habermas, introduzida pela primeira vez na obra *A teoria da acção comunicativa* (Habermas, 1984). Aqui, Habermas vai pensar a linguagem como elemento de garantia da democracia, uma vez que, na sua perspectiva, a própria democracia pressupõe a compreensão de interesses mútuos e o alcance de um consenso partilhado. De facto, em democracia, o poder da comunicação não governa directamente, mas quando a influência da opinião pública é canalizada para processos de decisão do governo, para programas de acção política e para actos legislativos, pode-se falar de influência política da opinião pública (Habermas, 1996: 300). Contudo, para que a linguagem assuma este papel, é necessário que a comunicação seja clara, defendendo o autor que, nas sociedades actuais, ainda se assiste a várias espécies de distorção da comunicação, que impedem a comunicação efectiva e a construção de consenso, e como tal, a prática efectiva da democracia.

Para Habermas a esfera pública é uma arena fundada na racionalidade, diálogo e capacidade argumentativa que faz lembrar os fóruns democráticos gregos na *Polis* e que, de acordo com o autor (1984), deteria as seguintes características principais: (i) debate aberto e acessível a todos; (ii) pauta estruturada a partir de interesses comuns ou não particularistas; (iii) atribuição de *status* de igualdade entre os actores; (iv) processos de decisão apoiado em igualdade de condições.

Este conceito de esfera pública é susceptível de críticas (ver, por exemplo, Fraser, 1992), pelo facto de pressupor um acesso universal, mas ao mesmo tempo estabelecer como condição a posse de educação. Habermas refere que *"Uma esfera pública da qual fossem excluídos grupos seria menos do que meramente incompleta; não seria de todo uma esfera pública"*[11] (Habermas, 1970: 85). No entanto, uma vasta camada da população não tem, nem provavelmente terá acesso a esta esfera pública. Em determinado sentido a ideia de esfera pública de Habermas permanece como uma forma ideal, um elemento do projecto inacabado da modernidade (Cubitt, 2005: 93; Lopes, 2008: 82-85).

Não obstante as fragilidades do modelo de esfera pública proposto por Habermas, salientamos a importância do contributo para a discussão do modo como a forma de entretenimento, a "comodificação" mediática dos dramas judiciais é passível de suscitar conflitos simbólicos ao nível da reprodução do sis-

[11] Tradução do inglês da responsabilidade dos autores.

tema de justiça. A percepção cidadã da qualidade do sistema de justiça acha-se, assim, mediada pelas representações disseminadas pelos órgãos de comunicação social. A esfera pública poderá ser, assim, o espaço de disseminação de narrativas que revelam uma ordem discursiva dominante, mais propensa à articulação de mundivisões subjectivas, do que propriamente de acesso e envolvimento democrático (Holohan, 2005: 19). Contudo, como refere Lopes, não só a "sedução mediática" não tem que corresponder a uma total confiscação e manipulação do espaço público, como podemos encontrar estes mecanismos de manipulação de opiniões noutros campos da vida social (Lopes, 2008: 85). A autora recomenda, assim, "*alguma prudência perante a tese habermasiana*" (Lopes, 2008: 25), salientando que a própria linguagem persuasiva pode facultar ao cidadão elementos importantes para o seu quotidiano e não significa, necessariamente, uma total passividade ou aniquilamento do debate e da crítica.

Atendendo ao caso empírico discutido neste texto, defendemos, no entanto, que a função idealizada dos media como fonte de informação e educação pública é pervertida em função de imperativos comerciais e os ditames do "interesse público" facilmente se convertem em "interesse do público", em ganho das audiências que buscam sensações fortes, experiências *voyeuristas*, e que alimentam um certo espírito de retribuição (Jewkes, 2004: 23). Tal é exemplificado na demanda de representações e visualizações públicas das emoções das vítimas de crimes, permitindo que o público partilhe os sentimentos de revolta destas, ao mesmo tempo que permite a participação da "catarse" proporcionada por uma eventual punição imposta ao criminoso (Karstedt, 2002: 304). Daqui resulta que a justiça, e particularmente a justiça criminal, se constitui como uma fonte potencialmente inesgotável de narrativas dramáticas, susceptíveis de convocar a adesão emocional das audiências, na medida em que muitas delas alimentam um imaginário de vulnerabilidade colectiva, no qual existem forças malévolas que ameaçam a integridade do tecido social (Katz, 1987: 52).

Conclusão

Os media nas sociedades modernas ocidentais são o lugar privilegiado para a representação simbólica da autoridade (Ericson, 1991: 238). Com isto adquiriram a capacidade de seleccionar e representar o seu próprio poder, que se exprime, por exemplo, na saliência atribuída a determinados acontecimentos, os quais podem ser configurados como problemas sociais aos quais o poder político é pressionado a dar resposta. À medida que aos olhos dos media se constata a lentidão de processos e progressos da justiça, a incapacidade das polícias e das leis para lidar com "novas" formas de criminalidade, a necessidade de apaziguamento das reacções emocionais populares e o ritmo vertiginoso característico da produção de notícias podem conduzir a que o processo

Configuracoes_5-6.indd S2:71 06-07-2010 09:57:07

e legitimidade judicial sejam desafiados pelos media, podendo estes dar curso a funções concorrentes de exercício de justiça (Commaille, 1994: 13; Lopes, 2000: 346). Não uma justiça institucionalizada e adequada a um Estado de direito que se caracteriza pela contenção, distanciamento e a temporalidade do devido processo e que produzem sentenças ponderadas e definitivas, mas uma meta-justiça popular, caracterizada pelo imediatismo, dramatismo, nivelamento da linguagem e apelo à emoção.

Lembra-nos Wacquant que o sistema de justiça penal serve a função de controlar as "populações incómodas" – os desviantes, os criminosos, os indivíduos sem valor no mercado (pobres, alienados e toxicodependentes), mas que nessa tentativa se alia aos media, para alimentar "*uma florescente indústria cultural do medo dos pobres*" (Wacquant, 2007: 987). Essa indústria cultural fomenta, na óptica de muitos, representações da ordem social, do criminoso e das causas do crime que se subordinam às lógicas de mercado e às estruturas culturais prevalecentes, regendo-se por processos de comodificação pelos quais a cobertura mediática do crime produz dramas "comercializados", isto é, formatados, promovidos e vendidos como qualquer outro programa, disponibilizados para o entretenimento do público (Fox *et al.*, 2007: 30; Jewkes, 2004: 23).

A dramatização e exploração comercial mediatizada do crime e da justiça podem conduzir a políticas penais e criminais que assentam na expressão pública de ansiedade e repulsa perante o crime (Karstedt, 2002: 303). Simultaneamente, proporciona também a consolidação de representações negativas da justiça: não só pela ênfase concedida às falhas da justiça para lidar com o fenómeno do crime e ao apelo ao endurecimento das leis e de medidas de prevenção e de intervenção, mas também pelas descoincidências entre os tempos da justiça e os tempos dos media (Santos 2005a), que alimentam a ideia da morosidade e da ineficácia da justiça.

Referências

ALTHEIDE, D. (1992), Gonzo justice. *Symbolic Interaction*, *15*, 69-86.

BEALE, S. (2006), "The news media's influence on criminal justice policy: How market-driven news promotes punitiveness", *William and Mary Law Review*, *48*(2), 397-481.

BECKER, H. (1963), *Outsiders – Studies in the sociology of deviance*, New York: Free Press.

BOLTANSKY, L. (1999), *Distant suffering. Morality, media and politics*, Cambridge: Cambridge University Press.

CABRAL, M. V., VALA, J. & FREIRE, A. (2003), *Desigualdades sociais e percepções da justiça*, Lisboa: ICS.

COHEN, S. (2002 [1972]), *Folk devils and moral panics*, London: Routledge.

COMMAILLE, J. (1994), « L'exercice de la fonction de justice comme enjeu de pouvoir entre justice et médias », *Revue Droit et Societé*, *26*, 11-18.

COSTA, A. (2006), "Justiça e comunicação social", *Revista do Ministério Público*, *27*, 5-26.

CUBITT, S. (2005), *Ecomedia*, Amsterdam: Rodopi.

CUNHA, M. (2008), "Disciplina, controlo, segurança: No rasto contemporâneo de Foucault", *in* Frois, C. (org.), *A sociedade vigilante: Ensaios sobre vigilância, privacidade e anonimato*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 67-81.
DÂMASO, E. (2005), "Os segredos da justiça e todos os outros", *Revista Manifesto*, *7,* 6-21.
DURKHEIM, E. (1984 [1893]), *Da divisão do trabalho social*, *Vol. I*. Lisboa: Presença.
ELAS, N. & Dunning, E. (1992), *A busca da excitação*, Lisboa: Difel.
ERICSON, R. (1991), "Mass media, crime, law and justice: An institutional approach", *British Journal of Criminology*, *31*, 219-249.
ERICSON, R., BARANEK, P. & CHAN, J. (1991), *Representing order: Crime, law and justice in the news media*, Buckingham: Open University Press.
FIDALGO, J. & OLIVEIRA, M. (2005), *Da justiça dos tribunais à barra da opinião pública. As relações entre a justiça e a comunicação social*, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. http://hdl.handle.net/1822/7438 (consultado na Internet em 22 de Janeiro de 2009).
FOUCAULT, M. (2004), *Vigiar e punir: O nascimento da prisão*, Petrópolis: Vozes.
FOX, R., VAN SICKEL, R. & STEIGER, T. (2007), *Tabloid justice: Criminal justice in an age of media frenzy*, Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.
FRASER, N. (1992), "Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy", *in* Calhoun, C. (org.), *Habermas and the public sphere*, Cambridge, MA: MIT Press, 109-42.
GARLAND, D. (2001), *The culture of crime control,* Oxford: Oxford University Press.
GARLAND, D. (2008), "On the concept of moral panic", *Crime, Media, Culture*, *4*(1), 9-30.
GARNHAM, N. (2007), "Habermas and the public sphere", *Global Media and Communication*, *3*(2), 201-214.
GEORGE, É. (1999), «Du concept d'espace public à celui de relations publiques généralisées », *Revue Commposite*. http://commposite.org/v1/99.1/articles/george4.htm (Consultado na Internet em 20 de Janeiro de 2009).
GIDDENS, A. (1991), *Modernity and self-identity*, Stanford, CA: Stanford University Press.
GOODE, E. & Ben Yehuda, N. (1994), *Moral panics: The social construction of deviance*, Oxford: Blackwell.
GUIBENTIF, P., GORJÃO, V. & CHETA, R. (2002), *Comunicação social e representações do crime*, Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais.
HABERMAS, J, (1970), *Toward a rational society*, Boston: Beacon Press.
HABERMAS, J. (1984), *The theory of communicative action, Vol I, Reason and rationalization of society*, Boston: Beacon Press.
HABERMAS, J. (1989 [1962]), *The structural transformation of the public sphere: An inquiry into a category of bourgeois society*, Cambridge, MA: MIT Press.
HABERMAS, J. (1996), *Between facts and norms: Contributions to a discourse theory of law and democracy,* Cambridge, MA: MIT Press.
HABERMAS, J. (2006), *Time of transitions*, Cambridge: Polity Press.
HABERMAS, J. (2007), How to save the quality press? *Süddeutsche Zeitung,* 16 de Maio. http://www.signandsight.com/features/1349.html (consultado na Internet em 13 de Dezembro de 2008).
HAMEL, J. *et al.* (1993), *Case study methods*, London: Sage Publications.
HOLOHAN, S. (2005), *The search for justice in a media age*, Aldershot: Ashgate.
JEWKES, Y. (2004), *Media & crime*, Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
KARSTEDT, S. (2002), "Emotions and criminal justice", *Theoretical Criminology*, *6*(3), 299-317.
KATZ, J. (1987), "What makes crime 'news'?", *Media, Culture & Society*, *9*, 47-75.
LOPES, F. (2000), "As fontes, os jornalistas e as leis", *Cadernos do Noroeste*, Série Comunicação, *14*(1-2), 339-349.
LOPES, F. (2008), *A TV do real*, Coimbra: Minerva.
MORLEY, D. (1983), "Cultural transformations: The politics of resistance", *in* Davis, H. & Walton, P. (eds.), *Language, image, media*, Oxford: Basil Blackwell, 104-17.
PEELO, M. (2005), "Crime and the media: Public narratives and private consumption", *in* Peelo, M. & Soothill, K (eds.), *Questioning crime and criminology*, Cullompton: Willan, 20-36.
PEELO, M. (2006), "Framing homicide narratives in newspapers: Mediated witness and the construction of virtual victimhood", *Crime, Media, Culture*, *2*(2), 159-175.

PFFEIFER, C., WINDZIO, M. & KLEIMANN, M. (2005), "Media use and its impacts on crime perception, sentencing attitudes and crime policy", *European Journal of Criminology*, *2*(3), 259-285.

SACCO, V. (1995), "Media constructions of crime", *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, *539*, 141-54.

SANTOS, B. S. (2005a), "Os tribunais e as novas tecnologias de comunicação e informação", *Sociologias*, *7*, *13*, 82-109.

SANTOS, B. S. (2005b), "A justiça em Portugal: Diagnósticos e terapêuticas", *Manifesto*, *7*, 76-87.

SANTOS, B. S. *et al.* (1996), *Os tribunais nas sociedades contemporâneas. O caso português*, Porto: Afrontamento.

SANTOS, B. S. *et al.* (2002), *O acesso ao direito e à justiça. Um direito fundamental em questão*, Coimbra: OPJP, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

SCANNELL, P., SCHLESINGER, P. & SPARKS, C. (1992), *Culture and power. A media, culture & society reader*, London: Sage.

SILVA, A. *et al*. (2002), "As práticas e os gostos: Uma sondagem do lado das procuras de cultura e lazer", *in* Fortuna, C. & Silva, A. (orgs.), *Projecto e circunstância. Culturas urbanas em Portugal*, Porto: Afrontamento, 109-162.

SILVA, M.C. (2009), "Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica". *Configurações*, nº 5/6: 11-37

SURETTE, R. (1994), "Predator criminals as media icons", *in* Barak G. (ed), *Media, process and the social construction of crime*, New York: Garland.

SURETTE, R. (1998), *Media, crime, and criminal justice: Images and realities*, Belmont, CA: Thomson/Wadsworth.

WACQUANT, L. (2007), "Os excluídos da sociedade de consumo: Toxicodependentes, psicopatas e sem-abrigo nas prisões americanas", *Análise Social, XLII*(185), 987-1003.

WILKINS, L. (1964), *Social deviance: Social policy, action and research*, London: Tavistock.

WOLTON, D. (1997), *Elogio do grande público: Uma teoria crítica da televisão*, Porto: Edições ASA.

A classe social como processo: o conceito de formação da classe trabalhadora

João Valente Aguiar*

«Rise like lions after slumber
In unvanquishable number!
Shake your chains to earth, like dew
Which in sleep had fall'n on you:
Ye are many – they are few»
Percy Shelley, *"The masque of anarchy", 1819*

Resumo

O autor, começando por colocar o problema da fabricação do consentimento na perspectiva de Burawoy, problematiza o conceito de classe, confrontando a perspectiva estrutural de classe e a perspectiva centrada nos processos históricos da formação de classe inspirada em Thompson, o que implica relevar a pertinência analítica do conceito de "formação da classe trabalhadora". Após fazer uma breve retrospectiva histórica aos movimentos de protesto e manifestações populares de revolta, dá igualmente conta dos processos de resistência e formação de poder por parte da classes trabalhadoras a que se opõe as diversas fases organizacionais fordista e pósfordista do patronato no sentido de vencer a resistência operária. Por fim, com base em autores como Thompson, Hobsbawm e Katznelson, o autor destaca na formação da classe trabalhadora as sociabilidades, as vivências, e as culturas de classe. Ou seja, se a classe social está longe de se resumir a uma estrutura, a sua inserção histórica pode ser captada pelo pesquisador a partir da análise da sua processualidade.

Palavras-chave: formação da classe trabalhadora; classes sociais; processo histórico

* Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – joaovalenteaguiar@gmail.com.

Configuracoes_5-6.indd S3:75 06-07-2010 09:57:07

Introdução

Michael Burawoy escreveu num ensaio que já se tornou clássico, «por que é que os operários trabalham tão duramente?» (Burawoy, 1982: xi). Para este autor, a fabricação do consentimento – para recorrer ao título da referida obra – constitui o foco central da sua análise. Num direccionamento divergente, o nosso ponto de partida para esta investigação poder-se-ia expressar na questão: "porque se mobilizam os trabalhadores?". Perante todas as evidências empiricistas e perante todos os que se atêm à faceta mais superficial dos fenómenos históricos, inúmeros e distintos contingentes de indivíduos e grupos de indivíduos pertencentes à classe trabalhadora organizaram-se colectivamente e romperam com o manto de inércia que as estruturas sociais do capitalismo instilam nos comportamentos individuais e colectivos dos agentes sociais. Independentemente do resultado final de tais empreendimentos, registe-se o facto de as classes dominadas terem demonstrado que, em determinados contextos espácio-temporais, podem irromper colectivamente na cena da História, cortando amarras a décadas de vida anónima e anódina. Com efeito, a classe trabalhadora não tem nenhuma missão histórica auto ou hetero-atribuída, mas a construção de uma acção colectiva por parte dos seus membros refere-se especificamente a coordenadas sociais e históricas. Nesse sentido, as movimentações sociais e políticas da classe trabalhadora nunca estão determinadas *a priori*, mas assomam sempre como possibilidades históricas de acordo com a articulação que se estabelece entre, por um lado, o grau de contradições e de desenvolvimento das e entre as estruturas e, por outro lado, a conjuntura social onde se inscrevem facticamente as práticas sociais concretas dos agentes. Assim, neste artigo procuraremos trabalhar em torno de uma possível definição dos limites mínimo e máximo da possibilidade (histórica e socialmente determinada) de uma qualquer camada da classe trabalhadora se mobilizar colectivamente num dado contexto.

Primeiramente, enunciaremos a origem (e a novidade) do protesto popular na contemporaneidade (i) em paralelo com o confronto que se desenvolveu entre a nossa perspectiva que integra simultaneamente dimensões culturais, políticas e económicas com as de Beverly Silver (ii) que praticamente reduz o seu escopo de análise a estas últimas. Através deste trajecto teórico chegamos ao conceito thompsoniano de formação da classe trabalhadora (iii), pedra angular para estudos do final do século passado sobre acção colectiva operária e para a definição dos supramencionados limites mínimo e máximo da classe trabalhadora (iv). Este ensaio encerra com uma exemplificação empírica do conceito de formação da classe trabalhadora protagonizada por Kim Moody (v) sobre o estado geral de (des)organização actual da classe trabalhadora no contexto societal atravessado pela hegemonia ideológica e pela política do neoliberalismo.

Configuracoes_5-6.indd S3:76 06-07-2010 09:57:07

1 – O protesto popular no virar histórico para a contemporaneidade

Dentro do escol notável de historiadores britânicos do trabalho e da classe trabalhadora um nome merece referência: George Rudé. Estudando a fundo os movimentos populares desencadeados no século XVIII em França e Inglaterra, Rudé (1970) oferece-nos importantes elementos sobre as movimentações operárias e populares da época. Centrando-se na Revolução Francesa de 1789-93, o historiador vai convocar um aspecto relevante e vastas vezes omitido nos trabalhos historiográficos sobre aquele acontecimento histórico: a composição social dos revoltosos que tomaram a Bastilha. É relativamente consensual entre as várias correntes historiográficas que a Revolução Francesa consistiu, *grosso modo*, na tomada do poder político por parte da burguesia, derrubando uma monarquia absolutista, garante político e armado da aristocracia e da nobreza como classes dominantes na formação social francesa. Ora, segundo Rudé (1970), se a burguesia se tornou uma nova classe dominante e se foi esta que dirigiu a luta contra o poder monárquico de Luís XVI, o autor interroga-se se teria sido essa classe a principal fornecedora de meios humanos e que mais esteve presente nas mobilizações de rua. Consultando e recolhendo material nos *Archives Nationales*, Rudé defende que «é possível apresentar uma análise bastante exacta dos vários elementos sociais envolvidos nas insurreições parisienses do período» (Rudé, 1970: 96). Os resultados a que chega o autor – que não vamos aqui expor em detalhe por questões de economia de espaço – são bastante elucidativos. Em primeiro lugar, e confrontando os dados documentais encontrados nos arquivos supramencionados com os *Archives de le Préfecture de la Police*, «só uma minoria dos envolvidos em motins e manifestações eram criminosos» (Rudé, 1970: 97). Em segundo lugar, o autor vai assinalar que os motins de *Réveillon* em Abril de 1789, responsáveis por abrir caminho ao derrube do absolutismo em Julho do mesmo ano, vão ter «como elemento predominante mais os trabalhadores assalariados do que os artesãos independentes, pequenos proprietários e outras secções da pequena-burguesia» (Rudé, 1970: 99). Ao mesmo tempo, um dado de extremo interesse é a presença de organismos da classe trabalhadora da época – classe trabalhadora que partilhava múltiplas características socioeconómicas com a massa plebeia inglesa analisada por Thompson (1993). «Os trabalhadores de Paris tinham as suas *compagnonages* ou associações de trabalhadores de jorna» (Rudé, 1970: 57) o que parece mostrar a existência de organizações ou embriões de organização por parte da classe operária oitocentista parisiense. No fundo, o aparecimento da classe trabalhadora nos acontecimentos mais revolucionários e de maior convulsão política e social da história contemporânea atesta que «problemas como os da organização da acção política, dos canais de comunicação entre lideranças e militantes e da mecânica da agitação

Configuracoes_5-6.indd S3:77 06-07-2010 09:57:07

extra-parlamentar quotidiana» (Rudé, 1970: 331) eram já uma preocupação naquela fase de transição para o capitalismo. George Rudé procura mostrar que a consolidação organizacional da classe trabalhadora na época era ainda bastante débil. Os laços entre organização e espontaneidade das massas populares eram bastante vulneráveis. Contudo, tanto em Paris como na cidade de Londres no mesmo período, Rudé vai descobrir um padrão mais ou menos coerente e comum de organização da classe trabalhadora. Para o historiador, «petições e acção extra-parlamentar, coros sincronizados de jornais e panfletos satíricos e, quando o elemento popular estava ainda mais activamente envolvido, manifestações de rua, marchas e ataques ou ameaças a propriedades e a pessoas» (Rudé, 1970:.332) exigiam um grau mínimo de organização operária. Mesmo na chamada *mob* (multidão em inglês), a sua espontaneidade não se eximia de um mínimo de estruturação:

> «espontâneas como muitas dessas manifestações poderiam aparecer, havia sempre um grau de organização com alguns canais elementares de comunicação e de comando. Geralmente, o núcleo da *mob* era formado por uma banda itinerante, situada num bairro, que corria ou marchava pelas ruas [dos bairros populares, nota nossa] agregando forças ao longo do seu trajecto. (…) Essas bandas podiam juntar os seus membros espontaneamente, mas, no geral, elas adquiriram um grau de coesão, de onde emergia um líder ou um "capitão de revoltas"» (Rudé, 1970:.333).

Portanto, as massas populares da altura mobilizavam-se e já detinham alguma capacidade de organização. Como seria então possível relacionar a explosão revolucionária de 1789 organizada e dirigida a partir de cima por uma burguesia em ascensão e a iniciativa popular? Marx e Engels no clássico *Manifesto do Partido Comunista* oferecem uma possível explicação. Para os dois autores alemães,

> «a solidariedade das massas operárias ainda não é consequência da sua própria união, mas a consequência da união da burguesia, a qual, para atingir os objectivos políticos que lhe são próprios, tem de pôr em movimento todo o proletariado (…). Nesta fase os proletários combatem, pois, não os seus inimigos, mas os inimigos dos seus inimigos, os restos da monarquia absoluta, os senhores da terra, os burgueses não industriais. Todo o processo histórico está, assim, concentrado nas mãos da burguesia; todas as vitórias assim alcançadas são vitórias da burguesia» (Marx e Engels, 1975: 69).

Com efeito, a organização própria da classe trabalhadora serviu, naquela fase histórica, para servir de aríete contra a monarquia absolutista francesa, entre outras. Ao mesmo tempo, a independência programática da classe trabalhadora aparentava, nessa fase, não fugir aos intentos políticos da burguesia.

Configuracoes_5-6.indd S3:78 06-07-2010 09:57:07

Rudé vai incorporar este raciocínio ao seu quadro teórico mas adicionando e dando um maior relevo às reivindicações da classe. Isto é, George Rudé assinala que «existe ampla evidência que sugere que, longe de serem instrumentos passivos, as multidões revolucionárias estavam impregnadas com slogans e ideias dos grupos políticos que lutavam pelo poder à medida que a Revolução [Francesa, nota nossa] avançava» (Rudé, 1970: 137). Em poucas palavras, o argumento marxiano está aqui exposto. Como se fez notar acima, Rudé irá também dar espaço ao estudo da luta operária própria, movimentações sociais da classe sobretudo relacionadas com aspectos económicos. Politicamente[1], a classe trabalhadora estava ancorada na amplitude temática e propositiva da burguesia. Social e economicamente, as massas trabalhadoras mobilizavam-se desligadas das lideranças democráticas e burguesas

> «por considerações mais imediatas, como baixos salários ou os preços inflacionados (…). Motins em busca de comida [*food riots*] tinham uma ligação muito estreita com os preços e com os stocks dos mercados e com os fornecimentos de trigo e de pão» (Rudé, 1970: 329).

E ainda, «as pessoas comuns de Paris juntavam-se em torno de um propósito comum – assegurar fornecimentos adequados de comida a um preço e num prazo razoáveis» (Rudé, 1970: 157). Albert Soboul, historiador especialista da Revolução Francesa, é ainda mais preciso na descrição desta faceta da luta popular. Para Soboul as mobilizações operárias e populares de raiz reivindicativo naquele contexto estão longe de ser meros episódios laterais no processo revolucionário. Ao contrário, Soboul considera o impacto das reivindicações na própria introdução de determinadas configurações legislativas no novo Estado francês, dando o exemplo da lei de 29 de Setembro de 1793 relativa aos salários dos operários.

«Em ordem a manter um diferencial entre salários e preços favoráveis aos trabalhadores, a lei de 29 de Setembro de 1793 elevou os salários em 50 por cento relativamente ao índice de 1790, enquanto os preços subiram apenas um terço» (Soboul, 1988: 104).

Da nota de Soboul podemos inferir a importância que a luta e a acção colectiva operária iriam ter na inscrição de enunciados e de direitos no próprio corpo legislativo dos Estados modernos. Esta iria ser uma lição de elevado alcance para a história futura dessa classe social. Só a sua mobilização colectiva ao longo de um dado período de tempo poderia criar condições para a legislação também favorável a determinadas aspirações sociais e económicas.

[1] «Existem hoje poucas dúvidas que estas multidões revolucionárias entusiasticamente apoiaram e assimilaram os objectivos, as ideias e os slogans dos grupos políticos da Assembleia Nacional, de Cordelier e dos Clubes Jacobinos, cuja liderança elas reconheciam e onde no interesse desta se manifestavam, recolhiam assinaturas ou pegavam em armas» (idem: 139).

Configuracoes_5-6.indd S3:79 06-07-2010 09:57:07

Assim, durante a Revolução Francesa, a classe trabalhadora não tem ainda uma percepção definida dos seus interesses políticos, operacionalizando os intentos da burguesia[2]. Mas ao nível reivindicativo e em torno de questões candentes para a sua própria sobrevivência, a classe trabalhadora começa a demonstrar uma vitalidade assinalável, desencadeando turbilhões na estrutura social. Um novo fenómeno social surgia com a contemporaneidade: a formação da classe trabalhadora, ou se se preferir, as diferentes modalidades processuais de formação política, ideológica e organizacional das várias classes trabalhadoras nacionais.

2 – Beverly Silver e o estudo da acção colectiva operária na actualidade

Reflectindo sobre a crise do movimento operário nas últimas décadas, Silver considera que os trabalhadores enquanto classe continuam a deter determinadas fontes de poder entre as quais o *poder de associação* – «formas de poder que emanam da organização colectiva dos trabalhadores» –, o *poder estrutural* – «poder conferido aos trabalhadores apenas em virtude da sua posição no campo económico» –, e *poder de barganha no local de trabalho* – «que advém da localização estratégica de um certo grupo de trabalhadores num sector industrial-chave» (idem: 29). Deste feixe de propriedades sociais da classe trabalhadora[3] esta socióloga afiança que um dos motores do conflito e da mudança social passa precisamente pelo cruzamento desse conjunto de fontes de poder da classe trabalhadora com a articulação de crises de lucratividade do sistema económico e de crises de legitimidade, como factores que geram «a tensão que há no bojo do capitalismo histórico» (idem: 35). Por conseguinte, a autora fala de uma «história da dialéctica entre a *resistência operária à exploração no local de produção* e os esforços do capital para vencer essa resistência» (idem: 35) [itálicos nossos] como factor de incremento de dinamismo no tecido social e económico. Um muito breve reparo a esta asserção tem que ver tão-somente com a equiparação *exclusiva* da resistência operária ao "local de produção".

[2] Esta vai perder a confiança na mobilização operária como forma de derrotar a nobreza. A fusão política ou familiar (Hobsbawm, 1988: 330-333) inter-classista, entre burguesia e nobreza, irá ser privilegiada no futuro, dado o medo que as massas operárias e populares em acção infundiram na burguesia. Mesmo na Revolução Francesa a pacificação entre as alas moderadas dos jacobinos e os girondinos mostra como a burguesia e a antiga nobreza deram a mão contra os "excessos" robesperianos, dos *sans-culottes* e das classes populares. A marca de Robespierre e do apoio que este deu à própria acção popular ainda hoje não são "perdoados" pela burguesia francesa. Não há ainda hoje, segundo o filósofo francês George Labica (Labica, 2005), nenhuma rua ou estátua em França evocativa de Maxime Robespierre.

[3] Tomada no ensaio na sua globalidade, portanto, incorporando todos os agentes sociais inseridos em relações de assalariamento.

Configuracoes_5-6.indd S3:80 06-07-2010 09:57:07

Entretanto, registe-se a tendência histórica paradoxal de desenvolvimento das sociedades hodiernas onde o «próprio desenvolvimento capitalista leva ao fortalecimento estrutural daqueles que detêm a força de trabalho» (idem). O mesmo é dizer que nesta tese da autora quanto mais poderosos os mecanismos de controlo da força de trabalho no processo económico, maior o *potencial* de a luta operária induzir perturbações (ainda mais) profundas no domínio societal do capital. Esta é, em traços gerais, a tese central do ensaio de Beverly Silver.

A autora postula, portanto, que «para onde vai o capital, o conflito vai atrás» (idem: 53). Por outras palavras, o deslocamento espacial dos investimentos do capital em busca de recursos – humanos, materiais, físicos, etc. – que proporcionem uma maior lucratividade, estaria na base da própria deslocação dos conflitos laborais e da elevação da mobilização social e sindical operária. Silver utiliza o exemplo da indústria automóvel para demonstrar como após um determinado período de tempo do estabelecimento de uma unidade produtiva desse ramo, se deu a activação de fortes lutas operárias nesses países receptores de novos investimentos. A deslocalização de boa parte do parque industrial do sector automóvel dos países centrais (Europa e EUA) para franjas da periferia (Brasil, África do Sul, Coreia do Sul) e o correlativo arrastar de lutas da classe trabalhadora dos primeiros para estes últimos países (idem: 58-72) conferem uma boa dose de argúcia ao olhar atento de Beverly Silver. Face a esta padronização, a autora não enjeita a possibilidade de o México e a China – como os mais recentes receptores de grandes projectos desta indústria – poderem vir a registar novas ondas de lutas operárias com algum escopo. Adicionalmente, Silver considera que estes movimentos de capital se devem, por um lado, à necessidade irreprimível das transnacionais em incrementar a apropriação de mais-valia defronte da aplicação massiva de capital constante no processo produtivo e, por outro lado, da tentativa de fuga do capital à luta organizada da classe trabalhadora. Consequentemente, esta volta ao mundo por parte da indústria automóvel cria importantes fontes de luta operária que, mesmo depois das deslocalizações massivas de unidades fabris, tendem a perdurar fortes organizações sociais e sindicais. A propósito vale a pena lembrar que tanto num país relutante à mobilização operária como os EUA se mantém de pé um forte sindicato no sector (o UAW – United Auto Workers), como nos referidos países da periferia, os trabalhadores desta indústria mantêm sindicatos relativamente fortes e implantados na classe. Portanto, o argumento de Silver é sugestivo e parece ter uma forte corroboração empírica. O mérito maior desta fundamentação da autora – e que será paralelo à tese do capítulo seguinte do seu livro – consiste na relação efectuada entre a estrutura produtiva e a luta operária. Ou seja, a posição objectiva dos trabalhadores nas relações de produção assoma como um factor não despiciendo no impulsionamento da luta operária. Mais ainda, a localização de um segmento da classe trabalhadora em determinadas unidades produtivas da cadeia internacional de produção de automó-

Configuracoes_5-6.indd S3:81 06-07-2010 09:57:07

veis, bem como o próprio posicionamento relevante da indústria automóvel no tecido económico global, fundam, em mútua articulação, um potencial de luta operária que acaba por dar um forte impacto às acções de contestação desta franja da classe trabalhadora. Neste cenário, o capital tem respondido por duas vias principais: primeiro, «uma resposta recorrente dos empregadores às grandes ondas de protesto de trabalhadores tem sido a automação» (idem: 73), isto é, a aposta em «transformações organizacionais pós-fordistas» (idem: 75); segundo, a supracitada deslocação territorial.

Apesar do recurso a estas duas opções, a sua eficácia estaria longe de ter sido alcançada. Tomando o modelo de produção toyotista do *just-in-time* como exemplificação, Silver mostra como hoje uma greve nesse sistema assume maiores repercussões do que no passado:

> «Em Julho de 1997 os trabalhadores da General Motors entraram em greve na fábrica de transmissões no subúrbio de Detroit que fornece peças para todas as montadoras da empresa na América do Norte, excepto a Saturn. Os trabalhadores protestavam contra a terceirização [em Portugal o conceito equivalente é o de subcontratação; nota nossa] e pediam melhores níveis de emprego e maior estabilidade. No terceiro dia da greve dos 2800 operários da fábrica, a GM tinha sido forçada a fechar quatro montadoras, deixando ociosos um total de 19300 trabalhadores. *Se a greve tivesse durado duas ou três semanas teria praticamente paralisado as operações de montagem da GM em toda a América do Norte*. Chegou-se a um acordo em três dias e o sindicato declarou-se vitorioso» (idem: 76-77) [itálicos nossos].

De facto, o *potencial* de criar maiores problemas às grandes transnacionais é evidente, mas a autora nunca fala do talvez ainda maior poder de limitação de organização colectiva dos trabalhadores instilado pelo *just-in-time*. A fragmentação da classe trabalhadora no decurso de todo o processo produtivo – ainda para mais, internacionalizado – e a desconcentração física da produção (diferentemente da típica fábrica fordista que chegava a abarcar dezenas de milhares de operários num único local), privilegiando unidades fabris com menores contingentes operários, consubstanciam um factor de atrito muito forte à mobilização operária. Do nosso ponto de vista, o maior potencial de luta referido por Silver é plenamente justificado, mas tal facto não pode obscurecer que a solução tecnológico-organizacional consagrada em múltiplas facetas do toyotismo continua a ser um poderoso obstáculo ao protesto colectivo e organizado – nacional e internacionalmente – da classe trabalhadora. A existência do *just-in-time*, bem como a constante deslocação geográfica da produção, não explicam de modo suficiente por que é que os trabalhadores continuam a fazer ouvir a sua voz colectiva.

Para a socióloga norte-americana a luta operária é *sobretudo* um derivado de dinâmicas imanentes à estrutura económica, independentemente de se abor-

Configuracoes_5-6.indd S3:82 06-07-2010 09:57:08

dar o deslocamento geográfico do capital ou o ciclo de vida de um qualquer produto. Como se aventou acima, há aqui um grande mérito na interligação entre as estruturas objectivas e a constituição de práticas colectivas de luta. Desta forma, Silver refuta as concepções que tendem a equiparar a classe a uma estrutura ou a uma mera tipologia classificatória de lugares de classe. Consequentemente, a classe social surge como a *conjugação de práticas colectivas* – económicas, políticas e culturais – *em forma de processo*. Assim, a classe consiste numa categoria teórica que aporta um grau de dinamismo e plasticidade histórica, ao mesmo tempo que é capaz de se afirmar como uma realidade sociológica concreta. Todavia, a maior pecha teórica do seu ensaio, na linha do que temos vindo a procurar demonstrar, passa por ver o processo de formação da classe trabalhadora como um fenómeno predominantemente económico ou resultado (quase) exclusivo de factores económicos. No fundo, a dimensão cultural e a dimensão política são trabalhadas de modo claramente secundarizado, embora as duas tenham sido tratadas diferentemente, tanto de um ponto de vista quantitativo como de um ponto de vista qualitativo.

Relativamente à dimensão cultural, importa enumerar alguns dos problemas que a sua omissão contempla. Em primeiro lugar, uma abordagem do processo de mobilização da classe trabalhadora sem atender às culturas de classe afigura-se, logo à partida, como um procedimento empobrecedor. O universo cultural que as classes trabalhadoras de todo o mundo foram construindo ao longo dos últimos 150 anos, apesar de inevitavelmente variáveis de contexto para contexto, funcionaram sempre como poderosos catalisadores na construção de fortes identidades colectivas de classe. Autores tão diversos como Katznelson e Zolberg (1986), Foot Hardman (2002), E.P. Thompson (1991) ou Hobsbawm (2000, 2005), entre muitos outros, deram conta de todo um vasto manancial de sociabilidades culturais operárias sem as quais a solidificação e a coesão da classe trabalhadora teriam sido de todo impossíveis. Isto é, não basta o turbilhar de uma dinâmica económica para detonar a acção colectiva da classe trabalhadora. Como exemplo clássico, a profunda crise económica de 1929 não resultou directamente em vagas de luta operária tão poderosas e que pudessem colocar em causa a ordem vigente como as que abalaram a Europa de 1917 a 1923. O próprio argumento – claramente consistente, mas parcial – de que "para onde vai o capital, o conflito vai atrás" não pode descartar que para onde vai o capital, forma-se invariavelmente uma classe trabalhadora com uma nova composição económica e social mas também um arcaboiço cultural adstrito e sem o qual o conflito não iria atrás. Em consonância, sem auto-identificação de classe por parte dos seus membros muito mais dificilmente rebentam lutas operárias em grande escala. Não é por acaso que hoje um dos entraves mais eficazes à capacidade de organização colectiva da classe trabalhadora passe precisamente pelas dificuldades com que largas camadas de novos trabalhadores têm em se identificar subjectiva e supra-individualmente como trabalhadores

Configuracoes_5-6.indd S3:83 06-07-2010 09:57:08

assalariados. Sem uma consciência do "nós", ou se se preferir, de um "eu" colectivo, os protestos marcadamente de classe – sindical ou outro – tendem a não se expressar de um modo saliente. Em segundo lugar, a homologia patente no fordismo entre unidade fabril assente em grandes concentrações operárias – onde o operariado não sofria um processo de *verticalização* de múltiplas categorias profissionais e sócio-técnicas intermédias e de *especialização* qualificacional tão marcado como hoje – e os espaços culturais da classe trabalhadora – comunidades e bairros operários, música e poesia popular, sociabilidades culturais colectivas como festas, etc. – contribuiu para equivocar o papel da cultura operária no processo complexo de constituição da classe trabalhadora. Essa homologia obscureceu todo o património simbólico popular e operário que fornecia a linguagem de classe e a inculcação de valores de solidariedade e de auto-identificação de classe. Ou seja, em vez de uma interacção dialéctica entre o factor económico – a fábrica fordista – e o factor cultural que pudesse auxiliar na compreensão de como ambos forjaram a consciência de classe dos trabalhadores dessa época, certas concepções enfermadas de economicismo ajustaram automaticamente a posição de classe do operariado no processo produtivo às suas mobilizações e contestações sindicais e políticas. Analogamente, o mesmo raciocínio transfere-se para *Forças do trabalho*. Dessa maneira, a mobilização e constituição do operariado como uma classe para si deixou de lado o seu lastro processual triplamente económico, político e cultural. Em terceiro lugar, a omissão da dimensão cultural no processo de formação da classe trabalhadora, pelo que ela implica de interrogação do real-social como uma totalidade orgânica, leva a desprezar todas as instâncias não-económicas em todo esse processo. Se se levassem as premissas dos argumentos de Silver ao extremo, é quase como se a movimentação operária se reduzisse ao mundo económico, tanto no que à determinação global da classe trabalhadora diria respeito, como na circunscrição das lutas operárias ao universo económico. Retirar-se-ia, assim, por um lado, a capacidade de auto-produção cultural existente na classe trabalhadora e, por outro lado, afastar-se-ia essa classe da arena da luta política.

Ao contrário da omissão no respeitante à instância cultural, o universo do político é alvo de enfoque analítico. Neste ponto do seu ensaio, a autora articula os movimentos dos trabalhadores com dois fenómenos que marcaram impressivamente a História política do século XX: as duas Guerras Mundiais e a descolonização. Acerca das duas Guerras, para a autora existem diferenças profundas entre o número de conflitos e agitações operárias nos períodos imediatamente antes e imediatamente depois das guerras. Consequentemente, a mobilização da população para empreendimentos bélicos implica a desarticulação ou cooptação de lideranças políticas e sindicais da classe trabalhadora, pelo que as lutas operárias atingiram níveis muito baixos antes das duas Guerras Mundiais. Contudo, com o finalizar das guerras a frequência absoluta de movimentações operárias eleva-se exponencialmente e assumem «um carácter

Configuracoes_5-6.indd S3:84 06-07-2010 09:57:08

ascendente e explosivo» (Silver, 2005: 130). A descrição de Beverly Silver revela a atenção que a autora imprimiu ao seu estudo. Contudo, não se encontram grandes enunciados teóricos sobre as causas de tais diferenças: «a dinâmica das guerras mundiais tem um efeito agregador, que leva a períodos de explosão da militância trabalhista em escala mundial, tais como os dois pós-guerras» (idem: 131). Esta afirmação ilustra a forma como essa temática foi laborada pela autora. Na realidade, não se substantiva o factor político de um modo muito claro, optando por um registo predominantemente descritivo para esta parte do estudo. A detectada tendência para a sobrevalorização do económico espelha-se igualmente no tratamento teórico ao domínio do político. A problematização das crises no campo político em Silver despreza o que Poulantzas classificou de «desestruturação da instância política» (Poulantzas, 1978), onde ao papel pivotal de condensação e coesão das estruturas de uma formação social por parte do Estado, podiam ocorrer fenómenos de desarticulação do seu aparelho interno em determinados contextos. Ora, no caso das guerras, a corrosão do aparelho de Estado surgia como motor da descondensação da modalidade de organização das várias instâncias de uma sociedade. E do próprio Estado naturalmente. Momentos de desestruturação política que estiveram na base de alguns dos acontecimentos mais marcantes da história da classe trabalhadora na contemporaneidade: revoluções por toda a Europa em 1848, Revolução Russa de 1917, revoluções europeias de 1918 a 1921 (Alemanha, Hungria, Itália, Finlândia), fortíssimas mobilizações operárias em França e na Itália do pós-guerra, Revolução Portuguesa de 1974, etc. Portanto, este vector de mudança social não é equacionado por Silver no acolhimento que faz à relação entre as Guerras Mundiais e a intensidade de lutas operárias. Ainda na dimensão política, destaque-se que a socióloga não dá guarida a qualquer tipo de capacidade de organização política da classe trabalhadora. No fundo, algo tão influente no recrudescimento das lutas e embates de classe em inúmeros países nos dois pós-guerra. O papel que os partidos socialistas, sociais-democratas, comunistas, progressistas e outros tiveram na vida da classe trabalhadora é pura e simplesmente passado em branco. Por conseguinte, nenhuma das experiências operárias de tomada de poder do Estado (como a Comuna de Paris de 1871 ou a Revolução de Outubro, para citar apenas duas delas), independentemente dos seus posteriores resultados, é sequer recordada pela autora num ensaio que se propõe a estudar os movimentos de trabalhadores desde 1870. Do mesmo jeito, a luta da classe trabalhadora pela democracia e contra o fascismo e/ou contra o colonialismo (Guerra Civil de Espanha, lutas operárias na Itália a partir de 1943, lutas do operariado agrícola alentejano durante todo o regime português do Estado Novo, participação de contingentes sempre minoritários, mas politicamente importantes de operários nas lutas nacionais e populares nas guerras do Vietname ou da Argélia) não cabe no quadro de Beverly Silver.

Configuracoes_5-6.indd S3:85 06-07-2010 09:57:08

Por conseguinte, *Forças do trabalho* peca pela completa omissão da instância cultural na calibragem das lutas da classe trabalhadora, tal como denota um insuficiente tratamento do nível político na configuração da luta operária. Se a abordagem da acção popular organizada implica uma articulação entre económico, político e cultural, o seu espectro de análise pode ser enriquecido se se incluir uma noção de historicidade e de movimento histórico no seu seio. Daí que não surpreenda o subsequente trabalho *arqueológico* de recuperação de algumas formas de organização e mobilização operária. O conceito de formação da classe trabalhadora desenvolvido por Edward Thompson assume, neste particular, uma centralidade irrecusável na nossa discussão e problematização teórica.

3 – Edward Thompson e o conceito de formação da classe trabalhadora

No seu estudo clássico Edward Thompson definiu a formação da classe trabalhadora como um conjunto de dinâmicas intrínsecas à classe social, «um processo activo que deve tanto à agência como ao condicionamento» (Thompson, 1991: 8). Basicamente, Thompson trabalha a relação dialéctica entre capacidade – histórica e contextualmente variável – de organização própria e por iniciativa da classe e os freios ao desenvolvimento da auto-organização da classe colocados pelas estruturas sociais (Estado, mercado, ideologias dominantes) e pela classe dominante. Assim, a classe não é em Thompson uma estrutura mas um processo, melhor dizendo, um conjunto articulado de práticas colectivas que perpassam os domínios económico, político e ideológico-cultural. Conjunto de práticas dotado de historicidade, tanto no que à situação social e temporal em que é produzido como no que diz respeito à sua dimensão processual. Isto é, uma mesma classe social é passível de adoptar diferentes comportamentos e acções colectivas ao longo da sua existência. De referir que cada classe tem sempre uma margem mínima e máxima para a produção e efectivação de práticas próprias – culturais e políticas – e que estas podem fornecer ou receber elementos de práticas de outras classes. Por conseguinte, a

> «classe entende-se como um fenómeno histórico unificando um número de eventos aparentemente desconexos, tanto na matéria bruta da experiência como na consciência. Enfatize-se que este é um fenómeno *histórico*. Não vejo a classe como uma "estrutura", nem mesmo como uma "categoria", mas como algo que acontece na realidade (e que pode ser mostrado como aconteceu de facto) das relações humanas» (idem).

Temos neste último ponto uma divergência de Thompson em relação a Bourdieu que afirmava que as classes só existiam no papel. Em dois pequenos

textos ("Razões práticas" e "O Poder Simbólico") sobre a sua teoria das classes sociais, Bourdieu fundamenta que as classes são construções do investigador:

> «classes teóricas, agrupamentos fictícios que só existem no papel, por uma decisão intelectual do investigador» (Bourdieu, 2001b: 11);
>
> «esta classe no papel tem a existência teórica que é a das teorias (…). Não é realmente uma classe, uma classe actual, no sentido de grupo e de grupo mobilizado para a luta» (Bourdieu, 2001a: 136).

Inversamente, Thompson reitera a existência real das classes sociais. O historiador britânico não parte de um ponto de vista político ou apologético mas a partir de uma distinta concepção das classes sociais. Em Thompson, como já se mencionou, as classes são, acima de tudo, um processo. Por outras palavras, a manifestação específica de um grupo social num determinado contexto histórico e nacional não decorre, primariamente, da sua posição subalternizada na estrutura social global. Este é um elemento a considerar mas que não é prioritário em Thompson. Para este autor, é o trajecto global de uma classe numa formação social e as suas manifestações políticas e culturais específicas que importa contemplar. Estas não decorrem directa, unívoca e unilateralmente do lugar da classe nas relações sociais de produção, nas relações de propriedade mas todo esse processo é mediado pelas instâncias política e cultural. Acrescente-se, por seu turno que esse devir colectivo pode ser percepcionado pelo investigador e onde este pode colher elementos para discussão teórica, por exemplo, no caso deste trabalho, de propriedades estruturantes do processo histórico e de como elas interagem com a esfera cultural da própria classe. Ora, esse processo histórico é passível de apreensão cognitiva e conceptual por parte do cientista social com as ferramentas teóricas e metodológicas que este considerar mais oportunas. Contudo, a teorização não apaga a materialidade da acção colectiva da classe. Bourdieu, num texto do volume "O que falar quer dizer" afirmou que a construção das classes sociais só era possível à custa de um intenso e prolongado labor de organizações como partidos e sindicatos para converter indivíduos com as mesmas posições no espaço social numa classe. A classe teria como ponto de partida a sua enunciação discursiva por parte de outras entidades, portanto, sendo mais da ordem da construção das representações e menos da sua efectividade no real-social.

> «Foi só depois de Marx e até mesmo depois da constituição de partidos capazes de impor em grande escala uma visão do mundo social organizado segundo a teoria da luta de classes, que se pode falar de classes e de luta de classes. (…) a classe ou a luta de classes é realidade na medida em que é vontade, e vontade na medida em que é realidade: as práticas e as representações políticas (e, em particular, as representações da divisão em classes) tais como se podem observar e medir num momento dado do tempo, numa sociedade que esteve exposta de

Configuracoes_5-6.indd S3:87 06-07-2010 09:57:08

> modo duradouro à luta de classes são, em parte, o resultado do efeito de teoria» (Bourdieu, 1998: 143).

É evidentemente correcto que Bourdieu traça um aspecto fundamental da formação de uma classe trabalhadora que se move, em termos tendenciais e ideais, do limite mínimo da sua estruturação e organização para o limite máximo. A classe não é uma entidade una e abarca necessariamente um conjunto de entidades. Contudo, Bourdieu parece não considerar que a própria produção de movimentos, partidos, associações ou sindicatos decorreu de necessidades e da dinâmica da classe trabalhadora. Para dar um exemplo canónico, Marx e Engels não formularam a sua «concepção materialista da história» (Marx e Engels, 1975) e só depois é que a classe trabalhadora começou a manifestar-se política e/ou sindicalmente. O próprio Marx mostrou-se nos seus primeiros anos de trabalho intelectual um tanto ou quanto refractário dos ideais socialistas e comunistas da época. Um dos mais poderosos factores que o iria levar a abraçar tais ideais foi a luta dos tecelões da Silésia (1844), luta operária que decorreu sem a participação de uma organização social da classe com um programa ou com qualquer tipo de visão do mundo minimamente elaborada. A Liga dos Comunistas – geralmente considerada como a primeira organização internacional de comunistas e socialistas – surge como uma necessidade de organização política por parte de operários e artífices alemães emigrados em Paris e em Bruxelas. Com efeito, é a luta colectiva da classe que criará condições, por um lado, para a teorização política e/ou científica (em termos de ciências sociais) das suas manifestações e, por outro lado, para a sua posterior mobilização por organizações de variegado tipo. Assim, as classes sociais surgem como agrupamentos com uma espessura real e concreta na paisagem social, independentemente das observações dos investigadores sociais de qualquer corrente teórica. Na actualidade, uma luta colectiva de classe é quase impossível sem uma organização que a movimente ou, num momento mais tardio, modele uma iniciativa que começou por ser espontânea. Contudo, um facto parece-nos essencial. Sem uma predisposição mínima da classe para lutar em torno de objectivos e propostas que os seus membros considerem exequível ou justas, o papel de uma organização social ou política é inócuo. Daí que as organizações sociais e políticas da classe trabalhadora que conheceram maior notoriedade histórica tenham sido precisamente aquelas que num ou durante um período histórico se mostraram capazes de equivaler a sua táctica e a sua estratégia às aspirações concretas – mais ou menos reivindicativas, mais ou menos políticas, mais ou menos avançadas em termos de transformação social – de amplas massas populares e operárias.

Assim, a formação da classe trabalhadora emerge como um conceito central para a teoria das classes sociais. Se este conceito necessita ainda de alguma afinação e maiores desdobramentos empíricos entre a dinâmica processual e a

Configuracoes_5-6.indd S3:88 06-07-2010 09:57:08

configuração específica das estruturas sociais e económicas, não deixa de ser sintomática sua tripla importância teórica:

i) rejeita a noção das classes sociais como «definitivas ou como um facto consumado» (Thompson, 1991: 937);

ii) impede o congelamento das práticas colectivas expressas em termos de processualidade (em rigor, as classes sociais) em instâncias estanques, rígidas e relativamente invariáveis, o que na prática significa desocultar, e não descontextualizar, os efeitos das estruturas sociais no amarrar das classes dominadas a um estado de inércia e letargia;

iii) dado o carácter processual imputado às classes sociais, então a classe pode ter distintas configurações e subjectivações distintas ao longo de toda uma trajectória histórica. Nessa sequência, não faz sentido afirmar que a classe trabalhadora, por exemplo, compartilha do ponto de vista político, ideológico ou cultural A, B ou C mas que em potência, tanto pode adoptar um posicionamento político ou cultural próximo do limite máximo ou do limite mínimo conducente com a sua acção colectiva respectiva.

4 – Katznelson, formação da classe trabalhadora e a experiência de classe: limites mínimos e máximos da organização da classe trabalhadora

Tomando como ponto de partida um conceito de classe social abrangente e multidimensional[4], Ira Katznelson vai fundamentar a possibilidade de a classe trabalhadora se constituir como um agente social colectivo a partir da interligação entre a

> «estrutura das relações de classe num nível macroeconómico; a experiência de vida da classe no local de trabalho e na comunidade residente; os grupos de pessoas dispostas a agir em termos de classe; e uma acção colectiva de classe» (Katznelson, 1986: 21).

Assim, a formação da classe trabalhadora assoma como «a emergência de uma classe trabalhadora relativamente coesa, auto-consciente da sua posição na estrutura social e com vontade e capaz de agir para a modificar» (idem: 11). No fundo, trata-se da possibilidade de a classe trabalhadora, num determinado contexto espácio-temporal, se constituir num sujeito histórico, independentemente dos resultados sociais e políticos atingidos. Por outro lado, quando se utiliza a expressão de sujeito histórico não se está a reivindicar um qualquer papel de missão teleológica e histórica à classe trabalhadora. De facto, ressal-

[4] «Sugiro que a classe nas sociedades capitalistas pode ser pensada como um conceito com quatro camadas associadas: estrutura, estilos de vida, disposições e acção colectiva» (Katznelson, 1986, p.14).

Configuracoes_5-6.indd S3:89 06-07-2010 09:57:08

te-se, neste contexto, a problemática teórica da possibilidade, definida histórica e socialmente, de a classe trabalhadora se poder apresentar no palco político e social com uma actuação político-programática independente[5] e com uma estruturação interna de tipo colectivo.

Aristide Zolberg, sintetizando as várias (e diversificadas) experiências de formação das classes trabalhadoras francesa, alemã e norte-americana, vai rejeitar uma perspectiva que atribua um carácter de estrita singularidade a cada caso nacional. Se cada caso é um caso, isso não significa que certas características processuais não têm afectado (ou possam afectar em potência) as diferentes formas da constituição da classe trabalhadora num movimento colectivo (Zolberg, 1986: 397-455). Portanto, à abordagem historiográfica importa somar uma aproximação sociológica a esta problemática. Uma aproximação que permita retirar padrões gerais de articulação entre estrutura social e acção colectiva, entre inércia e processo, entre relações sociais relativamente invariantes e práticas sociais modificadoras (re-produtoras, re-pavimentadoras) do tecido social. Em simultâneo, Zolberg (1986) esclarece a importância de não equivaler estrutura e acção colectiva no estudo da formação da classe trabalhadora. «Se o advento do capitalismo industrial num dado país necessariamente criou condições à emergência de uma classe trabalhadora» essa estrutura económica «não determina por si só a dinâmica do desenvolvimento daquela e os resultados a que chega» (idem: 400-401). Portanto, níveis relativamente próximos de desenvolvimento (elevado) das forças produtivas e da configuração das relações de produção em países como Inglaterra, França, Alemanha ou os EUA produziram trajectos políticos diferenciados das respectivas classes trabalhadoras. Por outro lado, o peso numérico da classe operária na população activa total não é factor com uma carga heurística relevante para a explicação da mobilização operária. O exemplo da classe trabalhadora russa das duas primeiras décadas do século XX, claramente minoritária num país camponês e semi-feudal, surge como o mais forte contraponto a um raciocínio unilinear entre a percentagem de operários numa sociedade e o seu impacto político e social.

Assim, os limites máximos e mínimos em que uma classe pode movimentar-se na paisagem social são percorridos por nuances e por múltiplas condicionantes que travejam uma realidade concreta riquíssima de exemplos que se podem multiplicar quase infinitamente nas formas e nas características assumidas. Porém, a classe trabalhadora actua sempre dentro daquele campo de possibilidades marcado por uma série de propriedades estruturantes, presentes ou não, mais ou menos influentes na sua modulação histórica. Zolberg nomeia tais propriedades estruturantes de «variáveis conceptuais» (1986: 446), onde se podem incluir, entre as mais significativas, a configuração de um regime político e a relação que estabelece com as classes dominadas, a forma de articulação das

[5] Variável nos maiores ou menores níveis de consciência com que os agentes têm ou não dos seus objectivos políticos.

Configuracoes_5-6.indd S3:90 06-07-2010 09:57:08

instâncias económica, política e ideológico-cultural numa determinada formação social, o posicionamento de um país no sistema internacional de Estados ou os ritmos inscritos nas conjunturas históricas.

Para além de variáveis conceptuais macro, Michelle Perrot (1986) concentra-se no estudo de experiências *meso*. Isto é, em casos históricos onde níveis de estruturação societal se conjugam com formas de organização micro da vida social como a família ou a comunidade local. «As vizinhanças, as lojas, as tavernas, os salões de dança, as lavandarias», etc. formavam «a estrutura da vida quotidiana, de sociabilidade» (Perrot, 1986: 87) da classe trabalhadora. Portanto, variáveis não apenas micro mas com uma pertinente carga cultural. Para Perrot é o entrelaçamento complexo e sempre alterado de variáveis conceptuais macro com o que Goffman classificou de «quadros de interacção» (Goffman, 1993: 21) que está na base da «formação de uma identidade colectiva» (Perrot, 1986, p.92), elemento fundante da própria formação da classe trabalhadora.

Katznelson partilha e sintetiza a perspectiva de Perrot e de Zolberg num triângulo de eixos analíticos:

a) «um tem que ver com factores económicos» propriamente ditos, portanto com a «análise do desenvolvimento interno do capitalismo» (Katznelson, 1986. 30) nas suas compartimentações estruturais (formas de extracção da mais-valia, organização da produção, peso, lugar e papel de cada sector económico na determinação das lógicas de acumulação de capital);

b) «um *cluster* centrado na sociedade. Este olha para fora dos processos de desenvolvimento capitalista e da proletarização, procurando fontes» (idem) e interconexões com os níveis de configuração da classe como a religião, a ambiência cultural ou «as variações das configurações espaciais dentro das cidades» (idem);

c) o nível estrutural do político, onde podemos encontrar

> «a formação do Estado-Nação, o impacto de um acontecimento político relevante, a extensão e a natureza da burocratização do Estado, a capacidade do Estado para recolher impostos ou para reprimir, questões constitucionais como o federalismo ou a organização do regime e o conteúdo das várias políticas públicas, como a lei laboral, por exemplo» (idem: 31).

Assim, a formação da classe trabalhadora corresponde a um processo altamente complexo onde interactuam, articulam e conflituam factores da mais variada ordem. Todavia, parece-nos que há uma ênfase excessiva no peso destas variáveis conceptuais. Não rejeitamos o seu papel determinante nem as formulações respectivas, mas consideramos que a perspectiva enunciada pelos vários autores supracitados parte do pressuposto de que a formação da classe decorre tão-somente do arranjo – mutável de caso para caso nacional – entre essas propriedades. Do nosso ponto de vista, importa atender igualmente à pró-

Configuracoes_5-6.indd S3:91 06-07-2010 09:57:08

pria capacidade que a classe trabalhadora teve (e tem) de secretar o seu saber e fazer performativo, bem como das suas organizações sociais, políticas e culturais. Estamos em crer que é o cruzamento das variáveis conceptuais enunciadas acima com a autonomia relativa da classe nas esferas cultural e política que pode fecundar uma perspectiva mais heurística do estudo dos fenómenos de formação da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo, importa acrescentar que a classe trabalhadora não actua na tessitura socio-histórica aleatoriamente. Antes existem, constantemente, limites mínimos e máximos para a sua projecção social e política. Limites naturalmente condicionados pelos vários eixos aludidos por Perrot, Zolberg e Katznelson mas também pelos que enunciamos no parágrafo anterior. Assim, se existem limites mínimos e máximos à actuação da classe trabalhadora, esta não é, em essência, nem revolucionária nem conservadora. Pelo contrário, é conservadora quanto mais próxima do limite mínimo e revolucionária quanto mais próxima de se estruturar como um agente colectivo com uma linha política e uma produção cultural autónomas. Clarificando, o limite mínimo para a actuação social e política da classe trabalhadora constitui-se, na prática, como o que poderemos chamar de grau mínimo de organização interna da mesma. O mesmo é dizer que quando esta apenas se reporta, no campo económico, à produção e circulação da mais-valia deixando, portanto, de ter uma organicidade e coesão interna entre os seus membros. Este grau/limite mínimo aponta para um estado de desagregação interna da classe, com amplas consequências, por exemplo, em baixas taxas de sindicalização, na construção de programas políticos ou reivindicativos circunscritos a questões sociais e laborais momentâneas ou na desintegração de partidos políticos de orientação socialista ou socializante. Em suma, o limite mínimo de organização da classe trabalhadora é, em termos ideais e meramente hipotéticos, o equivalente a um total estado de atomização da classe trabalhadora. Inversamente, o grau máximo de organização e mobilização da classe trabalhadora – tomada aqui como o conjunto dos trabalhadores assalariados – coaduna-se com um arquétipo onde essa classe social evidenciaria um nível de profusão de entidades organizacionais próprias, a definição de uma vertente programática política e social independente do veiculado pela classe dominante e do Estado, a capacidade para se mobilizar colectivamente de forma mais ou menos regular e com uma identificação colectiva muito forte entre os vários agentes sociais dessa classe. Assim, o limite máximo de organização da classe trabalhadora resumiria um estado de independência política, ideológica e organizacional relativamente às classes dominantes e às suas instituições de poder. Em última análise, tal estado de organização apontaria para a possibilidade de a própria classe trabalhadora afrontar abertamente o poder político e económico dominantes, concorrendo para se tornar na classe social capaz de induzir novas lógicas de organização societal.

Configuracoes_5-6.indd S3:92 06-07-2010 09:57:08

Tanto o limite mínimo como o limite máximo de organização da classe trabalhadora subscrevem uma abordagem hipotética, na medida em que surgem como dois pólos antagónicos, dentro dos quais as possibilidades reais e concretas de efectivação de práticas sociais e políticas daquela classe se desenrolam. Na verdade, ambos os limites do campo de actuação da classe trabalhadora raramente são tocados na concreção do real-social da classe. A generalidade dos processos históricos desencadeados por essa classe situa-se precisamente entre os dois pólos, independentemente da maior ou menor proximidade com um deles, em diferentes momentos históricos. O limite mínimo é, em certa medida, ainda mais raro e quase uma impossibilidade histórica na medida em que a sua concretização significaria, na prática, uma total ausência de sindicatos e de organizações sociais e políticas operárias, por mais pequenas que fossem. Ao mesmo tempo, isso seria sinónimo de uma completa inexistência de contestação – individual e colectiva – dos assalariados, algo inexistente mesmo nas sociedades mais conformistas. Por seu turno, se o limite máximo é um horizonte de organização e de consciencialização social e política da classe difícil de atingir – quanto mais não seja porque, em termos teóricos, implicaria uma quase total liberdade de manobra e de produção ideológica dessa classe, quando, de facto, as várias classes sociais condicionam-se entre si, apesar da sua maior ou menor força social num determinado momento histórico – a verdade é que as tentativas históricas que a classe trabalhadora empreendeu na contemporaneidade (Comuna de Paris de 1871, Revolução Russa de 1917, lutas operárias em Itália e França em 1968 e 69, iniciativa da Unidade Popular no Chile em 1973, Revolução Portuguesa de 1975/75, etc.) aproximaram-se, nuns casos mais, noutros menos, do referido limite máximo de organização. O desfecho dessas experiências – onde nenhuma perdura hoje em dia – apenas demonstra precisamente o hiato que continua a existir entre a efectivação concreta das dinâmicas colectivas da classe trabalhadora e as suas possibilidades de actuação em termos ideais. Por outro lado, o facto de não terem sido alcançadas ou ainda mais aproximadas do seu limite máximo de organização, não quer dizer que essa possibilidade histórica esteja liminarmente descartada. Pelo contrário, esse é um claro desafio para os futuros e prováveis processos de formação das classes trabalhadoras da actualidade.

Num outro patamar de problematização, dada a possibilidade – nunca confundir com inevitabilidade – histórica de a classe trabalhadora se constituir em agente colectivo relativamente autónomo, o papel da sua organização e mobilização a partir de entidades de classe – sindicatos, partidos[6] – ganha espe-

[6] As lutas operárias que inscreveram sulcos mais profundos e duradouros nas estruturas sociais consubstanciaram regularmente a articulação entre luta política e luta reivindicativa. Por outras palavras, lutas e movimentações operárias e populares dirigidas contra executivos governamentais e/ou o aparelho de Estado e, ao mesmo tempo, lutas sindicais orientadas para a melhoria das condições de vida e de trabalho. Com efeito, os partidos operários – ou que, pelo menos, assim se designavam – eram, por um lado, constituídos por uma parte minoritária da classe trabalhadora (geralmente e/ou auto-nomeada como a mais combativa e a mais

Configuracoes_5-6.indd S3:93 06-07-2010 09:57:08

cial relevo. Se estas entidades, quanto mais próxima a classe estiver do limite mínimo, decidem pouco da transformação de uma massa amorfa de indivíduos que não se identificam com a (ou como) classe trabalhadora, elas desempenham papéis mais determinantes quando a classe se constitui em sujeito colectivo. Não esquecer, contudo, o papel das organizações de classe na transformação da classe trabalhadora em força social e política. Se sindicatos, partidos ou outros movimentos sociais de cariz popular/operário não conseguem, por si só e num curto espaço de tempo, transformar amplas camadas fragmentadas e despolitizadas da classe trabalhadora num sujeito colectivo mobilizado socialmente, são essas entidades que permitem manter um certo nível de organização e de mobilização moleculares em camadas – minoritárias – dessa classe social. Portanto, a atribuição de um papel menos determinante nos processos históricos por parte dessas organizações em períodos onde a classe trabalhadora se aproxima do seu limite mínimo de organização, tem que ver somente com o seu menor peso na indução/propulsão de novas dinâmicas colectivas. Para uma possível organização futura da classe trabalhadora, essas entidades detêm inequivocamente o mesmo *grau/intensidade* de importância em diferentes períodos históricos. Naturalmente, a sua *substância* e a sua localização alteram-se no seio nos processos de formação[7] da classe trabalhadora e de mobilização colectiva desta classe.

5 – A classe trabalhadora: um retrato pincelado do seu estado actual de fragmentação

A epígrafe deste ensaio da autoria de Percy Shelley, poeta britânico do Romantismo e marido da, ainda mais famosa, autora de *Frankenstein*, evidencia uma das faces do polígono que forma a luta popular: a sua mobilização colectiva e agregada em torno de objectivos comuns e específicos; a consciência da maioria da sociedade – os trabalhadores – como antagonistas da minoria da sociedade – a classe dominante. Se as possibilidades de actuação de uma classe social têm margens de liberdade – e, naturalmente, de condicionamento – e se tal puder ser representado, em termos expositivos, como uma pirâmide, então o que Shelley invoca ainda no início do século XIX representaria algo que estaria

vinculada a acções protestativas da classe) e, por outro lado, actuavam na cena especificamente política. Ao invés, os sindicatos operavam na esfera das reivindicações laborais e na defesa de interesses com um cariz mais imediato. Os sindicatos têm uma vertente mais aberta onde se procura integrar contingentes o mais vastos possíveis da classe trabalhadora, de um determinado sector profissional da classe trabalhadora.

[7] O deflagrar dos processos de formação da classe trabalhadora passa também por crises na formação social como um todo, no Estado (Rússia em 1917) ou num regime (exemplo, Portugal em 1974). Ou seja, a desestruturação das instâncias política, social e económica, quer dizer, a desfragmentação do papel unificador do conjunto da sociedade pelo Estado – aspecto negligenciado por Thompson – é um factor potenciador de lançar a classe trabalhadora para a frente da cena política, permitindo-lhe tomar a iniciativa na determinação da condução do processo político, independentemente das balizas estruturais em que uma crise social e política ocorre.

Configuracoes_5-6.indd S3:94 06-07-2010 09:57:08

muito próximo do vértice daquela. Na base do polígono estaria naturalmente o estado que, quantitativamente, representa a maior fatia de tempo em que se encontram as classes dominadas: uma forte inércia política e uma dificuldade na construção de organizações políticas, culturais e sindicais. Dificuldade não apenas na existência e sobrevivência de sindicatos, partidos políticos e associações recreativas da classe mas também dificuldades da parte destas para adoptarem uma linha programática e uma acção conducente com objectivos autónomos da classe no plano social, económico, político e cultural.

Desde meados das décadas de 70 e 80 a situação da generalidade das classes trabalhadoras de todo o mundo tem sido marcada por um estado de fragmentação e por uma incapacidade de passarem à ofensiva no terreno social e político. Kim Moody num importante estudo publicado com grande repercussão nos meios académicos anglo-saxónicos descreve toda essa configuração social e política da classe trabalhadora na actualidade:

> «a sua paralisia em face da reestruturação industrial global; as suas dificuldades em captar ou mesmo influenciar as suas próprias organizações; a sua desorientação face às recomposições raciais, étnicas e de género no seu interior; a sua degradação no seio da competição selvagem [*dog-eat-dog* no original, nota nossa] no mercado mundial» (Moody, 1997: 1).

Como acrescenta o mesmo autor a questão teórica não é tanto o desaparecimento da classe trabalhadora (Pakulski e Waters, 1993) mas o seu recuo reivindicativo e o seu papel social como voz colectiva supra-individual: «a classe trabalhadora nunca desapareceu; ela é a vasta maioria das sociedades mais avançadas» (Moody, 1997: 1) independentemente das suas reconfigurações nos serviços ou noutros ramos de actividade. Por outro lado, há que contar que mesmo quando ocorrem lutas de alguma envergadura, elas passam «frequentemente nos *media* sem cobertura noticiosa, os mesmos *media* que estruturam» boa parte da «nossa percepção da sociedade» (idem). Este último enunciado de Moody parece ser correcto. Os *media* de massas têm, evidentemente, uma forte repercussão na moldagem ideológica e na percepção que as populações têm do mundo social. Num tempo em que as publicações operárias escasseiam – paradoxalmente com o século XIX, por exemplo, onde apesar do superior analfabetismo a imprensa operária era muito mais diversificada e com um bastante maior impacto cultural na classe – boa parte das informações que as várias camadas de trabalhadores recebem de lutas operárias e populares do resto do mundo passam necessariamente pelo crivo dos *media* dominantes. Tal facto tem importância no ocultamento de lutas, reivindicações e mesmo condições de vida[8] que se vão desenrolando um pouco por todo o planeta. Todavia, isso não

[8] Kevin Bales contabiliza 27 milhões de escravos em todo o mundo onde «talvez entre 15 e 20 milhões se encontram na Índia, no Paquistão, no Bangladesh e no Nepal». Na generalidade, «esses escravos tendem a

é suficiente para explicar porque a classe trabalhadora, de um modo geral, se encontra desmobilizada e fragmentada.

Neste ponto é de nosso interesse descrever o limite mínimo de organização da classe trabalhadora. Utilizando a situação mundial actual como exemplo, Kim Moody, mais uma vez, vai incidir a sua análise na competição intra-operária como o motor mais potente de desagregação da classe. Esta é, em primeiro lugar, decurso da própria dinâmica dual da acumulação de capital à escala internacional: «uma vasta massa empobrecida na periferia não apenas pressiona os salários do Sul para baixar como é fonte de uma competição que afecta trabalhadores do Norte» (Moody, 1997: 64). No fundo, a deslocalização das cadeias produtivas em busca de uma força de trabalho barata, desorganizada política e sindicalmente e com muito poucos direitos laborais consegue pela primeira vez da história do capitalismo colocar massas de milhões de trabalhadores de distantes pontos do planeta em concorrência directa por um posto de trabalho. Este é o drama, nunca resolvido até hoje, da articulação internacional das organizações operárias. Apesar da comunhão de uma pertença de classe similar a milhões de sujeitos, a organização capitalista dos processos de produção, não apenas na fábrica mas também expressa num plano territorial, tem conseguido, na maioria das vezes, colocar trabalhadores contra trabalhadores, recrudescendo sentimentos nacionalistas e mesmo racistas e xenófobos. Daí que, quando num estado de desagregação social e organizativo, a classe trabalhadora se encontre

ser usados no trabalho simples, não tecnológico e tradicional. O maior grupo trabalha na agricultura. Mas os escravos são usados em muitos outros tipos de trabalhos: fabrico de tijolos, minas e pedreiras, prostituição, lapidação de pedras e fabrico de jóias, fabrico de tecidos» (Bales, 2001, p.18-19). A importância do trabalho escravo para a economia mundial não parece ser muito significativa, à primeira vista. Todavia, a sua contribuição indirecta assume outras proporções. «Por exemplo, o carvão produzido pelo trabalho escravo é fundamental para produzir aço no Brasil. Muito desse aço é depois transformado em automóveis, peças de automóveis, e outros artigos de metal. A escravidão faz baixar os custos de produção da fábrica; essas poupanças podem ser transmitidas em sentido ascendente na corrente económica, atingindo finalmente as lojas da Europa e da América do Norte» (idem, p.36).

[o] falhanço extremo das orientações neoliberais um pouco por todo o planeta tem-se revelado na condenação de mais de um mil milhão de pessoas a viver em níveis inimagináveis de pobreza. É o próprio Banco Mundial (num relatório de 26 de Agosto de 2008) que assume ter "errado" em contas anteriores acerca do real número de indivíduos a viver abaixo do limiar da pobreza absoluta (menos de um 1,25 dólares por dia). Segundo aquela instituição as políticas neoliberais estariam a resultar em mais de 1,4 mil milhões de indivíduos a viver em situações altamente degradantes. Tudo isto sem falar dos 189,9 milhões de desempregados em todo o mundo (2007), segundo a Organização Internacional do Trabalho (ver em http://www.ilo.org/public/english/employment/strat/download/get08.pdf).

De acordo com Harvey, «o conjunto das 358 pessoas mais ricas é igual ao rendimento dos 45% da população mundial mais pobre, ou seja, 2,3 biliões de pessoas. As 200 pessoas mais ricas do mundo mais do que dobraram as suas posses de 1994 a 1998, para mais de um trilião de dólares. Os portefólios financeiros dos três maiores bilionários do mundo representam um volume de capital superior ao Produto Nacional Bruto (PNB) de todos os países menos desenvolvidos do mundo e dos seus 600 milhões de habitantes» (Harvey, 2005, p.35). Outros autores consideram que, «nunca o contraste das riquezas foi tão nítido como hoje: os rendimentos de 1 por cento da população mundial (menos de 50 milhões de pessoas) equivalem aos dos 2,7 mil milhões de pessoas mais pobres» (Achcar et al, 2003, p.48). Ou seja, um por cento da população mundial concentra e apropria um volume de capital semelhante ao de quase metade da humanidade. Boaventura Sousa Santos, com base em dados do Relatório do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas de 2001, elenca factos que vão na mesma direcção: «mais de 1,2 biliões de pessoas (pouco menos que ¼ da população mundial) vivem na pobreza absoluta, ou seja, com um rendimento inferior a um dólar por dia e outros 2,8 biliões vivem apenas com o dobro desse rendimento» (Santos, 2001, p.39).

Configuracoes_5-6.indd S3:96 06-07-2010 09:57:08

perante o desafio que Moody argutamente classificou de «todos fragmentados, explorados em conjunto» (idem: 143). Esta tendência é imanente à estrutura do «sistema metabólico do capital» (Meszaros, 2002: 94-132). Voltando ainda a Moody, observe-se, como afirma o autor, que

> «mesmo quando a competição apenas afecta uma minoria de trabalhadores num dado período de tempo, a ansiedade dos trabalhadores no mercado de trabalho com largo número de desempregados, subempregados e de novos agentes que entram (mulheres, jovens, imigrantes) é sentido» como potencial ameaçador «pela classe trabalhadora empregada» (Moody, 1997: 154).

Desse modo, o que é uma inerência do sistema económico – a criação de uma força de trabalho internacional com segmentos passíveis de se irem revezando na sua própria utilização como factores produtivos na cadeia internacional produtora de valor – acaba por ser acompanhada por sentimentos de temor, receio e desconfiança. O outro trabalhador passa a ser visto como um possível captador de empregos. O desempenho de uma tarefa profissional passa a ser perspectivada como se de um bem escasso se tratasse ao qual tudo valeria a pena fazer para o assegurar – aceitar baixas remunerações, aumento da carga horária e de todo o tipo de sujeições e de restrições de direitos sociais. Desta forma, a dinâmica económica do capitalismo consegue, por si só, relembremos, nos contextos de desagregação orgânica da classe trabalhadora no seu todo, colocar o individualismo e uma noção de primado do agente singularmente tomado sobre o colectivo como princípios ideológicos de orientação comportamental e axiológica dos trabalhadores. Nestas condições, a organização colectiva da classe trabalhadora, especialmente junto dos jovens trabalhadores, tem imensas dificuldades. A equiparação conceptual entre dificuldade e impossibilidade parece estar na base de raciocínios contrários à existência de uma classe trabalhadora passível de se unificar como uma entidade colectiva com interesses gerais e fundamentais partilhados. Para Glucksmann «as novas formas de luta operária rompem a unidade factícia de todos os trabalhadores, cada vez mais na prática, mas também cada vez mais conscientemente» (Glucksmann, 1977: 89). Para este autor, a penetração de sentimentos corporativos ou de sector, contra uma pretérita consciência de uma classe trabalhadora unificada contra o capital, significaria uma impossibilidade efectiva, em termos históricos, para que a classe trabalhadora se constituísse como um sujeito social colectivo e histórico. Um ponto de vista esquecido por este autor comum na sua generalidade a todos os que propugnam (pel)o enterro político da classe trabalhadora (Gorz, 2005; Negri e Lazzarato, 2001), tem que ver com a dimensão de processualidade inscrita na constituição histórica e estrutural das classes sociais. Nem a classe dominante é a mesma da burguesia industrial e partidária do laissez-faire do século XIX, nem a classe trabalhadora é a mesma que trabalhava na esteira

Configuracoes_5-6.indd S3:97 06-07-2010 09:57:08

típica do fordismo, tão bem retratada por Charles Chaplin no filme *Tempos Modernos*. Em simultâneo, não há aqui qualquer utopismo ou nostalgia por um mundo social do passado. Argumentos como os de Glucksmann, para além de confundirem dificuldades de organização e coesão da classe trabalhadora, partem do pressuposto de que no passado a classe operária industrial seria um todo homogéneo e perpassada por um sentimento revolucionário partilhado por todos os seus membros. Se tal fosse verdade, muito provavelmente, hoje nem sequer se estaria a discutir este assunto e a ordem do capital pertenceria ao passado. Na verdade, este problema da superação das divisões e cisões internas na classe trabalhadora não é um facto novo. As suas modulações são notoriamente distintas e com desafios evidentemente novos, sobretudo, quando hoje a formação de uma massa assalariada internacional é uma realidade existente com a sua própria segmentação entre trabalhadores efectivos e precários, trabalhadores nativos e imigrantes, trabalhadores de diferentes países, e de diferentes regiões, trabalhadores da administração estatal e do sector privado, trabalhadores com mais anos de actividade e jovens à procura do primeiro emprego. Colocando a questão da mobilização operária em termos da sua possível efectividade concreta, esta tanto pode aparecer na cena social e política como um agente social com objectivos comuns de transformação social, como pode ser uma massa disforme de indivíduos atomizados e competidores entre si, existindo, no limite, apenas uma classe trabalhadora enquanto uma expressão da função social e económica do sistema produtor de mercadorias: a produção e circulação de valor dentro da cadeia económica global. Estes são, respectivamente, os limites máximos e mínimos de actuação da classe trabalhadora no tabuleiro social e devem ser considerados como condições históricas indispensáveis para a compreensão dos movimentos ascendentes e descendentes da classe. Tais limites são marcados não só pela organização específica das estruturas económica, política e ideológico-cultural num determinado período de tempo, mas também pela maior ou menor capacidade com que as classes dominantes conseguem impor os seus interesses subjectivos e objectivos. Estas duas macro-variáveis dialogam entre si e funcionam complementarmente uma em relação à outra.

Para terminar esta secção, recordemos as palavras de Moody:

> «Uma união ou identidade de classe, quando surge, é uma necessidade real material que junta as pessoas. Se as bases institucionais do sexismo, racismo, etc. não são superadas, esta unidade pode colapsar muito mais rapidamente do que demorou a dar-lhe forma. *Mas a oportunidade de forjar unidade está presente na realidade*» (Moody, 1997: 178)

como um dado histórico existente em *potencialidade*.

Assim, considerando as classes como um conjunto de práticas sociais objectiváveis e classificáveis (Pereira, 2005; Costa, 1999; Almeida, 1999; Estanque

e Mendes 1997, Silva, 1998, 2007; Bourdieu, 2004), importa enfatizar que o actual cenário de fragmentação das classes trabalhadoras ocidentais não é, assim, um facto portador de uma rígida perenidade mas historicamente contextualizável na actual fase de hegemonia económica, política e social protagonizada pelo neoliberalismo.

Bibliografia

ACHCAR, Gilbert *et al.* (2003), *Atlas da globalização*, Lisboa: Campo da Comunicação.

ALMEIDA, João Ferreira de (1999), *Classes sociais nos campos*, Oeiras: Celta Editora.

BALES, Kevin (2001), *Gente descartável*, Lisboa: Caminho.

BANCO MUNDIAL (2008), *La Banque mondiale publie de nouvelles estimations de la pauvreté dans le monde en développement*, *in* http://econ.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTRESEARCH/0,,contentMDK:21883467~pagePK:64165401~piPK:64165026~theSitePK:469382,00.html (consultado em 17 de Outubro de 2008).

BOURDIEU, Pierre (1998b), *O que falar quer dizer*, Lisboa: Difel.

BOURDIEU, Pierre (2001a), *O poder simbólico*, 4ªed, Lisboa: Difel.

BOURDIEU, Pierre (2001b), *Razões Práticas: sobre a teoria da acção*, 2ªed, Oeiras: Celta.

BOURDIEU, Pierre (2002), *Esboço de uma teoria da prática*, Oeiras: Celta.

BOURDIEU, Pierre (2004), *Distinction: a social critique of judgement of taste*, London: Routledge.

BURAWOY, Michael (1982), *Manufacturing Consent*, Chicago: University of Chicago Press.

COSTA, António Firmino da (1999), *Sociedade de bairro: dinâmicas sociais da identidade*, Oeiras: Celta Editora.

ESTANQUE, Elísio e MENDES, José Manuel (1997), *Classes e desigualdades de classe em Portugal, Um estudo comparativo*, Porto: Afrontamento.

GLUCKSMANN, André (1977), "Nem todos somos proletários", *in Ensaios de opinião*, Vol.4: 85-104, Rio de Janeiro: Editorial Inúbia.

GOFFMAN, Erving (1993), *A apresentação do eu na vida de todos os dias*, Lisboa: Relógio d'Água.

GORZ, André (2005), *O imaterial – conhecimento, valor e capital*, São Paulo: Editora Anna Blume.

HARDMAN, Francisco Foot (2002), *Nem pátria, nem patrões*, São Paulo: Editora da Unesp (Universidade Estadual Paulista).

HARVEY, David (2005), *A brief history of neoliberalism*, Oxford: Oxford University Press

HOBSBAWM, Eric (1988), *A era do capital (1848-1875)*, 2ªed., Lisboa: Editorial Presença.

HOBSBAWM, Eric (2000), *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado,* 2ªed., São Paulo: Paz e Terra.

HOBSBAWM, Eric (2005), *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária,* 4ªed., São Paulo: Paz e Terra.

KATZNELSON, Ira e ZOLBERG, Aristide (org.) (1986), *Working-class formation: nineteenth-century patterns in Western Europe and the United States*, Princeton: Princeton University Press.

KATZNELSON, Ira (1986), "Working-Class Formation: constructing cases and comparisions", *in* I. Katznelson e A. Zolberg (org.), *Working-class formation: nineteenth-century patterns in Western Europe and the United States*, Princeton: Princeton University Press, p.1-41.

KOCKA, Jurgen (1986), "Problems of working class formation in Germany", *in* I. Katznelson e A. Zolberg (org.), *Working-class formation: nineteenth-century patterns in Western Europe and the United States*, Princeton: Princeton University Press, 279-351.

KOO, Hagen (2001), *Korean workers: the culture and politics of class formation*, Ithaca and London: Cornell University Press.

LABICA, Georges (2005), « Dictionnaire critique du marxisme », *in* VV.AA. (org.), *Conferências de Serpa: em defesa da Humanidade*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (1975), *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa: Edições Avante.
MESZAROS, Istvan (2002), *Para além do capital*, São Paulo: Boitempo.
MOODY, Kim (1997), *Workers in a lean world: unions in the international economy,* London: Verso.
NEGRI, António; LAZZARATO, Maurizio (2001), *Trabalho imaterial*, Rio de Janeiro: DP&A Editora.
OIT (2007), *Global employment trends*, *in* http://www.ilo.org/public/english/employment/strat/download/get08.pdf (consultado em 19 de Outubro de 2008).
PAKULSKI, Jan; WATERS, Michael (1993), *The death of class*, Thousand Oaks: Sage.
PEREIRA, Virgílio Borges (2005), *Classes e culturas de classe das famílias portuguesas: classes sociais e modalidades de estilização da vida na cidade do Porto*, Porto: Edições Afrontamento.
PERROT, Michelle (1986), "On the formation of the working class", *in* I. Katznelson e A. Zolberg (org.), *Working-class formation: nineteenth-century patterns in Western Europe and the United States*, Princeton: Princeton University Press, p.71-110.
POULANTZAS, Nicos (1978 [1968]), *Political power and social classes*, London: Verso.
RUDÉ, George (1970), *Paris and London in the Eighteenth Century: studies in popular protest*, New York: Viking Press.
SANTOS, Boaventura Sousa (2001), "Os processos da globalização", *in* Boaventura Sousa Santos (org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?*, Porto: Edições Afrontamento, p.31-106.
SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
SILVA, Manuel Carlos (2007), "Classe social: condição objectiva e acção colectiva", *in* J. M. Pinto e V. B. Pereira (orgs), *Pierre Bourdieu. A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*: 91-113, Porto: Afrontamento.
SILVER, Beverly (2005), *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*, São Paulo: Boitempo.
SOBOUL, Albert (1988), *Understanding the French Revolution*, London: Merlin Press.
THOMPSON, Edward (1991), *The formation of the English working class*, London, Penguin.
THOMPSON, Edward (1993), *Customs in common: studies in traditional popular culture*, London: Tauris.
ZOLBERG, Aristide (1986), "How many exceptionalisms?", *in* I. Katznelson e A. Zolberg (org.), *Working-class formation: nineteenth-century patterns in Western Europe and the United States*, p.397-455, Princeton: Princeton University Press.

Há futuro para a concertação social? Os sindicatos e a experiência do modelo neocorporativo em Portugal

Henrique Sousa*

Resumo

Inscreve-se este artigo no âmbito da análise crítica da aplicação contemporânea do neocorporativismo, de que a concertação social tripartida é uma expressão institucionalizada, e da sua viabilidade e adaptação a um contexto político e económico – o português - muito diferente daquele em que nasceu, com a crescente globalização económica, o predomínio das orientações políticas de cariz neoliberal e o actual processo de integração europeia. Pretende-se compreender se este conceito, construído a partir dos anos 50 do século passado para a institucionalização de um compromisso que sustentasse o Estado Social, em países europeus mais desenvolvidos, de democracias liberais e com sistemas de diálogo social mais fortes e estruturados, aplicado mais tardiamente em Portugal, tem hoje sentido e constitui ainda um espaço útil para a representação e afirmação dos interesses do mundo do trabalho na formação de políticas públicas e na sua relação com o sistema político.

Palavras-chave: diálogo social, democracia, sindicalismo, neocorporativismo, políticas Estado Social

* Mestrado em Ciência Política, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – henriquejcsousa@gmail.com.

Configuracoes_5-6.indd S4:101 06-07-2010 09:57:08

1. Introdução

É objectivo deste trabalho contribuir para a análise crítica da experiência de concertação social tripartida em Portugal desde a sua criação em 1984, nomeadamente as relações estabelecidas entre o Governo e os actores sociais participantes e a sua efectiva influência na produção das políticas públicas no domínio social, tendo como principal perspectiva de análise a intervenção e o papel das organizações sindicais.

Nesta óptica e numa primeira análise abordaremos o percurso e os resultados de um sistema de concertação social ainda relativamente jovem (1984/2007); o modo como este tem evoluído, as características das suas diferentes fases e como tem sido influenciado pelos ciclos políticos internos, pela participação de Portugal no processo de integração europeia e pela globalização económica; o seu papel efectivo na construção das políticas económicas e sociais; a sua relação com o poder político e os problemas da sua relativa autonomia ou instrumentalização; a sua relação com a negociação colectiva; as diferenças no posicionamento das duas centrais sindicais, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) e a União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Inscreve-se este artigo no âmbito da análise crítica da aplicação contemporânea do neocorporativismo de que a concertação social tripartida é uma expressão institucionalizada e da sua viabilidade e adaptação a um contexto político e económico muito diferente daquele em que nasceu, com a crescente globalização económica, o predomínio das orientações políticas de cariz neoliberal e o actual processo de integração europeia. Pretende-se compreender como é que este modelo teórico, construído a partir dos anos 50 do século passado para a institucionalização de um compromisso que sustentasse o Estado Social, em países europeus mais desenvolvidos e com sistemas de diálogo social fortes e estruturados, foi aplicado mais tardiamente em Portugal, num contexto político e económico diferente, e qual o sentido das alterações verificadas.

Este texto, procurando ser um contributo reflexivo, não deixou de analisar os processos de concertação social, utilizando diversos instrumentos de pesquisa, seja através de fontes secundárias, seja pelo manejo de fontes primárias que implicaram a consulta de documentos das próprias organizações sindicais. Neste sentido e focalizada a análise de um ponto de vista interno, os processos de luta e concertação social constituem também modos de afirmação, sedimentação e/ou alteração de identidades colectivas num mundo em profunda mudança em termos económicos, culturais e políticos. Ou seja, as identidades colectivas das centrais sindicais e das organizações nelas filiadas, a sua formação e recomposição, são influenciadas pelos processos de convergência/divergência de interesses entre si e com os outros actores participantes nos

Configuracoes_5-6.indd S4:102 06-07-2010 09:57:08

processos de negociação colectiva e de concertação social (associações patronais e instâncias governamentais). Estas identidades colectivas, sujeitas a fortes pressões, enraízam-se nas suas condições de vida objectivas, mas adquirem forma e configuração próprias através das suas culturas específicas, dos seus hábitos e modos de agir, e sobretudo forjam-se nas suas organizações e na sua acção a vários níveis: local, regional, nacional e internacional.

A propósito da concertação social tem também interesse para esta reflexão equacionar a seguinte questão: é a concertação social uma política pública[1] ou uma arena institucional que contribui para a produção de políticas públicas?

Diferentemente de quem defende, como Moziccafredo (2002:131), ser o processo de concertação social sobretudo uma política pública, creio, na esteira de Sarmento (2003:482), ser mais adequado abordá-lo principalmente como uma arena, definida como um espaço de negociação de compromissos institucionalizados entre o Governo e as organizações sindicais e patronais, onde o poder político busca a legitimação das suas políticas públicas, através do envolvimento de actores sociais representativos.

Na nossa abordagem, temos em consideração as definições de diálogo social, de negociação colectiva e de concertação social utilizadas e citadas em estudos e documentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (Ishikawa, 2003:3-4): diálogo social entendido como um processo tripartido (governo, capital e trabalho) ou bipartido (capital e trabalho), de dimensão nacional, regional, sectorial ou de empresa, formal ou institucionalizado; negociação colectiva como instância do diálogo social entre representantes dos trabalhadores e dos empregadores para acordar salários e condições de trabalho; concertação social como diálogo social tripartido para a co-determinação de políticas públicas por governos, associações patronais e sindicatos e para a busca de consensos sobre questões económicas e sociais, expressos em acordos e pactos sociais. Quanto ao conceito de acordos e pactos sociais, retemos ainda a definição de Avdagic, Rhodes & Visser (2005:6), como sendo formas específicas de macro-cooperação articuladas com outros modos de macro-concertação e de diálogo político, normalmente efectuadas entre representantes do governo e dos interesses organizados, para negociar e coordenar políticas de áreas interdependentes e relacionadas (política de rendimentos, políticas sociais e fiscais).

Nove ideias-chave são desenvolvidas na reflexão sobre a experiência portuguesa: (*i*) o processo de concertação social português é, desde a sua criação, fortemente influenciado pelas exigências e condicionamentos do processo de

[1] Não sendo objecto deste trabalho a análise do conceito de políticas públicas, temos designadamente em conta as definições de políticas públicas referenciadas em Thoenig (1985:6): "*Une politique publique se presente sous la forme d'un programme d'action propre à un ou plusieurs autorités publiques ou gouvernamentales*", e em Nelson (1998:554): "*Public policy is the sum of the activities of governments, wether acting directly or throuh agents, as it has an influence on the lives of citizens*". Partilhamos também a opinião expressa nesta última obra (p. 574) de que a análise das políticas públicas deve ter como um vector fundamental a análise das suas consequências para as pessoas ("*What happens to which people and why*?").

Configuracoes_5-6.indd S4:103 06-07-2010 09:57:08

integração económica e monetária da União Europeia; (*ii*) existe um forte pendor para a instrumentalização governamental da concertação social, sendo esta debilitada e o seu conteúdo comandado pela agenda política dos sucessivos Governos; (*iii*) a visibilidade da utilização dos acordos celebrados para a legitimação dos discursos dos actores participantes não tem correspondência no seu cumprimento efectivo; (*iv*) a falta de dinamismo e o imobilismo que caracterizam o processo de negociação colectiva e as debilidades de representação e enquadramento dos sindicatos fragilizam a concertação social e o seu real impacto nas relações de trabalho; (*v*) os posicionamentos diferentes das duas centrais sindicais radicam em conceitos distintos do papel da concertação social e da sua relação com os processos de diálogo social e de negociação colectiva para a resolução da conflitualidade social típica de sociedades democráticas e têm subjacentes diferentes identidades, diferentes visões ideológicas sobre o sindicalismo e distintas influências partidárias; (*vi*) o discurso oficial e a realidade, assim como os acordos celebrados e as políticas sociais efectivamente executadas, revelam significativas diferenças; (*vii*) as reuniões e negociações não formais e/ou não públicas entre todos ou alguns dos actores sociais com o Governo são determinantes para os resultados da concertação social e traduzem-se, por vezes, em acordos não formalizados na sua sede institucional; (*viii*) a UGT, sendo menos representativa que a CGTP, assumiu um papel decisivo, enquanto actor sindical, para a viabilização do sistema de concertação social tripartido; (*ix*) o contributo real da concertação social para a produção das políticas públicas foi também fortemente limitado pelo facto de a maioria dos acordos celebrados não contar com a subscrição da central sindical mais representativa – a CGTP.

2. O advento do neocorporativismo, a concertação e os pactos sociais

Quarenta anos depois da obra do romeno Manoilesco, *O Século do Corporativismo* (1934), em que este proclamava que o século XX seria o século do corporativismo como o século XIX fora o século do liberalismo, Schmitter publicava um texto em 1974 intitulado *Still the Century of Corporatism?*, depois inserido numa obra colectiva [2](1979) que marca a conceptualização teórica do chamado neocorporativismo, a que então chama *corporativismo societal*, considerando este uma componente das sociedades capitalistas avançadas dotadas de democracias liberais e de Estados sociais, por contraposição ao *corporativismo estatista,* que se associa a regimes antiliberais, autoritários e de capitalismo atrasado.

[2] Cf. *Trends Towards Corporatist Intermediation.*

O corporativismo era assim redescoberto (Streeck 2006:03-45) numa época em que o capitalismo, nas economias europeias mais desenvolvidas, enfrentava ainda um poder sindical expressivo e estava condicionado pelas políticas de pleno emprego como parte do compromisso social do pós-guerra. A ideia de um novo corporativismo tornava-se assim atraente, para as elites económicas e políticas, como instrumento para forçar os sindicatos a moderar as exigências salariais a troco do pleno emprego e da estabilidade monetária, combinando a almejada concertação de interesses com a democracia liberal e a autonomia da chamada "sociedade civil" face ao Estado. O conceito de Schmitter apareceu assim identificado com uma configuração societal que propunha um papel institucional para os sindicatos no processo de formação das políticas governamentais, visando colocar a negociação colectiva alinhada com as políticas económicas do poder político. O conceito de corporativismo societal, mais frequentemente referenciado, como refere Crouch (2006:47), pela expressão neocorporativismo, está principalmente associado a diversos cenários políticos de cariz social-democrata e pretende distinguir da variante corporativista-fascizante este sistema de representação de interesses.

Schmitter (1979:7-52) define então o corporativismo como um sistema de representação de interesses, um modelo específico de organização institucional alegadamente ideal para articular os interesses associativos organizados da sociedade civil com as estruturas de decisão do Estado, no qual as unidades constituintes estão organizadas, são reconhecidas ou autorizadas por aquele e são dotadas de um monopólio de representação no seio das respectivas categorias. Assinalando que o modelo que concebe é um tipo ideal que não pretende corresponder a nenhum sistema concreto, pretende definir o corporativismo pela sua praxis e libertá-lo por essa via da dependência em relação a uma ideologia específica, sublinhando que a sua estrutura institucional pode existir em diferentes regimes políticos. Avança com uma tipologia diferenciada de corporativismos: estatista, associado a regimes antiliberais de tipo autoritário e de capitalismo atrasado; societal, componente de sociedades capitalistas avançadas, com democracias liberais e estados-providência.

Seguindo a mesma direcção, Moreira (1999:174-188) sustenta que o neocorporativismo seria todo o mecanismo pelo qual, nos Estados capitalistas democráticos, se institucionalizam formas de cooperação entre os órgãos do poder e os grupos sociais organizados – sobretudo as organizações sindicais e patronais – para efeitos da participação destas nas decisões públicas, pelo qual as organizações sociais adquirem legitimação e *status* público, e em contrapartida se comprometem na implementação dessas políticas. O mesmo autor partilha também a opinião de que o neocorporativismo se distingue do antigo corporativismo autoritário e estatista, avançando a ideia de que se trata de um meio de compatibilização do corporativismo com o capitalismo no contexto de um sistema político de democracia liberal; um corporativismo de associação e

Configuracoes_5-6.indd S4:105 06-07-2010 09:57:08

não, como aquele, um corporativismo de Estado em que os grupos de interesse tendem a ser corpos internos ao Estado.

A partir de um ponto de vista marxista, e no quadro da tensão crítica dos autores desta área relativamente ao corporativismo, é de reter a definição de Panitch (1981:24) de que o corporativismo é uma estrutura política no capitalismo avançado que integra os grupos socioeconómicos organizados de um sistema de representação e interacção mútua, a nível de direcção, e de um sistema de mobilização e controlo social, a nível das massas.

A expressão que passou a ser mais utilizada de neocorporativismo visa de facto diferenciar este sistema, baseado na liberdade de associação e na relação contratual dos grupos de interesse com o Estado, praticado em regimes de democracia liberal e de capitalismo desenvolvido, após a II guerra mundial, de que foram exemplo os países nórdicos, do corporativismo estatal e dirigista característico dos regimes ditatoriais de tipo fascista surgidos no período entre as duas guerras mundiais do século XX, designadamente o fascismo italiano, o franquismo espanhol e o "Estado Novo" em Portugal. Os acordos de tipo neocorporativo verificados nesse contexto corresponderam, na sua maioria, ainda segundo Schmitter (1985:51), à saída encontrada para conflitos e crises políticas em que os diversos grupos representativos dos interesses, das classes sociais e do Estado não conseguiam impor as suas preferências aos demais. O mesmo autor (1985:67) sublinha que o princípio fundamental de um sistema neocorporativo é a concertação inter-organizações, ou seja, a negociação entre um grupo limitado e exclusivo de organizações, as quais reconhecem mutuamente o respectivo *status* e a capacidade de alcançar e aplicar acordos ou pactos sociais, interagindo com o Estado, cujos apoios e recursos são necessários à eficácia dos acordos e ao seu carácter vinculativo.

O modelo de corporativismo estatista e autoritário que foi vigente em Portugal durante o regime ditatorial inspirou-se nas teorias e regimes políticos de cariz fascista contemporâneos, e pretendia substituir, como refere Sá (1999:162-173), a representação política democrática baseada em eleições competitivas pela representação orgânica corporativa, através duma Câmara Corporativa, de carácter consultivo e complementar duma Assembleia Nacional de partido único. A má memória e as desastrosas consequências da que foi a mais longa ditadura europeia aconselham, num país que reconquistou as liberdades políticas apenas há pouco mais de 30 anos, um especial cuidado na utilização e na diferenciação da terminologia e dos conceitos relativos à teoria e prática do corporativismo. Corporativismo, como conceito e prática, foi durante muitos anos identificado como doutrina e sistema com uma representação organizada e controlada dos interesses sociais, integrada e dirigida por um Estado autoritário, e consubstanciada numa dita "democracia orgânica".

O corporativismo original, na segunda metade do século XIX, pretendeu constituir uma resposta (Williamson 1989:25-33) ao desaparecimento do Antigo

Configuracoes_5-6.indd S4:106 06-07-2010 09:57:08

Regime em vários países europeus, contendo uma visão orgânica da sociedade que remetia para um ideal de pretensa harmonia de interesses na ordem medieval. Reconhecidamente adepto da propriedade privada, portanto hostil às ideias socialistas nascentes, este corporativismo não era anti-capitalista, mas sim anti-liberal, contrapondo aos ideais de liberdade económica e política do liberalismo a visão de uma sociedade hierarquicamente ordenada e com relações de autoridade definidas a partir de cima, e com os direitos dos indivíduos estabelecidos de modo diferenciado de acordo com o seu status.

O corporativismo tem também raízes na doutrina social da Igreja Católica, a partir das ideias expostas por Leão XIII na encíclica *Rerum Novarum* (1891)[3], desenvolvidas e aprofundadas por Pio XI na encíclica *Quadragesimo* Anno (1931) [4], e pretendeu de facto constituir-se como uma "terceira via" [5], uma corrente teórica e doutrinária alternativa ao liberalismo e ao socialismo nas suas várias expressões, propondo-se mitigar os problemas sociais gerados no desenvolvimento do capitalismo através do compromisso e da concertação de interesses, em contraposição à luta de classes.

São evidentes as diferenças entre o modelo corporativo tal como foi usado e conceptualizado nos regimes ditatoriais desde os anos 30 do século XX[6] e os modelos teorizados e construídos a partir da segunda metade desse mesmo século, associados estes à edificação do "Estado Social" do pós-guerra, às políticas públicas de inspiração keynesiana e ao reformismo social-democrata. Porém, existem igualmente elementos presentes em ambos os modelos, tal como a utilização de processos institucionalizados de representação de organizações de trabalhadores e de empregadores, e de concertação social entre o poder político e os actores sociais, que visam aliviar as tensões e a conflitualidade sociais

[3] Nesta encíclica, com que a Igreja procurava contrariar a ascensão das ideias socialistas no movimento operário através da apresentação duma via alternativa, é proclamado (1967:19) que "a teoria *socialista* da propriedade colectiva deve absolutamente repudiar-se como prejudicial àqueles mesmos que se quer socorrer, contrária aos direitos naturais dos indivíduos, como desnaturando as funções do Estado e perturbando a tranquilidade publica" e que "o primeiro fundamento a estabelecer para todos aqueles que querem sinceramente o bem do povo, é a inviolabilidade da propriedade particular". Partindo da tese de que "o capital e o trabalho têm interesses harmónicos e não antagónicos" (1967:22), é feita a apologia da constituição de "corporações" (1967:52-57) de tipo associativo e inspiração católica ("Proteja o Estado estas sociedades fundadas segundo o direito, mas não se intrometa no seu governo interior…").

[4] Pio XI, numa época de aguda confrontação ideológica, de crise económica e de ascensão das correntes ideológicas fascistas, elogiava (1931: 39) as "corporações", "constituídas pelos representantes dos sindicatos dos operários e dos patrões pertencentes à mesma arte e profissão e, como verdadeiros e próprios órgãos e instituições do Estado, dirigem e coordenam os sindicatos nas coisas de interesse comum", sendo de anotar a proximidade deste conceito com o modelo corporativo adoptado pelo regime fascista italiano e, depois, pelo seu congénere português.

[5] Sobre o corporativismo como 'terceira via' e quais as bases de apoio do 'Estado Novo', cf. Wiarda (1977), Martins (1998), Silva (1989), Schmitter (1999). E, de modo geral, cf. também Bobbio (2004), Williamson (1989).

[6] Foi importante a contribuição teórica de Manoilesco para a emergência deste corporatismo estatal de cariz autoritário. Professor de economia política e ministro do comércio e indústria romeno, Schmitter (1979:32-40) denominou-o de "Salazar frustrado", sem deixar de valorizar o seu contributo teórico para essa variante do corporativismo, na base duma visão modernizadora, secular, nacionalista e autoritária do capitalismo.

Configuracoes_5-6.indd S4:107 06-07-2010 09:57:08

e negociar acordos ou pactos que viabilizem a continuidade do sistema sociopolítico e a legitimação das políticas governativas. Estes elementos aparentemente comuns acabam todavia por ter configurações sociopolíticas distintas, atendendo a pressupostos e implicações diferentes em termos teóricos e sobretudo práticos quando estão em causa os direitos, liberdades e garantias negados nos regimes ditatoriais.

Voltando à teorização de Schmitter, como refere Moreira (1999:174-188), esta não tardou a ser confrontada por outras concepções, pois constituía uma teorização dos modos de representação de interesses, mas era omissa quanto à natureza dos interesses envolvidos e das organizações em causa, bem como quanto à função e efeitos dessa representação. Ora o que sobressaía nos processos neocorporativos era o facto de os grupos de interesse, sobretudo as organizações patronais e sindicais, passarem a compartilhar com o Governo funções de definição e implementação de políticas económicas e sociais, assumindo novas tarefas tradicionalmente reservadas, na democracia representativa, aos partidos (a agregação de interesses) e ao governo (a definição e administração de políticas). Por isso, na definição do neocorporativismo, não tardou a enfatizar-se a negociação, a cooperação e o entendimento institucionalizado entre as organizações do capital e do trabalho e o Estado.

Enquanto Schmitter tendia a analisar o neocorporativismo sobretudo a partir de uma perspectiva organizativa, Lehmbruch (1979:53-61) desenvolvia uma visão, que chamou de "corporativismo liberal", onde acentuava sobretudo a participação dos grandes interesses organizados na produção das políticas públicas, sendo uma característica central o grau elevado de cooperação entre as elites dos grupos envolvidos, verticalmente integrados e fortemente centralizados, baseada na premissa ideológica da interdependência dos grupos sociais em conflito numa economia capitalista.

Nos anos 70 do século passado, o neocorporativismo era entendido como podendo, através duma negociação colectiva centralizada e nacional, mitigar e reduzir a tensão entre inflação e desemprego, abrindo aos actores sociais e governos um caminho para coordenarem esforços e resolverem alguns problemas colectivos. Este optimismo foi posteriormente afastado.

Nos anos 80, como lembra Royo (2001:2), muita da literatura da época sobre as soluções de tipo neocorporativo defendia que os acordos sociais centralizados só seriam bem sucedidos onde se verificassem os seguintes requisitos básicos: associações sindicais e de empregadores muito representativas e coesas, coordenação da negociação colectiva e partidos sociais-democratas no governo.

A principal limitação desta teoria é que estabelecia um caminho demasiado determinista da economia e dos requisitos para esses pactos. De acordo com tal visão, países sem pré-condições institucionais como as definidas para a concertação – caso de Portugal ou Espanha – deveriam abandonar a concertação,

Configuracoes_5-6.indd S4:108 06-07-2010 09:57:09

desregulamentar simplesmente o mercado de trabalho e descentralizar a negociação colectiva. Contrariamente a essa teoria, Espanha (desde os anos 70) e Portugal (desde os anos 80) criaram sistemas nacionais de concertação social. O argumento e a explicação de Royo (2001:6-8) é que as mudanças no equilíbrio de poder e o enfraquecimento dos sindicatos afectaram a atitude dos actores sociais e obrigaram-nos a negociar em sede de concertação social como forma de assegurarem a continuidade da sua influência.

Outros autores tal como Tapia e Gomes referem (2002:4), baseando-se nas profundas alterações políticas e económicas no mundo, com a internacionalização da economia, a desregulamentação e a liberalização dos mercados financeiros, o declínio do fordismo e a emergência de novas formas de produção possibilitadas pela revolução tecnológica, a emergência da União Económica e Monetária europeia, vieram também defender que tinham enfraquecido as condições para a concertação num quadro macroeconómico nacional. Haveria uma incompatibilidade entre a globalização dos mercados, os novos requisitos da competição inter-capitalista e as políticas neocorporativas. Ou seja, tal poderia representar o desfazer das teses de Schmitter.

Esta interpretação seria, porém, questionada pela retoma ou início dos processos de concertação social de âmbito nacional sobre a política de rendimentos e outras matérias económico-sociais em vários países europeus como Itália, Holanda, Irlanda, Espanha e Portugal, durante os anos 80 e 90 (Royo 2001:7; Pochet e Fajertag 2001:9-20). O sucedido nestes países foi explicado por vários autores[7] pelo papel catalisador desempenhado pelo processo da União Monetária Europeia e a necessidade do cumprimento de requisitos, pelas políticas económicas e sociais nacionais que assegurassem inflação baixa, défices públicos controlados e uma moeda estável. E poderia também explicar-se pelo facto de os pactos sociais fazerem parte da construção da dimensão social europeia, cuja dinâmica, segundo essa opinião, não se esgota nos critérios económicos de convergência, mas abrange, segundo Tapia e Gomes (2002: 3), o desafio de se conseguir um novo equilíbrio entre a economia e a dimensão social regional numa Europa unificada.

As soluções neocorporativas baseadas na política de rendimentos – moderação salarial em troca de pleno emprego e de protecção social – e filiadas no neokeynesianismo, o qual, segundo Schmitter e Grotte (1997:14), seria irmão gémeo ou, pelo menos, primo direito, do neocorporativismo –, passaram a sofrer a oposição de patrões apostados na competição global e na desregulação.

As mudanças estruturais verificadas – com a globalização dos mercados, as deslocalizações, o impacto das novas tecnologias nos sistemas de produção e nas categorias e relações profissionais, as pressões adversas a que foram sujeitos os processos de negociação colectiva centralizados, a União Económica e

[7] Cf. Pochet (1999; 2001), Crouch (2000), Hancké e Rhodes (2005:196-228).

Monetária (UEM) –, que pareceriam contrariar o renascimento de práticas e soluções neocorporativas, modelaram entretanto o seu reaparecimento com características distintas.

O fim da "Guerra Fria" atenuou a aguda confrontação ideológica entre correntes sindicais e abriu caminho, face aos problemas e desafios emergentes para os trabalhadores do novo quadro sociopolítico global, a uma maior tendência para a convergência e a cooperação[8]. Os governos nacionais perderam a capacidade de usar a fixação das taxas de juro e de câmbio nas orientações macroeconómicas, foram pressionados a "europeizar" as suas políticas para aplicação na ordem interna das obrigações da União Económica e Monetária (UEM) e precisaram de assegurar margens de autonomia nas suas políticas. Para isso necessitaram de procurar a cooperação dos parceiros sociais.

Schmitter e Grote (1997) – que equiparam o renascer do neocorporativismo a partir do final dos anos 80, depois de um período de decadência, ao mito de Sísifo – lembram e apoiam uma afirmação de Gerhard Lehmbruch de que o Estado nacional ainda possui a capacidade de agir como "o arquitecto duma ordem corporativa". A nova geração de pactos sociais que caracteriza os anos 90 tem de facto características distintas dos ocorridos nas décadas anteriores, condicionados pela liberalização das economias e pela competitividade usada como pressão para a desregulação e redução dos direitos sociais, pelo impacto da UEM e das suas exigências, por uma intervenção governativa buscando na concertação social o reforço de políticas reguladoras mais do que redistributivas[9].

Ao contrário dos pactos anteriores, realizados num quadro de crescimento económico sustentado e de pleno emprego, os da década de 90 efectuaram-se num contexto económico instável e variável, com crescimento do desemprego, problemas de envelhecimento da população (associados ao aumento da esperança de vida e à redução da natalidade), agudização da concorrência intercapitalista (Tapia e Gomes 2002:10-13). Diferentemente dos pactos sociais dos anos 60, os novos pactos tentam gerir incertezas e a adequação das políticas económicas nacionais às exigências da UEM, através do controlo da inflação e da contenção salarial, como salienta Pochet (1999).

Entendem Molina e Rhodes (2006:305-331) que o neocorporativismo é um processo político, concebido dum ponto de vista adaptativo e evolutivo, capaz de responder a um ambiente em mudança e sendo um modo específico de produção de políticas e não um sistema. E defendem, citando Crouch e vários

[8] Veja-se a Confederação Europeia de Sindicatos e a Confederação Sindical Internacional (CSI), a nova central sindical mundial recém-constituída.

[9] Tal como o analisam, de resto, Schmitter e Grotte (1997:4): "We now understand from a plethora of studies conducted in the 1990s how different social pacts of the last 10-15 years are from the neo-corporatist deals or political exchange that were characteristic of the Keynesian era. These different features can be understood in terms of (a) the context in which they happen (i.e. a shift towards more liberal market policies and decentralization in industrial relations; the presence of new exogenous shocks, such as EMU); (b) the context of pacts (i.e. more regulatory than redistributive); (c) their aims (most notably, greater international competitiveness); and (d) a much stronger role for government."

Configuracoes_5-6.indd S4:110 06-07-2010 09:57:09

outros autores, que este deve ser entendido como um processo complexo de negociação política, afastando os argumentos estruturais que o vinculam a uma época específica do pós-guerra e ao keynesianismo de então.

Para Crouch (2000:19-41), o renascimento dos pactos sociais num número expressivo de países europeus no momento em que o neoliberalismo é dominante, pode parecer paradoxal, dado que, para esta corrente, sindicatos, acordos sociais e constrangimentos nacionais seriam ou irrelevantes ou prejudiciais para a eficiência e livre funcionamento dos mercados numa economia global. Além disso, seria reconhecidamente complexo e difícil assegurar eficácia a pactos sociais e instituições neocorporativas centralizadas como são as da concertação social e que conflituam com uma economia global que o capital financeiro deseja que seja desregulada.

Para este autor, é a lógica da situação e do equilíbrio de poderes na "nova economia" que explica que o renascimento das soluções neocorporativas não só tenha um carácter muito limitado (excluindo a redistribuição dos rendimentos) como vise a realização de finalidades neoliberais através de um consenso corporativo. De facto, tenta envolver os sindicatos que, enfraquecidos, procurariam, através de compromissos sociais, preservar o direito de negociação, a segurança no emprego e contrariar elevados níveis de desemprego, mas sem a possibilidade de retorno dos ambiciosos projectos de redistribuição social característicos da social-democracia escandinava no período das políticas públicas de cariz keynesiano. Ou seja, a crescente exposição internacional das economias europeias dificulta a concertação e, ao mesmo tempo, reforça a sua necessidade num quadro em que os mercados são globais mas os eleitorados e os sindicatos agem sobretudo em quadros nacionais. Tudo isto cria um contexto difícil para o desenvolvimento de pactos sociais.

Esta perspectiva de Crouch converge com a posição crítica de Sá (1999) para quem, na experiência portuguesa, se verifica a coexistência frequente do neoliberalismo com o neocorporativismo, pela vantagem para aquele de assim tentar que as suas políticas sejam pactuadas, quer a nível de empresa ou intermédio, quer a nível do país, em nome da substituição do conflito pelo consenso e das decisões unilaterais pelo diálogo, na condição de satisfazerem os seus objectivos.

É um facto comprovado por numerosos estudos e autores que os pactos sociais na Europa a partir dos anos 90 se orientaram para três temáticas centrais: a moderação ou contenção salarial, associada ao controlo da inflação e tendo como justificação a adaptação ao novo contexto monetário; a introdução de medidas de flexibilização do mercado do trabalho, apresentadas como políticas geradoras de emprego; a reforma do sistema de protecção social. Da agenda anterior, típica da era das políticas keynesianas, restou a moderação salarial, mas desapareceu a sua moeda de troca – a protecção do pleno emprego e o crescimento dos benefícios sociais.

Configuracoes_5-6.indd S4:111 06-07-2010 09:57:09

Defende Sarmento (2001:651-652) que, para teóricos do neocorporativismo, como Schmitter e Lehmbruch, a regulação política de interesses se inscreve na orientação da racionalidade limitada, a representação corporativa dos interesses não é antagónica ou contraditória com a representação democrática e, longe de ser autoritariamente organizada pelo Estado, tende, ao contrário, a penetrar o poder político e a ditar-lhe as suas normas. Ou seja, não ignorando o valor do conflito, o paradigma neocorporativo busca o consenso e a pacificação dos antagonismos sociais.

Coloca-se-nos então a seguinte questão: corresponde o neocorporativismo à portuguesa aos modelos e conceitos descritos, mesmo ressalvando que o real é sempre distinto do conceptual? Que sentido tem hoje um sistema de concertação social em Portugal? Desligado das visões ideológicas e doutrinárias originais, é um processo de negociação política efectivamente participado e viável? Constitui de facto uma arena com real influência dos actores sociais na produção de políticas públicas, ou prevalece um carácter instrumental de legitimação das orientações do poder político e dos interesses económicos dominantes?

Entendemos que o desafio que se coloca, tanto à escala europeia como em Portugal, aos sistemas de concertação social, é se estes vão ser, para além de espaços de expressão de identidades e interesses de classes em confronto negocial, um instrumento positivo de obtenção de compromissos avançados, a partir do reconhecimento e não da negação desses interesses contraditórios, em resposta aos desafios da globalização capitalista, orientados para a preservação do chamado "modelo social europeu" nas reformas a realizar, com a preservação de direitos essenciais dos trabalhadores e do sistema de protecção social e de gestão do difícil equilíbrio entre eficiência económica e justiça social; ou se, pelo contrário, tenderão a constituir principalmente, quando usados pelo poder político e os interesses económicos organizados, uma imposição "pactuada" dos modelos neoliberais dominantes de desregulação económica e social.

A resposta a este desafio será encontrada no resultado, em termos de políticas públicas, da tensão entre os que apostam na viabilidade e aperfeiçoamento do Estado social perante a globalização económica e os que jogam na sua conversão num Estado dito regulador que entrega o social também ao mercado, em nome da competitividade, regredindo nesse domínio para funções meramente assistenciais e reduzindo os serviços públicos.

Veremos a seguir que a tese que defendemos, menos optimista que alguns autores, é que a concertação social em Portugal reflecte, na sua curta história e na sua fase actual, um neocorporativismo mitigado e fraco, problemático e desequilibrado em favor do poder político e económico, sem deixar de constituir uma arena possível e necessária para os actores sindicais – também eles enfraquecidos pelo processo de globalização capitalista comandado pelas orientações neoliberais – aí explorarem a possibilidade de construção de compromissos que influenciem positivamente as políticas públicas reguladoras e distributivas.

Configuracoes_5-6.indd S4:112 06-07-2010 09:57:09

3. O caso português

O caso português, como também referem Lima e Naumann (2000), tem um particular interesse, pela aplicação do modelo neocorporativo, num país semiperiférico como Portugal, marcado pela ruptura revolucionária de Abril de 1974 e pela centralidade do Estado ou, como salienta Cerdeira (2004:160-161), pela forte presença do Estado na regulação das relações laborais, pelo peso da tradição intervencionista corporativa, pela necessidade de cumprir as metas de estabilização impostas pelo FMI, pelo cumprimento dos requisitos de adesão à moeda única e ainda pela fragilidade do tecido económico e pelo papel desempenhado pelo Estado neste domínio. Neste processo há a sublinhar a particularidade de o modelo de relações de trabalho e de concertação se ter desenvolvido por razões políticas, com fraca regulação autónoma por parte dos actores sociais, num quadro económico e social de crise e de mudança e não de crescimento económico e de estabilidade.

O contexto internacional em que surgiu e se desenvolveu a experiência portuguesa é também distinto do contexto dos países onde a concertação social nasceu mais cedo, no âmbito da organização industrial de tipo fordista e do compromisso económico e social do pós-guerra, com baixos níveis de desemprego e em processos de crescimento económico, enquanto em Portugal os salários eram e são dos mais baixos da Europa, não existe uma cultura sólida de negociação e de relações colectivas de trabalho, com decisores económicos e políticos que persistem em sustentar a competitividade em baixos salários e na limitação de direitos sociais. A experiência portuguesa inicia-se tardiamente, por comparação com países europeus mais desenvolvidos, quando nestes se anunciava já a crise das experiências de concertação social institucionalizada e quando, na vizinha Espanha, se caminhava já para um colapso temporário da concertação social em 1986, a qual fora impulsionada pelo processo de transição democrática da segunda metade dos anos 70, e que seria retomada continuadamente nesse país na segunda metade dos anos 90 até hoje[10].

A concertação social dá os seus primeiros passos em Portugal em 1984, num quadro de profunda crise económica (descida do PIB e do investimento, elevada inflação e desemprego) e de forte conflitualidade social e política, dois anos antes da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE). É então criado o Conselho Permanente de Concertação Social, por iniciativa do IX Governo Constitucional (o chamado Governo do "Bloco Central" PS/PSD, presidido por Mário Soares), formado na sequência das eleições de 1983 e que pretendeu responder à crise com a aplicação de um plano dito de estabilização

[10] Royo (2001: 9-10), na sua análise comparativa da concertação social em Portugal e em Espanha, defende aliás a tese que a globalização e a UEM contribuíram mais para promover que para enfraquecer a negociação colectiva e a concertação e que os dois países encontraram no sistema de concertação o meio de resolverem as tensões entre interdependência económica e soberania política.

Configuracoes_5-6.indd S4:113 06-07-2010 09:57:09

do Fundo Monetário Internacional (FMI) fortemente restritivo no plano social e financeiro.

Com a constituição daquele órgão de concertação pretendia o Governo envolver os actores sociais na co-responsabilização pela política adoptada de resposta à crise, estabilizar assim o sistema político e controlar a inflação através da contenção salarial e da política de rendimentos. Nele acordaram participar a central sindical UGT (que fora constituída na base do apoio político dos dois partidos do "bloco central") e as confederações patronais (CIP, CAP e CCP[11]). A principal central sindical – a CGTP-IN – recusou então participar, por discordar das políticas sociais e dos objectivos subjacentes de comprometer na sua realização as organizações que integrassem a Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS).

É aqui de sublinhar que a UGT desempenha neste processo, quanto aos actores sociais, o papel decisivo e legitimador da concertação social. Sem ela, não existiria órgão, porque a sua existência depende da representação e do acordo tripartidos. E os poderes político e económico viam na concertação social um meio necessário para enfraquecer a capacidade de mobilização e resistência social dos trabalhadores às medidas políticas que entendiam necessário tomar e que implicavam também condicionar fortemente a negociação colectiva, desde logo no plano dos salários, em contexto de forte inflação e sendo orientação assumida a contenção salarial como meio principal de controlar aquela. Tal pressupunha condicionar a CGTP, que detinha o domínio da contratação colectiva e a representação social maioritária dos trabalhadores.

Ulteriormente, a revisão constitucional de 1989 consagrou a criação do Conselho Económico e Social (CES), que seria depois constituído na sequência da Lei nº 108/91 e assumiria funções consultivas, incluindo as que respeitavam ao extinto Conselho Nacional do Plano, e também funções de concertação social, através da CPCS, de composição tripartida, que herdou a partir de 1992 as competências do Conselho que existia para esta área.

O CES integra representantes do governo, das centrais sindicais e patronais, das autarquias locais, das profissões liberais, de associações e interesses culturais, ambientalistas, dos consumidores, entre outros, e desempenha funções consultivas que se situam no âmbito do diálogo social multipartido.

Actualmente, a CPCS[12], órgão integrado no CES mas com autonomia, é constituída por: quatro membros do Governo; quatro representantes das centrais sindicais, dois de cada uma; quatro representantes das confederações

[11] Iniciais respectivamente de Confederação da Indústria Portuguesa, Confederação da Agricultura Portuguesa e Confederação do Comércio Português

[12] É de assinalar a especificidade, no plano internacional, de o órgão de concertação social tripartida estar inserido, no caso português, no Conselho Económico e Social, embora com autonomia, diferentemente da generalidade dos Conselhos Económicos e Sociais. A este respeito, cf., por exemplo, Os Conselhos Económicos e Sociais e Instituições Similares (1995), Actas do IV Encontro Internacional dos CES e Instituições Similares (1995) e Estudos sobre Conselhos Económicos e Sociais (1996).

Configuracoes_5-6.indd S4:114 06-07-2010 09:57:09

patronais, desde esse ano passando a incluir, além da CAP, da CIP e da CCP, também a CTP – Confederação do Turismo de Portugal.

São politicamente muito significativas as relações e as diferenças entre CES e CPCS, apesar de formalmente este organismo estar integrado naquele: as deliberações tomadas pela CPCS não carecem de aprovação pelo plenário do CES, ao contrário das demais comissões a este associadas; o Presidente do CES é eleito pela Assembleia da República e, embora participe sempre que o entenda nas reuniões da CPCS, nem sequer tem aí direito de voto; o Presidente da CPCS é o Primeiro-Ministro ou o Ministro em quem ele delegar as respectivas competências. Ora tal suscita a interrogação sobre as implicações da menorização do Presidente do CES, eleito pelo Parlamento, relativamente ao Governo, que preside à CPCS [13].

Apesar da criação do órgão original de concertação social (o CPCS) em 1984, apenas em 1986 é que foi celebrado o primeiro acordo sobre política de rendimentos para 1987[14], já durante o X Governo Constitucional presidido por Cavaco Silva (PSD) e ainda sem a participação e com a oposição frontal da CGTP. É também nesse ano que Portugal adere à CEE, tal como a Espanha. É igualmente nesse ano que a concertação social em Espanha é temporariamente interrompida por os sindicatos considerarem que o poder de compra dos trabalhadores estava a ser fortemente prejudicado pelos acordos sociais, sendo retomada apenas em 1996.

Este Acordo introduziu uma particularidade, que foi o conceito de quantificação da inflação "esperada" para fins de política de rendimentos, rompendo com as práticas negociais anteriores, que assentavam na recuperação do poder de compra dos salários em função da inflação "passada"[15].

Procuravam assim o Governo e os parceiros sociais subscritores do Acordo limitar pela moderação salarial – conhecida por "tecto salarial" – o crescimento da taxa de inflação, que em 1986 atingia 11,7%. A UGT, que subscreveu este Acordo e o seguinte, de objectivos semelhantes (1988), viria depois a denunciar este último, face à não comprovação dos referenciais de inflação estimados e perante a recusa do Governo em renegociar esses referenciais, que condicionavam os aumentos salariais. Os referenciais de inflação em 1986/87/88 estiveram sempre abaixo da inflação verificada e dos aumentos salariais negociados por convenção colectiva. É também em 1988 que a aprovação pelo Governo do PSD de um "pacote laboral" (nova legislação sobre despedimentos) despoleta uma greve geral apoiada pelas duas centrais sindicais.

Em 1987, tendo em conta as implicações políticas e sociais decorrentes da adesão de Portugal à CEE e de uma nova vitória do PSD nas eleições legislati-

[13] Cf. Regulamento da CPCS e legislação constitutiva do CES.

[14] Cf. Anexo 1 com o quadro cronológico que construí dos acordos, dos governos e da posição dos parceiros sociais.

[15] Cf. Cerdeira (2004:161) e Lima (2000:318-319).

Configuracoes_5-6.indd S4:115 06-07-2010 09:57:09

vas, o Plenário de Sindicatos da CGTP, reunido em 29 de Outubro, aprovou a ocupação pela CGTP dos seus lugares no CPCS, considerando a necessidade, no contexto político da época, de não deixar à UGT o monopólio da representação sindical num espaço de intervenção institucional, num momento que considerava profundamente gravoso para os trabalhadores pelas políticas sociais que estavam a ser aplicadas[16].

Estava-se num período em que o Governo e os parceiros sociais participantes, transferindo para a concertação social a definição das actualizações salariais anuais, através dos acordos de política de rendimentos (os "tectos salariais"), condicionavam fortemente a negociação colectiva, já significativamente limitada às actualizações salariais, dada a resistência sindical à retirada proposta pelos empregadores de direitos conquistados nos primeiros anos ulteriores ao 25 de Abril e plasmados nas convenções colectivas de trabalho[17] celebradas até então predominantemente pela CGTP. Ou seja, o processo de concertação social não constituiu, com os acordos da política de rendimentos celebrados, como reconhecem Lima e Naumman (2000), um contributo para, por via das negociações salariais, dinamizar a contratação colectiva das restantes matérias.

O papel e a importância das duas centrais sindicais aparecem então assim definidos: a CGTP, tendo a representação da maioria dos sindicalizados[18] e demonstrando uma mais elevada implantação e capacidade de mobilização social; a UGT, com influência sobretudo em sectores dos serviços, beneficiando para o diálogo político duma relação privilegiada com os partidos que sucessivamente dominaram a governação.

O Acordo Económico e Social de 1990, realizado ainda sob a égide de um Governo do PSD, subscrito pela UGT e pelas três confederações patronais (CIP, CAP, CCP) participantes, e novamente com a oposição da CGTP, embora já participando esta no CPCS, representa um novo ciclo de acordos representativos de um esforço de macro-concertação com maior amplitude de conteúdos. Estes envolviam não apenas a política de rendimentos, mas procuravam também abrir caminho a acordos específicos no plano da formação profissional e da higiene e segurança no trabalho (1991), prevendo alterações na legislação laboral e procurando influenciar e articular com a contratação colectiva e o seu conteúdo, designadamente na perspectiva – que resultou controversa na

[16] Cf. *Relatório de Actividades da CGTP ao VI Congresso 1986/1989*.

[17] Designação genérica, que abrange o contrato colectivo, o acordo colectivo e o acordo de empresa. Pode ser vertical, se celebrada por associações sindicais que representam tendencialmente a totalidade dos trabalhadores do sector de actividade, empresa ou estabelecimento a que se aplica. Pode ser horizontal, se representar apenas algumas categorias de trabalhadores. O Contrato Colectivo de Trabalho (CCT) é o conjunto de normas reguladoras das relações de trabalho resultantes do acordo entre uma ou mais associações de empregadores e uma ou mais associações sindicais. O Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) resulta do acordo entre uma pluralidade de empregadores para diferentes empresas e uma ou mais associações sindicais. O Acordo de Empresa (AE) respeita ao acordo entre o empregador para uma empresa ou estabelecimento e uma ou várias associações sindicais (Definições da DGEEP/MTSS).

[18] No final dos anos 80, a CGTP representaria cerca de 70% dos sindicalizados.

Configuracoes_5-6.indd S4:116 06-07-2010 09:57:09

sua aplicação e suscitou muitas resistências dos sindicatos ligados à CGTP – de associar a redução do tempo de trabalho à sua flexibilização.

Este Acordo colocava já à cabeça nos seus objectivos a necessidade de assegurar a convergência com os países da Comunidade Europeia e de contribuir para a estratégia nacional de participação na União Económica e Monetária. Seria depois celebrado também um novo Acordo sobre política de rendimentos, em 1992, ainda sob um Governo do PSD, apenas subscrito por uma central sindical (UGT).

Sucedem-se, na mesma linha de preocupações, os Acordos de Concertação Social de Curto Prazo (ACSCP) e o Acordo de Concertação Estratégica (ACE), em 1996, já sob a égide de um Governo do PS, tendo como Primeiro-Ministro António Guterres, que exprimiam também a urgência deste Governo minoritário em obter uma base de legitimação social para a sua governação.

Com esses acordos é aberto de novo um profundo conflito entre a CGTP e o Governo, exigindo esta central sindical que as 40 horas de trabalho fossem consagradas sem flexibilização de horários, sem polivalência funcional e sem contagem das pausas definidas para o tempo de trabalho efectivo. Como refere Marques (2004:89), a contestação da CGTP ao conteúdo dos acordos e aos procedimentos da concertação social limitou a sua aplicação e esteve na origem de uma crise profunda da concertação social.

A situação, agudizada pelos Acordos e pela Lei 21/96 para a redução do horário semanal até às 40 horas, aprovada pelos mesmos subscritores, piorou ainda mais com uma chamada "interpretação autêntica" do Acordo que as mesmas organizações signatárias, através da Comissão de Acompanhamento do Acordo (de que tinham excluído a CGTP, por não ser subscritora), aprovaram em sede de concertação social e enviaram à Assembleia da República.

Este processo e a dita "interpretação autêntica" são uma peça a reter, entre outras, de um complexo problema não resolvido e recorrente quanto ao risco de conflitualidade e sobreposição de competências entre um órgão de articulação corporativa de interesses e um órgão de poder político eleito. Esta foi então e posteriormente uma questão frequentemente suscitada pela CGTP e por diversos autores[19], sendo também condenado pelo Provedor da Justiça[20], em comunicação ao Primeiro-Ministro, o carácter invasivo das competências da Assembleia da República pela Concertação Social.

[19] Cf. Moreira, Leite e Sá (1999), entre outros. Crouch (2006:47) assinala que há muito que é reconhecida uma tensão entre o corporativismo, nas suas várias expressões, e a democracia, embora ele adiante que, nas soluções neocorporativas, essa tensão é de longe menos importante que o suporte que essas soluções oferecem à democracia.

[20] Na Recomendação enviada ao Primeiro-Ministro, o Provedor da Justiça criticava "uma preocupante tendência para extravasar os limites do que, por princípio e por definição, deveria ser a actuação daquela Comissão", e uma intervenção da Concertação Social "excessivamente alargada, prolongando-se para além da mera execução do ACE até à fase de interpretação e aplicação de uma Lei que, apesar de resultante do processo de concertação social, se autonomizou deste a partir do momento em que o Parlamento exerceu os seus poderes legislativos" (Cf. Pimentel 2001:175-181).

Configuracoes_5-6.indd S4:117 06-07-2010 09:57:09

As lutas então travadas pelos sindicatos da CGTP e pelos trabalhadores da indústria têxtil e do vestuário em torno da redução do horário de trabalho tiveram um carácter prolongado, agudo e muito amplo. Ao fim de vários meses de conflito, foram concluídos com duas convenções colectivas, envolvendo as associações de empregadores e os sindicatos do sector ligados à CGTP e à UGT[21].

Tal como durante a governação de Cavaco Silva, também durante este Governo do PS se manteve elevada a conflitualidade social. Como reconhecem Lima e Naumann (2000), o insucesso da aplicação do Acordo de Concertação Social de Curto Prazo indiciava a considerável implantação social da CGTP, que não o subscreveu.

Ainda quanto ao Acordo de Concertação Estratégica (1996-1999), que também foi rejeitado pela CGTP e subscrito pela UGT, a abrangência das suas matérias configurava quase um programa para a governação, definindo metas de crescimento do PIB, do emprego e do investimento, e estabelecendo um ambicioso programa para a dinamização da contratação colectiva, que ia substancialmente mais longe que o de 1990 (com Cavaco Silva) no que respeita à flexibilização das relações de trabalho. Inscrevia-se claramente num modelo de acordos que visava subordinar as políticas económico-sociais ao objectivo da colocação de Portugal no centro político da construção europeia. Como se pode ver pela análise da evolução dos processos de negociação colectiva nos dados citados no estudo de Cerdeira (2004:172), o número de convenções colectivas celebradas desde 1996 foi-se reduzindo sintomaticamente nos anos subsequentes: 436 em 1996, 409 em 1997, 393 em 1998, 398 em 1999 e 389 em 2000.

A CGTP foi excluída da respectiva Comissão de Acompanhamento, nos termos do próprio texto do Acordo, sendo aquela constituída apenas pelos parceiros sociais subscritores, substituindo-se de facto à CPCS, esvaziando o funcionamento desta. Este processo suscitou forte contestação da CGTP[22], sustentada também em argumentos jurídicos, que consideravam violadora da legalidade a exclusão dos grupos de trabalho da CPCS de entidades com assento nesta (cf. Leite 1999:147-161). Ou seja, trouxe para a ribalta a questão de um órgão que supostamente deveria funcionar por consenso, mas funcionava de facto por maioria e com exclusão do actor mais representativo dos trabalhadores sindicalizados.

Merece destaque, sobre este caso, a intervenção verificada por parte do Provedor da Justiça, Menéres Pimentel (2001) que, na Recomendação por si enviada ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da CPCS, dava provimento à queixa da CGTP-IN, concluindo que "afastar a CGTP-IN ou qualquer outro parceiro social da intervenção institucional activa comporta uma discriminação negativa" e que "os grupos de trabalho que venham a ser deliberados pela

[21] Cf. a opinião insuspeita de Cerdeira (2004) sobre a importância deste conflito, que valoriza o facto de o seu desfecho negociado ter o mérito de demonstrar a maturidade da negociação colectiva autónoma.

[22] Esta posição é mencionada num texto de reflexão de Carvalho da Silva (2000:397-412).

Configuracoes_5-6.indd S4:118 06-07-2010 09:57:09

CPCS devem a este órgão a sua legitimidade e representatividade, pelo que nele devem ter assento todas as forças que constitucional e legalmente o compõem, independentemente do seu sentido de voto".

São significativas das diferenças de percepção da concertação social das duas centrais sindicais as declarações de dirigentes sindicais durante um Colóquio na Assembleia da República, promovido pela Comissão parlamentar de Trabalho, Segurança Social e Família (1995). Joaquim Dionísio, da CGTP, afirmava então não poder concordar com a utilização da concertação social para fazer um diálogo social aparente e que só visaria co-responsabilizar os sindicatos por medidas políticas de que discordavam, enquanto o diálogo social e a contratação colectiva eram bloqueadas. Torres Couto, da UGT, pelo seu lado, punha a tónica da sua intervenção na concertação social como um elemento estratégico de co-responsabilização entre os decisores políticos e os representantes da sociedade civil organizada, e destacando que não se podia apenas querer negociar as coisas boas.

Os Acordos de 1990 e de 1996, pela sua natureza, representam a passagem de um tipo de acordos centrados na política de rendimentos e na moderação salarial, como via de travagem da inflação, para acordos mais abrangentes, procurando articular com o conjunto das políticas económicas e sociais com a orientação da legislação laboral e da contratação colectiva e tendo o objectivo assumido de assegurar condições de cumprimento dos objectivos de adesão à União Económica e Monetária europeia com que os governos se tinham comprometido.

Pelo seu carácter, tais acordos reforçaram a interrogação sobre o potencial conflito na definição de políticas entre o processo de concertação social e as instituições da democracia representativa, como a Assembleia da República (AR). De facto, enquanto na contratação colectiva o poder normativo das associações sindicais e patronais deriva directamente da Constituição e não da lei, constituindo as convenções celebradas fontes de direito e não carecendo de qualquer acto de reconhecimento legal, os acordos emergentes da concertação social tripartida excedem o âmbito do poder normativo das associações sindicais e de empregadores e têm a natureza de compromissos sociopolíticos, pelo que colocam o delicado problema da transição desses compromissos para o âmbito das decisões a tomar, de natureza normativa ou administrativa, pelo Governo ou pelo Parlamento, juridicamente vinculantes (Leite 1999).

Carvalho da Silva (1999:189-195), enquanto Secretário-Geral da CGTP, a propósito do ACE de 1996, além de considerar que este configurava uma revisão da legislação laboral altamente desfavorável para os trabalhadores e que fora frustrada pela oposição destes, suscitava também a crítica de que tal acordo intervinha em áreas de reserva parlamentar, forçava uma linha de corporativização das relações de trabalho e fora prejudicial ao livre desenvolvimento da negociação colectiva sectorial e de empresa. E propunha quatro pressupos-

Configuracoes_5-6.indd S4:119 06-07-2010 09:57:09

tos para um compromisso social: a valorização do trabalho; a clarificação dos espaços onde se desenvolveria a regulamentação das relações laborais – contratação colectiva bipartida, concertação social tripartida e diálogo social multipartido – admitindo influências mútuas, mas preservando a autonomia de cada um; a promoção da contratação colectiva; o efectivo cumprimento das leis do trabalho.

João Proença (2000:407-412), Secretário-Geral da UGT, sustentava na mesma altura que a concertação social tripartida favorecera o alargamento da contratação colectiva e a redução da conflitualidade social; atribuía-lhe também a responsabilidade da elevação das remunerações dos trabalhadores nos anos em que houve acordos e de estar na origem, a partir de 1990, das principais evoluções verificadas nas políticas públicas relacionadas com o emprego, a legislação laboral, a formação profissional e a redução do tempo de trabalho. E assumia a necessidade de uma concertação social diferente, centrada nas questões específicas que mais directamente envolvem trabalhadores e empregadores.

Como se vê, dois discursos sindicais que, tendo subjacentes duas perspectivas distintas sobre a concertação social, representavam, quer nas práticas assumidas em relação aos acordos quer nos discursos, modos diferentes de interpretar a identidade e a defesa dos interesses dos trabalhadores.

A partir de 2000 verifica-se, com o XIV Governo Constitucional, igualmente presidido por António Guterres, uma nova mudança na natureza dos acordos de concertação social e na atitude em relação a esta, abrindo-se uma perspectiva de superação da crise em que esta mergulhara. Como se comprova pela documentação do Relatório de Actividade do CES[23] relativamente a esse ano, o Primeiro-Ministro Guterres propunha-se abandonar a anterior estratégia dos acordos globais, reconhecidos como excessivamente rígidos e privilegiar um quadro mais flexível de negociação de acordos de médio alcance sobre matérias específicas que os parceiros sociais considerassem prioritários.

É então negociada e acordada, em Março desse ano, uma nova metodologia da concertação[24], que responde favoravelmente a várias questões insistentemente colocadas pela CGTP: os acordos não deveriam colidir com matérias da competência reservada da Assembleia da República (ou, como dizia um dirigente da CGTP, a AR não pode ser o notário dos acordos da concertação social); a concertação social deveria respeitar o princípio da autonomia da negociação colectiva, não colidindo com o direito constitucional de contratação colectiva; o método de funcionamento deveria ser o de consenso e não de maioria (nesta matéria, o acordo não foi tão longe, mas colocava o consenso como um objectivo); em conformidade com a proposta de Guterres, é acordado um modelo de acordos flexíveis ou de geometria variável.

[23] Cf. CES, *Relatório de Actividades 2000*, in www.ces.pt.

[24] Cf. Comissão Permanente de Concertação Social (2000), *Metodologia para a Nova Fase da Concertação Social (Documento de Progresso)*, CES, Lisboa.

Configuracoes_5-6.indd S4:120 06-07-2010 09:57:09

A evidência do fracasso dos dois acordos anteriores pressionava a mudança na prática da concertação social, o que implicava, segundo Marques (2004:89), novas regras. Ou seja: depois da elevada conflitualidade social e da polémica do ACSCP e do ACE de 1996, o novo Governo do PS avançou para uma concertação tripartida de geometria variável, centrada na negociação de acordos sobre matérias específicas, visando claramente, com esta alteração de estratégia, propiciar o envolvimento da CGTP no processo da concertação social. Celebraram-se então, no contexto desta mudança de orientação, quatro acordos especializados e temáticos em 2001, três dos quais (sobre política de emprego e formação; higiene e segurança no trabalho; modernização da protecção social e sistema de repartição na segurança social) com a novidade de serem subscritos por todos os parceiros sociais, incluindo pela primeira vez a CGTP, que assim desfazia a ideia recorrente de uma oposição sistemática. São os acordos temáticos, ou de "médio alcance", aliás os únicos, como sublinha Ferreira (2007:53).

Este período, que foi até hoje o de maior abertura negocial dos Governos, teve no Ministério do Trabalho ministros socialistas referenciados então como sendo de sensibilidades na esquerda do PS – Ferro Rodrigues e Paulo Pedroso. Vivia-se também um contexto de crescimento económico, nacional e internacional, na caminhada para o euro e para a integração económica e monetária da UE.

Tentou ainda o Governo do PS um Acordo de Médio Prazo sobre Rendimentos e Preços para 2001 e anos seguintes, e um acordo sobre organização de trabalho, produtividade e salários, ambos falhados e este último frustrado, por conclusão dos participantes, ao fim da primeira reunião.

O retorno ao poder do PSD, com o CDS, foi marcado nos anos ulteriores por um novo empobrecimento da concertação social, pelo retorno a um formato anterior, nada preocupado nem com a separação de águas com o poder legislativo, nem com a geometria variável para envolver a CGTP, e que se caracterizou pela ausência de acordos formais.

O conflito verificado em 2002/2003 sobre o Código do Trabalho (que motivou a convocação duma greve geral pela CGTP e um elevado protesto social) foi então assinalado na Concertação Social pela negociação entre a UGT, Governo e confederações patronais quanto ao conteúdo básico do Código do Trabalho.

A degradação do diálogo social não era, como assinala Marques (2004), uma característica apenas nacional. Era comum a outros países europeus, com greves gerais e outras acções colectivas de forte impacto em Espanha, Itália, Alemanha (contra a reforma da legislação de trabalho), Grã-Bretanha e Áustria. Com frequentes divisões entre sindicatos e agudização da conflitualidade social, não só em Portugal, como em França (sobre uma nova reforma das pensões), em Itália (sobre a reforma da legislação do trabalho) ou na Alemanha (sobre a reforma do Estado-Providência). Com efeito, Governos e patrões procuravam deslocar a negociação colectiva e o diálogo social para as questões da compe-

Configuracoes_5-6.indd S4:121 06-07-2010 09:57:09

titividade, como factor determinante das reformas sociais e laborais, enquanto as posições dos sindicatos eram fortemente influenciadas pela prioridade dada à defesa dos direitos sociais conquistados e pela sua identidade de classe.

É então que se verifica também em Portugal uma tentativa falhada do Governo de propor um Contrato Social para a Competitividade e Emprego, cujas reuniões de negociação se arrastaram ao longo de 2003 e 2004, sem sucesso.

No ano de 2005, já após a entrada em funções de um Governo do PS, assistiu-se ao facto inédito de, no âmbito da concertação social, serem celebrados entre todas as centrais sindicais e patronais dois acordos bilaterais, visando dinamizar a contratação colectiva e a formação profissional.

Estes acordos bilaterais revelaram-se, porém, mais do domínio da representação política e do valor simbólico, por serem os primeiros acordos do tipo, do que tendo algum efeito prático nos respectivos domínios. Aliás, o patronato já então estava, como está, a investir fortemente no principal ganho adquirido com o novo Código do Trabalho (e reforçado nas revisões verificadas em 2006 e em 2008, pela iniciativa do actual Governo PS): o princípio da caducidade das convenções colectivas de trabalho, com que pretendem livrar-se das convenções colectivas celebradas sobretudo por organizações sindicais da CGTP e fazer a limpeza no plano convencional de numerosos direitos sociais aí regulados. Esse é, aliás, um dos factores que justificam a expressiva redução verificada na negociação de convenções colectivas de trabalho após a publicação do Código do Trabalho e que comprova os reduzidos efeitos práticos do acordo bilateral firmado neste domínio.

Nos acordos celebrados em 2006, sob o Governo do PS com José Sócrates, manteve-se a orientação de acordos especializados, mas sem a mesma preocupação de esforço de consenso do II Governo Guterres, quanto ao envolvimento da CGTP e a acordos de geometria variável, expressos num documento de orientação já mencionado, cuja actualidade e oportunidade justificaria hoje ser reexaminada pelos actores da concertação social, perante a falta de dinamismo e os visíveis impasses actuais que esta sofre.

A CGTP ainda subscreveu com os demais parceiros o Acordo sobre o rendimento mínimo garantido, cujo conteúdo correspondia mais ou menos às suas propostas, logo após um período de grandes manifestações que realizou. É legítimo admitir, como hipótese explicativa, que este acordo possa ter representado, com reduzido custo para o Governo, dada a desactualização e baixo valor do salário mínimo nacional, um modo de tentar amortecer a elevada conflitualidade e mobilização social animadas pela CGTP.

Já quanto aos dois acordos relativos à reforma do sistema de segurança social celebrados nesse período, contrariamente à UGT que os assinou, a CGTP recusou subscrevê-los, por considerar que essa reforma ofendia os direitos dos trabalhadores neste domínio. Como é sabido, estes acordos, em nome da neces-

Configuracoes_5-6.indd S4:122 06-07-2010 09:57:09

sidade de ser assegurada a sustentabilidade financeira do sistema, legitimaram profundas mudanças, designadamente quanto ao modo de cálculo das pensões de reforma (para a redução do seu valor) e quanto à substituição do princípio da reforma aos 65 anos pelo seu alinhamento com o indicador de esperança de vida.

O Acordo celebrado em 2007 sobre a Formação Profissional (mais um) contou com a oposição da CGTP, que considerou o acordo mais recuado do que as disposições constantes do Código do Trabalho neste domínio (número de horas de formação anuais por trabalhador, certificação, etc.), embora o contexto de radicalização da sua oposição às políticas governativas possa também ter contribuído para a posição assumida.

Finalmente o Acordo celebrado em 2008, subscrito pelas organizações patronais e pela UGT, com a oposição da CGTP, e que deu suporte à profunda revisão do Código do Trabalho encetada pelo Governo e pela sua maioria parlamentar, tornou a acentuar as divergências entre as duas centrais sindicais e a coincidir com um período de forte contestação social.

4. Diferenças e convergências no balanço dos Sindicatos sobre a Concertação Social

Carvalho da Silva, num trabalho sobre o sindicalismo português (*in* Estanque *et al.,* 2002:183-185), considera que o poder político trata mal os sindicatos, desvaloriza-os e não respeita a aplicação dos compromissos firmados; assume a tese de que a história da concertação social portuguesa mostra a marca da instrumentalização dos governos para a gestão de determinados processos políticos ou para amarrar os sindicatos a compromissos laterais do patronato com o governo, deixando aos sindicatos uma "mão cheia de promessas". Mais, por um lado, reafirma que a CGTP deu um importante contributo para inverter este rumo, contrariando a instrumentalização e a corporativização do sistema de concertação; por outro, critica o facto de ser comum o desrespeito pela lei e de os acordos sociais, na fase da sua aplicação concreta, não repousarem em nenhum compromisso sólido de governos e patrões. Por fim, valoriza os três acordos de 2001, como ilustração de um processo com contornos novos de debate e auscultação, e advoga que se deve aprofundar a via dos debates temáticos em áreas onde ainda não houve acordos.

Na sua tese de doutoramento publicada em livro, Carvalho da Silva (2007:304-305), analisando a génese e a evolução da concertação social, refere que as lacunas verificadas na constituição do órgão de concertação social, nas suas formas sucessivas – composição determinada governamentalmente a partir de critérios estritamente políticos, sem consulta e aferição da representatividade das organizações e impondo paridades não confirmadas, criação de regras

Configuracoes_5-6.indd S4:123 06-07-2010 09:57:09

pouco consistentes, dependência forte da acção governativa –, dificultaram a sua afirmação como espaços credíveis, contribuíram para o não desenvolvimento de relações interconfederais (patrões/sindicatos), com reflexos na regulamentação das relações laborais de âmbito nacional. E que, segundo o autor, a sistemática não concretização de compromissos seria um factor de envenenamento e esvaziamento do processo de concertação.

O Programa da CGTP (nas versões aprovadas nos congressos de 2004 e de 2008) considera que a concertação é muitas vezes governamentalizada e que os governos tendem a vê-la como um modo de legitimação das suas políticas; que a negociação nessa sede deve incidir sobre matérias específicas e os acordos não devem colidir com matérias da competência reservada da Assembleia da República; que a CGTP assume uma intervenção activa na CPCS, mas sem permitir que seja posto em causa o direito de contratação colectiva; que a CGTP avalia o diálogo social tendo em conta a natureza dos conteúdos.

João Proença, no trabalho já citado sobre o sindicalismo português (2002:186-188), assinala que alguns anos de acordos da concertação social evidenciaram potencialidades e fragilidades que é preciso discutir e repensar. Mas que esta tem sido um elemento essencial para a dinamização e consensualização da mudança, assegurando menores custos nos ajustamentos estruturais empreendidos. Destaca o importante papel desempenhado pela concertação no desenvolvimento equilibrado da economia através da política de rendimentos. Assume que a moeda única veio reforçar a necessidade de articular a concertação nacional e o seu nível europeu e que não se pode fugir ao debate da trilogia *crescimento – competitividade – emprego*. Para João Proença (2007:95-99), a concertação é um fórum para o encontro de soluções de futuro, a buscar num quadro de consenso social; os acordos e compromissos tripartidos celebrados têm conformado o quadro legislativo e assumem-se como decisiva orientação para a negociação colectiva, sendo a concertação geradora de compromissos vinculativos para as partes participantes.

Quanto à Concertação Social, a UGT e a CGTP têm uma apreciação crítica ao poder político no tocante ao incumprimento dos acordos tripartidos celebrados[25]. A reflexão das duas centrais sindicais quanto à experiência de concertação social em Portugal, pela voz autorizada dos seus dirigentes mais responsáveis, ajuda certamente a situar os pontos de convergência e de divergência e a discernir as perspectivas da possível evolução desta experiência neocorporativa no nosso país.

O processo de concertação social em Portugal é, do ponto de vista da participação dos sindicatos, fortemente condicionado no seu alcance e expressão por, contrariamente ao processo espanhol e de outros países europeus, ter sofrido a oposição da mais representativa e influente central sindical – a CGTP – quanto à maioria dos acordos sociais celebrados.

[25] Cf.. *Programa de Acção da CGTP* (2004;2008) ; *Programa de Acção da UGT* (2004).

Configuracoes_5-6.indd S4:124 06-07-2010 09:57:09

Tendo Portugal um dos mais elevados níveis de desigualdade social, baixos níveis de protecção social e dos mais baixos níveis salariais no contexto da União Europeia[26], este facto tem marcado o processo de negociação colectiva e de concertação social e o posicionamento dos sindicatos, nomeadamente acentuando mais a resistência a medidas de flexibilização, de aumento do trabalho em tempo parcial ou de redução do horário de trabalho que impliquem designadamente redução salarial e perda de direitos.

O esforço de sucessivos governos para, em sede de concertação social, pressionarem acordos sociais indutores destas mudanças e influenciadores da negociação colectiva sectorial e de empresa foi também fonte de diferenciação de posições das duas centrais sindicais, com a UGT mais aberta à negociação dessas medidas, com contrapartidas, e com a CGTP resistindo a acordos que representassem perdas de direitos sociais num quadro de baixos rendimentos, elevada desigualdade social, insegurança e precariedade laborais.

Também as duas centrais se diferenciam no modo como consideram a relação da contratação colectiva com a concertação, sublinhando a CGTP a necessidade de preservar a sua autonomia, embora aceitando influências mútuas e valorizando a UGT a necessidade duma articulação, mais no sentido vinculativo, entre aquelas duas dimensões do processo negocial.

Quanto aos efeitos induzidos na contratação colectiva pelos acordos de concertação social, são contraditórias as apreciações das duas centrais sindicais. É um facto que, em 2006, o período médio de eficácia das tabelas salariais revistas nos 245 IRC celebrados, abrangendo mais de um milhão e quatrocentos mil trabalhadores, foi de 22,9 meses e que em 2008 atingiu ainda os 18,7 meses, e que o número de convenções colectivas publicadas anualmente tem sido inferior nos últimos anos (162 em 2004, 252 em 2007 e 296 em 2008)[27], durante a vigência do Código do Trabalho, comparativamente com o período anterior, designadamente 342 em 2003, como reconhece o próprio relatório de síntese da DGERT/MTSS relativamente aos IRC publicados em 2008.

Se, como afirma Ferreira (2007:51-57), a concertação social influenciou a negociação colectiva fornecendo um quadro de referência geral, também este autor sublinha que um dos aspectos mais problemáticos do diálogo social é a não aplicação das matérias contratualizadas, para o que concorre o bloqueio da contratação colectiva, a não assinatura de acordos por todos os parceiros, a inexistência de regras de representatividade, a politização dos processos de concertação, dependentes das conjunturas políticas governativas, a dificuldade de articulação com as competências parlamentares.

Os acordos bilaterais de 2005, novidade no diálogo social em Portugal, não parecem até agora ter produzido efeitos relevantes para superar a visível crise e o imobilismo do processo de negociação colectiva, mais centrado nas

[26] Cf. Dados estatísticos do *Eurostat*.

[27] Cf. relatórios anuais em www.dgert.mtss.gov.pt/

Configuracoes_5-6.indd S4:125 06-07-2010 09:57:09

matérias de expressão pecuniária e sob a pressão das associações patronais para a redução de direitos contratualizados e para a manutenção de mínimos contratuais salariais abaixo dos valores médios praticados no mercado de trabalho. As novas disposições do Código de Trabalho entrado em vigor em 2004, e objecto de forte contestação sindical, pelos dados já referidos, também não cumpriram o propósito anunciado de revitalização da negociação colectiva e, quanto ao novo Código de Trabalho aprovado em 2008, o seu conteúdo neste domínio acentua a linha de pressão sobre os sindicatos para a celebração de novas convenções colectivas através da caducidade das convenções anteriores e da abdicação de direitos conquistados e nelas consagrados.

A experiência da concertação social, relevando na sua evolução que a maior central sindical – a CGTP – não assumiu sempre uma posição inflexível contra a assinatura de acordos tripartidos, confirmou entretanto a clivagem entre as duas centrais sindicais em quatro temáticas que atravessam toda a história da concertação social portuguesa: a política de rendimentos, a flexibilização e desregulação do mercado de trabalho através da revisão das leis laborais, o sentido das reformas do sistema de protecção social, a relação entre a concertação e a negociação colectiva. Mostrou também uma maior oposição da CGTP, e uma maior abertura da UGT, ao diálogo e negociação de acordos de macro-concertação que envolvessem a co-responsabilização dos parceiros sociais nas políticas governamentais, o que Cerdeira (2004) denomina de "acordos de transição" ou de tipo "adaptativo".

Converge também a posição da CGTP com as opiniões de juristas qualificados como Leite e Miranda (1999) na crítica aos riscos e práticas de instrumentalização governamental do sistema de concertação social e da necessidade de proteger a esfera de decisão da sede de poder legislativo que constitui o Parlamento na sua relação com os acordos sociais, questão que é notoriamente desvalorizada pela UGT, como se verificou no episódio relatado. Num sistema político em que, a par da representação política parlamentar e do governo, se abra espaço à democracia participativa e ao diálogo social tripartido no processo de produção de políticas públicas, é indispensável encontrar soluções de equilíbrio entre os actores institucionais e os poderes em presença que não reduzam a concertação social, no seu domínio próprio, a um mero e desvalorizado órgão de consulta.

Finalmente, o posicionamento distinto das duas centrais sindicais na sua relação com o poder político e na concertação social tripartida não é dissociável das distintas influências políticas e das diferenças ideológicas no sindicalismo concebido e praticado.

A CGTP, nascida ainda antes do 25 de Abril, em Outubro de 1970, com base num conjunto de sindicatos onde os trabalhadores elegeram direcções contrárias ao regime corporativo e ditatorial da época e legitimada pelo seu importante contributo na resistência social à ditadura, teve um papel deter-

Configuracoes_5-6.indd S4:126 06-07-2010 09:57:09

minante na democratização e na mudança das estruturas sindicais após o 25 de Abril, esteve estreitamente associada às transformações revolucionárias do período de 1974/75 e adoptou a orientação de um sindicalismo de classe, combinando a defesa da negociação colectiva e do diálogo social com um forte acento na dimensão reivindicativa e na mobilização social dos trabalhadores. Tem o apoio, no plano político-partidário, do PCP, de uma corrente do PS, de sectores católicos ligados ao mundo do trabalho e, mais recentemente, do Bloco de Esquerda.

A UGT, nascida em 1978 na sequência da disputa política contra a unicidade sindical, teve o apoio na sua criação das direcções dos principais partidos da governação – PS e PSD – e também do CDS/PP, que mantêm no seu seio correntes sindicais organizadas. Apostando num sindicalismo de tipo reformista que pretende conciliar a participação com a negociação, teve um papel decisivo para credibilizar a instituição da concertação social tripartida criada pelo Governo do chamado "bloco central". Compensa a menor representatividade sindical com uma relação de maior abertura e proximidade com o poder político. Tendo menor capacidade de mobilização social, encontra na concertação social um espaço de afirmação como parceiro social representativo.

Utilizando a tipologia desenvolvida por Hyman (1997:07-38; 2001:01-37), assente na aplicação do triângulo sociedade – classe – mercado (em que cada um destes factores corresponde a um modelo teórico de sindicalismo) aos actores sindicais concretos para determinar o seu posicionamento em função da relevância efectiva de cada um dos factores na sua orientação e prática, poderemos apontar como hipótese classificativa para as identidades sindicais da UGT e da CGTP as seguintes: enquanto a CGTP se situará num modelo de sindicalismo tendo como pontos fortes os factores classe e sociedade, a UGT deverá localizar-se num modelo sindical que, do triângulo referido, privilegia os factores mercado e sociedade. De facto a CGTP está na sua génese e orientação mais associada a um sindicalismo de classe e anticapitalista, incorporando também uma componente originária do catolicismo social na sua formação e que valoriza um sindicalismo socialmente integrador e voltado para a democratização progressiva das relações de trabalho, sendo a sua prática sindical marcada pela tensão dinâmica destas duas componentes. Pelo seu lado a UGT, criada com fundamento na rejeição do modelo sindical protagonizado pela CGTP, assume um modelo de sindicalismo que combina uma componente reconhecidamente reformista, integradora dos trabalhadores no sistema político e social, com a valorização de um sindicalismo de negociação orientado para critérios de tipo económico e de representação de interesses profissionais.

Apesar das evidentes diferenças, competição e conflitos no seu percurso, é visível que nos últimos anos se tem verificado alguma distensão entre as duas centrais, embora com avanços e recuos, tendo as suas relações evoluído de uma situação de hostilidade mútua muito marcada (de que foi exemplo o veto da

Configuracoes_5-6.indd S4:127 06-07-2010 09:57:09

UGT, durante 10 anos, à entrada da CGTP na CES – Confederação Europeia de Sindicatos) para uma relação de diálogo, embora distanciado, entre direcções, pela convergência pontual na acção e pela concertação de algumas iniciativas comuns[28] em momentos e por objectivos concretos, de que é exemplo recente a plataforma constituída por todos os sindicatos do sector da educação para a mobilização dos professores em oposição às medidas do Governo e para negociar com este. A presença e o relacionamento de ambas as centrais no seio da CES[29] é um factor que terá pesado neste processo de distensão e de diálogo, o qual foi entretanto fortemente perturbado pelo processo de revisão do Código do Trabalho em 2008, que marcou uma nova divisão profunda entre a UGT e a CGTP.

5. Sobre o estado da sindicalização e as relações de forças no movimento sindical

O processo de concertação social em Portugal parece também coincidir com um período de quebra na sindicalização mais visível a partir da segunda metade dos anos 80, depois de os efectivos sindicais terem atingido a sua maior expressão nos anos 70 (pós-25 de Abril) e na primeira metade dos anos 80, e com uma mudança sensível na composição da sindicalização, reduzindo-se o peso relativo dos operários industriais e passando a dominante o sector dos serviços e da administração pública.

A concertação social teria assim contribuído para fornecer aos sindicatos um espaço institucional de negociação e diálogo tripartido, relevante num contexto de dificuldades e bloqueios do processo de contratação colectiva, marcado pela resistência, mais acentuada do lado dos sindicatos da CGTP, à renovação de clausulados exigido pelas associações patronais como condição de subscrição de novas convenções colectivas.

O peso dos trabalhadores sindicalizados situar-se-ia nos anos de 1990-1995 nos 30 a 36% e estará hoje em níveis inferiores a 30% (Cerdeira: 1997). O estudo publicado pelo EIRO, relativo à sindicalização na União Europeia para o período 1993 – 2003, atribuía a Portugal um nível de sindicalização médio ou mais elevado, na comparação com a maioria dos outros países europeus identificados, estimando existirem 1 165 000 sindicalizados em 2003 (equivalente a

[28] Embora sem a expressão da comum adesão à greve geral de 1988, que foi, num contexto de conflitualidade social muito forte, um exemplo não repetido de convergência maior.

[29] Importará acompanhar agora, neste domínio, os efeitos da adesão da UGT à nova central sindical mundial resultante da fusão da CISL com a CMT e a evolução da posição sobre este assunto no seio da CGTP, onde a corrente maioritária se tem oposto até agora à adesão (embora a CGTP tenha participado e acompanhado o processo de constituição desta central).

Configuracoes_5-6.indd S4:128 06-07-2010 09:57:09

31% dos trabalhadores por conta de outrem[30]), dos quais 56% seriam representados pela CGTP, 34% pela UGT e os restantes ligados a sindicatos independentes. Estes dados traduziriam até um pequeno crescimento relativamente a 1993 (1 150 000 sindicalizados) e constituem um valor relativamente expressivo, se comparados com os 2 108 000 sindicalizados em Espanha (2003), embora sendo de sublinhar que também neste país o mesmo estudo refere uma tendência para o crescimento da sindicalização. Outras estimativas (Waddington 2005) sugerem que o nível de sindicalização na UE seria de 26,4% em 2001 e que desde 1950 a taxa de sindicalização nunca terá sido tão baixa como actualmente.

Os dados coligidos pela UE no *Industrial Relations in Europe 2006* (2006:25), que analisam a evolução da sindicalização entre 1995 e 2004, referenciam uma quebra na sindicalização em Portugal naquele período de 25 para 17% (acompanhando uma redução média da sindicalização na UE-25, para o mesmo período, de 32 para 25%). Este valor – 17% – é igualmente referenciado nos dados apresentados no Livro Branco das Relações Laborais (2007), com uma cobertura da representação sindical dos locais de trabalho de 34% (para uma média europeia de 53%), um grau de cobertura da negociação colectiva (87%) superior à média (66%) e um nível de centralização da negociação inferior (30%) à média (34%). O *Benchmarking Working Europe* publicado pelo ETUI (2007) situa a sindicalização média na UE entre os 25 e os 30% (dados referidos a 2004), considerando existir uma tendência global para a baixa, confirmando a mais elevada sindicalização no sector público e mais baixas taxas de sindicalização na indústria e serviços e apresentando um dado que deve fazer reflectir: em 1995, um em cada três trabalhadores europeus era sindicalizado, enquanto agora apenas é sindicalizado um em cada quatro.

É de assinalar que o mencionado Livro Branco, nos dados de um inquérito apresentado sobre a sindicalização, além de revelar a forte diferenciação na ligação aos sindicatos entre trabalhadores com contratos permanentes (22,6%), a "recibo verde" (2,1%) ou precários (11,4%), também sublinha, em contraste com a baixa taxa de sindicalização apresentada, a grande importância atribuída pelos trabalhadores aos sindicatos (66,5% dos inquiridos), o reconhecimento de que sem estes as condições de trabalho seriam bem piores (65,2%) e confirma, nos inquiridos, uma diferença expressiva dos níveis de apoio à CGTP (21%) e à UGT (9,8%). Este último dado está em linha com a proporção de forças sindicais referenciada noutros estudos e em avaliações colhidas em meios sindicais, que situam a repartição da sindicalização portuguesa em cerca de 70% para a CGTP e 30% para a UGT (não relevando esta repartição o peso,

[30] Embora se deva ter em conta que os efectivos sindicais incluem alguma participação de trabalhadores aposentados e que existe ainda um número elevado dos contabilizados estatisticamente como por conta própria (TPCP) – 1 275 000 em 2003 – que são de facto assalariados, e que não estão contabilizados para o cálculo da percentagem referida, baseada nos 3 744 000 TPCO do mesmo ano (cf. INE – Inquérito ao emprego, 2004).

Configuracoes_5-6.indd S4:129 06-07-2010 09:57:09

embora pouco expressivo, dos sindicatos independentes sem ligação estreita a qualquer das centrais).

É também de assinalar que, sendo baixa a conflitualidade registada nos locais de trabalho[31], incluindo na análise comparada em termos europeus[32], mas tendo igualmente presente que essas estatísticas não cobrem as greves sectoriais ou gerais (que têm assumido maior expressão), o movimento sindical (fundamentalmente a partir da iniciativa da CGTP) tem manifestado uma assinalável capacidade de mobilização social, com expressão mais visível em 2006, 2007 e 2008, nalgumas das maiores manifestações públicas das últimas décadas, e também com a realização, no ano de 2008, das duas maiores manifestações nacionais de sempre em Portugal de um sector profissional (professores) e também da maior greve deste sector alguma vez concretizada.

São iniludíveis as dificuldades do movimento sindical para encontrar respostas eficazes ao desgaste provocado na sua organização e na sua representação pelos efeitos da profunda alteração do trabalho, da sua natureza e condições, designadamente pela precarização, diversificação e individualização das relações de trabalho. É perceptível o atraso e a dificuldade dos sindicatos perante o agravamento das assimetrias nas relações de força entre capital e trabalho geradas pelas lógicas da globalização económica, da acumulação capitalista transnacional e da alteração dos sistemas produtivos, em contradição com os processos de regulação social, de negociação colectiva e de diálogo social que continuam sobretudo ancorados nos quadros nacionais. As pressões e tensões a que estão sujeitas as identidades sindicais neste processo geram também resistências profundas à renovação necessária do sindicalismo e à busca necessária de novos modelos de organização e acção sindical que, conforme refere Santos (2004:172-173), devem assegurar a complementaridade e não a oposição entre as tradições de um sindicalismo de participação e de um sindicalismo de contestação.

Mas, como também reconhece Santos (2004:161), o ciclo vital do sindicalismo está muito ligado ao do capitalismo. Os sindicatos são insubstituíveis na representação dos interesses do mundo do trabalho no sistema capitalista e, apesar da crise de representação que enfrentam, são reconhecidos pelos trabalhadores como indispensáveis à protecção dos seus direitos, tal como é constatado em inquéritos sociológicos realizados. Existirão certamente transformações inevitáveis no sindicalismo, acompanhando e respondendo às transformações do capitalismo. Mas enganam-se os que acreditam que os sindicatos são coisa do passado, associada aos primórdios do capitalismo e, depois, à organização fordista da produção.

[31] Cf. *Boletim Estatístico*, Gabinete de Estudos e Planeamento (2007) e *Greves – Séries Cronológicas (1986-2004)*, DGEEP/MTSS.

[32] Cf. relatório *Industrial Relations Developments in Europe 2006* (2007), EIRO.

Configuracoes_5-6.indd S4:130 06-07-2010 09:57:09

6. Algumas conclusões e observações finais

No cômputo geral (cf. Anexo 1) dos acordos e do balanço da concertação social, e excluindo pela sua natureza distinta os dois acordos bilaterais citados, a UGT subscreveu a totalidade dos 17 acordos celebrados, enquanto a CGTP subscreveu 5. Do lado das centrais patronais, a CCP é a única totalista, a CIP e a CAP subscreveram 14 e a CPT 5.

A tipologia dos acordos celebrados aponta para esta possível divisão por natureza: (1) acordos orientados para a política de rendimentos e a contenção salarial; (2) acordos de regulação global (como foram o Acordo Económico e Social de 1990 e os Acordos de Concertação Estratégica e de Concertação Social de Curto Prazo de 1996); (3) acordos chamados de "médio alcance", como são os acordos celebrados sobre políticas sectoriais, dominantes nos últimos anos.

Na história da concertação social portuguesa poderão considerar-se cinco períodos com algum grau de diferenciação entre si, definidos quer pelas orientações governativas, quer pelos contextos económicos e sociais, quer ainda pela evolução do processo de integração europeia, com influência na configuração dos acordos:

- Um primeiro período até 1990, orientado para acordos sobre a política de rendimentos, no quadro do esforço de controlo da inflação por via da contenção salarial, como modelo de competitividade e em nome da preparação de Portugal para a integração europeia;

- Um segundo período, nos anos 90, procurando os Governos associar os parceiros sociais às políticas sociais, laborais e económicas e aos compromissos políticos ligados à integração económica e monetária europeia, através de acordos estratégicos e globais, a par de alguns acordos especializados;

- Um terceiro período, após a adesão ao euro, com o II Governo PS/Guterres, caracterizado por acordos especializados, procurando a construção de compromissos alargados de geometria variável para sustentar políticas sectoriais do Governo, e manifestando uma maior abertura à participação e envolvimento dos parceiros sociais;

- Um quarto período, caracterizado por um evidente recuo e desvalorização da concertação social, sem acordos celebrados e com o Governo PSD, num contexto de crise económica acentuada e em que o facto mais relevante é a utilização da Concertação Social para a negociação do Código de Trabalho;

- Um quinto período, o actual, marcado até agora pela predominância duma visão política instrumental por parte do Governo PS de José Sócrates e em que a concertação social, apesar dos acordos celebrados, não recuperou o dinamismo e a abertura que se verificaram no terceiro período referido.

É claro que os acordos formais na Concertação Social e as reuniões tripartidas representam apenas a face visível e legitimadora das políticas públicas no

Configuracoes_5-6.indd S4:131 06-07-2010 09:57:09

plano social e de representação do protagonismo dos actores sociais. O processo da concertação social não é, aliás, nada transparente, tal como o sublinharam sindicalistas e técnicos que entrevistámos sobre o seu funcionamento, os quais referiram:

– A maioria do trabalho de negociação realiza-se em reuniões e relações bilaterais (em que pesam sobretudo as relações entre os parceiros sociais mais próximos do Governo) e não nas reuniões formais tripartidas em que se fecham acordos ou se encerram sem sucesso negociações e onde se faz o *show-off;*

– Além dos acordos formais, existem os informais que fundamentam iniciativas políticas e legislativas (foi assim com os sucessivos "pacotes laborais").

A concertação social em Portugal não condiciona directamente a contratação colectiva, contrariamente a outros países onde existem processos mais verticalizados e centralizados, e também não cria directamente vínculos jurídicos, estabelecendo tão só um compromisso político para os subscritores dos acordos.

Mas os acordos aí celebrados produzem efeitos relevantes de constrangimento sobre as convenções colectivas, a título de exemplo em dois domínios essenciais: as actualizações salariais (pelos acordos visando a contenção salarial e os tectos salariais); a legislação do trabalho aí discutida, de que os efeitos do Código de Trabalho na redução do número de convenções colectivas é uma ilustração já antes referida. Influencia assim o conteúdo e a orientação dos processos de negociação colectiva, quer na perspectiva apontada por Ferreira (2007:51), fornecendo um quadro de referência geral orientador, quer, como refere Cerdeira (2004:140), porque os acordos celebrados afectam a agenda de negociação que se desenvolve a níveis inferiores.

A avaliação da aplicação no terreno dos acordos formais e outros acordos informais (que os há, como já se referiu) também não constitui uma prática continuada e regular no sistema de concertação social, como seria exigível e desejável. Embora sem sucesso visível, apenas o último Acordo de Formação Profissional parece conter algumas manifestações de intenção nesse sentido. Os outros, como se pode verificar pela sua leitura, ou contêm enunciados genéricos dificilmente monitorizáveis e controláveis na sua execução, ou objectivos e medidas de que ninguém depois verifica a aplicação.

A questão da formação profissional é a este respeito paradigmática: sucessivos acordos foram celebrados sobre este tema, fazendo tábua rasa ou ignorando os anteriores, num permanente recomeço.

O historial da concertação social revela, pois, que esta tem funcionado mais como uma arena de exposição e legitimação das decisões e agendas governativas para fazer avançar as suas políticas públicas, do que como um espaço de produção de compromissos sociais avançados, que influenciem e marquem a produção dessas políticas, suportados numa efectiva, equilibrada e responsável participação de todos os actores envolvidos.

Configuracoes_5-6.indd S4:132 06-07-2010 09:57:09

O tema da relação e da harmonização de competências com a Assembleia da República não é relevado pelo Governo e pelos outros parceiros, excepto a CGTP, porque a sua não abordagem alarga a capacidade de manobra daqueles actores sociais (como se ilustrou com o conflito em torno da Lei 21/96 e do Acordo que a sustentou). Mas persiste como um importante problema, cuja resolução, na base de um acordo e texto públicos, permitisse definir com clareza competências e fronteiras.

A situação da Concertação Social em Portugal, pobre ou remediada, é portanto bastante diferente, no seu funcionamento e nos seus resultados, do que o previsto pelos principais autores que teorizaram o modelo neocorporativo como caminho para viabilizar o Estado social pela via do compromisso institucionalizado entre governo, sindicatos e patrões.

A concertação social exprimiu-se tardiamente em Portugal, com um movimento sindical com níveis de sindicalização e estruturação insuficientes, um sistema democrático jovem e um passado autoritário, uma elevadíssima dependência externa, a mais elevada desigualdade social e a pior distribuição do rendimento na UE, tendo na sua origem objectivos do poder político orientados para as necessidades da integração europeia e para a contenção e neutralização da mobilização social.

Com a negociação colectiva em crise, como se verifica pelos dados conhecidos e já referenciados, e as fragilidades de representação e enquadramento dos actores sociais, a concertação social corre o risco de ser cada vez mais uma arena legitimadora de políticas pré-determinadas e não um espaço institucional integrador da participação social na produção das políticas públicas e estimulador do diálogo social alargado e dos processos de negociação colectiva.

Por parte dos poderes político e económico é cada vez mais evidente a cedência à tentação do seu uso como meio para legitimar as suas políticas neoliberais de transição dum Estado social para um Estado dito regulador, a troco de um mínimo de concessões. Só que, sendo tripartida, para o ser de facto, tal implica valorizar a representação das forças do trabalho, sob pena de a tentação instrumental dos outros poderes conduzir a uma desregulação social com consequências negativas para o próprio funcionamento e qualidade da democracia e do sistema político.

Estão evidenciadas as grandes fragilidades do modelo de concertação social português, tardio e aparecido num contexto de rápido crescimento das interdependências globais, moldado às exigências do processo de integração económica e monetária da UE, fortemente dependente dos ciclos políticos de governação, condicionado pela frágil e pouco consistente cultura de negociação colectiva e de diálogo social existente (com especial responsabilidade para os actores patronais) e pelas debilidades das organizações sindicais.

Configuracoes_5-6.indd S4:133 06-07-2010 09:57:10

Não partilhamos certamente a opinião dos que, como Correia (2003:130)[33], têm uma visão que consideramos optimista e idealista sobre o modelo de concertação social português. Também não partilhamos a visão do neocorporativismo como sistema institucional estruturado de comprometimento e integração dos actores sociais na governação ou sequer entendemos como realista a aplicação dos modelos neocorporativos originais à realidade portuguesa.

Cremos todavia que, de modo reforçado no actual cenário de crise sistémica, com o comprovado fracasso das soluções neoliberais e com a revalorização das funções sociais do Estado (acarretando a revalorização da sua democratização, transparência e controlo social), a concertação social enfrenta ainda o desafio de poder constituir uma arena institucional capaz de dar um contributo positivo à preservação de um modelo viável e contemporâneo de Estado Social, como espaço de diálogo e de construção de compromissos que fundamentem políticas públicas, complementar e não substitutivo dos processos de negociação colectiva e dos outros processos de participação social, que reconheça o conflito de interesses e o diálogo social como elementos estruturantes e dinâmicos duma sociedade democrática e do seu progresso.

Esta perspectiva e possibilidade pressupõe uma alteração de orientação por parte do poder político e económico, que valorize as organizações sindicais como actores sociais representativos do mundo do trabalho, indispensáveis à dinâmica de desenvolvimento duma democracia política e social. Exige uma clara recusa da visão neoliberal de desresponsabilização social do Estado, encobrindo a sua crescente captura pelos grandes interesses económicos, o que acentuaria ainda mais o carácter assimétrico das relações de trabalho. Reclama também uma mudança efectiva no trabalho e na concepção de funcionamento da Comissão Permanente de Concertação Social, retomando e aprofundando caminhos abertos pelo documento apresentado pelo Governo do PS em 2000, intitulada "Metodologia para a Nova Fase da Concertação Social – Documento de Progresso", e pela "Recomendação" do Provedor da Justiça do mesmo ano, que constituíram então uma tentativa de resposta a insuficiências e críticas formuladas pelos sindicatos.

Do lado dos sindicatos, evidenciada a contradição entre o seu enfraquecimento orgânico e o reconhecimento da sua necessidade e da sua importância social, está igualmente na ordem do dia a questão de encontrarem os caminhos para o reforço da sua capacidade de representação eficaz do conjunto do mundo do trabalho, num quadro cada vez mais diversificado que desafia a unidade de acção que precisam de construir, para que na mesa da concertação social seja efectiva a construção dos compromissos e das políticas públicas assente num maior equilíbrio entre capital e trabalho.

[33] Veja-se a seguinte afirmação de Correia (2003: 130): "Este modelo de concertação social, nos seus níveis mais variados, parece representar a fórmula social optimizadora de alcançar o maior bem-comum com o custo mais reduzido, ao mesmo tempo que exprime uma estratégia de poder público, partilhada pelas forças sociais organizadas, de incremento do diálogo social, de aprofundamento da democracia e da participação cívica" .

Configuracoes_5-6.indd S4:134 06-07-2010 09:57:10

A institucionalização das relações colectivas de trabalho, suportada na representação de interesses, pode conflituar com os sentimentos de identidade colectiva e de solidariedade forjados na acção colectiva, no conflito e na luta social, existindo uma tensão potencial entre a lógica dos dirigentes, suportada na delegação de poderes e negociando com actores representando interesses opostos, e a lógica da sua base sindical, pressionando para a reivindicação de melhores condições de trabalho. Os sindicatos enfrentam pois o desafio de, na negociação colectiva e no diálogo social tripartido, resolverem a tensão entre participação e protesto, diálogo e conflito social, encontrando respostas positivas para a questão colocada lucidamente por Porta (2006:91): pode a representação de interesses sobreviver, e progredir, sem a construção e fortalecimento de identidades colectivas e solidariedades partilhadas? É nossa convicção que não pode.

Se todos os actores – Governo, patrões e sindicatos – precisam da arena da concertação social para afirmarem a centralidade dos seus interesses e conquistarem capital institucional, a relativa estagnação e impasse que a caracteriza actualmente exige também que o poder político tenha uma intervenção que contrarie, e não acentue, a relação assimétrica existente entre capital e trabalho.

As profundas transformações verificadas no capitalismo, com a proeminência do sistema financeiro, a globalização e a intensa concentração do capital, estão a acentuar os desequilíbrios contra o mundo do trabalho, o que questiona a capacidade das democracias liberais de enfrentarem o desafio suscitado por esta crescente desigualdade.

Na tensão entre democracia política e soluções de tipo neocorporativo, como são as da concertação social tripartida, existem sinergias a aproveitar e não uma relação de soma zero (Crouch 2006:68-69). Uma questão central para o futuro da democracia política e das soluções neocorporativas é a seguinte: como combinar a responsabilidade face às aspirações populares com a capacidade de regulação da economia global? A resposta não está certamente em menos democracia política e em soluções mais autoritárias e centralistas, que acentuariam a corrupção, a arbitrariedade e a captura pelos interesses mais fortes (os económicos) no exercício do poder político. Também a abolição de soluções de tipo neocorporativo para o diálogo social tripartido entre capital, trabalho e poder político, nas circunstâncias económicas e sociais agravadas pela actual crise, poderia significar uma ainda maior exclusão e desequilíbrio em desfavor dos interesses mais desprotegidos – que nas condições da nossa época são os do mundo do trabalho.

A profunda crise sistémica do capitalismo evidenciada na actual recessão económica e financeira, como também nas crises ambiental, alimentar e energética, com a derrota das doutrinas neoliberais que constituíram nos últimos anos o credo inspirador das orientações políticas dominantes, abre também um desafio e uma oportunidade para a construção de soluções diferentes e novos

Configuracoes_5-6.indd S4:135 06-07-2010 09:57:10

caminhos, com a revalorização das funções sociais do Estado e com a sua maior intervenção e supervisão na economia.

Neste contexto, o necessário aprofundamento da democracia política pode interagir positivamente com a construção de soluções de diálogo social tripartido que equilibrem positivamente os interesses representados e não constituam principalmente, como se tem verificado na experiência portuguesa recente, uma câmara instrumentalizada de legitimação de políticas públicas originárias do poder político que não assumem sequer a necessidade de corrigir a relação assimétrica de forças entre os actores sindicais e económicos. Para isso, importará reter, da reflexão sobre o longo caminho percorrido pelas teorias e experiências do chamado neocorporativismo ancorado nas democracias liberais, não já as matrizes ideológicas originárias nem uma mítica harmonia de interesses que enterre a conflitualidade social, mas a inspiração para o desenvolvimento de processos políticos de negociação política tripartida e de representação dos interesses sociais mais relevantes como componente necessária do fortalecimento e renovação da democracia política e da produção de políticas públicas sustentáveis. E que desse modo contribuam para não dissolver nem diminuir, mas para revalorizar a centralidade do trabalho como componente decisiva duma democracia política, social e económica mais avançada.

Referências Bibliográficas

AVDAGIC, Sabina, RHODES, Martin e VISSER, Jelle (2005), *The Emergence and Evolution of Social Pacts: a Provisional Framework for Comparative Analysis,* European Governance Papers.

BOBBIO, Norberto *et al.* (2004), *Dicionário da Política*, Brasília: Editora Universidade de Brasília.

CERDEIRA, Maria da Conceição (2004), *Dinâmica de Transformação das Relações Laborais em Portugal,* col. Cadernos de Emprego e Relações de Trabalho, nº 2, Lisboa: DGERT.

CERDEIRA, Maria Conceição (1989), "Estratégias Sindicais na Concertação Social e Participação Sindical na Política Económica", in *Economia e Sociedade*, nº 1: 105-116.

CERDEIRA, Maria Conceição (1997), *A Evolução da Sindicalização Portuguesa de 1974 a 1995*, Lisboa: Direcção-Geral das Condições de Trabalho.

CES – Conselho Económico e Social (1996), *Actas do IV Encontro Internacional dos Conselhos Económicos e Sociais e Instituições similares (26-27/05/1995),* Lisboa: CES.

CES – Conselho Económico e Social (1996), *O Conselho Económico e Social: Legislação e Composição*, Lisboa: CES.

CES – Conselho Económico e Social (1996), *Estudos sobre Conselhos Económicos e Sociais*, Lisboa: CES.

Comissão Permanente de Concertação Social (2000), *Metodologia para a Nova Fase da Concertação Social (Documento de Progresso)*, Lisboa.

CGTP-IN (2006), *Por uma Política de Desenvolvimento para o País – Política Reivindicativa da CGTP-IN para 2007*, Lisboa: CGTP-IN.

CGTP-IN (2007), *Apreciação da CGTP-IN sobre o Livro Verde*, Lisboa.

CGTP-IN, *Relatório de Actividades da CGTP ao VI Congresso 1986/1989*.

CGTP-IN, *Programa de Acção 2004 e Programa de Acção 2008*.

COMISSÃO EUROPEIA (2006), *Industrial Relations in Europe 2006*, pp. 25-31.

Configuracoes_5-6.indd S4:136 06-07-2010 09:57:10

COMISSÃO do Livro Branco das Relações Laborais (2007), *Livro Branco das Relações Laborais*, Lisboa: MTSS.

COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E FAMÍLIA da Assembleia da República (1995), *Democracia, Tripartismo e Concertação Social: Comemorações do 75º Aniversário da OIT e do 50ºAniversário da Declaração de Filadélfia* (colóquio parlamentar), Lisboa: Assembleia da República.

CORREIA, António Damasceno (2003), *A Concertação Social em Portugal*, Lisboa: Vega Editora.

COSTA, Hermes (1994), "A Construção do Pacto Social em Portugal" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 39: 119-146, Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

COSTA, Hermes Augusto (2008), *Sindicalismo Global ou Metáfora Adiada? Discursos e Práticas Transnacionais da CGTP e da CUT,* Porto: Edições Afrontamento/Centro de Estudos Sociais.

CROUCH, Colin (2000), "Reinventing the social pact: scenarios and requirements", in Presidência da República (org.) *A Reforma do Pacto Social*, Lisboa: IN-CM.

CROUCH, Colin (2006), "Neocorporatism and Democracy", *in* Crouch e Streeck (orgs), *The Diversity of Democracy – Corporatism, Social Order and Political Conflict*: 46-70, Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

CROUCH, Colin e STREECK Wolfgang (2006), *The Diversity of Democracy – Corporatism, Social Order and Political Conflict*, Cheltenham: Edward Elgar Publishing.

DGEEP/MTSS (2007) – *Boletim Estatístico*, Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento.

DGEEP/MTSS, *Greves – Séries Cronológicas (1986-2004)*, Lisboa.

EIRO – European Industrial Relations Observatory, *Trade Unions Membership 1993-2003*, Dublin: EIRO.

EIRO – European Industrial Relations Observatory (2008), *Industrial Relations Developments in Europe 2007*, Dublin: EIRO.

ESTANQUE, Elísio, FERREIRA, António Casimiro, SILVA, Manuel Carvalho da, PROENÇA, João (2002), "Dossier: Sindicalismo Português", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 62, Coimbra.

ESTANQUE, Elísio *et al.* (org.) (2004), *Relações Laborais e Sindicalismo em Mudança,* Coimbra: Quarteto.

EUROPEAN FOUNDATION FOR THE IMPROVEMENT OF LIVING AND WORKING CONDITIONS (2007), *Fourth European Working Conditions Survey,* Luxemburgo.

EUROPEAN FOUNDATION FOR THE IMPROVEMENT OF LIVING AND WORKING CONDITIONS (2008), *Industrial Relations Developments in Europe 2007*, Dublin.

ETUI, *Benchmarking Working Europe 2007* e 2008.

FERREIRA, António Casimiro e MARQUES, Maria Manuel Leitão (1991), "A concertação económica e social: a construção do diálogo social em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 31: 11-41, Coimbra.

FERREIRA, António Casimiro (2007), *Impacto da Negociação Colectiva na Regulamentação do Mercado de Trabalho*, Colecção Cogitum nº 24, Lisboa: DGEEP-MTSS.

FERREIRA, António Casimiro (2004), "Diálogo Social – Notas de Reflexão a partir da experiência portuguesa e europeia" *in* Estanque *et al* (org), *Relações Laborais e Sindicalismo em Mudança*: 75-97, Coimbra: Quarteto.

FAJERTAG, Giuseppe e POCHET, Philippe (org.) (2000), *Social Pacts in Europe – New Dynamics*, Bruxelas: ETUI/OSE.

GRAWITZ, Madeleine e LECA, Jean (dir.) (1985), "Les Politiques Publiques" (vol. 4) *in Traité de Science Politique*, Paris: Presses Universitaires de France.

HANCKÉ, Bob e RHODES, Martin (2005), "EMU and Labor Market Institutions in Europe – The Rise and Fall of National Social Pacts", *Work and Occupations,* vol. 32, 2: 196-228.

HYMAN, Richard (2001), *Understanding European Tradeunionism – Between Market, Class & Society*, Londres: Sage Publications.

HYMAN, Richard (1997), "La géométrie du syndicalisme – Une analyse comparative des identités et des ideologies", *Relations Industrielles/Industral Relations*, vol. 52, nº 1.

HYMAN, Richard (2005), "Shifting Dynamics in International Trade Unionism: Agitation, Organisation, Bureaucracy, Diplomacy", *Labor History*, vol. 46, nº 2, Routledge.

INE (2008), *Anuário Estatístico de Portugal 2007*, Lisboa: INE.

INE (2008), *Indicadores Sociais 2007,* Lisboa: INE.

ISHIKAWA, Junko (2003), *Key Features of National Social Dialogue: a Social Dialogue Resource Book*, Genebra: OIT.

LEÃO XIII (1967[1891]), *Rerum Novarum,* Lisboa: União Gráfica.

LEITE, Jorge (1999), "Algumas notas sobre a concertação social", *Questões Laborais*, nº 14, Coimbra Editora.

LEHMBRUCH, Gerhard (1979), "Consociational Democracy, Class Conflict and the New Corporatism" *in* P. Schmitter e G. Lehmbruch (orgs), *Trends Toward Corporatist Intermediation*: 53-62, Londres: Sage Publications.

LEHMBRUCH, Gerhard (1979), "Liberal Corporatism and Party Government" *in* P. Schmitter e G. Lehmbruch (orgs), *Trends Toward Corporatist Intermediation*: 147-184, Londres: Sage Publications, pp.

LIMA, Maria da Paz Campos e NAUMANN, Reinhard (2000), "Pactos Sociais em Portugal: da legitimação de projectos políticos globais a negociação de reformas de "relações industriais"?", *IV Congresso Português de Sociologia*.

LIMA, Maria da Paz Campos (2004), *Relações colectivas de trabalho e flexibilidade ofensiva nos anos 90 em Portugal* (Tese de Doutoramento), Lisboa: ISCTE.

LIMA, Marinús Pires (2000), "Reflexões sobre a Negociação Colectiva e a Concertação Social em Portugal" *in* Presidência da República (org.), *A Reforma do Pacto Social,* Lisboa: IN-CM.

LUCENA, Manuel de (1985), "Neocorporativismo? – Conceito, interesses e aplicação ao caso português", *Anaáise Social,* III Série, nº 87-88-89: 819-865*,* Lisboa: ICS.

MARQUES, Fernando (2004), *União Económica e Monetária e negociação colectiva*, Lisboa: (policopiado).

MARTINS, Hermínio (1998), *Classe, status e poder*, Lisboa: ICS.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL (2006), *Livro Verde sobre as Relações Laborais*, Lisboa: MTSS.

MIRANDA, Jorge (1999), "Conselho Económico e Social e Comissão de Concertação Social", *Questões Laborais*, nº 14, Coimbra: Coimbra Editora.

MOLINA, Oscar e RHODES, Martin (2002), "Corporatism: The Past, Present and Future of a Concept", *The Annual Review of Political Science,* nº 5: 305-331.

MOREIRA, Vital (1999), "Neocorporativismo e Estado de Direito Democrático", *Questões Laborais,* nº 14, Coimbra: Coimbra Editora.

MOZZICAFREDO, Juan (2000), "O pacto social e as estratégias do sistema político", *in* Presidência da República (org.), *A Reforma do Pacto Social*, Lisboa: IN-CM.

MOZZICAFREDO, Juan (2002), "Políticas Públicas de Concertação Social: Cidadania e Mercado", *Sociedade e Trabalho*, nº 12/13, Lisboa.

NELSON, Barbara J. (1998), "Public Policy and Administration: An Overview" *in* E. Googin & Klingemann (orgs), *New Handbook of Political Science*: 551-592, Nova Iorque: Oxford University Press.

OFFE, Claus (2003), "The European Model of "Social" Capitalism: Can It Survive European Integration?", *The Journal of Political Philosophy*, vol. 11, nº 4; 437-649, Oxford: Blackwell.

PANITCH, Leo (1981), "Trade Unions and the Capitalist State", *New Left Review*, nº I/125: 21-43, (Jan-Fev), Londres.

PIMENTEL, José Menéres (2001), "Recomendação 54/A/2000", *in Relatório à Assembleia da República 2000*: 175-181, Lisboa: Provedoria da Justiça.

PIMENTEL, José Menéres (1998), *Relatório à Assembleia da República 1997*, Lisboa: Provedoria da Justiça.

PIMENTEL, José Menéres (1999), "Comunicação ao II Congresso Nacional do Direito do Trabalho", *in Relatório à Assembleia da República 1998*: 835-837, Lisboa: Provedoria da Justiça.

PIO XI (1965 [1931]), *Quadragesimo Anno,* S. Paulo: Edições Paulinas.

POCHET, Philippe (org.) (1999), *Monetary union and Collective Bargaining in Europe,* Bruxelas: P.I.E.-Peter Lang.

POCHET, Philippe e FAJERTAG, Giuseppe (s/d), "Une ère nouvelle pour les pactes sociaux en Europe" *in* G. Fajertag e P. Pochet (orgs), *La Nouvelle Dynamique des Pactes Sociaux en Europe*: 9-40, Bruxelas : P. I. E. – Peter Lang.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (org.) (2000), *Colóquio Internacional sobre a Reforma do Pacto Social,* Lisboa: IN-CM.
PROENÇA, João (2000), "Diálogo, negociação e concertação em Portugal: comentário", in Presidência da República (org.), *A Reforma do Pacto Social*, Lisboa: IN-CM.
PROENÇA, João (2007), "Os Sindicatos em Democracia", in *Finisterra* nº 58/59/60: 95-99, Lisboa.
ROYO, Sebastián (2001), "Still the Century of Corporatism? Corporatism in Southern Europe, Spain and Portugal in Comparative Perspective", *in Working Paper Series* 75, Center for European Studies.
SÁ, Luís (1995), "*O Discurso e a realidade. Neocorporativismo, contratualismo e os direitos de participação*", *Vértice*, nº 68, II Série, Lisboa.
SÁ, Luís (1999), "Concertação social e 'corporativismo selectivo'", in *Questões Laborais*, nº 14, Coimbra: Coimbra Editora.
SANTOS, Boaventura Sousa (2004), "Teses para a Renovação do Sindicalismo em Portugal, seguidas de um Apelo" *in* Elísio Estanque, *Relações Laborais e Sindicalismo em Mudança*: 161-180, Coimbra: Quarteto.
SARMENTO, Cristina Montalvão (2003), "Políticas Públicas e Culturas Nacionais", *in Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. XVI-XVII, Lisboa: Centro de História da Cultura da UNL.
SARMENTO, Cristina Montalvão (2001), "Políticas públicas: o espelho da política – Conjecturas de ordem" *in A Reforma do Estado em Portugal*: 642-658, Lisboa: Editora Bizâncio.
SCHMITTER, Philippe C. (1999), *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa: ICS.
SCHMITTER, Philippe C. (1979), "Still the Century of Corporatism?" *in Trends Toward Corporatist Intermediation*: 7-52, Londres: Sage Publications, Londres.
SCHMITTER, Philippe C. (1979), "Modes of Interest Intermediation and Models of Societal Change in Western Europe" *in Trends Toward Corporatist Intermediation*: 63-94, Londres: Sage Publications.
SCHMITTER, Philippe C. (1985), "Neocorporatismo y Estado", *Revista Española de Investigaciones Sociologicas,* 31: 47-78.
SCHMITTER, Philippe C. e GROTTE, Jurgen R. (1997)," The Corporatist Sisyphus: Past, Present and Future", *EUI Working Paper SPS,* nº 97/4, Florença: Instituto Universitário Europeu.
SCHMITTER, Philippe C. e LEHMBRUCH, Gerhard (org.) (1979), *Trends Toward Corporatist Intermediation*, Londres: Sage Publications.
SILVA, Manuel Carlos (1989), "Economia, campesinato e 'Estado Novo'", *Ler História*, 15: 111-155.
SILVA, Manuel, Carvalho da (1999), "O sistema de concertação social, o diálogo social e a negociação colectiva em Portugal e o risco da sua corporativização", *Questões Laborais*, nº 14, Coimbra Editora.
SILVA, Manuel Carvalho da (2000), "A reforma do pacto social", *in* Presidência da República (org.) *A Reforma do Pacto Social*, Lisboa: IN-CM.
SILVA, Manuel Carvalho da (2007), *Trabalho e Sindicalismo em Tempo de Globalização – Reflexões e Propostas*, Lisboa: Círculo de Leitores/Temas e Debates.
STOLEROFF, Alan D. (2004), "Os Sindicatos e o Estado pós 1974 – O Neocorporativismo e a Luta de Classes", A *Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Vol. II: 129-143, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia e Editora Fragmentos.
STREECK, Wolfgang (1993), "The Rise and Decline of Neocorporatism" *in* Lloyd Ulman *et al*., *Labor and Integrated Europe: 80-99,* Washington D. C.: The Brookings Institution.
TAPIA, Jorge Ruben B. e GOMES, Eduardo R. (2002), *Concertações Sociais, Integração Europeia e Reforma da regulação Social: redefinindo a agenda clássica do neocorporativismo?*, Niterói: 3º Encontro Nacional da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política.
THOENIG, Jean Claude (1985), "L'Analyse des politiques publiques" *in* Madeleine Grawitz & Jean Leça (dir.), *Traité de Science Politique*, vol. 4: 1-60, Paris : PUF.
TOMLINSON, Jim (1985), "Corporatismo: una sociologizacion adicional del marxismo», *Revista Española de Investigaciones Sociologicas*, 31: 105-117.
UGT (2007), *Balanço da Contratação Colectiva 2006*, Lisboa.
UGT (2004), *Programa de Acção* (IX Congresso), Lisboa.

WADDINGTON, Jeremy (2005), "La Syndicalisation en Europe", *in Documents de Travail pour l'Université d'été de la CES*, ETUI-REHS Research Department.
WATERMAN, Peter (2004), "O Internacionalismo Sindical na Era de Seattle" *in* Elísio Estanque, *Relações Laborais e Sindicalismo em Mudança*: 209-246, Coimbra: Quarteto.
WIARDA, Howard (1977), *Corporatism and Development. The Portuguese Experience*, Massachussets: The University of Massachussets Press.
WILLIAMSON, Peter J. (1989), *Corporatisme in Perspective – An Introductory Guide to Corporatist Theory*, Londres: Sage Publications.
YRUELA, Manuel Perez e GINER, Salvador (1985), "Corporatismo: el estado de la cuestion", *Revista Española de Investigaciones Sociologicas,* 31: 9-45.

Recursos electrónicos:

www.ces.pt
www.cgtp.pt
www.dgeep.mtss.gov.pt
www.dgert.msst.pt
www.ilo.org/global
www.etuc.org
www.eurofound.europa.eu/eiro/
http://eesc.europa.eu/
www.ine.pt
www.ose.be/
www.ugt.pt

Anexo 1 – Mapa dos Acordos formais celebrados na Concertação Social 1986/2008

Ano	Acordo	Parceiros Sociais que subscreveram os Acordos						
		CGT-IN	UGT	CIP	CAP	CCP	CPT	Governo (Partido e 1º Ministro)
1986	Recomendações sobre a Política de Rendimentos para 1987		■	■	■	■		X Governo – PSD – Cavaco Silva
1988	Acordo sobre Política de Rendimentos para 1988		■		■	■		XI Governo – PSD – Cavaco Silva
1990	Acordo Económico e Social 1990		■	■		■		XI Governo – PSD – Cavaco Silva
1991	Acordo de Política de Formação Profissional 1991		■	■		■		XI Governo – PSD – Cavaco Silva
1991	Acordo de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho 1991		■	■		■		XI Governo – PSD – Cavaco Silva
1992	Acordo de Política de Rendimentos para 1992		■	■	■	■		XII Governo – PSD – Cavaco Silva
1996	Acordo de Concertação Social de Curto Prazo		■	■	■	■		XIII Governo – PS – António Guterres
1996	Acordo de Concertação Estratégica 1996-1999		■	■	■	■		XIII Governo – PS – António Guterres
2001	Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação	■	■	■	■	■		XIV Governo – PS – António Guterres
2001	Acordo sobre Condições de Trabalho, Higiene e Segurança no Trabalho e Combate à Sinistralidade Laboral	■	■	■	■	■		XIV Governo – PS – António Guterres
2001	Acordo sobre Modernização da Protecção Social	■	■		■	■		XIV Governo – PS – António Guterres
2001	Acordo sobre Introdução de Limites Opcionais às Contribuições para o Sistema de Repartição		■		■	■		XIV Governo – PS – António Guterres
2005	Acordo Bilateral visando a Dinamização da Contratação Colectiva	■	■	■	■	■	■	Durante XVII Governo – PS – José Sócrates
2006	Acordo Bilateral sobre a Formação Profissional	■	■	■	■	■	■	Durante XVII Governo – PS – José Sócrates
2006	Acordo sobre as Linhas Estratégicas da Reforma da Segurança Social		■	■	■	■	■	XVII Governo – PS – José Sócrates
2006	Acordo sobre a Reforma da Segurança Social		■	■	■	■	■	XVII Governo – PS – José Sócrates

Configuracoes_5-6.indd S4:141 06-07-2010 09:57:10

2006	Acordo sobre a Fixação e Evolução da RMMG							XVII Governo – PS – José Sócrates
2007	Acordo para a Reforma da Formação Profissional							XVII Governo – PS – José Sócrates
2008	Acordo para um Novo Sistema de Regulação das Relações Laborais, das Políticas de Emprego e da Protecção Social							XVII Governo – PS – José Sócrates
Número de acordos tripartidos assinados por cada parceiro social, além do Governo		**4**	**17**	**14**	**14**	**17**	**5**	

Entre cá e lá. Notas de uma pesquisa sobre a emigração para Espanha de operários portugueses da construção civil[1]

Bruno Monteiro[*] e João Queirós[*]

Resumo

Entre outras consequências, a conjuntura recente da economia portuguesa – que se tem caracterizado por baixos níveis de investimento e crescimento, perda de dinamismo empresarial, designadamente nos sectores tradicionais, elevadas taxas de desemprego e degradação do poder de compra – tem conduzido a importantes mudanças ao nível dos padrões de mobilidade da força de trabalho nacional.

Estas mudanças têm feito sentir-se com especial acuidade no Norte do país, onde o declínio das principais actividades industriais (madeiras e mobiliário, têxteis e vestuário, calçado), muito pressionadas pela concorrência internacional, associado à própria situação regressiva da construção civil, tem feito elevar significativamente as taxas de desemprego. Em consonância com este facto, vem-se registando nos últimos anos um alargamento da área de inserção profissional dos trabalhadores residentes na região e mesmo um recrudescimento dos fluxos emigratórios, geralmente de cariz sazonal ou "pendular" (semanal ou quinzenal) e direccionados sobretudo para Espanha.

Partindo da análise do caso particular da construção civil, sector de actividade que ocupa a larga maioria destes migrantes, e recrutando elementos recolhidos através de entrevista e de observação directa – a pesquisa incluiu já um período durante o qual os seus autores puderam acompanhar *in loco* o

[*] Investigador do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Doutorando em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. E-mail: bmonteiro@fpce.up.pt.

[**] Investigador do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutorando em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. E-mail: jqueiros@letras.up.pt.

[1] A pesquisa em causa recruta elementos decorrentes das investigações que têm vindo a ser realizadas pelos autores, separadamente, em duas colectividades locais do Noroeste Português (Rebordosa, no concelho de Paredes, e Fonte Arcada, no concelho de Penafiel) e do trabalho de observação que os mesmos desenvolveram, no início de 2008, junto de um grupo de operários da construção civil portugueses instalado em O Carballiño, Galiza, Espanha.

Configuracoes_5-6.indd S5:143 06-07-2010 09:57:10

quotidiano de um grupo de operários da construção civil portugueses em O Carballiño, Galiza, Espanha –, procura-se com este artigo apresentar alguns resultados de uma pesquisa em curso que pretende estudar, por um lado, o modo como se constroem as disponibilidades para a migração e, por outro, os aspectos vivenciais e as consequências pessoais e colectivas (designadamente familiares e relacionais nas colectividades de origem) deste *deslocamento contínuo* que caracteriza a vida de milhares de trabalhadores portugueses.

Palavras-chave: Migrações; condição operária; construção civil; Espanha; precarização.

PARTE I

Do «surto imigratório» ao «regresso da emigração», com a «crise» como pano de fundo

1. Introdução

Quando, em 2001, os dados do recenseamento geral da população confirmaram a década de 1990 como período de relevante crescimento da população residente em Portugal – crescimento quase inteiramente explicado por um saldo migratório positivo apenas comparável com o registado na década de 1970, altura em que o país assistiu a um volume de entradas na ordem dos 700 mil indivíduos, na sua maioria oriundos das ex-colónias portuguesas em África –, os defensores da ideia de que Portugal passara de «país de emigração» a «destino de imigração» puderam finalmente juntar informação estatística devidamente validada à análise da mudança do perfil migratório português que o mosaico étnico e social em transformação nos principais centros urbanos do país vinha sugerindo estar a acontecer.

Os dados então publicados permitiram medir com rigor a dimensão desta transformação: entre 1991 e 2001, Portugal registou um volume líquido de imigração superior a 400 mil indivíduos, a larga maioria dos quais proveniente dos países africanos de língua oficial portuguesa, do Brasil e da Europa de Leste, área que, não sem alguma surpresa, dada a novidade e inusitada intensidade dos fluxos de imigrantes dela originários, passou a figurar como um dos principais espaços de fornecimento à economia portuguesa de força de trabalho estrangeira.

O crescimento da população estrangeira a residir e a trabalhar em Portugal foi particularmente expressivo na segunda metade da década de 1990 e nos pri-

Configuracoes_5-6.indd S5:144 06-07-2010 09:57:10

meiros anos da presente década (Quadro 1), período durante o qual o volume de emprego nacional e a economia portuguesa como um todo cresceram a ritmos superiores ao ritmo médio dos países europeus. Beneficiando da baixa inflação e das baixas taxas de juro – que favoreceram o recurso ao crédito, conduzindo ao aumento do consumo privado e do investimento empresarial –, do momento positivo de alguns sectores de actividade, com realce para a construção civil, e do contributo de importantes investimentos em realizações de iniciativa pública (Expo'98 e Ponte Vasco da Gama, Capital Europeia da Cultura 2001, Campeonato Europeu de Futebol 2004), o crescimento económico e o aumento do volume de emprego a que Portugal assistiu no período em apreço (Quadro 2), a que se liga a alteração do perfil migratório português então registada, ajudaram a alimentar a tese segundo a qual o país estaria a assistir ao fim do grande ciclo emigratório da sua história contemporânea, cuja fase áurea tivera lugar entre 1960 e 1973.

Completada a sua transição demográfica – o crescimento natural do país foi de 3,2% entre 1981 e 1991 e de 0,8% entre 1991 e 2001 –, Portugal deixara de confrontar-se com a tradicional pressão para a emigração decorrente do desfasamento entre o crescimento populacional e o crescimento dos recursos disponíveis, designadamente em matéria de emprego. Por outro lado, as expectativas de mobilidade social pareciam agora mais «realizáveis» no território nacional. O crescimento económico não só contribuía para desmobilizar projectos de mobilidade social associados a percursos emigratórios, como criava mesmo necessidades de uma imigração própria, facto até então desconhecido em Portugal (Peixoto, 1993a: 854-855).

Quadro 1 População estrangeira residente em Portugal

	População Estrangeira Residente em Portugal									
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Total (Milhares)	172,9	175,3	177,8	190,9	207,6	360,8	423,8	444,6	469,1	432,0
Var. Anual (%)	–	1,4	1,4	7,4	8,7	73,8	17,5	4,9	5,5	-7,9

Fonte: OCDE, *International Migration Outlook*, 2007.

A quebra da importância dos fluxos emigratórios, tanto em termos absolutos, como, sobretudo, por comparação com a importância crescente da imigração, aliada à ausência de informação estatística fidedigna sobre a evolução da emigração portuguesa ao longo da década de 1990, contribuiu decisivamente para que o tema fosse progressivamente elidido não apenas do campo das preo-

Configuracoes_5-6.indd S5:145 06-07-2010 09:57:10

cupações políticas, geralmente muito influenciável por alterações de conjuntura, mas também da própria esfera da indagação académica, que passou a centrar atenções no estudo da situação das comunidades imigrantes no nosso país.

Números recentemente divulgados apontam, entretanto, para a circunstância de, mesmo no período em que a imigração foi mais intensa, entre 1997 e 2002, Portugal não ter deixado de constituir um ponto de partida de fluxos migratórios com significativa expressão quantitativa. De acordo com o *International Migration Outlook*, publicado em 2007 pela OCDE, o número de portugueses a viver no estrangeiro não só não diminuiu nos anos de transição entre a anterior e a presente década, como há registo de surpreendentes crescimentos de comunidades portuguesas instaladas em alguns países europeus. A população portuguesa a viver no Reino Unido, por exemplo, mais que triplicou entre 1997 e 2002, passando de 27 mil indivíduos, no princípio do período, para 85 mil indivíduos, no seu término (OCDE, 2007a).

Esta ideia é corroborada pela confrontação entre os valores da população residente e da população efectivamente presente no país no momento de realização do censo de 2001, que dá conta de uma diferença de quase 208 mil indivíduos, a maioria certamente ausente do território nacional por se encontrar envolvida em percursos emigratórios de carácter temporário (INE, 2001).

Não obstante estes números, a verdade é que o «surto imigratório» registado em finais da década de 1990 veio alterar, de forma inédita, o pendor da balança migratória portuguesa, aparecendo a muitos como o corolário de um ciclo que, acompanhando o progresso económico do país, se estaria finalmente a «fechar», com o regresso a Portugal de muitos emigrantes e a importação de volumes crescentes de mão-de-obra estrangeira[2].

[2] A noção de «ciclo migratório» é habitualmente usada para descrever a trajectória «esperada» de um dado território, geralmente um país, em matéria de migrações. De acordo com o modelo, essa trajectória desenrola-se geralmente ao longo de cinco fases sucessivas, cada qual supondo um determinado patamar de desenvolvimento económico e social e um específico perfil de fluxos migratórios. A primeira fase do ciclo é a da *saída*. Nesta fase, o desfasamento entre população (crescente) e emprego (limitado), a que muitas vezes se acrescentam outros factores económicos e/ou políticos «repulsivos», encontra correspondência numa elevada taxa de emigração. A fase de *saída* pode ser mais ou menos prolongada e o volume de emigrantes mais ou menos elevado ao longo do tempo. Em Portugal, por exemplo, as saídas atingiram intensidades máximas nas décadas de 1950 e 1960, mas desde pelo menos o início do século XIX que vinham sendo importantes. À fase da *saída* sucede a fase do *ajustamento*. Ajustamento das famílias com membros emigrados, que passam a assumir a emigração como elemento central das suas trajectórias, em muitos casos começando a programar o processo de reagrupamento familiar, e ajustamento das economias locais, por exemplo, através da intensificação da participação das mulheres no mercado de trabalho, da mecanização da agricultura ou da especialização em sectores de actividade menos consumidores de mão-de-obra. A terceira fase do ciclo migratório é a de *consolidação*. Nesta fase, os fluxos migratórios tendem a estabilizar, não obstante o crescimento da importância dos movimentos de reagrupamento familiar. O volume de remessas dos emigrantes para os países de origem aumenta, contribuindo para a melhoria das condições de vida das respectivas famílias. A competitividade das economias dos países de partida pode, porém, ressentir-se, na medida em que a maior liquidez resultante das remessas dos emigrantes tende a contribuir para o aumento da inflação e para a valorização da moeda, prejudicando as exportações. À *consolidação* segue-se uma fase em que o *estabelecimento de redes* [*networking*] adquire grande centralidade. Os emigrantes estão agora mais bem integrados nas comunidades de destino e começam a reconstruir laços com as comunidades de origem. É nesta fase que se estabelecem aquilo que Maria Beatriz Rocha-Trindade (1976) designa por «comunidades dipolares»: por um lado, estabelecem-se, nas regiões de destino, redes

Configuracoes_5-6.indd S5:146 06-07-2010 09:57:10

A «crise», porém, depressa viria abalar esta convicção, ao recolocar a emigração no centro das estratégias de reprodução de milhares de famílias portuguesas[3].

2. «Parece que a emigração está outra vez a dar». O fechamento do horizonte de possibilidades de integração profissional e o reinício de um movimento que muitos julgavam encerrado

Ao revelar a natureza fundamentalmente conjuntural do invulgar crescimento da imigração registado nos anos precedentes, a degradação da situação económica do país no período posterior a 2001 e o forte aumento do desemprego que, desde então, se tem feito sentir vieram salientar a precipitação das análises que haviam tomado como dado adquirido a passagem de Portugal de «país de emigração» a «destino de imigração». Em certos casos, terão sido abusivamente generalizadas ao conjunto do país as conclusões de estudos sobre migrações internacionais centrados no caso muito específico da Região de Lisboa e Vale do Tejo; noutros casos, as análises não terão conseguido resistir à sedutora e politicamente confortante ideia de um «salto» português em matéria

de relacionamentos entre compatriotas que asseguram funções tão diversas como a resolução de problemas burocráticos, a superação de situações de desemprego, a guarda dos filhos ou o lazer; por outro lado, retomam-se e reforçam-se as ligações com as colectividades de origem, por exemplo, através da reactivação de associações locais, da criação de centros comunitários ou do sempre relevante e colectivamente vivido processo de construção de casa na terra natal. A última fase do *ciclo migratório* de um país ou região é a do *regresso*. O regresso dos emigrantes originais é muitas vezes acompanhado pelo regresso dos seus descendentes. Nesta fase, é também possível que o país de origem destes emigrantes que regressam se torne um destino de imigração. O modelo do *ciclo migratório* não se aplica igualmente a todas os países e regiões, podendo verificar-se salto ou sobreposição de etapas, reversão da sua sequencialidade típica ou interrupção do processo num dos seus momentos intermédios. O caso português e, em particular, a evolução recente do perfil migratório do país, é um bom exemplo do que acaba de se afirmar. Para uma descrição mais desenvolvida da noção de «ciclo migratório», cf. OCDE (2007b).

[3] A ideia de que Portugal «deixou de ser um país de emigração e passou a ser um país de imigração», porventura o lugar-comum mais vezes repetido a propósito da evolução do perfil migratório português ao longo da última década e meia, continua, não obstante a diminuição recente do número de estrangeiros que procuram o nosso país para trabalhar e o significativo aumento das migrações internacionais protagonizadas por portugueses, a ser muito incidente, mesmo no discurso daqueles que, em Portugal, mais de perto lidam com o fenómeno migratório. Ainda no final de 2007, quando participávamos num *workshop* sobre «emigração e imigração em Portugal», ouvíamos um inspector do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do distrito de Viseu começar a sua intervenção dizendo que, «como todos sabíamos», Portugal «deixara de ser um país de emigrantes e passara a ser um país de imigrantes». Apesar de os participantes no evento serem, na sua maioria, jovens dos PALOP envolvidos num projecto de acolhimento de estudantes estrangeiros, promovido por uma escola profissional local, facto que talvez tenha sugestionado o inspector do SEF, a verdade é que a afirmação sobre a transformação de Portugal num «país de imigração» não só não encontrava correspondência nos dados apresentados – que davam conta de uma tendência de diminuição do número de entradas de estrangeiros no nosso país depois de 2005 –, como aparecia em total contradição com o que, nos últimos tempos, e, em especial, no distrito de Viseu – um dos contextos territoriais onde a emigração para Espanha de operários da construção civil assume actualmente maiores proporções, afectando com particular relevo os concelhos mais deprimidos da margem sul do Douro, como Resende, Cinfães, Castro Daire ou Tarouca –, voltara a ser «notícia» em matéria de migrações. As razões deste desfasamento entre discurso e realidade não estão plenamente estudadas, mas são óbvias as suas implicações políticas, desde logo porque o desfasamento em causa representa, se não uma leitura distorcida, pelo menos uma leitura parcial da evolução económica e social recente do país.

Configuracoes_5-6.indd S5:147 06-07-2010 09:57:10

de desenvolvimento, que estaria a fazer convergir o país com as economias mais desenvolvidas, importadoras de mão-de-obra.

Seja como for, a verdade é que muito do que se disse sobre as mudanças operadas no perfil migratório português e as perspectivas de evolução das migrações internacionais com origem em, ou destino a, Portugal acabou por reflectir, quando não um desejo (*wishful thinking*?), uma visão parcelar e momentânea da realidade, mais do que uma reflexão crítica e distanciada sobre a evolução estrutural da economia e sociedade portuguesas.

Desde 2002, com a economia portuguesa a crescer a níveis irrisórios e o desemprego a aumentar de forma muito significativa, não só tem o país visto diminuir progressivamente a sua atractividade face aos movimentos imigratórios – como revelam os dados do supramencionado estudo da OCDE, que apontam para uma diminuição da população estrangeira a residir em Portugal na ordem dos 8% entre 2004 e 2005 (Quadro 1) –, como se assiste à retoma, com renovada e, de certo modo, surpreendente intensidade, do fenómeno da emigração, que mais uma vez parece funcionar como «válvula de escape» para milhares de trabalhadores sem emprego ou sem perspectivas de realização, no território nacional, das suas expectativas de mobilidade social.

Sem querer negar a complexidade das relações entre os múltiplos factores na base da decisão de emigrar – decisão que envolve sempre a interacção muito difícil de reconstituir do ponto de vista analítico entre *condicionalismos estruturais* (conjuntura económica e níveis de desemprego, situação dos mercados de emprego locais, diferencial de rendimento entre regiões de origem e de destino, políticas de imigração destas últimas), *dinâmicas familiares* (dimensão do grupo doméstico, volume de rendimentos disponível, estratégias face à escolarização dos membros mais novos, rupturas de diversa ordem) e *projectos individuais*, e deixando para a segunda parte deste artigo a análise sobre o modo concreto como, em contextos socioeconómicos específicos, se criam e reproduzem as disposições para a migração –, parece adequado perspectivar o crescimento recente dos fluxos migratórios com origem no território português como manifestação das persistentes fragilidades do país em matéria de desenvolvimento, tanto no que respeita ao seu posicionamento no sistema económico internacional, como no que respeita ao nível de coesão regional interna.

Se, aceitando a sugestão de Peixoto (1993b: 858), nos questionarmos, a partir da análise dos movimentos migratórios portugueses recentes, sobre qual é o estatuto do nosso país no plano internacional, então teremos de concordar que Portugal mantém, em grande medida, a sua condição de semiperiferia europeia fornecedora de mão-de-obra desqualificada para os países mais desenvolvidos. A reprodução da condição semiperiférica do nosso país traduz, de resto, a disparidade, aprofundada nos últimos anos, entre os ritmos de crescimento económico, os níveis de rendimento e poder de compra e o movimento de qualificação da força de trabalho em Portugal e na União Europeia (Quadro 2).

Configuracoes_5-6.indd S5:148 06-07-2010 09:57:10

Configuracoes_5-6.indd 55:149

Quadro 2 Evolução dos principais indicadores económicos

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Taxa de crescimento anual do PIB (%)												
União Europeia (27)	-	3,0	3,0	3,9	2,0	1,2	1,3	2,5	2,0	3,1	2,9	2,0
União Europeia (15)	-	3,0	3,0	3,9	1,9	1,2	1,2	2,3	1,8	2,9	2,7	1,7
Espanha	-	4,5	4,7	5,0	3,6	2,7	3,1	3,3	3,6	3,9	3,7	2,2
Portugal	-	4,9	3,8	3,9	2,0	0,8	-0,8	1,5	0,9	1,4	1,9	1,7
PIB per capita em PPC (UE 27 = 100)												
União Europeia (27)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-
União Europeia (15)	115,5	115,4	115,3	115,2	114,8	114,3	113,7	113,2	112,7	112,1	111,6	-
Espanha	93,3	95,3	96,3	97,3	98,1	100,5	101,0	101,0	102,6	104,7	106,6	-
Portugal	76,1	76,6	78,3	78,0	77,3	77,0	76,7	74,6	75,2	74,3	74,6	-
Investimento das empresas (FBCF em % PIB)												
União Europeia (27)	-	17,8	18,1	18,4	17,8	17,3	17,0	17,2	17,7	18,2	18,7	-
União Europeia (15)	17,1	17,6	17,9	18,2	17,7	17,2	17,0	17,2	17,7	18,2	18,6	-
Espanha	18,7	19,8	21,2	22,7	22,7	22,7	23,6	24,7	25,8	26,9	27,2	-
Portugal	20,7	22,5	22,8	23,3	22,6	21,4	19,8	19,5	19,3	19,3	19,5	-
Taxa de desemprego (%)												
União Europeia (27)	-	-	-	8,7	8,5	8,9	9,0	9,0	8,9	8,2	7,1	-
União Europeia (15)	9,8	9,3	8,5	7,7	7,2	7,6	7,9	8,1	8,1	7,7	7,0	-
Espanha	16,7	15,0	12,5	11,1	10,3	11,1	11,1	10,6	9,2	8,5	8,3	-
Portugal	6,7	5,0	4,5	4,0	4,1	5,1	6,4	6,7	7,7	7,8	8,1	-

Fonte: Eurostat, *Structural Indicators*. Informação disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/.

Nota: A taxa de crescimento anual do PIB para 2008 corresponde a uma estimativa. A evolução recente da conjuntura económica mundial obrigou já a uma revisão em baixa dos valores deste indicador.

06-07-2010 09:57:10

No plano interno, por sua vez, as assimetrias inter-regionais em matéria de desenvolvimento explicam, por um lado, a distribuição extremamente desigual pelo território nacional dos pontos de origem dos fluxos migratórios e, por outro lado, o facto singular de Portugal ser, nos últimos anos, simultaneamente um país emissor e receptor de migrantes. Enquanto a Região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta um perfil marcadamente «europeu», figurando como pólo de atracção de migrantes – nacionais e estrangeiros –, vastas áreas das regiões menos desenvolvidas do país vêem acentuar-se a sua condição de bacias de fornecimento de mão-de-obra desqualificada para o crescimento urbano-industrial dos territórios com maiores índices de desenvolvimento – em Portugal e, cada vez mais, fora do país.

Está nesta situação grande parte da Região Norte, em particular a que fica situada para lá dos limites da Área Metropolitana do Porto. A contracção das actividades industriais tradicionais (têxteis, vestuário, calçado, madeiras e mobiliário), muito expostas à concorrência internacional, tem originado uma acentuada diminuição do volume regional de emprego (Quadro 3), ora em virtude da incorporação de tecnologia e da modernização dos processos produtivos, ora, mais frequentemente, na sequência do encerramento ou deslocalização de unidades produtivas. No mesmo sentido tem operado o declínio da importância das indústrias extractivas e, sobretudo, a quebra da vitalidade do sector da construção, tradicionalmente muito empregador[4].

De acordo com os dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional, os distritos de Aveiro, Porto e Braga – os mais afectados pelo aumento recente do desemprego – terão visto cerca de 90 mil pessoas perder os seus postos de trabalho entre 2000 e 2006[5].

O aumento do desemprego tem afectado com particular intensidade os fortemente industrializados Vales do Sousa e Ave, em especial os concelhos cujo perfil produtivo é mais especializado. Em Felgueiras, por exemplo, o número de desempregados multiplicou-se quatro vezes e meia entre 2001 e 2006 (terá passado de cerca de 1 000 para mais de 4 500 indivíduos); no mesmo período, o número de desempregados residentes em Paços de Ferreira mais que triplicou (de cerca de 750 para mais de 2 300 indivíduos).

[4] Segundo o INE, o índice de produção na construção e obras públicas (corrigido da sazonalidade) vem decaindo com bastante intensidade desde 2001: de 104,5, nesse ano, passou para 75,1, em 2007. A evolução recente do índice de emprego no sector acompanha inevitavelmente esta tendência: de 104,5, em 2001, passou para 80,3, em 2007. Trata-se de um excedente de mão-de-obra que parece ter encontrado na emigração a principal resposta para os seus problemas de integração no mercado de trabalho nacional.

[5] Cf. o artigo da jornalista Alexandra Figueira, «Porto, Aveiro e Braga com mais 90 mil sem trabalho desde 2000», publicado no Jornal de Notícias de 17 de Maio de 2006. Os dados do IEFP podem ser conferidos em http://www.iefp.pt.

Configuracoes_5-6.indd S5:150 06-07-2010 09:57:11

Quadro 3 Taxa de desemprego (1981-2001) e evolução recente do número de desempregados (2001-2006)

	Taxa de Desemprego (%)									Var. Desemprego (%)		
	1981			1991			2001			2001-2006		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
Portugal	4,1	11,8	6,8	4,2	8,9	6,1	5,2	8,7	6,8	36,0	35,0	35,4
Norte	5,1	12,0	7,7	3,8	6,5	5,0	5,2	8,6	6,7	66,2	82,0	75,1
AM Porto	4,8	11,9	7,6	4,7	7,7	6,0	6,8	9,4	8,0	54,2	60,2	57,4
Com. Urb. Vale do Sousa	4,0	16,3	7,7	2,6	5,1	3,5	2,9	5,6	4,1	142,3	154,3	149,3
Castelo de Paiva	4,6	11,0	6,5	5,0	17,4	9,3	4,5	13,6	8,3	52,9	129,2	104,9
Felgueiras	3,9	9,7	6,1	2,3	3,1	2,6	3,2	4,3	3,7	272,7	369,2	323,2
Lousada	4,5	20,0	9,4	2,1	2,5	2,3	2,9	4,5	3,6	126,2	143,3	135,3
Paços de Ferreira	3,2	16,3	7,1	1,7	3,3	2,3	2,1	3,6	2,7	208,3	206,4	207,3
Paredes	3,8	19,8	7,8	2,4	7,0	4,0	2,8	6,1	4,2	115,7	109,8	112,1
Penafiel	4,3	19,6	8,7	3,3	6,0	4,2	3,0	7,0	4,6	67,5	70,7	69,5

Fontes: INE – Portugal, *Recenseamentos Gerais da População*, 1981, 1991 e 2001. IEFP, *Desemprego Mensal Concelhio 2006* (informação disponível em http://www.iefp.pt).

Nota: A taxa de variação do desemprego entre 2001 e 2006 deve ser analisada como se de uma estimativa se tratasse, visto que INE e IEFP calculam de forma diferenciada o respectivo número de desempregados.

O fechamento do horizonte de possibilidades de inserção profissional, numa região onde a qualificação da mão-de-obra é, em média, bastante baixa, dificultando a reconversão de trajectórias e o acesso a sectores de actividade que não os tradicionais («em crise»), tem encontrado tradução no crescimento dos fluxos de saída do país, assim se compensando as debilidades do tecido produtivo regional, visivelmente incapaz, por um lado, de absorver a força de trabalho disponível e, por outro lado, de competir com alguns aspectos particularmente atractivos dos mercados de trabalho internacionais, designadamente em matéria salarial[6].

Vale a pena relembrar, a este propósito, que a degradação da situação económica e do emprego no nosso país no período posterior a 2001 foi contemporânea de movimentos inversos protagonizados por outras economias europeias,

[6] Quando confrontados com um pedido de reflexão sobre os principais motivos na base da sua decisão de emigrar, os trabalhadores portugueses empregados em Espanha que tivemos oportunidade de entrevistar mencionaram, quase invariavelmente, a conjugação destes dois factores: por um lado, as limitações à inserção profissional decorrentes da evolução recente do sistema de emprego regional (e nacional) e, por outro lado, as vantagens comparativas, sobretudo em termos salariais, da emigração («temos de ir ganhar o pão a algum lado», «mal por mal, mais vale lá fora, que sempre se ganha mais», «aqui não dá», «em Espanha compensa mais», «a diferença é entre ganhar quatrocentos por mês ou quatrocentos por semana», «se fosse em Lisboa era a mesma coisa, é só por dizer que estou noutro país» – e os exemplos de respostas poderiam prosseguir).

Configuracoes_5-6.indd S5:151 06-07-2010 09:57:11

o que veio favorecer o reforço da atractividade destas últimas enquanto espaços de acolhimento da força de trabalho portuguesa em situação de desemprego (efectiva ou potencial) ou em busca de melhor situação salarial. O caso espanhol é paradigmático do que acaba de se afirmar. Com efeito, os últimos dez anos foram, no país vizinho, de acentuado crescimento económico, de aumento do investimento das empresas e do consumo privado e de expansão do emprego (revejam-se os dados compilados no Quadro 2). Com um modelo de desenvolvimento assente, em larga medida, no sector imobiliário, um mercado de trabalho altamente segmentado (sendo a construção civil um exemplo acabado disso mesmo) e níveis remuneratórios muito superiores aos praticados em Portugal, não admira que Espanha depressa se tenha perfilado como um destino de eleição de milhares de trabalhadores portugueses confrontados com o fechamento do horizonte de possibilidades de integração profissional registado nos últimos anos no nosso país e, em particular, na Região Norte. As facilidades de deslocação proporcionadas pela melhoria dos meios de transporte e das vias de comunicação – que permite que trajectos outrora penosos se cumpram hoje em poucas horas e em condições de conforto bastante aceitáveis, fornecendo a oportunidade antes insensata, quando não impensável, de regresso a casa a cada fim-de-semana ou, pelo menos, uma vez por quinzena – são apenas mais um factor que ajuda a explicar a atractividade do país vizinho face aos fluxos migratórios com origem em Portugal.

Com a «crise» cá dentro e o «crescimento» lá fora, eis que a emigração volta «outra vez a dar»[7]. Para algumas famílias, numa região tradicionalmente habituada a contornar a «crise» através do recurso à emigração, a grande novidade talvez tenha sido o destino agora predominante – Espanha – e, bem assim, a possibilidade inédita de regressar a casa semanal ou quinzenalmente. Para outras, com activos habitualmente empregados na construção civil, a novidade foi a substituição da migração pendular interna pela migração pendular internacional. Para outras ainda, a emigração representou a adopção de uma estratégia de reprodução até então não experimentada – e possivelmente em divergência com trajectórias profissionais e percursos de mobilidade geográfica anteriores.

Se quisermos, entretanto, deter-nos um pouco mais detalhadamente na análise da evolução recente da emigração portuguesa, o primeiro aspecto a destacar é a ausência de informações que autorizem uma caracterização precisa da mesma. As limitações do sistema estatístico nacional, por um lado, e a geografia e morfologia complexas dos fluxos migratórios internacionais com origem no nosso país, por outro, tornam particularmente árdua a delimitação do fenó-

[7] Cf. a notícia do Jornal de Notícias de 2 de Dezembro de 2006, S/a, «Parece que a emigração está outra vez a dar».

Configuracoes_5-6.indd S5:152 06-07-2010 09:57:11

meno, o que, de certo modo, vimo-lo já, tem contribuído para a relativa elisão do tema da agenda política e das preocupações do campo académico[8].

Desde a década de 80, aliás, com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, a flexibilização do mercado de trabalho europeu e a consequente transformação das principais características da emigração – que passou a ser essencialmente temporária –, que é extremamente difícil definir com rigor o número de portugueses envolvidos em migrações internacionais. O próprio conceito de «emigração» reveste-se hoje de grande ambiguidade, na medida em que ora agrupa sob uma mesma designação realidades tão diversas como as da emigração «tradicional» (de carácter permanente), da emigração sazonal e das deslocações casa-trabalho transfronteiriças (de intensidade diária, semanal ou quinzenal), ora exclui do seu âmbito algumas destas modalidades de transferência geográfica de força de trabalho.

Alguns dados recentemente divulgados merecem, entretanto, que lhes dediquemos alguma atenção. Segundo a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, o número de portugueses a viver no estrangeiro não parou de aumentar ao longo dos últimos vinte anos: entre 1987 e 1997, o crescimento da comunidade portuguesa no estrangeiro aproximou-se dos 18% (passou de 3 934 450 para 4 631 482 indivíduos); entre 1997 e 2007, o crescimento foi menor, mas não deixou de ser significativo, rondando os 7% (de 4 631 482 para 4 948 057 indivíduos). Nesta última década, terão emigrado, em média, cerca de 30 mil portugueses por ano[9].

Desde 2002, em consequência da situação regressiva da economia portuguesa e do acentuado aumento do desemprego, as migrações internacionais com origem no nosso país têm visto o seu ritmo intensificar-se. A população portuguesa a viver no Reino Unido, por exemplo, passou de 58 mil indivíduos, em 2001, para 85 mil indivíduos, em 2002 (+47%), mantendo-se nesse patamar até 2005, ano dos últimos dados disponíveis. O crescimento dos imigrantes portugueses no período 2001-2005 foi também muito forte em Espanha (+40%, de 42 660 para 59 800 indivíduos), Suíça (+24%, de 135 500 para 167 300 indivíduos) e Luxemburgo (+13%, de 59 800 para 67 800 indivíduos). Há ainda registos de um aumento do número de imigrantes portugueses em países como

[8] Só recentemente – e, em boa medida, por efeito da visibilidade que crescentemente lhe tem sido concedida pelos *media* – voltou o fenómeno da emigração a integrar a agenda política nacional, tendo inclusivamente sido constituído, em meados de 2008, pela Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, em colaboração com o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, um *Observatório da Emigração*, com vista à superação das lacunas que se admite continuarem a existir no que respeita à avaliação qualitativa e quantitativa da emigração portuguesa. Em Maio de 2008, o Presidente do Conselho das Comunidades Portuguesas, Carlos Pereira, afirmava que, após uma visita à Córsega, ficara com a «sensação de um recuo no tempo», para a altura da «vaga de emigração de há 35 ou 40 anos atrás». Cf. o artigo da Lusa de 5 de Maio de 2008, S/a, «Conselho das Comunidades diz que há indicadores que apontam para aumento da emigração».

[9] Cf. as informações disponibilizadas pela Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas em http://www.secomunidades.pt.

Configuracoes_5-6.indd S5:153 06-07-2010 09:57:11

os Estados Unidos da América, Canadá, Bélgica, Holanda, Irlanda, Andorra e Angola (OCDE, 2007a).

Estes números tendem, entretanto, a sub-representar a verdadeira dimensão da emigração portuguesa, na medida em que são frequentemente incapazes de medir com rigor os valores da emigração temporária ou sazonal e das deslocações casa-trabalho transfronteiriças (aquilo a que chamamos *emigração pendular*). De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Norte, trabalhavam em Espanha, no início de 2007, só neste sector de actividade, mais de 70 000 portugueses, a maioria oriunda de concelhos do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, a maioria regressando a Portugal a cada fim-de-semana, semanal ou quinzenalmente[10]. Trata-se de um número que as organizações de trabalhadores e a comunicação social têm apresentado como estando em notório processo de crescimento desde, pelo menos, 2004 e que só agora parece eventualmente poder deter-se, em virtude da degradação da situação económica do país vizinho[11].

Se a delimitação quantitativa da evolução recente do movimento migratório português não se afigura fácil, mais difícil será seguramente a caracterização sociográfica rigorosa destes «novos emigrantes». O que os dados do último *Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída* promovido pelo INE nos dizem – e que a pesquisa de terreno que temos vindo a desenvolver corrobora amplamente – é que o retrato sociográfico dos emigrantes sobre os quais foi possível obter informação não era, em 2003, muito diferente do que podia ser esboçado há vinte ou trinta anos atrás. São ainda os jovens menos escolarizados das regiões Norte e Centro do país que mais emigram. De acordo com o estudo citado, mais de três quartos dos portugueses que, em 2003, emigraram eram do sexo masculino. Quase metade (45%) tinha entre 15 e 29 anos de idade; apenas 30% tinha 45 ou mais anos. Relativamente ao nível de instrução, os números dizem-nos que 90% dos emigrantes registados tinham cumprido, no máximo, nove anos de escolaridade; cerca de metade não tinha ultrapassado, ou sequer atingido, a 4ª classe. A maioria destes emigrantes residia nas Regiões Norte e Centro (41% e 22%, respectivamente) e saía do país para trabalhar na construção civil, no sector agro-pecuário, na indústria transformadora e nas actividades menos qualificadas do sector terciário: serviços de limpeza, hotelaria, restauração (INE, 2003).

[10] Cf. o artigo da jornalista Isabel Forte, «Milhares de operários do Marco de Canaveses partiram para Espanha», publicado no Jornal de Notícias de 12 de Janeiro de 2007.

[11] Os últimos dados veiculados pela comunicação social davam conta da existência em Espanha, em meados de 2008, de mais de 80 mil trabalhadores portugueses registados na Segurança Social daquele país. A estes, deve ser acrescentado um número indeterminado de trabalhadores laborando em Espanha mas empregados em firmas nacionais e, portanto, inscritos (ou não) na Segurança Social portuguesa. É crível, entretanto, que a contracção das actividades construtivas e a degradação geral da situação económica em Espanha venha a contribuir nos próximos tempos para a diminuição do número de portugueses a trabalhar no país vizinho. Cf. o artigo da Lusa de 28 de Abril de 2008, S/a, «Menos 826 portugueses em Espanha».

Configuracoes_5-6.indd S5:154 06-07-2010 09:57:11

3. O contributo da análise disposicional para o debate sobre os fenómenos migratórios

O crescimento recente das migrações com origem no nosso país abre, do ponto de vista analítico, pelo menos dois horizontes de pesquisa potencialmente muito frutíferos: por um lado, ao obrigar os investigadores a recolocarem a emigração no centro das suas preocupações, assim recentrando o debate científico sobre os fenómenos migratórios, desafia a renovação de olhares, tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista da prática de pesquisa; por outro lado, ao motivar o estudo dos quadros de vida dos protagonistas desta «nova emigração de sempre», abre portas a um aprofundamento do conhecimento sociológico acerca do quotidiano social e profissional das classes populares no Portugal contemporâneo.

Foi com estes dois horizontes de pesquisa em mente que nos interessámos pelo estudo dos fluxos emigratórios que, nos últimos anos, vêm pontuando o quotidiano de milhares de famílias do Noroeste Português. Confrontados com a crescente incidência do fenómeno nos contextos socioterritoriais que vínhamos estudando há largos meses – duas colectividades locais do Vale do Sousa onde o operariado (maioritariamente industrial, no caso de Rebordosa, Paredes, e maioritariamente empregado na construção civil, no caso de Fonte Arcada, Penafiel) ocupa um lugar central nas respectivas estruturas socioprofissionais –, e sensíveis à importância que, para milhares de famílias da região, o emprego fora do país, em particular no sector da construção civil espanhol, hoje assume, decidimos dedicar parte da nossa atenção ao fenómeno.

O objectivo passava por conhecer os contornos desta condição migrante, tanto do ponto de vista da sua génese, como do ponto de vista dos seus efeitos. Depressa, porém, percebemos que a investigação junto de operários da construção civil portugueses empregados em Espanha estava longe de ser apenas um estudo sobre migrações; na verdade, ela possibilitava uma aproximação sensível ao modo como a «crise» tem vindo a transformar, no nosso país, a condição operária, ao impor-lhe novas e particularmente intensas formas de precarização.

Noutro lugar (Queirós, 2009), puderam ser avançadas algumas ideias a propósito das consequências pessoais, familiares e colectivas desta emigração pendular protagonizada por milhares de trabalhadores do Noroeste Português. Trata-se de um horizonte de problematização que aqui voltamos a perscrutar, mas cujo aprofundamento deixaremos para momentos futuros de difusão pública dos resultados da pesquisa em curso. As linhas que se seguem focar-se-ão primordialmente num outro problema, de resto o problema clássico da sociologia das migrações, a saber, o da definição e interpretação dos motivos pelos quais os agentes sociais migram. Antes, porém, de tentarmos descrever genericamente o que pode significar de avanço para a análise dos fenómenos migratórios a perspectivação do problema em termos *disposicionais*, vale a

Configuracoes_5-6.indd S5:155 06-07-2010 09:57:11

pena determo-nos, ainda que brevemente, sobre o que tem sido a evolução do debate teórico acerca deste assunto[12].

O que mais visivelmente sobressai de um percurso rápido pelo património de reflexão da sociologia das migrações é que a maioria das respostas à questão relativa aos factores na base da decisão de migrar se posiciona junto a um dos pólos da dicotomia clássica da teoria sociológica – a que opõe o «micro» ao «macro», o ponto de vista do «indivíduo» ao ponto de vista da «estrutura». A discussão em torno da importância relativa de cada tipo de factores é igualmente muito comum. Serão os «factores económicos» aqueles que mais pesam? Ou, pelo contrário, os «factores culturais» são mais importantes? E os condicionalismos impostos pelos «factores políticos», não serão eles igualmente decisivos?

Quando se destaca a importância dos factores económicos, as explicações mais próximas do pólo individualista recorrem muitas vezes ao modelo da escolha racional, segundo o qual os migrantes, munidos de informação sobre os desequilíbrios salariais ou de emprego entre regiões, optam racionalmente por se deslocar para onde se ganha mais ou para onde simplesmente há mais oportunidades de trabalho e de mobilidade profissional (e social) ascendente. As perspectivas estruturalistas, por seu turno, preferem falar em mercados de trabalho «duais» ou «segmentados». De acordo com estas explicações, as migrações são sobretudo o resultado da resposta dos agentes sociais à existência de desequilíbrios económicos e desigualdades de desenvolvimento entre regiões e à consequente existência de lugares «secundários» nos mercados de trabalho de destino, que, por não serem ocupados por locais, que «já não os querem», têm de ser preenchidos por imigrantes.

As explicações «económicas», sejam elas mais «individualistas» ou mais «estruturalistas», não aclaram, entretanto, por que razão os desequilíbrios salariais ou de emprego nem sempre geram movimentos migratórios entre países ou regiões. O Portugal da segunda metade da década de 1970 e início da década de 1980 é um bom exemplo disto mesmo, já que à degradação da situação económica do país e ao forte aumento do desemprego então registados não correspondeu uma elevação das taxas de emigração, que haviam baixado muito depois do grande movimento de saída do país ocorrido no período 1960-1973 (cf. Peixoto, 1993b). Nestes casos, os factores políticos e institucionais são geralmente trazidos a lume, destacando-se, por exemplo, a importância das restrições políticas à imigração determinadas pelos países mais desenvolvidos, as quais funcionam como bloqueadores dos movimentos migratórios de base económica, ou, num registo novamente mais próximo do pólo «individualista», a importância da avaliação que os potenciais migrantes fazem das dificuldades de reconhecimento das suas credenciais pelas associações profissionais dos países de destino escolhidos.

A juntar às explicações «económicas» e «políticas», há ainda as perspectivas que preferem destacar a importância de factores «sociais» ou «culturais».

[12] Seguiremos aqui de perto a revisão do «estado da arte» apresentada por Peixoto (2002).

O fraco conhecimento da língua e cultura do país de destino, por exemplo, pode gerar nalguns agentes sociais munidos de recursos linguísticos escassos e de fraco capital social especiais resistências à mobilidade geográfica internacional associada à procura de emprego ou mesmo ao reagrupamento familiar. Por outro lado, uma história familiar muito marcada por experiências bem sucedidas de migração pode ajudar a «naturalizar» a decisão de migrar, favorecendo a sua concretização.

Conscientes das limitações heurísticas decorrentes do posicionamento exclusivo junto a uma das linhas de explicação disponíveis, e confrontadas com o carácter complexo e dinâmico da realidade migratória de uma região ou de um país (mesmo se analisada sincronicamente, por referência a um momento histórico e socioeconómico devidamente circunscrito), muitas análises acabam por não conseguir apresentar muito mais do que conclusões genéricas acerca da necessidade de conjugação das diferentes perspectivas sobre o problema (conjugação do «micro» com o «macro», do «económico» com o «cultural» e o «político»).

Ora, o que uma análise das migrações em termos disposicionais oferece é, por um lado, a possibilidade de superação das dicotomias clássicas da teoria sociológica («micro» vs. «macro», «indivíduo» vs. «estrutura») e, por outro lado, a oportunidade de aceder mais de perto aos aspectos vividos – inscritos no corpo e no espírito – dos processos migratórios. De acordo com esta perspectiva, a *disposição para a migração*, por ser precisamente uma disposição e, por isso, fazer parte de um sistema de disposições duráveis e transponíveis – o *habitus* – com os quais os agentes sociais confrontam os constrangimentos e as solicitações do meio social existente, não pode ser compreendida se não se reconstituir analiticamente esse sistema de disposições, produto de toda a experiência biográfica, pois é ele que constitui o princípio da eficácia dos «estímulos» que motivam a migração – «estímulos convencionais e condicionais [que] não podem exercer-se senão sobre organismos dispostos a percebê-los» (Bourdieu, 2002: 75). Sob este ponto de vista, a emigração pendular para Espanha não é mera decorrência da «crise» ou do «crescimento económico» do país vizinho. Também não é apenas o resultado da «escolha racional» dos agentes ou da política de imigração expansiva do governo espanhol. E, muito provavelmente, não é o produto da «conjugação de todos estes factores» (mesmo que seja, uma afirmação como esta nada adianta do ponto de vista propriamente sociológico…). Na verdade, ela é o resultado do encontro de uma disposição com as condições da sua actualização, uma prática gerada no cruzamento de um sistema de disposições com uma estrutura de oportunidades – cujo estudo supõe não apenas um enquadramento teórico específico, mas igualmente uma abordagem metodológica capaz, precisamente, de reconhecer, descrever e analisar, a partir de casos histórica e socialmente delimitados, essas estruturas de oportunidades e esses sistemas de disposições.

Configuracoes_5-6.indd S5:157 06-07-2010 09:57:11

PARTE II

Uma etnografia da simultaneidade. Condição migrante e posições operárias

4. Recomposição do espaço social e ponto de vista sociológico

O que uma etnografia da condição migrante oferece, ao focar-se nos espaços físico e social em que tal condição se realiza e no seu carácter ínsito nos corpos, é, como adiantámos no ponto anterior, a possibilidade de romper quer com as explicações fundadas na concepção da migração enquanto acção mecânica resultante de um ajustamento estrutural, quer com a ideologia da deliberação racional e maximizadora generalizada a um conjunto homogéneo de actores calculadores. A passagem de uma leitura da «crise em contexto» para uma leitura da «crise como contexto» (cf. Vigh, 2008) permite compreendê-la como terreno de acção e significado e capturar as consequências sociais e experienciais na sua actualidade. Desta maneira, a «crise» deixa de ser entendida como uma amálgama de acontecimentos singulares, que seria somente acessível «após o evento», para passar a ser vista como um «processo a decorrer» e compreendida na realidade da sua fragmentação como «estado de incoerência somática, social ou existencial» (Vigh, 2008: 9).

O trabalho de observação levado a cabo, separadamente, em duas colectividades locais da região do Vale do Sousa permitiu entender os trajectos pendulares realizados semanalmente por uma equipa de trolhas para lá da aparência de uma opção profissional pela mobilidade geográfica. As idiossincrasias das «viagens para Espanha» desviam ou ocultam a relação entre os processos de compulsão económica e desestruturação social (como o desemprego e o endividamento) que participam da recomposição do espaço social local e as estratégias geradas por agentes sociais do operariado para lidarem com uma situação social que, apesar de poder eventualmente ser encarada como extraordinária, permanece nos limites objectivos dos seus esquemas de análise e de acção. A observação de terreno levada a cabo na pequena cidade de O Carballiño (Galiza, Espanha) possibilitou estudar o contexto imediato de um grupo de operários da construção civil e, ao mesmo tempo, tornou evidente a diversidade de trajectórias pessoais e colectivas unificadas numa mesma situação de migração.

A proposta de George Marcus de uma etnografia orientada para processos e conexões procura reconstruir teoricamente uma realidade cuja contextura social é co-produzida numa multiplicidade de lugares socialmente interligados e geograficamente espalhados (Marcus, 2007: 5). Esta «etnografia móvel»

Configuracoes_5-6.indd S5:158 06-07-2010 09:57:11

procura capturar o sistema de relações que define uma realidade local que é produzida «em qualquer outra parte, através de relações e actividades dispersas» (Marcus, 2007: 7). No caso da emigração, trata-se de «seguir as pessoas» [*follow the people*] e realizar uma etnografia «espessa e fluida» [*thick and thin*], isomórfica ao «mapa de um processo» de deslocamento simultaneamente geográfico e social (Marcus, 2007: 12). Dessa maneira, produz-se uma *etnografia da simultaneidade*: o «espaço-tempo da etnografia» pode ser criado reagrupando as «relações existentes» – imaginadas ou reais – que conferem uma densidade específica ao objecto de estudo (uma determinada «justaposição, montagem ou rede»). O contexto de significância não é a «localização no espaço» mas sim a «localização no tempo – a detalhada situacionalidade "no contemporâneo"» (Marcus, 2007: 23).

O trabalho de David Fitzgerald (2006) salienta igualmente diversas dimensões metodologicamente relevantes para a realização de um trabalho etnográfico sobre as migrações. Em primeiro lugar, é necessário conciliar uma família de métodos que envolva um contacto directo com os agentes e susceptível de ser operacionalizada de forma a revelar a extensão – social e geográfica – da experiência da emigração («multi-sited *fieldwork*»). Em segundo lugar, é preciso refutar os preconceitos relativos a um «nacionalismo metodológico» no momento de constituição do objecto teórico. Em terceiro lugar, há que realizar um trabalho de historicização do processo migratório e da constelação de espaços interligados por ele. Por fim, a investigação deve implicar-se na elaboração de um projecto de investigação teoricamente sustentado que estabeleça a representatividade (ou «tipicalidade») de um caso particular. «Seguir os migrantes ao longo da sua trajectória ou circuito de um modo que seja etnográfica e historicamente sensível é a melhor maneira de destrinçar a dinâmica da génese, retenção e dissolução» da emigração (Fitzgerald, 2006: 18). Obviamente, trata-se não só de seguir as pessoas na sua deslocação imediata, mas ainda de compreender as influências que o cruzamento através de diferentes ambientes produz sobre as suas experiências vividas. Haverá, portanto, que realizar uma «investigação intensiva em vários lugares conectados seleccionados pela sua produtividade teórica potencial», nomeadamente através do «método de local alargado» [*extended-place method*] (Fitzgerald, 2006: 20).

5. «Parecenças de família»

A compreensão da génese social de formas de «interesse» historicamente variáveis supõe, justamente, a compreensão da lógica real imanente das práticas dos agentes sociais. A propensão e aptidão a intuir ou reconhecer uma «oportunidade» e a concretizar um «investimento» («arriscar ir») na migração pendular para Espanha, decorre de um senso prático incorporado na forma de um

sistema de preferências e de um horizonte de futuros prováveis. A experiência de «ir para Espanha» revela uma «estratégia» económica implícita e razoável – mais do que racional – que exibe «parecenças de família» (Wittgenstein, 2002: 228) com o conjunto de vivências quotidianas de um operariado (socialmente) periférico. Na realidade, sob a aparente originalidade desta modalidade específica de lidar com processos de tendencial precarização da região dominada do espaço social encontra-se a mesma medição disposicional, gerada por uma história individual e colectiva partilhada por agentes submetidos a idênticas condições e condicionamentos sociais, que unifica a diversidade de experiências e contextos de interacção continuamente constituídos e constituidores dessa experiência do mundo social.

As estratégias económicas de um grupo que está histórica e estruturalmente submetido a duradouras relações de conivência com a informalidade económica e inclinado a aproveitar as (estreitas) margens de liberdade associadas à subalternidade social trazem a marca dessa imersão durável e reiterada a circunstâncias de confinamento económico e social – entretanto agravadas pela conjuntura de «crise» – e das exigências tácitas que todo o espaço físico e social exige dos seus ocupantes («ter uma noção das coisas», «saber o que é a vida»). «A compreensão mútua entre o corpo (re)socializado e o espaço objectivado naturaliza as distâncias e os limites sociais inscrevendo-os infra-conscientemente em posturas de deferência, num sentido do lugar apropriado e do valor próprio, e numa sensibilidade ajustada às práticas e bens plausíveis e adequados à "gente da nossa laia"» (Charlesworth e Monteiro, 2008: 4). A cumplicidade ontológica entre a história incorporada e a histórica objectivada que contribuiu para a fazer, explica a visão realística da realidade social que permite a estes agentes sociais converter a compulsão económica numa expressão de fatalismo («temos de nos sujeitar») ou, inclusive, transformá-la num exemplo de veredicto e deliberação pessoais («nascemos para isto»)[13].

A migração para Espanha é sobretudo uma *e-migração* e deve, portanto, ser lida a partir da história das estruturas sociais, incorporadas e objectivadas, e das relações de força existentes nas comunidades de origem (Bourdieu e Wacquant, 2000: 173). Estes migrantes são, antes de tudo, e sobretudo, *emigrantes*. É na medida em que cada emigrante traz consigo um sistema de disposições tacitamente inscrito e reconfigurado ao longo da trajectória biográfica, familiar e grupal que ele acaba por «inconscientemente recapitular e representar

[13] É neste sentido que é possível compreender as declarações de C., 25 anos, emigrado em Espanha desde 2006: «Ó pá, eu ir para Espanha foi aquela coisa de... tipo, aqui andava para um lado, para o outro, não conseguia arranjar nada e apareceu-me aquela oportunidade. Os meus pais sempre me disseram que aquilo que eu quisesse tinha que ser com o meu dinheiro, percebes? Eu comecei-me a ver apertado e um amigo meu ofereceu-se, ajudou-me, "ó pá, tenho trabalho, mas eu de momento estou em Espanha". Ó pá, fiquei naquela, é Espanha, mas um gajo precisa de dinheiro para as nossas coisas, para um gajo ir para a noite ou fazer o que quiser, e eu aceitei e fui. Mas é muito complicado, muito complicado. (...) Foi um impacto… Tipo, os espanhóis não fazem a merda e vão para lá os portugueses fazer, estás a perceber? Oh pá, eu estou lá, mas aquilo lá é degradante».

Configuracoes_5-6.indd S5:160 06-07-2010 09:57:11

nas suas estratégias e experiências pessoais» associadas à emigração (Bourdieu e Wacquant, 2000: 175) tudo o que ele deve a uma história pessoal e colectiva caracterizada pelas possibilidades e constrangimentos associados a um posicionamento socialmente dominado.

A investigação sociológica da emigração deve, por isso, em primeiro lugar, inquirir as condições sociais de formação de agentes dispostos e preparados para reconhecer na emigração uma alternativa «razoável». É necessário compreender este encastramento social para perceber a formulação tácita e inintencional de estratégias individuais e familiares para lidar com a subalternidade e a precariedade económicas que apresentam todas as características do inusitado. Ao mesmo tempo, torna-se indispensável conhecer a diversidade das formas de conscrição mais ou menos organizada, promovidas no fundamental por uma constelação de intermediários, e das tácticas de (auto-)mobilização orientadas, consciente ou inconscientemente, para a criação de uma força de trabalho móvel. Por último, importa conhecer as modalidades quotidianas de vivência dessa espécie de exílio intermitente e os contextos imediatos da experiência emigrante em Espanha, na sua globalidade, estruturados por uma conjuntura económica específica e pelo lugar social, cultural, económico e político que é reservado aos emigrantes na sociedade de acolhimento[14].

[14] Devemos assinalar que a vivência da migração contribui para a reconfiguração dos espaços sociais, das estratégias individuais e familiares e das vivências pessoais não só daqueles que emigram, mas também dos que ficam (futuros migrantes, familiares, redes de interconhecimento vicinal, etc.). Por isso, não seria, de todo, despiciendo acrescentar a uma investigação como aquela a que nos estamos a reportar uma etnografia daqueles que ficam e dos espaços de sociabilidade entretanto esvaziados (as «ruas sem homens», os cafés que «só enchem quando o pessoal volta às sextas-feiras»). Num dos melhores trabalhos jornalísticos produzidos a propósito da emigração pendular para Espanha, Hugo Silva e Pedro Correia oferecem uma perspectiva interessante sobre a realidade vivida nas comunidades de partida: «Passa um carro com uma mulher ao volante. Nada de anormal. Outro. Continua tudo normal. Outro ainda. E outro. Passam vários automóveis, algumas carrinhas, e só se vê mulheres ao volante. Na berma da estrada que atravessa a pequena freguesia, há duas ou três mulheres a conversar. Finalmente consegue vislumbrar-se, a carregar um furgão, um homem. No café encontram-se mais dois. Afinal, o sexo masculino não foi banido de Penhalonga, Marco de Canaveses. Mas a grande maioria dos homens está mesmo fora, a ganhar o sustento da família do outro lado da fronteira. No lado de cá, os dias seguem dentro da normalidade possível, mas sempre com "o coração nas mãos", como diz Maria Adosinda Monteiro, 54 anos, na manhã soalheira de quinta-feira. O marido, cinco anos mais velho, foi para Andorra há 15 dias. "Não havia trabalho cá", justifica Maria Adosinda, que também tem um filho, de 29 anos, a trabalhar na Madeira e uma filha, de 23, por agora em Penhalonga. "Sempre que ele parte, custa bastante. Mas telefona-me logo que chega, para dizer que está tudo bem, e todos os dias nos comunicamos", diz Idalina Rocha, que também tem o marido, com quem é casada há 18 anos, a trabalhar em Espanha. "É complicado. O meu filho, de 12 anos, sente muito a falta do pai", confessa a moradora, lembrando, contudo, que o trabalho em Espanha é a única solução para quem vê as despesas sempre a subir, com os salários congelados. "Os meus netos, quando o meu filho está para partir, pedem sempre 'ó paizinho, não vás!'... Mas ele tem de ganhar a vida", explica Ana Joaquina Andrade, 69 anos, com o filho, de 36, na aventura espanhola há cerca de 12 meses. "Foi ganhar mais, para a casinha. Mas fica-se sempre preocupada. Rezo por ele e pelos outros que vão ganhar a vida para fora. Vê-se tanta coisa sobre acidentes... ficamos com o coração nas mãos", repete Ana Joaquina. "Felizmente nunca tivemos casos desses. Mas temos de nos lembrar de que, em caso de tragédias como as que têm acontecido, não é só a vida de quem parte que está em causa", atenta Pedro Oliveira, pároco das freguesias de Penhalonga, Sande e Paço de Gaiolo, empenhado numa campanha de prevenção contra a sinistralidade rodoviária. Operação importante num conjunto de três freguesias com cerca de cinco mil habitantes e com 500 homens a trabalhar fora. O padre, de 33 anos, sublinha que aquela zona sempre esteve muito ligada à emigração e que, por isso, a rotina familiar está associada à figura do "pai

Configuracoes_5-6.indd S5:161 06-07-2010 09:57:11

6. As ambiguidades da migração. Sentido da realidade, estima de si e estruturas temporais

Os princípios de visão e apreciação que associam a «ida para Espanha» a uma «oportunidade», fundam igualmente a sua enunciação no idioma do sacrifício («sujeição»). O paradoxo neste caso é isto mesmo: exclusivamente lógico. Este estado de quase-natureza, aquém da tomada de consciência constitui-se pela redundância de experiências tão contraditórias quanto as condições sociais de que elas são o produto. Só na condição de compreender a génese histórica e social da naturalidade e da injustificação da ordem das coisas é possível superar a impressão de má-fé ou inépcia causada pelos discursos dúplices destes trabalhadores e pelas representações pré-fabricadas sobre a migração (como «i» ou com «e»). Isto impede-nos, ainda, de vacilar entre cair na tentação da sobre-interpretação ou refutar como desprezível a dimensão pessoal da classe. Na seguinte asserção de um jovem operário da construção civil, por exemplo, o protagonismo individual («decidi», «não me convinha», «enviei o currículo») e a natureza condicional da situação («podia ter ficado») coexistem com a sobredeterminação da compulsão económica («em casa não se ganha dinheiro») e a irrefutabilidade do quotidiano («prontos», «tinha que ser», «não me ia deixar ficar»).

> Podia ter ficado em Portugal, mas, prontos, entretanto, quando me pediram para ir para lá, ia ganhar um pouco mais e decidi ir para lá. Também procurei aqui em Portugal, mas não surgiram logo propostas para eu poder arrancar, eu também não me convinha estar muitos dias em casa... e decidi então ir. (…) Eu, na altura, precisava. Procurei no jornal, enviei o currículo para várias empresas aqui em Portugal e assim... E eles mandaram-me aguardar e aquela empresa precisou, disse-me logo: "Se precisar, segunda-feira... Nós propomos as condições, se aceitar, segunda-feira pode arrancar". E eu pensei melhor e, prontos, não me convinha estar muito tempo em casa, porque em casa não se ganha dinheiro, e, prontos, arranquei.
>
> (R., 18 anos, servente, emigrado em Espanha desde 2007)

Na caracterização das vivências da emigração, a oscilação entre o duplo registo da fantasia e da decepção coordena um mecanismo de defesa e adaptação relativamente ao agravamento das condições de subalternidade económica e à dupla incompetência linguística característica do operariado. Há que conferir sentido e coerência à experiência da migração pendular, no meio da falência relativa do sentido ordinário do mundo social («isto está tudo atravessado»,

ausente". "A mulher, a mãe, é que acompanha tudo, designadamente a vida escolar dos filhos", acrescenta Pedro Oliveira. (…) "Os homens saem muito para fora, mas é compreensível. Vão ganhar mais. Têm que sustentar as famílias", analisa o padre, explicando que, além de Espanha, Estados Unidos, Angola e Marrocos são outros destinos dos operários da terra». Cf. o artigo publicado no Jornal de Notícias de 21 de Janeiro de 2007, «Uma freguesia de mulheres com "o coração nas mãos"».

Configuracoes_5-6.indd S5:162 06-07-2010 09:57:11

«um gajo vê-se sem saber para onde se virar») e da crescente permeabilidade da autoctonia local, que assegurava um mercado protegido para o valor social e estima de si dos trabalhadores industriais do Vale do Sousa, ao arbitrário cultural alógeno difundido pela escolarização e pelas imagens do consumo de massas que tende a tornar as formas culturais operárias progressivamente «ilegítimas» ou «inferiores».

Os processos históricos de (de)composição dos grupos sociais – precarização económica, desarticulação e hipoteca dos futuros possíveis, improbabilidade de manutenção da delegação cultural e social de uma identidade desvalorizada – requerem a «dissimulação colectiva e duplicidade social» (Bourdieu e Wacquant, 2000: 173). A «denegação mágica da realidade objectiva da migração é parte e parcela da sua objectividade completa, da sua "dupla verdade"» (Bourdieu e Wacquant, 2000: 176). A migração tanto surge na linguagem da escolha e da eleição («apareceu-me essa oportunidade e eu aproveitei», «estava cansado de estar aqui e arrisquei»), como, pelo contrário, tende a assemelhar-se a um acto de desespero («só ia mesmo se estivesse com a corda ao pescoço»). Parecendo determinada por razões económicas (a «falta de dinheiro» ou a «ambição de ganhar mais»), ela nem sempre está absoluta e definitivamente justificada por essas vantagens pecuniárias («vim por causa do dinheiro», «compensava»). Frequentemente, a realidade de desqualificação social e exploração económica («fazer coisas que não têm nada a ver com a minha arte», «em quinze dias aprendes aquilo, não tem nada que saber») encontrada nos estaleiros espanhóis encarrega-se de desmentir, parcialmente ao menos, as intenções iniciais e as vantagens supostas e reais da migração.

A aceleração da desintegração social representada pela «crise», que torna insustentável económica e moralmente estar «sem fazer nada», fomenta a urgência e a pressão de necessidade e confere renovada ou inusitada visibilidade e plausibilidade à emigração no horizonte das relevâncias operárias. A ruptura dos «ritmos temporais e espaciais que eram o vigamento [*charpente*] de toda a existência social» e a «ruptura dóxica com o mundo social» (Bourdieu e Sayad, 1964: 21) daqui decorrentes, impossibilitando a actualização das maneiras de ser, fazer e parecer e abrindo um «espaço insólito» (Bourdieu e Sayad, 1964: 154) de solicitações e constrangimentos, explicam os efeitos de/re-socializadores revelados na dimensão pessoal deste proletariado.

7. «Tu sentes-te deslocalizado». Quotidiano dos emigrantes pendulares, efeitos de lugar e dupla desvinculação

A emigração significa habitualmente «sujeitarmo-nos ao que calhar», «andar de um lado para o outro», «comer e calar». As imputações silenciosas e as injunções urgentes resultantes da «compulsoriedade do quotidiano» (Scott,

Configuracoes_5-6.indd S5:163 06-07-2010 09:57:11

2002: 18) transmutam-se disposicional e fisiologicamente e surgem instantaneadas nos contextos de co-presença. A reprodução social passa assim pela translação em carne viva de diferenças de classe, tanto pela inculcação estruturada em termos de naturalização de arbitrários culturais, quanto pela assimilação difusa e implícita das personalidades sociais. A estrutura intersubjectiva do comportamento concretiza e actualiza essa experiência social.

A experiência da emigração pendular eleva ao paroxismo o estatuto de «pessoas deslocadas» e «duplamente ausentes» característico dos emigrantes (Sayad, 1999). A invisibilidade resulta da justaposição entre as condições de exercício do trabalho na construção civil, a natureza da emigração pendular e os frágeis capitais económicos e culturais associados ao lugar social ocupado pelos trabalhadores portugueses[15].

O «nomadismo» é uma das características mais salientes deste proletariado flutuante. Os trabalhadores deslocam-se, entre estaleiros, na carrinha ou automóvel atribuído pelo patrão. A permanência na residência ocasional é temporalmente dependente do prazo de conclusão da obra e espacialmente conexa ao local de trabalho. Quando se «anda de um lado para o outro», tornam-se supérfluas minudências geográficas, bastando geralmente a designação genérica «em Espanha». As solidariedades no estaleiro são precárias (exceptuando, talvez, aquelas mantidas pelos ocupantes de uma viatura, que constitui normalmente a unidade social básica: a «equipa») e praticamente inexistentes as afiliações constituídas nas comunidades de chegada. A dicotomia casa-trabalho monopoliza as rotinas diárias destes trabalhadores. Esta polarização articula-se pela combinação entre sobretrabalho, nomeadamente através da prestação sistemática de horas extraordinárias, e confinamento nas condutas pessoais e colectivas, traduzido na restrição sociabilitária e na poupança em termos de consumos (incluindo a preservação do próprio corpo, que é quase exclusivamente afecto ao trabalho). A ignorância linguística, a escassez de contactos com «os espanhóis» (mesmo as questões relativas à «casa» e à «comida» estão concentradas nos chefes de equipa ou nos encarregados espanhóis) e a ausência de narrativas referentes à frequência da praça pública condicionam e são condicionadas pela circunscrição do quotidiano destes trabalhadores. «Espanha, é mesmo trabalhar, casa, acabou!», como nos diz C., 25 anos, servente, emigrado em Espanha desde 2006.

[15] A excepção a esta invisibilidade parece dar-se quando ocorrem acidentes nos locais de trabalho ou nos trajectos de automóvel entre as colectividades de origem e os locais de destino. Nestes casos, a visibilidade pública, institucionalmente organizada, parece imputar as propriedades objectivas de transitoriedade e volubilidade associadas à emigração também à esfera individual, contribuindo dessa forma para as apresentar como qualidades espaciais e morais dos emigrantes. A pessoalização tende a circunscrever a emigração a circunstâncias, dramas e protagonismos individuais. Esta visão da experiência da emigração enquanto sucessão de actos isolados determina as condições da sua própria autoconfirmação, mascarando, ao mesmo tempo, o facto de resultar de uma selecção antecipada, parcial e segmentada da emigração, tendo por base pré-noções relativas aos emigrantes consonantes com os interesses profissionais e políticos do observador.

Configuracoes_5-6.indd S5:164 06-07-2010 09:57:11

A prevalência da informalidade nas relações laborais – regime de subcontratação, contratos de duração limitada, desdobramento do salário entre a componente oficial e o suplemento «apalavrado» (o «negro») – contribui para reforçar a plausibilidade do sentimento de transitoriedade associado ao estatuto de migrante. A precariedade económica e social, a «insegurança espiritual» e a «ansiedade epistémica» (Ashforth, 2005: 32) reforçam-se reciprocamente. O sentimento de estranhamento («sentes-te mesmo deslocalizado», como nos disse um outro servente da construção civil emigrado em Espanha) constitui-se sobre um terreno interpessoal de negação e confinamento, determinado pela perda de referências sociabilitárias e íntimas e pela vulgarização das justificações em termos de grandeza monetária.

As expressões usadas para descrever a experiência do trabalho migrante e as práticas actualizadas para conferirem espessura ao quotidiano nos locais de destino são geradas de encontro a esta «forma de vida». «A forma de vida é o quadro de referência no qual aprendemos a trabalhar quando treinados na linguagem da nossa comunidade; aprender a linguagem é por isso aprender a concepção, as assunções e práticas com as quais a linguagem está inseparavelmente atada e a partir das quais as suas expressões adquirem significado» (Grayling, 1996: 85). A realidade social do trabalho migrante, mediada por propensões incorporadas ao longo de uma trajectória individual e colectiva, constitui-se em usos e representações fortemente marcadas pelo *conformismo* à ordem das coisas e pelo *presentismo* nas estruturas temporais[16].

Estas representações não são o produto espontâneo desse mecanismo omnipoderoso que será o «círculo vicioso» da «pobreza económica e espiritual». A tolerância à desqualificação profissional, à (sobre-)exploração laboral, à clandestinidade de práticas contratuais, à insegurança corporal, à pressão patronal e à instabilidade espacial e económica, são aspectos das tácticas simbolicamente concebíveis e materialmente possíveis nas regiões dominadas do espaço social[17]. A transitoriedade, real ou presumida, da emigração reforça o fechamento do horizonte de aspirações e faz convergir as perspectivas dos trabalhadores para o momento presente. A aceitação e adopção de ritmos de trabalho violentos e extensas jornadas de trabalho, a tentação a associar os rendimentos do trabalho exclusivamente ao mérito individual, e o processo de «dupla desvinculação

[16] «Os trabalhadores portugueses ganham menos, trabalham mais e não reclamam. A vontade de trabalhar destes trabalhadores está a criar problemas. Os trabalhadores portugueses são invisíveis, a maioria vive em contentores junto às obras, trabalha sem horário, sem férias e sem direitos» (Xosé Melon, presidente da Confederação Intersindical Galega, numa entrevista publicada no IOL Diário em 4 de Abril de 2008).

[17] E, em particular, nos posicionamentos associados à construção civil, principal actividade dos trabalhadores portugueses emigrados em Espanha. Uma óptima descrição da realidade dos estaleiros, muito útil para perceber melhor o que está aqui em causa, pode ser obtida em Queiroz (2003).

Configuracoes_5-6.indd S5:165 06-07-2010 09:57:11

social» vivido (Queirós, 2009)[18] contribuem para reforçar a desafiliação entre trabalhadores e para dissuadir conflitos reportáveis à esfera do poder.

A partir do discurso de C., que temos vindo a acompanhar, é possível reconstruir, no mesmo plano analítico, a realidade existencial da migração e o espaço da representação que reconstitui essa materialidade. A pendularidade marcada por «viver em Portugal e trabalhar em Espanha» fornece o eixo de articulação para uma série de oposições dicotómicas – imediatamente geográficas («casa» e «trabalho») e temporais («fim-de-semana» e «semana») – que organiza a representação da experiência migratória segundo a lógica do pensamento por pares. Na consciência dos agentes sociais inscrevem-se indelevelmente fronteiras a separar dois universos de significância isolados e que, sob muitos aspectos, estão inversamente correlacionados. No entanto, este sistema de contrastes indica uma condição existencial materialmente estruturada pela complementaridade relacional entre estes espaços físicos, sociais, afectivos e mentais.

As associações e distinções infinitamente renovadas nas declarações e actividades dos migrantes são uma exposição eloquente de um mundo em mutação, de uma cisão intermitente da realidade entre «cá» e «lá», de um lugar permanentemente precário no espaço social e no espaço físico. O «discurso do contraste» é uma maneira de interpretar uma ordem social e uma condição existencial em plena transformação. A «visão dualista do mundo» do trabalho migrante, expressa pelos próprios migrantes, é «mediatizada por um conjunto pré-existente de categorias culturais» (Comaroff e Comaroff, 1992: 45). Nesse sentido, os contrastes revelados pelas práticas e discursos quotidianos são «uma chave permitindo aceder à consciência que [estes trabalhadores] têm de si próprios e à inteligência que possuem da génese do seu mundo presente» (Comaroff e Comaroff, 1992: 42). A representação dos princípios de organização da realidade permite tornar explícitos tanto o sentido prático, irreflectido e implícito que têm os agentes sociais do mundo da vida, quanto a perspectiva inintencionalmente projectada a partir de um ponto de vista singular acerca do tempo, do espaço, do valor social.

As contradições não residem simplesmente na ambiguidade e na inabilidade discursivas destes operários. O discurso das descontinuidades e das conexões – nomeadamente, aquelas de valor inverso – que procura reconciliar um mundo instável e intrinsecamente ambíguo, conferindo coerência e consistência a uma existência duradouramente colocada sob o signo da transitoriedade e da incerteza, é a reconstituição poética, mas realista, da condição migrante de C.: «O imaginário, aqui, faz corpo com a biografia» (Comaroff e Comaroff, 1992: 55).

[18] O conceito traduz o mesmo raciocínio, mas em sentido inverso, do proposto por Albertino Gonçalves (1987), quando este nos fala da «relação de duplo vínculo» dos emigrantes portugueses «tradicionais» – vínculo com as comunidades de destino e vínculo com as comunidades de origem.

Configuracoes_5-6.indd S5:166 06-07-2010 09:57:11

Café Soldado, O Carballiño, Galiza, Espanha

Aos poucos chegam todos os homens do grupo de trabalho em que está o A. Vêm com roupa «limpa», o cabelo ainda húmido do banho, a barba aparada, as marcas mais visíveis do trabalho dissimuladas. À mesa, enquanto esperamos que nos chamem para jantar, comenta-se em tom baixo o aspecto desleixado dos outros portugueses na sala, que chegam ao café directamente do trabalho, ainda sujos e suados, e com as roupas que usaram todo o dia. "Estes gajos de Barcelos são do piorio. É que nem imaginas…", diz A., que entretanto se sentou ao meu lado. Nenhum dos trabalhadores deste grupo de vinte e poucos trabalhadores, a trabalhar para um empreiteiro português, parece manter, por mais superficiais que sejam, o menor contacto pessoal com alguém fora do seu grupo de trabalho. Esta aversão mal disfarçada entre trabalhadores não é somente uma questão de «não ir com a cara deles». Os homens do grupo com que estamos estão contratados por uma empresa espanhola («temos um contrato que não é daqueles de obra, é mesmo por *xis* tempo»), beneficiam da protecção social do país de acolhimento («temos os direitos todos, férias, descontos… horas extras é por fora, mas recebemos tudinho»), são remunerados mensalmente (e não «à hora» ou «ao metro») e por valores substancialmente superiores aos praticados pelas empresas de construção civil portuguesas subcontratadas em Espanha, recebem o «ordenado limpo» e têm as «contas tratadas pelo encarregado» (não têm, portanto, de deduzir da remuneração auferida a «casa», a «alimentação», as «viagens»). Ao contrário, segundo me dizem, dos trabalhadores da mesa ao lado, «há alguns que é como escravos…».

(…) Acabamos de jantar. Na televisão, podemos continuar a acompanhar o telejornal. Os dois trabalhadores mais novos da nossa mesa – onde estão sentados, além de nós os dois, o encarregado espanhol e o grupo de seis portugueses – engolem o café e desaparecem. «È sempre assim. Vão logo lá para cima pró computador ou o caralho… Desde que estamos aqui, ainda não foram a lado nenhum. Moços novos, sem nada a prendê-los…». O sorriso astuto de A. esclarece o que fica por dizer. Pouco depois, o cunhado do A. e o vizinho do V. sobem para os seus quartos na residencial. «Aquele, diz A. apontando com o queixo para o cunhado, só pensa em dinheiro. 'Tou sempre a dizer-lhe: "vais sair daqui rico"». Bebe um golo de café e continua: «Pra que é que eu quero o dinheiro? Não devo nada a ninguém, os meus filhos estão criados…». Parece quase recriminar a austeridade dos outros trabalhadores.

Quando saímos para «tomar um copo», não deixo de ficar com a impressão da solenidade do momento – se não é inédita, esta é uma prática esporádica. «Não dá pr'andar todos os dias por fora. Um gajo chega cansado do trabalho e no dia seguinte tem de acordar cedo. Depois também é o dinheiro… Lá se vai o que se ganha aqui a mais pra levar pra baixo. Um gajo também conhece pouco. Eu até já tinha 'tado aqui, vai-se a uns lados, vai-se a outros, mas não se conhece bem o pessoal daqui». Apercebo-me que, em Espanha, o quotidiano é estruturado entre a obra e a casa, dia e noite, trabalho e descanso, orientado pela «ambição» – constantemente recriminada nos outros e omitida em nós – de «ganhar

Configuracoes_5-6.indd S5:167 06-07-2010 09:57:11

dinheiro». São relativamente poucas as porosidades conviviais que ultrapassam os espaços e os tempos partilhados com a equipa de trabalho. O fim-de-semana parece abrir espaço à subversão das cadências e impulsos produtivistas. V., no meio de uma retórica ostensiva a propósito da recusa em adoptar padrões de confinamento e de privação, acaba por dizer que, mesmo ao fim-de-semana, «o problema é que como não 'tamos lá como dantes, há pessoal que se faz esquecido. É "boa noite" e pouco mais».

(...) Como parece ser ainda muito cedo para V. ir para «o choco», a cama, entramos num café diferente pela terceira vez. Ao meu lado, A. desfia todos os locais em que já trabalhou em Espanha: Valladolid, Zaragoza, Madrid, vários locais da Galiza, Bergara, e outros que não consigo reter. «E as pessoas que encontra, como são?», pergunto-lhe. «É como calha. Eu dou-me bem com toda a gente, mas aqui encontras de tudo… Gajos em condições... Mas há outros que até convém não conhecer». «E os trabalhadores espanhóis, como reagem à vossa presença?» «Bem, bem… Nunca tive problemas nenhuns, mas é claro que, às vezes, "Ah!, portuguesos" [di-lo com entoação castelhana], vêm aqui roubar empleos". Mas quase nunca ouvi nada. Nós ficamos com aquilo que eles não querem. Achas que eles 'tão ali pra trabalhar como nós trabalhamos? Eles é oito horas, segunda a sexta, horas extras pagas a dobrar, sábado também, tudo, férias, feriados, subsídios… Eles não se submetem a isto. E não estão pra se agarrar ao que sobeja. Ficam a gruistas, a encarregados. Lá se vê um ou outro a pedreiro ou assim, mas é raro… Vê-se é muitos equatorianos, colombianos e gajos assim. Principalmente em Madrid. Mas há problemas com outros, que um gajo ouve contar sobre este e aquele… Então, não estavam uns portugueses escravizados ou lá o que era? Agora, é preciso ver, eram também portugueses a escravizá-los! O português é o mais racista para o português! Aproveitam-se da malta pra caralho…».

(Do diário de campo, 9 de Janeiro de 2008)

Estes discursos e práticas são constituídas e realizadas no âmago do mundo a que procuram conferir sentido e tacitamente tornar suportável. A bulimia no trabalho consiste na alternância entre a combinação, durante a semana, entre sobre-investimento físico e temporal no trabalho, reclusão domiciliária e privação consumista, e a sua inversão ostensiva ou declarada no fim-de-semana. Esta linha de tensão, manifestada geográfica e temporalmente, estrutura-se na objectividade imediata dos padrões de mobilização temporal (oposição entre tempo de trabalho saturado e tempo liberto) e pelas experiências actuais e prováveis que caracterizam diferentemente a semana em Espanha e o fim-de-semana em Portugal. Pelo que representam em termos de (auto)restituição de estima, de reconstituição das interacções e das sociabilidades interpessoais, provisoriamente interrompidas ou suspensas com a migração pendular, e de formas de afirmação de si, estes são aspectos que prefiguram autênticas «práticas de integridade pessoal» (Moodie, 1991: 39).

A cisão espacial transmuta-se numa di-visão simbólica. Nas palavras de P., trolha de primeira com 31 anos, em Espanha há seis, os migrantes pendulares

Configuracoes_5-6.indd S5:168 06-07-2010 09:57:11

«têm duas vidas: a vida de lá e a vida de cá». Embora, durante o exílio espanhol, os homens «sigam todos para os mesmos sítios, só saem onde estão portugueses». Esta homogamia relacional consolida o «mundo português». Este fica delimitado entre o local de «trabalho», a «casa» e «a noite» (que designa, metonimicamente, o único período do dia passível de ficar reservado ao «tempo livre»). No trabalho, reforça-se uma fronteira entre «nós» e «eles» que divide, entre portugueses e espanhóis, os lugares subordinados dos postos hierárquicos de chefia e o trabalho desqualificado das ocupações mais qualificadas, mais seguras e melhor remuneradas.

Há, no entanto, uma insidiosa tensão entre o «nós» e o «eu». O sentimento de solidão combina-se com uma desconfiança penetrante relativamente a outros trabalhadores portugueses, supostamente conspurcados moralmente (e fisicamente), para multiplicar as divisões internas pré-existentes neste proletariado (por profissão, local de origem, local de trabalho, tipo de obra ou empreitada, nacionalidade e dimensão da empresa, tipo e duração do contrato, modalidades e montantes da remuneração, tipo de condições de alojamento e alimentação, perspectivas acerca da duração da emigração, formas de acesso à emigração). As rivalidades e a fragmentação – visíveis no Café Soldado todas as vezes que lá estavam «os de Barcelos» – revelam os efeitos de uma «linha de distanciamento» (Purser, 2007) relativamente a trabalhadores «inferiores». Este trabalho não racionalizado nem intencional traduz-se em aversões e antipatias, repulsas e esconjuros («não posso com eles», «não se sabem comportar») e é fortalecido por noções de evitamento que justificam essa manutenção de uma distância conveniente face a «quem não interessa». É o caso daquele trabalhador português que procura distinguir-se relativamente aos restantes companheiros que, segundo ele, «têm pouca cultura» e «estão ali só para trabalhar e ir às putas»[19].

[19] «A maioria dos portugueses que estão em Espanha, para onde é que eles vão? Às putas! O pessoal é muito baseado nisso, "eh!, vamos ver!", andamos lá na cidade a ver, a circular, a ver a prostituição… Há lá muita, principalmente negras. Quem está habituado aqui, a viver em aldeias, chega lá e perde-se. (…) O pessoal vai para lá é só mesmo para… porque vai para lá e é assim… [hesita, procura a expressão correcta] é o que eu te digo, a maior parte do pessoal que está lá a trabalhar é muito tapadinha, a cultura deles é pouca, não têm, não têm… não têm ideia do que é o mundo e estão ali só para isso. É só trabalhar, é só trabalhar e ir às putas, mais nada! E ao fim-de-semana vêm para casa. Aí, comecei a afastar-me um bocado do que era o mundo português. E sabes porquê? Porque passas pelo café onde paravas com toda a gente e já não paras lá, estás farto daquilo. Param ali pessoas que tu já conheces e que já não… não te interessam, percebes? Já não é ambiente para tu lá ires. É bocas, é essas coisas todas. (…) E depois eles, eu também já estive no meio deles, só saem onde estão portugueses. Porquê? Vão todos para o mesmo sítio… Ainda dizem que nós somos muito abertos, que temos uma mentalidade aberta... Este pessoal que está a trabalhar em Espanha, tu perguntas onde é que eles estão e eles não sabem. Não sabem pronunciar o nome de onde estão, sabem que é perto de Madrid ou perto de não sei quê. O pessoal está sempre no tasco. O pessoal que trabalha a semana toda, passa ali a tarde de domingo toda, sentado. O que é que eles fazem? Nada! "Estou a ver as gajas" é a resposta que eles te dão. Qual é a piada? O que é que eles ganham com isso? (…) Eles não foram na situação em que eu fui… Eu não fui para pagar calotes, eu fui por ir. Por isso é que eu entendo um bocado a coisa deles, eles estão ali porque são obrigados! Porque não têm mais hipótese nenhuma aqui, não têm… não têm perspectiva de futuro nenhuma, não têm nada. Então, em vez de ganhar setecentos, vão ganhar mil e quinhentos, mas já dá para pagar algumas coisas em casa. Mas não estão com os filhos, não estão com a mulher… Quando chegam a casa, a mulher já está com outro, acontece muito

Configuracoes_5-6.indd S5:169 06-07-2010 09:57:11

Estas são experiências constituídas e constitutivas da «totalidade referencial» do operariado do Noroeste português, quer dizer, de maneiras de ser e estar plausíveis e acessíveis que estão «relacionadas com as acções que faz sentido a alguém realizar e os fins, incluindo o estatuto social, em virtude dos quais faz sentido realizar essas acções» (Schatzki, 2005: 236). A semelhança nas condições de acesso à existência aproxima as singularidades irredutíveis dos agentes sociais. Esta reciprocidade de perspectivas funda-se, portanto, na coexistência objectiva no espaço social. A mutualidade nas condições de existência abre um «espaço de revelação» (Schatzki, 2005:243) partilhado por todos aqueles que conjugam as marcas de posicionalidades estruturais circunvizinhas. A «mundaneidade do mundo» acessível aos operários constitui para eles um «espaço de possibilidades» mantido em comum (Schatzki, 2005: 239), ou seja, a realidade social revela-se identicamente a agentes sociais aproximados em termos de trajecto e de projecto[20]. A existência de uma relativa congruência entre os esquemas incorporados de acção, percepção e apreciação do mundo social e a realidade concreta da situação migrante realiza um tendencial ajustamento entre as expectativas pessoais e as oportunidades objectivas. A comensurabilidade entre a realidade quotidiana da situação de migração e as condições de existência nas quais foram sendo adquiridas, tácita e provisoriamente, as maneiras de ser e as sensibilidades fenomenal e temporal destes operários, não fazem senão sublinhar as afinidades de fundo que tornam cúmplices a história incorporada e a objectividade do mundo social.

Por isso, a experiência da emigração pendular, muito embora acentuando a dupla desvinculação relacional e social destes operários, na medida em que contribui eficazmente para a desarticulação das trajectórias individuais e familiares e para perpetuar a reprodução de padrões de mobilização para o trabalho e para a escola característicos do operariado, raramente transcende os limites do tolerável e aceitável. Ela é o produto de um cálculo que se ignora como tal. A não ser nas ocasiões em que surge retraduzida na linguagem do sacrifício e do destino, a aparência das «coisas da vida» vem somente reforçar aquele que já é um estado de facto e, a não ser a título excepcional, ela não desmente nem desilude esse sentimento de naturalidade. Excluindo a análise das condições económicas, sociais e culturais que tornaram possível e aceitável a emigração pendular, é-nos retirada a possibilidade de compreender como um modo de vida que aparece como sendo efectivamente draconiano e intolerável pode ser, para estes operários, vivido como necessário ou razoável em virtude da interioriza-

isso. Vão para lá dez, quinze anos, nesse rame-rame, e não têm nada! Fazem uma casita aqui mais ou menos e levam esta vida lá!» (P., 31 anos, oficial de primeira, emigrado em Espanha desde 2002).

[20] «Para a mundaneidade do mundo – as maneiras do ser abertas às entidades reveladas – ser na generalidade a mesma em diferentes vidas é porque a variedade de acções e fins a que pode fazer sentido dedicar-se é a mesma nessas vidas» (Schatzki, 2005: 236).

Configuracoes_5-6.indd S5:170 06-07-2010 09:57:11

ção das suas condições de classe no decorrer de um processo de inculcação que precede e engloba esta situação.

Epílogo

E agora?

Ainda em Espanha, aproveitamos para passar os olhos pelos principais jornais. O destaque vai para a crise do crédito imobiliário nos Estados Unidos e para os seus potenciais efeitos na economia espanhola. Os principais analistas falam de um ano de «vacas flacas» que se avizinha, havendo mesmo quem, nas entrelinhas, avance com a perspectiva de uma «recessão», tudo porque o «milagre económico espanhol» tem assentado largamente nos sectores da construção civil e do imobiliário, actualmente os mais ameaçados.

Um mês depois, os ecos da «crise espanhola» chegam ao nosso país. Na sua edição de 7 de Fevereiro, o Diário Económico destaca os previsíveis efeitos na economia portuguesa de uma recessão económica em Espanha. «O cenário é negro», diz-se. As empresas portuguesas estão preocupadas e só não se sabe ainda em que grau a crise espanhola vai afectar Portugal. Que vai afectar a economia do nosso país, disso não restam dúvidas.

O aumento do desemprego e a consequente retracção do consumo por parte das famílias espanholas está já a prejudicar as exportações com origem no nosso país e muitos portugueses poderão perder os postos de trabalho que têm vindo a ocupar no país vizinho. A subida total do desemprego em Espanha ascendeu, em Janeiro, revela o Diário Económico, a 8,6%, com o sector da construção a ser o mais afectado, registando um disparo de 27% no número de desempregados. Representando 40% do total de desempregados – valor que sobe para 70% quando se analisa apenas o sector da construção –, os estrangeiros parecem ser o grupo social mais vulnerável à destruição de postos de trabalho, que se prevê poder vir a redundar na perda de 200 mil empregos só na construção civil. Enquanto me lembro das vicissitudes da semana passada na pequena cidade de O Carballiño, pergunto-me quantos destes empregos ameaçados serão actualmente ocupados por portugueses e qual será a resposta dos operários portugueses desempregados à «crise depois da crise».

(Do diário de campo, 10 de Fevereiro de 2008)

Configuracoes_5-6.indd S5:171 06-07-2010 09:57:11

Referências bibliográficas

ASHFORTH, Adam (2005), *Witchcraft, violence and democracy in South Africa*, Chicago: University of Chicago Press.

BOURDIEU, Pierre e SAYAD, Abdelmalek (1964), *Le Déracinement*, Paris: Les Éditions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre (2002), «Comment libérer les intellectuels libres?», in *Questions de Sociologie*, Paris, Les Éditions de Minuit.

BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc (2000), «The organic ethnologist of Algerian emigration», *Ethnography*, 1 (2): 173-182.

CHARLESWORTH, Simon e MONTEIRO, Bruno (2008), «The personal translations of class. An ethnographic research in two industrial communities under economic transition: Rebordosa (Portugal) and Rotherham (United Kingdom)» (manuscrito, 25 pp.).

COMAROFF, John e COMAROFF, Jean (1992), «Le fou et le migrant», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 94 (1): 41-58.

FITZGERALD, David (2004), «Towards a theoretical ethnography of migration», *Qualitative Sociology*, 29 (1): 1-24.

GONÇALVES, Albertino (1987), «O presente ausente: o emigrante na sociedade de origem», *Cadernos do Noroeste*, vol. I (1): 7-30.

GRAYLING, A. C. (1996), *Wittgenstein*, Oxford, Oxford University Press.

INE (2003), *Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída 2003*.

MARCUS, George (2007), «Multi-sited ethnography: five or six things I know about it», disponível *online* em: http://209.85.129.132/search?q=cache:uD7EgNv4IMoJ: eprints.ncrm.ac.uk/64/1/georgemarcus.pdf+marcus,+multited,+five+or+six+things+I+know&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=4&gl=pt).

MOODIE, Dunbar (1991), «Social existence and the practice of personal integrity – narratives of resistance on the South African Gold Mines», *in* A. Spiegel e P. A. Mcallister (orgs), *Tradition and transition in Southern Africa*, Nova Jérsia: Transaction Publishers.

OCDE (2007a), *International Migration Outlook. Annual Report – 2007 Edition*.

OCDE (2007b), *Policy Coherence for Development: migration and development countries*, Paris: OECD Development Centre.

PEIXOTO, João (1993a), «Portugal e as migrações internacionais: as perspectivas de evolução», in VVAA, *Estruturas Sociais e Desenvolvimento. Actas do II Congresso Português de Sociologia (Vol. I)*, Lisboa: Editorial Fragmentos e Associação Portuguesa de Sociologia.

PEIXOTO, João (1993b), «Migrações e mobilidade: as novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980», in VVAA, *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional Sobre Emigração e Imigração em Portugal – Séculos XIX e XX*, Algés: Editorial Fragmentos.

PEIXOTO, João (2002), «Migrações internacionais e globalização. Mobilidade, mercados de trabalho e relações sociais», *in* J. M. Carvalho Ferreira, e I. Scherer-Warren, (orgs), *Transformações Sociais e Dilemas da Globalização*, Oeiras: Celta Editora.

PURSER, Gretchen (2007), «The dignity of job-seeking men», *Journal of Contemporary Ethnography*, 20 (10): 1-23.

QUEIRÓS, João (2009), «Recent economic performance and changing configurations of workforce mobility in Northwest Portugal: social consequences of unemployment and the rise of youth emigration», in D. Cairns (org), *Youth on the Move: European Youth and Geographical Mobility*, Frankfurt: IKO-Verlag (no prelo).

QUEIROZ, Maria Cidália (2003), «Precarização do emprego e integração profissional numa região de industrialização difusa: o caso dos operários da construção civil do Noroeste de Portugal», *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 15: 19-55.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1976), «Comunidades migrantes em situação dipolar: análise de três casos de emigração especializada para os EUA, para o Brasil e para França», *Análise Social*, vol. XII (48): 983-997.

SCHATZKY, Theodore (2005), «Early Heidegger on sociality», in H. Dreyfus e M. Wrathall (orgs), *A Companion to Heidegger*, Londres: Blackwell Publishing.

SCOTT, James C. (2002), «Formas quotidianas da resistência camponesa», *Raízes*, 21 (1): 10-31.

VIGH, Henrik (2008), «Crisis and chronicity: anthropological perspectives on continuous conflict and decline», *Ethnos*, 73 (1): 5-24.
WITTGENSTEIN, Ludwig (2002), *Tratado Lógico-filosófico – Investigações Filosóficas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª edição (tradução de M. S. Lourenço).

Vozes poderosas de jovens de elites económicas portuguesas

Eunice Macedo*

Resumo

As vozes de jovens elites económicas em Portugal constituem o ponto focal deste artigo, que localiza uma instituição de educação privada, implantada no seio de uma globalização económica política e cultural. Aí se parece legitimar um modelo de escolha educativa de tipo neoliberal, centrado na competitividade e na importação para a escola de mecanismos de regulação empresarial. Discutem-se vozes poderosas de rapazes e raparigas que narram as suas expectativas de escolarização e a posterior inserção no mundo de trabalho, bem como a sua construção como sujeitos. Aborda-se o desenvolvimento deste percurso entre contextos de socialização que, sendo complementares, comportam vias e constrangimentos ao nível das dimensões de género, classe social e nacionalidade na construção das pessoas jovens como 'cidadãs' consumidoras.

Palavras-chave: voz neoliberal, vozes poderosas, 'cidadania' de consumo

1. Introdução

O conceito de 'voz' tem sido utilizado de formas distintas no âmbito de teorias feministas, de estudos sociológicos críticos e da apropriação neoliberal da voz em educação. Na primeira parte deste texto, procuro enquadrar essa discussão. Apoio a argumentação na tipologia da voz proposta por Arnot (2006) no intuito de explicitar que as vozes captadas neste trabalho são vozes poderosas de jovens, construídas e expressas num contexto educativo privado, frequentado por elites económicas. Faço um enquadramento breve da instituição, procurando clarificar a sua articulação com um contexto de disseminação cultural,

* Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto – eunicemacedo_58@hotmail.com

Configuracoes_5-6.indd S6:175 06-07-2010 09:57:11

política e económica global em que o modo cultural, legitimado como cultura mundial (Dale 2001; Santos 1999) é o de grupos específicos da população. Estes são possuidores de um poder económico forte de que advém a capacidade para adquirir – e conviver com – os bens culturais e educativos que podem permitir a demarcação, em termos de percurso profissional e de vida, relativamente a grupos populacionais desprovidos. Estes são, necessariamente, afastados do acesso a esses bens de consumo, num país tipificado por menos Estado social e pela transversão de bens sociais em produtos de mercado, numa perspectiva de oferta e de procura (Pereirinha, 2001) e de consequente clientelismo educacional.

No enraizamento do argumento, tomo as vozes de jovens, rapazes e raparigas, na sua diversidade e heterogeneidade intra-grupal (Young, 1997). Procuro ilustrar algo da sua hierarquização, expressa naquilo que Bernstein (1990) designou por *sub-vozes* de classe, género e nacionalidade, como componentes de voz. Ainda à luz do pensamento bernsteiniano, ponho em perspectiva o modo como as pessoas jovens concebem o seu percurso educativo e a posterior inserção no mundo de trabalho. Assim, articulo as "identidades sociais" em construção e a construção de uma "voz pedagógica" que – longe de as confrontar – as reforça, contrariamente ao que parece acontecer a jovens inseridos noutros contextos. A análise focaliza duas ordens de razões: a construção como sujeitos no 'seu' mundo de pertença e a construção da visão de mundo.

Este texto enraíza-se em preocupações da dissertação de mestrado[1] em que se procurou escutar as vozes jovens, no quadro de uma matriz metodológica suportada no cruzamento da análise de conteúdo dos discursos jovens com uma leitura hermenêutica de documentos orientadores da instituição, de artigos produzidos sobre ela nos *media* aquando da sua criação e com a incursão de tipo etnográfico da investigadora na instituição, durante mais de dez anos. Esta constituiu um registo "afectivo", como memória e dado de reflexão, que trouxe à colação uma compreensão "íntima" do seu *ethos* e permitiu uma escuta investigativa criadora de sentidos, confrontada com novos saberes teóricos e com a procura de distanciação (Macedo, 2009). Assume-se a realização de um trabalho parcial e localizado numa realidade social específica, em que a "objectividade possível" emerge do cruzamento (inter)subjectivo de dados.

[1] Macedo, Eunice (2005) Entre TER e SER, Tensões (irre)conciliáveis na formação da cidadania e género numa elite da (semi)periferia. Dissertação de Mestrado, desenvolvida sob orientação da Professora Doutora Helena Costa Araújo, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto (FPCE-UP).

Configuracoes_5-6.indd S6:176 06-07-2010 09:57:12

2. 'Voz' e vozes poderosas[2]: que enquadramentos?

A 'voz' tem assumido diferentes vertentes em função do enquadramento político-ideológico em que é produzida e que (re)produz, tendo vindo a revelar-se como indicador analítico fundamental nos estudos sobre e *com* a juventude. Em *Gender Voices in the Classroom*, uma obra fundamental para a explicitação da localização da voz e das vozes, no presente trabalho, Madeleine Arnot (2006) focaliza a voz de género. Utiliza uma tipologia que incorpora a "tradição metodológica/epistemológica feminista", os "estudos sociológicos críticos" e a "apropriação neoliberal da voz". A primeira tradição centra-se na compreensão da centralidade da voz para atribuir a opressão das mulheres ao silenciamento e marginalização da sua "história, experiência, compreensões do mundo, modos de saber, valores e identidades" (Arnot, 2006: 408). Ou seja, reclama uma re-significação da realidade, a partir da subversão dos códigos culturais dominantes. Desse modo permite enfatizar a possibilidade de novas visões e interpretações tendentes à incorporação das vozes das mulheres, na diversidade dos seus termos (Marques, Macedo e Canotilho, 2003), vozes essas que poderão colaborar para uma (re)construção da democracia.

Também os "estudos sociológicos críticos das vozes silenciadas" (Arnot 2006: 406) focalizam a manifestação colectiva da voz. Procuram "dar voz" a grupos minoritários, no intuito de desconstruir para compreender as desigualdades sociais. Daí advém a criação de uma pedagogia crítica libertadora, que colabore para diminuir essas desigualdades. Nela se inserem, e dela se destacam, as propostas político-filosóficas de educação de Paulo Freire, que supõem que a reconstrução da experiência a partir de uma perspectiva emancipatória, em conjunção com outros que partilham aspectos duma mesma voz, permite desafiar o discurso dominante. Nessa perspectiva, em que a "leitura da palavra" permite e constitui a "leitura da palavra mundo" (Freire: 2000, 2001), e em que a conquista de "ser mais" e a mudança social surgem em tensão criativa, a voz constitui elemento essencial para uma consciência crítica, como pré-requisito para desafiar e mudar valores hegemónicos.

Já a 'voz', apropriada pelo mundo neoliberal, surge num enquadramento político-ideológico de globalização, de competitividade e de enfoque na *performance* individual, perdendo o carácter emancipatório de libertação e de empoderamento (*empowerment*), identificado nas tradições anteriores. É esta apropriação da voz que parece patente na instituição do estudo, tendendo para agravar "os diferenciais de classe e culturais nas experiências, relações e emo-

[2] Laura Fonseca (2005) utiliza o conceito de "vozes poderosas" na sua Tese de Doutoramento "Vozes, Silêncios e Ruídos na educação escolar das raparigas", realizada na FPCEUP, em que refere, por exemplo, que "no seio de relações sociais hierárquicas e de opressão escolar, as raparigas constroem identidades complexas e dilemáticas, num clima de caos/liberdade, produzindo vozes e subjectividades contraditórias, pouco poderosas e circulares, devido às dificuldades para ganhar capacitação, ser poderosa e independente emocionalmente" (Fonseca 2005: 388).

Configuracoes_5-6.indd S6:177 06-07-2010 09:57:12

ções associadas com a escolarização masculina e feminina" (Arnot, 2006: 408). No interior da escolarização, a 'voz do aluno' serve "para fortalecer a transformação da educação em mercadoria" (Ibidem, 407). A 'voz' surge associada à privatização e mercadorização da educação, numa perspectiva de clientelismo que posiciona 'o aluno' como consumidor de bens de educação (Arnot, 2006). A escolha desta instituição escolar particular surge associada não só à manutenção e reforço de estatuto social, aliado à capacidade de consumo (Mooij, 1998), mas também à reclamação de afirmação social, de asserção competitiva de estilos e percursos de vida (Beck, 1992), sustentados na construção de carreiras individuais, centradas no sucesso e na ocupação de lugares de topo nas hierarquias profissionais. Permitindo evidenciar uma ligação entre classe e escolha educacional, e afirmar a capacidade da classe média para tirar vantagem das escolhas (Santiago *et al*. 2004), numa perspectiva de competitividade e de opção por estilos de vida, centrada na individualização do sucesso, Ball (2003) sugere que as identidades representadas na voz são constituídas no decurso da história colectiva, sendo a classe social não só produtiva como reactiva. Desse modo, "pensamos e somos pensados pela classe" (Ball, 2003: 6). No entanto, o conceito de classe tem que ser actualizado (cf. Silva 2007), já que na perspectiva marxista tradicional não tem sido incorporadas a partilha cultural e a acção colectiva. Estando a questão de classe ligada ao domínio de privilégios na distribuição de recursos, a análise de Ball parece não comportar outras dimensões articuladas com a classe, e também presentes, no contexto em que se desenvolveu o estudo. Essas vertentes, estando ligadas ao reconhecimento e a preocupações de cidadania e justiça social, são corporizadas, por exemplo, nas relações de género e nacionalidade, e na localização social dos sujeitos a elas inerentes, estando também subjacentes às escolhas educativas.

Os Estados ditos democráticos têm hoje presentes como desafios nas suas agendas neoliberais a prossecução da equidade, a excelência, a flexibilidade e a responsabilização, a universalidade e personalização. Tal pressupõe a auscultação do consumidor pelo governo no sentido da responsabilização dos serviços públicos. No contexto educativo, isto significa que cada aluno, visto como cliente e consumidor, deve ser situado no cerne da organização escolar, sendo também responsabilizado pela identificação das suas necessidades. Também os pais e mães são responsabilizados, como consumidores que escolhem entre serviços a experiência educativa para os/as filhos/as (Ball 2003; Macedo 2009).

Neste quadro, a apropriação neoliberal da voz afasta-se tão claramente das preocupações inclusivas e emancipatórias das vozes críticas e desconstrutivas dos pedagogos críticos como das reivindicações feministas de voz para incorporação das mulheres na cidadania. As vozes jovens, captadas nesta política de voz, tornam-se instrumentais não só ao reforço das vozes poderosas, que assim se expressam, como à melhoria da eficácia de uma escola que a elas se dirige. Reforçam-se as vozes já poderosas das pessoas jovens da classe média e alta,

Configuracoes_5-6.indd S6:178 06-07-2010 09:57:12

branca, masculina, cuja cultura se identifica e cresce na cultura escolar, pois a sua linguagem fala a linguagem da escola e aí se expressa. Do mesmo modo, sob o véu dessa voz jovem hegemónica, se homogeneízam vozes *outras* posicionadas em subordinação. Na sua diversidade de etnia, género, classe, nacionalidade, estas vozes silenciadas são sujeitas a fenómenos de violência simbólica e de recontextualização, ficando também ocultos os diferenciais de poder que se entrecruzam nas diferentes localizações. Tal situação, largamente identificada no interior das escolas públicas, ocorre de forma maximizada no contexto privado onde se centrou o estudo, que funciona como barreira ao cruzamento entre vozes poderosas e silenciadas/ausentes, neste caso.

Estes fenómenos surgem associados à construção daquilo que Bernstein (1990) designou como a construção de uma "voz pedagógica", realizada através da aprendizagem como plataforma de comunicação entre alunos. Esta 'voz' emerge de processos de normalização, inerentes a qualquer processo educativo, e que supõem tanto uma socialização "para a voz do outro", como a emergência de uma voz pessoal, do ainda não verbalizado, a qual ganha sentido através da escolarização. Alguns grupos e indivíduos têm maior proximidade à aquisição dessa voz, que supõe a existência de regras de reconhecimento e realização, o domínio de modalidades de comunicação, formas de linguagem e conhecimento de tópicos, fluência na conversa da sala de aula e disciplinar e a expressão não de identidades sociais, mas de identidades pedagógicas. A forte proximidade entre as vozes jovens deste grupo e o contexto escolar que colabora para a sua socialização torna-se instrumental e útil à construção dessa voz pedagógica, em que a voz pessoal sai reforçada e valorizada. Com esta preocupação, procuro, no ponto seguinte, explicitar como o enquadramento da instituição no interior de fenómenos associados à globalização orienta e delimita a construção das vozes jovens.

3. Globalização, Europa e a emergência de uma instituição de educação privada

No estudo focalizei vozes mais ou menos poderosas que se cruzam e reforçam numa instituição privada. Esta emergiu em meados dos anos 80, em pleno período de adesão de Portugal à, hoje, União Europeia[3]. Como é sabido, a CEE surgiu sob a égide da constituição mítica de uma cidadania europeia, supra-nacional, distinta da cidadania nacional tradicional, que fizesse frente quer ao Bloco Soviético quer ao Bloco Americano, quer ao "declínio histórico dos estados-nação" e ao crescente nacionalismo europeu (Braidotti 1998). Esta situação surgiu a par de transformações no jogo de forças entre estados-nação no sistema capitalista mun-

[3] Então CEE – Comunidade Económica Europeia.

dial e com fenómenos culturais ligados à ocidentalização e americanização[4] de conteúdos e valores culturais de grupos dominantes (Santos 2001; Dale 2001).

A criação do espaço privado onde desenvolvi o estudo nesse enquadramento de forte transformação política, social e cultural, subordinada ao económico, enquadra-se nesse movimento de disseminação cultural, através da privatização das escolas, e permite evidenciar a ligação entre classe e escolha educacional e a capacidade da classe média-alta e alta para tirar vantagem das escolhas educativas (Ball, 2003; Santiago *et al*., 2004). A instituição foi criada por elites económicas da Zona Norte, ligadas a profissões liberais e a uma Fundação, cujo objectivo expresso era desenvolver a educação e a cultura no Norte do país, parecendo ter como objectivo oculto, (re)construir e fazer ouvir as vozes de elites económicas da Zona Norte e do mundo. A construção de postos de observação de poder, frequentemente naturalizados, foi propiciada às pessoas jovens nesse espaço de eleição, tipificado por objectivos educativos definidos, alicerces filosóficos e conceptuais fortemente enraizados, uma organização forte, estruturada e actual, apetrechada em recursos técnicos, possuidora das mais modernas tecnologias e métodos de escolarização, que selecciona os docentes mais multifacetados e mais bem treinados e investe na relação com as famílias como accionistas da instituição.

As vozes jovens em que centro o estudo crescem e reforçam-se entre as fronteiras ténues de contextos de socialização com forte coerência textual e espaços intersticiais limitados – que limitam o potencial de apropriação individual – pelo que também se enchem de anseios e enganos. Preparam-se para uma competitividade mundial, registada no quadro de uma Europa orientada para o reconhecimento de qualificações e competências ao nível europeu. Pela mão desse sistema escolar, as pessoas jovens aprendem a valorizar o percurso pessoal individual, em detrimento de princípios de solidariedade humana e de reconhecimento de necessidades de cidadania para 'outros'. Foram conduzidas, também, para a assunção do direito a estilos de vida ligados ao consumo exacerbado. As situações de despojamento no mundo exterior são-lhes apresentadas como naturais, o que os leva a desviar o olhar dessas realidades, a olhá-las de forma desprendida ou numa perspectiva de generosidade neo-filantrópica e caritativa; ou, ainda, a interpretá-las como efeitos colaterais necessários à prossecução do seu percurso, à assunção da excelência[5], sucesso, competitividade e gestão de tipo empresarial... Essa perspectiva, trazendo limites a uma análise descentrada, vem dar vez a formas de autismo cultural e social preocupantes (Macedo, 2009).

[4] Santos sugere a designação de ocidentalização ou americanização, alegando tratar-se de uma efectiva globalização de valores, artefactos culturais e universos simbólicos ocidentais ou especificamente norte-americanos, como "o individualismo, a democracia política, a racionalidade económica, o utilitarismo, o primado do direito..." (Santos 2001: 51).

[5] O conceito de *excelência académica* expresso nos documentos orientadores e nas práticas da instituição não é limitado ao domínio de conteúdos, mas tem, também, um carácter relacional de gestão dos afectos, antecipando o ajustamento aos novos perfis de liderança do mundo global da competitividade.

Configuracoes_5-6.indd S6:180 06-07-2010 09:57:12

Encontro ligação entre essa instituição de educação privada e uma globalização económica política e cultural, cuja lógica é a da competição capitalista internacional, a qual vem legitimar e surge legitimada num modelo de escolha educativa de tipo neoliberal, centrado na importação para a escola de mecanismos de regulação empresarial (Stoer, 2001; Dale, 2001). A instituição onde localizo o estudo surge como lugar de desenvolvimento de percursos jovens de cidadania parcial, entre contextos de socialização cuja complementaridade se tornou clara e instrumental aos pressupostos de uma globalização que pode ser interpretada como a "expansão internacional das trocas e das relações de produção capitalistas; a expansão internacional da visão de mundo e do modo de vida burgueses[6] e, finalmente, a expansão internacional das comunicações" (Romão 2006: 49). A esse enquadramento da construção como pessoas cidadãs consumidoras – com capacidade de consumo – não ficam também alheios constrangimentos e modos de hierarquização ao nível das dimensões de idade, género, nacionalidade e classe social. A capacidade de tomada de decisão e de responsabilidade sobre a acção, tal como o potencial de partilha e de reflexão *com* o mundo, como dimensões cruciais do exercício da cidadania ficam espartilhados.

Num estado em que a dimensão social surge minorada e se enfatiza cada vez mais a transformação de bens sociais como a educação em bens de consumo, tendo como resultado uma maior exclusão social (Pereirinha 2001), a mesma ideologia de alienação da "estúpida compulsão do consumo" (Santos 1999) parece ser construída em contextos sociais menos particulares e com outras especificidades e limites. A ideia de cidadania surge articulada com a ideia de direito de posse e usufruto de bens – uma 'cidadania' de consumo. Desse modo, pode gerar entre grupos economicamente desfavorecidos e com menos possibilidade de acesso a bens culturais e educativos – associados ao potencial de consumo – a experiência fragilizadora de despojamento e a desadequação social, podendo pôr em risco tanto as suas possibilidades de afirmação social como o seu reconhecimento como cidadãs e cidadãos de pleno direito.

4. Narrativas jovens: vozes poderosas de rapazes e raparigas

As pessoas jovens narram as suas expectativas, perspectivando a sua visão de mundo e das relações humanas. As suas vozes, mais ou menos poderosas, foram captadas através de 8 sessões de Discussão Focalizada[7] com 2 grupos

[6] Respeitamos a utilização da palavra 'burgueses' na citação do autor, expandindo este conceito fortemente localizado no tempo e a realidades sociais muito específicas e apropriando-o para os grupos sociais com forte poder económico e acesso particular a bens educacionais e culturais, em que centrámos o estudo, utilizando a designação de 'elites' ou 'classes' média-alta e alta e numa perspectiva de diversidade intragrupal, à luz do proposto por Iris Young (1997).

[7] O trabalho com as narrativas de jovens foi cruzado com a análise documental e com a incursão de tipo etnográfico na instituição, por um período alargado, como se referiu. As sessões decorreram em horário escolar e num espaço tranquilo no interior da instituição.

Configuracoes_5-6.indd S6:181 06-07-2010 09:57:12

de 12 jovens, rapazes e raparigas de 10º e 11º ano, de classe média-alta e alta, numa escola privada da (semi)periferia europeia. A maioria de pessoas participantes eram portuguesas, umas tinham dupla nacionalidade inglesa e portuguesa, havia um jovem polaco, um japonês e duas inglesas. Foi possível captar as suas vozes de classe[8], de nacionalidade e de género, o que facilitou a detecção da presença de uma elite diferenciada a vários níveis, cujas localizações parecem facilitar o acesso e a apropriação da "voz pedagógica" (Bernstein 1990) induzida por esta instituição escolar.

As narrativas jovens parecem evidenciar essa proximidade entre a construção das suas 'identidades sociais', no cruzamento e interstícios dos contextos de socialização e a construção de uma voz pedagógica comum "a linguagem da aprendizagem" (Arnot 2006: 419). Por outras palavras, parece haver uma distinção ténue entre a "voz" como conceito usado para descrever as 'sub-vozes' de género, classe e nacionalidade e uma voz pedagógica "criada através do refazer do poder e do controlo pelos sistemas educativos" (ibidem). Apresenta-se, em seguida, um conjunto de excertos, mais no intuito de explicitar e ilustrar alguns achados do que de evidenciar o método utilizado para a sua captação[9].

Existe diferenciação económica neste grupo. Há um padrão elevado de consumo, associado à manutenção e reforço de estatuto social (Mooij, 1998), identificável pela capacidade de pagamento de propinas, ao nível das de outras escolas internacionais, e pelo custear de todas as outras despesas inerentes à sua frequência, como a compra de diversos uniformes, alimentação na cantina escolar, actividades 'extra-curriculares'. São identificados níveis de maior ou menor poder económico que evidenciam posse, valorização e desejo de posse, como expressão de sub-vozes de classe, no interior do discurso pedagógico (Bernstein, 1990), como se destaca nos seguintes excertos:

> Eva – Nadas na tua piscina?
> Olavo – Sim. (…) Sauna!
> Magda – É... só pa dizeres que és rico. Assim não vale!
>
> Berta – Nas férias eu gosto de ir pa Ibiza… Gosto de ir todos os anos.
> Eva – Está o Heitor a dizer. Tens lá uma casa em Ibiza é?
> Berta [risinhos, visivelmente comprometida] – sim.
> Magda – Óptimo.
> Heitor – Ih mãe! Ela toda contente…
> (discussão focalizada de 24.03.04)

[8] Na teoria Bernsteiniana, as vozes de classe, género, raça, região, nação, religião… constituem as mensagens/ realizações da 'voz' do discurso pedagógico. Bernstein (1990) argumenta em favor da necessidade de construção de uma teoria da comunicação pedagógica que foque a 'estrutura central do pedagógico', no que concerne os aspectos mais íntimos e específicos da comunicação realizada pelo discurso pedagógico da educação, de modo a que a 'voz' do discurso pedagógico passe a ser ouvida.

[9] Neste texto, é apresentado um número muito limitado de excertos, a título de exemplo, que não pretende captar o âmbito global do trabalho mas, apenas, ilustrar sucintamente alguns aspectos. Para aprofundamento pode consultar-se a dissertação de mestrado ou a sua versão corrigida: Macedo, Eunice (2009). *Cidadania em Confronto: educação de jovens elites em tempo de globalização*. Porto: LivPsic/CIIE.

Configuracoes_5-6.indd S6:182 06-07-2010 09:57:12

A existência de um *background* sociocultural diversificado, expresso quer na sub-voz de classe, quer na de género (Bernstein 1990) é percebida através das ocupações dos pais e mães. As profissões liberais são as mais frequentes, mas surgem também diplomatas, 'managers' de clubes de futebol, jornalistas, empresários, enfermeiras, professoras, hospedeiras, entre outras. As realizações de voz, relativas às expectativas profissionais jovens, denotam a procura de manutenção de uma herança familiar (Perrenoud, 1995) em termos de carreira e/ou a manutenção do nível de vida elevado das famílias, como se ilustra em seguida:

> Josué – [O meu pai] trabalha em gestão de Empresas... metalúrgica... Eu penso ir para Gestão...de Empresas... porque assim posso tomar conta da empresa do meu pai ou...seguir juntamente com ele.
>
> Rute – E tens sempre emprego garantido…
>
> Josué – É... e tenho emprego... não, não é bem...é sempre.
>
> Jarmila – Quero medicina... Deve ser por a minha família ser toda à volta de ciências e eu interessei-me desde pequenina... A minha mãe é enfermeira, o meu pai é médico.
>
> Maximino – A minha mãe é economista e o meu pai é... dono de uma empresa... [quero] arquitectura... Em princípio começar cá e acabar em Itália [fazendo uma especialização].
>
> Júlia – [A minha mãe] tem um curso de Ciências da Comunicação... [E o pai] é um empresário... de uma equipa de futebol... ainda não sei se vou para advogada, sequer... Vou fazer Direito... depois não sei... depois logo se vê!
>
> Magda – A minha mãe tem uma empresa de reciclagem, na Holanda... também tem uma empresa de cordas... Quero ficar a estudar em Portugal...mas depois...se calhar ir lá para fora pa fazer... um mestrado...ou qualquer coisa... Ciências...por aí... Química.
>
> Susan – A minha mãe é... Directora da Júnior School... E o meu pai é Director duma companhia de vinho... Eu não sei que curso é que quero seguir ainda. Mas talvez para a área de História ou Política ou Relações Internacionais, quase de certeza, vou para Inglaterra.
>
> Josias – A minha mãe é arquitecta e o meu pai é presidente duma multinacional [ambos trabalham, quero fazer] o ISEC ou Economics.
>
> Heitor – O meu pai é militar... quero ir para a faculdade... Engenharia aeroespacial ou aeronáutica...Tenho [saída profissional] mas no meu país... não se investe em tecnologia...para já... Eu gosto [de viver fora].
>
> Flávio – É juiz, o pai...e a mãe é professora para pessoas com mais dificuldades... eu quero ir para biólogo Marinho...
>
> (excertos organizados por temas emergentes)

A diferenciação em termos de nacionalidade, como realização da voz do discurso pedagógico (Bernstein 1990), não se torna tão clara. Evidencia-se a

sobrecarga de trabalho escolar de um jovem japonês que, frequentando a instituição do estudo, também frequentava uma escola Japonesa, aos sábados, para manutenção da sua língua e cultura.

> Keith[10] – It's too much [work]!
> (discussão focalizada de 24.03.04)

Vejamos algumas diferenças nas expectativas de vivência familiar:

> Susan – Lá em Inglaterra depois dos dezoito as pessoas saem de casa e começam a viver por si próprias. Assim aos dezoito já não vou estar em casa e depois começo a construir a minha vida. Agora eu não sei se vou casar ou ter filhos... ou depois da Universidade ou se vai demorar não sei quanto tempo.
> (discussão focalizada de 05.05.04)

Porém, a gestão de problemas pelas famílias de diferentes nacionalidades obedece a estratégias de penalização similares:

> Olavo – Começamos a ralhar em polaco e... e... Tira-me o computador.
> Heitor – Eu já não tenho... foi também devido a um castigo mas esse funcionou porque... o meu pai está em Lisboa, não é, e disse 'ah, de castigo, já que tu não tiraste boas notas... E agora já não tenho... mas agora como vou viver para Bruxelas...
> (discussão focalizada de 17.02.04)

Os grupos familiares são diversos, desde a família nuclear tradicional a famílias monoparentais, recompostas e/ou, ainda, disfuncionais; e possuidores de estilos de vida distintos, evidenciados pela habitação em quintas nos limites da cidade, em apartamentos de luxo em zonas 'in' ou em vivendas com jardins, em zonas recatadas e pelo acesso'naturalizado' ao consumo, nos tempos de lazer, como se ilustra:

> Rosa – Borabora!... As águas mais claras do mundo!
> Olavo – Gosto do Inverno!... Não é o Inverno cá, é mais na neve, para praticar desportos radicais... Snow boarding... Na Polónia...em Espanha...e…
> Heitor – Teres uma ilha, não, teres uma ilha não, ires para uma ilha paradisíaca!...Pode ser qualquer uma…
> Rosa – Todas são boas!
> Heitor – Maldivas! Deve ser giro.
> Magda – Brasil!
> Rosa – Iguaçu!... As dunas, o banho, a comodidade.

[10] O jovem a quem aqui chamo 'Keith' é japonês e o único com um domínio limitado da língua portuguesa. Por essa razão os diálogos com ele são apresentados em inglês, tal como aconteceu durante as sessões.

Heitor – Ter um iate, começar num sítio qualquer, (…) ir de ilha em ilha, no Pacífico. Mas um iate grande. A sério...mas tipo três anos de férias.

(excertos organizados sob a categoria "*Tamos* bem aqui!")

5. A construção como sujeitos

Num cruzamento denso entre as "identidades sociais" expressas nas subvozes de classe, género e nacionalidade *com* a "voz do discurso pedagógico" (Bernstein 1990), a ancoragem da cidadania das pessoas jovens do estudo surgiu ligada a uma diversidade de escolhas que fortalece a ideia de heterogeneidade intra-grupal (Young 1997), a que não é alheio o largo leque de possibilidades. Evidencia-se a capacidade de auto-determinação na definição de percursos pessoais diversificados, como elementos de um grupo a que as pessoas jovens se sentem vinculadas por laços fortes e solidários entre pares, ligados à partilha de valores, princípios de vida e interesses. A amizade é situada pelos rapazes e raparigas mais jovens no espaço dos afectos não explicados e fundamentais, enquanto os rapazes mais velhos manifestam visões mais estratégicas da relação humana que permitem inferir a possibilidade de desenvolvimento de relações também estratégicas com o mundo mais amplo, aquando da inserção no mundo do trabalho.

Evidencia-se maior presença das mães na vigilância das questões educativas e dos lazeres, sendo os pais vistos, por vezes, como meros provedores, percepção que prevalece também entre outros grupos, apesar da forte presença das mulheres no mercado de trabalho, a todos os níveis. Em geral, raparigas e rapazes avocam a sua dependência económica, assumindo que os pais trabalham para eles/elas na expectativa de uma contrapartida através de um bom desempenho escolar, como se ilustra:

Rute – ... é uma maneira de devolver o dinheiro que eles pagam com as nossas notas.

Josias – Exactamente… Nós estamos a fazer a nossa vida. Eles estão a pagar para nós construirmos uma vida nossa.

Rute – … O que a minha mãe dizia... nos dizia... na brincadeira quando eu era pequenina... [voz de mãe] eu dou-vos notinhas para a escolinha mas vocês têm que me trazer as outras notinhas! … E acho que continua a ser isso... uma pessoa leva boas notas e os pais... acho que se sentem realizados em trabalhar para nós andarmos cá, para nós levarmos aquelas notas boas e eles vêem que nos estamos a esforçar ... acho que a Nadia nisso tem razão.

(discussão focalizada de 13.05.04)

Os jovens admitem continuar na dependência familiar para manterem um nível de vida ligado a padrões elevados de consumo durante o percurso acadé-

Configuracoes_5-6.indd S6:185 06-07-2010 09:57:12

mico e, mais tarde, se necessário. Explicitam uma compreensão mercantil da vida sustentada em relações de troca:

> Júlia – Uma coisa é teres uma boa casa e viveres à custa do teu trabalho. Outra coisa é fazeres a vida à custa dos teus pais [zangada]
>
> Josué – [zangado] ... pode ser um pequeno investimento
>
> Júlia – ( ) à custa dos outros...
>
> Josué – Sinto-me bem!
>
> Júlia – Pronto, não fazes nada e vives à custa dos outros.
>
> Josias – … nós tamos a viver à custa dos nossos pais... nós gastamos o dinheiro... a ir pa noite e essas coisas todas… Claro que eu acho que aqui toda a gente vai querer... quando chegar a certa altura... viver ... sem estar às custas dos pais. Só claro que se a vida não corre como nós queremos, claro que os pais vão estar lá para nos ajudar. Não é como se nós não conseguirmos um emprego vamos ficar na rua e … Não tou a dizer que não quero ir trabalhar. Eu quero conseguir ganhar a vida como eu quero. Eu quero ter carros de luxo. Eu admito que quero essas coisas todas... mas quero ser eu a ganhar.
>
> Rute – Claro.
>
> (discussão focalizada de 13.05.04)

Expectativas e realidades de vida mais limitadas estarão presentes noutros grupos da população. Por outro lado, replicando percepções do senso comum sobre outros grupos da juventude, estas vozes jovens também reclamam uma maior autonomia na acção e na tomada de decisão. Referem a existência de excessivo controlo e vigilância que despoletam estratégias relacionais desde a negociação honesta à sedução ou à mentira. São também explicitados modos de cumplicidade e reconhecimento do esforço desenvolvido pelos pais e mães para custearem a educação e um nível de vida muito acima do da maioria. A falta de disponibilidade dos pais/mães é também verbalizada como aspecto de empobrecimento afectivo/relacional dado o investimento profissional parental, possivelmente em perseguição do lucro no sentido da manutenção das "necessidades" construídas para a exibição de estatuto (Mooij 1998).

Nas questões de género é que se notam maiores diferenças nas pessoas em foco. Os rapazes tendem a reproduzir estereótipos sobre a fragilidade e incapacidade das mulheres, que justificariam até a sua não participação na vida política, a sua falta de potencial para o desempenho de determinados trabalhos ligados à vida pública e a sua remissão para o espaço privado da vida familiar. As raparigas demarcam-se claramente desses papéis, assumindo a capacidade de acção, o direito a participar na vida pública e, a rejeição ou passagem para segundo plano do papel de "mulher-e-mãe". Reivindicam o direito a uma carreira e a um percurso de ocupação poderosa do espaço público, em lugares de destaque:

Configuracoes_5-6.indd S6:186 06-07-2010 09:57:12

Heitor – Na política... os homens são muito melhores do que as mulheres porque... são imparciais... as mulheres normalmente tomam partido... são mais... sentimentais.

Keith – Men are better in some things and women in other... Women…they know how to cook, normally... men...

Heitor – Sports!

Keith – … or working outside the house.

Berta – Aceitas que na política uma mulher seja tão boa ou melhor do que um homem?

Heitor – Se for uma mulher...no meio de vários homens.

Olavo – Não aceitava uma mulher presidente...

Heitor – Se os segredos de Estado já saem... com homens, agora, com mulheres Jesus!... Vocês são influenciáveis!

Magda – Há homens mais sentimentais que mulheres e há mulheres mais sentimentais que homens"

Maximiano – Acho que o homem é superior.

Magda – Ele não acha isso. Ele só está a dizer isto.

…

Liliana – Não há superioridade nenhuma...de nenhum lado...É injusto dizer...querem sentir-se...melhor!...Matchós! Machos. "Nós tomamos conta das mulheres. Elas que fiquem em casa!"… Elas que fiquem a cozinhar...nós a trabalhar. Pronto... matchós!

Berta – Eu já dei a minha opinião... Eu concordo com a Liliana.

…

Rute – [Casar] Era o objectivo de toda a gente.

Magda – Outra mentalidade... hoje muitas pessoas optam por não casar... as pessoas estão a mudar

Rute – E por... estudar...ter uma carreira…

Magda – E é muito melhor assim.

(excertos organizados por temas emergentes)

A demarcação de papéis tradicionais foi concretizada pelas raparigas do grupo através não só dos argumentos apresentados, mas também do uso de uma argumentação segura e eficaz no debate político constituído. Claramente, a sua situação de privilégio económico facilita a assunção de posições de asserção pessoal, pois estão menos sujeitas à segregação de género sofrida pelas jovens de grupos desfavorecidos, concretamente, em contexto escolar. Parece, no entanto, que estas jovens poderão ter que disputar a entrada no espaço público de acordo com os termos de uma masculinidade hegemónica que informa ainda o social e a que estão também sujeitas outras jovens.

As raparigas afastam-se também de estereótipos relativos à sexualidade. Embora esta questão não seja tratada com naturalidade, raparigas e rapazes assumem o direito ao prazer e a importância de explorar a sua sexualidade, como ponto de partida para uma vida em comum, ideia quase consensual entre

Configuracoes_5-6.indd S6:187 06-07-2010 09:57:12

as raparigas, mais libertas do peso de uma religiosidade que orientou os percursos das mulheres de gerações anteriores. Adiar percursos como constituir uma família, termo que, consensualmente, no grupo, foi utilizado para referir o casal heterossexual com ou sem filhos, e a preferência por "viver juntos", demarcando-se da relação tradicional mais utilitária, é uma opção comum a rapazes e raparigas:

> Berta – Eu não quero casar… não quero… ter um compromisso.
> Eva – ... as pessoas aceitam bem o facto de, por exemplo, uma rapariga viver sozinha com um companheiro ou... ?
> /Magda – Eu acho que hoje em dia já não há essas coisas.
> /Rosa – Exacto... já não há esse tipo de problemas...
> Magda – Já ninguém liga, as pessoas... já não dizem mal. Já acham normal… Era a religião... as pessoas eram mais religiosas.
> [várias vozes femininas, os rapazes estão a brincar com o telemóvel]
> Liliana – Mas hoje muitas pessoas optam por não casar... as pessoas estão a mudar.
> /Rosa – E por... estudar... ter uma carreira.
> Magda – E é muito melhor assim...
> ou...
> Liliana – Há muitos divórcios...
> Rosa – É preferível ir viver... namorado e namorada na mesma casa... durante uns anos... e depois... realmente vêem que se dão bem um com o outro e... casam-se...
> Heitor – hhhhmmm. As pessoas apressam-se… a casar… Ah, Sim, sim, sim. Não pensam bem se ... aquela ou aquele é o par ideal. …
> Magda – É por isso que eu acho que mais vale viver antes... como a Rosa diz... Viver antes com essa pessoa e, se calhar, casar, não é obrigatório casar.
> (discussão focalizada de 03.03.04)

Relativamente às opções de lazer, frequentemente partilhadas por raparigas e rapazes, parecem aproximar-se das de outros grupos sociais, embora neste grupo ocorram, com mais frequência, diversidade e em acumulação, dado possuir maior capacidade de consumo. É neste quadro que se inclui a experimentação iniciática com drogas leves e álcool e o desfrute, nalguns casos sem limitações, de prazeres nocturnos como bares e discotecas:

> Heitor – Ando no Taikundo!
> Rosa – Cinema.
> Berta – Festas de anos e isso.
> Olavo – Health Club.
> Josias – Alugamos um campo.
> Júlia – Jogar ténis... como actividade extracurricular" [paga além das propinas]

Jaime – Alugar os campos... 7 euros… Basquete!
Rute – Jantar [fora].
Nadia – Sair.
Heitor – Discotecas e tal.
…
Rute – Disse...eu não vou sair porque estou a poupar dinheiro para um sabonete!
Heitor – Coitado [em ar de troça] … Um sabonete custa p'aí cinquenta cêntimos!
Rute – ...de ganza!"
(excertos organizados sob a categoria "*Tamos* bem aqui!")

As pessoas jovens conhecem a posição de privilégio que a frequência da instituição reforça e demonstram apropriação da tomada de decisão sobre o seu futuro e quanto à opção por estilos de vida ligados ao desejo e à realização pessoal. É consensual o desenvolvimento de um percurso académico, no país de origem ou noutro de língua inglesa, em que desenvolveram a escolarização:

Rosa – Tal como a Jarmila... escolhi medicina... como é muito difícil entrar em Inglaterra porque dão mais... prioridade aos ingleses por terem a certeza que os médicos depois quando se formarem ficam lá e não vão embora do país, como é um bom investimento entre aspas, *pronto* é super difícil entrar em qualquer universidade inglesa, mas acho que vou tentar na mesma. Se entrar, pensava duas vezes... Sei que é um risco porque é uma coisa completamente diferente ficar cá com os papás... Ou ir sozinha.
Júlia – Não. Cá. (…) Porque... não sei... Primeiro porque Direito se estudar fora tinha que fazer Direito Internacional... e porque assim fico... em casa e não vou para fora. Não sei...
(discussão focalizada de 05.05.04)

As expectativas profissionais surgem ligadas a lugares de destaque na esfera pública, potenciados pela frequência de um sistema de ensino privado internacional, no quadro de uma escolha neoliberal (Ball 2003) informada; próximos de uma herança/patrocínio familiar (Perrenoud 1995) e associados à manutenção do estatuto social elevado do seu grupo (Mooij 1998). Embora essa dimensão surja suportada na ideia de felicidade e de realização pessoal, os rapazes evidenciam maior propensão para o lucro e as raparigas verbalizam maior preocupação caritativa para com os outros, parecendo ajustar-se aos estereótipos sociais.

Josué – Eu penso ir para Gestão... de Empresas... porque... assim posso tomar conta da empresa do meu pai ou... seguir juntamente com ele…
(discussão focalizada de 05.05.04)

Configuracoes_5-6.indd S6:189 06-07-2010 09:57:12

Em articulação com a redução dos fenómenos de recontextualização e violência simbólica, o estudo permite evidenciar a inexistência de uma "cultura juvenil", no sentido mais lato de tentativa de rebelião e ruptura com o estabelecido, à luz do estudado por Paul Willis (1977) para os *lads* da classe trabalhadora. As e os jovens desenvolvem, numa perspectiva mais individualista, formas de desafio ao instituído e à autoridade dos adultos que são ainda passíveis de absorção pela instituição como "desvios" previsíveis:

> Jaime – E quando partiste os óculos ao Mário? [risada geral]… O Mário era um adorado.... E o Leandro adorava-o. Ele uma vez com os óculos assim... Foi sem querer. Dobrou-os a meio até que … Toda a gente, o Mr F [professor da escola] que ia fazer justiça... mas ninguém o encontrou…e ele ficou todo triste o Mário.
>
> (discussão focalizada de 19.05.04)

A gestão do mundo de competitividade em que as pressões surgem ligadas à divisão prazer/lazer e dever/ter-que-fazer, é marcada por continuidades, expressas nas "sub-vozes de género" (Bernstein 1990). Muitas das raparigas optam por atitudes de compromisso. Procuram gerir o estudo de modo responsável, numa perspectiva de conquista do sucesso, pela prossecução de uma excelência académica relacional, a qual justificaria o prejuízo do lazer, a falta de tempo e o cansaço. Os rapazes posicionam-se de forma mais conflitual, revelando menor autonomia na escolarização. Muitos deles fazem o seu percurso em perseguição da excelência (ou tentando fugir do insucesso) com o apoio de explicações de língua materna e de matemática. Raparigas e rapazes estabelecem para si padrões elevados de desempenho, tomando como referência as possíveis consequências do seu percurso escolar para o futuro académico e num mundo do trabalho altamente competitivo:

> Josias – Cada vez mais é mais importante nós tirarmos melhores notas... [aceno positivo de alguns participantes]. Eu não sei, mas acho que aqui há dez anos atrás devia ser muito mais fácil entrar para uma boa faculdade, hoje em dia é a competição mundial e é preciso nós tirarmos, 'As' a todas as matérias para conseguirmos entrar para as melhores e dentro dos 'As' até há pessoas que não entram porque têm que escolher entre essas pessoas... Nós temos que estar a estudar porque, parece que não, mas nós já estamos a iniciar a nossa vida aqui. Se nós não entrarmos para uma boa faculdade, podemos não arranjar um bom emprego, podemos estar à rrasca de dinheiro no futuro... nós somos do 11º, temos que tirar muito boas notas para depois podermos entrar para uma boa faculdade, para depois arranjar um emprego para podermos sustentar a nós e... família, se tivermos. …
>
> …

> Jarmila – É a pressão, por exemplo... para eu ir para medicina tenho que ter uma média de '19' pelo menos... é uma pressão completamente exagerada porque vai marcar o meu futuro.
>
> (discussão focalizada de 21.04.04)

A pesquisa permite evidenciar descontinuidades no interior deste grupo, alertando para especificidades individuais, tal como registar a existência de expectativas e experiências partilhadas com outros grupos da população, enfatizando similitudes intra-geracionais, particularmente em termos do lazer. Enquanto no grupo em foco, expectativas e experiências, como ir estudar para fora ou fazer férias numa ilha do Pacífico, por exemplo, se aproximam de uma ideia viável, nos outros grupos parecem poder surgir associadas a ideias de um utópico irrealizável, dependente de um esforço suplementar no percurso académico ou da entrada antecipada no mercado de trabalho em empregos sem condições e mal remunerados.

6. A construção da visão de mundo

Existe no grupo uma visão naturalizada da realidade social, com que se procura legitimar a localização num lugar de privilégio. Verbaliza-se a possível resolução das desigualdades sociais pela partilha, ideia a que surge associada a preocupação com a perda de um património pessoal que desejam preservar ou aumentar. Isso parece justificar, nalguns casos, demissão pessoal de responsabilidade, individualismo e descomprometimento com o social do grupo de pertença, patente na lógica de dar o excedente, quando já se esgotou a saciedade de consumo e satisfação pessoal. Particularmente as raparigas assumem maior generosidade e uma tentativa de compreensão do mundo dos "outros", ainda numa visão caritativa. Admitem a possibilidade de agir para "transformar o mundo", de forma temporária, como dádiva individual, mas não no quadro da reclamação de direitos de cidadania para as pessoas de outros grupos. Entre os rapazes, interpelados ou recriminados pelas raparigas, o "direito de não ver" as situações de desigualdade e o desrespeito e agressão a esse "outro" diversificado, foram verbalizados a par de uma valorização da lógica pessoal que diminuía a possibilidade de aproximação à perspectiva do "outro":

> Leandro – Eu sempre fui um bocado pirómano e gostava … de brincar com fósforos e isqueiros... tava na leiloeira da minha mãe... e nisto encontro uns fósforos... tento acender... ao terceiro, no máximo, acendo o fósforo, queimo-me, e estava uma mesa de bilhar... utilizada... para lubrificar os candeeiros ... Por isso estava cheio de óleo e coisas... inflamáveis... [risos]... então... a cave incendiou toda. [risos, pouco à vontade]… Não, não tinha [seguro] e pensou que foi o empregado que foi para lá fumar ... e foi despedido. E foi despedido.
>
> (discussão focalizada de 19.05.04)

No quadro dessa tensão entre realidades, o mundo dos "outros não significativos" é visto como lugar de violência, risco, doença, insegurança e corrupção. Os "outros" são situados em subordinação, como incompetentes, carentes de autonomia, pobres, ignorantes e incapazes, passíveis de vitimização e de fácil corrupção, associados ao primitivismo, ao repugnante, à falta de aptidão e como tendo uma visão desajustada da realidade. A esse mundo "outro" que não se quer ver, são assimilados os chamados: negros ou pretos, ciganos, pobres, homossexuais, desconhecidos, as empregadas da escola e mesmo os/as professores situados num limbo entre-mundos. Parece ser essa perspectiva de distanciamento face a grupos da população não desejados que também justifica a procura pelas elites de lugares sociais demarcados e inacessíveis a esses grupos que permitirão o acesso e encaminhamento para zonas sociais profissionais igualmente seleccionadas.

> Leandro – Então uma vez, estávamos na aula de inglês a Miss S saiu para ir fazer ... umas fotocópias ou sei lá o quê... e tava eu... naquela altura a *javardar* e entretanto o Heitor, 'Oh Leandro, não és homem não és nada se não mandares o apagador e partires aquilo'... E eu 'ah, quanto é que me pagas?' e ele, 'dou-te cinco euros', quinhentos paus na altura, o Keith 'eu dou-te mil' e não sei quê! Começou a juntar dinheiro, peguei no telemóvel...
>
> Júlia – O Leandro por dinheiro faz tudo...
>
> Josias – É verdade
>
> Leandro – ... eu peguei no telemóvel... disse assim 'não'. Pus o telemóvel na mão. Peguei no apagador... vvvvuuuummmm [gesto de atirar com força, [risos]. Foi para o corredor… Entretanto estava a mulher do Mr W a dar uma aula... ela sai da classe ... e o telemóvel mesmo à minha frente, e ela aos berros comigo, e eu 'aaaah... was getting as pen... I tripped on my leg… [descrição acompanhada dos movimentos correspondentes, termina com queda na direcção da mesa. Risada geral] E ela… ela estava a olhar para o chão eeeee... olha para o lado e eu chuto o apagador para dentro do *locker* e ela pensa mesmo que era verdade…
>
> (discussão focalizada de 19.05.04)

São também constituídas como "outras", no interior do grupo, as pessoas que apresentam desvios às normas de comportamento face ao trabalho, opções de futuro menos arrojadas e menos focadas no lucro e ainda quem faz a ruptura com as normas de masculinidade hegemónica definidas pelo grupo. Alguns rapazes desvalorizam as raparigas-mulheres, rejeitando o seu potencial de afirmação pessoal de intervenção no mundo, e desvalorizam as mulheres-mães pela depreciação do seu trabalho profissional e na família, a que as raparigas, em geral, se opõem. Estes reportórios discursivos replicam a visão social ainda prevalecente, que não comporta a necessidade de inter-penetração e re-significação da divisão entre público e privado, nem a tropia de construção de relações mais equitárias entre masculino e feminino:

Configuracoes_5-6.indd S6:192 06-07-2010 09:57:12

Maximino – Na política... os homens são muito melhores do que as mulheres porque não... são imparciais... porque as mulheres normalmente tomam partido...

Heitor – Sim... Ele tem razão... Há áreas em que os homens são melhores do que as mulheres e vice-versa... Não me ocorre nenhuma agora [risos], mas acho mesmo. …

Célio – Eu penso que as mulheres são melhores que os homens em certas áreas, como por exemplo, a limpar a casa e isso, acho que são [risos dos rapazes] não mas... isso depende da pessoa, acho que não depende do sexo.

Magda – Isso é verdade.

(discussão focalizada de 17.03.04)

Olavo – A minha mãe não trabalha...Só trabalha em casa!... Arruma a casa... faz o jantar…

Rosa – Ui!

Maximino – O meu pai trabalha muito...compra o terreno e depois manda fazer o prédio. E depois tem empresas...de reciclagem de papel...tem uma quinta onde faz azeite.

Célio – O meu pai trabalha em publicidade... A minha mãe trabalha...

Rosa – Hospedeira?

Célio – Não sei explicar...

Olavo – O meu pai é cirurgião vascular, a minha mãe fica em casa a cozinhar a limpar.

Rosa – Tens empregadas?

Olavo – Tenho uma.

Rosa – Mas...a tua mãe, se tem empregada...a tua mãe ajuda a empregada?

Olavo – Sim. [com embaraço] é a minha mãe que trata da minha avó... Precisa de ajuda.

Keith – My father…I don't know what he does…my mother works at home.

(excertos organizados sob a categoria: Questões de género "isso dá pano para mangas!")

A aprendizagem numa posição de poder e privilégio socioeconómico permitiu a estes e estas jovens situar-se como actores da vida pessoal no paradigma de sociabilização em que foram instruídos, cumprindo e maximizando duas das dimensões fundamentais para a assunção da cidadania – participação e tomada de decisão sobre o percurso pessoal. No entanto, essa aprendizagem foi também corporizada na modelização de formas de *ser* pessoa que se articulam com uma hipervalorização acrítica do *ter,* inibindo a possibilidade de acção reflexiva *com* o mundo. As margens de autonomia jovem surgem condicionadas por um viés ideológico e cultural através da exposição naturalizada e consistente a normas, hábitos e símbolos, aos supostos das regras institucionais e outros contextos de vida que contribuem para a invisibilização das consequências colectivas para os

Configuracoes_5-6.indd S6:193 06-07-2010 09:57:12

"outros" da prossecução dos seus estilos de vida. Vozes mais ou menos poderosas com que se ilustra o posicionamento destas e destes jovens na percepção da relação com o mundo:

> Heitor – No mundo hoje... sem dinheiro... não é ninguém!
> Célio – Isso também é verdade...
> Magda – Ui, credo!
> Rosa – Tá bem mas... não é... tipo O, QUER_dinheiro [gestos de arrebatar, com expressão gananciosa]. [risos]… Diz lá se não querias ter um Mazerati ou qualquer coisa? [vozes simultâneas]
> Alguém – Pois... [entusiasmo, vozes simultâneas]
> Olavo – Um Porshe! Ou um Ferrari...
> Heitor – O Mazerati é melhor.?!
> Rosa – … o Ferrari é péssimo… é de quem tem muito dinheiro e não tem gosto…
> Heitor – O Mazerati é péssimo!
> Rosa – O Mazerati é péssimo?!
> Olavo – Um Ferrari...
> Heitor – O Lamborguini é o que está a dar. [com ar de entendido]. [vozes, risos]
> (discussão focalizada de 03.03.04)

7. Linhas Conclusivas

Este artigo surge da reflexão acerca de jovens num contexto de educação privada de elites económicas. Suporta-se num estudo localizado e parcial, sem objectivos de generalização, que pretende dar um contributo para repensar a educação jovem na sua relação com a mudança social, assumindo a voz como corporização de cidadania.

O estudo permitiu evidenciar a articulação entre a escolha educativa de grupos da classe média-alta e alta, cujo poder económico e proximidade contextual leva a optar por um sistema de educação privada de qualidade, que reforça posições de vantagem, no interior de uma organização curricular próxima de horizontes da pós-modernidade e do capitalismo tardio. Aí emerge a noção de um contexto de mercado de trabalho económico e científico globalizado que solicita novos tipos de competências e em que a meritocracia e a competitividade surgem associadas a um perfil de desempenho mais criativo e flexível, com preocupações de internacionalidade (Cortesão *et al* 2007).

No lugar em referência os fenómenos de recontextualização são escassos e a violência simbólica quase inexistente, dada uma certa continuidade entre a linguagem da escolarização e as experiências e saberes de vida, construídos noutros contextos e ligados a identidades sociais expressas nas vozes de género,

classe e nacionalidade. Assim, a socialização "na voz do outro" torna-se próxima da socialização na própria voz, permitindo a significação pessoal do património simbólico e cultural, que sai reforçado em consonância com um quadro político que situa a voz como escolha do cliente.

Apresentei vozes poderosas de jovens, raparigas e rapazes, de 14, 15 e 16 anos, que revelaram uma capacidade reflexiva auto-centrada e um pensamento estratégico-concorrencial que poderá permitir gerir com excelência carreiras de sucesso no Ensino Superior e no topo da pirâmide do mundo do trabalho. Estas vozes revelam apropriações individuais distintas, condicionadas e marcadas por vivências colectivas, em que se realça um padrão de opção por estilos de vida associados à realização pessoal e a um consumo exacerbado. É notório o desejo de ocupação poderosa do espaço público pelas jovens. Tais opções têm pouco em conta a situação de pessoas e grupos desfavorecidos, assumida como efeito colateral necessário à prossecução do percurso individual. Faz-se a asserção de que as localizações sociais dos sujeitos informam relações de poder diferencial, de cariz assimétrico, sendo condicionadas pelas posições de género, classe e de nacionalidade.

Sendo questionáveis os pressupostos legitimadores desta instituição e a cultura por ela veiculada, dado o seu acantonamento aos princípios do mercado, há que relevar o seu contributo 'positivo', na perspectiva em que se situa para o desenvolvimento maximizado das vozes poderosas das pessoas jovens que a frequentam. Tal reflexão deixa em aberto potenciais amplificações desta pesquisa, como em seguida se aponta.

Em Portugal, hoje, quando a escola pública é avassalada por fortes problemas de insucesso e abandono escolar, algo poderá aprender-se da "estrutura central do pedagógico" (Bernstein, 1990) no interior desta instituição que promove o sucesso e a excelência académica relacional das e dos jovens que a frequentam. É sabido que as experiências de vida das pessoas deste grupo, não sendo isentas de problemas e conflitos, as localizam num posto de privilégio em termos de distribuição material, facilitando o seu percurso e distinguindo-as de muitos dos grupos que frequentam as escolas públicas. Tem sido largamente argumentada a situação de profunda crise nacional e mundial que obriga as pessoas jovens, em geral, a viver situações de grande complexidade e de instabilização. A escolarização poderia surgir, neste contexto, como elemento securizante de referência e de abertura de percursos de amplificação da cidadania.

Que instrumentos possui a instituição que se tem vindo a referir que lhe permite promover o sucesso e a prossecução da excelência? i) *Tem recursos!* Isto alerta e comprova a necessidade de investimento incisivo do Estado na educação, pelo fornecimento de recursos físicos e materiais, particularmente nos locais mais despojados, mais isolados, mais desfavorecidos; ii) '*O número médio de profissionais por jovem é elevado e estes dispõem de condições de realização do seu trabalho!*' Ora tal alerta e comprova a necessidade de colocar

Configuracoes_5-6.indd S6:195 06-07-2010 09:57:12

mais profissionais ao serviço nas escolas públicas, com condições reais de exercício de funções, permitindo diminuir o número médio de alunos por docente e por turma e também diversificar mais a estrutura e natureza das aprendizagens escolares, possibilitando melhores respostas às necessidades de cada aluno/a e uma melhor utilização de recursos. Semelhante dimensão parece estar na contracorrente da actual pressão sobre as escolas e o trabalho docente, em articulação com as medidas de managerialismo e burocratização da vida escolar; iii) '*A cultura da escola está próxima da cultura das pessoas jovens que a frequentam*', constructo que é central ao desenvolvimento desta argumentação no que concerne a necessidade de as escolas se abrirem às diversas vozes que nelas habitam, numa escuta atenta e aprendente, transformadora e apropriativa, uma escuta que valorize e cative.

Escolas precisam-se… que transcendam a lógica instrumental fechada e objectivada de produção de trabalho e aquisição de competências e saberes úteis no futuro, para lhe sobrepor uma lógica comunicacional aberta, potenciadora da criação de sentidos, produtora de cultura, que associamos à emergência do mundo jovem (Correia, 1998), agora, potenciadora também de realizações futuras. Escolas que implementem aprendizagens significativas e necessárias para os seus actores, que proporcionem a exploração criativa da permeabilidade dos contextos, que possibilitem e fomentem a transgressão do instituído. Escolas que se abram e se transformem *com* o mundo numa perspectiva crítica e autoreflexiva, desviando-se da fixidez autista do seu posto de observação.

Referências Bibliográficas

ARNOT, Madeleine (2006), Gender Voices in the Classroom. In Christine Skelton, Becky Francis e Lisa Smulyan (Eds), *The Sage Handbook of Gender and Education*: 407-421, London: Sage.

BALL, Stephen (2003), *Class strategies and the education market*, Londres: Routledge Falmer.

BECK, Ulrick (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres: SAGE.

BERNSTEIN, Basil (1990), "The structuring of pedagogic discourse", in *Class, Codes and Control*: 165-218 (4), Londres: Routledge.

BRAIDOTTI, Rosi (1998),"Gender and the Contested notion of European Citizenship", *in* V. Ferreira, T. Tavares e S. Portugal (eds), *Shifting Bonds, Shifting Bounds: Women; Mobility and Citizenship in Europe* : 59-65 Oeiras: Celta.

CORREIA, José Alberto (1998), *Para uma teoria crítica em educação*, Porto: Porto Editora.

CORTESÃO, Luiza (Coord), STOER, Stephen, ARAÚJO, Deolinda, MACEDO, Eunice e MAGALHÃES (2007), *Na Girândola de Significados: Polissemia de Excelências em Escolas Portuguesas do Século XXI*, Porto: Livpsic.

DALE, Roger (2001), Globalização e educação: demonstrando a existência de uma 'cultura educacional mundial comum' ou localizando uma 'agenda globalmente estruturada para a educação'?, in *Educação, Sociedade & Culturas*, 16: 133-169.

FONSECA, Laura (2005), "*Vozes, Silêncios e Ruídos na educação escolar das raparigas*", Tese de Doutoramento, FPCEUP (mimeo).

FREIRE, Paulo (2001), *Política e Educação*, São Paulo: Cortez.

FREIRE, Paulo (2000), *A Importância do ato de ler – em três artigos que se completam*, São Paulo: Cortez.

MACEDO, Eunice (2008), *Cidadania em confronto: educação de jovens elites em tempo de globalização*, Porto: Livpsic.

MARQUES, Carmo, MACEDO, Eunice e CANOTILHO, Paula (2003), "Da Tecitura Complexificadora entre Feminismos e Pós-Modernidade", in *Um Olhar sobre os Feminismos – pensar a democracia no mundo da vida*: 97-123, Porto: UMAR.

MOOIJ, Marieke (1998), Masculinity/Femininity and Consumer Behaviour, in Geert Hofstede and Associates (orgs), *Masculinity and Femininity: The Taboo Dimension of National Cultures*: 55–73, Thousand Oaks, New Delhi and London: SAGE Publications.

PEREIRINHA, José (2001), Algumas dimensões da luta contra a exclusão social: Políticas Sociais e Sociedade Civil, in Cristina Cavaco (coord), *PartNet, Diálogo Civil na Luta contra a Exclusão Social*: 143-146, Lisboa: INDE.

PERRENOUD, Philippe (1995), *Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar*, Porto: Porto Editora.

ROMÃO, José (2006), Globalização e Educação, in *Educação e linguagem*, 13: 47-61.

SANTIAGO, Rui, CORREIRA, Fernanda, TAVARES, Orlanda, PIMENTA, Carlos (2004), *Um olhar sobre os rankings*, Coimbra/Matosinhos: CIPES/FUP.

SANTOS, Boaventura Sousa (1999), *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós--modernidade*, Porto: Edições Afrontamento.

SILVA, Manuel Carlos (2007), "Classe social, condição objectiva e acção colectiva" in J. M. Pinto e V. B. Pereira (orgs), *Pierre Bourdieu. A Teoria da Prática e a Construção da Sociologia em Portugal*: 9-113, Porto: Afrontamento.

STOER, Stephen (2001), "Desocultando o voo das andorinhas: Educação inter/multicultural crítica como movimento social", in S. Stephen, L. Cortesão e J. A. Correia (orgs.), *Transnacionalização da educação – da crise da educação à 'educação' da crise*,: 245-275, Porto: Afrontamento.

YOUNG, Iris (1997), *Intersecting Voices – dilemmas of gender, political philosophy, and policy*, Princeton: Princeton University Press.

Dislexia, escuela y exclusión social: un estudio desde la sociología acerca de la educación especial

Ana I. Blanco García*

Resumen

Presentamos los resultados de una investigación realizada a través de documentos personales, obtenidos mediante la realización de entrevistas en profundidad que reflejan una realidad poco estudiada hasta el momento desde el punto de vista sociológico, cual es la de las personas disléxicas en su entorno escolar y familiar. Se trata de un problema social que afecta a una proporción notable de la población, pero que no ha sido calificada como tal por el entorno social, por constituir hasta el momento un trastorno invisible. La perspectiva teórica en la que se basa es conflictivista e interaccionista y la metodología cualitativa. Adoptamos en consecuencia los presupuestos de la sociología acerca de la educación especial con el propósito de describir lo que significa ser disléxico en un mundo en el que la lectoescritura es un requisito esencial para la inclusión social e intentar poner de manifiesto los mecanismos por los que esta dificultad de aprendizaje se convierte en una discapacidad.

Palabras clave: dislexia; exclusión social; conflicto; interacción social; sociología de la educación especial; dificultades de aprendizaje

0. Introducción

Los principios y directrices de actuación en el mundo de la discapacidad han seguido una evolución claramente positiva en las últimas décadas, apostando cada vez más por conseguir alcanzar unas metas similares a las del resto de las personas.

* Departamento de Psicología, Sociología y Filosofía, Universidad de León – aiblag@unileon.es.

Configuracoes_5-6.indd S7:199 06-07-2010 09:57:12

Este estudio tiene su génesis en un primer acercamiento a las vidas y problemas de las personas disléxicas desde sus propias definiciones de la situación. Según la «tesis de la voz excluida», los métodos narrativos facilitan el acceso a los puntos de vista y a las experiencias de los grupos oprimidos, que carecen del poder de hacer oír sus voces a través de los cauces tradicionales del discurso académico. Como observa Bowker (1993), vivimos en la época de las biografías; una época en la que la reconstrucción de las experiencias personales, biográficas de los sujetos está recobrando la importancia que antaño tuviera como modelo de comprensión del mundo que es su entorno de experiencia.

El recurso a los métodos narrativos para la reconstrucción de la experiencia personal y, mediante ésta, el acceso al entramado vital que configura el sentido con el que los actores sociales viven y sienten sus vidas permite soslayar lo que Connerton (1989) denomina el «olvido obligado» que impone el razonamiento abstracto, y en lugar de ello, nos permite acceder al contenido emocional de la experiencia humana que los métodos de información objetivos suprimen.

1. Planteamiento de la investigación

La Asociación Británica de Dislexia define la dislexia como: "Una compleja afección neurológica de origen constitucional. Los síntomas pueden afectar a muchas áreas funcionales y del aprendizaje, y puede ser descrita como una dificultad específica en la lectura, la ortografía y la escritura. Una o más de estas áreas pueden estar afectadas."[1]

No está causada por una deficiencia mental, o un defecto sensorial, ni por problemas emocionales o privaciones culturales.

En la actualidad, que la dislexia se debe a un trastorno de la migración neuronal durante el período fetal, es la teoría más aceptable por cuanto que explica los diferentes tipos de dislexias, así como la gran variabilidad de las manifestaciones en cada sujeto. Una de las características de este trastorno es la gran variabilidad de manifestaciones que pueden darse y que hace que, en la práctica, no haya dos disléxicos iguales (López Escribano 2007)

Es importante saber que, durante mucho tiempo, y de forma muy especial en España, la Dislexia fue cuestionada y, sencillamente, ignorada. La principal consecuencia de esto ha sido que no se contemplara o se desarrollara de una forma tangencial en los planes de estudio de Magisterio y, por tanto, que el profesorado, uno de los principales pilares en la detección del problema, no se encuentre debidamente formado para dicha detección. Este desconocimiento

[1] Otros autores consideran más precisa la definición de Dislexia de 1975 de la *World Federation of Neurology*. "Un trastorno que se manifiesta por la dificultad para el aprendizaje de la lectura a pesar de una educación convencional, una adecuada inteligencia y oportunidades socioculturales. Depende fundamentalmente de alteraciones cognitivas cuyo origen frecuentemente es constitucional."

Configuracoes_5-6.indd S7:200 06-07-2010 09:57:12

se ha constatado en diferentes trabajos (Alzina 2006, Camino Roca 2005).[2] Como docente en diferentes titulaciones que forman profesionales cualificados para la atención a los distintos problemas de aprendizaje (dislexia entre ellos) y por nuestra trayectoria investigadora en este campo se establece contacto con la Asociación Dislexia sin Barreras -de ámbito nacional en España -, en la que constatamos que había un problema recurrente entre sus principales preocupaciones: los disléxicos (cuya discapacidad nada tiene que ver con su nivel de inteligencia) se autodefinían como "tontos", "retrasados", "torpes", "vagos", tenían graves problemas de autoestima -que trabajaban con gabinetes psicológicos – y tanto ellos como sus familiares, se sentían desconcertados, no sabían explicar qué era lo que les pasaba (aunque eran conscientes de ser diferentes), los problemas escolares eran múltiples y la legislación educativa en España no los contemplaba como un grupo con Necesidades Educativas Especiales (NEE).

Con anterioridad a la LOGSE, la atención a los alumnos con importante discapacidad o graves problemas de aprendizaje o comportamiento se dirigía a la concentración en centros específicos diferenciados de los centros normalizados. El concepto de Necesidades Educativas Especiales, derivado de las propuestas de integración y normalización extraídas del informe Warnock (1981) supuso que parte de los recursos materiales y personales empleados en aquellos centros se trasladaran a los centros ordinarios, permaneciendo en los centros específicos los casos de mayor gravedad. Aquellos alumnos de menor gravedad con especiales dificultades en el aprendizaje compartirían los aprendizajes impartidos en el aula ordinaria con el resto de compañeros, si bien necesitaban unas adaptaciones para intentar conseguir el máximo de objetivos que propone el currículo de su grupo, ya fueran adaptaciones no significativas de acceso al currículo (metodología, temporalización, espacios, materiales, apoyos puntuales...) o incluso supresión de uno o varios objetivos del currículo: es el caso de las adaptaciones significativas. Ante la necesidad de atención individualizada específica, se creó el modelo de aula de Apoyo a la Integración en la que estos alumnos con dificultades son atendidos por especialistas en Educación Especial en tiempo más o menos prolongado, asesorados por profesionales (psicopedagogos) pertenecientes a los equipos de atención psicopedagógica (EAPs), siendo ésta una de las innovaciones más destacadas de la LOGSE junto con la obligatoriedad de la Formación Permanente del Profesorado (art. 56.2).

La Ley Orgánica 2/2006 de Educación (LOE) abandona el modelo de "integración" escolar a favor de un modelo de "inclusión", en el que ya no se trata de que el alumno se ajuste al sistema educativo en el que se le pretende integrar, sino de ajustar el propio sistema educativo a la diversidad de su alumnado.

[2] El propio título del libro de Camino Roca, "Dislexia ¿hecho o mito?" es bastante revelador al respecto. Es cierto que el autor se enmarca dentro de los psicólogos que aceptan el origen neurofisiológico de la dislexia, pero no lo es menos que el título hace referencia a una larga tradición de "especialistas" que la han tratado (y la siguen tratando) como un mito.

Configuracoes_5-6.indd S7:201 06-07-2010 09:57:12

Se retoma la corriente paidocéntrica que tanta influencia tuvo en movimientos renovadores en el ámbito educativo siendo precursores de la Escuela Nueva.

No es ajeno a este hecho el reciente interés que ha habido en muchos países por conocer exactamente lo que es la dislexia, su etiología, síntomas y consecuencias. A pesar de que muchas personas con dificultades de lectura y escritura todavía son reacios a reconocer su discapacidad o diversidad funcional, muchos ya debaten abiertamente sobre los problemas que encuentran en un mundo lleno de letras. Esta sinceridad ha favorecido un entendimiento más profundo de la dislexia y de los problemas relacionados con esta discapacidad invisible (lema del II Congreso Nacional de Dislexia, celebrado en Diciembre de 2006 en Palma de Mallorca).

La constatación en primera persona del desconocimiento de esta dificultad de aprendizaje, que en nuestro caso particular se denominó inmadurez; la distancia entre lo que la investigación científica interdisciplinar ha mostrado y la práctica ausencia de tratamiento acordes con ella (Verdugo 2003); la existencia en otros países de una legislación específica, ausente en el nuestro y la relación entre dislexia y fracaso escolar son los motivos por lo que retomamos la perspectiva de la Sociología acerca de la Educación especial, para abordar este problema social (la incidencia de esta discapacidad se estima que está en torno al 8% de la población mundial y existe en todas las culturas, sea cual sea el idioma en el que hayan sido socializados) y también sociológico, pues tratamos de comprender por qué era éste el estado de la cuestión.

Este propósito se hacía aún más urgente en un momento en el que prolifera, tanto en discursos políticos como académicos, la idea de que se ha evolucionado hacia una escuela inclusiva como fruto de la evolución de las investigaciones en educación especial (Carreras Tudurí 2003).

2. El marco teórico: la sociología acerca de la educación especial

Entre los sociólogos que se han ocupado de la educación especial podemos hacer dos grupos: (*i*) los que practican la Sociología para la educación especial y los que consideran este campo de forma crítica, elaborando lo que hoy conocemos como Sociología acerca de la educación especial (Bogdan 1989); (*ii*) los primeros entrarían dentro de la tradición sociológica del enfoque estructural-funcionalista, cuya preocupación esencial es el mantenimiento del orden y el equilibrio social y su principal objetivo, en el caso que nos ocupa, es ajustar o acomodar a los discapacitados en el resto de la sociedad. Desde esta perspectiva el discapacitado es tratado como un tipo de desviado, es decir, como una persona que no se acomoda a lo que el resto de la sociedad define como "normal" (serían una suerte de "extraños"en la terminología ya clásica de Becker, 1971).

Para estos autores, los medios para conseguir la integración serían fundamentalmente: la mejora en el diagnóstico, la subsiguiente intervención terapéutica y el uso de nuevas tecnologías. Por ello, sus investigaciones se dirigen sobre todo a realizar informes sociales que den cuenta de la extensión y distribución de la deficiencia con el fin de calcular los recursos de manera más eficiente, y poder hacer previsiones y planes de "ajuste".

Sin negar la importancia que tal tratamiento posee, debemos no obstante ser conscientes de algunas objeciones a este planteamiento. Entre ellas, está el hecho de que, como señalan Rutter *et al*. (1970) el número de niños deficientes que uno encuentra depende en gran medida de los criterios que se adopten para definir la deficiencia. Es decir que, aunque las categorías de "clientes" puedan parecer muy claras, en muchas ocasiones no son el resultado de factores objetivos, sino que son el producto de construcciones sociales, de la interacción cotidiana en contextos diversos y de los procesos de negociación entre los diferentes actores implicados. Así, por ejemplo, como Schwartz y Jacobs (1984) muestran, sería muy difícil que médicos, psicólogos y/o psiquiatras, que sean partidarios de diferentes paradigmas teóricos coincidieran en diagnosticar a un niño como autista. Y lo mismo podemos decir en el caso de la dislexia. De hecho, como hemos comprobado en nuestra investigación, no hay coincidencia sobre todo entre profesores y logopedas o psicopedagogos. Mientras que la desorientación es muy elevada entre los primeros, los especialistas suelen estar más de acuerdo en sus apreciaciones, al menos en un nivel general. La encuesta realizada por Camino (2005) entre profesores y alumnos universitarios corrobora esta afirmación.

En segundo lugar, está el hecho de que la concepción funcionalista subyacente a este tipo de aproximaciones hace que los conflictos desaparezcan en este tipo de trabajos de educación especial. Parece que se asume que todos los profesionales trabajan por el bien de los niños discapacitados y, así, las relaciones de poder entre los grupos implicados se consideran irrelevantes. De este modo, la educación especial queda convertida en un problema sociológico, cuando en realidad también es un problema social [3]. Realizar esta distinción es importante, porque convertir los problemas de los discapacitados en meros problemas sociológicos (psicológicos o médicos) y despojarles de su dimensión social puede en realidad estar ocultando una concepción moral que debe ponerse de manifiesto. Tratar a los disléxicos (y a los discapacitados en general) desde un punto de vista "científico-médico" implica despojarles de la capacidad de negociar su propia definición. Los convierte en ciudadanos de segunda categoría, a quienes se les otorgan instrucciones acerca de cómo comportarse y sobre quienes se dibuja una trayectoria que no ponga en cuestión los intereses de otros grupos (como pueden ser los profesores que tienen que atender a su especificidad o los alumnos cuyo ritmo de aprendizaje es más ágil). Todo ello basándose en la idea

[3] Ver la distinción entre ambos términos en P. Berger (1980), Introducción a la Sociología, Barcelona.

Configuracoes_5-6.indd S7:203 06-07-2010 09:57:13

de que la única verdad es la que se desprende de las investigaciones científicas e ignorando la multidimensionalidad del comportamiento humano y de la identidad personal, que es esencialmente social.

No estamos con estas reflexiones, despreciando el punto de vista profesional o "científico" – en el sentido más rancio del término –, sino señalando que éste no es un espacio lineal, sino un espacio esencialmente contradictorio, porque también está permeado por las relaciones sociales en las que actúan los investigadores. Y que, por ejemplo, puede haber resultados de investigaciones contradictorios entre sí o que, aún cuando fueran coincidentes, los canales por los que fluye y se distribuye dicha información están políticamente condicionados. Esto puede tener como resultado una distribución desigual de los mismos por clases sociales o por cualquier otra característica sociodemográfica relevante desde el punto de vista sociológico.

Siguiendo estas observaciones, los autores que se alinean en la postura que hemos denominado Sociología acerca de la Educación Especial se interesan sobre todo por observar de manera crítica el desarrollo, la organización y el cambio de la propia Educación Especial, cuestionando las bases mismas sobre las que se asienta (Dexter 1956; Faber 1968; Goffman 1961, 1963; Scheff 1966; Saranson y Doris 1979; Tomlison 1982; Barnes 2003; Campbell y Oliver 1996; Filkenstein 1980; Hunt 1996; Longmore y Umansky 2000; Oliver 2004). Las tradiciones teóricas en las que se asientan sus estudios son las del conflicto y los enfoques interpretativos y fenomenológicos. Es esta perspectiva la que nos ha parecido más pertinente para estudiar el caso de la dislexia y, por ello, pasaremos a continuación a exponerla más detenidamente.

Los teóricos del conflicto consideran a éste como un elemento endémico en todas las instituciones sociales y, por lo tanto, presente también en la Educación Especial. De este modo, sus trabajos buscan los conflictos entre profesiones, entre profesionales, entre estos y los padres, entre los alumnos "normales" y los "especiales" y los conceptos de poder y coerción tiene para ellos un fuerte poder explicativo.

Las perspectivas neomarxistas del conflicto en educación se centran en la idea de que una determinada estructura educativa es el resultado de las luchas políticas e ideológicas de diferentes clases sociales. Según ellos, entender el funcionamiento de una parte cualesquiera del sistema educativo implica desvelar los intereses de clase a los que está sirviendo. Por ejemplo, para Bowles y Gintis (1977) el coeficiente de inteligencia (CI) no es más que un mecanismo de legitimación de la desigualdad y no una medida real de la capacidad intelectual de las personas. Bourdieu y Passeron (1997) señalan que el sistema capitalista demanda unas competencias culturales, al margen de las que se pueden adquirir en las escuelas, que muchas familias no poseen, por su posición de clase y que hacen que las clases sociales más bajas estén sobrerrepresentadas en las clasificaciones de retardados.

Configuracoes_5-6.indd S7:204 06-07-2010 09:57:13

Si miramos pues, desde esta perspectiva, surgen preguntas como: ¿En interés de quién se crea realmente un sistema de educación especial?; ¿Por qué se crean categorías de clasificación y procesos de selección tan complejos?; ¿Cómo se legitiman dichos procesos?; ¿Quién tiene poder para legitimarlos?

Fijado el punto de mira en estas cuestiones, es importante saber cómo se llevan a cabo esos procesos, qué negociaciones simbólicas tienen lugar en la interacción cotidiana entre los sujetos implicados en la Educación Especial, cómo se llega a la definición de una situación (con las consecuencias que esto tiene para la acción, tal como expuso W. Thomas, 1928). Esto nos conduce a las perspectivas interpretativas y fenomenológicas y, en concreto, al interaccionismo simbólico como enfoque que nos permite comprender el significado de la situación, observando al grupo que define al objeto más que al objeto en sí mismo. No importa tanto la consecución de la verdad, sino la comprensión del proceso por el cual se desarrolla un significado. En ciertos períodos históricos y entre ciertos grupos, puede por ejemplo dominar una definición o un conjunto de definiciones del mundo o de los objetos, y esto depende de la perspectiva dominante en el mundo en el que se aplica. Los términos clave para entender las conductas son: perspectiva, definición, significado e interacción.

Lo importante es entender que las personas definen los objetos y que son estas definiciones y los procesos mediante los que se definen los elementos relevantes para entender la conducta humana. Incluso nuestro "sí mismo" es un producto de la autodefinición que hacemos sobre nosotros. Llegamos a ser objetos para nosotros mismos y nuestro *self* no es otra cosa que la definición que elaboramos de ese objeto. Es una construcción social y como tal empíricamente observable a través del lenguaje, tal como refere Mead (1934, 1964, 1982).[4]

Desde esa perspectiva los estudiantes discapacitados no existen en un sentido absoluto. El término genérico discapacitado y las correspondientes categorías de discapacidad son formas de pensar acerca de los demás, formas de establecer categorías, que son útiles para la interacción cotidiana, pero que pueden tener consecuencias no deseadas.

Los recuentos y las definiciones de conceptos como el retraso mental son temporales y representan a las fuerzas sociales y políticas mayoritarias. Afirmar que se tiene una medida verdadera o una definición precisa es afirmar la supremacía de una definición y de una metodología sobre otras, pero no debe ser confundido con la verdad en un sentido estricto. No obstante, los interaccionistas no son idealistas radicales. No niegan la existencia de una realidad externa que permanece en contraste con los seres humanos y que es capaz de resistir la acción que va dirigida hacia ella (Blumer, 1980). En lo que quieren poner el acento es en el hecho de que las características físicas, conductuales, sociales

[4] Además de la obra más conocida de Mead (1934) *Mind, Self and Society*, hay a referir también Mead (1964) *Selected Writings. Indianapolis*, in: Bobbs-Merrill e Mead (1982). *The Individual and the Social Self*. Chicago: University of Chicago Press.

y mentales de los niños entran en el proceso a través del que emerge el significado, pero no de manera determinista. No ser capaz de leer, no aprobar un examen, no poder andar o tener daño cerebral son los datos desde los que se van a desarrollar las definiciones, pero no determinan cómo deben ser definidas las personas que tienen estas características, ni si deben ser tenidas en cuenta especialmente. Así, por ejemplo, el disléxico tiene problemas para leer, escribir, coordinar sus movimientos, comprender situaciones, pero son aquellas personas de su entorno que tienen el poder para definir la situación de una u otra forma, las que decidirán si esto se debe designadamente a una discapacidad o a falta de interés, o a falta de atención familiar.

Es importante que nos demos cuenta de que la definición que damos a una cierta condición puede ser tan influyente en la conducta de la persona que es así definida, como la realidad física que le hace diferente.

La discapacidad es siempre interactiva. El efecto que provoca una definición determinada se deriva y se afirma en la interacción. Desde este punto de vista, la discapacidad cambia en la medida en que se modifica la forma en que pensamos acerca de ella. Los "clientes" piensan acerca de la discapacidad de manera diferente a como lo hacen los profesionales o los responsables de las organizaciones que les proporcionan servicios y es necesario conocer las diferentes definiciones tanto intergrupales como dentro de los mismos grupos. Schrag y Divosky (1975) señalan cómo para algunos especialistas en dificultades de aprendizaje éstas afectan al 40% de los escolares, mientras que otros afirman que no son más que un diagnóstico inventado. Estas diferencias pueden deberse a la disparidad de intereses entre los colectivos afectados. Por ejemplo, a los logopedas les puede interesar que haya más alumnado con dificultades de aprendizaje y a los profesores, que haya menos, pues en un caso, la demanda de servicios redundará en una mayor proyección social y rentabilidad económica, y, en el otro, en sobrecarga de trabajo especializado para el que en la mayoría de los casos no se está preparado y que no conlleva ningún incremento retributivo. Es decir, hay que conocer la cultura profesional del grupo y las limitaciones estructurales bajo las que operan los especialistas para entender el significado situacional de las definiciones de la discapacidad.

Los programas de atención a alumnos con necesidades educativas especiales son parte de las escuelas, de los sistemas sociales, de las naciones. Las definiciones, las formas de pensar no se establecen en el vacío ni son construidas al azar, sino que reflejan los valores, las normas, en general los elementos culturales y estructurales.

Otra cuestión importante es hacer notar que en el momento en que nosotros rotulamos a alguien, lo etiquetamos, comenzamos a verlo dentro de una categoría. Al hacer esto, aplicamos un conjunto de expectativas y presunciones acerca de las razones de su comportamiento que antes podían no ser tenidas en cuenta. Esto puede tener un resultado positivo o negativo, pero no puede ser

Configuracoes_5-6.indd S7:206 06-07-2010 09:57:13

más una cuestión irrelevante. Debemos ser conscientes de que nuestras definiciones de los demás cambian sus circunstancias, pues la forma en la que un individuo se define a sí mismo es una función de la interacción y se construye a través de ella.

Las personas pueden verse a sí mismas como disléxicos, retrasadas mentales, o rechazar estas definiciones. Pero que se sientan orgullosas o avergonzadas por ello depende en buena medida de la influencia de los otros significativos (padres, maestros, amigos). Todos interpretamos los gestos y las acciones de los demás en un intento por vernos como nos ven los demás y de este modo elaboramos nuestro autoconcepto. Esta circunstancia es muy importante en cualquier proceso de rehabilitación.

Por último, señalar la dimensión moral de las definiciones. El término discapacidad nos habla acerca de lo que la sociedad ve como normal o anormal, como deseable o no, como justo o injusto.

A pesar de insistir en el respeto a la diversidad, lo cierto es que el peso de la modernidad, con su necesidad de uniformización sigue siendo aún muy grande. No es ajeno a ello el funcionamiento de un sistema capitalista neoconservador, que sigue necesitando mano de obra abundante, poco crítica y especializada en tareas cada vez más puntuales, lo que les hace perder la visión de conjunto y destruye su capacidad subversiva. Un proceso de alienación creciente, en el que cada trabajador no se siente solidario con su compañero, puesto que es "diferente", cuando en realidad se trata de la población más uniformizada culturalmente de la historia, a raíz de los procesos de globalización y glocalización[5]. Un sistema en el que ser diferente sigue implicando ser desigual.

La forma en la que pensamos acerca de las personas con discapacidades está llena de juicios sobre lo bueno y lo malo, lo normal y lo anormal (Bogdan y Bliken 1997). El significado de la discapacidad en la educación especial va más allá de las diferencias en lo físico, lo conductual o lo psicológico. La discapaci-

[5] Manuel Castells hace referencia al concepto glocalización, entendida como la articulación entre lo global y lo local desde una visión urbana, como una noción que hoy se aplica tanto a la economía (la ciudad como medio económico adecuado para la optimización de sinergias) como a la cultura (las identidades locales y su relación dialéctica con el universalismo informacional de base mediática). La glocalización supone para él destacar el ámbito urbano y el papel gestor-coordinador-promotor de los gobiernos locales para la implementación de políticas que tienen en cuenta unos referentes globales y que se posicionan respecto a ellos. En síntesis: globalización más proximidad.
Castells también observa las paradojas actuales que dificultan ese proceso de glocalización y que se ven reflejadas en continuos y diversos desajustes entre las autoridades locales y los organismos internacionales. La conclusión que se deriva de su análisis es que la glocalización es hoy una realidad escasamente institucionalizada, pero no por eso menos fuerte. Su regulación solamente es posible si actúan los únicos mediadores que tienen los medios de comunicación y la legitimidad formal para hacerlos: los gobiernos nacionales.
Por su parte, Armand Mattelart alude al citado proceso de glocalización desde el punto de vista del mercado. Los ámbitos local, nacional e internacional se consideraban a principios de siglo como compartimentados, mientras que el nuevo esquema actual de representación de la empresa y del mundo asocia los tres niveles. Para Mattelart, toda estrategia de empresa en el mercado mundializado debe ser a la vez global y local, y ello se traduce en lo que los empresarios japoneses expresan a través del neologismo inglés glocalize.

Configuracoes_5-6.indd S7:207 06-07-2010 09:57:13

dad tiene un significado simbólico que debe ser visto en términos de qué es lo que la sociedad ensalza y qué es lo que degrada.

Debemos comprender las ideas de la sociedad acerca de la inteligencia, la confianza, la belleza o el triunfo para entender qué es lo que queremos decir cuando llamamos a alguien con ironía "retrasado" o "ciego como un topo". Vivimos en una sociedad que avergüenza a las personas con discapacidades.

Se comprenderá mejor así por qué los problemas de los discapacitados no son sólo técnicos sino también sociales y esto es lo que se intenta poner de manifiesto desde la perspectiva que estamos analizando.

3. Decisiones metodológicas

Alineado en forma muy cercana con la teoría que acabamos de exponer, está un enfoque particular de la investigación, que le da la espalda al estudio de variables aisladas, a los experimentos de laboratorio cuidadosamente controlados y a la obtención de medidas cuantitativas y recuentos de personas en categorías: el método cualitativo.

Las técnicas para realizar este tipo de estudios son muy variadas, pero más que detenernos ahora a revisarlas (ver por ejemplo, Plummer 1989, 2000; Taylor y Bogdan 1986; Schwartz y Jacobs 1980; Valles 1997), describiremos la que nos ha parecido más adecuada para encarar esta investigación: las historias de vida, que son aquellos documentos personales por medio de los cuales los sujetos revelan sus visiones o experiencias personales, de las organizaciones y de otros aspectos del mundo en el que viven, con sus propias palabras.

Reflejan y describen cierto período de la vida o toda ella, en lugar de narrar un incidente aislado. Pueden producirse de manera espontánea, como en el caso de los diarios personales o pueden ser suscitados. En nuestro caso, se han recogido historias que ya circulaban en la red (en páginas de asociaciones de dislexia) y se han construido otras, mediante la técnica de la entrevista en profundidad a través del correo electrónico[6]. A éstas se han añadido otros materiales: testimonios espontáneos -que pueden consultarse en foros específicos sobre dislexia- y artículos de prensa en los que se recogen, además de las interpretaciones de los periodistas, las opiniones de afectados. Además de estos documentos personales, se han manejado otros datos secundarios, como documentos legales y definiciones científicas multidisciplinares- lo que consideramos "definiciones oficiales"- para ser contrastados con las definiciones personales y observar en qué medida repercuten en el "autoconcepto".

[6] Para ver las ventajas e inconvenientes de esta técnica de recogida de datos ver, por ejemplo, Ardèvol, E., Bertrán, M., Callén, B., Pérez, C.(2003): "Etnografía virtualizada: la observación participante y la entrevista semiestructurada en línea" in *Athenea Digital*, 3: 72-92

El análisis de los datos se ha guiado hacia la búsqueda de los conflictos y las contradicciones que forman parte de la vida cotidiana de este colectivo y del resto de los grupos que interactúan con ellos. Estos conflictos son el resultado de la existencia de intereses contrapuestos, cuestión que parece estar ausente en la literatura "especializada" en el tema y que nosotros estimamos crucial para que la investigación tenga una aplicación práctica.

Desde esta perspectiva y a lo largo de este trabajo hemos tenido ocasión de "escuchar" a personas que padecen dislexia, lo que en su mundo de la vida está significando; también hemos oído a los que, siendo sus responsables (los padres), relatan las estrategias de las que tienen que servirse para otorgarles un lugar dentro de la estructura social. A través de sus relatos, hemos conocido también las estrategias que el profesorado y la administración utilizan para enfrentarse con un problema desconocido en el marco de una escuela inclusiva y que paradójicamente conducen a la exclusión.

El material que hemos recopilado a través de la técnica de la entrevista en profundidad, así como de otros relatos surgidos espontáneamente y que hemos localizado fundamentalmente en las páginas web de las asociaciones de disléxicos y los foros de la red, nos ha permitido elaborar 9 historias de vida focalizadas en los problemas relacionados con el padecimiento de la dislexia. Aunque en todas se observan aspectos comunes, la selección se ha realizado teniendo en cuenta la fuerza con la que representan los "tópicos" alrededor de los que giran las vidas de los disléxicos y de sus familias: *(i)*Los conflictos intrapersonales y la pérdida de autoestima ("Pero ¿qué me pasa?); *(ii)*La rigidez de las estructuras burocráticas para responder a los problemas en el aula ("Vuelva usted mañana"); *(iii)*Las estrategias de lucha y resistencia de los padres por evitar los riesgos de la exclusión social ("La guerra de los padres"); *(iv)*El incremento de las complicaciones a medida que las exigencias lecto-escritoras se van haciendo mayores ("Los problemas crecen"); *(v)*Las consecuencias no deseadas de una intervención bienintencionada pero basada en criterios no científicos ("El genio de la escuela maravillosa"); *(vi)*Los resultados negativos del desconocimiento de las causas de esta discapacidad ("Peor imposible"); *(vii)*La falta de coordinación entre las instituciones educativas ("Una de cal y otra de arena"); *(viii)*La pérdida de poder por parte de los padres frente a las instituciones educativas ("Correr sin moverse del sitio") y por último, *(ix)*Los esfuerzos de los disléxicos por tratar de rentabilizar las posibilidades que su especial percepción de la realidad les otorga ("Experimentando con el don").

La exposición "in extenso" de todos estos relatos excede las limitaciones del presente trabajo. Lo que ofrecemos es la descripción y el análisis de los conflictos y contradicciones que son comunes a todos ellos y que pueden servir para conocer las vidas vividas de los disléxicos y con ello elaborar una interpretación sociológica que nos permita comprender de dónde surgen las barreras con las

que se encuentran para integrarse en un mundo que gira en torno a las letras y que actúan como mecanismos de exclusión social.

Nos hemos centrado en la búsqueda de los conflictos y contradicciones en las que está inmerso este colectivo (disléxicos, padres, profesores, especialistas, legisladores) en la idea de que es desde esa perspectiva conflictivista y procesual, desde donde podremos observar los diferentes intereses que persiguen cada uno de ellos. Esos intereses no son personales, sino creados dentro del haz de relaciones sociales a las que pertenecen dichos grupos y que *son constitutivos de sus identidades*. Además son intereses desiguales, jerarquizados, como consecuencia de la desigual distribución del poder entre ellos, por lo que la identidad del disléxico se construye como la negación de la "normalidad" y por lo tanto como una dis-capacidad.

Las barreras (Echeita 2003) que tienen que salvar son puestas por la sociedad en la que viven, no por una condición individual. Desenmascarar los mecanismos sociales que impiden conseguir la igualdad es pues nuestro principal objetivo. Trataremos de poner de manifiesto cómo esos conflictos son la base sobre la que se construye la identidad social de los disléxicos y tienen como consecuencia el que se vean excluidos, se etiqueten como tontos, torpes o vagos, tengan un autoconconcepto muy negativo y una baja autoestima y para que sean mayoritariamente conducidos al fracaso escolar y, por ello, al riesgo de exclusión social.

Esta no es pues una investigación sólo descriptiva. Utilizamos la descripción para identificar víctimas y, por tanto, culpables en un intento por modificar la "gramática de la escuela" (Hargreaves y Fink 2002:17). Dentro de esa gramática es una barrera de primer orden, por ejemplo, la configuración educativa de los centros, que se convierten en meras burocracias organizativas o agregados (Fernández Enguita 1999), en vez de ser estructuras adhocráticas. Entendemos que el eje de la organización del trabajo escolar es la formación del alumnado y no los contenidos escolares.

La pregunta esencial sería ¿a quién beneficia el estado de la cuestión?. Y, en este sentido, escuchar todas las voces implicadas nos permitirá avanzar en la constitución de una verdadera comunidad de aprendizaje, puesto que el ideal de la escuela inclusiva no puede conseguirse en una sociedad excluyente, que es aquella en la que se desenvuelven las relaciones sociales de estos colectivos que analizaremos en la investigación.

4. Resultados

En esta investigación se han detectado conflictos entre diferentes colectivos implicados en los escenarios sociales en los que se hace patente esta dificultad de aprendizaje y que la convierten en una discapacidad:

a) Los conflictos con el grupo de pares escolar son una constante en todos los relatos y se hacen patentes a través de insultos y descalificaciones que los sitúan al margen de uno de sus grupos de pertenencia, que al mismo tiempo es uno de sus principales agentes de socialización.

> "Mi hija es disléxica. Se lo descubrieron a los 11 años al cambiar de colegio, porque durante 7 años, en su cole anterior, con gabinete psicopedagógico, sus compañeros se reían de ella, sus profesores la llamaban tonta y la psicóloga lo achacaba a falta de madurez"

> "Mi novio tiene dislexia, pero no se la detectaron hasta los 18 años, motivo por el cual repitió cuatro veces en su etapa escolar. Muchos amigos y profesores se encargaron de decirle que era un vago y que no servía para nada".

> "Mi hijo no quiere ir al colegio. Dice que es tonto, que sus compañeros le dicen que es "un matao", que no sirve para nada, que siempre está haciendo cosas raras, pero no quiere cambiar de colegio porque tiene miedo a que le rechacen nuevamente. Quiere seguir con ellos, porque tiene miedo a estar solo. Para él lo más importante del mundo es que le quieran y conseguir algún día que sepan que no es tonto."

b) Conflictos entre alumnos y profesores, que, como ya se ha señalado, y mayoritariamente desconocen las distintas manifestaciones de esta dificultad. En muchos casos saben que "algo no funciona" (porque los niños no se adaptan a las normas institucionalizadas), pero no saben determinar qué es. Esto les conduce a aplicar en sus diagnósticos cualquier explicación que sea acorde con sus creencias: inmadurez, ausencia de uno de los progenitores, familias de padres separados, sobreprotección, falta de supervisión parental, celos, etc.

> "Consulté con el profesorado, si no se podía tratar de un caso de dislexia, puesto que el padre había tenido similares experiencias durante su niñez, y aún seguía con problemas graves de ortografía y una gran reticencia al leer en público.
>
> Esta posibilidad fue rotundamente deshecha, porque como Pedro no mostraba problemas de comprensión de ningún tipo, y sus dificultades se debían, de acuerdo al profesorado, a inmadurez y poca disposición al trabajo decían que poco a poco Pedro lo iría solventando por sí mismo."

> "Yo tengo un hijo de 11 años al que han tardado años en diagnosticar la dislexia, y aun hoy me veo en problemas para que el colegio admita esta posibilidad y le ayude, para ellos es mas fácil decir que es un niño vago, con problemas de concentración, porque así la responsabilidad caería más en la familia "que debemos educarle". Toda esta circunstancia llevó a mi hijo a sufrir ataques de

> ansiedad y con solo 10 años a necesitar un terapeuta infantil. Su autoestima? por los suelos. Este año yo solo reclamé a sus profesores que a la hora de los exámenes tuvieran en cuenta su dificultad, no he tenido mucho éxito... "
>
> "En el colegio no tienen claro qué es la dislexia no saben cómo tratar al niño incluso me cuestionan que saque al niño del colegio y lo lleve a un colegio especial, me dicen que la culpa es mía porque el niño está así por mi separación, yo me separé cuando mi hijo tenía 3 años, ¿Cómo pueden unos docentes estar tan desinformados de un problema que no sólo afecta a mi hijo estoy segura de que tiene que haber más niños en el colegio?)"

Estos diagnósticos erróneos retrasan el inicio del tratamiento dentro y fuera del aula, lo que se ha demostrado altamente perjudicial (Camino, 2005), porque cuanto más tarde se empiece, más aversión se desarrolla a realizar aquellas tareas que resultan penosas individual y socialmente y el pronóstico es peor.

Por otra parte, los métodos que se utilizan no son eficaces, puesto que se atiende a las causas externas que se cree que producen la falta de adaptación a las tareas escolares y de adaptación al grupo "normalizado". Como no se observa ninguna mejoría (lo que no es extraño pues están trabajando sobre áreas equivocadas), se abre el conflicto, pues a ojos de los profesores se convierten en casos molestos (inadaptados a la idea de aula normalizada o "aula oficina" en la que cada cosa está en su lugar), que les impiden llevar un ritmo normal con el grupo. La prueba de que les resultan molestos es el ensañamiento con el que a veces los tratan imponiéndoles castigos o maltratándoles: repetir varias veces un enunciado, apartarlos en una mesa, collejas, tirones de pelo, descalificaciones, insultos, etc.

> "A Pedro nunca le tomaron algún examen oral, ni se le daba más tiempo, es más, en algunos ejercicios incluso, si algo estaba mal escrito, tenía que repetirlo 20 veces, etc., algo que yo misma pude comprobar.
>
> La orientadora insistía en que las pruebas habían salido confirmando sus capacidades media-altas, y propuso un plan de trabajo en el que se le mantenía ocupado dos horas diarias para que creara el hábito de trabajo. "
>
> "Fue un verdadero infierno intentar seguir el plan, y no se volvió hacer seguimiento
>
> En el cole, a pesar de todos los informes que les hemos presentado, insisten en que debería leer un número determinado de palabras por minuto (¿como los loros?), o saber las tablas de multiplicar más ágilmente para poder pasar de cuarto de primaria al siguiente curso."
>
> "En tercero de primaria se trabaja mucho con los problemas en matemáticas, lo que era una cruz para Jimena, no entendía el enunciado y aunque supiera solucionarlo no podía pues lo que ella leía no tenía lógica. Esperaba que la profe-

> sora estuviera libre y se acercaba a preguntarle hasta su mesa –como ella les había indicado que hicieran-, entonces a voz en grito le decía que ya lo había explicado y que por norma no se lo iba a explicar a ella dos o tres veces, la agarraba apretando con fuerza por el antebrazo y la llevaba tirando de ella hasta su silla, donde la arrojaba con un empujón."

Esta actitud refuerza el conflicto con el resto de los compañeros, quienes al ver a la figura de autoridad desplegar ese comportamiento no aprenden actitudes democráticas de respeto a las diferencias. Esto se disculpa diciendo que "los niños son crueles", cuando en realidad no puede haber actitudes democráticas en una sociedad no democrática, que no cuida de abortar cualquier brote o manifestación contraria a la igualdad.

c) Conflictos entre padres e hijos. A los padres, se les suele informar en las horas de tutoría de que su hijo es vago, no se concentra, no tiene motivación por el estudio, descargando sobre ellos la responsabilidad de su incapacidad y produciendo una cadena de actuaciones (al menos en un primer momento) que lleva a los castigos, reprobaciones, descalificaciones, entre otros efectos. Esto a su vez puede conducir a conflictos entre los padres, algunos de los cuales (portadores de un estilo de socialización más autoritario) no acaban de entender que la dificultad es real y no depende de la voluntad de sus hijos.

> "No soy capaz ni tengo deseos de relatar lo que han supuesto multitud de tardes haciendo las tareas escolares, unas veces sobrada de paciencia, otras irritada con su actitud de falta de atención, otras con la garganta dañada de gritarle en la desesperación, otras con la rabia del castigo sin ver dibujos, otras llorando él y llorando yo en silencio o a escondidas.
>
> El padre de Marcos y yo estamos separados, que nuestra relación era de absoluta falta de comunicación y muy conflictiva, que él nunca daba crédito a mi preocupación por Marcos. Marcos tiene muy dañada su autoestima pues aunque intentas no caer en insultos e desprecios, no es fácil a veces evitarlos. Su padre le llama tonto, le desespera cuando se pone con él a hacer los deberes, le dice multitud de barbaridades que Marcos acata, pero lo hace con rabia, y cuando viene a casa conmigo, con su madre, desata toda esa rabia contra mí. Pese a que conmigo hace mejor los deberes, quiero decir sin tanta tensión, sin lloros ni collejas, no respeta mi autoridad, no me hace caso, además de distraerse (lo que ya se por entendido), me pitorrea, se burla y cómo no me enseña y saca toda su rabia contenida incluso con cierta violencia."

d) Conflictos de los padres con la administración. La actitud de ritualismo (Merton, 1957) de los profesores, que no quieren aceptar ningún cambio en sus ordenados espacios de aprendizaje de clase media, para las clases medias, se traduce en este tipo de conflictos. Normalmente, las medidas "oficiales" (diagnósticos sobre diagnósticos ya realizados en el ámbito privado) se aplican tarde

Configuracoes_5-6.indd S7:213 06-07-2010 09:57:13

(y a veces como en la expresión popular "mal y nunca"). Las evaluaciones de los equipos de orientación, no sólo hay que solicitarlas, en ocasiones con insistencia y una vez hechas incluso a veces no se aplican. Pasan los cursos enteros desde que se pide una adaptación curricular y finalmente no se obtienen resultados positivos. Sí pueden ser negativos como, por ejemplo, repetir curso, pues la obsesión por los contenidos es omnipresente.

> "Fernando es un niño con 9 años que fue diagnosticado con dislexia y déficit de atención cuando tenía 7 años. En infantil la psicóloga del colegio nos decía a su padre y a mi que algo no iba bien, pero no supo identificar el qué. Llevamos al niño a un centro psicológico municipal y al salir tuve la impresión de que la psicóloga pensaba que yo no había tenido nada que hacer aquel día y de igual forma que vas a ver escaparates, nosotros habíamos ido a verla. Posteriormente fue a un gabinete psicológico durante 4 ó 5 sesiones, donde llegaron a la conclusión de que Fernando era "muy majo".
>
> Cambiamos a un colegio concertado y religioso y de nuevo me plantearon que algo fallaba. La psicóloga decidió que lo vería cuando pasaran 4 meses pues "tenía mucho trabajo", por lo que decidí llevarle a varios profesionales privados (psiquiatra, neurólogo, psicólogo), donde recibió el diagnóstico. Comenzó a ir a un polideportivo del Instituto Municipal de Deportes de Madrid, para hacer psicomotricidad. Allí conocimos a niños con problemas iguales e incluso mayores, que además iban al logopeda. En el colegio no recibió ningún apoyo, pero sí muchas collejas, tirones de pelo y maltrato psicológico. Repitió 2º de Educación Primaria.
>
> Tuvo que dejar la psicomotricidad que tanto bien le hacía, para ir al logopeda. Era en un centro concertado con la Seguridad Social. De lunes a viernes: 1 hora de desplazamiento, 30 minutos de tratamiento y otra hora de regreso. Grupos de al menos 5 alumnos y quien más o menos con problemas de atención. A mitad de curso decidí que solo iríamos tres veces a la semana y, al finalizar el curso, nos despedimos definitivamente, pues el ritmo era agotador y apenas mejoraba.
>
> He pedido a la administración que centralicen psicomotricidad y logopedia, pues solo hay un centro en Madrid donde se realizan ambas actividades y en horario de mañana.
>
> Ahora tampoco podría ir a psicomotricidad al polideportivo que iba, por la edad. Según parece cuando se tienen 9 años ya no se tienen problemas motores¿?
>
> Después de mucho insistir conseguí que me recibiera el Equipo de Orientación Psicopedagógica de la zona correspondiente al colegio. ¡Mañana perdida!. Pues cuando hablé de dislexia me dijeron que ellos no tenían ningún tipo de protocolo con niños con esa dificultad y como ya estaba diagnosticado..., me despacharon de nuevo, sin molestarse en ver al niño para corroborar lo que decían los papeles que yo llevaba. Tampoco supieron orientarme a donde llevar al niño.
>
> Al finalizar 2º de E.P. decidí llevarle a un centro de rehabilitación médico psicopedagógico. Después de una valoración durante 13 días, me dijeron que no había plazas aunque tampoco era un colegio idóneo para él.

Cambió de nuevo de colegio. Ahora está en 3º E.P. en el Colegio Decroly en Guzmán el Bueno, 60 (Madrid). No recibe ningún tipo de tratamiento. He tenido algunas entrevistas con su tutora y con la psicóloga, y ..... no se como acabaremos el curso.

Mi hijo está perdiendo su infancia y yo mi vida."

e) Conflictos entre los orientadores y los profesores. Las recomendaciones de los orientadores (logopedas, psicólogos o psicopedagogos) muchas veces no se cumplen, pues dentro del aula el profesorado tiene el poder de organizar sin supervisión su docencia.

"Desde que Pedro comenzó 1º ESO he estado en continuas reuniones con el profesorado. La primera reunión la mantuve con la nueva orientadora, quien ya tenía la documentación correspondiente de Pedro en el Centro, mi intención era, sobre todo, que antes de que Pedro apareciera en el Centro, el profesorado ya tuviese información de primera mano, y para que –mi mayor preocupación- se evitaran comentarios negativos sobre su trabajo.

Lamentablemente, y a pesar de que la orientadora mantuvo esa reunión informativa con todo el profesorado, comenzaron a "caer" comentarios e incluso anotaciones en los cuadernos de Pedro referente a su caligrafía, ortografía y presentación de su trabajo.

Los comentarios siguen apareciendo, aunque solamente a nivel verbal, y Pedro parece que está llegando a la conclusión de que simplemente va a tener que convivir con ello, y que el profesorado "no tiene ni idea de la dislexia", según sus propias palabras.

Algunos profesores siguen creyendo que Pedro está sobreprotegido, y que el único problema que tiene es que no quiere trabajar. Claro, que no lo manifiestan abiertamente, pero la realidad está ahí.

Las clases del Taller de Fomento se han cambiado por clases con la profesora de P.T., y aún está por ver cómo van a trabajar la problemática de Pedro, puesto que no hay ninguna metodología que se esté utilizando en los centros educativos españoles".

Este panorama de conflictos intergrupales, al que se une la confusión conceptual de la que más adelante hablaremos, acaba repercutiendo en el autoconcepto de los afectados por dislexia, quienes se consideran a sí mismos tontos, vagos, retrasados y presentan unos cuadros de angustia, frustración y depresión que se somatizan en dolores de cabeza, ansiedad generalizada, falta de motivación para ir a la escuela, que hacen que sea muy probable que la profecía se autocumpla.

"Soy un tonto y un inútil. No sirvo para nada y no se me da nada bien. Intento esforzarme para que me salgan bien las cosas, pero todo me sale mal. He llegado hasta aquí, pero me da igual todo lo que he hecho y lo que me vaya a

Configuracoes_5-6.indd S7:215 06-07-2010 09:57:13

pasar. No valoro lo que he hecho porque ni me sirve ni me servirá de nada porque soy tonto. Soy un inútil, aunque sea tonto me doy cuenta de que soy un inútil. Ojalá yo no existiera, ojalá nunca hubiera nacido y así no me pasaría nada de esto porque todo me sale mal. A veces sólo veo una solución para mis problemas ,pero no sé por qué razón no lo hago.

Ojalá hubiese tirado la toalla en los estudios hace tiempo y así no hubiera llegado hasta este punto. Los que me conocen bien dicen que admiran mi fuerza de voluntad, yo me odio por tener tanta, si me hubiese rendido quizás no sufriría tanto como ahora. Pero no me he rendido y vivo como un fantasma inútil que le da igual todo y que solo quiere que le dejen en paz. Mis amigos no entienden cómo puedo estudiar tanto. En clase, a veces me bloqueo cuando me hablan los profesores: no entiendo lo que me dicen y no veo nada, siento que la gente me mira y me pongo rojo, pero soy incapaz de pensar en nada y pierdo el habla. Cuando estudio apenas me entran las cosas. A veces, cuando estoy pensando en mí mis amigos me preguntan ¿Qué tienes? Y yo les respondo que estoy cansado, pero no les digo la verdad. Estoy cansado de vivir. Ellos no lo entienden ...¿o soy yo?

Intento entender lo que pone el libro pero no entiendo nada y me pongo triste. A veces lloro mientras estudio y todo empeora más. Otras veces siento que mi cuerpo se pone muy tenso, siento como que todos los músculos hacen fuerza y que el estómago se me aplasta. No puedo respirar y quiero gritar pero se me cierra la garganta. Para que todo pare me muerdo el brazo y poco a poco me voy calmando y puedo seguir estudiando, pero al cabo de un rato me vuelve a pasar y si los mordiscos no funcionan me enrosco una toalla en el cuello y estiro impidiéndome respirar hasta que para esa tortura. No estoy seguro pero creo que es ansiedad y sé que me pasa por sentirme impotente al intentar hacer las cosas y que siempre me acaban saliendo mal. ¡Maldita sea! ¿Por qué no me rindo? ¿Por qué lo sigo intentando si igualmente no me sale nada? Es porque soy tonto. Solo veo una solución a todo esto, pero no la hago porque mucha gente se pondría triste".

f) Por otra parte, **las definiciones "científicas" o legales no son incontrovertidas**[7]. Un disléxico no sabe si es: un enfermo, un discapacitado, un trastornado mental o si simplemente tiene una dificultad. Lo que sabe con seguridad desde que se escolariza es que es diferente y que ese ser diferente es una desventaja. Todas las denominaciones anteriores tienen su parte de verdad; lo que cambia es el punto de vista del que lo observa y del que tiene poder para denominar. Después de todo, la desviación no es cualidad del acto. Los desviados son

[7] En el ámbito médico está catalogada como "una enfermedad rara, que conlleva un problema específico de lectura, por el cual un individuo con visión normal no puede interpretar el lenguaje escrito y por lo tanto no puede leer o lo hace muy lentamente y con gran dificultad. En este ámbito se consideran sinónimos: discapacidad primaria para la lectura, trastorno del desarrollo para la lectura, ceguera verbal congénita y discapacidad específica para la lectura.
En la Clasificación Internacional de Enfermedades (CIE-10) (1993) se refieren a ella como *Trastornos específicos del desarrollo del aprendizaje escolar*. En el ámbito psicológico se abandona la noción de enfermedad a favor del concepto algo más vago de trastorno o incluso el algo menos dramático de dificultad específica de aprendizaje.
En el ámbito legislativo se han hecho eco de esta última acepción en la nueva Ley Orgánica de Educación (LOE)

Configuracoes_5-6.indd S7:216 06-07-2010 09:57:13

aquellos a quienes la etiqueta se les ha impuesto con éxito (Becker, 1971) y en este caso el proceso de rotulación se realiza en la escuela. Antes de ingresar en la organización/institución escolar, un disléxico pasa desapercibido. Incluso en ocasiones puede ser considerado un genio, pues sus capacidades resultan tan extrañas para la vida normal, que pueden ser objeto de alabanza. El problema surge cuando son institucionalizados y se enfrentan a una tarea (leer y escribir) que se ha convertido en el eje de la diferenciación social en nuestras sociedades del conocimiento.

De ser un personaje con connotaciones positivas pasa a ser una persona estigmatizada (Goffman 1980); es decir, pasan a ser personas cuyo *status* principal (no lector principalmente) les coloca dentro del colectivo de los extraños, de los otros. Se convierten así en un colectivo en riesgo de exclusión. No es la escuela la que crea la dislexia, pero sí la que crea la discapacidad. Las discapacidades se derivan de patrones culturales que definen las acciones humanas como aquéllas que puede hacer una persona "normal" dentro de un marco socioeconómico que las estructura (Ferreira y Rodríguez, 2006). Los intereses a los que sirve esa organización son los de las personas no discapacitadas, con lo que el significado de la discapacidad se liga a las restricciones y por lo tanto a la discriminación.

En general, la dislexia parece manifestarse como un ritmo más lento en la consecución de ciertos logros. Pero ese ritmo lento no quiere decir que no se adquiera la destreza. La gran cuestión que esto nos plantea es la referente a la velocidad; la necesidad de ser eficaz se asocia a hacer las tareas en un espacio temporal corto (como si el beneficio capitalista planeara continuamente por las escuelas). Hay que hacer las tareas con el mínimo de recursos y obtener el máximo de rendimiento. Pero esto es un ritmo fabril (y para ellos, febril), no un ritmo que se adecue a las diferentes necesidades que tienen las personas en el sistema educativo (una verdadera educación especial para todos, debería estar menos obsesionada con la producción de individuos adiestrados para rendir eficientemente en la fábrica capitalista).Aún aceptando una visión funcionalista del papel de las instituciones educativas de cara al mantenimiento del *statu quo*, lo que vemos es que en las actuales sociedades de la información y el conocimiento, en las que se puede trabajar desde diferentes puntos gracias a las TIC y por lo tanto, flexibilizar horarios, ir corrigiendo los trabajos mediante el uso de instrumentos informatizados y estandarizados, interrumpir y reanudar el trabajo en cualquier momento (pues no se rompen las condiciones necesarias para el mantenimiento de grandes plantas industriales, por ejemplo,) resulta anacrónico centrarse en la velocidad lectora o en el cálculo mental. Es cierto que éstas pueden ser habilidades que hagan a una persona más vendible en el mercado, pero no convierte a los que no las poseen en excluidos "naturalmente", pues, gracias al uso generalizado de otras herramientas de trabajo, pueden ser personas perfectamente "funcionales" para el sistema.

Configuracoes_5-6.indd S7:217 06-07-2010 09:57:13

La discapacidad se crea cuando se quiere emular en la clase los ritmos de la fábrica o de la oficina, olvidando que hay otras maneras de trabajar eficientes, y que tan importante como la obediencia y la repetición de tareas es la creatividad. Además, ser disléxico no significa no ser capaz de leer, sino no leer a un ritmo determinado. La importancia otorgada a la velocidad lectora por la escuela tiene que ver con la relevancia que adquiere el tiempo (y su control) en el sistema capitalista. Fuera de un sistema tan obsesionado con la eficiencia en términos de beneficio empresarial, la dislexia no representaría un problema. Incluso podría ser considerada algo positivo.[8] Por otro lado, en sí mismos, los disléxicos retan continuamente las definiciones oficiales o los escenarios institucionalizados, pues su manera de percibir el mundo, el espacio y el tiempo es diferente. En un ámbito en el que la creatividad fuera valorada, ensalzada y animada, serían vistos como individuos muy valiosos, pero lo que nos enseñan con sus experiencias son nuestras preferencias sociales, que van dirigidas a la repetición, a la obediencia, al orden. El hecho de que continuamente se haga referencia a su mala escritura, o a su desorganización lo demuestra (notas en sus trabajos, comentarios despectivos, etc.) Resultan molestos porque ponen en cuestión continuamente el orden (no sólo simbólico, sino incluso físico).

De hecho, suelen ser niños con unas capacidades extraordinarias en otros terrenos (que no tienen que ver con la organización capitalista). Es la organización social en la que viven quien convierte sus aptitudes en invisibles. La expulsión del mundo de la normalidad se basa en construcciones sociales y no en factores biológicos. La idea de la diferencia como algo negativo se quiso paliar con la denominación diversidad, que parece algo más neutro, pero lo que aparece continuamente son las connotaciones negativas de la misma, sea llamada diversidad o diferencia. Lo cierto es que hay un grupo que son los extraños, los otros, que son tratados de manera diferente por un proceso de categorización que hace "manejable" la realidad (tanto a los profesores como a los alumnos). Es la aplicación de un modelo médico que en éste como en otros campos (en la salud, por ejemplo) deshumaniza los procesos en los que las personas se sienten implicadas y crea barreras. De éstas dan buena cuenta las definiciones que nos proporcionan nuestros documentos personales.

[8] Ver por ejemplo Baudelot, C. y Establet, R. ((1975): *La escuela capitalista en Francia*, México, S. XXI, pp. 239-247, en el que los autores exponen cómo el sistema de enseñanza y concretamente la escuela primaria divide a los individuos en dos redes escolares diferenciadas que conducen a destinos formativos y sociales muy distintos: la red primaria profesional y la red secundaria superior. El objetivo de ambas es según los autores, la inculcación de la ideología burguesa, que no siempre se realiza de forma explícita sino a través de las prácticas escolares en un proceso no exento de contradicciones.
Y también el trabajo de Bowles, S. y Gintis., H. (1985): *La instrucción escolar en la América capitalista*, Madrid, S. XXI, pp. 169-198 en el que los autores sostienen que existe una correspondencia entre la organización de la vida en la escuela y el modo de organizar el mundo del trabajo, particularmente en lo que se refiere a las relaciones de dominación y subordinación que rigen en la economía capitalista para producir una fuerza de trabajo fragmentada y sumisa. Para ellos, las relaciones sociales de la educación son una réplica de la división jerárquica del trabajo y se refleja en la competencia institucionalizada entre los estudiantes, los niveles diferenciados, las especializaciones, los centros diferenciados, etc.

Configuracoes_5-6.indd S7:218 06-07-2010 09:57:13

"Mi hijo es un ángel con un ala rota" (Gloria)

"Es esa sensación que tienes de que algo siempre te va a salir mal" (Paco, 42 años)

"Es algo sorprendente, es una parálisis de la comunicación y la expresión. Es una cárcel que impide ser totalmente libre al ser humano. Sin embargo, en ese misterio de las conexiones neuronales, surge un combate espiritual: las impotencias contra los deseos, la fantasía con la realidad. La utopía contra la propia filosofía. El pasado contra el futuro." (padre de Josué)

"Es un lastre constante que echa un pulso a mi voluntad y a la de quienes me rodean" Juan, 18 años

"Es una caca. No te deja ni un momento estudiar porque tu cabeza puede pensar que cuándo termina la clase o cuándo abren la piscina o cosas de esas. No entiendes las preguntas del examen. También se pueden burlar de ti diciéndote, ja, ja has suspendido. Suspendes y tus padres pueden pensar que no has estudiado. Pero lo "bueno" es que cuando se han enterado tus padres de que tienes dislexia ya todo es mejor" Alicia, 11 a*ños*.

Sólo si nuestra mirada se dirige a observar cómo se forman las barreras en la interacción social, podemos abandonar la idea de la exclusión. El ideal de la escuela inclusiva (Echeita 2003; Martínez 2002; Verdugo 2003) pasa necesariamente por un cambio en la dirección de nuestra mirada.

La identidad humana es esencialmente social. Si los disléxicos se definen de esas maneras no es como resultado de una condición individual, sino como consecuencia de una relación social en la que entra en juego esa característica personal con las del contexto social y escolar en los que se desenvuelven.

Y esto significa pensar en términos de diferencias; diferencias que se crean, se reproducen y mantienen en la interacción y que no tienen por qué significar exclusión.

Las barreras, los obstáculos que en las historias de vida recogidas hemos visto tienen su origen sobre todo en esa perspectiva individual que corresponde al modelo médico que sigue predominando en el abordaje del estudio de la discapacidad. Esto conduce a tomar como objeto de la intervención al "paciente" y aleja nuestra mirada del contexto, de las actitudes, los procesos, las prácticas políticas y escolares que se aplican rutinariamente y que son la clave para conseguir una educación para todos y con todos.

Configuracoes_5-6.indd S7:219 06-07-2010 09:57:13

5. Consideraciones finales

El estudio de este caso pone de manifiesto las contradicciones culturales y estructurales de la educación y de modo más general, la distancia entre la cultura real y la ideal, pues mientras se están modificando los marcos normativos que en teoría deberían conducir a la normalización y al respeto a la diversidad, lo que se está poniendo en práctica es una presión hacia la conformidad que nos aleja del ideal de la diversidad posmoderna. Como expone Santos Guerra (2002: 76): "La escuela tiene una inquietante función homogeneizadora. Currículo idéntico para todos, espacios iguales para todos, evaluaciones similares para todos".

En estas historias vemos cómo los padres luchan continuamente por conseguir dirigir las acciones en otras direcciones (conseguir exámenes orales, no copiar los enunciados de los problemas, un poco más de tiempo para realizar las tareas, etc.) y cómo esas luchas son en su mayor parte infructuosas.

Vemos cómo los profesores siguen insistiendo en prácticas obsoletas debido a la inconsistencia con los avances actuales en el estudio de la dislexia (como hacer repetir 20 veces una frase), lo que además demuestra el poder del profesor en el aula, pues aunque están informados de que esa estrategia no es eficaz, la siguen utilizando. Las indicaciones de los orientadores sólo se aplican si coinciden con sus creencias. No hay ninguna correspondencia entre investigación educativa y práctica escolar. En los centros educativos hay un "habitus" (Bourdieu, 1984) que da lugar a que los actores actúen según sus percepciones, representaciones y estructuras cognitivas. En virtud de ese "habitus" los profesores se hacen reacios a los cambios y consiguen adaptarlos para poder reproducir una tradición que impide la innovación.

La gramática de la escuela[9], consiste en un conjunto de prácticas y significados impuestos (no compartidos) por los grupos dominantes (administración y profesorado) sobre los alumnos y padres, que se convierten en grupos sin poder, cuya única estrategia es la resistencia activa o la huida (los cambios de centro lo confirman). Esa resistencia conduce a veces al enfrentamiento abierto, a la expresión del conflicto padres, por un lado, y profesores y administración, por otro.

Las sugerencias de los padres se siguen tomando como imposiciones e injerencias impropias y esto demuestra el lugar que se les reserva: un lugar sin poder, en el que sólo cabe plegarse a las decisiones orquestadas institucionalmente por los grupos dominantes.

Otra de las cuestiones que se ha hecho patente en la investigación es que en muchos casos la dislexia es un trastorno invisible para los docentes. La defi-

[9] David Tyack y Larry Cuban (1995) postularon que existe una gramática de la escuela, la cual hace que una desviación de nuestra concepción encastrada de la escuela se sienta como una expresión agramatical y sin sentido. Ellos describen cómo los esfuerzos de reforma, ya sean buenos o malos, progresivos o conservadores, eventualmente son rechazados o desnaturalizados y asimilados. David Tyack, D. y Cuban, L. (1995) *Tinkering Towards Utopia: A Century of Public School Reform*. Cambridge, MA: Harvard University Press

Configuracoes_5-6.indd S7:220 06-07-2010 09:57:13

nición social de la misma no tiene implantación. La difusión del conocimiento existente sobre ella ha fallado, con lo que a los obstáculos reales que han de salvar, se han construido otros añadidos a causa del desconocimiento. Un disléxico no sólo tiene dificultad real para leer, escribir; tiene una dificultad añadida que es hacer entender a los demás que esto es independiente de su voluntad, es decir, que no es responsable de ello.

Los casos estudiados nos muestran que la mayoría del profesorado no tiene una formación adecuada, que le permita, no ya tratar la dislexia como corresponde en el aula, sino ni tan siquiera reconocerla. Y éste es un punto de especial relevancia. La mayoría de los profesores actúan según sus creencias o valores personales y no basándose en criterios o conocimientos científicos, fruto de la investigación educativa (Verdugo 2003). Es importante tener en cuenta que nuestra sociedad actual proporciona continuos avances en el conocimiento de ciertos procesos hasta ahora no bien comprendidos y ver las dificultades que se tiene para la incorporación rápida de estos cambios. Es decir la innovación lleva un ritmo más alto que la instalación de esos avances.

No puede aceptarse nunca más la ignorancia del conocimiento, como no se acepta la ignorancia de la ley. Esto es algo que afecta profundamente a un colectivo – el del profesorado-, cuyo nivel educativo no se cuida como en otras profesiones, y que tiene un poder sobre la vida de las personas que no debe dejar de subrayarse. No son ajenas a este hecho las razones por las que los profesores han elegido esta profesión. Luis Samper (1990: 128-129) cita investigaciones de varios países en las que parece que muchos profesores lo son por falta de alternativas, por necesidad. En España, la encuesta de Félix Ortega y Agustín Velasco (1991:125) muestra que sólo el 15% de los maestros admite haber elegido esta ocupación por considerar que el Magisterio es una profesión que puede mejorar la sociedad.

La ideas que subyacen son que la responsabilidad del aprendizaje está en el alumno o como mucho en su familia (si se trata de darle un aspecto más sociológico). Pero lo cierto es que lo que se evita siempre es dar paso a ideas alternativas sobre la validez de cualquier persona para ocupar diferentes posiciones de poder.

En términos de identidad, la discapacidad sólo se entiende si miramos al contexto social en el que surge y que es el que determina su sentido. Desde este punto de vista, lo que observamos es el fracaso de la sociedad y sobre todo de la escuela en adaptarse a las necesidades de las personas discapacitadas así como sus estrategias de exclusión para con este colectivo. La utilización de la repetición de curso como única estrategia para superar las dificultades es sólo uno de los caminos que conducen a la exclusión y, por cierto, el más utilizado. Un niño ciego no verá jamás, pero puede aprender de otras maneras. Los disléxicos nunca leerán con fluidez y probablemente la disortografía les acompañe a lo largo de sus vidas, pero repetir el currículo expreso de un curso determinado no

Configuracoes_5-6.indd S7:221 06-07-2010 09:57:13

cambiará la forma en la que su cerebro procesa la información. Lo que necesitan son herramientas específicas de aprendizaje y otras formas de acceder a la información pues su problema no es la inmadurez, sino la intolerancia de una institución que parece desenvolverse de espaldas a los cambios sociales y no sabe reconvertirlos en beneficio de sus miembros.

Observar de manera crítica el desarrollo, la organización y la implementación de las prácticas de la educación dirigida a un colectivo que, por presentar una diversidad funcional, cae dentro del campo de lo que se ha venido dominando Educación Especial, nos permite poner de manifiesto los conflictos existentes entre las instituciones, organizaciones y grupos de pertenencia y referencia en los que tiene lugar la interacción y evidenciar los mecanismos con que cada uno de ellos lucha por defender sus intereses, lejos de actuar en beneficio del menor, que es el objetivo central en el que descansa la normativa que regula los principios de la escuela inclusiva.

Estos conflictos de intereses, lejos de ser irrelevantes, constituyen las barreras que impiden su participación en condiciones de igualdad dentro de los grupos e instituciones que les confieren una posición o *status* dentro de la estructura social y, por lo tanto, los convierten en excluidos.

Entendemos la exclusión social como el "Proceso por el cual a ciertos individuos y grupos se les impide sistemáticamente el acceso a posiciones que les permitiría una subsistencia autónoma dentro de los niveles sociales determinados por las instituciones y valores en un contexto dado"(Castells 2001). Aunque es usual dar un papel central a los cambios en el mercado de trabajo, y la consecuente segmentación y precarización laboral, como ámbito inicial de la exclusión, lo cierto es que son muchas las áreas donde las amenazas de exclusión afloran. Además del ámbito laboral, se deben incluir el económico, el educativo, el relacional, el residencial y los relacionados con la salud y el acceso a las nuevas tecnologías (brecha digital). Así, las sociedades del conocimiento deparan nuevos campos de cultivo para la exclusión, o lo que es lo mismo, impedimentos para el ejercicio de la plena ciudadanía, en términos de Marshall (1949). Subirats (2004: 96) obtiene los diez principales factores de exclusión social a partir de la encuesta del PHOGUE 2000 (Panel de Hogares de la Unión Europea), que por orden de importancia son: desempleo desprotegido, *enfermedad o discapacidad, nivel formativo muy bajo*, pobreza severa, falta de experiencia laboral por trabajo doméstico, precariedad laboral, *analfabetismo*, *aislamiento relacional*, precariedad económica asistida en el hogar y dificultades económicas en el hogar. Varios de estos factores se combinan en el caso que hemos analizado, por lo que se recomienda su visibilización así como la de los conflictos identificados, pues en el marco de una escuela inclusiva la reflexión sobre ellos se transforma en una oportunidad para el desarrollo personal y social, permite la aproximación entre los agentes en conflicto y el desarrollo del aprendizaje en condiciones de igualdad.

Configuracoes_5-6.indd S7:222 06-07-2010 09:57:13

Referencias bibliográficas

ALZINA MESTRE, J. (2006), "La dislexia en el contexto de la atención a la diversidad en la educación secundaria", Ponencia II Congreso Nacional de Dislexia, Palma de Mallorca.

AISNCOW, M. (2001), *Desarrollo de escuelas inclusivas. Ideas, propuestas y experiencias para mejorar las instituciones escolares*, Madrid: Narcea.

BECKER, H.S. (1971), *Los extraños. Una sociología de la desviación,* Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo.

BERGER, P. y LUCKMANN, T. (1988), *La construcción social de la realidad*, Buenos Aires: Amorrortu.

BLAKEMORES, S. y FRITH, U. (2006), *Cómo aprende el cerebro. Las claves para la educación*, Barcelona: Ariel.

BLUMER, H. (1969), *Symbolic Interactionism,* Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall.

BLUMER, H. (1980), "Comment, Mead and Blumer", *American Sociological Review*: 45.

BOGDAN, R. (1989), "Sociología de la educación especial" *in* R.J. Morris y Blatt, *Educación Especial. Investigaciones y Tendencias*, Buenos Aires: Panamericana.

BOURDIEU, P. (1984), *El sentido práctico*, Madrid: Taurus.

BOURDIEU, P. y PASSERON, J.C. (1977), *Reproduction in education, society and cultures*, Londres: Sage.

BOWKER, G. (1993): "How to be universal: some cybernetic strategies, 1943-1970", *Social Studies of Science*, vol. 23, 1:107- 127.

BOWLES, S. y GINTIS, H. (1977), "IQ in the US Class Structure" *in* J. Karabel y A.H. Halsey (orgs), *Power and Ideology in Education*, Oxford: University Press.

BRUYN, S.T., (1966), *The Human Perspective in Sociology*, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

CAMPBELL, J. y OLIVER, M. (1996), *Disability Politics: Understanding our Past, Changing Our Future*, Londres: Kegan Paul.

CARRERAS TUDURÍ, F. (2003), "Las adaptaciones curriculares como estrategia de colaboración. Un modelo de integración educativa en España", *Revista de Educación*, vol. 14,nº1.

COHEN, A. (1966), *Deviance and Control*, New Yersey: Prentice Hall.

CONNERTON, P. (1989), *Bodily practices. How societies remember*, New York: Cambridge University Press.

DEXTER, L. A. (1956), "Toward a Sociology of the Mentally Defective" *American Journal of Mental Deficiency*, 61, 10-16.

ECHEITA, G. (1999), "Reflexiones sobre atención a la diversidad", *Acción Educativa*, 102-103: 30-47.

ECHEITA, G. (2003), "La respuesta a las necesidades educativas especiales en una escuela inclusiva vasca", *Congreso San Sebastián*.

EMERSON, RM. (comp.) (1983), *Contemporary Field Research,* Boston: Little Brown.

FABER, B. (1968), *Mental retardation: its social context and social consequences*, Boston: Houghton Mifflin.

FERNÁNDEZ ENGUITA, M. (1999), "Las condiciones de la igualdad de oportunidades, *Cuadernos de Pedagogía*, 282: 19-24.

FERNÁNDEZ ENGUITA, M. (1999), "La escuela como organización: agregado, estructura y sistema", *Revista de Educación*, 320: 225-267.

FERREIRA, M. y RODRÍGUEZ, M. (2006), "Sociología de la discapacidad: una propuesta teórica y crítica", *Revista Nómadas*, 13- vol1. Madrid: Universidad Complutense de Madrid.

FILKESTEIN, V. (1980), *Attitudes and Disabled People*, New York: World Rehabilitation Fund.

GOFFMAN, E. (1961), *Asylums, Garden City*, New Cork: Anchor.

GOFFMAN, E. (1963), *Stigma: Notes on the management of spoiled identity*, Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall.

GOFFMAN, E. (1980), *Estigma, La identidad deteriorada*, Buenos Aires: Amorrortu.

HARGREAVES, A. y FINK, D. (2002), "Sostenibilidad en el tiempo", *Cuadernos de Pedagogía*, 319: 16-21.

HUNT, P. (ed.) (1996), *Stigma: The Experience of Disability*, Londres: Geofrey Chapman.

KROMAUER, M. (1998), "Social exclusion and underclass. New concepts for analysis of powerty", in H. J. Andreb, (org), *Empirical Poverty Research in a comparative perspective*, Brookfield: Ashgate.
LEWIS, O. (1965), *Los hijos de Sánchez*, México: Joaquín Motriz.
LONGMORE, P. y UMANSKY, L. (2000), *The New Disability History: American Perspectivas*, New York: New York University Press.
LÓPEZ ESCRIBANO, C. (2007), "Contribuciones de la neurociencia al diagnóstico y tratamiento educativo de la dislexia del desarrollo", *Revista de Neurología*, 44 (3): 173-180.
MARSHALL, T. H. (1949/1997), "Ciudadanía y clase social", *Revista española de investigaciones sociológicas*, 79: 297- 344.
MARTÍNEZ DOMÍNGUEZ, B. (1999), "La investigación educativa desde el enfoque de la diversidad", *Revista de educación especial*, 25: 83-100.
MEAD, G. H. (1934), *Mind, Self and Society*, Chicago: University of Chicago Press.
MERTON, R.K. (1957), "Social structure and social anomia", *Social Theory and Social Structure*, Illinois, Free Press.
MILLS, W. (1959), *The Sociological Imagination*, reprinted (2000), Oxford: University Press.
OLIVER, M. (2004), "If I had a hammer: The Social model in action", in J. Swain, S. French, C. Barnes y C. Thomas (orgs), *Disabling Barriers-Enabling Enviroments*, Londres: Sage.
ORTEGA, F. y VELASCO, A. (1991), *La profesión docente*, Madrid: CIDE.
PARSONS, T. (1952), *The Social System*, New York: Free Press.
PAULESU, E. *et al*. (2001), "Dislexia: Cultural Diversity and Biological Unity", *Science*, vol 291, marzo.
PLUMMER, K. (2000), *Documents of life 2. An invitation to a critical humanism*, Londres: Sage.
REX, J (1974), *Sociology and the desmitification of the modern world*, London: Routledge and Kegan Paul.
RUTTER, M. et al (orgs) (1970), *Educational Health and Behaviour*, Londres: Longman.
SAMPER RASERO, L. (1990), "Sociología de la enseñanza: aspectos socioprofesionales del profesor", *in* P. Hermoso y otros (orgs), *Sociología de la Educación*, Barcelona: Alamex.
SANTOS GUERRA, M. (2002), *La Escuela que aprende*, Madrid: Morata.
SARANSON, S. B. Y Doris, J. (1979), *Educational Handicap, Public Policy and Social History*, New York: The Free Press.
SCHEFF, T. J. (1966), *Being Mentally ill. A Sociological Theory*, Chicago: Aldline Publishing.
SUBIRATS, J. (2004) (dir.), *Pobreza y exclusión social. Un análisis de la realidad española y europea*, Colección Estudios sociales nº 16, Barcelona: Fundación La Caixa.
SWARTZ, H. y JACOBS, J. (1984), *Sociología cualitativa*, México: Trillas.
THOMAS, W. (1928), *The child in America: Behavior problems and programs,* New York: Knopf.
TOMLISON, S. (1982): *A Sociology of Special Education*, Londres: Routledge and Kegan Paul.
TAYLOR, S.J. y BOGDAN, R. (1986), "Introducción: ir hacia la gente", in *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*: 15-27, México: Paidós.
VALLES, M (1997), *Técnicas cualtitativas de investigación social*, Barcelona: Síntesis.
VERDUGO ALONSO, M.A. (2003), "De la segregación a la inclusión escolar", *Educar para la vida, Congreso Nacional de Educación para Personas con Síndrome de Down*: 9-18, Córdoba, Obra Social y Cultural Cajasur.
WARNOCK, M. (1981), *Meeting Special Educational Needs*, Londres: Her Britannic Majesty's Stationary Ofice.

Riscos de uma actividade de risco: um estudo de caso em contexto hospitalar

João Areosa*

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma investigação realizada num serviço de imagiologia de um hospital público. Aqui iremos apresentar os principais riscos ocupacionais desta actividade, bem como a visão dos trabalhadores face aos seus riscos ocupacionais. As categorias profissionais observadas foram as seguintes: médicos de radiologia convencional, médicos de neuroradiologia e técnicos de radiologia.

A metodologia utilizada neste estudo de caso foi a pesquisa de terreno com observação participante. Na operacionalização deste método utilizámos a entrevista como técnica privilegiada para a recolha de informação.

Uma das principais conclusões desta investigação revela que as percepções de riscos no serviço de imagiologia são heterogéneas. Todavia, os riscos mais temidos por parte dos trabalhadores estão associados à exposição às radiações ionizantes e aos diversos riscos biológicos transversais ao meio hospitalar.

Palavras-chave: Risco, Riscos Ocupacionais, Percepções de Riscos, Imagiologia Hospitalar.

1- Riscos ocupacionais: que percepções suscitam nos trabalhadores?

O risco e a sua definição são matérias que não reúnem consenso (Kaplan 1997). A crescente problematização do risco em alguns segmentos sociais pode estar a transformar a sua discussão em algo bastante relevante para a modernidade. Numa abordagem aprofundada sobre a temática do risco Renn (1992:

* Centro de Estudos de Género, Universidade Lusófona – joao.s.areosa@gmail.com

Configuracoes_5-6.indd S8:225 06-07-2010 09:57:13

57) apresenta sete perspectivas distintas para caracterizar este debate emergente; cada uma destas perspectivas é ainda passível de subdivisões internas, onde se podem encontrar modelos contraditórios e/ou complementares. De certo modo, podemos compreender o risco como uma entidade presente em diversas áreas do mundo social. Por este motivo é difícil de nos concebermos como sujeitos imunes ao risco ou, em certas situações, de nos colocarmos fora do seu alcance. Segundo Dean (1999), o risco pode ser entendido como um *continuum* e, neste sentido, é algo que nunca desaparece completamente. O essencial do risco não é tanto aquilo que está a acontecer, mas sim, como referem Adam e Loon (2000), aquilo que pode acontecer, ou seja, o risco está direccionado, segundo Giddens (2000), para aspectos futuros. Todavia, se o futuro fosse algo pré-determinado e independente das actividades humanas ou das forças da natureza, o termo risco não faria sentido (Renn 1992).

Na verdade a actual noção de risco acaba por estar relacionada com pelo menos uma das seguintes perspectivas: a) abordagem quantitativa – associada à probabilidade de ocorrência de um evento; b) abordagem qualitativa – associada à possibilidade incerta (não quantificável) de ocorrência de um qualquer evento. Apesar de a abordagem quantitativa ou probabilística ser dominante em diversas áreas do conhecimento, incluindo a segurança do trabalho, este estudo utiliza a perspectiva qualitativa do risco, devido a considerarmos esta conceptualização mais ajustada para os riscos ocupacionais. Uma justificação mais detalhada para esta opção pode ser encontrada nos trabalhos de Granjo (2000, 2004) e Areosa (2007, 2007ª, 2008).

Os riscos no trabalho são apenas uma das muitas variantes do estudo do risco. Este tipo específico de riscos nem sempre suscitou as mesmas leituras, foi sofrendo evoluções e reconfigurações nas diversas sociedades, dependendo das práticas utilizadas e das novas formas de conhecimento sobre os efeitos nocivos do trabalho para o Homem. Os riscos organizacionais tendem a ser vistos como potenciais factores negativos para a saúde e a segurança dos membros pertencentes a essa mesma organização. São susceptíveis de causar lesões físicas aos trabalhadores, doenças, danos materiais e/ou ambientais; ou seja, podemos encontrar uma interligação entre os riscos laborais e os potenciais efeitos adversos que o trabalho provoca nas pessoas e no seu bem-estar, bem como nas eventuais perdas para a organização.

Existem diversas definições sobre a noção de riscos no trabalho. Contudo, defendemos que ela deva ser o mais abrangente possível. A sua conceptualização deve considerar tanto os riscos laborais mais simples (desconforto ou incomodidade ligeira), como os riscos mais graves, que dão origem a incapacidades permanentes ou à própria morte. "Entendemos então por riscos no trabalho qualquer ameaça para a integridade física ou psíquica do trabalhador resultante de um desvio, ainda que mínimo, daquilo que se considere como trabalho normal" (Meleiro 1985: 13). Os riscos do foro laboral podem ser compreen-

Configuracoes_5-6.indd S8:226 06-07-2010 09:57:13

didos através de três dimensões distintas: a) os riscos em si mesmos, enquanto potenciais causas geradoras de eventuais lesões ou danos; b) os riscos sobre os sujeitos, isto é, sobre quem é que podem incidir os riscos; e, finalmente, c) os efeitos dos riscos sobre os sujeitos afectados (neste caso estamos a falar sobre as consequências pessoais da efectivação dos riscos ocupacionais). Na verdade, o mesmo tipo de risco pode ter efeitos e consequências muito diferenciadas para os sujeitos expostos. Em diversas situações observa-se que os efeitos da exposição ao mesmo tipo de risco podem afectar de forma distinta os trabalhadores, devido à sua própria susceptibilidade ou vulnerabilidade individual (Mela *et al.*, 2001). É ainda pertinente lembrar que a presença de diversos tipos de riscos numa dada situação (em simultâneo) pode provocar cenários de risco muito superiores àqueles que provocaria caso a sua "acção" fosse produzida isoladamente. A interacção de vários riscos pode ampliar os seus supostos efeitos individualizados e constituir-se como um factor de agravamento da própria situação de trabalho (Areoso 2008).

O risco é também um fenómeno construído socialmente, embora existam duas visões distintas sobre como ele deve ser interpretado. Por um lado, temos a abordagem daqueles que consideram que a definição dos riscos deve ser efectuada, exclusivamente, por peritos, especialistas ou cientistas, designando as suas apreciações como riscos "objectivos". Nesta perspectiva a visão, por parte do senso comum, sobre os riscos de não especialistas é vista como uma mera expressão irracional e sem fundamento técnico. Por outro lado, existe uma corrente oposta que defende a integração do saber leigo (não especializado) como um contributo importante para a análise de certos riscos. Partilhamos esta última perspectiva, visto considerarmos que a identificação de riscos e as análises de riscos devem ser elaboradas a partir da abordagem articulada entre especialistas e não especialistas, visto estes últimos poderem também oferecer novas dimensões sobre os riscos (eventualmente não detectadas pelos peritos ou cientistas).

Nesta pesquisa a discussão dos riscos ocupacionais está centrada na área da saúde, bem como nas percepções de riscos dos trabalhadores hospitalares. A nossa concepção sobre as percepções de riscos dos trabalhadores aproxima-se mais da abordagem culturalista de Douglas e Wildavsky (1982) e não tanto de uma perspectiva psicométrica (que visa a quantificação das percepções).

No mundo do trabalho não existem organizações ou empresas imunes aos riscos laborais. Em muitas situações os riscos organizacionais são quase inevitáveis. A modernidade trouxe aquilo que autores como Skolbekken (1995) já anunciaram como a "epidemia dos riscos". Se considerarmos, quer a quantidade de riscos que determinados locais de trabalho incorporam, quer a gravidade que manifestam, podemos considerar, metaforicamente, algumas organizações como autênticas *fábricas de riscos*. Se aceitarmos esta metáfora podemos enquadrar os hospitais em organizações deste tipo. Os hospitais, enquanto espaços de tra-

Configuracoes_5-6.indd S8:227 06-07-2010 09:57:13

balho, são locais repletos de múltiplas formas de risco, visto que incorporam riscos biológicos (contacto com os doentes, tarefas com materiais cortantes ou perfurantes eventualmente contaminados, contacto com fluidos orgânicos), riscos físicos (radiações ionizantes, ruído, electricidade), riscos químicos (manuseamento de produtos químicos perigosos, nomeadamente medicamentos, diversos tipos de gases – tóxicos, combustíveis, etc.), riscos ergonómicos (levantar ou movimentar pesos elevados, incluindo o transporte de doentes sem mobilidade, trabalhar longos períodos em posição quase estática, manuseamento de equipamentos "pouco" ergonómicos), riscos com máquinas ou equipamentos (aparelhos de RX, equipamentos de laboratório, etc.), riscos do próprio local ou ambiente de trabalho (iluminação deficiente, má qualidade do ar interior, pavimentos escorregadios, etc.), riscos da organização do trabalho (trabalho nocturno ou por turnos, alteração de horários, acumulação de funções, manuseamento e/ou armazenagem inadequada de produtos, responsabilização dos trabalhadores por falhas da própria organização), riscos psicossociais (conflitos entre trabalhadores, agressões físicas ou verbais provenientes de doentes ou acompanhantes, *mobbing*, contacto com situações difíceis, nomeadamente doenças graves ou a própria morte dos doentes) e ainda a susceptibilidade individual perante as situações de riscos (diferentes níveis pessoais de aversão ou de tolerância aos múltiplos factores de risco). Anteriormente já desenvolvemos uma categorização de riscos profissionais de forma mais abrangente (não apenas direccionada para a área da saúde) (Areosa 2003, 2005).

Conforme se pode verificar, o hospital, enquanto espaço de trabalho, é um local onde proliferam variados tipos de riscos. Porém, a identificação dos riscos laborais por parte dos trabalhadores pode não ser tão sistematizada como aquela que acabamos de apresentar. Este aspecto já o designamos como uma certa *iliteracia pública para a percepção ou avaliação de determinados tipos de riscos* (Areosa 2007), particularmente os riscos que necessitam de recorrer à utilização de técnicas ou tecnologias sofisticadas para a sua identificação. Contudo, é fundamental avaliar as percepções de riscos dos trabalhadores porque, para além de poderem ser identificados novos riscos (não detectados pelos peritos), esta avaliação oferece ainda a visão dos trabalhadores sobre os riscos que eles correm no seu local de trabalho. Este diagnóstico é decisivo para elaborar estratégias de prevenção de riscos dentro das organizações. Parece óbvio que se um trabalhador não conseguir identificar os riscos do seu local de trabalho não irá praticar comportamentos seguros perante os riscos, e isso pode potenciar a ocorrência de acidentes de trabalho, de lesões pessoais e/ou danos organizacionais.

Segundo Gonçalves e colegas (2005), a exposição continuada e prolongada a situações de risco laboral pode originar que o sujeito exposto tenda a normalizar as ameaças e, por consequência, torne diminuto o seu empenhamento em comportamentos ou práticas de vigilância, de protecção e de segurança laboral.

Configuracoes_5-6.indd S8:228 06-07-2010 09:57:14

Já foi referido que as estratégias de prevenção sobre os riscos laborais devem incorporar tanto os conhecimentos dos peritos, como os conhecimentos dos trabalhadores. Os primeiros dominam os riscos técnicos, normalmente pouco perceptíveis para a generalidade dos trabalhadores, enquanto os segundos, devido a lidarem diariamente com as situações risco dos seus locais de trabalho, estarão mais aptos a identificar as formas de risco mais comuns.

Vejamos então alguns dos principais aspectos teóricos sobre as percepções de riscos em contexto hospitalar. Após a realização de uma pesquisa em diversos hospitais sobre as percepções de riscos dos trabalhadores relativas às radiações ionizantes, Rayner (1986) conclui que as diferentes categorias profissionais expostas a este tipo de risco apresentam comportamentos distintos perante a utilização deste agente físico. Este trabalho sugere ainda que as percepções de riscos são fortemente influenciadas por factores organizacionais, particularmente quando estas organizações revelam elevados graus de complexidade e de interacção social.

Num outro estudo em contexto hospitalar levado a cabo por Caixeta e Barbosa-Branco (2005) observaram-se as seguintes categorias profissionais: médicos, técnicos de laboratório, farmacêuticos e enfermeiros. Verificou-se que, apesar da formação e do conhecimento que estes grupos profissionais detinham sobre as regras de biossegurança, nomeadamente sobre a contaminação com patologias graves (HIV, hepatite, etc.), a utilização de equipamentos de protecção era reduzida (excepto quando o diagnóstico do doente estava confirmado). Este aspecto pode apontar para a existência de uma enviesada ou fraca percepção do risco destes trabalhadores. "A relação entre o conhecimento e a adesão dos profissionais de saúde ao uso de barreiras de protecção não foi significativa. Demonstrou-se que eles têm o conhecimento, mas não aderem às medidas e possuem uma percepção fraca de risco, pois fazem uso de barreiras apenas mediante o diagnóstico de seropositividade para VIH. Este é um dos aspectos mais preocupantes, uma vez que esta falsa segurança aumenta significativamente o risco da transmissão do VIH" (Caixeta e Barbosa-Branco, 2005: 744).

Numa perspectiva similar ao estudo anterior (também realizado sobre profissionais de saúde), Kermode e colaboradores (2005) revelaram que mais de 90% dos participantes na pesquisa tinham afirmado que as suas categorias profissionais estariam expostas a níveis elevados de risco de contrair doenças infecto-contagiosas enquanto cuidam dos pacientes e 78% afirmaram que deveriam ser tomadas medidas extras de prevenção nos cuidados aos doentes com VIH. Afirmaram também que estes doentes deveriam ser tratados separadamente dos outros doentes. Segundo os autores, esta tendência viola os princípios gerais da prevenção, visto que a prevenção deve ser universal e não selectiva (Kermode *et al* 2005: 261). Porém, apenas cerca de 60% dos participantes revelaram estar preocupados com a possibilidade de eles próprios contraírem este tipo de doença nos seus locais de trabalho. Este estudo está em consonância com as teorias do

Configuracoes_5-6.indd S8:229 06-07-2010 09:57:14

optimismo irrealista onde se afirma que os outros tendem a ser considerados menos aptos a lidar com o risco do que nós próprios (Weinstein 1980).

Nishide e Benatti (2004) realizaram uma investigação sobre riscos ocupacionais dos enfermeiros. Para estes trabalhadores, em particular aqueles que contactam directamente com o público, o seu ambiente de trabalho é potencialmente perigoso devido ao eventual contágio com as enfermidades dos pacientes (riscos biológicos), isto é, os riscos laborais destes trabalhadores estão correlacionados directamente com os riscos associados à assistência aos doentes, tal como referem Nishide e Benatti (2004: 409): "Constatou-se que os riscos ocupacionais identificados pelos trabalhadores de enfermagem aparecem em maior número quando relacionados ao cuidado directo aos pacientes e às próprias características de pacientes críticos, tais como: presença de sangue, secreções, fluidos corpóreos por incisões, sondagens, cateteres, expondo os trabalhadores a esse contacto; elevado número de procedimentos e intervenções terapêuticas que necessitam de utilizar materiais perfurocortantes e equipamentos; dependência dos pacientes, que exigem esforço físico dos trabalhadores; investigação diagnóstica devida a patologias diversas, expondo os trabalhadores a infecções e doenças não confirmadas". Embora nem sempre com níveis de percepção muito elevados, esta categoria profissional referiu também outros tipos de riscos aos quais se encontra exposta (sem estar directamente relacionados com os riscos de assistência aos doentes), nomeadamente a exposição a contaminantes químicos, radiações ionizantes e quedas por circularem em pisos molhados ou lisos. Uma pequena percentagem destes enfermeiros refere também os riscos de desconforto térmico, iluminação inadequada e ruído. O estudo de Nishide e Benatti (2004) acaba por concluir que esta categoria profissional apresenta uma razoável percepção de riscos do seu trabalho, embora isto não signifique obrigatoriamente que sejam praticados comportamentos seguros por parte dos trabalhadores.

As culturas ou subculturas profissionais e o estatuto social da profissão dentro das organizações podem também ser um factor importante na construção das percepções de riscos dos trabalhadores, bem como dos seus comportamentos, práticas e atitudes. Assim, segundo uma investigação levada a cabo por Dickson e colaboradores (2004), verificaram-se diferenças significativas entre as percepções de riscos de duas categorias profissionais, a saber, os enfermeiros e os gestores. Nesta pesquisa os gestores tendem a apresentar níveis de percepções de riscos menores, por comparação com os trabalhadores de enfermagem, relativamente aos riscos de *stress* e violência na actividade laboral dos enfermeiros. Pelo contrário, revelaram níveis mais elevados de percepções sobre os riscos para a saúde dos pacientes.

Aquilo que nos parece sociologicamente relevante é a distribuição desigual dos riscos do trabalho pelas múltiplas actividades profissionais. Existem categorias profissionais bastante mais expostas aos riscos ocupacionais do que

Configuracoes_5-6.indd S8:230 06-07-2010 09:57:14

outras. Porém, os riscos laborais são um factor sempre presente; logo não existem trabalhadores expostos a risco zero ou nulo. De certo modo, os riscos no trabalho podem ser vistos como uma fatalidade suportada por todos os trabalhadores, embora o grau de risco possa ser muito variável de trabalhador para trabalhador.

2- Metodologia: limites e potencialidades para a observação

Este trabalho apresenta os resultados de uma investigação sociológica que decorreu em Lisboa, entre 2001 e 2004, no âmbito de uma pesquisa sobre as profissões em contexto hospitalar (Areosa 2004). Este estudo teve como base metodológica a pesquisa de terreno, efectuada num serviço de imagiologia de um hospital geral, não universitário, tendo como objecto privilegiado as relações sociais de trabalho que lá se desenvolvem, incluindo as percepções dos trabalhadores.

A metodologia utilizada na investigação foi a pesquisa no terreno com observação directa e participante. Nesta metodologia o principal instrumento de pesquisa é o próprio investigador (Costa, 1986: 136), embora, no entender de Bourdieu (1989: 51), a observação participante não seja mais do que uma "falsa" participação num grupo estranho. A presença do investigador no terreno gera, normalmente, novas interacções sociais, quer as estabelecidas com os observados, quer as que estes podem reconstruir entre si, derivado à sua presença.

A complexa teia de relacionamentos socioprofissionais, onde se interligam as regras formais e informais do hospital, é uma das barreiras à pesquisa no terreno, além da resistência dos próprios agentes sociais da organização à presença dos investigadores. O papel do pesquisador social no terreno acaba por se constituir como mais um factor de interferência dentro da organização, nunca conseguindo o investigador alcançar a neutralidade absoluta na sua análise. Este agente "infiltrado" depende sempre dos contextos sociais que observa e da forma como conquista a sua própria integração dentro da organização, estando também refém das perspectivas ideológicas de índole pessoal e dos seus próprios capitais sociais, culturais e simbólicos; ou seja, os investigadores tendem a analisar a realidade social com base nos seus parâmetros e valores individuais (Mannheim, 1995).

Segundo Jasanoff (1998), a predisposição cultural dos peritos e investigadores do risco influencia as suas próprias percepções de riscos, bem como as suas avaliações de riscos, que, por vezes, são conduzidas por valores institucionais e, simultaneamente, reajustadas pelas fronteiras dos domínios científicos. Logo, a neutralidade absoluta em qualquer processo de pesquisa não passa de uma intenção ou de um objectivo inacessível. Porém, os factores de enviesa-

Configuracoes_5-6.indd S8:231 06-07-2010 09:57:14

mento à pesquisa hospitalar vão muito além do próprio investigador e da diversidade profissional. Estes obstáculos são ainda largamente ampliados através das especificidades internas que caracterizam a instituição hospitalar, incluindo a multiplicidade de técnicas e tecnologias utilizadas, bem como os diferentes saberes e poderes (Carapinheiro, 1993).

Na parte final da pesquisa recorremos a entrevistas de tipo directivo com guiões distintos para cada categoria profissional. Esta é uma técnica muito próxima do questionário aberto que permite controlar, verificar e validar a informação recolhida durante a observação participante. Sendo este trabalho um estudo de caso, não pretende obter um conhecimento generalizado sobre as percepções de riscos nas profissões imagiológicas. Esta pesquisa limita-se a recolher e apresentar dados referentes a uma situação particular e é neste contexto que este trabalho deve ser entendido.

3- As percepções de riscos num serviço de imagiologia

Os riscos de um serviço de imagiologia são bastante amplos, visto que incorporam riscos relativamente comuns do mundo laboral hospitalar com alguns riscos específicos desta actividade. Os riscos mais comuns passam por alguns riscos associados ao ambiente de trabalho e riscos ergonómicos, tais como o trabalho na posição em pé durante longos períodos de tempo, levantamento de pesos, nomeadamente na ajuda aos doentes com mobilidade reduzida, o trabalho rotativo, nocturno e por turnos, a qualidade do ar, a iluminação artificial, o trabalho com máquinas e equipamentos e a pressão sobre a produtividade dos trabalhadores, particularmente na urgência nos dias de maior fluxo de doentes. Observámos que nas salas de angiografia e TAC (Tomografia Axial Computorizada) alguns trabalhadores manuseiam materiais cortantes e perfurantes (lâminas e agulhas) quando têm de injectar produto de contraste nos doentes e, diversas vezes, passam longos períodos em frente a equipamentos dotados de visor (ecrãs de visualização). Foi também detectada a existência de diversos conflitos entre pares na organização. Esta situação pode tornar-se problemática, quer para a organização, quer para trabalhadores e doentes, devido aos riscos psicossociais que introduz na actividade diária.

> «Enfim, os técnicos de radiologia são um bocadinho "mauzinhos" uns para os outros. Porque, o que eu noto é que há muitas "quintinhas", percebe. Formam-se muitos grupos, eu não estou a falar da urgência, porque aí eles contactam uns com os outros e estão mais próximos, pela experiência que tive na urgência acho que estão mais próximos uns dos outros do que propriamente aqui no central. Aqui no central acho que há um bocadinho o sentido de empurrar o trabalho para o colega. Porque é assim, pode haver uma escala, mas entre nós se

Configuracoes_5-6.indd S8:232 06-07-2010 09:57:14

> não nos der jeito hoje pedimos ao colega se ele não se importa, porque estamos doentes, não temos disposição ou não apetece, e pedimos para trocar o posto, mas apesar de alguma cumplicidade há muito quem não faça à espera que o colega que está ao lado o faça. Isto é um aspecto, outro aspecto é a subida na carreira. Cada vez mais se nota que há muita dificuldade em subir na carreira, pelo menos na radiologia, os técnicos são muitos e as vagas são poucas, e a disponibilidade de descongelamento de vagas é quase nula, e aí as pessoas "atropelam-se" um bocadinho umas às outras, o que quer dizer que vão a congressos e não dizem aos colegas, organizam trabalhos e não dizem nada aos colegas, portanto, só aparecem com as coisas feitas.» (TR 5).

Relativamente aos principais riscos específicos da actividade imagiológica encontramos o manuseamento de RX (riscos físicos), a exposição a diversos agentes químicos (riscos químicos), a possibilidade de contágio de doenças transmissíveis (riscos biológicos) e os riscos de terem de lidar com situações difíceis, nomeadamente quando têm de contactar com doentes politraumatizados e/ou em risco de vida (riscos psicossociais), embora estes dois últimos se apresentem como transversais a quase todas as actividades hospitalares. Verificámos que o hospital é um espaço de elevada concentração de riscos ocupacionais.

Contudo, apesar desta enorme panóplia de riscos, as percepções dos trabalhadores do serviço de imagiologia sobre a forma como os seus riscos ocupacionais são controlados revela-se heterogénea, embora tenhamos observado uma certa tendência para que os trabalhadores com maiores níveis de responsabilidade hierárquica revelassem maior satisfação na forma como os riscos organizacionais eram controlados.

> «Neste momento nós temos aqui os dosímetros, eu penso que é satisfatória, sim, não é excelente, nem muito bom, mas penso que numa escala de zero a vinte era capaz de ter treze valores ou catorze. Poder-se-ia fazer melhor, mas lá está, seria necessário um equipamento mais sofisticado que na prática não estou a ver que seja possível, pelo menos a curto prazo. Penso que o serviço deveria ter um físico que fosse realmente responsável pela radiação de cada aparelho, enfim, saber as condições em que os doentes estão a ser irradiados, as condições de assepsia, já não falando da radiação, mas de outros riscos e de outros agentes que possam ser nocivos para os doentes e para os médicos, isso deveria haver um controlo, talvez, mais apertado. Satisfatório sim, mas muito mais do que isso, não.» (MR 1).

Ao longo da nossa investigação observámos formas desiguais de protecção dos trabalhadores nos vários sectores do serviço. Constatou-se ainda uma inadequação de alguns equipamentos de protecção, quer individual, quer colectiva. Aquilo que parece reunir consenso entre os trabalhadores do serviço de imagiologia traduz-se na concordância da sua actividade profissional ser de risco elevado. Foi também frequentemente afirmado pelos trabalhadores que a tipologia de riscos aos quais se encontram expostos não era devidamente valo-

Configuracoes_5-6.indd S8:233 06-07-2010 09:57:14

rizada pela organização e gestão onde exercem a sua actividade laboral. Esta perspectiva coincide com a posição de Steudler (1974), onde é afirmado que o hospital contemporâneo apresenta dois sistemas lógicos distintos. Por um lado, existe a lógica científica e técnica do corpo de profissionais hospitalares, particularmente os médicos; por outro lado, existe a lógica economicista e racionalizadora da administração hospitalar. Sendo estas perspectivas diferenciadas e, por vezes, antagónicas, a relação entre profissionais de saúde e administração hospitalar é normalmente pautada por situações de alguma tensão. Os riscos existentes dentro do hospital não são vistos sob o mesmo prisma, o que acaba por expressar duas visões distintas sobre o mesmo problema (a exposição aos riscos organizacionais).

> «Ainda há algumas coisas que teriam de ser melhoradas e valorizadas, porque não são valorizadas muitas vezes. Estar exposto às radiações ionizantes é uma profissão de risco, além de todos os riscos inerentes a toda a profissão médica, de todo o acto médico. Porque nós também podemos ser infectados. Mas, portanto, acho que isso é um risco acrescido e isso não é valorizado, penso que não.» (MN 14).

As atitudes e os comportamentos dos trabalhadores perante os riscos laborais podem ser muito variáveis, visto mudarem de indivíduo para indivíduo. Verifica-se até que o mesmo trabalhador pode apresentar comportamentos distintos, perante o mesmo risco, em momentos diferentes da sua carreira. Autores como Rundmo (2000) apontam para o facto de as percepções de riscos poderem influenciar os comportamentos e as atitudes. Assim, quanto "maior" for o conhecimento e as percepções de riscos dos trabalhadores, "melhor" poderá ser o seu desempenho na prevenção de riscos e, por consequência, na prevenção de acidentes de trabalho ou de doenças profissionais. Porém, não são apenas os riscos que, hipoteticamente, dão origem a lesões corporais que devem ser considerados como riscos ocupacionais. Os riscos do foro psicossocial devem ser alvo de uma profunda reflexão e prevenção por parte das organizações, dado que contribuem fortemente para a qualidade de vida laboral e social dos trabalhadores, bem como para o seu empenho, motivação e absentismo. Neste estudo observámos que alguns trabalhadores do serviço de imagiologia revelaram particular sensibilidade para este tipo de riscos, visto que eles se encontram profundamente incorporados na sua actividade quotidiana.

> «A parte da urgência é violenta e é um *stress* muito grande. Nós entramos ao serviço e entramos logo em *stress* porque é a ansiedade das pessoas, é a pressa das pessoas. A situação pode ser de urgência ou não, mas elas sentem que estão num serviço de urgência e que devem chegar e ser atendidos. Quando eu lhes digo que: olhe, tem ali aqueles doentes também a aguardar para fazer RX, eles ficam desesperados, porque não podem esperar. Depois temos de contar com as más

Configuracoes_5-6.indd S8:234 06-07-2010 09:57:14

> educações, com as pessoas irresponsáveis, com as pessoas menos bem-educadas e temos de ter paciência, falar com as pessoas e levá-las a perceber a situação que está. As urgências estão normalmente um caos, as segundas-feiras então, aliás, chegou a apreciar como é que são as segundas-feiras. Isto leva a que os técnicos, aliás, todos os profissionais de saúde das urgências penso que é sempre assim, há um *stress* muito grande. Mas parece que o *stress* já faz parte da nossa profissão, é o dia-a-dia. Os problemas vão-se resolvendo, as situações vão sendo ultrapassadas, com calma, com método e com respeito pelo doente, porque é por isso que nós estamos cá, é por causa do doente. (...). As pessoas [colegas de trabalho] também têm os seus problemas, são seres humanos, têm os seus problemas psicológicos, físicos e os seus problemas familiares, e que muitas vezes também têm de ser resolvidos na equipa. É assim, um desdobramento pessoal e uma compreensão de todos. O trabalho por turnos, fazer as noites também complica. Mas eu aqui até acrescentaria que deixar de trabalhar por turnos não sei se era bom, eu já não sei trabalhar sem ser por turnos.» (TR 12).

Menéndez (2003) afirma que o conhecimento pericial forjou uma imagem restritiva dos riscos laborais e, consequentemente, dos problemas de saúde dos trabalhadores, valorizando a confiança em torno do controlo tecnológico dos riscos. Esta visão parcial dos peritos sobre riscos originou uma certa tendência para a "desproblematização" dos riscos para a saúde dos trabalhadores, só pontualmente abalada por algumas situações mais mediáticas, mas sem nunca afectar profundamente a sua estrutura dominante no mundo social. Os efeitos indesejáveis da actividade produtiva sobre a saúde dos trabalhadores, resultante dos riscos associados ao trabalho, foram sempre sistematicamente minimizados no passado, sendo até vistos como uma inevitabilidade das sociedades ocidentais rumo ao progresso e ao desenvolvimento económico e social. A visão dos especialistas tornou-se hegemónica e foi sempre dirigida no sentido de individualizar o risco (como factor humano inerente ao próprio trabalhador), relegando para um plano secundário o risco enquanto factor social ou organizacional. Porém, tal como sugere Granjo (2004: 1173), em determinadas situações a visão dos trabalhadores sobre os riscos laborais pode ser considerada "mais científica" do que a visão dos peritos. No serviço de imagiologia os riscos técnicos e tecnológicos são consideráveis, incidindo sobre o conjunto de profissionais, embora na sua avaliação se deva sempre incluir a forma como estes são percepcionados, bem como a propensão individual na forma de lidar com certos tipos de riscos. Uma prevenção eficaz deve ter em conta a visão dos trabalhadores sobre os seus riscos ocupacionais, o que não se verificou no serviço estudado.

> «Enfim, os riscos existem, não são negligenciáveis, quer os riscos psicológicos, quer da sobrecarga física, também os riscos das radiações e de contágio, de lidar com situações graves, de alguma forma é depressivo, é angustiante, não é? Depende também muito da pessoa; ao nível da instituição não há grande atenção a essas questões, não há formação nenhuma nessa área.» (MN 15).

Configuracoes_5-6.indd S8:235 06-07-2010 09:57:14

Apesar de existirem no serviço de imagiologia equipamentos de protecção individual e colectiva, pudemos verificar que estes nem sempre eram utilizados da forma mais correcta por parte dos trabalhadores. Chegámos até a presenciar a não utilização de protecção individual em situações que seria exigível a sua utilização. A generalidade dos trabalhadores deste serviço revela uma razoável percepção dos riscos existentes no seu local de trabalho. Todavia, isto não significa que as suas atitudes, práticas e comportamentos correspondam exactamente a uma cultura de prevenção e de segurança laboral. Verificámos a inexistência de formação específica sobre riscos ocupacionais, bem como uma fraca intervenção dos serviços de saúde ocupacional.

4- Principais conclusões da pesquisa

O risco é uma realidade presente em qualquer posto de trabalho. No entanto, a forma como os riscos são percebidos e valorizados difere consoante os contextos onde eles estão incorporados. Os riscos laborais tendem a ser menos valorizados, devido aos benefícios que oferecem aos trabalhadores, apesar de, em certas situações, os riscos laborais poderem constituir o mote para diversos tipos de reivindicações. Em geral, as percepções de riscos dos trabalhadores não são um espelho absolutamente fidedigno da realidade organizacional (Granjo, 2006), visto que as percepções podem ser enviesadas, isto é, podem ser um meio de apreender o mundo exterior de forma subjectiva ou distorcida. No serviço de imagiologia também confirmámos esta premissa, considerando a heterogeneidade das percepções de riscos destes trabalhadores. Os riscos mais temidos por este grupo de trabalhadores estão relacionados com riscos físicos (exposição a radiações ionizantes) e riscos biológicos (derivado ao eventual contágio com as patologias dos doentes), embora também sejam apontados outros tipos de riscos ocupacionais. Porém, é pertinente não esquecer que qualquer percepção de riscos laboral é sempre um processo interpretativo de uma dada "realidade" organizacional susceptível de apreciações diversificadas. As percepções de riscos no serviço de imagiologia são, tendencialmente, construídas a partir da formação académica e das experiências vividas nos locais de trabalho. São estas experiências que estruturam o modelo de representações dos agentes sociais, baseado no desenrolar das práticas quotidianas do mundo laboral, sendo mais ou menos influenciadas pelos discursos e pelas práticas produzidas no ambiente de trabalho. Esta dinâmica de interacção social no mundo do trabalho produz e reproduz os limites das percepções de riscos laborais, bem como os seus conteúdos mais importantes e, deste modo, podem originar diversificadas propensões para lidar com os riscos e isto pode influenciar a maior ou menor ocorrência de acidentes de trabalho (Areosa, 2003; 2005). É verdade que encontramos um número considerável de riscos organizacionais no serviço estudado, no entanto,

Configuracoes_5-6.indd S8:236 06-07-2010 09:57:14

a grande maioria dos entrevistados apenas conseguiu identificar parcialmente os seus riscos laborais.

Na perspectiva de Giddens (1994) a percepção sobre a forma como os riscos são controlados depende da confiança depositada nos *sistemas abstractos*. Os trabalhadores do serviço de imagiologia nem sempre demonstraram confiar na forma como a sua organização controla os riscos ocupacionais. O limiar de aceitabilidade do risco nos locais de trabalho é mais baixo quando os trabalhadores se consideram eles próprios explorados (Douglas, 1985) ou violentados pelo trabalho. Pudemos verificar que os trabalhadores mais descontentes com a sua situação profissional tendiam a afirmar que os seus riscos ocupacionais não eram devidamente controlados pela organização hospitalar. No entanto, não se observou que este facto desse origem a qualquer tipo de reivindicação ou conflitualidade; talvez por estes riscos serem familiares ou conhecidos, assumidos voluntariamente pelos trabalhadores e distribuídos de forma mais ou menos equitativa no serviço observado.

Os trabalhadores do serviço de imagiologia identificaram também outros tipos de riscos do seu universo laboral, além dos dois principais tipos já referidos anteriormente, embora apenas uma parte dos entrevistados os mencionasse no seu discurso. Com base neste parâmetro – identificação de riscos – podemos afirmar que alguns trabalhadores revelam um nível razoável de percepções de riscos laborais. Este facto pode ser explicado através da elevada formação formal do universo dos nossos entrevistados. Embora não os possamos considerar como especialistas em riscos laborais, também não são completamente leigos nesta matéria, visto que a sua formação académica contempla esta temática. Podemos considerar que estarão numa posição intermédia entre o mundo dos especialistas de riscos ocupacionais e o mundo dos leigos. Contudo, nas conversas informais que fomos mantendo ao longo da nossa pesquisa no terreno, raramente foram referenciados os riscos laborais como uma das suas principais preocupações.

Referências

ADAM B., LOON, J. (2000), "Introduction: Repositioning risk; the challenge for social theory", *in* Adam B, Beck U, Loon J, (ed.), *The Risk Society and Beyond. Critical Issues for Social Theory*. Londres: Sage: 1-31.

AREOSA, J. (2003), "Riscos e acidentes de trabalho: inevitável fatalidade ou gestão negligente?", *Sociedade e Trabalho*, 19/20: 31-44.

AREOSA, J. (2004), *Uma visão sociológica sobre a actividade profissional num serviço de imagiologia* [Dissertação de Mestrado], Lisboa: ISCTE.

AREOSA, J. (2005), "A hegemonia contemporânea dos "novos" riscos", *in* Soares, G. (ed.). *Análise e gestão de riscos, segurança e fiabilidade*: 203-218, Lisboa: Edições Salamandra.

AREOSA, J. (2007), "As percepções de riscos dos trabalhadores: conhecimento ou "iliteracia"?", *in* Arezes, P. (ed.), *Colóquio Internacional de Segurança e Higiene Ocupacionais – SHO*: 131-134 Guimarães, Portugal.

AREOSA, J. (2007a), "Atitudes comportamentais perante o risco. Ordem dos Engenheiros da Região Norte", *Congresso Internacional de Segurança e Higiene no Trabalho*: 3-8, Porto, Portugal.

AREOSA, J. (2008), Risco e análise de riscos: contributos para a sua conceptualização, *in* P. Arezes, (org), *Colóquio Internacional de Segurança e Higiene Ocupacionais – SHO*: 45-50, Guimarães, Portugal.

BOURDIEU, P. (1989), *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

CAIXETA, R., BARBOSA-BRANCO, A. (2005), "Acidente de trabalho, com material biológico, em profissionais de saúde de hospitais públicos do Distrito Federal, Brasil, 2002/2003", *Cadernos de Saúde Pública*, 21: 737-746.

CARAPINHEIRO, G. (1993), *Saberes e poderes no hospital*, Porto: Edições Afrontamento.

COSTA, A. (1986), "A pesquisa de terreno em sociologia", *in* Silva, A.; Pinto, J. (orgs), *Metodologia das ciências sociais*: 129-148, Porto: Afrontamento.

DEAN, M. (1999), "Risk, calculable and incalculable", *in* P. Lupton, (org), *Risk and Sociocultural Theory: New Directions and Perspectives*,: 131-158, Cambridge: Cambridge University Press.

DICKSON, G.; PRICE, L.; MACLAREN, W.; STEIN, W. (2004), "Perception of risk: a study of A&E nurses and NHS managers", *Journal of Health Organization and Management*, 18: 308-320.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. (1982), *Risk and culture: An essay on the selection of technological and environmental dangers*, Berkeley, CA: University of California Press.

DOUGLAS, M. (1985), *Risk acceptability according to the social sciences,* Nova Iorque: Russel Sage Foundation.

GIDDENS, A. (1994), *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras: Celta Editora.

GIDDENS, A. (2000), *O mundo na era da globalização*, Lisboa: Editorial Presença.

GONÇALVES, S.; SILVA, S.; MELIÀ, J.; LIMA, L. (2005), "Clima de segurança, percepção de riscos e comportamentos de segurança", *in* G. Soares, (org), *Análise e gestão de riscos, segurança e fiabilidade*: 119-132, Lisboa: Edições Salamandra.

GRANJO, P. (2004), *Trabalhamos sobre um barril de pólvora: homens e perigo na refinaria de Sines*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

GRANJO, P. (2006), "Quando o conceito de "risco" se torna perigoso", *Análise Social,* 181: 1167-1179.

JASANOFF, S. (1998), "The political science of risk perception", *Reliability Engineering & System Safety*, 59: 91-99.

KAPLAN, S. (1997), "The words of risk analysis", *Risk Analysis*; 17: 407-417.

KERMODE, M.; HOLMES, W.; LANGKHAM, B.; THOMAS, M.; GIFFORD, S. (2005), *HIV-related knowledge, attitudes & risk perception amongst nurses, doctors & other healthcare workers in rural India*, *Indian J. Med Res*, 122: 258-264.

MANNHEIM, K. (1995), "A sociologia do conhecimento", *in* P. Gardiner, (org), *Teorias da história*: 293-302, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MENÉNDEZ, A. (2003), "El papel del conocimiento experto en la gestión y percepción de los riesgos laborales", in *Arch Prev Riesgos Labor*; 6: 158-165.

MELEIRO, J. (1985), *Riscos do trabalho*. Lisboa: s/ editor.

MELA, A.; BELLONI, M.; DAVICO, L. (2001), *A sociologia do ambiente*, Lisboa: Editorial Estampa.

NISHIDE, V.; BENATTI, M. (2004), "Riscos ocupacionais entre trabalhadores de enfermagem de uma unidade de terapia intensiva", *Revista da Escola de Enfermagem*, USP; 38: 406-414.

RAYNER, S. (1986), "Management of radiation hazards in hospitals: plural rationalities in a single institution", *Social Studies of Science*, 16: 573-591.

RENN, O. (1992), Concepts of risk: a classification, *in* S. Krimsky e D. Golding, (orgs), *Social Theories of Risk*: 53-79, Westport, CT: Praeger.

RUNDMO, T. (2000), "Safety climate, attitudes and risk perception in Norsk Hydro", *Safety Science*, 34: 47-59.

SKOLBEKKEN, J. (1995), "The risk epidemic in medical journals", *Social science and medicine*, 3: 291-305.

STEUDLER, F. (1974), *L' Hôspital en observation*, Paris: A. Colin.

WEINSTEIN, N. (1980), "Unrealistic optimism about future life events", *Journal of Personality & Social Psychology*, 39: 806-820.

Codificação das entrevistas

MR – Médico de radiologia convencional
MN – Médico de neuroradiologia
TR – Técnico de radiologia

Configuracoes_5-6.indd S8:240 06-07-2010 09:57:14

Imagens, erotismo e culturas *"on the road"*: Perspectivas sobre o Brasil como destino turístico

Fernando Bessa Ribeiro* e Octávio Sacramento*

Resumo

O turismo é uma expressão paradigmática da tendência, aparentemente inesgotável, de mercantilização da natureza, da cultura e até mesmo da sexualidade, promovendo-as por via das tecnologias e das imagens a objectos com valor de uso e suscitando, desse modo, a disponibilidade para o respectivo consumo. Tal traduz-se na ampliação daquilo que pode ser consumido, como também na invenção de novos lugares turísticos. É considerando estes aspectos que o texto procura discutir o Brasil como destino turístico, convocando para isso alguns tópicos como hibridismo e sexualidade, dada a sua relevância no caso em análise. Trata-se de uma reflexão teórica despertada pelos diversos períodos de trabalho de campo realizado pelos autores a partir de 2005 na cidade de Natal, capital do Estado nordestino do Rio Grande do Norte.

0. Introdução

Fenómeno paradigmático do lazer contemporâneo e do modo como este e o trabalho se organizam em esferas relativamente separadas e reguladas nas sociedades modernas, o turismo envolve actividades agradáveis praticadas durante períodos curtos em lugares distintos dos de residência e de trabalho. Implica o uso aparentemente desnecessário de bens e serviços, consumidos em virtude de gerarem experiências aprazíveis, envolvendo paisagens e pessoas diferentes das que se podem encontrar na vida quotidiana (Urry, 1991: 1ss). No caso do turismo internacional, ele é inseparável das transformações sociais do século

* Departamento de Economia e Sociologia, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – fbessa@utad e octavsac@utad.pt.

Configuracoes_5-6.indd S9:241 06-07-2010 09:57:14

XX (sobretudo da sua segunda metade) relacionadas, como defende Urry (1995: 130), com a democratização da viagem e a generalização da possibilidade de se comprar tempo nos países capitalistas mais afluentes.[1] De privilégio conspícuo das elites – o lazer como marca distintiva das classes ociosas na perspectiva de Veblen [1970 (1899)] – as férias elevaram-se à condição de um direito social. Ir de férias passou a ser uma característica fundamental da modernidade e da cidadania, constituindo mesmo uma necessidade, simultaneamente, individual e colectiva. A expansão do turismo de massas, muito intensa a partir da década de 1960, por força da consolidação do Estado-Providência e o apoio dos governos dos países europeus centrais (v., entre outros, Boissevain, 1996; D'Epinay, 1991; Lickorisk e Jenkins, 2000) – mais tardio e incompleto no caso português – e, por outro, o próprio desenvolvimento do capitalismo na contínua procura e invenção de novos mercados e produtos – algo observado há mais de 150 anos por Marx e Engels [1968 (1848): 26-27] – conduziram à incorporação sucessiva de novos destinos na geografia mundial das rotas turísticas. O Brasil, em especial a região nordeste, constituída pelos Estados da Baía, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão é um dos destinos que reflecte estas dinâmicas globais, em boa medida impulsionadas pela redução dos custos das viagens intercontinentais proporcionada pelos avanços tecnológicos e organizativos no sector dos transportes aéreos.

Daqui decorre que o turismo internacional constitui um exemplo forte das dinâmicas globalizadoras que se fazem sentir no mundo moderno. É, simultaneamente, causa e consequência da globalização, acelerando as interacções produzidas pela circulação de mercadorias, serviços e pessoas (Azarya, 2004: 949). Mais do que o tão referido *McDonald's*, Wood (*in* Azarya, 2004: 949) sugere que o turismo internacional é o melhor símbolo da globalização devido aos fluxos gigantescos de pessoas e às conexões económicas, políticas e socioculturais que implicam. Assim, os lugares turísticos são contextos sociais magníficos para se compreender o modo como a globalização funciona e faz sentir os seus efeitos, nomeadamente no que se relaciona com os processos de fabricação da cultura, entendida como processo e não como produto (Maria C. da Silva, 2004)[2].

O Brasil como destino turístico tem de ser analisado no quadro mais amplo da invenção de novos lugares turísticos, abordagem esta que suscita um feixe de interpelações que entrelaçam tópicos como turismo, imagens e tecnolo-

[1] A democratização das viagens fez-se pelo comboio, na transição do século XIX para o XX, passou pelo automóvel e realiza-se hoje sobretudo através do avião. Tendo permitido, numa primeira fase, tornar as periferias europeias acessíveis aos turistas dos países mais desenvolvidos do norte da Europa, actualmente o avião permite a "descoberta" de novos destinos turísticos, localizados na América Latina, em África, na Ásia e na Oceânia e, consequentemente, a ampliação daquilo que Turner e Ash (1991) designam de *periferia do prazer*.

[2] Trata-se de conceber a cultura como resultado de processos de construção histórica, logo sujeita às mudanças, incluindo as que estão relacionadas com as interacções entre locais e turistas, em oposição a uma visão essencialista e estática.

Configuracoes_5-6.indd S9:242 06-07-2010 09:57:14

gias.[3] A partir das reflexões e discussões despoletadas por uma investigação em curso sobre turismo e circulação de pessoas entre a Europa e o Nordeste brasileiro,[4] procurar-se-á responder à questão suscitada pelo papel desempenhado pelas tecnologias e pelas imagens na produção do Brasil como destino turístico. Atendendo a que muitas destas imagens possuem espessura histórica e afloramentos literários que concorrem para a definição de olhares turísticos, segundo o sentido dado por Urry (1991), dar-se-á especial relevo aos discursos e representações que exaltam a dimensão erótica de um suposto tipo particular de mulher brasileira. Ainda que os elementos etnográficos utilizados sejam escassos – uma vez que se entendeu não serem estes necessários considerando os objectivos e a teia argumentativa que estrutura o texto –, o trabalho de campo realizado ao longo das diversas estadias dos autores a partir de 2005 na cidade de Natal não deixou de influenciar a construção do texto e sancionar alguns dos principais argumentos teóricos aqui explorados.

1. Imagens, cultura e a invenção de lugares turísticos

A produção de imagens é uma peça essencial na mercantilização da cultura produzida pela extensão dos processos de expansão do capitalismo a todos os campos da vida social (Watson e Kopachevsky 1996: 283-286; Greenwood 1989). Importa acentuar que não tendo sido produzida como mercadoria, a cultura nela se transforma por acção do mercado e dos interesses mercantis das classes burguesas. Doravante, a cultura, em particular naquilo que se relaciona com os *habitus*, passou a constituir um factor de atracção turística importante. Contudo, na economia do turismo, as mercadorias (*commodities*) não possuem apenas valor de uso e de troca, mas também um *valor-signo*. Relacionados com a quantidade e a qualidade da experiência que oferecem, estes *valores-signo*

[3] Em termos teóricos, Harvey (1999: 100) mostra-nos que as técnicas e as tecnologias são a forma material do processo de trabalho através da qual as forças produtivas e as relações de produção se exprimem. Longe de serem socialmente neutras, sublinha Martinelli (1987: 321-322), ambas têm um enorme impacto na organização do trabalho e estão indissoluvelmente ligadas às lutas sociais e às relações de força que opõem os trabalhadores ao capital (Burawoy 1979: 47). Perspectiva-se assim que a escolha técnica tem uma dimensão social à qual não pode escapar e que importa examinar para melhor a compreender. Apoiando-se nos contributos decisivos produzidos pelos teóricos da Escola de Frankfurt (v., entre outros, Habermas 1994), Leite (2005: 46) salienta precisamente que os interesses e os objectivos sociais, em especial os dos grupos dominantes, estão já inseridos no próprio desenho dos sistemas técnicos, pelo que neles se projectam o que uma dada sociedade num contexto histórico concreto pretende fazer com os indivíduos e os objectos materiais. Quer dizer, as escolhas técnicas não podem ser desconectadas das mudanças sociais e das estruturas no interior das quais elas fazem sentir os seus efeitos nem, tão pouco, a sua crítica pode ser separada da crítica das formas organizacionais metidas em prática.

[4] Esta investigação foi iniciada em 2005, beneficiando do apoio financeiro de diversas instituições, como o Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do governo federal brasileiro. Entre outros objectivos, pretende-se que a investigação possa contribuir para a realização de uma tese de doutoramento da responsabilidade do segundo autor do presente artigo, para a qual conta com uma bolsa da FCT (SFRH/BD/60862/2009).

Configuracoes_5-6.indd S9:243 06-07-2010 09:57:14

podem funcionar como um marcador identitário (Baudrillard 1991). Deste ponto de vista, os produtos turísticos são fortemente determinados pelas imagens, publicidade e consumismo que caracterizam as sociedades modernas. Como o consumo nesta área depende da reificação dos objectos e símbolos "turistificados", compete ao *marketing* desenvolver estratégias sofisticadas de exploração de novas necessidades nos potenciais consumidores, incluindo a estimulação de desejos e fantasias dos mais diversos tipos. O turismo é, assim, um espaço onde se faz sentir, com particular intensidade, a fusão da cultura com a economia. Com óbvias implicações políticas, esta fusão é garantida pelas leis de ferro produzidas pelas instituições internacionais que regulam o capitalismo globalizado sobre, entre outras, a propriedade intelectual e as patentes. Daí que, argumenta Jameson, "a cultura se torna decididamente económica, e esse tipo especial de economia claramente define uma agenda política, ditando formas de acção política" (2001: 24), dando origem a novas configurações de imperialismo, nomeadamente cultural[5].

A forte presença da sexualidade nas imagens, discursos e práticas turísticas confronta-nos com o papel do corpo e do sexo na estruturação do turismo global. A praia é um dos seus lugares privilegiados. Dominada pela nudez ou seminudez, nela se destaca o corpo bronzeado, em especial o feminino, justamente considerado por Rojek e Urry (1997: 18), como um ornamento da cultura de férias, funcionando para muitos homens como um troféu a conquistar. Mais, como defendem os autores, numerosos *resorts* de praia e mar desenvolveram na Europa uma intensa conotação sexual, em que homens e mulheres são estimulados a envolverem-se em interacções sexuais, normalmente associadas a consumo desmedido de álcool e outras substâncias alteradoras do comportamento (Rojek e Urry, 1997:18). Não sendo estas disposições exclusivas de uma determinada geografia, as relações sociais que se produzem nos países periféricos no quadro do fenómeno turístico não estão necessariamente fundadas em relações de poder marcadas pela exploração e dominação sexuais exercidas pelos turistas. Trata-se, antes, como veremos mais à frente, de relações muito complexas, envolvendo outras dimensões que não se devem escamotear. A cultura da viagem está sexualizada, mas não de modo restrito, podendo a sexualidade ser vivida das mais diversas formas (Rojek e Urry 1997: 18).

É com base na identificação e exaltação das diferenças que os actores, as organizações relacionadas com o turismo e os próprios Estados receptores procuram produzir as imagens que configuram os destinos e os lugares turísticos já existentes ou a inventar. Estes são escolhidos porque, argumenta Urry (1991: 25), há uma antecipação, através do *daydreaming*, de prazeres intensos, envolvendo dimensões que raramente se encontram na vida quotidiana. Esta antecipa-

[5] Procurando responder aos que descrêem da fusão do cultural com o económico, Jameson lembra-nos que "os filmes e a televisão americanos são tanto base como superestrutura, são tanto economia quanto cultura e, juntamente com o agronegócio e os armamentos, são os principais produtos de exportação dos Estados Unidos" (2001: 50).

Configuracoes_5-6.indd S9:244 06-07-2010 09:57:14

ção é vivida através de uma grande variedade de práticas não-turísticas – filmes, programas de televisão, literatura, revistas, jornais e brochuras e outros documentos produzidos pelas entidades estatais e para-estatais do turismo – que conectam o turista com o lugar a visitar e o preparam para a mudança de vida, ainda que transitória. Como nota Franklin, "viajar proporciona anonimato e evasão face ao controlo, ao dever e à obrigação [...] e também a liberdade para a fantasia, imaginação e aventura" (2003: 255). É neste sentido que Graburn (2004) se refere ao turismo como experiência *liminóide* e ritual de inversão.

A invenção de novos lugares turísticos depende também da mobilidade, sendo esta impulsionada por aquilo que Appadurai designa por *imaginação global*: formas subjectivas de imaginação do eu e do mundo, que extravasam a arte, o mito ou o ritual (enquanto domínios de indivíduos carismáticos e de especialistas) e se tornam práticas que informam a vida quotidiana das pessoas comuns (1996: 5). Tais práticas permitem a estas pessoas, como refere Greene (1995: 16), construir novas imagens sobre a realidade e olhar para as coisas como se elas pudessem ser aquilo que não são. Estas práticas de *imaginação global* são estimuladas pelos constantes fluxos de imagens, modelos e narrações que configuram as paisagens mediáticas globalizadas (*mediascapes*, segundo Appadurai 1990: 31-34). É a partir destas que os indivíduos constroem guiões de vidas imaginadas, para si próprios e para outros vivendo em outros lugares. Constituem-se, assim, narrativas do "outro" e proto-narrativas de vidas possíveis que configuram uma plataforma de subjectividade para o desejo de aquisição e para o movimento. Desta mobilidade resulta o que Appadurai (1990: 31-32) designa de *ethnoscapes*: fluidez das formas culturais associada aos movimentos de pessoas à escala global, muito em particular os movimentos turísticos e migratórios. Longe de constituir um fenómeno específico do turismo, Appadurai (1990: 29-30, 2001: 8) defende que a imaginação está presente em todas as formas de agência, sendo em si mesma um facto social e um elemento fundamental da actual organização societal. Por outras palavras, as vidas individuais são hoje guiadas, em boa medida, pela imaginação. Seguindo de muito perto a argumentação de Appadurai, M. Mendes de Almeida sublinha o

> "papel crucial da mídia electrónica na condição de fornecedora dos meios para o *self-imagining* como um projecto social quotidiano, em que a imaginação extrapola os espaços expressivos da arte, do mito e do ritual. A imaginação, portanto, passa a não mais estar circunscrita a campos regionalizados de legitimação, como os da expressividade, passando a fazer parte de um projecto social quotidiano, incorporando-se ao exercício mental das pessoas comuns" (2006: 144).

As imagens desempenham, pois, um papel central nas sociedades contemporâneas. A sua importância reforça-se ainda mais se considerarmos que o paradigma dominante na cultura ocidental moderna é o visual, estando estreitamente

Configuracoes_5-6.indd S9:245 06-07-2010 09:57:14

associado à espectacularização da sociedade (Debord 1991; Fortuna, 1999: 48ss). Espectáculo e imagens são ingredientes básicos do consumo turístico. Porém, não são exclusivos do turismo, estando presentes em centros comerciais, em feiras e em exposições internacionais, espaços soberbos para a produção de discursos e cenários estéticos (Urry, 1995: 147ss). Daí que alguns autores, como Ritzer e Liska (1997), entendem mesmo que os centros comerciais se tornaram em lugares de consumo turístico, combinando de forma intensa turismo, consumismo e mercadorização(*commodification*)[6].

Marca intensa da globalização e de uma certa unificação do mundo a ela inerente, a circulação à escala planetária de imagens, assim como de capitais, bens e pessoas, tem sido facilitada e expandida pelas inovações tecnológicas. A nível turístico elas são inseparáveis da procura da concretização de sonhos, desejos e experiências que os indivíduos entendem ser irrealizáveis nos seus lugares e espaços habituais de residência e trabalho. Por outro lado, a mudança tecnológica foi fundamental para a produção do turismo global, ainda que devam ser considerados vários outros factores, nomeadamente os de ordem política e organizacional. Opondo-se às abordagens baseadas no determinismo tecnológico, muitas vezes aplicadas de forma mecânica, Urry (1995: 142-143) argumenta que tão importante como as inovações tecnológicas são as inovações organizacionais que, em certos casos, asseguram que as novas tecnologias sejam economicamente bem sucedidas. Dois exemplos contrastantes: no século XIX, as redes ferroviárias na Europa só viram concretizado o seu potencial turístico a nível internacional com a invenção do sistema de *voucher* por parte de Thomas Cook; o avião supersónico *Concorde* representou um avanço tecnológico fantástico, mas não viu o seu uso generalizar-se, pois faltaram as demais mudanças necessárias ao seu sucesso.

Considerando que estamos em plena revolução informacional, Castells (1996) mostra-nos o modo como as inovações ocorridas na área da microelectrónica, computadores e telecomunicações se combinaram entre si e foram exploradas pelas mais diversas áreas industriais e empresariais e, não menos importante, se incorporaram na vida social quotidiana. Em concreto, temos um feixe de inovações – semicondutor, microprocessador, microcomputadores, internet – que foi rapidamente apropriado pela indústria turística e sem o qual não teria sido possível a expansão dos fluxos de lazer a nível global, a construção de novos destinos e o acesso a eles por parte de novas camadas de consumidores. Esta integração tecnológica, realizada de forma acelerada e

[6] Se os *shoppings* se transformaram em espaços de lazer e diversão, os turistas cada vez mais colocam as compras na lista das suas motivações turísticas. Os exemplos são convincentes: nos Estados Unidos temos os programas de viagem para centros comerciais, na Europa é bem conhecido o caso de Andorra, pequeno principado encravado entre Espanha e França, com impostos sobre o consumo muito reduzidos, ao qual afluem todos os anos centenas de milhares de turistas, cuja principal e, não rara, única motivação, parece ser as compras. Isto é, uma parte significativa do tempo turístico e do dinheiro é consumida em compras e, em muitos casos, como argumentam Ritzer e Liska (1997: 103-104), as compras são as férias.

Configuracoes_5-6.indd S9:246 06-07-2010 09:57:14

combinada com alterações profundas a nível organizacional, foi a forma encontrada pela indústria turística para obter ganhos significativos de produtividade, nomeadamente os que se prendem com os custos relacionados com o trabalho, oferecer novos produtos e captar mais turistas. Beneficiando também destas inovações, o transporte aéreo assumiu, como destaca Azarya (2004), um papel decisivo no crescimento dos fluxos turísticos, primeiro para as periferias da Europa (Portugal e Grécia), posteriormente para as do mundo (Brasil, Caraíbas, Tailândia e outros países asiáticos, África).

Estas inovações contribuíram também para mudar a forma como os turistas procuram e organizam a informação sobre os lugares e gentes a visitar. Se é certo que alguns não deixam de referir que tal dá origem ao pós-turismo ou ao fim do turismo (Urry 1995, Ritzer e Liska 1997), pois as novas tecnologias permitem aceder a experiências que anteriormente apenas se alcançavam através da deslocação turística, elas permitem novas formas de comunicação e de socialização que os *outsiders* e *insiders* utilizam de forma cada vez mais recorrente para o *self-imagining*, como foi já acima referido por M. Mendes de Almeida (2004). Assim, a preparação da viagem é sempre antecedida de uma demorada pesquisa na *internet*, na consulta de sítios, de fóruns de discussão e de *blogs*, espaços virtuais, simultaneamente, de divulgação e de construção dos signos que organizam o olhar e acomodam com antecipação o turista ao lugar a visitar. Estas novas possibilidades técnicas permitem, ainda, que o regresso a casa não signifique, necessariamente, a ruptura com o lugar e as pessoas visitadas, situação que é bastante visível no domínio do chamado turismo sexual (v., entre outros, Ribeiro e Sacramento 2006).

2. O Brasil como destino turístico

A qualquer destino turístico está associado um conjunto de imagens do qual depende a definição de um olhar turístico. Urry (1991: 15-16) considera que este *gaze* é socialmente organizado e sistematizado, à semelhança de outros olhares, como o do médico em relação aos seus pacientes ou do etnógrafo em relação aos seus observados. Este olhar é plural, variando com o espaço e o tempo, sendo construído em relação ao seu oposto, isto é, as formas não-turísticas de consciência e de experiência, nomeadamente as que se relacionam com o trabalho. A produção de imagens é inseparável, como vimos, das inovações tecnológicas e comunicacionais que facilitam a sua circulação e o acesso dos indivíduos a novas expectativas e fantasias, nomeadamente erótico-sexuais e sentimentais, e a práticas de consumo turístico. Parte integrante e nada despicienda da cultura moderna, as expectativas e as fantasias circulam a nível global. Como escrevem Rojek e Urry (1997: 11), as culturas estão *on the road*, quer dizer, as culturas, como as pessoas, viajam e, neste movimento, estão

envolvidos turistas e migrantes, objectos e signos. Deve-se realçar que este processo se desenrola num contexto marcado pela "pornografização" da cultura, produzido no quadro do consumo de massas do capitalismo tardio, e no qual a sexualidade se assume como mais liberal e mais aberta à aceitação de relacionamentos passageiros, de curta duração (Brents 2007). Trata-se daquilo que Bauman (2004) designa de *amor líquido*, cuja expressão paradigmática serão as *relações de bolso*. Consubstanciação da instantaneidade e da disponibilidade, estas são as relações que a todo o instante o indivíduo pode recorrer para satisfazer necessidades sexuais e/ou emocionais[7].

Em linha com o observado por autores como Bignami (2002), Piscitelli (2004, 2005), Silva e Blanchette (2005), a produção de imagens sobre o Brasil como destino turístico parece ter na sexualidade, no erotismo e num suposto tipo particular de mulher brasileira alguns dos seus principais recursos. Considerando o que é dito por Santos Filho (2005), a Embratur (principal entidade responsável pela promoção turística) terá tido, nomeadamente entre as décadas de 1960 e 1980, uma considerável responsabilidade na génese de uma "imagem de fetiche sobre o Brasil para os estrangeiros", desenvolvendo campanhas publicitárias directamente alicerçadas na beleza e exotismo da mulher brasileira. Se é manifesto o enraizamento histórico destas imagens[8], é na literatura que encontramos algumas das observações mais vibrantes sobre o modo como se vive a sexualidade no Brasil. Em concreto, trata-se da celebração da mulata, obra da mestiçagem entre indígenas, europeus e africanos produzida pela colonização portuguesa e ampliada pela imaginação social brasileira. A sua imagem tem sido associada a determinados cheiros, sabores e cores, que mais não fazem do que reforçar a dimensão sexual, sensual e erótica. Num interessante exercí-

[7] No Brasil, os relacionamentos sexuais assumem formas particulares que se exprimem através de práticas como o "ficar" e o "ficando". Enquanto o *ficar* caracteriza encontros apressados e efémeros entre indivíduos, sobretudo jovens, que têm no beijo o elemento principal de troca, já o *ficando*, variante do *ficar*, nos remete para um relacionamento mais prolongado, ainda que sem qualquer tipo de compromisso ou de exclusividade. Por outras palavras, "na absoluta frouxidão do compromisso e do desengajamento, a prática do *ficar* funda a sua marca episódica naquilo que é essencialmente situacional" (M. Mendes de Almeida 2006: 150-154). Tão distantes da ideia do amor romântico "para sempre", estas formas de relacionamento podem constituir expressões concretas, na nossa sociedade de "separação e divórcio", do amor confluente, isto é, do amor contingente, estranho à ideia do "único e exclusivo" (v. Giddens, 1995: 41-42).

[8] No século XVI, nos alvores da colonização portuguesa, os jesuítas escreveram linhas impressivas sobre as práticas sexuais, denunciando o que consideravam como "corrupção dos costumes". Manuel da Nóbrega foi um dos que mais se afadigou na condenação do "grande pecado" do Brasil. Numa carta enviada ao rei D. João III, em 1551, Nóbrega insurge-se contra a imoralidade generalizada que, no seu entender, grassava pelas terras sul-americanas sob domínio português: "nesta capitania [Pernambuco] se vivia muito seguramente nos peccados de todo o género, e tinham o peccar por lei e costume; os mais ou quasi todos não commungavam nunca e a absolvição sacramental a recebiam perseverando em seus peccados. Os ecclesiasticos que achei, que são cinco ou seis, viviam a mesma vida e com mais escândalo que alguns apostatas, e por todos assim viverem não se estranha peccar. O sertão está cheio de filhos de Christãos, grandes e pequenos machos e fêmeas com viverem e se crearem nos costumes do Gentio. […] Assim está agora a nossa terra nestes termos que, se contarem todas as casas d'esta terra, todas acharão de peccados mortaes, cheias de adultérios, fornicações, incestos e abominações" (*in* Anchieta 1886: 89 e 171).

cio de identificação das metáforas em obras literárias que organizam o olhar sobre a mulata, Corrêa escreve que ela é

> "Manjericão, cravo e baunilha nas de Aluísio Azevedo (O cortiço, 1890); cravo, canela e alecrim nas de Jorge Amado (Gabriela, cravo e canela, 1958;[9] Tenda dos milagres, 1969); mandioca doce nas de João Felício dos Santos (João Abade, 1958). A lista poderia continuar, mas podemos resumi-la no verso de Lamartine Babo (O teu cabelo não nega, 1932): "tens um sabor/em do Brasil". Além de cheirosa e gostosa a mulata é muitas outras coisas nesses e em outros textos: é bonita e graciosa, dengosa e sensual, em suma, desejável" (1996: 39).

A dimensão *gostosa* está presente nas representações dos turistas europeus e no imaginário colectivo das sociedades capitalistas mais afluentes sobre a mulher brasileira em geral e sobre a mulata em particular (Vale de Almeida 2004), surgindo ligada, entre outras referências, ao *quente* (Ribeiro e Sacramento, 2006), não obstante as tentativas dos governos federal e estaduais brasileiros na produção de imagens vinculadas a outros aspectos da cultura e da sociabilidade. O relacionamento dos turistas com a mulher brasileira é guiado, em regra, pelo princípio da ingestão alimentar (Parker 1991: 115-116), da comida quente e gostosa, quer dizer, do *comer* ou o de ser *comido*, como explica DaMatta:

> "as comidas se associam à sexualidade, de tal modo que o ato sexual pode ser traduzido como um ato de "comer", abarcar, englobar, ingerir ou circunscrever totalmente aquilo que é (ou foi) comido. A comida, como a mulher (ou o homem, em certas situações), desaparece dentro do comedor – ou do comilão. Essa é a base da metáfora para o sexo, indicando que o comido é totalmente abraçado pelo comedor. […] pode-se dizer que, nas suas relações com as virgens e esposas – ou mulheres que assim se definem socialmente –, os homens é que são os comedores; mas nas suas relações com as mulheres do mundo e da vida – ou com aquelas que se definem como independentes e individualizadamente – eles são os comidos" (1984: 60).

Consideradas pelos turistas europeus como "mulheres sexualmente mais quentes e mais afectuosas" (Ribeiro e Sacramento 2006: 166), estamos diante de imagens sobre a sexualidade vinculadas a uma

> "representação da mulher como "picante", sedutora, mundana e aventureira, enfim como uma "Sexbombe". Via de regra as mulheres brasileiras são estilizadas como mulatas ou negras, com corpos provocantes e dourados pelo sol, imersas em permanente transe carnal, imagens que são extraídas não só do

[9] O romance *Gabriela, cravo e canela* foi adaptado para a telenovela, tendo sido emitida duas vezes em Portugal (a segunda vez em 1997), tendo o principal papel sido desempenhado pela mestiça e sensual Sónia Braga, contribuindo significativamente para o processo de enraizamento da imagem da mulata deliciosa e sexualmente disponível no imaginário português contemporâneo (Pontes 2004).

Configuracoes_5-6.indd S9:249 06-07-2010 09:57:14

> imaginário carnavalístico ao qual se associa o Brasil, mas também da própria história do colonialismo europeu". (Bem 2003: 14-15).

Este exotismo sexual não é para Bem (2003: 14) exclusivo da mulher brasileira, antes é componente constituinte das imagens produzidas sobre as mulheres dos países periféricos, estando presente, por exemplo e ainda que de uma forma bem diferente, nas representações sobre a mulher asiática, continente que viu muitos dos seus lugares transformarem-se em *eros-center* dos turistas europeus[10]. Porém, estas imagens não são marcas singulares dos países periféricos nem, ao contrário do que considera Bem, assentam necessariamente em construções racistas e sexistas ligadas às desigualdades, mormente económicas, que estruturam as relações entre o Norte e o Sul. Não ignorando estas assimetrias de recursos e seus efeitos nas relações entre turistas e mulheres locais, é necessário considerar que elas não conduzem sempre a formas de dominação e exploração. Como mostrámos, inclusive para outros contextos (v. Ribeiro e Sacramento 2006, Ribeiro *et al.* 2007), as relações sociais entre turistas e mulheres locais, incluindo as *garotas de programa*[11], tal como acontece em outros campos do sexo mercantil, são muito complexas, envolvendo formas variáveis e inversas de dominação. Por outro lado, não estamos perante apenas um fenómeno que remete para uma procura de mulheres locais para fins sexuais por parte de turistas masculinos. De facto, o inverso é cada vez mais frequente, isto é, mulheres ocidentais que procuram homens para fins de relacionamento sexual (Belliveau 2006). No Nordeste brasileiro, a praia de Pipa, localizada no litoral sul do Estado do Rio Grande do Norte, é um exemplo relevante (Trindade 2007 e 2008)[12].

Para a presente discussão sobre a construção do Brasil como destino turístico, importa reter e sublinhar o papel desempenhado pelo carácter híbrido da mulata, aliás presente na própria cultura e sociedade brasileiras. Terreno de discussões intensas e polémicas sem fim nas ciências sociais e na política, o hibri-

[10] Facto que concorre para questionar o carácter marginal ou exterior da indústria do sexo relativamente à economia capitalista.

[11] A designação *garotas de programa* é usada nos discursos sociais locais para fazer referência a mulheres que se prostituem ou que são tidas como sexualmente promíscuas (Gaspar 1985).

[12] Ao colocar em causa a tese vulgar do turismo sexual como forma extrema de dominação e reminiscência da era colonial (Truong 1990, Turner e Ash 1991, Ouriques 2005), simultaneamente masculina e económica, exercida pelo Norte em relação ao Sul, esta outra forma de relacionamento entre o *outsider* e o *insider* alarga a brecha para a produção de olhares alternativos sobre o fenómeno. Considerando a natureza ambígua e difusa do fenómeno, logo não propondo uma definição fechada e acabada, o turismo sexual caracteriza a circulação de pessoas em tempo de lazer que tem por base, ainda que não exclusivamente, motivações que se prendem com a expectativa de concretizar relacionamentos amorosos e/ou sexuais, de natureza comercial ou não, com outras pessoas que se encontram nos destinos turísticos. É de relevar que, como adverte Oppermann (1999), no âmbito do turismo sexual, a prostituição representa apenas uma pequena fatia. Para uma maior clarificação do conceito de turismo sexual ver, entre outros, Truong (1990), Oppermann (1998, 1999), Kempadoo (1999), Clift e Carter (2000), Bauer e McKercher (2003). Refira-se ainda que países não periféricos, como a Holanda ou a Grécia, são destinos turísticos onde a promessa de prazer sexual está presente de modo explícito, motivando a viagem de muitos, incluindo a de indivíduos com orientação homossexual (v. www.windmillstravel.com/greece-gay-travel.php).

Configuracoes_5-6.indd S9:250 06-07-2010 09:57:14

dismo do Brasil parece ser uma realidade incontornável, reconhecida mesmo pelas elites que o vêem com evidente desconforto. Fundado num ponto de vista claramente freyriano (v. Freyre 1990), Souza Filho argumenta que:

> "somos uma sociedade nascida dos feitos da era colonial [...] e nos constituímos, em primeiro lugar, como uma população inteiramente mestiça no plano biológico. Mas – e, sem dúvida, em virtude desse elemento histórico de nossa fundação como sociedade – construímo-nos também e principalmente numa *cultura de mestiçagens*" (2001: 42).

Se uns tendem a imaginar um Brasil como um país sem racismo, como alerta Gilroy (2001: 9), outros procuram mostrar que a miscigenação – que tem na personagem literária de Gabriela um dos seus grandes ícones – é, fundamentalmente, uma construção política que procura ocultar as opressões seculares baseadas na raça colocadas em prática pelas classes sociais brancas dominantes (Vale de Almeida 2004)[13]. Ora, como afirma DaMatta, "no Brasil, ao contrário do que acontece em outros países – e eu penso aqui, sobretudo, nos Estados Unidos – não ficamos com uma classificação racial formalizada em preto e branco (ou talvez, mais precisamente, em preto *ou* branco)" (1984: 42). Por seu lado, Souza Filho (2001) opõe-se à visão pessimista das consequências das mestiçagens para a constituição da sociedade brasileira, tão presente em autores como Holanda (1990), Abreu (1999), Prado (1928) e Prado Júnior (1981). Mostrando que estas leituras estão demasiados marcadas pelos olhares censórios e depreciativos dos primeiros relatos produzidos pelos colonizadores, Souza Filho assume uma defesa vigorosa das mestiçagens, em linha com as teses de Bomfim (1993), Freyre (1990), D. Ribeiro (1995) e, mais recentemente, DaMatta (1984), "enquanto forma da circulação no corpo social brasileiro da *diversidade*, do *heterogéneo*, da *ambiguidade* e da *mobilidade*" (2001: 29)[14].

Aqui chegados, em nosso entender a viagem de muitos dos turistas europeus até ao Brasil, em especial para as cidades, praias e outros lugares da região Nordeste, é inseparável de uma determinada concepção de mulher em torno da qual organizam o olhar e as suas práticas. Trata-se de uma ideia que resulta da incorporação de referências e de recursos dos fluxos mediáticos globais, produzidos sobretudo pela televisão e pelo *ciberespaço* (Piscitelli 2005), a partir da qual se processa a construção de topologias ou mapas de erotismo à escala

[13] As mestiçagens e, sobretudo, as suas consequências para o Brasil têm sido um tema central neste país latino-americano, dele se ocupando figuras maiores da intelectualidade brasileira. É uma discussão que tem oscilado entre um pólo negativo – a miscigenação como o defeito fundador do Brasil – e o pólo positivo – o elogio das virtualidades da sociedade mestiça enquanto referência fundamental de tolerância racial e projecto de futuro.

[14] Longe de ser exclusivo a este país, ainda que nele possa ser mais manifesto, as sociedades pós-coloniais são, como argumentam Rojek e Urry (1997: 11), em linha com o defendido por Gilroy (2001), entre muitos outros, sociedades híbridas que se alimentam das mais diversas formas de circulação, incluindo aquelas que estão relacionadas com o turismo.

Configuracoes_5-6.indd S9:251 06-07-2010 09:57:14

mundial e de imagens enraizadas sobre a *mulher brasileira*. A partir da incorporação difusa de fragmentos dos fluxos mediáticos globais, o Brasil é subjectivamente imaginado como um *locus* erótico e a *mulher brasileira* imaginada como possuidora de atributos físicos incomparáveis, exóticos mesmo, uma sensualidade irresistível e uma grande disponibilidade para as práticas sexuais (Piscitelli 2004, 2005).

3. Conclusão

O turismo é um fenómeno social com uma relevância extraordinária. Basta, para tal, considerarmos o imenso fluxo de pessoas, signos, bens, tecnologias e capitais a ele associado. As últimas décadas estão marcadas pelo seu papel cada vez mais central ao nível das dinâmicas económicas nacionais e internacionais, consequência da sua acelerada expansão geográfica, na qual a invenção sucessiva de novos lugares turísticos desempenha um papel crucial. Por tudo isto, é uma expressão paradigmática do modo de funcionamento do capitalismo, muito em especial da tendência, aparentemente inesgotável, da mercantilização da natureza e da cultura, promovendo-as por via da tecnologia e da imagem a objectos com valor de uso e signo e, desse modo, suscitando nas pessoas a disponibilidade e a motivação para o respectivo consumo. É à luz destas dinâmicas de ampliação do que pode ser consumido segundo as regras mercantis que devemos compreender a produção do Brasil como destino turístico, bem como as formas de turistificação que tal implica. Aqui destaca-se o consumo do corpo e da sexualidade feminina, guiado por uma imaginação globalizada de um presumido tipo de mulher brasileira que tem na mulata a sua melhor expressão física e erótica. Por sua vez, esta imaginação é alimentada pelas experiências individuais e pelos discursos que circulam pelas redes globais de comunicação, como as que têm a *internet* como suporte técnico.

Este processo de incorporação do Brasil nas novas geografias do turismo global é, como o texto tentou evidenciar, largamente proporcionado pelas múltiplas inovações tecnológicas das últimas décadas, muito em particular o desenvolvimento dos transportes e das tecnologias de informação e comunicação, e a sua consequente massificação. É por via de estruturas tecnológicas como a televisão e a *internet* que se difundem globalmente imagens e mensagens sobre os lugares, as pessoas e as coisas, suscitando-se, assim, a formação de desejos de consumo e interesses turísticos.

Para uma boa parte dos indivíduos dos países capitalistas do Norte, os desejos de mobilidade turística facilmente se concretizam por obra da redução significativa dos custos das viagens permitida pelas inovações tecnológicas nos transportes, em especial aéreos, e pela gestão organizacional dos diversos intervenientes empresariais deste campo socioeconómico. Enfim, o Brasil

Configuracoes_5-6.indd S9:252 06-07-2010 09:57:15

enquanto destino turístico em expansão só pode ser compreendido no quadro das dinâmicas profundas do capitalismo e de uma configuração societal assente na democratização, ainda que relativa e parcial, da viagem enquanto elemento fundamental do consumo (e até mesmo da cidadania) nos países capitalistas mais afluentes.

Referências bibliográficas

ABREU, Capristano de (1999), *O descobrimento do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de (2006), "'Zoar' e 'ficar': novos termos da sociabilidade jovem", *in* M. I. Mendes de Almeida e F. Eugénio (orgs.), *Cultura jovens: novos mapas do afeto*: 139-157 Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ALMEIDA, Miguel Vale de (2000), *Outros destinos: ensaios de antropologia e cidadania*. Porto: Campo das Letras.

ANCHIETA, José de (1886), *Informações e fragmentos históricos (1584-1586)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

APPADURAI, Arjun (1990), "Disjuncture and difference in the global culture economy", *in* M. Featherstone (org.), *Global culture: nationalism, globalization and modernity*. Londres: Sage.

APPADURAI, Arjun (1996), *Modernity at large: cultural dimensions of modernity*. Londres e Minneapolis: University of Minnesota Press.

APPADURAI, Arjun. (2001), "Grassroots globalization and the research imagination", *in* A. Appadurai (org.), *Globalization*. Durham: Duke University Press.

AZARYA, Victor (2004), "Globalization and international tourism in developing countries: marginality as a comercial commodity", *Current Sociology*, 52 (6): 949-967.

BAUDRILLARD, Jean [1991 (1970)], *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.

BAUER, Thomas e McKERCHER, Bob (orgs.) (2003), *Sex and tourism: journeys of romance, love and lust*. Nova Iorque: Haworth Press.

BAUMAN, Zygmunt (2004), *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BELLIVEAU, Jeannette (2006), *Romance on the road: traveling women who love foreign men*. Baltimore: Beau Monde Press.

BEM, Arim Soares do (2003), "Globalização, Estado e género: um olhar crítico sobre o desenvolvimento do turismo no Nordeste", *Cadernos de Turismo*, 1: 3-24.

BIGNAMI, Rosana (2002), *Imagem do Brasil turístico*. São Paulo, Aleph.

BOISSEVAIN, Jeremy (1996), *Coping with tourists: european reactions to mass tourism*. Oxford, Bergham, volume I.

BOMFIM, Manoel (1993), *América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks.

BRENTS, Barbara e HAUSBECK, K. (2007), "Marketing sex: US legal brothels and late capitalist consumption", *Sexualities*, 10 (4), 425-439.

BURAWOY, Michael (1979), *Manufacturing consent: changes in the labour process under monopoly capitalism*. Chicago: The University of Chicago Press.

CASTELLS, Manuel (1996), *La société en réseaux: l'ère de l'information*. Paris: Fayard.

CLIFT, S. e CARTER, S. (orgs.) (2000), *Tourism and sex: culture, commerce and coercion*. Londres: Pinter.

CORRÊA, Mariza (1996), "Sobre a invenção da mulata", *Cadernos Pagu*, (6-7): 35-50.

DaMATTA, Roberto (1984), *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco.

DEBORD, Guy, (1991), *A sociedade do espectáculo*. Lisboa: Mobilis in Mobile.

D'EPINAY, Christian Lalive (1991), "Loisir: dynamique et différenciation sociales", *Sociétés*, 32: 163-171.

FORTUNA, Carlos (1999), *Identidades, percursos, paisagens culturais*. Oeiras: Celta.

FRANKLIN, Adrian (2003), *Tourism: an introduction*. Londres: Sage.

FREYRE, Gilberto (1990), *Casa-grande e sanzala*. Rio de Janeiro: Record.

GASPAR, Maria Dulce (1985) *Garotas de Programa: Prostituição em Copacabana e Identidade Social*. Zahar: Rio de Janeiro.
GILROY, Paul (2001), *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes.
GIDDENS, Anthony (1995), *Transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Oeiras: Celta.
GRABURN, Nelson (2004), "Secular ritual: a general theory of tourism", *in* S. Gmelch (org.), *Tourists and tourism: a reader*: 23-34, Long Grove: Waveland Press.
GREENE, Maxine (1995), *Releasing the imagination: essays on education, the arts, and social change*. São Francisco: Jossey-Bass.
GREENWOOD, Davyd J. (1989), "La cultura al peso: perspectiva antropológica del turismo en tanto proceso de mercantilizacion cultural", *in* V. L. Smith (org.), *Anfitriones e invitados: antropologia del turismo*: 257-279, Madrid: Endymion.
HABERMAS, Jürgen (1994), *Técnica e ciência como ideologia*. Lisboa, Edições 70.
HARVEY, David (1999), *The limits to capital*. Londres: Verso.
HOLANDA, Sérgio Buarque (1990), *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
JAMESON, Frederic (2001), *A cultura do dinheiro*. Petrópolis: Vozes.
KEMPADOO, Kamala (1999), *Sun, sex and gold: tourism and sex work in the Caribbean*. Lanham: Rowamn Littlefield.
LICKORISH, Leonard e JENKINS, Carson L. (2000), *Introdução ao turismo*. Rio de Janeiro: Campus.
LIPOVTSKY, Gilles (2007), *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. Lisboa : Edições 70.
MARTINELLI, Bruno (1987), "La fin et les moyens: l'ethnologie et l'intervention technologique", *L'Uomo*, 11 (2): 319-341.
MARX, Karl e ENGELS, Friedrich [1968 (1848)], *Manifesto do Partido Comunista*. S.Paulo: Escriba.
OURIQUES, Helton (2005), *A produção do turismo: fetichismo e dependência*. Campinas: Alínea.
OPPERMANN, Martin (1999), "Sex tourism", *Annals of Tourism Research*, 26 (2), 251-266.
OPPERMANN, Martin (org.) (1998), *Sex tourism and prostitution: aspects of leisure, recreation, and work*. Nova Iorque: Cognizant Communication Corporation.
PARKER, Richard (1991), *Bodies, pleasures and passions: sexual culture in contemporary Brazil*. Boston: Beacon Press.
Piscitelli, Adriana (2004) "Exotismo e autenticidade: relatos de viajantes à procura de sexo", *in* M. Cardeira da Silva (org.), *Outros trópicos: Novos Destinos Turísticos, Novos Terrenos da Antropologia*: 101-123, Livros Horizonte: Lisboa.
PISCITELLI, Adriana (2005), "Viagens e sexo on-line: a *internet* na geografia do turismo sexual", *Cadernos Pagu*, 25: 281-326.
PONTES, Luciana (2004), "Mulheres brasileiras na mídia portuguesa", *Cadernos Pagu*, 23: 229-256.
PRADO, Paulo (1928), *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: D.P.&C.
PRADO JÚNIOR, Caio (1981), *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense.
RIBEIRO, Darcy (1995), *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
RIBEIRO, Fernando Bessa e SACRAMENTO, Octávio (2006), "Sexo, amor e interesse entre *gringos* e *garotas* em Natal", *Cronos*, 7 (1): 161-172.
RIBEIRO, Manuela *et al.* (2007), *Vidas na raia: prostituição feminina em regiões de fronteira*. Porto: Afrontamento.
RITZER, Georg e LISKA, Allan (1997), "'McDisneyzation' and 'post-tourism': complementary perspectives on contemporary tourism", *in* C. Rojek e J. Urry (org.), *Touring cultures: transformations of travel and theory*: 96-109, Londres: Routledge.
ROJEK, Chris e URRY, John (1997), "Transformations of travel and theory", *in* C. Rojek e J. Urry (org.), *Touring cultures: transformations of travel and theory*: 1-19, Londres: Routledge.
SANTOS FILHO, João (2005), "Por que a ação da Embratur se torna preocupante para a formulação de políticas internas em turismo?" *Revista Electrônica Espaço Acadêmico*, 48, s.p.. Disponível *online* em www.espaçoacademico.com.br/048/48jst.htm (acesso em 03.03.2009).

SILVA, Ana Paula e BLANCHETTE, Thaddeus (2005) "Nossa Senhora da Help: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana", *Cadernos Pagu*, 25: 249-280.

SILVA, Maria Cardeira da (2004), "Introdução: por uma antropologia dos lugares turísticos", *in* M. Cardeira da Silva (org.), *Outros trópicos: novos destinos turísticos, novos terrenos da antropologia*: 7-18, Lisboa: Livros Horizonte.

SOUZA FILHO, Alípio (2001), "Somos mestiços, e daí?", *in* Oscar Federico Bauchwitz (org.), *Café filosófico*: 11-53, Natal, Argos.

TRINDADE, Tiago Cantalice (2007), "O inferno ou o paraíso são os outros? Reflexões sobre as relações de género na praia de Pipa-RN", 31º encontro anual da ANPOCS, 22 a 26 de Outubro de 2007, Cachambu: MG, policopiado.

TRINDADE, Tiago Cantalice (2008), "*Homens também fazem isso?* – Um estudo sobre as representações de masculinidade no contexto turístico da Praia de Pipa – RN", Seminário Internacional *Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder*, Florianópolis, 25-28 Agosto.

TRUONG, Thanh-Dam (1990), *Sex, Money and Morality*. Londres: Zed Books.

TURNER, Louis e GORDON Ash (1991 [1975]), *La horda dorada*. Madrid: Endymion.

URRY, John (1991), *The tourist gaze: leisure and travel in contemporary societies*. Londres : Sage.

URRY, John (1995), *Consuming places*. Londres : Routledge.

VEBLEN, Thorstein [1970 (1899)], *Théorie de la classe de loisir*. Paris : Galimard.

WATSON, G. Llewellyn e KOPACHEVSKY, Joseph P. (1996), "Interpretations of tourism as commodity", *in* Y. Apostolopoulos *et al.* (org.), *The sociology of tourism: theoretical and empirical investigations*: 281-297, Londres, Routledge.

Representações e classificações de um espaço urbano "requalificado"

Roselane Gomes Bezerra*

Resumo

Adoptando as noções de espaço urbano "requalificado" e de "turismo sexual" como fonte argumentativa, este artigo demonstra que as intervenções em áreas históricas promovem transformação de usos e de apropriações, mediada por representações que identificam práticas sociais legítimas e não-legítimas no espaço urbano. O referente empírico dessa reflexão foi o bairro Praia de Iracema – situado na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará-Brasil. Por meio de uma investigação etnográfica foram identificadas "categorias nativas de atribuição" associadas às classificações desse espaço como "degradado" e "lugar de prostitutas e gringos".

Palavras-chave: espaço urbano; requalificado; classificações; representações; degradado e categorias nativas.

1. Introdução

Sempre creditei muita importância à visão como forma primordial de se conhecer uma cidade. Utilizando-me desse sentido, eu percorria as ruas, observava as pessoas, as edificações, os monumentos – em suma, diferenciava os espaços. Esse referencial de entendimento sobre a cidade começou a se modificar quando percebi que os diferentes "modos de ver"[1] na urbe são informados por aquilo que sabemos ou julgamos. Nessa perspectiva, os sentidos de um bairro considerado "tradicional" ou "degradado" dizem respeito ao facto de

* Centro de Estudos Sociais, Universidade Coimbra – roselanebezerra@ces.uc.pt.

[1] John Berger (1972), no livro *Modos de Ver*, informa que aquilo que sabemos ou julgamos saber afecta o modo como vemos as coisas.

Configuracoes_5-6.indd S10:257 06-07-2010 09:57:15

ele poder ser classificado de diferentes maneiras. Como afirma o cineasta Wim Wenders[2], "vemos um pouco através dos olhos, mas não inteiramente".

Essa ideia me fez perceber que as classificações, a respeito de um espaço urbano, são fundamentais para a construção de representações. Partindo desse pressuposto, desenvolvi uma investigação a respeito dos usos, das apropriações espaciais e das disputas simbólicas num bairro "requalificado"[3]. A explicitação dessa temática tomou como referência os conflitos sociais concernentes ao processo de "requalificação" em bairros históricos. Na perspectiva da sociologia urbana contemporânea, as intervenções urbanas, ao transformarem a arquitectura vernácula em paisagem, investida de poder cultural (Zukin 2000), concedem-lhe um valor de mercado, acarretando novas representações e dissensões nos espaços construídos e reformados (Harvey 1992, Featherstone 1995, Smith 1996, Fortuna 1997).

O suporte de análise para essa investigação é as "categorias nativas de atribuição"[4] associadas à representação do bairro Praia de Iracema, situado na cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará no nordeste brasileiro, como "degradado" e classificado como um "lugar de prostitutas e gringos"[5]. A minha investigação identificou as "categorias nativas", a partir da contextualização de alguns "eventos" da história recente desse bairro tais como o processo de "requalificação" e a presença de turistas estrangeiros.

Para uma aproximação dessa realidade social realizei uma pesquisa etnográfica onde pude "ver" e "ouvir" diferentes "praticantes"[6] do bairro. Como acentua Magnani (2002), "olhar" e "ouvir" tratam da natureza, da especificidade, do conhecimento proporcionado pelo modo de operar da etnografia, permitindo captar determinados aspectos da dinâmica urbana que passam despercebidos se enquadrados exclusivamente pelo enfoque das visões macro e dos grandes números. Peirano (1992) refere-se a "resíduos" – certos fatos que resistem às explicações habituais e só vêm à luz em virtude do confronto entre a teoria do pesquisador e as ideias nativas; Geertz (1998: 88) refere-se à prática etnográfica utilizando a expressão "experiência-próxima" para as "miu-

[2] Citação do documentário "Janela da Alma: um filme sobre o olhar".

[3] A utilização do termo "requalificação" se dá em virtude de ter existido, no espaço pesquisado, a construção de novos equipamentos, além da "reabilitação" de construções antigas. Alguns autores utilizam os termos *gentrification*, gentrificação, enobrecimento ou revitalização que, assim como "requalificação", referem-se às intervenções urbanas que transformam espaços da cidade em áreas de investimento público e/ou privado.

[4] Ressalto que o conceito de "atribuição" é visto enquanto explicação causal. Como informa Moscovici (1981), a "atribuição" torna-se mais frutífera e menos mecânica a partir do momento em que tiver reconhecido a importância do conteúdo das representações, assim como o seu carácter social.

[5] O cognome *gringo* é uma designação corriqueira, muitas vezes pejorativa, para se referir a pessoas de outras nacionalidades.

[6] Michel de Certeau (1994) define como "praticantes" os utilizadores do espaço, que na condição de consumidores imprimem marcas pessoais e sentidos para além das determinações arquitectónicas.

Configuracoes_5-6.indd S10:258 06-07-2010 09:57:15

dezas do emaranhado vernacular" *versus* "experiência-distante" ou abstracções "criadas por teóricos para captar elementos gerais da vida social".

Além da etnografia como metodologia de pesquisa, elegi algumas técnicas para "ver" e "ouvir" nesse bairro, como observações, anotações, entrevistas, questionários e a análise de imprensa[7]. Os sujeitos envolvidos na pesquisa eram: moradores, ex-moradores; proprietários de casas de *shows*, bares, restaurantes e discotecas; vendedores ambulantes; frequentadores da Ponte dos Ingleses e da casa de *shows* Pirata; taxistas; e frequentadoras das discotecas. A observação dos discursos dos gestores em audiências públicas, reuniões e eventos, assim como as entrevistas com arquitectos e urbanistas, também foram imprescindíveis para contemplar os objectivos dessa investigação[8].

Tomando as noções de espaço urbano "requalificado" e de "turismo sexual" como fonte argumentativa, apresento a seguir uma articulação entre essas concepções. Essa reflexão será o fio condutor para entender as "categorias nativas de atribuição" que associam o bairro Praia de Iracema de forma depreciativa.

2. Espaço urbano "requalificado" e "turismo sexual"

A individualidade, o conflito, o anonimato, a separação e a segregação social são descritos, em diversos estudos da sociologia urbana, como inerentes à cidade e à vida moderna (Simmel 1972 [1903], Elias 2000, Bauman 1999). É importante ressaltar que os primeiros estudos do processo de urbanização reflectiam a cerca dos efeitos negativos da metrópole sobre a sociedade tradicional. No cerne desse pensamento "anti-cidade" e na busca de modelos utópicos alternativos, baseados na articulação do espaço urbano com o rural (Howard 1946 [1902]), existia uma preocupação com as relações sociais que se estabeleceriam nas cidades. Concordo com Fortuna (2008) que, nos finais do século XIX, projectos, ideologias e políticas urbanas surgiam como forma de prevenir o que parecia ser o iminente colapso civilizacional que a moderna cidade industrial enunciava.

Mesmo com o acelerado crescimento das cidades, na primeira metade do século XX, especialmente nos Estados Unidos da América, estudiosos desse país ainda manifestaram alguma preocupação com a ideia de comunidade e de famí-

[7] A análise de imprensa foi realizada nos dois jornais de maior circulação em Fortaleza, *O Povo* e *Diário do Nordeste*, entre os anos 1995 e 2005.

[8] Alguns dados apresentados neste artigo foram recolhidos no período da investigação desenvolvida no Doutoramento em Sociologia na Universidade Federal do Ceará (Bezerra, 2008). Ressalto que a experiencia com a utilização do método etnográfico no desenvolvimento da dissertação de Mestrado junto aos índios Jenipapo-Kanindé, localizados na Lagoa da Encantada, município de Aquiraz-CE, (Bezerra 1999), foi de fundamental importância para a definição desta metodologia no bairro Praia de Iracema, em Fortaleza-CE.

Configuracoes_5-6.indd S10:259 06-07-2010 09:57:15

lia (Park e Burgess, 1992 [1925]). Porém, a cultura urbana, a racionalização e o ordenamento da cidade são os principais temas nesse período, especialmente na sociologia da Escola e Chicago. Louis Wirth (1997 [1938]), no seu estudo sobre o urbanismo como modo de vida, chamava a atenção que diferentes elementos da população, ao habitar uma mesma localidade, tendem a afastar-se. Isso ocorre, na medida em que as suas necessidades e modos de vida se revelam incompatíveis ou antagónicos entre si.

Na segunda metade do século XX, autores como Henri Lefebvre (1999 [1970]), Manuel Castells (2001 [1973]) e Guy Debord (1967) acrescentam questões relativas ao processo de politização da cidade, da cultura urbana e do espaço público. Suas análises versavam em críticas ao urbanismo moderno.

No contexto actual assistimos a uma "reconfiguração" das cidades. Atendendo a uma "concorrência intercidades", espaços públicos são alvos de projectos de "requalificação". Essas políticas de intervenção são processos vivenciados em diferentes cidades, de acordo com suas particularidades históricas e arquitectónicas. Alguns estudos demonstram que os temas predominantes na análise dessas interferências espaciais são a política de património e a transformação de espaços da cidade em "mercadoria" (Fortuna 1999, Arantes 2002, Vainer 2002).

A cidade de Fortaleza foi inserida nesse processo por meio de intervenções urbanas realizadas no bairro Praia de Iracema. As modificações urbanísticas nesse local podem ser consideradas a partir da segunda metade dos anos 1980, com a ascensão do grupo político liderado pelo então governador do Estado, Tasso Jereissati. A meta dele era implementar um novo tipo de administração, caracterizada pela busca da "modernização" do Estado do Ceará. Havia um interesse político em estabelecer essa cidade como um pólo turístico, por meio de uma política de atracção de investimentos mediante incentivos fiscais e uma estratégia de *Place Marketing* que "reforça a atratividade da cidade e do Estado para investimentos turísticos e industriais" (Gondim 2001: 08).

O bairro Praia de Iracema foi eleito como "lugar ideal" para a implementação dessas intervenções devido à sua localização geográfica[9] e à sua história, especialmente quanto às representações simbólicas associadas à "boémia". Essa representação está ancorada em usos e apropriações que classificavam a Praia de Iracema como um lugar de lazer, detentor de um património simbólico digno de atenção e "requalificação".

É importante ressaltar que as intervenções alicerçadas nesse apelo boémio geraram "disputas simbólicas" quanto aos usos e às apropriações espaciais do bairro. De um lado, havia os frequentadores habituais e os moradores, que,

[9] O bairro Praia de Iracema está situado entre as ruas João Cordeiro, Monsenhor Tabosa, Almirante Jaceguaí, Almirante Tamandaré e a avenida Beira-Mar. Localizado junto ao mar, esse bairro, um dos menores da cidade de Fortaleza, segundo Censo Demográfico de 2000, tem uma população de 3.150 habitantes.

Configuracoes_5-6.indd S10:260 06-07-2010 09:57:15

através de suas práticas sociais e lembranças – baseadas na representação de um bairro bucólico e boémio –, construíram um sentimento de pertença ao bairro; de outro, a política de "requalificação", que transformou a tradição na *city marketing*. Nesse sentido, algumas narrativas justificavam as intervenções urbanísticas e defendiam que a "boémia" se modernizou, tornando-se globalizada, enquanto outros discursos denunciavam uma falta de planeamento e a invasão por um público indesejado em alguns espaços do bairro.

Os críticos desses projectos de intervenção urbana defendem que esse fenómeno contribui para criar uma contradição entre o valor de uso que o lugar representa para os seus habitantes e o valor de troca para os interessados em extrair de espaços "requalificados" benefícios económicos (Arantes 2002). Para David Harvey (1996), a tendência dessas interferências, na arquitectura, é criar resultados lucrativos, ao transformar a cidade em ponto de atracção para o capital e fazendo com que sua imagem passe a ser tão importante quanto a realidade[10].

Seguindo esse modelo de intervenção urbana, as apropriações espaciais de cunho privado na Praia de Iracema foram voltadas ao lucro rápido sob a forma de actividades de lazer, como bares, restaurantes e discotecas. Assim, a transformação de espaços do bairro em "mercadoria" contribuiu para a emergência de usos por parte de grupos com "identidades partilhadas" (Augé 1994), que desenvolveram "lutas simbólicas" (Bourdieu 1989) em defesa de um "lugar" nesse espaço.

Esse fenómeno é recorrente em outros espaços urbanos que viveram processos de "requalificação". Rogério Leite (2004), em seu estudo no Bairro do Recife[11], sugere que, para haver sentidos compartilhados nos espaços "requalificados", é necessário que ocorra um "entendimento" mínimo sobre o que representa um lugar e sobre os códigos culturais que o qualificam. Para o autor, a "requalificação" não pressupõe a existência do exercício político de formular pactos ou acordos, mas apenas a faculdade de compreender a si mesmo e ao outro como partes de algo em comum. Leite acrescenta também que os usos nas áreas que passam por processos de "requalificação" são capazes não apenas de subverter os sentidos esperados pelas políticas de intervenção, mas também de dar origem a diferentes "lugares". Isso se daria por meio de "contra-usos" e de politização das diferenças, não levando a um esvaziamento do sentido público dos espaços e contribuindo para uma diversificação dos actuais sentidos dos lugares.

No caso da Praia de Iracema, a inserção de grupos com "identidade partilhada" gerou a emergência de dissensões nos diversos "lugares" que recorta-

[10] David Harvey observa que a arquitectura pós-moderna decorrente de intervenções no espaço urbano tende a criar resultados lucrativos expressos na forma de "exumação de estilos passados, para a reconstrução, imitação e referências históricas, e para a réplica directa de estilos vernaculares locais" (1996: 182).

[11] Capital do Estado de Pernambuco no Nordeste do Brasil.

ram simbolicamente esse bairro. Tomando uma expressão utilizada por Sennett (2001), existiu, nesse espaço da cidade, o "medo do contacto". Arantes (2000), no seu estudo sobre as transformações do espaço público no centro da cidade de São Paulo, define as disputas pelos espaços como "guerra dos lugares", na qual elementos de violência, insegurança e risco fazem parte das práticas sociais. Para Bauman (1999), o território urbano torna-se o "campo de batalha" de uma contínua guerra espacial. Na Praia de Iracema, foi estabelecida uma "disputa simbólica" relativa a usos e apropriações.

Na justificação para esses conflitos, decorrentes da "requalificação" aliada a falta de planeamento, o turista estrangeiro tornou-se uma variável muito importante, contribuindo para a construção das novas representações da Praia de Iracema. Assim, a associação do turista estrangeiro com o "turismo sexual", passou a fundamentar as classificações que identificam o bairro como "degradado".

Como consequência desse facto, durante a primeira metade da década de 1990, difundiram-se algumas pesquisas sobre as relações entre turistas estrangeiros e nativas da cidade de Fortaleza, inclusivamente crianças. Nesse sentido, a Praia de Iracema, o Centro, a Praia do Futuro e a Barra do Ceará foram identificados como os locais de maior concentração de meninas exploradas sexualmente na cidade. Contudo, segundo Piscitelli (2001), essas investigações revelaram que os estrangeiros não eram os principais clientes das adolescentes. Porém, essa autora ressalta que, levando-se em conta a grande diferença numérica entre turistas nacionais e internacionais[12], a incidência dos estrangeiros nesse tipo de exploração é um dado relevante[13].

Essas pesquisas apresentam também uma diversidade de modalidades de prostituição que envolve o conceito de "porno-turismo" ou "turismo sexual". O depoimento de um comerciante da Praia de Iracema comenta essas várias modalidades de prostituição; contudo, ele salienta que as relações estabelecidas entre estrangeiros e "nativas" envolvem também laços afectivos e proporcionam uma ascensão social.

> Você tem vários tipos de prostituição. Vários tipos não, você tem a prostituta simplesmente, depois tem a menina que vai atrás de um príncipe encantado e uma menina que é desempregada, mora lá na periferia, muitas vezes, ou então que ganha um salário mínimo numa loja. Ela vai poder chegar, conversar com o cara, o cara vai tratar ela bem, eles vão passar um final de semana juntos ou

[12] Segundo dados da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará a demanda turística entre os anos 1995 e 1997 foi de 914.709 turistas de outros estados brasileiros e apenas 55.291 de outros países. Entre os anos 1998 e 2005, os turistas provenientes de outros estados brasileiros somaram 1.703.060 e de outros países somente 166.123.

[13] A pesquisa da Câmara Municipal de Fortaleza, "Exploração Sexual e Comercial de Adolescentes em Fortaleza", Cartilha Popular, 1999, demonstra que os percentuais gerais de clientes das crianças são os seguintes: adolescentes que vivem nas ruas, 7,3%; turistas brasileiros, 16,7%; turistas estrangeiros, 18,8%; policiais, 15%; pessoas da cidade, 22%; outros, 16,7%; não sabe, 3,4%.

Configuracoes_5-6.indd S10:262 06-07-2010 09:57:15

> passar uma semana juntos, às vezes eles vão passar um mês juntos viajando pra Canoa Quebrada, Jericoacoara, vão pra Natal, Recife, Salvador, voltam e pra ela isso não é uma fantasia, é uma maneira de se realizar. Também muitas delas [nativas] se casam com essas pessoas [estrangeiros] e no fundo elas vão viver uma outra vida que elas nunca teriam chance [possibilidade] de viver, elas iam continuar sendo vendedoras o resto da vida delas e isso vai permitir que abra horizontes, novas perspectivas, de falar uma outra língua, de viajar, e de ser tratada, é, vamos ser bem sincero, de maneira decente e às vistas de todos (Entrevista com o proprietário de uma casa de *shows*, concedida em 27 de Abril de 2005).

Quanto à definição do que caracteriza o "turismo sexual", a Organização Mundial do Turismo (1995) o define como "viagens organizadas dentro do seio do sector turístico ou fora dele, utilizando no entanto as suas estruturas e redes, com a intenção primária de estabelecer contactos sexuais com os residentes do destino". Porém, é importante ressaltar que essa categoria de turismo ainda é pouco estudada nas Ciências Sociais, por se tratar de um fenómeno relativamente recente. Para Piscitelli (2001), a maior parte da produção sobre essa temática insere-se na linha de trabalhos que consideram o turismo internacional como uma forma de neocolonialismo[14] (Kempadoo 2000, Troung 1990, Foster 1982, Cohen 1982).

Para Ryan e Hall (2001), o "turismo sexual" tem sido reconhecido como uma das atracções turísticas de vários países do Sudeste asiático e da América Latina, inclusivamente no Brasil. Nesse contexto, a "exploração sexual" por parte de turistas estrangeiros transformou-se numa matéria de discussão para as autoridades desses países, gerando, também, conflitos sociais e "disputas simbólicas", pelo espaço urbano, entre residentes e forâneos.

Em Fortaleza, a pesquisa desenvolvida por Adriana Piscitelli (2001) é pioneira na abordagem desse tipo de turismo. Com o objectivo de estudar as construções de género na dinâmica das relações sexuais e amorosas estabelecidas entre turistas e nativas, a autora desenvolveu suas observações no calçadão da Av. Beira-Mar e nos bairros Praia do Futuro e Praia de Iracema. Piscitelli identificou nesses espaços o "turismo sexual de classe média", definindo-o como uma categoria nativa para explicar "uma modalidade de turismo sexual, heterossexual, que, envolvendo estrangeiros e brasileiras de camadas baixas e médias, está associado ao projecto de ascensão de uma parcela da população local e à migração concreta de algumas mulheres" (2001: 5).

[14] Para Truong (1990) o "turismo sexual" é maioritariamente vinculado às relações entre homens de países desenvolvidos e nativas de nações pobres, gerando relações desiguais. Foster (1982) ressalta a noção do exótico e da diferença e Kempadoo (2000) acrescenta a dimensão política no processo de identificação do "outro" como "exótico", pois, segundo esse autor, a ideia do exotismo é formulada por meio de atribuições de desigualdades em relação a disposições distintas de poder. Cohen (1982) investiga as ambiguidades nas relações entre turistas estrangeiros e mulheres prostitutas na Tailândia, especialmente quanto as expectativas de ascensão económica.

Configuracoes_5-6.indd S10:263 06-07-2010 09:57:15

No caso específico da Praia de Iracema, o turista frequentador dos espaços de lazer desse bairro foi classificado por algumas autoridades locais como "turista sexual". Como pode ser visto nesse depoimento da então deputada estadual Luizianne Lins, relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito/CPI do turismo sexual na cidade de Fortaleza.

> O problema é o tipo de turista que freqüenta a Praia de Iracema. "O abandono [do poder público] acaba proporcionando uma nova definição de público que vai ao lugar. É mais comum topar com um estrangeiro do que com nós mesmos de Fortaleza, atualmente". Explica Luizianne [atual prefeita de Fortaleza]. O fato de turistas de fora do país passarem pela Praia de Iracema não significa que eles sejam menos exigentes do que o público local, do ponto de vista turístico. O *problema é que lá, eles encontram as atrações que procuram: o turismo sexual* (*O Povo*, 26 de Maio de 2003, grifos meus).

Esse tipo de associação demonstra que o processo de "requalificação", cujo papel é identificar áreas tradicionais e transformá-las em lugares de lazer ou atracções turísticas, produziu a emergência de usos e de apropriações espaciais considerados "não-legítimos" e "ilícitos" para um espaço histórico e tradicional da cidade.

Frente a essa articulação e baseando-se numa intensa investigação etnográfica, veremos a seguir como se constituíram as "categorias nativas de atribuição" responsáveis pelas classificações e representações desabonadas do bairro Praia de Iracema.

3.O processo de " requalificação"

O marco simbólico que sinaliza o início do processo de "requalificação" do bairro Praia de Iracema foi a convocação dos moradores desse espaço por parte de representantes do Governo do Estado para uma reunião, em 1985, com o objectivo de discutir uma proposta de aproveitamento daquela área da cidade. Nessa ocasião, representantes do Instituto de Arquitectos do Brasil no Ceará (IAB-CE) foram convidados pelos moradores para avaliar as propostas do governo. Segundo um arquitecto presente na reunião, a ideia dos administradores estaduais era transformar a Praia de Iracema num local turístico. Foi defendida a concepção de que o bairro "era um lugar atractivo devido à sua história, localização e fama decorrente da presença do Estoril[15], que proporcionou uma imagem boémia ao bairro". Por esses motivos, a Praia de Iracema

[15] O Estoril foi construído em 1925 para ser uma casa de veraneio; no período da Segunda Guerra Mundial tornou-se um casino, depois um restaurante, ícone da boémia da Praia de Iracema e, em 1992, foi tombada como património cultural da cidade de Fortaleza pela Prefeitura Municipal.

foi definida pelos gestores como um lugar com "vocação natural para o lazer" (Entrevista com arquitecto do IAB-CE em 22 de Março de 2007).

Após serem informados do interesse do poder público nessa área, alguns moradores do bairro começaram a se organizar e criaram a Associação dos Moradores da Praia de Iracema (AMPI). O objectivo da AMPI era a manutenção da arquitectura, composta por um casario do final do século XIX e início do século XX, preservando o carácter residencial do bairro. Como podemos ver nesse texto a seguir, publicado no jornal *O Povo*, a preocupação com a preservação do património arquitectónico do bairro se alicerçava na representação da Praia de Iracema como um bairro "histórico".

> Em meio à quietude, a Praia de Iracema se derrama em saudade e revela, na paz do silêncio de suas ruelas, o passado da cidade. O bairro, o menor e mais típico de Fortaleza, sofre também a ameaça da especulação imobiliária. (...) Afinal, aos construtores importa muito mais o lucro de que manter a tradição. (...) A Praia de Iracema é um pedaço vivo do passado. (...) As ruas transbordam poesia, falam do passado, contam cenas de amor e saudade (*O Povo*, 26 de Maio de 1980).

Entendo que a preservação do património pode ser considerada o alvo do primeiro *round* na "disputa simbólica" em torno da ocupação do espaço da Praia de Iracema envolvendo vários actores sociais. Ao se referir a essa "peleja", um antigo membro da AMPI me relatou com muito orgulho que conseguiram deter a especulação imobiliária, embargando, por diversas vezes, algumas construções irregulares. Porém, o seu depoimento termina com o seguinte lamento: "(...) mas ainda conseguiram fazer três edifícios altos, (…) eles conseguiram passar por cima de lei, passar por cima de tudo" (Entrevista concedida em 29 de Julho de 2005).

Como pode ser visto nesse depoimento, as tentativas de barrar a verticalização em curso não tiveram êxito. Assim, os anos que antecederam a "requalificação" por parte dos governos Estadual e Municipal foram marcados por uma transformação na arquitectura do bairro. As mudanças foram decorrentes de edificações com mais de dez pavimentos e a instalação de vários pequenos bares e restaurantes. Esse fenómeno é, recorrentemente, definido por alguns decisores públicos como "requalificação espontânea".

O início dos anos 1990 demarca o ápice da disputa administrativa entre os governos Estadual e Municipal, com interesse em atrair a atenção de moradores da cidade e de turistas para suas obras de intervenção. Assim, o bairro Praia de Iracema tornou-se a "vitrine" desses modelos administrativos que apresentavam como objectivo intervir no espaço urbano, transformando áreas "históricas" em lugares de entretenimento, consumo cultural e turismo.

Após as intervenções urbanas por parte do poder público, transformando a Praia de Iracema num lugar atractivo para residentes e turistas, os moradores

Configuracoes_5-6.indd S10:265 06-07-2010 09:57:15

do bairro foram obrigados a mudar severamente as suas práticas quotidianas e também o alvo de seus protestos. Nesse novo *round*, o combate foi contra a poluição sonora. A designação, boémio, antes associada aos artistas e intelectuais que frequentavam esse espaço, ganhou uma conotação pejorativa por meio de expressões como: "boémia etílica" e "boémia *high teck*", tornando-se "categorias de atribuição" associada à degradação do bairro.

Vale a pena realçar que os protestos contra a poluição sonora encontraram resistência dentro do próprio bairro, como pode ser visto nesse depoimento: "Pintamos um painel com alusão específica à não-poluição sonora; pintamos durante o dia, e de noite ele foi desfigurado com grafites" (Entrevista a um ex-morador, concedida em 27 de Julho de 2005). Esse relato demonstra que o problema sonoro desencadeou outras práticas sociais conflituosas, como a disputa do espaço entre moradores e comerciantes: ou seja, o bairro passou a ser o cenário de vozes em conflito, onde comerciantes e moradores defendiam opiniões divergentes.

Além dos movimentos sociais e das denúncias nos meios de comunicação, os moradores da Praia de Iracema investiram em defesa de seu espaço por meio de processos judiciais contra alguns proprietários de bares e casas de *shows*. Tendo esses novos vizinhos como "inimigos", os residentes do bairro se organizaram e passaram a solicitar do poder público medidas para amenizar os conflitos que estavam transformando o sentido do bairro.

De entre muitos processos contra os comerciantes que causavam poluição sonora e apropriação de espaços públicos, destaco um parecer do ano de 1993, que foi encaminhado ao Serviço Especial de Defesa Comunitária (DECOM). Nesse documento, os moradores reconhecem os atractivos da Praia de Iracema para o lazer, mas denunciam que a oferta desses serviços estava suprimindo os direitos dos residentes na área, sugerindo então a instalação de um Inquérito Civil Público para analisar a situação do bairro.

Esse facto demonstra que a apropriação espacial desse bairro, após a "requalificação" de algumas áreas e concepção de "territórios lúdicos"[16], transcorreu sem um planeamento efectivo do poder público para o seu devido ordenamento.

O clima de tensão e conflito vivido pelos habitantes do bairro Praia de Iracema obteve muita notoriedade nos meios de comunicação social. Durante a década de 1990, era comum a divulgação de protestos dos moradores na imprensa, caso da matéria intitulada: "Audiência Pública hoje na Câmara Municipal vai discutir alternativa para a Praia de Iracema", publicada no jornal *O Povo* do dia 21 de Dezembro de 1994. Ela noticiava a elaboração de um documento dos moradores analisando a infra-estrutura do bairro para receber turistas e residentes e o seu papel no contexto da cidade. A matéria destacava

[16] Luís Baptista (2005) denomina "territórios lúdicos" os lugares/cenários edificados para serem usados como espaços de entretenimento e consumo programado.

Configuracoes_5-6.indd S10:266 06-07-2010 09:57:15

também as cinco prioridades a serem combatidas para uma reorganização espacial do bairro: 1) poluição sonora e ambiental; 2) privatização de áreas públicas; 3) trânsito congestionado; 4) falta de segurança e 5) falta de preservação do património histórico.

É importante ressaltar que, passado mais de um ano após a instalação de um Inquérito Civil para apurar as irregularidades no bairro e mais de seis meses dessa audiência pública, identifiquei, na minha investigação, um documento encaminhado à Quarta Vara da Fazenda Pública do Estado do Ceará, em 21 de Julho de 1995, denunciando e mais uma vez protestando contra os usos e as apropriações espaciais da Praia de Iracema. "As ruas continuam cheias de carros num trânsito caótico desassistido [sic] pela autoridade competente. Os bares e casas de *SHOW* continuam invasivos como sempre, abusando do som e ganhando as calçadas e as ruas com mesas e cadeiras. Será que os bares e casas de *SHOW* podem continuar fazendo o que fazem em detrimento dos direitos do cidadão? Confiamos na Justiça!" (Fonte: Arquivo da Senhora Waldelice Ratts, moradora da Praia de Iracema).

Um outro fenómeno que emergiu, causando demarcações no já recortado espaço da Praia de Iracema, foi uma disputa pelo espaço do bairro entre os próprios comerciantes. Um desses conflitos ficou conhecido entre moradores e comerciantes como a "guerra dos forrós", que pode ser identificada como uma outra "categoria nativa de atribuição" relativa a "degradação" desse espaço.

Como consequência dessa nova conformação espacial e simbólica da Praia de Iracema, as relações de vizinhanças foram se modificando. De entre as variáveis que proporcionaram esse fenómeno, apontadas nos discursos de moradores e ex-moradores, destaco a saída de residentes devido à poluição sonora causada pelos bares, restaurantes e casas de *shows*. Outro facto que contribuiu para as mudanças nas apropriações espaciais do bairro foi a valorização dos imóveis. Isso proporcionou a saída de alguns moradores que, na condição de inquilinos, não puderam pagar os altos valores das rendas e foram convidados a entregar aos proprietários os imóveis em que residiam. A especulação imobiliária seduziu também alguns moradores a vender seus imóveis, enquanto outros transformavam a frente de suas casas em pequenos bares ou restaurantes.

No ano de 2001, moradores e comerciantes se uniram para protestar contra a instalação de uma discoteca associada na cidade como um lugar de favorecimento a prostituição[17]. Para isso, foi criado o Comité de Defesa e Moralização da Praia de Iracema. Por meio de um documento com 1.500 assinaturas, esse comité solicitava o cumprimento de posturas éticas e respeito aos moradores por parte dos donos de discotecas com *shows* eróticos. Esse movimento contou com o apoio de diversas entidades como: Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento do Ceará (Abrasel); Fórum de Turismo; Associação

[17] Esta discoteca funcionava próximo à avenida Beira-Mar e apresentava *shows* de *strip tease*.

Configuracoes_5-6.indd S10:267 06-07-2010 09:57:15

Brasileira de Hotéis; Comité de Defesa e Moralização da Praia de Iracema, e, também, a Associação dos Moradores e Comerciantes da Praia de Iracema.

O estabelecimento dessa discoteca no bairro é definido, por um comerciante, como um indício da representação da Praia de Iracema como "degradada". Percebo que essa imagem, assim como a classificação desse bairro como um lugar de "prostitutas e gringos" são decorrentes de termos como "puteiro", enquanto "categoria nativa de atribuição".

> A deterioração começou por quê? Porque, em primeiro lugar, deixaram construir o "África's" (...) a gente fez toda uma campanha pro "África's" não se instalar, porque a gente pensava assim: no dia que o "África's" vier, se vier um puteiro, vem todos os puteiros da praia, e foi dito e feito. Veio o "África's", aí depois o "Desigual" [outra discoteca identificada pelos moradores e pelo meios de comunicação como lugar de favorecimento à prostituição], (…), depois apareceu o "Vagon Plaza" [discoteca com shows de stripper] (Entrevista concedida em 27 de Abril de 2005).

Segundo uma moradora, esse período foi marcado por uma intensa mobilização de protestos contra a prostituição e o tráfico de drogas, inclusive por meio de grandes faixas nos muros do bairro, como por exemplo: "Praia de Iracema: turismo sim, prostituição não"; "Praia de Iracema: alegria sim, drogas não" e "Turismo familiar sim, sexual não". Como pode ser verificado no relato abaixo, a organização das diferentes associações foi no sentido de solicitar da Prefeitura um maior rigor no ordenamento do bairro e a não abertura de estabelecimentos, identificados na cidade, como lugares de favorecimento à prostituição:

> No início [após as intervenções] era muito bom, [o bairro era] frequentado exclusivamente por família. A Praia de Iracema era onde você encontrava os melhores restaurantes, os melhores barzinhos, aí foi que começou *os estrangeiros vir pra cá*, investir aqui dentro. A Prefeitura – que eu falo e continuo falando, a Prefeitura começou a deixar criar bares e restaurantes tudo desordenadamente, não teve controle, aí foi que começou nossos problemas, *vem o gringo, vem a prostituição* atrás do gringo. Pronto, melhor: fechou o África's na Beira-Mar; quando o África's veio se instalar aqui na [rua] Cariris, nós fizemos movimento, pedimos para a Prefeitura não deixar abrir, mas abriram, aí o África's foi que trouxe a prostituição. Porque nos bares, nos restaurantes dos estrangeiros, tinha [prostitutas], *mas era* aquelas prostitutas da elite – que tem as da elite e tem as pobres, vamos dizer, tem as ricas e tem as pobres. Aí foi que as outras mesmo, as prostitutas mesmo que ganham dinheiro, que vivem disso, veio depois do África's, se instalaram aqui, aí pronto: depois do África's, não teve mais controle (Entrevista com uma moradora que reside há 50 anos no bairro, concedida em 18 de Maio de 2005, grifos meus).

Configuracoes_5-6.indd S10:268 06-07-2010 09:57:15

Com o acentuado enfraquecimento do movimento de frequentadores nos espaços de lazer da Praia de Iracema, especialmente moradores de Fortaleza, os proprietários de bares e restaurantes criaram, em Agosto de 2002, a Associação Condomínio Praia de Iracema. O lançamento oficial se deu por meio de uma lavagem simbólica da rua dos Tabajaras: "A lavagem significava, para os participantes, a limpeza do que chamam de problemas a ocupar o lugar – principalmente a insegurança, prostituição e iluminação precária" (*O Povo*, 30 de Agosto de 2002). No ano de 2003, a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT) e a FUNCET organizaram, junto com moradores e comerciantes, o projecto "Iracema de Todas as Tribos", divulgado nos meios de comunicação social como uma forma de "revitalização do bairro".

Nesse mesmo ano foi lançada uma campanha, apoiada pelo jornal *O Povo*, intitulada "Praia de Iracema: quem ama cuida", exibindo imagens em *outdoors* e jornais impressos, com denúncias de prostituição, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Foi lançado também o Movimento de Revitalização da Praia de Iracema, com o tema "Viva a Praia de Iracema Viva", apresentando exposições, apresentações musicais, oficinas educativas e programação especial nos restaurantes[18]. No dia 31 de Maio de 2003, foi divulgada uma nota no jornal *O Povo* sobre a instituição do "Dia de Iracema". Este "dia" consistiria em eventos, como realização de *shows*, apresentações artísticas, exposições, palestras e oficinas educativas. No período da minha investigação, já no ano de 2005, tive oportunidade de presenciar a organização do Fórum Permanente em Defesa da Praia de Iracema, que contou com a participação de comerciantes e moradores.

A organização desses movimentos de protesto demonstra que, após as intervenções oficiais, para fins de "requalificação" dessa área da cidade, existiu uma especulação imobiliária, a qual não foi combatida pelos decisores públicos. Então, a falta de planeamento desencadeou uma série de usos e apropriações não condizentes com a representação deste espaço como "histórico" e "tradicional". Esse facto ocasionou o surgimento de "categorias nativas de atribuição", como, por exemplo, "boémia etílica", "boémia *high teck*" e termos relacionados com a prostituição, para expressar o sentimento da "degradação" vivenciada nesse bairro.

4. A presença de turistas estrangeiros na Praia de Iracema

Como foi descrito acima, o desenvolvimento do turismo foi uma das principais metas das administrações estaduais e municipais na década de 1990. O modelo administrativo desse período, pautado na modernização do Estado do

[18] Este movimento, lançado em Junho de 2003, foi realizado pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa; Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará/INESP e Condomínio de Iracema, com apoio da Secretaria de Cultura/SECULT.

Configuracoes_5-6.indd S10:269 06-07-2010 09:57:15

Ceará, levou às diversas intervenções urbanas da Praia de Iracema e esse bairro, juntamente com o bairro Meireles, se tornaram "centralidades turísticas" da cidade. Nesse sentido, a concentração de hotéis e equipamentos de lazer na avenida Beira-Mar e na Praia de Iracema[19] consolidaram esses espaços da cidade como atractivos para turistas nacionais e estrangeiros.

Os turistas estrangeiros começaram a chegar a Fortaleza na década de 1980, provenientes de outros estados do Nordeste[20], principalmente da cidade de Recife[21]. Em Fortaleza, o pouso de voos internacionais começou no início da década de 1990, com um voo da Varig ligando Fortaleza a Milão. Segundo um empresário estabelecido na Praia de Iracema há quase 20 anos, esse voo foi o início de uma representação negativa do turista estrangeiro em Fortaleza:

> Existia um voo que chegava da Itália. Nós ficamos brigando anos e anos, nós, do turístico, para acabar com esse voo que só trazia macho. Então, por causa de um voo que traz 200 machos para o Ceará, a gente fica com o *estigma do turismo sexual*; talvez nos outros Estados tenha chegado muito mais gente, (…) mas então o estigma começou, *o lugar onde tivesse estrangeiro, onde tivesse turista, era o lugar onde estava puta.* (…) (Entrevista concedida em 10 de Maio de 2005, grifos meus).

Os dados da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (Setur) confirmam esse acréscimo da demanda turística internacional, principalmente por italianos. Entre os anos 1995 e 1997, os italianos permaneceram em primeiro lugar no índice de turistas estrangeiros que desembarcavam em Fortaleza, seguidos por portugueses no ano de 1995, e por residentes dos EUA nos anos de 1996 e 1997[22].

[19] As transformações urbanísticas na Praia de Iracema não abrangeram toda a área do bairro. O espaço que abrigou o antigo porto não foi urbanizado, como é o caso da favela do Poço da Draga, localizada em frente à antiga ponte do cais do porto. Há também diversos becos e ruelas que não foram atingidos pelos projectos de requalificação, inclusive bem próximo à rua dos Tabajaras, que se tornou, nos anos 90, a artéria principal de equipamentos de lazer e turismo do bairro.

[20] Nesta época, a cidade de Fortaleza ainda não possuía um aeroporto internacional.

[21] Piscitelli (2001) informa que no ano de 1987 uma matéria do jornal *New York Times* chamava atenção para o aumento de bordéis na cidade do Recife decorrente dos voos internacionais que desembarcavam na capital pernambucana.

[22] Vale a pena ressaltar que os dados da Setur identificam apenas a nacionalidade e a quantidade de estrangeiros que desembarcam em Fortaleza, não havendo, portanto, estatísticas quanto ao sexo dos visitantes. Porém, segundo dados da Ficha Nacional de Registro de Hospedes, há uma predominância do sexo masculino em cerca de 70%.

Configuracoes_5-6.indd S10:270 06-07-2010 09:57:15

Tabela 1. Demanda turística via Fortaleza, segundo a procedência – Ceará 1995-1997

Procedência	1995	1996	1997
Outros Estados brasileiros	723.688	733.037	914.709
Outros países*	38.089	40.210	55.291
Itália	9.522	7.881	9.178
Portugal	7.389	3.136	5.584
Estados Unidos	2.780	5.147	8.846

Fonte: Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (Setur)
* Nesses países estão incluídos Itália, Portugal e Estados Unidos.

Como incentivo ao crescimento do turismo internacional, no terceiro mandato do governador Tasso Jereissati (1999-2002) foram utilizados recursos do Governo Federal para o desenvolvimento de programas de formação e capacitação em turismo na área de recursos humanos. Eles se deram por meio de parcerias com empresas privadas, municípios e instituições federais como o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrai) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), além de parcerias internacionais com o governo de Portugal e com uma escola de turismo de Madrid, na Espanha, visando qualificar profissionais para o sector de Hotelaria (Bernal 2004). O Governo do Estado do Ceará construiu também um novo terminal internacional para o Aeroporto Pinto Martins, inaugurado no dia 7 de Fevereiro de 1998. Como pode ser observado nos dados da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (Setur), desde 1998 o fluxo de turistas estrangeiros vem evidenciando um comportamento sempre crescente, apresentando, no período de 1998-2005, um incremento de 273,3%. A tabela a seguir demonstra esse fluxo crescente da demanda turística internacional.

Configuracoes_5-6.indd S10:271 06-07-2010 09:57:15

Tabela 2. Demanda turística via Fortaleza, segundo a procedência – Ceará 1998-2005

Procedência	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Outros Estados brasileiros	1.218.379	1.296.850	1.387.281	1.458.178	1.446.927	1.356.539	1.534.545	1.703.060
Outros países*	60.786	63.231	76.721	114.110	116.614	116.202	145.138	166.123
Portugal	7.440	14.663	26.299	31.294	43.069	58.684	68.198	61.133
Itália	10.923	13.746	17.613	27.490	22.812	19.432	36.472	38.540

Fonte: Secretaria de Turismo (Setur)
* Nesses países estão incluídos Itália e Portugal.

Considerando que as representações sociais são formadas, mas também formam as práticas sociais, mesmo apresentando índices expressivamente baixos em relação aos turistas provenientes de outros Estados do Brasil[23], a presença dos visitantes estrangeiros, especialmente italianos, acompanhados de "jovens nativas" ocupando as novas "centralidades turísticas" de Fortaleza, contribuiu para disputas simbólicas relativas aos usos e apropriações espaciais na Praia de Iracema.

O uso social dos corpos desses "praticantes" da cidade despertou, em alguns usuários da Praia de Iracema, sentimentos relacionados aos seus valores morais, pertença, interesses económicos, discriminação e xenofobia. Como relata um comerciante do bairro, existiu um choque de valores, porque o turista estrangeiro impôs a presença de jovens pobres em espaços públicos habitualmente ocupados por uma classe social mais alta da cidade. É importante destacar que, nesse contexto, a classe social está relacionada com a cor da pele, pois alguns relatos classificam as acompanhantes dos estrangeiros como "moreninhas", "negrinhas" e até mesmo "macacas". Assim, a ligação entre essas pessoas diferentes em termos raciais, culturais e económicos contribuiu para a construção de "categorias nativas" que associavam esse espaço urbano à "degradação".

> O que incomodou muito naquele tempo [início do aumento dos estrangeiros em Fortaleza] é que esse *gringão que saía com a menina, a moreninha, ele chegava num restaurante onde estavam todos os formadores de opinião e estava*

[23] Segundo dados da Setur, o turista proveniente de outras regiões do Brasil ainda representa a grande maioria das pessoas que visitam o Ceará. Exemplo disso é que no ano de 2004 os visitantes provenientes de outros Estados brasileiros representaram 86% contra somente 14% de turistas estrangeiros.

Configuracoes_5-6.indd S10:272 06-07-2010 09:57:15

> *toda a sociedade bem pensante de Fortaleza,* chegava lá e ia comer com a menina normalmente. Quer dizer, onde é que se já viu o cliente jantar com uma prostituta, a prostituta jantar com o cliente, ou quantas vezes você vê no Náutico [calçadão da Beira Mar] eles andando de mãos dadas, fazendo compras juntos? (Entrevista com o proprietário de uma casa de show, concedida em 27 de Abril de 2005, grifos meus).

Ou seja, a imagem estigmatizada do turista estrangeiro e suas acompanhantes se relaciona diretamente ao lugar que essas pessoas ocupam na cidade. A "mistura social" envolveu uma disputa pelo espaço urbano, concorrendo para um afastamento dos antigos frequentadores de alguns espaços de lazer da Praia de Iracema. A apreciação dos discursos de moradores e comerciantes do bairro demonstra que as práticas quotidianas desses novos usuários impuseram uma convivência conflituosa. São comuns relatos que acusam a presença do novo público como um incómodo aos antigos usos estabelecidos, quando predominava o contacto entre pessoas amigas ou conhecidas. Isso pode ser observado no relato de uma moradora da Praia de Iracema a respeito da sua frequência nos espaços de lazer do bairro.

> Não frequento, eu não tenho mais paciência de ir, porque *só tem gringo*, só tem aquele povo mesmo, se limitou, é só mesmo *gringo e turista*. Na época que eu ia [até o final dos anos 1980], frequentavam pessoas daqui da Praia [do bairro], meus amigos aqui da Praia, do colégio, aqui do bairro. Era gostoso porque era todo mundo conhecido, apesar de ter pessoas de fora, mas eram pessoas conhecidas. (Entrevista com uma moradora, que sempre residiu na Praia de Iracema, concedida em 19 de maio de 2005, grifos meus).

Além da identificação dos turistas estrangeiros com a prostituição, os moradores da Praia de Iracema os associaram também à presença de pessoas marginalizadas socialmente, como crianças em situação de rua e vendedores ambulantes. Como alega essa moradora: "O gringo traz o taxista, traz a prostituta, traz o menino de rua, traz os vendedores ambulantes, traz tudo, porque o dinheiro é o que manda, é o dinheiro que traz tudo isso, entendeu?" (Entrevista com uma moradora que sempre residiu na Praia de Iracema, concedida em 19 de Maio de 2005). A presença desses turistas foi vinculada também à exploração sexual infantil.

No tocante à prática da exploração sexual infantil, identifiquei uma matéria do jornal *Diário do Nordeste*, de 27 de Maio de 2003, com o depoimento de um delegado de polícia denunciando que "os turistas italianos, espanhóis e portugueses são os verdadeiros responsáveis pela prostituição infantil na Praia de Iracema". Porém, um comerciante do bairro minimiza essa atribuição aos turistas, defendendo que não existe violência nas relações sexuais entre turistas e menores de idade.

Configuracoes_5-6.indd S10:273 06-07-2010 09:57:15

> Tem gente que fala de prostituição infantil, que *a prostituição infantil a nível de turismo existe, sem existir.* Porque até hoje, dentro da CPI de 400 casos, dois eram de turistas que estava com meninas. Estão errados, eram de menores, estão errados sim, tem que punir? Tem. Mas as meninas estavam lá por vontade própria, eles não molestaram as meninas, e eram meninas de 16 anos, 16, 17 anos, enquanto você vê padrasto estuprando a afilhada ou então tio. Quer dizer, a maioria dos estupros que tem violência mesmo, quando a gente fala de violência propriamente dita, e não é quando uma pessoa sai com uma menina de menor que está se cometendo uma violência, tá cometendo um crime, mas não se tá cometendo uma violência (Entrevista com o proprietário de uma casa de shows, concedida em 27 de Abril de 2005).

Alguns discursos informam, ainda, que a presença dos turistas internacionais, classificados como "gringos", desencadeou um agravamento da crise no comércio da Praia de Iracema. O relato de um comerciante ressalta que a chegada dos estrangeiros acentuou o afastamento dos fortalezenses que frequentavam os espaços de lazer do bairro.

> Os bares começaram a fechar porque *encheu de gringo*, começou a chegar boates [discotecas] e o fortalezense deixou de andar aqui, porque o que mantém um restaurante não é turista, o que mantém é o fortalezense, é o pessoal daqui que vai com a família. O turista melhora [o movimento], mas as despesas do dia-a-dia são tiradas com o pessoal daqui. (Entrevista com o proprietário de um bar, concedida em 23 de Agosto de 2005, grifos meus).

Como consequência dessas novas apropriações espaciais, o ano de 2003 foi marcado pelo encerramento de estabelecimentos tradicionais do bairro. O depoimento do proprietário de uma pizzaria, que também encerrou suas actividades neste ano, resume o sentimento dos demais comerciantes que fecharam seus negócios: "sai de lá porque nosso negócio é para a família, que não frequenta mais a Praia de Iracema. Porque virou prostíbulo" (*O Povo*, 26 de Maio de 2003).

Nesse contexto, os termos Iracema e Meninas de Iracema passaram a ter um sentido pejorativo, associado a prostitutas, como pode ser visto numa matéria publicada num guia de culinária do jornal *O Povo*, que avalia uma pizzaria local como a melhor pizzaria de Fortaleza, oferecendo também um bom serviço, mas advertindo: "lá é um público Praia de Iracema". Na mesma matéria, um outro comentarista descreve o ambiente dessa pizzaria como "multifacetado, multicultural", pois "tem essa coisa das meninas, dos gringos. Tem essa coisa da diversidade" (*O Povo*, 14 de Julho de 2005).

Após a implementação dos projectos de "requalificação", as "categorias nativas" para atribuir um carácter depreciativo ao bairro se referiam à poluição sonora e às apropriações e usos não condizentes com um lugar residen-

Configuracoes_5-6.indd S10:274 06-07-2010 09:57:15

cial. Porém, as mudanças nos usos e apropriações desse espaço, causadas pelo aumento da presença de turistas estrangeiros, produziram uma representação estigmatizada desse bairro como "lugar turístico". Assim, foram as expressões relacionadas com a prostituição como "gringo", "macho", "prostíbulo" e "Iracemas", que passaram a ser utilizadas como "categorias nativas" para se referir a Praia de Iracema de forma depreciada.

5.Considerações finais

Reflectir sobre as representações de um espaço urbano "requalificado" dá-nos pistas para perceber que os usos e as apropriações considerados "lícitos" ou "ilícitos" estão associados ao lugar que eles ocupam na cidade. Esse facto ocorre porque no processo de intervenção urbana, para fins de turismo, o contacto directo com o "outro", o diferente, implica um realce no sentimento de pertença, principalmente dos moradores. Assim, vimos como os espaços "requalificados" passam a contemplar "praticantes" e apropriações espaciais apontados como responsáveis pela "degradação". No caso do bairro Praia de Iracema, essa "disputa simbólica" pelo espaço urbano originou as "categorias nativas de atribuição" relativas às classificações e representações desabonadas.

Nesse processo de intervenção são descontextualizados não só o património material, como monumentos e prédios antigos, mas também as representações simbólicas. Essa estetização, que transforma a história e a memória em produtos para consumo e converte os espaços em paisagem, contribui para afastar, ainda mais, os residentes dos forâneos. Entendo que são essas diferenças nos "modos de ver" na urbe que anunciam os sentidos de um bairro "tradicional" ou "degradado".

No caso analisado, o contacto directo com os diferentes "praticantes" desse espaço da cidade de Fortaleza, assim como a análise de imprensa, permitiram-me perceber que os usos, as apropriações e as representações nesse bairro envolvem dimensões afectivas, morais, sociais, culturais e económicas. As situações de proximidade proporcionadas pela etnografia facilitaram, também, o entendimento da "incorporação" e "reprodução" de "imagens-sínteses" acerca desse espaço por parte dos utilizadores do bairro e dos meios de comunicação social. Ou seja, a representação desse espaço como "tradicional" é continuamente interpretada como produto histórico relacionado com as condições espaciais e simbólicas do passado.

A associação com a "tradição" desempenha o papel de recriar momentos idílicos vividos em outras épocas e traduzir em mito uma realidade social, com personagens e papéis ideológicos. Assim, percebi como as classificações endógenas se constituem como o início do fio da "teia de significados" (Geertz 1989) para o entendimento das "disputas simbólicas" naquele espaço.

Configuracoes_5-6.indd S10:275 06-07-2010 09:57:15

Enfim, percebo que as classificações e representações de um bairro "requalificado" sintetizam um conjunto de elementos que diz respeito à cidade, no sentido da relação entre os usos legítimos e o espaço. A memória escolhe lugares privilegiados para ancorar as práticas sociais que alimentam a "tradição". Na expressão de Bosi (2005), as lembranças apoiam-se nas pedras da cidade.

Bibliografia

ARANTES, António (2000), *Paisagens Paulistanas*, Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial.

ARANTES, Otília (2002), "Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas", in: O. Arantes, C.Vainer, E. Maricato, *A cidade do pensamento único*, Petrópolis: Vozes.

AUGE, Marc (1994), *Não-Lugares*, São Paulo: Papirus.

BAPTISTA, Luís (2005), "Territórios Lúdicos (e o que torna um território): ensaiando um ponto de partida", in L. Baptista e J. P. S. Nunes (orgs), *Cidade Lúdica, Cidade Residencial*. Fórum Sociológico: 13/14: 47-58, Instituto de Estudos e Divulgação Sociológica.

BARREIRA, Irlys (2007), "Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro", in *Análise Social*, vol XLII (182): 163-179, Lisboa.

BAUMAN, Zygmunt (1999), *Globalização: as conseqüências humanas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BERGER, John (1972), *Modos de ver.* Lisboa: Edições 70.

BERNAL, Cleide (2004), *A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza*, Fortaleza: Edições UFC.

BEZERRA, Roselane Gomes (1999), *O despertar de uma etnia*: *o jogo do (re)conhecimento da identidade indígena Jenipapo-Kanindé*, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará: Fortaleza.

BEZERRA, Roselane Gomes (2008), *O bairro Praia de Iracema entre o "adeus" e a "boémia": usos, apropriações e representações de um espaço urbano*, Tese de Doutoramento, Universidade Federal do Ceará: Fortaleza.

BOSI, Ecléa (2005), *Memória e sociedade*, São Paulo: Companhia das Letras, 13.ª Edição.

BOURDIEU, Pierre (1989), *O poder simbólico*, Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CASTELLS, Manuel (2001 [1973]), *A questão urbana*, São Paulo: Paz e Terra.

CERTEAU, Michel De (1994), *A invenção do cotidiano*. *Artes de fazer,* Petrópolis: Vozes.

COHEN, Erik (1982), "Thai girls and farang men: the edge of ambiguity", *Annals of Tourism Reserch*, 9: 403 – 428.

DEBORD, Guy (1967), *Lá Société du Spectacle*, Paris: Buchet; Chastel.

Diário do Nordeste, (2003), "Degradação e abandono", edição de 27 – 05 – 2003, página 14.

ELIAS, Norbert (2000), *Os estabelecidos e os outsiders*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FEATHERSTONE, Mike (1995), *Cultura de Consumo e Pós-modernismo,* São Paulo: Studio Nobel.

FORTUNA, Carlos (Org.) (1997), *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia,* Oeiras: Celta Editora.

FORTUNA, Carlos (1999), *Identidades, percursos, paisagens culturais*, Oeiras: Celta Editora.

FORTUNA, Carlos (2008), Imaginando a democra*cidade*: Do passado da sociologia para o futuro das cidades, *in* R. Proença LEITE (org.), *Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade,* São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe.

FOSTER, Stephen Willian (1982), "The exotic as symbolic system", *Dialectical Anthropology,* Setembro, vol. 7, 1: 21 – 31.

GEERTZ, Clifford (1989), *A interpretação das culturas,* Guanabara: Rio de Janeiro.

GEERTZ, Clifford (1998), *Saber local*, Petropólis: Vozes.

GONDIM, Linda (2001), "Imagens da cidade ou imaginário espacial? Reflexões sobre as relações entre espaço, política e cultura, a propósito da Praia de Iracema", *Revista de Ciências Sociais,* Universidade Federal do Ceará, volume 32, 1-2: 7-21.

GURGEL, Márcia (1980), "Depois do mar, a voragem da especulação imobiliária", *O Povo*, edição de 26-05-1980.

HARVEY, David (1992), *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, São Paulo: Edições Loyola.

HARVEY, David (1996), "Espaços urbanos na aldeia global: reflexões sobre a condição urbana no capitalismo no final do século XX", *Cadernos de arquitetura e urbanismo,* Minas Gerais, PUC.

HOWARD, Ebenezer (1946 [1902]), *Garden Cities of Tomorrow*m, Londres: Faber e Faber.

KAPADOO, Kamala (2000), Gender, race and sex: exoticism in the Caribbean, Paper apresentado no Simpósio Internacional "*O desafio da diferença: articulando género, raça e classe"*, Salvador (Brasil).

LEFEBVRE, Henry (1999 [1970]), *A revolução urbana*, Belo Horizonte: UFMG.

LEFEBVRE, Henry (2001), *O direito à cidade,* São Paulo: Centauro.

LEITE, Rogério Proença (2004), *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea,* Campinas: Unicamp; Aracaju: UFS.

MAGNANI, José Guilherme Cantor (2002), "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, volume 17, 49: 11-30.

MOSCOVICI, Serge (1981), "On Social Representations", in J. P. Forgas (org.) *Social Cognition: Perspectives on Everday Understanding,* Londres: Academic Press.

O Povo (2005), " As melhores da cidade", edição de 14-07-2005, página 8.

O Povo (1994), "Audiência pública hoje na Câmara Municipal vai discutir alternativa para a Praia de Iracema", edição de 21 -12- 1994, página 13.

O Povo (2003), "Dia de Iracema", edição de 3-05-2003, página 3.

O Povo (2002), "Lavagem marca lançamento do Condomínio Praia de Iracema", edição de 30-08-2002, página 8.

PARK, Robert e BURGESS, Ernest W. (1992 [1925]), *The city: Suggestions for investigation of human behaviors in the urban environment*, Chicago: Chicago University Press.

PEIRANO, Mariza (1992), "*A favor da Etnografia"*, *Série Antropologia 130*, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Antropologia.

PISCITELLI, Adriana (2001), *Entre gringos e nativos: masculinidade no contexto do turismo sexual em Fortaleza*, Trabalho realizado com a colaboração de Jane Guedes Horta, Relatório final de pesquisa apresentado ao PRODIR III, Fortaleza.

RYAN, C. & HALL, M. (2001), *Sex Tourism: Marginal People and Liminalities,* Londres,: Routledge.

SENNETT, Richard (1995), *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*, São Paulo: Companhia das Letras.

SENNETT, Richard (2001), *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*, Rio de Janeiro: Record.

SIMMEL, Georg (1972), A metrópole e a vida mental *in* O. Velho (org.), *O fenômeno urbano*, Rio de Janeiro: Zahar.

SMITH, Neil (1996), *The New Urban Frontier: gentrification and revanchist city*, Londres e Nova Iorque: Routledge.

TÚLIO, Demitri; ILO, Humberto (2003), "SOS Praia de Iracema", *O Povo*, Fortaleza, edição de 26 – 05 – 2003.

TRUONG, Thanh-Dam (1990), *Sex, money and morality: prostitution and tourism in South-East Asia*, Londres: Zed Books.

VAINER, Carlos B. (2002), "Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano", O. Arantes, C.Vainer, E. Maricato (orgs) *A cidade do pensamento único*, Petrópolis: Vozes.

ZUKIN, Sharon (2000), "Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder", *in* Antônio Arantes (org.), *O espaço da diferença*, Campinas: Papirus.

WIRTH, Louis, 1997 [1938], O urbanismo como modo de vida, *in* C. Fortuna (org.), *Cidade, Cultura e Globalização: Ensaios de Sociologia,* Oeiras: Celta Editora.

Subculturas de adeptos de futebol e hostilidades violentas – O caso português no contexto europeu

Salomé Marivoet*

Resumo

A violência no desporto português, em particular no futebol, sugere o aumento da tensão dos jogos decorrente da intensificação da competição desportiva, mas também o agravamento das desconfianças em torno da justiça assegurada nos campeonatos. No desenvolvimento das hostilidades violentas entre algumas das claques, foi-se assistindo ao agravamento das formas de violência, em alguns casos revelando-se de extrema brutalidade e com trágicas consequências. A incorporação dos valores tradicionais do estereótipo tradicional de masculinidade associada à *mentalidade ultra*, de *adepto devoto e militante*, terá criado as condições para o agravamento da violência no seio de algumas claques, e, deste modo, as lutas travadas ter-se-ão constituído o *leitmotiv* para a reprodução autónoma das rivalidades violentas em acções accionadas por *solidariedades mecânicas*.

1. Introdução

O desporto, em geral, e o futebol, em particular, constituem espaços por excelência da afirmação de identidades socioculturais, expressas quer em torno da galvanização dos sentidos de afiliação de comunidades locais, regionais ou nacionais, quer na afirmação de subculturas de adeptos que incorporam de forma exacerbada os seus sentidos identitários (Elias e Dunning 1986, Lassalle 1997, Dunning 1999, Giulianotti 2000 e 2002, Armstrong e Giulianotti 2001, Finn e Giulianotti 2000, Dunning *et al.* 2002). Na segunda metade do século XX emergiram duas subculturas de adeptos de futebol inicialmente associadas a jovens, justamente no contexto sociocultural em que se deu o aparecimento de

* Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra – smarivoet@fcdef.uc.pt.

Configuracoes_5-6.indd S11:279 06-07-2010 09:57:16

outras de carácter geracional e transnacional, ainda que revelando características diferentes (Galland 1991, Pais 1996).

Para a maioria dos autores que se tem debruçado sobre este fenómeno é possível encontrar-se algumas semelhanças nos valores e comportamentos associados às subculturas de adeptos, nomeadamente o elevado envolvimento emocional, e com este a forte identificação e afiliação com os seus clubes (no caso da *hooligan*, também com as selecções nacionais), a incorporação dos valores da cultura tradicional masculina ocidental, nomeadamente a associação da força física à virilidade e superioridade, e a reprodução de um código de honra que constrange à vingança, quando esta é afrontada (Williams, Dunning e Murphy 1984, Williams 1992, Murphy, Williams e Dunning 1994, Comeron 1997, Dunning 1999, Finn e Giulianotti 2000, Armstrong e Giulianotti 2001, Dunning *et al.* 2002).

A associação das subculturas de adeptos de futebol aos estratos sociais populares, como forma de explicação do fenómeno, tem suscitado um acérrimo debate nos meios académicos, sobretudo nos anglo-saxões (Dunning, Murphy e Williams 1988, Williams 1997, Armstrong 2000, Dunning *et. al.* 2002). No entanto, parece ser actualmente consensual que, em qualquer uma das subculturas, se encontra uma diferenciação social, ainda que, no caso da *hooligan*, que actualmente se expressa em franjas etárias mais alargadas, a maioria continue a estar identificada com os grupos sociais com menores recursos (Dunning *et al.*, 2002a: 18). Se as identidades de classe levaram alguns autores anglo-saxões a tirar ilações na explicação do fenómeno, entendendo-o como uma forma de resistência à cultura dominante, no caso dos países do Sul da Europa, onde predomina a *ultra*, os estudos têm sido consensuais quanto à heterogeneidade social encontrada nos seus membros maioritariamente jovens (Bromberger 1997, Podaliri e Balestri 1998, Roumestan 1998, Mignon 2002, Roversi e Balestri 2002, Astrinakis 2002, Marivoet 1992a/b, 1998 e 2002a/b).

Como uma enorme variedade de estudos têm vindo a concluir[1], as rivalidades que se produzem e reproduzem no seio das subculturas de adeptos de futebol encontram-se enraizadas em contextos culturais e históricos dos diferentes países, transportando em cada caso uma 'história' de provocações sistemáticas e de lutas. Também a presença de membros de extrema-direita, associada a comportamentos de nacionalismo exacerbado, xenofobia e racismo, apesar de ser uma realidade que atravessa as duas subculturas, a sua maior ou menor presença tem radicado nos contextos culturais e históricos dos diferentes países.

Na nossa investigação intitulada *Ética do Desporto – Princípios, Práticas e Conflitos. Análise sociológica do caso português durante o Estado Democrático do século XX (1975-2000)* (Marivoet 2007), pretendemos conhecer em que

[1] *e.g.* Murphy, Williams e Dunning 1994, Williams, 1997 e 2002, Bromberger 1997, Bonifazi e Mussino 1997, Les Back e Solomos 1998, Podaliri e Balestri 1998, Carrington 1998, Dimeo e Finn 1998, Hahn 1998, Mignon 1999, Journès 1999, Jarvie 2000, Dunning *et al.* 2002, Marivoet 2006a.

Configuracoes_5-6.indd S11:280 06-07-2010 09:57:16

medida a crescente intensificação da competição e afirmação de interesses concorrentes na figuração desportiva, em especial no campo das práticas profissionais e da alta competição onde se destaca o futebol, tem vindo a suscitar contradições na determinação que os princípios éticos consagrados impõem nas práticas. No aprofundamento do nosso objecto de estudo, pareceu-nos indispensável o estudo da acção dos adeptos *ultras* das claques de futebol, cujas conclusões são trazidas a debate no presente artigo.

Pretendemos saber em que medida as práticas de violência protagonizadas pelas claques organizadas no seio dos clubes de futebol se encontraram associadas aos contextos de desconfiança generalizada em que ocorreram as revoltas violentas colectivas, ou se, pelo contrário, se foram afirmando de forma autónoma. Sabendo-se da existência de confrontos entre algumas das claques dos maiores clubes da Primeira Liga, pretendemos, também, saber qual teria sido o contexto em que estas hostilidades violentas se teriam instalado, questionando-nos se não teria havido alguma relação com a deterioração das relações dos seus respectivos clubes. Pretendemos, ainda, esclarecer em que medida as acções de hostilidade violenta provocadas por membros das claques terão contribuído para a agudização das relações entre os clubes e a quebra de cooperação no tecido associativo português. Debruçámo-nos, ainda, sobre as dinâmicas de cooperação no seio das claques, de modo a aprofundarmos a eventual expressão do reforço da coesão interna através de *solidariedades mecânicas*, na acepção de Durkheim (1977a [1893]), laços entre semelhantes portadores de valores comuns, nomeadamente em contextos de oposição-confrontação ou simplesmente de demarcação.

2. Aspectos teórico-metodológicos na investigação do fenómeno

As claques portadoras da subcultura *ultra* caracterizam-se pelo apoio fervoroso que imprimem na defesa das cores dos seus clubes, assim como no protagonismo de actos de violência e intolerância. Trata-se, pois, de grupos de adeptos fortemente identificados com os seus clubes e, por isso, um espaço social em que se investem fortes cargas emocionais, realidade que tende a ser interpretada pelos teóricos marxistas, dos quais se destaca Jean-Marie Brohm e Perelman, enquanto uma manifestação da 'loucura pulsional' (Brohm 1992, Brohm e Perelman 2006). Nos seus trabalhos, esforçam-se por argumentar que o 'futebol-espectáculo', tal como o designam, constitui um meio de controlo social dos interesses ideológicos dominantes, ou seja, agindo como meio de alienação ou de 'conformismo dos autómatos'.

Porém, como Weber (2001 [1912]: 23) bem advertiu, "muitos 'fins' e 'valores' últimos, pelos quais se pode orientar quanto à experiência, o agir de um homem, não os podemos amiúde compreender com plena evidência", sendo

para tal necessário "torná-los compreensíveis na *revivência* por meio da fantasia empática, com tanto mais dificuldade quanto eles mais radicalmente se afastam dos nossos próprios valores derradeiros". Parece-nos, pois, que os envolvimentos sociais em torno das identidades clubísticas – manifestações de fervor e de revolta protagonizadas pelos adeptos –, só poderão ser compreendidos se o investigador se esforçar por entrar no *jogo da experiência* através da observação participante, isto é, se se *despojar de si próprio*, de modo a captar o sentido dos actores no seu *estar*, *sentir* e *agir*, ainda que, para alguns, as conclusões que daí possam advir sejam alvo de 'crítica', dado serem entendidas como o resultado da envolvência emocional do analista com o objecto analisado.

Tratando-se, antes de mais, de um facto social que emerge de um contexto onde se mobilizam fortes investimentos emocionais, não poderá, por isso, ser apreendido por uma qualquer racionalidade preconcebida pelo investigador. Estamos, pois, convictos de que o estudo dos processos de identidade social não é passível de ser distanciado da sua dimensão simbólica, tal como realçou Elias, ao afirmar: "Uma das maiores lacunas das teorias mais antigas da sociologia contemporânea é o facto de investigarem essencialmente as perspectivas sociais do 'eles', quase não se servindo de instrumentos conceptuais rigorosos para investigar a perspectiva de 'eu e nós' " (Elias 1980: 151).

Tendo então presente a especificidade do fenómeno em estudo, pareceu-nos indispensável cruzar as técnicas documentais (análise dos factos noticiados na imprensa escrita e relatórios policiais), com a observação participante das claques de apoio aos clubes, durante os jogos de futebol da Primeira Liga e Taça de Portugal, coadjuvada com entrevistas posteriores aos seus responsáveis[2].

3. Acerca das subculturas hooligan e ultra

A subcultura *hooligan* surgiu nos anos sessenta em Inglaterra, entre *gangs* de *skinheads* das zonas urbanas mais desfavorecidas onde predominava a *street culture* associada à rixa e à confrontação entre bairros rivais (Dunning, Murphy e Williams, 1988; Murphy, Williams e Dunning, 1994). Em meados da década de setenta, a subcultura *hooligan* ganhou também expressão junto de grupos de adeptos de futebol de outros países do Norte da Europa, nomeadamente da Bélgica, da Holanda e da Alemanha. Para Van Limbergen (1997), este facto constituiu uma forma de resistência ao comportamento desafiador dos *hoo-*

[2] Foram realizadas 29 observações a onze das claques existentes, durante 17 jogos, e confirmada a existência de mais quatro em 7 jogos, num total de 25 jogos da Primeira Liga e Taça de Portugal da época desportiva de 1999/2000. Para o efeito contámos com uma equipa de cinco colaboradores. Realizámos posteriormente cinco entrevistas a líderes de claques, respectivamente, pela ordem de antiguidade da fundação, *Juve Leo*, *Diabos Vermelhos*, *Torcida Verde*, *Super Dragões* e, ainda, o então responsável do *site Ultra 12*.

Configuracoes_5-6.indd S11:282 06-07-2010 09:57:16

ligans ingleses, aquando das suas deslocações ao continente, por ocasião das competições internacionais.

Por seu lado, a subcultura *ultra* surgiu nos anos setenta em Itália, num contexto político de luta e crítica social, tendo estado inicialmente ligada a membros de organizações de extrema-esquerda envolvidos em lutas urbanas. Segundo Podaliri e Balestri, os *ultras* encontravam-se igualmente envolvidos em manifestações violentas, em que estaria em causa a "*opposition between a clerical-conservative vision of world (that in some particular cases could be considered almost pró-Fascism) and a vision linked to the Communist left*", embora rapidamente a subcultura se tenha estendido a membros de organizações da extrema-direita (1998: 89-91). Muito embora em outras sociedades do Sul da Europa começassem também a surgir grupos de jovens adeptos que se foram demarcando dos tradicionais, como foi o caso português, apenas na década de noventa, como veremos mais adiante, as claques em Portugal passaram a assumir-se como portadoras da subcultura *ultra* (Marivoet 1992a/b e 2002a, AAVV 1993).

4. Estilos e formas de luta

No final dos anos setenta, os *hooligans* ingleses adoptaram o estilo *casual*, marcado pelo que alguns autores designam de '*fashionable style',* associado ao uso de roupas de marcas distintas (em especial, *Armani*, *Stone Island*, *Burberrys*, *Ralph Lauren*, *Lacoste*). No início dos anos oitenta, este novo estilo *casual* veio a ser adoptado pelos *hooligans* alemães, holandeses e belgas, entre outros. O comportamento, em público, dos *casuals* tem-se tornado discreto, distinguindo-se dos *oldfashioned skinheads hooligans*, e também dos tradicionais adeptos ingleses – conotados com o uso excessivo de insígnias nacionais, as palavras de ordem e os cânticos –, que tendem a observar com distanciamento, apostando na premeditação estratégica, e recorrendo às novas tecnologias para marcação das suas acções de confrontação, com especial pendor para a luta *corpo a corpo* (Armstrong 2000, Armstrong e Young 2000, Armstrong e Giulianotti 2001, Brimson 2003).

Já os *ultras* apostam fortemente na identificação exterior, envergando vestuário, que comercializam, com as designações das suas organizações (em especial, os cachecóis), com ou sem a designação '*ultra*' ou da marca comercializada de nome '*hooligan*', ou mesmo as insígnias do clube de pertença. No ambiente de excitação e de paródia com que assistem aos jogos, investem numa imagem '*dura*', por vezes ritualizada nos efeitos de '*movimentação*' ou de '*mosh*', ou mesmo nos efeitos sonoros e visuais da detonação de engenhos pirotécnicos (*flares/fireworks*).

Configuracoes_5-6.indd S11:283 06-07-2010 09:57:16

Os *ultras* tendem, também, a entrar na confrontação num espírito de grupo, quando afrontados, ainda que, regra geral, todos prezem a hostilização mútua, mas será sobretudo o momento que cria a oportunidade da luta, e que regra geral não a deixam perder, já que se sentem impelidos a vingar a honra das *cores* que defendem. Também apresentam uma maior tendência para utilizar formas de violência difusa, ao estilo da '*guerrilha urbana*' (ataque em retirada, arremessos e outras acções de vandalismo), podendo encetar estes comportamentos por retaliação, em espaços e tempo posteriores e, deste modo, premeditarem-nos, como os *hooligans/casuals*, embora sejam menos propensos à rixa propriamente dita, que implica o chamamento à luta *corpo a corpo* como *leitmotiv*, que parece ser a preferência dos *casuals hard core*[3].

Apesar da confrontação entre *hooligans/casuals* e *ultras* ser uma realidade possível, os acontecimentos no UEFA Euro 2004 evidenciaram que as diferentes formas de violência utilizadas e os contextos a que a ela recorrem criam dificuldades na sua ocorrência. Contudo, como foi o caso dos incidentes na estação do metro Baixa-Chiado antes do jogo Croácia-Inglaterra, podem dar azo a contextos e formas de violência premeditados por parte dos *ultras*, como que em resposta a provocações ou chamamentos para a luta por parte dos *hooligans/casuals*, tal como concluímos na nossa investigação sobre as práticas de violência durante a fase final do torneio em Portugal, inserida numa análise sociológica do acolhimento e impacto do UEFA Euro 2004 (Marivoet 2006a/b, 2007, 2008)[4].

Uma das características que tem merecido o destaque nas investigações sobre a subcultura *ultra* é a diferença quanto ao grau de organização entre esta e a *hooligan* na sua versão *casual* (Marivoet 1992a/b, 1998, 2002a; AAVV 1993, Podaliri e Balestri 1998, Roumestan 1998, AAVV 1999a, Almeida 1999a/b, Hourcade 2002). Enquanto os últimos tendem a agir em *gangs* pouco estruturados, em que a liderança se exerce na premeditação de actos de violência dirigidos à confrontação com grupos rivais e nas façanhas aí conseguidas, os *ultras* encontram-se associados em organizações que são dirigidas por uma direcção representada por um líder máximo ou presidente, por conseguinte com organização explícita no interior do associativismo desportivo (Dunning *et al.* 1988, Armstrong 2000, Dunning 1999, Dunning *et al.* 2002, Williams 2002, Bairner 2002, Dwertmann e Rigauer 2002).

Ainda que a maioria dos autores concorde que existem duas subculturas distintas no futebol – a *hooligan/casual,* de origem inglesa, predominante no

[3] Refira-se que, nas formas de violência dos *hooligans* durante a década de oitenta, também predominavam as acções de vandalismo nos jogos fora de casa, bem como os arremessos, entre provocações e várias hostilizações (Williams, Dunning e Murphy, 1984; Dunning, Murphy e Williams, 1988; Murphy, Williams e Dunning, 1994).

[4] Nesta investigação utilizámos, igualmente, a observação participante junto de um grupo de *hooligans/casuals* ingleses, que nos concederam a permissão para tal, e com uma equipa de sete colaboradores junto dos adeptos das diferentes selecções, a observação participante com o registo em protocolos dos incidentes antes, durante e após os jogos.

Configuracoes_5-6.indd S11:284 06-07-2010 09:57:16

Norte da Europa, e a *ultra,* de origem italiana, comum nos países do Sul, como temos vindo a referir –, com diferentes formas de organização, com comportamentos esperados e formas de violência típicas, o uso do termo '*hooliganismo*' como sinónimo de violência provocada por adeptos de futebol, encontra-se bastante enraizado, essencialmente nos meios académicos ingleses e, em geral, nos institucionais (Bromberger 1997, Podaliri e Balestri 1998, Roumestan 1998, Marivoet 1992a/b, 1998, 2002a/b, Mignon 2002).

Parece-nos, pois, tratar-se de uma generalização abusiva da realidade, no quadro de uma Europa multicultural, assim como um termo pouco esclarecedor, tanto mais que os comportamentos de violência no futebol não se encontram circunscritos aos membros das duas subculturas de origem europeia, continuando uma boa parte da violência a ser protagonizada pelos adeptos 'tradicionais' (no sentido de não se integrarem nas novas subculturas de adeptos *hooligan/casual* ou *ultra*) das diferentes sociedades, tal como várias investigações têm vindo a concluir (Lassalle 1997, Dunning *et al*. 2002, Marivoet 1989 , 1992a, 1999, 2002a/b e 2007).

Segundo as estatísticas das ocorrências em recintos desportivos elaboradas pelas forças de segurança, iniciadas em 1978 pela GNR, a que se juntaram as da PSP em 1987, pudemos identificar três ciclos de crescimento dos incidentes (v. Quadro 1).

Quadro 1. – Tendências do crescimento percentual dos incidentes de violência nos espectáculos desportivos (1978-2000)

	1978-1983	Médio Anual	1984-1986	Médio Anual	1987-1989	Médio Anual	1993-2000	Médio Anual
Jogos com incidentes	71	11,3(8)	-4	-2,3(6)	-8	-4,0(1)	17	2,2(6)
Incidentes por jogo	158	20,8(4)	-28	-15,0(6)	3	1,4(6)	32	3,9(9)

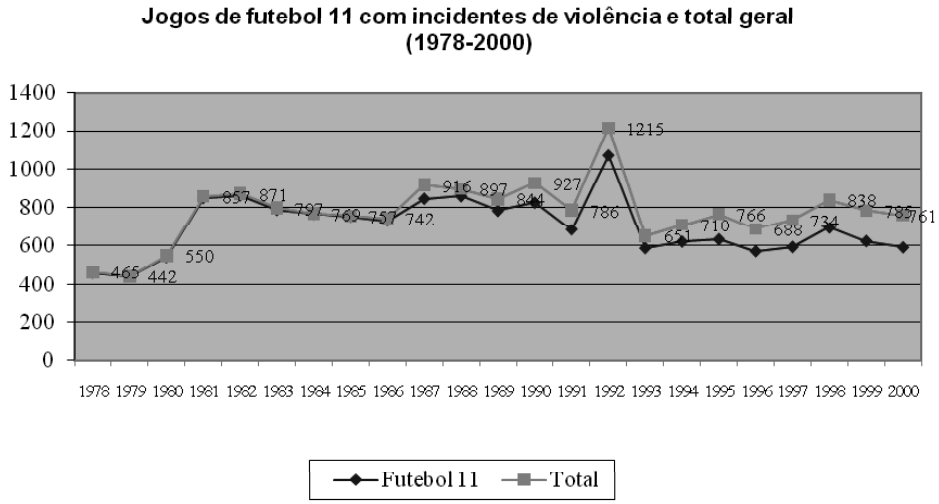
Fonte: Relatórios das forças de segurança – GNR e PSP (cálculos nossos).

Apenas com as ocorrências da GNR como acima referimos, o primeiro ciclo, entre 1978 e 1983, marcou-se por um aumento de violência nos jogos desportivos (+71 %, numa média anual estimada em +11 %), a que se seguiu um segundo decréscimo até 1989 e depois de um período de fortes oscilações, no início dos anos noventa, pudemos identificar um terceiro ciclo, entre 1993 e 2000, em que se voltou a impor a tendência de crescimento. Até ao final do segundo ciclo, a esmagadora maioria dos incidentes teve lugar em jogos de futebol (de 11), que reuniu 99% das ocorrências registadas pelas forças de segurança. Como elucida o Gráfico 1, este valor diminuiu no início dos anos noventa, para 89 % e, em 2000, para 78 %. No entanto, nos restantes 22 % de

Configuracoes_5-6.indd S11:285 06-07-2010 09:57:16

jogos com incidentes em 2000, 12 % foram de futebol (de 5), e 2 % de futebol de salão, donde apenas 8 % se distribuíram pelo hóquei em patins (3 %), andebol (2,5 %), basquetebol (2 %) e hóquei em campo (0,3 %), embora se trate de modalidades pouco praticadas, quando comparadas com o futebol.

Gráfico



Fonte: Relatórios das forças de segurança – GNR e PSP

5. Adesão das claques portuguesas à subcultura ultra

Na segunda metade dos anos setenta assistiu-se ao surgimento de claques organizadas de adeptos de futebol, com a fundação da *Juve Leo*, em 1976, no Sporting, a que se seguiram a formação dos *Diabos Vermelhos*, no Benfica, e os *Dragões Azuis*, no FC Porto, embora só tenham vindo a ser reconhecidas pelos seus respectivos clubes em 1982. Em meados dos anos oitenta, assistiu-se à formação de claques em outros clubes (em 1984 as *Panteras Negras* no Boavista, e a *Fúria Azul* no Belenenses; em 1985, a *Mancha Negra* na Académica e a *Alma Salgueirista* no Salgueiros; em 1986, a *Raça Benfiquista* no Benfica, a *Juventude Bracarense* no Sp. Braga, e os *Furacões Sadinos / VIII Exército* no V. Setúbal) e, também, a cisões no interior das já existentes, como, por exemplo, a que originou a *Torcida Verde,* fundada no Sporting, em 1984, por um grupo de dissidentes da *Juve Leo*.

Em meados dos anos oitenta, os graves incidentes de Heysel Park, em 1985, alertaram a comunidade internacional e nacional para a necessidade de

se tomarem medidas com vista à prevenção da violência no desporto, em especial em jogos de futebol, tendo-se assistido, no caso português, à tentativa de controlo das claques por parte dos maiores clubes (Marivoet 1992a/b). Neste contexto, um grupo de dissidentes dos *Dragões Azuis* fundou, em 1986, os *Super Dragões*, que, a partir de 1992, passou a ser a claque oficial do FC Porto com a extinção da primeira, ano em que surgiram, por dissidência dos *Diabos Vermelhos*, os *No Name Boys* no Benfica.

Desde o início dos anos noventa, como atrás referimos, que a maioria das claques portuguesas se assumiu como *ultras*, continuando-se a assistir ao surgimento de novas claques, como, por exemplo, no V. Guimarães os *Insane Guys* (1995) e *White Angels* (1999), por cisão dos *Super Dragões*, o *Colectivo Curva Norte* (1995), por cisão dos *Diabos Vermelhos*, o *Grupo Manks* (1996), no Farense os *South Side Boys* (1999), no Sp. Braga os *Red Boys* (1999), no Beira-Mar os *Ultra Auri-Negros* (2000), e, por cisão da *Juve Leo*, o *Directivo Ultras XXI* (2002) e o *Grupo 1143* (2003)[5]. Em 2003, identificámos 44 claques organizadas em clubes da Liga principal e restantes competições de futebol, 43 das quais claques assumidamente *ultras*[6].

Independentemente da adesão à subcultura *ultra*, as claques portuguesas foram afirmando uma nova forma de *estar* e *ver* futebol e, por isso, demarcando-se dos tradicionais adeptos que nem sempre foram aceitando esta afirmação diferencial. Durante os anos oitenta, foi-se assistindo a pequenas rixas nas bancadas entre os membros das claques e os adeptos 'tradicionais' que, incomodados com a sua forma de *ver* e *estar* no futebol, foram mostrando a sua repulsa, de resto, respondida em igual medida pelos membros das claques (Marivoet 1992a/b). Já no final da década de noventa, a realidade observada sugeria uma maior aceitação de ambas as partes, o que nos levou a concluir que se terá veri-

[5] O *Grupo 1143*, dissidente da *Juve Leo* em 2003, é o único agrupamento em Portugal identificado com a extrema-direita. Refira-se que, em alguns países, nomeadamente em Espanha e em Itália, se encontram vários agrupamentos *ultras* identificados com a extrema-direita.

[6] Segundo nos foi confidenciado por um responsável dos *No Name Boys*, esta claque não se considera *ultra*, tornando-se, assim, a única a demarcar-se desta subcultura de adeptos. Segundo a data da fundação, identificámos no Sporting, a *Juve Leo* (1976), a *Torcida Verde* (1984), o *Directivo Ultras XXI* (2002) e o *Grupo 1143* (2003); no Benfica, os *Diabos Vermelhos* (1982), os *No Name Boys* (1992) e o *Grupo Manks* (1996); no FC Porto, os *Super Dragões* (1986) e o *Colectivo Curva Norte* (1995); no Belenenses, a *Fúria Azul* (1984); no Boavista, as *Panteras Negras* (1984) e a *Ala Dura* (2002); na Académica, a *Mancha Negra* (1985); no Salgueiros, a *Alma Salgueirista* (1985); no Famalicão, os *Fama Boys* (1990); no V. Guimarães, os *Insane Guys* (1995) e os *White Angels* (1999); no V. Setúbal, os *Furacões Sadinos / VIII Exército* (desde 1986, embora com várias mudanças e aparições); no Fafe, os *Fighters Boys* (1995); no Felgueiras, os *No Stop Boys* (1995); no Santa Clara, os *Santa Canalha* (1998) e os *Ultras Santas* (1999); no Farense, os *South Side Boys* (1999), no Sp. Braga, os *Red Boys* (1999); no Portimonense, os *Marafados* (2000), no Beira-Mar, os *Ultra Auri-Negros* (2000); no FC Marco, os *Tuff Boys* (2000). A partir de 2000, terão sido formados, ainda, os *Ultras Black Boys / Brigada Negra*, no Ac. Viseu; os *Espírito Azul*, no Amora; os *Moscainights*, no Olivais e Moscavide; os *Bad Boys*, no Oliveirense de Famalicão; os *Green Devils*, no Moreirense, a *Brigada Tricolor*, no Amadora; os *Cellos Union*, no Barcelos; a *Brigada Alvinegra*, no Póvoa; os *Templários*, no N. Madeira (com aparições já nos anos oitenta); a *Frente*, no Leiria; a *Frente Leixonense*, no Leixões; os *Ultras Montijo*; os *Ultras de Loures*; o *Grupo Ultra do Estoril*; a *Curva Alvinegra*, no Caldas; a *Fúria Verde* de Santiago; e os *Ultras União*, do Micaelense.

Configuracoes_5-6.indd S11:287 06-07-2010 09:57:16

ficado uma institucionalização da subcultura *ultra* nos estádios de futebol, de resto, como se tornou visível no tipo de apoio prestado nos jogos da selecção durante o Euro 2004 (Marivoet, 2006a/b), ainda que este facto não signifique a real aceitação das claques, ou mesmo da designada mentalidade *ultra*.

A *mentalidade ultra*, que marca a afiliação à respectiva subcultura de adepto, transporta em si valores de identidade exacerbados, de entrega total ao colectivo clubístico, de defesa das *cores* do clube até às últimas consequências, ao mesmo tempo que desenvolve uma cultura de demarcação provocatória dos demais, como bem expressam os seus cânticos transcritos no Quadro 2:

Quadro 2. – Cânticos de glorificação e entrega ao clube

Juve Leo	*Juntos vamos vencer,* *Tu és a nossa fé* *Sempre até morrer* *Força Sporting álea*
Diabos Vermelhos	*Benfica, gritamos o teu nome,* *Somos Diabos até morrer,* *Benfica vamos lutar,* *Para glorificação nacional* *Força Benfica, álea, álea*
Panteras Negras	*Boavista, Força Boavista* *Vamos vencer* *Cantaremos até morrer*
Super Dragões	*Deixei a namorada* *O emprego deixei* *Para te dizer, Porto* *Que sempre te amarei* *Nós somos os Super Dragões,* *Super Dragões até morrer!*

Paralelamente, os seus membros transportam uma forte incorporação dos valores tradicionais masculinos, que impelem ao resgate da honra, quando esta é ameaçada, encontrando-se assim os ingredientes para a confrontação violenta entre as partes, já que, assumidamente, provocam e ao mesmo tempo se sentem impelidos a ripostar as afrontas que recebem, tal como várias investigações têm vindo a concluir (Marivoet 1992a/b e 2002a/b, Podaliri e Balestri 1998, Roumestan 1998, Hourcade 2002). Elucidativas são as palavras de ordem de provocação e ofensa entre as claques mais rivais (v. Quadro 3), onde os impropérios usuais tendem a minimizar a virilidade e a honra masculina.

Configuracoes_5-6.indd S11:288 06-07-2010 09:57:16

Quadro 3. – Cânticos de provocação às claques adversárias

Super Dragões	*Em cada No Name há um cabrão* *Ninguém vos ouve,* *Ninguém vos escuta,* *No Name, filhos da puta* *No Name gays* *Eu vi um No Name a correr* *Com um caralho no cu a bater* *Quanto mais o No Name corria* *Mais o caralho no cú lhe batia* *A Juve é merda a Juve é merda* *Juve Juve, filhos da puta*
Panteras Negras	*Em cada No Name há um cabrão,* *Ninguém vos ouve,* *Ninguém vos escuta,* *No Name, filhos da puta*
Diabos Vermelhos	*Filhos da puta, Juve é só merda* *Ninguém vos ouve,* *ninguém vos escuta* *Super Dragões, filhos da puta* *Panteras chungas*
No Name Boys	*Juve merda* *Ninguém vos ouve,* *Ninguém vos escuta,* *Super Dragões, filhos da puta* *Ninguém vos ouve,* *Ninguém vos escuta,* *Panteras Negras, filhos da puta*
Juve Leo	*No Name Gays* *A puta, a puta, a puta da vossa mãe* *Ninguém vos ouve,* *Ninguém vos escuta,* *Super Dragões, filhos da puta*

Configuracoes_5-6.indd S11:289 06-07-2010 09:57:16

Certamente que a incorporação destes valores aumenta de forma exacerbada o mimetismo da luta representada num jogo de futebol, como muito bem anotaram Elias e Dunning (1986), criando-se facilmente as condições para o surgimento de confrontações e hostilidades entre claques e entre estas e os adeptos dos clubes rivais, dentro e fora dos estádios.

6. Hostilidades entre clubes e acção violenta das claques

A violência que se foi manifestando no desporto português, em especial nos jogos de futebol, sugere o aumento da tensão dos jogos decorrente da intensificação da competição desportiva, mas também o agravamento das desconfianças em torno da justiça assegurada nos campeonatos. Se tivermos presente, que os adeptos de futebol são constituídos por públicos masculinos fortemente identificados com o estereótipo tradicional de masculinidade que os impele à vingança quando afrontados (ao resgate da honra ameaçada), e que a dimensão mimética dos jogos comporta elevados níveis de provocação reforçada pela excitação vivenciada em vastos colectivos masculinos, e em particular nos meios da subcultura *ultra* onde tudo tende a ser hiperbolizado, compreende-se que as *solidariedades mecânicas* (laços entre semelhantes portadores de valores comuns) sejam accionadas em cada parte em disputa, vendo-se assim reforçados os níveis de coesão tanto quanto maior o clima de oposição-confrontação, tal como tínhamos sugerido numa das nossas hipóteses de investigação. Neste contexto, a exaltação dos ânimos (ou o afrouxamento dos estados de autocontrolo regulares) tem, não raras vezes, dado lugar a manifestações de violência, tal como evidenciam as estatísticas das ocorrências das forças de segurança que suportaram a nossa análise e que se revelaram uma excelente fonte de informação como vimos[7].

Muito embora a informação ao nosso dispor sugira que as claques *ultras* foram acompanhando de forma atenta as relações institucionais dos seus respectivos clubes – *solidariedades orgânicas* na acepção de Durkheim (1977a [1893]), isto é, acordos baseados na interdependência funcional dos indivíduos –, honrando inclusive os acordos assumidos entre os presidentes ou o que designámos de *solidariedades contingentes* (alianças de indivíduos com interesses estratégicos de curta durabilidade), como aconteceu no caso do "pacto de não agressão" entre os *Super Dragões* e a *Juve Leo*, por ocasião do acordo entre o FC Porto e o Sporting, na época de 1993/1994, os factos sugerem que as *vivências* entre as claques adquiriram a sua própria autonomia.

[7] Em 2000, 1,2 % dos jogos policiados no território continental e regiões autónomas registaram incidentes de violência, com especial destaque para as zonas urbanas à volta das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, que reuniram 69 % dos casos, com uma incidência de 1,3 %. Elucidativa desta realidade é, também, a incidência dos jogos com actos de violência por áreas de actuação das forças de segurança, estimada no mesmo ano, respectivamente, em 1,5 % e 1 % na da PSP (urbana) e na da GNR (rural).

Configuracoes_5-6.indd S11:290 06-07-2010 09:57:16

Se as respostas às provocações entre as claques rivais assumiram a forma de confrontos violentos, a partir dos anos noventa, também se assistiu a acções de retaliação por parte dos adeptos 'tradicionais', igualmente portadores da tradicional cultura masculina, que os impele a resgatar a honra, quando esta é afrontada, como muito bem elucidou Bourdieu (1999b). Os casos analisados mostram como, no final dos anos oitenta e primeiros da década de noventa, os membros das claques chegaram a ser selvaticamente perseguidos e agredidos por adeptos 'tradicionais' de clubes rivais, denotando um novo foco de conflitualidade emergente da afirmação da subcultura *ultra* no tecido associativo português.

A informação ao nosso dispor sugere, ainda, que algumas das claques *ultras*, apesar de terem constituído um foco de conflitualidade e de quebra de cooperação, não terão contribuído para a instalação das hostilidades que se foram manifestando entre os clubes mais concorrentes do campeonato nacional de futebol. Os factos sugerem que as relações de hostilidade foram sendo empreendidas pelos respectivos elencos directivos dos clubes, tendo as claques vindo a corporizá-las de forma autónoma e violenta, sem que daí tivesse resultado qualquer agravamento das mesmas. A este propósito são elucidativas as posições que foram sendo tomadas pelos dirigentes desportivos, principalmente na segunda metade dos anos noventa, em que, apesar de condenarem e de se demarcarem das práticas de violência das claques, terão desvalorizado os incidentes provocados pelas mesmas afectas aos seus clubes, em detrimento da sobrevalorização dos cometidos pelas dos clubes rivais, aproveitando-os, regra geral, como argumento de acusação.

De facto, os dados ao nosso dispor levam-nos a concluir que os dirigentes não se terão sentido ofendidos com os seus congéneres devido aos actos de violência que as suas claques infligiam aos seus clubes, património ou associados, tendo-se tratado mais da utilização dos factos como argumentos fáceis, que terão sido usados de forma estratégica e, por vezes, sujeita a simulações no quadro de acusações mútuas que marcou a época, de resto, comportamentos que espelham a actual tendência na esfera das relações de poder ou negociação, como alguns autores têm realçado (Goffman 1993 [1956], Giddens 1994 e 1995, Crozier e Friedberg 1977, Mintzberg 2004).

7. Formas e palcos de violência

Tanto quanto pudemos concluir pela análise dos factos, as práticas de violência de algumas das claques *ultras* foram assumindo um curso autónomo, em que as lutas travadas se tornaram igualmente o *leitmotiv* nas mobilizações para novas confrontações, de resto uma característica que marca as subculturas de adeptos, quer se trate da *ultra* quer da *hooligan* (*e.g.* Podaliri e Balestri 1998, Roumestan 1998, Armstrong 2000, Armstrong e Giulianotti 2001, Dunning *et*

Configuracoes_5-6.indd S11:291 06-07-2010 09:57:16

al. 2002). Compreende-se, pois, como as tentativas de aproximação das claques se tornaram ineficazes, como foi o caso do 'protocolo de colaboração', promovido na época de 1994/1995 pelo então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, entre as claques dos maiores clubes da cidade (*Juve Leo*, *Torcida Verde*, *Diabos Vermelhos*, *No Name Boys* e *Fúria Azul*).

Elucidativas desta realidade são as formas de violência que ganharam expressão durante os anos noventa, nomeadamente as agressões selváticas nas designadas '*esperas*', como foi o caso dos três jogadores do FC Porto, por ocasião do Benfica – FC Porto de 1996/1997 em hóquei em patins, e o do jovem da *Juve Leo* agredido depois do Estrela da Amadora – FC Porto de 1998/1999, mas também os apedrejamentos das viaturas que transportavam os membros das claques, adeptos ou associados, ou mesmo as comitivas das equipas adversárias, e as vandalizações do património dos clubes rivais, em que se destaca o arranque massivo dos assentos que cobrem as bancadas.

A hostilidade que algumas claques demonstram atribuir aos territórios dos clubes rivais, em que se incluiu igualmente a localização geográfica, torna-se ainda visível nas vandalizações aquando das deslocações, constituindo, também, uma das formas de violência adoptadas, que foi ganhando autonomia face aos desenvolvimentos dos campeonatos ou, por outras palavras, às relações institucionais que foram sendo assumidas pelos dirigentes dos clubes da Primeira Liga mais concorrentes ao título.

O protagonismo assumido por membros de claques na liderança de práticas de violência foi suscitando um forte repúdio da opinião pública, em geral, e da desportiva, em particular, especialmente a partir do fatídico acontecimento na final da Taça de Portugal de 1995/1996, em que um adepto sportinguista perdeu a vida devido a um engenho explosivo (*very light*) lançado por um elemento dos *No Name Boys* (claque afecta ao Benfica)[8] . Este incidente veio a suscitar um movimento de repúdio público com pedidos de reforço das medidas de controlo e prevenção, tendo o Estado voltado a intervir com a promulgação de nova legislação (Lei n.º 8/97, de 12 de Abril e Lei n.º 38/98, de 4 de Agosto).

De entre as medidas de segurança introduzidas no novo quadro legal, encontrava-se o incremento da vigilância nos estádios através de CCTV, a introdução de policiais à civil (*spotters*) no seio dos adeptos e maior controlo na

[8] O membro dos *No Name Boys* responsável pelo lançamento do fatídico *very light* foi detido em prisão preventiva e considerado arguido por homicídio, juntamente com mais 14 elementos afectos à mesma claque, num processo conduzido pelo Ministério Público (MP) que os acusou de posse, uso, distribuição e venda de substâncias explosivas. Nos 15 arguidos contavam-se 14 rapazes e uma rapariga, 10 com menos de 25 anos, 3 entre os 25 e os 30, e 2 com mais de 30, na sua maioria a exercer uma actividade profissional (trabalhadores da indústria, 4, e do comércio, 2; 3 estudantes, 1 militar e 1 quadro médio estagiário, encontrando-se 4 desempregados). Em Fevereiro de 1997 era conhecido o veredicto final do julgamento, o referido jovem de 23 anos dos *No Name Boys* foi condenado a quatro anos de prisão por "homicídio por negligência grosseira", enquanto os restantes 14 arguidos foram absolvidos

Configuracoes_5-6.indd S11:292 06-07-2010 09:57:17

identificação dos membros das claques[9], de resto, procedimentos que vinham a ser recomendados nas instâncias de concertação intergovernamental, no espaço do Comité Permanente da *Convenção Europeia sobre a Violência e os Excessos dos Espectadores por Ocasião das Manifestações Desportivas e nomeadamente de Jogos de Futebol* e, também, do Conselho Europeu (JO C 193 de 24.6.1997), tendo esta legislação sido revista de modo a reforçar-se a segurança por ocasião da preparação do Euro 2004 (Lei n.º 16/2004, de 11 de Maio) e, recentemente, pela Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho.

A nova lei, que produz efeitos a partir da presente época desportiva de 2009/2010, reforça os mecanismos de controlo dos grupos organizados de adeptos, nomeadamente, a aplicação de sanções ao promotor do espectáculo desportivo que apoie a existência dos mesmos sem a sua constituição enquanto associações nos termos da legislação aplicável ou no âmbito do associativismo juvenil, ou apoie os seus membros em número superior ao registado.

Contudo, estas medidas preventivas dos incidentes de violência nos estádios tendem a provocar a deslocação das ocorrências para fora dos estádios, tal como se vinha já a registar, abrindo-se, assim, espaço ao surgimento de práticas de violência mais difusas e pouco previsíveis, por vezes assumindo formas de retaliação, suscitando pânicos e sentimentos de insegurança, a par do aumento dos confrontos com as próprias forças policiais[10]. De resto, esta realidade tem vindo a ser constatada, por vários autores, como sendo o resultado de processos dinâmicos, em articulação com as medidas de segurança e estratégias policiais (Stott *et al.* 2001, Adang e Cuvelier 2001, Dunning *et al.* 2002, Marivoet 2006a).

8. Reforço da coesão em contextos de demarcação-oposição

O reforço da coesão no seio das claques foi-se, também, manifestando quer de forma simbólica, quer nas acções de violência. Os rituais de mobilização das claques comportam, regra geral, manifestações de demarcação provocatória e de hostilidade, accionando *solidariedades mecânicas* que garantem a coesão dos colectivos para o apoio, a afronta ou a luta. Estas manifestações tendem a ser orquestradas por palavras de ordem (v. Quadro 4), que dão expressão à diluição do *eu* no *nós*.

[9] A lei de 1997 obrigou os grupos organizados de adeptos a registarem-se junto da Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP) ou da Federação Portuguesa de Futebol (FPF), exigindo, para o efeito, a identificação dos seus membros. Porém, apenas na época de 2002/2003, a LPFP encetou esforços no sentido de sensibilizar os clubes seus filiados para a legalização das suas respectivas claques (Marivoet 2007). Segundo informação do Conselho para a Ética e Segurança no Desporto (CESD), em Junho de 2009, encontravam-se dez claques legalmente constituídas.

[10] Entre 1993 e 2000 registou-se um aumento de 28 % das agressões, injúrias ou danos às forças de segurança, num crescimento médio anual estimado em 3,6 % (Marivoet, 2007).

Configuracoes_5-6.indd S11:293 06-07-2010 09:57:17

Quadro 4. – Cânticos de incitamento à afirmação e coesão da claque por demarcação

	Afirmação	Demarcação
V. Guimarães	*Querem saber quem nós somos?* *Pois vamos vos dizer: Somos os Insane Guys* *Somos os White Angels, álea, aléa*	*E quem não salta é tripeiro* *E quem não bate palmas é tripeiro* *E quem não bate palmas é marroquino, marroquino*
FC Porto	*Quem bate palmas, é tripeiro, é tripeiro, é tripeiro // E quem não bate palmas não é tripeiro* *Quem nós somos? Quem quer saber?* *Nós vamos dizer: Nós somos os Super Dragões, Super Dragões até morrer*	*Quem não salta é lampião*
Boavista	*E quem não salta não é tripeiro* *E quem não bate palmas não é tripeiro* *Panteras Negras*	*Quem não salta é lampião*
Benfica	*Todos querem saber quem nós somos. Nós vamos dizer quem nós somos: Diabos Vermelhos até morrer* *Quem somos nós? Quem quer saber? Nós vamos dizer: Somos os No Name No Name,* *No Name até morrer*	*E quem não salta é lagartão, uuu* *E quem não bate palmas é lagarto* *E quem não bate palmas é tripeiro* *E quem não salta é tripeiro*
Sporting	*Juve Leo, Juve Leo, Juve Leooo* *Juve Leo, Juve Leo, Juve Leooo* *Juve Leo, Juve Leo, Juve Leooo* *Juve Leo* *Juve Leo*	*E quem não salta é tripeiro* *E quem não salta é lampião*

Certamente que as claques portuguesas portadoras da subcultura *ultra*, ao assumirem as suas duas facetas indissociáveis, se têm vindo a tornar incompreensíveis para muitos. Por um lado, como vimos, encontra-se o apoio fervoroso e incansável que assiduamente prestam às suas equipas ao longo dos campeonatos, como o elucidam os aplausos que recebem regra geral dos jogadores no final dos jogos, assim como o esforço por estimular as assistências dos estádios, de modo a recriar-se um colorido de cor e *exaltação*, que nos parece contribuir para o reforço dos elos de ligação e cooperação dos associados; por outro, surgem na liderança de práticas de hostilidade violenta em termos quer simbólicos, quer reais, tal como temos vindo a referir, colocando em evidência manifestações de intolerância e quebra de cooperação explícita no espaço desportivo.

Embora os membros da maioria das claques portuguesas sejam portadores de uma subcultura, que transporta valores que os predispõem para a luta simbólica ou explícita, têm vindo, igualmente, a utilizar os meios institucionais na defesa dos seus interesses, como sejam a salvaguarda da imagem *ultra*, os protestos contra o preço dos bilhetes e crítica à acção fortemente repressiva das forças policiais, assim como a participação em plataformas de diálogo ou compromisso, ainda que frágeis ou de fraca durabilidade [11].

Desde meados dos anos noventa que, ao nível internacional, a *Football Supporters International network* (FSI) tem vindo a assumir um papel de promoção e reivindicação dos direitos dos adeptos junto de entidades oficiais e das organizações desportivas internacionais, em particular da FIFA, assim como a promover o bom acolhimento (*good-hosting*) dos adeptos em deslocação. Em 2008, assistiu-se, igualmente, à criação da associação independente *Football Supporter's Europe* (FSE), que conta com adeptos portugueses de claques *ultras*. Também, tendo em vista a maior proximidade das organizações desportivas e os seus adeptos, nomeadamente a criação de plataformas de auscultação e diálogo, merece destaque, no caso português, a recente instituição da figura do *Provedor do Adepto de Futebol* pela Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP), com entrada em função justamente no início da presente época desportiva de 2009/2010.

9. Apontamento Final

Nos anos noventa assistiu-se ao agravamento da violência protagonizada por algumas das claques *ultras*, em particular dos clubes mais concorrentes ao

[11] A este propósito será de referir a tentativa de criação de uma "Federação Nacional de Claques", numa assembleia marcada para o efeito em 1989, em Coimbra, encontro que se repetiu em Leiria, na época de 1994/1995, desta segunda vez com o intuito de se criar a "Associação dos Ultras de Portugal", e novamente em Ovar, na época de 1996/1997, ainda que em nenhum dos casos se tenha chegado a um acordo. Também é de mencionar a participação pontual dos seus membros em revistas da especialidade (fanzines) e *sites* de divulgação e comunicação na *internet*.

Configuracoes_5-6.indd S11:295 06-07-2010 09:57:17

título da Primeira Liga. Os factos sugerem que algumas das claques terão chamado a si a missiva de defesa (ou de *guardiãs*) das *cores* dos seus clubes até às 'últimas consequências', incorporando, assim, as rivalidades hostis decorrentes das fortes desconfianças entre *uns* e *outros*, à medida que iam sendo produzidas pelos respectivos dirigentes e veiculadas pelos *media*. Quando as relações institucionais entre os clubes se marcaram pelo que designámos de *solidariedades contingentes*, também se assistiu a idêntico procedimento por parte das respectivas claques. Porém, o desenvolvimento dos acontecimentos sugere que se assistiu à autonomia das hostilidades violentas entre algumas claques face aos desenvolvimentos dos campeonatos.

Os factos analisados sugerem, ainda, que a sua acção violenta, manifesta em agressões a adeptos de clubes rivais ou ao seu património (ou com proximidade geográfica), ou mesmo em emboscadas (no meio, designadas de '*esperas*') e em rixas que travaram entre si, não terão contribuído para o agravamento da quebra de cooperação entre os clubes, ainda que tais acções tenham vindo a ser aproveitadas pelos dirigentes nos sucessivos argumentos ora de ataque, ora de defesa na *praça pública*, com especial incidência na segunda metade da década de noventa.

No desenvolvimento das hostilidades violentas entre algumas das claques, foi-se assistindo ao agravamento das formas de violência, em alguns casos revelando-se de extrema brutalidade e com trágicas consequências. A incorporação dos valores tradicionais do estereótipo tradicional de masculinidade associada à *mentalidade ultra*, de *adepto devoto e militante*, terá criado as condições para o agravamento da violência no seio de algumas claques e, deste modo, as lutas travadas ter-se-ão constituído o *leitmotiv* para a reprodução autónoma das rivalidades violentas em acções accionadas por *solidariedades mecânicas*, realidade que se tem vindo, igualmente, a manifestar em outras sociedades, quer se trate da subcultura *ultra*, quer da *hooligan* na sua versão *casual* (Marivoet 1992a/b, 2002a/b e 2006a, Podaliri e Balestri 1998, Roumestan 1998, Armstrong 2000, Armstrong e Giulianotti 2001, Dunning *et al.* 2002, Hourcade 2002).

Tanto quando nos é possível concluir dos estudos realizados, a compreensão da violência associada às subculturas de futebol, em particular a *ultra*, não pode ser dissociada da seriedade com que este se reveste aos olhares dos adeptos, assim como dos fortes investimentos emocionais produzidos em torno da defesa do clube e das equipas, onde os envolvimentos assumem *raisons-d'être*, tal como concluíram Dunning, Murphy e Waddington (2002b), ao reunirem as várias colaborações à obra *Fighting Fans*, em que, igualmente, participámos (Marivoet, 2002a). A observação dos factos sugere, ainda, que o envolvimento dos adeptos de futebol inseridos nas claques *ultras* é marcado pelo reforço da coesão de grupo ou o que Giulianotti (2002: 31) designa de '*thick solidarity*'. Parece-nos que esta coesão solidária assenta no sentimento de partilha, de *religare*, na acepção de Maffesoli (1988), que, regra geral, se consubstancia em

Configuracoes_5-6.indd S11:296 06-07-2010 09:57:17

solidariedades mecânicas, de *todos por um* (clube) *e um por todos* (claque), seja na mobilização para o apoio, como para a luta.

Bibliografia

AAVV (1993), "La Violence Associée au Sport au Portugal. Investigation Multinationale Comparative du Conseil de L'Europe sur le Hooliganisme dans le Football", Lisboa: Instituto do Desporto.

AAVV (1996a), "Manière de voir 30. Le Sport c'est la Guerre", *LE MONDE Diplomatique*, Mai.

ARMSTRONG, G. (2000), *Football Hooligans. Knowing the score* (2), Oxford: Oxford International Publishers.

ARMSTRONG, G. e M. Young (2000), "Fanatical Football Chants: Creating and Controlling the Carnival", in G. Finn and R. Giulianotti (eds), *Football Culture. Local Contests, Global Visions*: 173-211, Londres: Frank Cass.

ARMSTRONG, G. e R. Giulianotti (orgs) (2001), *Fear and Loathing in World Footbal,* Oxford: Oxford International Publishers.

ASTRINAKIS, A. (2002), "Subcultures of hard-core fans in West Attica: an analysis of some central research findings", in E. Dunning *et al.* (orgs), *Fighting Fans. Football Hooliganism as a World Phenomenon*: 88-105, Dublin: University College Dublin Press.

BAIRNER, A. (2002), "The dog that didn't bark? Football hooliganism in Ireland", in E. Dunning *et al.* (orgs), *Fighting Fans. Football Hooliganism as a World Phenomenon*: 118-130, Dublin: University College Dublin Press.

BONIFAZI, C. e A. Mussino (1997), "Sports and multi-ethnic integration: social and population dynamics and attitudes in the sporting community", in P. Nardis, A. Mussino e N. Porro (orgs), *Sport: Social Problems Social Movements. Contributions to the 12th International Seminar of the International Sociology of Sport Association*: 58-66, Roma: Edizioni Seam.

BOURDIEU, P. (1999), *A Dominação Masculina*, Oeiras: Celta Editora.

BRIMSON, D. (2003), *Eurotrashed. The Rise and Rise of Europe's Football Hooligans,* Londres: Headline Book Publishing.

BROHM, J.-M. (1992), *Sociologie politique du sport* (2), Nancy : PUN.

BROHM, J.-M. e M. Perelman (2006), *Le football, une peste émotionnelle: La barbarie des stades*, Paris : Éditions Gallimard.

BROMBERGER, C. (1997), "Formes et sens de la passion partisane chez les ultras du football", in M. Comeron (dir.), *Quels supporters pour l'an 2000 ? Sport, foot et violence. Comment gérer le phénomène ?: 17-31,* Bruxelles: Éditions Labor.

CARRINGTON, B. (1998), " 'Football's coming home' but whose home? And do we want it?: nation, football and the politics of exclusion", in A. Brown (org), *Fanatics, power, identity and fandom in football*: 101-123, London: Routledge.

COMERON, M. (dir.) (1997), *Quels supporters pour l'an 2000 ? Sport, foot et violence. Comment gérer le phénomène ?*, Bruxelles: Éditions Labor.

CROZIER, M. e E. Friedberg (1977), *L'Acteur et le système*, Paris: Seuil.

DIMEO, P. e G. Finn (1998), "Scottish racism, Scottish identities: the case of Partick Thistle", in A. Brown (org), *Fanatics, power, identity and fandom in football*: 124-138, London: Routledge.

DUNNING, E. (1999), *Sport Matters. Sociological Studies of Sport*, Violence and Civilization, Londres: Routledge.

DUNNING, E., P. Murphy e J. Williams (1988), *The Roots of Footbal Hooligamism*, Londres: Routledge.

DUNNING, E., P. Murphy, I. Waddington e A. E. Astrinakis (eds) (2002), *Fighting Fans. Football Holliganism as a World Phenomenon*, Dublin: University College Dublin Press.

DUNNING, E., P. Murphy e I. Waddington (2002a) "Towards a sociological understanding of football hooliganism as a world phenomenon", in Eric Dunning *et al.* (orgs), *Fighting Fans. Football Hooliganism as a World Phenomenon*: 1-22, Dublin: University College Dublin Press.

DUNNING, E., P. Murphy e I. Waddington (2002b), "Towards a global programme of research into fighting and disorder at football", in E. Dunning *et al.* (orgs), *Fighting Fans. Football Hooliganism as a World Phenomenon*: 218-224, Dublin: University College Dublin Press.
DURKHEIM, É. (1977a [1893]), *A Divisão do Trabalho Social* (1º vol.), Lisboa: Editorial Presença.
DURKHEIM, É. (1977b [1893]), *A Divisão do Trabalho Social* (2º vol.), Lisboa: Editorial Presença.
DWERTMANN, H. e B. Rigauer (2002), "Football hooliganism in Germany: a developmental study", in Eric Dunning *et al.* (orgs), *Fighting Fans. Football Hooliganism as a World Phenomenon*: 75-87, Dublin: University College Dublin Press.
ELIAS, N. (1980), *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Edições 70.
ELIAS, N. e DUNNING, E. (1986), *Quest for Excitement. Sport and Leisure in the Civilising Process*, Oxford: Blackwell.
FINN, G. P.T. e R. Giulianotti (eds) (2000), *Football Culture. Local Contests, Global Visions*, London: Frank Cass.
GALLAND, O. (1991), *Sociologie de la Jeunesse. L'entrée dans la vie*, Paris: Armand Colin.
GIDDENS, A. (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras: Celta Editora.
GIDDENS, A. (1995), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
GIULIANOTTI, R. (2000), *Football. A sociology of the global game* (2), Cambridge: Polity Press.
GIULIANOTTI, R. (2002), "Supporters, Followers, Fans, and Flaneurs. A Taxonomy of Spectator. Identities in Football", *Journal of Sport & Social Issues*, Vol. 26, 1: 25-46.
GOFFMAN, E. (1993 [1956]), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Lisboa: Relógio D'Água.
HAHN, E. (1998), "Mudanças – O Hooliganismo no futebol nos Anos 90. Experiências e tendências no comportamento dos adeptos de futebol na Alemanha e Europa Impactos do Fair Play nesta área", in *Desporto de Alta Competição. Que Fair play?. Actas III Seminário Europeu sobre Fair play*: 165-171, Lisboa: Livros Horizonte.
HOURCADE, N. (2002), "Supporterism: Ultras and World of Football", in M. Comeron e P. Vanbellingen (coords.), *Prevention of violence in football stadiums in Europe*: 43-41, Liège: Eurofan.
JARVIE, G. (2000), "Sport, Racism and Ethnicity", in J. Coakley e E. Dunning (orgs), *Handbook of Sports Studies*: 334-343, London: Sage.
JOURNÈS, C. (1999), "Policing and Security: Terrorists and Hooligans", in H. Dauncey e G. Hare (orgs), *France and the 1998 World Cup: The National Impact of a World Sporting Event*: 145-160, London: Frank Cass.
LASSALLE, J.-Y. (1997), *La Violence dans le Sport*, Paris: PUF.
LES BACK, T. C. e SOLOMOS, J. (1998), "Racism in football: patterns of continuity and change", in A. Brown (org), *Fanatics! Power, identity and fandom in football*: 87-100, Londres: Routledge.
MAFFESOLI, M. (1988), *Le temps des tribus. Le déclin de l'individualisme dans les sociétés postmodernes*, Paris: La Table Ronde.
MARIVOET, S. (1989), *Evolução da Violência Associada ao Desporto em Portugal (1978-1987)*, Lisboa: DGD/ME.
MARIVOET, S. (1992a), "Une Campagne National pour L'éthique Sportive: Bilan et perspectives. L'exemple du Portugal", *Sociologie Santé*, 7: 251-257.
MARIVOET, S. (1992a), "Violência nos Espectáculos de Futebol", *Sociologia Problemas e Práticas*, 12: 137-154.
MARIVOET, S. (1992b), "O Movimento das Claques em Portugal", *Horizonte*, 50, pp. 75/76.
MARIVOET, S. (1998), *Aspectos Sociológicos do Desporto* (1), Lisboa: Livros Horizonte.
MARIVOET, S. (1999), "Excitação e violência no desporto", *COMMUNIO*, 1, Ano XVI, pp. 55-63.
MARIVOET, S. (2002a), "Violent disturbances in Portuguese football", in E. Dunning *et al.* (orgs), *Figting fans. Football Hooliganism as a World Phenomenon*: 158-173, Dublin: University College Dublin Press.
MARIVOET, S. (2002b), "The Public at Football Stadiums/ Le public des stades de football", in M. Comeron e P. Vanbellingen (coords), *La prévention de la violence dans les stades de football*

en Europe / Prevention of violence in football stadiums in Europe, Liège: Eurofan, pp. 22-28 / 24-30.

MARIVOET, S. (2006a), *Euro 2004™ Um evento global em Portugal*, Lisboa: Livros Horizonte.

MARIVOET, S. (2006b), "UEFA Euro 2004™ Portugal: The social construction of a sports mega-event and spectacle", in J. Horne e W. Manzenreiter (orgs), *Sports Mega-Events. Social Scientific Analyses of a Global Phenomenon*: 127-143, Oxford: Blackwell Publishing.

MARIVOET, S. (2007), *Ética do Desporto – Princípios, Práticas e Conflitos. Análise sociológica do caso português durante o Estado Democrático do século XX*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa: ISCTE –IUL.

MARIVOET, S. (2008), "Determinantes da Produção do Euro 2004 nas Manifestações de Identidade", in Sousa, C. e J. C. Jesuino (coords.), *Identidade e Emoções em Eventos Desportivos. O caso Euro 2004*, Lisboa: Instituto Piaget, pp. 71-97.

MIGNON, P. (1999), "Fans and Heroes", in H. Dauncey e G. Hare (eds), *France and the 1998 World Cup: The National Impact of a World Sporting Event*: 79-97, London: Frank Cass.

MIGNON, P. (2002), "Another side to French exceptionalism: football without hooligans?", in E. Dunning *et al.* (eds), *Fighting Fans. Football Hooliganism as a World Phenomenon*: 62-74, Dublin: University College Dublin Press.

MINTZBERG, H. (2004), *Le Management. Voyage au centre des organisations* (2), Paris: Éditions d'Organisation.

MURPHY, P., WILLIAMS, J. e DUNNING, E. (1994), *O Futebol no Banco dos Reús*, Oeiras: Celta Editora.

PAIS, J. M. (1996), *Culturas Juvenis*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

PODALIRI, C. e BALESTRI, C. (1998), "The ultràs, racism and football culture in Italy", in A. Brown (org), *Fanatics! power, identity e fandom in football*, Londres: Routledge, pp. 88-100.

ROUMESTAN, N. (1998), *Les Supporters de Football*, Paris: Anthropos.

ROVERSI, A. e C. Bastestri (2002), "Italian ultras today: change or decline?", in Eric Dunning *et al.* (eds), *Fighting Fans. Football Hooliganism as a World Phenomenon*: 131-142, Dublin: University College Dublin Press.

STOTT, C., HUTCHISON, P. e DRRY, J. (2001), "Hooligans' abroad? Inter-group dynamics, social identity and participation in collective 'disorder' at the 1998 World Cup Finals", *British Journal of Social Psychology,* 40, pp. 359-384.

VAN LIMBERGEN, K. (1997), "Le hooliganism en Belgique " in M. Comeron (dir.) *Quels supporters pour l'an 2000 ? Sport, foot et violence. Comment gérer le phénomène ?*: 75-81, Bruxelles: Éditions Labor.

WEBER, M. (2001 [1912]), *Conceitos Sociológicos Fundamentais*, Lisboa: Edições 70.

WILLIAMS, J. (1992), *Les Spectateurs du Football et " Italia 90"*, Strasbourg: Conseil de l'Europe.

WILLIAMS, J. (1997), "Grand-Bretagne et hooligans un couple infernal ?", in M. Comeron (dir.), *Quels supporters pour l'an 2000 ? Sport, foot et violence. Comment gérer le phénomène ?:* 44-74, Bruxelles: Éditions Labor.

WILLIAMS, J. (2002), "Hooliganism, 'New' Football and Social Policy in England", in M. Comeron e P. Vanbellingen (coords), *Prevention of violence in football stadiums in Europe*, Liège: Eurofan, pp. 31-42.

WILLIAMS, J., DUNNING, E. e MURPHY, P.(1984), *Hooligans Abroad* (2), London: Routledge.

.

Elementos constitutivos da identidade da claque *Super Dragões*

Daniel Seabra*

Resumo

O texto que se segue enfatiza os principais elementos constitutivos da identidade da claque *Super Dragões*. Referem-se, para tal, os principais valores deste grupo, tais como a solidariedade entre os seus elementos, a condição *Ultra* que estes deverão assumir, o amor ao *Futebol Clube do Porto* e a importância que este assume nas suas vidas, a exaltação da cidade do Porto e ainda a depreciação do principal clube adversário e da cidade de Lisboa. Apresentam-se vários discursos que evidenciam tais valores e a importância que estes assumem para os membros da claque. Um breve perfil social destes é também delineado, contemplando este o sexo, a idade, a ocupação profissional e alguns dos seus desejos para o futuro. O lugar que os *Super Dragões* ocupam na história do *Movimento Ultra* português é também um enquadramento importante para a compreensão da identidade da claque e estão, por isso, também contemplados no presente artigo.

1. Introdução

As claques que apoiam os clubes de futebol portugueses continuam a marcar forte presença nos estádios portugueses. Distinguem-se da generalidade dos adeptos pelo facto de se constituírem como grupos organizados que se posicionam em determinadas zonas dos estádios de futebol, incentivando de forma mais intensa e efusiva os seus clubes predilectos. Recorrem, para tal, a cânticos próprios, bandeiras das mais variadas dimensões, cartazes, fumos e outros adereços que permitem a elaboração de coreografias (Pereira, 2002: 41). No entanto, e embora haja quem enalteça as manifestações de luz, cor e som por elas proporcionadas, prevalecem os discursos que evidenciam e criticam os actos de violência e vandalismo perpetrados por alguns dos membros destes grupos.

* Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa – das@ufp.edu.pt.

Configuracoes_5-6.indd S12:301 06-07-2010 09:57:17

Na verdade, tais actos, bem como a forma como os mesmos têm sido noticiados na comunicação social, contribuíram para a formação de uma opinião geral muito negativa sobre as claques e suscitaram ainda alguma preocupação nos meios desportivos e políticos. [1]

Não se pretende negar a legitimidade e a respeitabilidade de uma opinião pública avessa às claques. Sublinhe-se, contudo, que a mesma nem sempre decorre de uma observação directa e regular do desempenho dos membros que compõem estes grupos, mas sim da grande visibilidade que a comunicação social confere aos incidentes perpetrados por alguns deles. Estes ocorrem, são por vezes graves e deverão ser noticiados e denunciados. Mas é fundamental frisar que os mesmos não constituem – longe disso – o desempenho mais frequente dos membros das claques.

As claques e as suas acções são objecto preferencial de notícia quando alguns dos seus membros perpetram actos indesejáveis, socialmente reprováveis e mesmo criminosos. Todavia, o mesmo destaque noticioso parece não ser conferido a um vasto conjunto de aspectos que fundamentam a existência das claques, conferem a necessária coesão às mesmas e caracterizam o seu desempenho. Este posicionamento da comunicação social face às claques tem gerado alguns efeitos perversos. Um deles foi o surgimento de uma certa estigmatização generalizada dos membros das claques. Esta induziu alguns dos que a sentiram a abandonarem os grupos, pois, apesar de pautarem o seu comportamento no seio dos mesmos por grande correcção, não queriam ser conotados com os comportamentos delinquentes levados a cabo apenas por alguns dos seus membros. Por outro lado, algumas notícias sensacionalistas[2] atraíram para as claques alguns jovens já com carreiras de delinquência no seu quotidiano e que perspectivaram a pertença a estes grupos como uma oportunidade para continuarem tais actividades, sendo estas facilitadas pela percepção de um certo anonimato e desresponsabilização decorrente da inserção num grupo numeroso.

Para um melhor conhecimento das claques de apoio aos clubes de futebol é, portanto, fulcral uma abordagem que procure contemplar outras dimensões do grupo, que não apenas a violência e actos de vandalismo e delinquência que alguns dos seus membros provocam. O presente texto procurará, precisa-

[1] Na sequência desta foi elaborada legislação com o intuito de fazer face ao problema. A nível nacional, poderá destacar-se a Lei nº 38/98 de 4 de Agosto, com o artigo 6º da mesma a dirigir-se especificamente aos grupos organizados de adeptos, sendo as claques consideradas como tal. Esta lei foi posteriormente revogada pelo legislador e substituída pela Lei n.º 16/2004, datada de 11 de Maio. O artigo 18º desta lei reportava-se também aos grupos organizados de adeptos. Actualmente, vigora a Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho. Esta lei contempla os grupos organizados de adeptos nos seus artigos 15º e 16º.

[2] Sobre o sensacionalismo das notícias publicadas sobre o *Hooliganismo* e respectivos efeitos perversos que as mesmas geraram no contexto inglês consultar os trabalhos de Hall (1978: 15-36), de Cohen (1972), de Murphy, Dunning e Williams (1988: 645-673 e 1994: 114-119), de Dunning, Murphy e Williams, (1992: 8-12, 151-156) e ainda de Taylor (1982a e 1982b).

Configuracoes_5-6.indd S12:302 06-07-2010 09:57:17

mente, destacar os principais elementos constitutivos da identidade [3] da claque *Super Dragões*, bem como os principais discursos que os evidenciam. Como se demonstrará, tais elementos não deixam de estar ancorados na própria história do grupo, no perfil social dos membros que presentemente a compõem e ainda nos princípios estruturantes do denominado *Movimento Ultra* no qual a claque se enquadra. Serão, pois, estes os dois primeiros elementos que serão sucintamente abordados.

2. Claques e *Movimento Ultra*

Como foi já mencionado, as claques de apoio a clubes de futebol manifestam-se de forma muito diferente dos outros adeptos. Esta diferença não se deve apenas ao posicionamento das primeiras nos estádios e ao recurso a um conjunto de signos veiculados verbalmente, corporalmente ou por objectos e materiais que concorrem para a apresentação de manifestações intensas de apoio ao clube. Ao contrário da generalidade dos adeptos que se agregam no estádio para apoiar os clubes da sua preferência, as claques constituem grupos identificáveis, contínuos e estruturados segundo interesses, normas e valores fundamentais para a consecução dos seus propósitos. A alguns dos seus membros são mesmo atribuídos papéis individuais conducentes a uma socialização peculiar que poderá estruturar o quotidiano e estilo de vida (Lago e Biasi 1994: 78).

A origem destes agrupamentos radica no já aludido *Movimento Ultra*. Este surgiu em Itália no final da década de 60 e anos 70 num contexto político-social conturbado – Maio de 68 – e pelas lutas entre conservadores e militantes dos movimentos políticos associados à esquerda. Os jovens italianos, que já acompanhavam os seus clubes na década de 50 e 60,[4] encontraram então nos partidos políticos sobretudo adstritos à esquerda um modelo de militância que poderiam adoptar também no apoio aos seus clubes.[5] Tomando também como exemplo a forte camaradagem entre aqueles que militavam num mesmo partido político, foram então criadas claques compostas por jovens que passaram a manifestar um apoio exuberante e muito activo ao clube através de cânticos e de coreogra-

[3] Sendo esta aqui entendida com base numa definição simples proposta por Giddens e segundo a qual a identidade é definida como sendo as «características distintivas do carácter de uma pessoa ou o carácter de um grupo que se relaciona com o que eles são e com o que tem sentido para eles (Giddens, 2002: 694).

[4] Na verdade, já na época se organizavam viagens aos estádios dos clubes adversários no sentido de apoiar a equipa visitante, sendo tal prática mesmo estimulada por Herrera, treinador do Inter de Milão (March 2001). Reconhece-se, porém, que estes não eram ainda os grupos *Ultra* que posteriormente surgiram (Podaliri e Balestri 1998: 89).

[5] Para o surgimento do *Movimento Ultra* importa também considerar a influência que os jovens italianos receberam por parte dos *Hooligans* ingleses. Esta surgiu pela leitura da imprensa e consequente conhecimento dos actos perpetrados pelos *Hooligans*, mas também pela presença destes em Itália aquando dos jogos internacionais e contra os quais tinham, por vezes, que se bater para defender os seus territórios das invasões dos ingleses (Podaliri e Balestri 1998: 88, Roversi e Balestri 2002: 134, Roversi 1994: 368 e Roversi 1992: 41)

Configuracoes_5-6.indd S12:303 06-07-2010 09:57:17

fias elaboradas com diversos materiais que conferiam cor e beleza aos estádios de futebol. Surgiu assim o denominado *Movimento Ultra* que configurou os princípios básicos das actuais claques de apoio aos clubes de futebol. [6]

3. Os *Super Dragões* no contexto do surgimento das claques em Portugal

O *Movimento Ultra* não deixou também de influenciar os jovens adeptos portugueses. No ano de 1976 alguns colegas que estudavam no conhecido colégio *S. João de Brito* passaram também a assistir em conjunto aos jogos que o Sporting Clube de Portugal disputava no estádio *José de Alvalade,* procurando apoiar a equipa de forma diferente e com recurso a cânticos e bandeiras de dimensões maiores. Este grupo esteve na origem da *Juventude Leonina,* tendo sido esta a primeira claque portuguesa (Marques, Manuel e Maia 1988: 12). Algum tempo depois um processo semelhante esteve também na génese da primeira claque do *Futebol Clube do Porto*. Estudantes do *Colégio Universal* encontravam-se no estádio das Antas para incentivarem, através de cânticos, bandeiras e outros materiais, a equipa portista. Assim se fundou a claque *Dragões Azuis*.

O final da década de 70 corresponde à primeira fase da formação das claques em Portugal. Mas é durante a década de 80 que se verifica um grande crescimento no número de claques e do número de membros que compõem as mesmas. Estes grupos passaram então a reivindicar o seu reconhecimento por parte dos clubes, bem como o seu apoio logístico e financeiro.[7] Durante esta década, praticamente todos os clubes da primeira divisão eram incentivados pelas suas respectivas claques, sendo que as equipas do *Futebol Clube do Porto,* do *Sport Lisboa e Benfica* e do *Sporting Clube de Portugal* recebiam mesmo o apoio de mais do que um destes agrupamentos.[8] Sublinhe-se, porém, que o surgimento de uma segunda claque se deveu, em alguns casos, a algumas divergências entretanto surgidas no seio dos grupos já estabelecidos, nomeadamente quanto à sua gestão financeira, estratégica e acções desenvolvidas. O mesmo se verificou com as claques que apoiavam o *Futebol Clube do Porto*.

[6] O termo *Ultra* é abrangente. Provém do contexto político (foi empregue para designar, em tempos passados, os apoiantes dos reis franceses e, no século XX os grupos de extrema esquerda no período pós Maio de 68) e denota precisamente uma militância extrema (Podaliri e Balestri, 1998: 88). Ser *Ultra* implica, como ainda se exporá no presente texto, um apoio entusiasta ao clube (Lago e Biasi 1994: 80, Seabra 1999: 122-131).

[7] A anuência das direcções dos clubes a tais solicitações foi facilitada pela presença nas claques de familiares de alguns dirigentes dos próprios clubes. Destacam-se os exemplos das claques *Juventude Leonina* e *Dragões Azuis*. A primeira teve como fundadores os próprios filhos do Presidente do clube e a segunda teve também como um dos seus mais notáveis membros Alexandre Pinto da Costa, filho do Presidente do *Futebol Clube do Porto* (Anunciação 1997:14 e Fiel 1993:11).

[8] Para um registo do surgimento das claques portuguesas ao longo da década de 80, consultar Marivoet (1992:146).

Configuracoes_5-6.indd S12:304 06-07-2010 09:57:17

A claque *Super Dragões* foi fundada precisamente por membros dissidentes da claque *Dragões Azuis*. Esta sofreu um declínio que acabou por se tornar irreversível e foi conducente à sua extinção. Um dos fundadores dos *Super Dragões* caracterizou desta forma tal processo:

> A claque *Dragões Azuis* era forte e tinha muita gente. Mas começou a descontentar as pessoas derivado ao facto de ter passado de uma claque espontânea a uma claque organizada, cujo patrocínio de uma sapataria obrigava os seus membros a ter que usar pelo menos uma camisola e estar constantemente a fazer isto e aquilo e a liberdade claro... Já havia um Presidente que assegurava a direcção e não era muito transparente. Havia muito dinheiro envolvido e as deslocações eram oferecidas. Deixou de haver um ambiente daqueles que trabalhavam para a claque para ser tudo mais fácil. Se queriam bandeiras mandavam fazer, porque havia dinheiro para se mandar fazer. Não havia muito espírito de luta e de interesse pela claque.

Estes argumentos são confirmados por outros membros dissidentes. Um deles referiu: "estavam muito viciados e era pessoal que começou a descaracterizar." Outro ex-membro do grupo foi ainda mais contundente ao afirmar que "os *Dragões Azuis* tiveram lá uma pessoa que há alguns anos atrás começou também a ganhar dinheiro à custa daquilo e a viver à custa daquilo."

A insatisfação de alguns membros com a menor dedicação de muitos no apoio ao clube foi conducente à formação de uma nova claque. Assim surgiu, em 30 de Novembro de 1986, a claque *Super Dragões*. Uma das fanzines da claque escreveu posteriormente:

> Era um sonho, uma realidade distante, uma missão... Era o início de um projecto, de uma ideia, de um futuro!...
>
> EIS OS *SUPER DRAGÕES*
>
> As ideias eram claras; apoiar o *Futebol Clube do Porto,* o nosso clube do coração. Fazer do futebol uma festa e nela participar dando todo o nosso apoio e todo o nosso amor.[9]

A nova atitude no apoio ao clube salientada neste texto foi decisiva para o rápido crescimento desta claque. Um dos fundadores reconhece actualmente que começaram "com coisas ridículas para os dias de hoje, mas há que dar valor às primeiras faixas, bandeiras, *t-shirts*, cachecóis e outro tipo de coisas que foram o grande arranque para o que somos hoje." Este equipamento expressivo que compõe aquilo a que, no quadro conceptual desenvolvido por Goffman (1993),

[9] Texto intitulado "Os *Ultras* somos nós", publicado na fanzine *Super Dragões* nº 7: 4.

se poderá denominar como o *quadro*[10] da claque e a *fachada pessoal*[11] dos seus membros, é uma dimensão que denota a identificação dos *Super Dragões* com as práticas do *Movimento Ultra*, sendo então este, por conseguinte, um elemento constituinte da sua identidade.

Depois das mais diversas vicissitudes ao longo da sua já longa história, os *Super Dragões* são hoje uma das maiores claques portuguesas, com um número estimado de membros na ordem dos mil e duzentos.[12]

4. Breve perfil social dos membros da claque *Super Dragões*

Os dados recolhidos demonstram que cerca de 85% dos membros desta claque são do sexo masculino. Tal não surpreende, uma vez que o desporto, segundo Dunning, tem sido "tradicionalmente uma das áreas reservadas masculinas» (1992: 390). Este autor e o grupo de *Leicester* em que se insere realçam ainda a importância da pertença a este tipo de grupos como estratégia de construção da masculinidade dos seus membros e dos valores inerentes à mesma, através de algumas manifestações de coragem e valentia no apoio ao clube (Dunning, Murphy e Williams 1992: 184-216 e Murphy, Williams e Dunning 1994: 125-159).

Mas para além da prevalência de membros do sexo masculino, cerca de 75% dos elementos da claque têm idades situadas entre os 15 e os 29 anos. Este é o intervalo de idades referenciado por vários autores [13] como critério etário que permite a classificação dos indivíduos como jovens. Face ao mesmo, fica patente que os *Super Dragões* são sobretudo compostos por jovens do sexo masculino, sendo tal condição ainda reforçada pela condição ainda celibatária de 75% dos inquiridos, mas também pelo desejo, da grande maioria dos mesmos, de casar (96%) e ter filhos (93%) e, portanto, constituir família.

No que ao lugar scial e profissional diz respeito, cerca de 34% dos membros do grupo são estudantes. Realce-se ainda que, destes 28% são já estudantes no ensino superior. A percentagem de membros que desempenham uma actividade profissional cifra-se nos 61%. Relativamente a estes, 21% são empregados em

[10] Goffman considerou que o *quadro* pode ser constituído pelo «mobiliário, a decoração, a disposição física e outros aspectos do pano de fundo, que constituirão o cenário e os alicerces do palco para o desenrolar da acção humana que será representada diante, dentro ou acima dele.» (1993: 34) O *quadro* engloba «os elementos cénicos do equipamento expressivo.» (Goffman 1993: 36)

[11] A *fachada pessoal* é definida por este mesmo autor para designar «os aspectos que identificamos mais de perto com o próprio actor e que naturalmente esperamos que o acompanhem onde quer que ele se encontre. Como partes da fachada pessoal podemos incluir: os distintivos que indicam a profissão ou a categoria profissional; o estuário; o sexo; e idade e as características raciais; as dimensões físicas e a apresentação; a atitude; a maneira de falar; as expressões faciais; os movimentos do corpo, etc. (Goffman 1993: 36)

[12] Este foi o universo estimado a partir do qual foi elaborada uma amostra por quotas conducente à administração de 130 inquéritos por questionário.

[13] Cabral e Pais 1998: xi, Ferreira 2006: 14-15, Cruz *et al*. 1984: 289 e Nunes 1998: 2.

Configuracoes_5-6.indd S12:306 06-07-2010 09:57:17

rotinas não manuais de categoria inferior e 11% são trabalhadores manuais semi-qualificados. Ainda que se constate que todas as classes sociais estejam representadas, os dados denotam uma prevalência de jovens oriundos da classe trabalhadora, sendo tal proveniência reforçada por dados demonstrativos de que os progenitores dos membros das claques são também, e maioritariamente, trabalhadores semi-qualificados e empregados em rotinas não manuais de categoria inferior.

Denominador comum aos elementos do grupo é a grande paixão pelo *Futebol Clube do Porto*. O apoio ao clube é o grande motivo de adesão à claque mencionado por cerca de 90% dos seus membros inquiridos. A participação nos espectáculos e manifestações dos *Super Dragões* é também um motivo muito evocado. Importa assim destacar que o apoio ao clube, manifestado de forma exacerbada e efusiva através de cânticos e coreografias espectaculares, constitui o princípio fundador e basilar da identidade desta claque, devendo, por isso, este ser respeitado, promovido e praticado por todos aqueles que pretendem assumir a condição de *Super Dragão*.

5. Ser um *Super Dragão*

Esta condição não decorre apenas de uma mera inscrição como associado da claque ou mesmo da frequência passiva da mesma. Ser *Super Dragão* implica a assunção de atitudes e comportamentos, bem como o respeito por um conjunto de normas e valores que, apesar de não se encontrarem formalizados num regulamento ou em estatutos, têm em vista um apoio colectivo e organizado ao *Futebol Clube do Porto*.

A condição fundamental para a pertença a esta claque é, evidentemente, ser portista. O lema *DO FUNDO DO CORAÇÃO O NOSSO GRITO – POR TI PORTO CAMPEÃO* destaca a importância fulcral desta identificação e do apoio efusivo que a claque deverá conferir às equipas representativas do clube. São muitos os elementos da claque que vincam o seu grande amor e paixão pelo clube. Um deles confessa que o *Futebol Clube do Porto* é "uma das grandes partes da vida. Uma forma de amar qualquer coisa." Outros elementos da claque afirmam a sua paixão pelo clube com declarações ainda mais exacerbadas. Um elemento feminino referiu mesmo: «eu posso ter um pai e uma mãe que gosto muito. Mas quer dizer… aquele sentimento só existe pelo Porto não é? Não sei explicar.» Outro membro muito activo comparou a sua relação com o Futebol Clube do Porto a «um amor que a gente não consegue explicar. É grande demais. É desde pequenino já. Não tem palavras. Nasci a gostar do *Futebol Clube do Porto*. Vivo a gostar do *Futebol Clube do Porto*. Vou morrer a gostar do *Futebol Clube do Porto*.» Outro proeminente membro do grupo confessou também que o *Futebol Clube do Porto* "é tudo. É uma vida. É o

Configuracoes_5-6.indd S12:307 06-07-2010 09:57:17

Porto acima de tudo.". Este elemento destacou ainda: "É uma manifestação do meu espírito. É lá que consigo alimentar a minha vida e o meu ego. É o *Futebol Clube do Porto*." Para um dos elementos da claque, o clube é mesmo entendido como uma família de substituição. Atente-se nas suas palavras: «Não tenho pais. E então a única coisa que me podia substituir o amor do Porto eram os meus pais. Os meus pais são o *Futebol Clube do Porto*.» No mesmo sentido vão as palavras de mais um membro dos *Super Dragões* que afirmou:

> O *Futebol Clube do Porto,* para mim, se pudéssemos meter uma pessoa, imagina que era um irmão, um pai ou um filho. Se pudéssemos ser dois pais, tínhamos dois pais. Se pudéssemos acrescentar um irmão, ele acrescentava. Portanto, eu vejo o *Futebol Clube do Porto* como uma pessoa que eu gosto e que não sei viver sem ela. Faz parte do nosso dia-a-dia, tal como nós temos que ir trabalhar, temos as nossas coisas, temos o nosso filho, temos a nossa casa. É uma das componentes da nossa vida.

O amor exacerbado ao clube foi também demonstrado por um elemento sempre presente e que confessou: «Acabando o Porto acho que caio numa favela. Há muita gente que pode criticar e como eu há muita gente a pensar assim. Nós nascemos para isto. Nós morremos por isto. Nós perdemos empregos por causa do clube. Roubamos por causa do clube pra ter dinheiro para o futebol.» A expressão da ligação ao clube por parte de alguns membros da claque *Super Dragões* abrange mesmo uma dimensão religiosa. Um dos elementos do grupo, natural da cidade de Lisboa, afirmou mesmo: "O *Futebol Clube do Porto,* para mim, é como uma religião. Quando vou às Antas vou ao meu santuário. Quando vamos em deslocação vamos em peregrinação." Muitas outras expressões deste teor poderiam ser citadas. Das mesmas sobressai um amor exacerbado ao clube que encontra na claque o melhor espaço para ser manifestado.

6. Ser *Ultra*

Este amor intenso deverá traduzir-se num apoio ao clube muito distinto daquele que a generalidade dos adeptos e associados do clube proporciona. Um membro da claque destacou o factor essencial desta diferenciação quando referiu que "a maior parte dos adeptos normais só vão ver o jogo quando a equipa joga bem. São poucos os que se manifestam." Ao invés, e relativamente à claque considera: "Nós manifestamo-nos quando o clube perde e quando ganha." Foram ainda mencionados outros aspectos que estabelecem tal diferença:

> O meu ideal de apoiar o Porto é cantar o jogo todo mesmo quando a equipa está a perder, ir ver jogos fora, estar sempre com a equipa. A maior parte dos

> sócios, a equipa perde assobiam ou deixam de ir aos jogos. A claque não. Está sempre presente em qualquer circunstância e em todos os momentos.

Esta assiduidade dá cumprimento ao lema *SEMPRE PRESENTES,* adoptado pela claque. É esta atitude de militância regular que se coaduna com a condição *Ultra* que os membros de uma claque deverão assumir, pois a mesma decorre da ideologia adstrita ao *Movimento Ultra*, na qual a claque *Super Dragões* também se enquadra. Ser um *Ultra* é, portanto, um valor essencial a respeitar. Não é fácil definir o termo. A aproximação a tal condição é sobretudo descritiva, realçando-se os valores e as consequentes atitudes e comportamentos esperados de quem a assume. Um *Ultra* deverá dedicar a sua vida ao clube e ao grupo onde se integra, vivendo assim para o futebol (Revilla 1996: 63). Deverá também defender activamente o seu clube por actos e palavras. Na verdade, é possível constatar, tal como referem Marques, Manuel e Maia, que esta "exigência de assiduidade é efectivamente preenchida nas claques de futebol." (1988: 8). Tal implica, evidentemente, inúmeros sacrifícios, não só financeiros, mas também relacionados com eventuais ameaças dos adeptos das equipas adversárias que cada *Ultra* terá que suportar com todo o estoicismo. As más condições meteorológicas nunca deverão ser um obstáculo à presença no estádio para apoiar o clube. Este sacrifício inerente à condição *Ultra* é muito evocado nas declarações dos membros da claque. Um deles sublinha:

> Ser *Ultra* é ir a todos os estádios, aparecer nem que esteja a fazer sol ou chuva. Nem que tenha que fazer 300 ou 400 quilómetros. Nem que tenha que ir de comboio. O *Ultra* tem que ter sempre aquele amor ao clube e ir a todo o lado. Para mim isso é um *Ultra*.

Outro elemento muito conhecido no grupo reconheceu mesmo que a sua família e o trabalho são preteridos e penalizados em consequência do constante acompanhamento do clube. Atente-se nas suas palavras:

> Para mim é tudo. Eu ponho o Porto acima de tudo. Para mim o Porto é um tipo de amor que uma pessoa tem. Está ao nível da família. Às vezes acima. Sacrifico a família quantas e quantas vezes para ir ver o Porto. O trabalho então... tenho por acaso um patrão que compreende. Senão... Já tive chatices com a família e agora vou casar. Com ela é sempre. Até que ela agora já compreende mais.

Os sacrifícios financeiros são também muitos. No final de uma época desportiva, a contabilização dos gastos em bilhetes de ingresso para os jogos, viagens, quotas de associado e ainda alimentação, atinge valores na ordem dos milhares de euros. Um dos membros da claque fez alusão à necessidade de poupar dinheiro para poder acompanhar o clube:

Configuracoes_5-6.indd S12:309 06-07-2010 09:57:17

> Muita gente não fazia o que eu faço. Muito sacrifício. Por exemplo, falto muito ao trabalho para ir ver o Porto. Prefiro deixar de ir beber uns copos com os amigos ou ir à discoteca ou outra coisa qualquer. Guardo sempre o dinheiro para quando não tiver para as deslocações. Estou sempre pronto a fazer sacrifícios, Já a minha família diz que eu sou maluco. Não sabem o que é sentir esta emoção que muita gente sente.[14]

Mas para além dos sacrifícios financeiros, as já aludidas condições meteorológicas adversas e a agressividade dos adeptos dos clubes adversários são também vivamente expressas como dificuldades que um *Ultra* deverá enfrentar. Um dos membros dos *Super Dragões* reportou-se a elas afirmando que «Os *Super* ainda gastam mais dinheiro do que outro adepto. Porque os outros vêem os jogos fora do sofá ou no café e o pessoal é que vai lá levar com chuva, frio e calhoadas. Há uns anos em Alverca andavam lá uns gajos de carro aos tiros atrás do pessoal.»

Fica assim patente a importância da assunção de um conjunto de atitudes e comportamentos especiais para com o *Futebol Clube do Porto,* mas também para com a claque *Super Dragões*. Mas ser *Ultra* não se confina apenas a estes aspectos, ainda que os mesmos sejam de facto fundadores de tal condição. Tal condição implica o respeito por algumas normas decorrentes da presença numa claque, dado que tal representa pertencer a um grupo tido como uma grande família (Câncio, 1990: 17).

7. A união entre os *Super Dragões*

A solidariedade e união entre todos os *Ultras* pertencentes aos *Super Dragões* são princípios a cumprir por todos e nas mais diversas circunstâncias. Todos os elementos sabem que os outros esperam dele fidelidade e uma participação dinâmica no apoio à equipa, sob pena de perda de prestígio pessoal (Revilla 1996: 56) A participação muito activa é, pois, solicitada a todos os membros, não apenas no desempenho apresentado no estádio, mas também em todas as fases da preparação do mesmo, nomeadamente a preparação das

[14] Por mais paradoxal que possa parecer, estes sacrifícios conferem alguma satisfação e prazer aos indivíduos, uma vez que são motivo de orgulho e prova de dedicação ao clube e à claque, aumentando o *status* dentro do grupo. As palavras de Toro destacam de forma brilhante a ambiguidade e o grande significado que encerram estes sacrifícios: «El hincha ha venido ao mundo para sufrir. Sólo la identificación en el sufrimiento convierte al simples aficionado y lo hace apto para delegar en la fe y no en la razón todas las potencias del alma. El placer es un estado transitorio y artificial que proporciona nuevas fuerzas para soportar las aflicciones venideras que volverán a poner a prueba el amor a los colores. El dolor surge a causa del contraste com el placer. El hincha basa su fidelidad en la aceptación de esse sufrimiento como un hecho inevitable y hasta natural. (...) No es una piedra inanimada, sino estoica. Conoce el dolor pero lo soporta. La dureza no es más que el fruto de la persistencia y nunca de la insensibilidad. El hincha persigue un ideal de victoria a través del masoquismo, el mismo que lo lleva al estadio un dia lluvioso y frio a pesar de que el partido lo "echan por la tele" (1996: 107).

coreografias e dos materiais da claque ou mesmo na organização das viagens. Tal implica, muitas vezes, «passar noites e tardes a fazer uma coreografia que demora uma semana a fazer e anda-se todo roto durante uma semana.» Este elemento dos *Super Dragões* complementou estas palavras explicitando os efeitos que tal participação poderá ter no quotidiano de alguns membros do grupo: «Trabalhas, vens do trabalho, vais jantar, vais pintar, vais fazer frases, tens bandeiras, tens estandartes, tens de tratar disso tudo, não é? E para chegares ali, trinta segundo, pronto. Acabou.»

O dever de solidariedade como valor fundamental da claque implica também o silêncio sobre aspectos eventualmente comprometedores do grupo ou de algum dos seus membros, podendo estes desmentir a impressão que a claque procura causar através do seu desempenho (Bromberger 1995: 257). Mas é perante eventuais ameaças perpetradas por adeptos adversários que a solidariedade assume uma importância fulcral no grupo. Uma ameaça ou ataque a um membro da claque deve ser interpretado como um ataque a todo o grupo e requer, portanto, uma resposta por parte de todos. Tal como destacou Revilla (1996: 68), entende-se, em tais circunstâncias, que a violência é necessária para defender o grupo ou um amigo de uma agressão ou invasão adversária. Alguns elementos do grupo já enfrentaram situações deste tipo e evidenciam a importância da solidariedade nestes momentos. Um deles referiu: "A violência não é necessária. Mas nalguns casos, como resposta, acho que sim: que é legítimo. Arranja-se problemas com um, arranja-se problemas com todos. Estão todos juntos e a claque funciona de forma global." Outro membro da claque *Super Dragões* defendeu também a mesma posição: "Se estão a bater nos meus amigos, e por não querer violência, não vou deixá-los levar porrada. Claro que os tento ajudar, mas acho que não devemos provocar. Acho que só devemos usar a violência para nos defendermos."

Compreende-se assim que a fuga de qualquer membro da claque perante situações de confronto com adversários ou forças policiais seja fortemente criticada pelos outros membros envolvidos nas mesmas. Trata-se de um comportamento que não respeita a solidariedade, espírito de grupo e de grande família exigido a todos. Aqueles que não defenderem os seus companheiros serão sempre acusados de cobardia e falta de solidariedade para com o grupo (Revilla 1996: 67).

Do recurso ao emprego da violência em legítima defesa para fazer face a ataques de adeptos adversários não se poderá inferir uma apologia da mesma. Ao invés do que possa parecer em função das situações que por vezes ocorrem entre alguns membros das claques, o fundamento valorativo do *Movimento Ultra* reprova a conduta violenta dos membros da claque. Esta é entendida como um efeito perverso que, por vezes, surge nas claques e que urge combater. Um *Ultra* não deverá, por conseguinte, provocar qualquer acto de violência ou vandalismo (Anon 1996: 5). Ao invés, "é necessário apenas apoiar e cantar, dar

Configuracoes_5-6.indd S12:311 06-07-2010 09:57:17

espectáculo, sem violência nem atitudes estúpidas." (Nuno e Paulo 1995: 5). Esta posição foi expressa de forma clara pelos *Super Dragões* numa das suas fanzines:

> A nossa função é apoiar o nosso clube do coração – o F.C. Porto –, não prejudicá-lo. Neste momento começamos a pôr em dúvida certos elementos que se juntam à claque que mais parecem querer prejudicar o clube do que apoiá-lo.
>
> Ser *Ultra* não é ser ladrão. Ser *Ultra* não é atirar tochas para o relvado, ser *Ultra* não é querer viajar sem pagar, ser *Ultra* não é ser violento... Ser *Ultra* é amar o clube e ajudá-lo a atingir a vitória de cada Domingo. Ser *Ultra* é condenar os que roubam, os que atiram tochas, os que usam de violência gratuita para se afirmarem perante os vizinhos do bairro. É urgente que todos os verdadeiros *Ultras* se unam e façam vingar a verdadeira mentalidade do Movimento. Os falsos *Ultras* que se ponham a andar ou então nada disto que andamos a fazer durante os 8 anos de existência valeu a pena e mais vale acabar com os *Super Dragões* e passamos todos a vir ao futebol de forma casual.

Sublinhe-se, contudo, que a prática reiterada de alguns furtos, roubos e actos de vandalismo ou violência perpetrados por alguns elementos dos *Super Dragões* tem sido, por vezes, apresentado como um dos emblemas de identificação deste grupo. Exemplo evidente disso mesmo é a produção de um cachecol da própria claque no qual se destaca a frase *NÃO ROUBAMOS MAIS*, ou ainda o seguinte cântico que o grupo entoa, por vezes, nos diversos estádios onde marca presença: «*É os Dragões; é os Dragões; é os Dragões; é os Dragões; é os Dragões; partem tudo; é os Dragões; partem tudo os Dragões.*» Note-se, porém, que tais comportamentos estão longe de receber a aprovação e aceitação da generalidade do grupo. Ao invés, é larga a maioria dos membros que reprovam tais actos, recusando ver a claque, para a qual contribuíram durante muitos anos, identificada com tais práticas. Muitos advogam mesmo, de forma veemente, a exclusão do grupo de todos os que levam a cabo tais actos. Por conseguinte, fica patente que este elemento identificativo da claque é negado por muitos e está longe de receber o consenso que o amor ao clube e a condição *Ultra* assumem como elementos primordiais e constitutivos da identidade da claque *Super Dragões*.

8. Orgulho em ser *Tripeiro*. A claque, o clube e a cidade

Mas ser membro da claque *Super Dragões* não pressupõe apenas a grande identificação com a agremiação desportiva que esta apoia e a assunção em pleno das atitudes e comportamentos que configuram a condição aludida. A cidade do Porto é outro elemento fulcral. Um dos lemas da claque é, precisamente, o *ORGULHO EM SER TRIPEIRO*. Na sequência deste lema, os *Super Dragões*

Configuracoes_5-6.indd S12:312 06-07-2010 09:57:17

continuam a representar e a emblematizar a cidade do Porto nos mais diversos estádios. Algum vestuário usado pelos elementos da claque e que compõe a fachada pessoal destes, como por exemplo cachecóis e *t-shirts*, apresentam imagens evocativas da cidade do Porto. Esta é também apresentada frequentemente nas coreografias apresentadas nos estádios. Painéis representativos da linha do horizonte da zona ribeirinha da cidade e ainda representações do Rio Douro com os seus barcos rabelos são disso o melhor exemplo. Os cânticos entoados são também demonstrativos quanto à ligação da claque à cidade. [15]

Na verdade, são vários os signos de identificação entre o clube e a cidade. O mais evidente é o próprio nome do clube. *Futebol Clube do Porto* é uma referência explícita à cidade onde está sedeado. Outro signo bem demonstrativo da identificação com a cidade é o próprio emblema do clube. Até Outubro de 1922, o emblema do *Futebol Clube do Porto* «tratava-se, apenas, de uma bola de futebol, de cor azul e com a posição das iniciais 'F.C.P.'» (Magalhães e Dias 1995: 37). Nesta data, Augusto Baptista Ferreira, artista gráfico profissional e jogador do clube conhecido pelo nome de Simplício, sobrepôs ao emblema «as armas da cidade, rematadas por um Dragão e uma faixa onde se lê a palavra 'Invicta'.» (Magalhães e Dias 1995: 37) O actual emblema do clube «define, por si só, a íntima conexão e o profundo entrosamento da colectividade do burgo a que foi buscar o nome.» (Magalhães e Dias, 1995: 37). [16] Por sua vez, o próprio texto do hino do clube reporta-se também à relação do *Futebol Clube do Porto* com a cidade referindo: «Ó meu Porto onde a terna mocidade diz à gente o que é ser nobre e leal. Teu pendão leva o escudo da cidade que na História deu o nome a Portugal.»

Esta identificação com a cidade do Porto nestes dois aspectos está também presente no discurso de muitos elementos dos *Super Dragões*. Considera-se que existe «uma relação muito forte entre o clube e a cidade.» O primeiro é mesmo entendido como «um dos estandartes, dos expoentes máximos da cidade.», ou mesmo como o «símbolo da cidade.» Outro elemento considerou mesmo que «o próprio clube confunde-se muito com a cidade, mesmo ainda hoje com a dimensão que o clube tomou.» Um ex-dirigente dos *Super Dragões* defendeu

[15] Destacam-se, a título meramente ilustrativo, os cânticos que se seguem como sendo dos mais emblemáticos: *1. Somos nós. Somos nós. O orgulho da Invicta somos nós. Somos nós. Somos nós. A Invicta somos nós. 2. Quem bate palmas é tripeiro. É tripeiro. É tripeiro. Quem bate palmas é tripeiro. É tripeiro. É tripeiro.*

[16] Esta relação é visível nos lugares da cidade que foram também lugares do clube, sendo este um dos aspectos demonstrativos da grande ligação da História do clube à sua cidade. A sede do clube esteve situada em diversas ruas do Porto. Foram vários campos e estádios de futebol da cidade em que a equipa do *Futebol Clube do Porto* jogou. Exemplo disso são o Oporto Cricket Club and Lawn Tennis situado no Campo Alegre, o Campo da Rainha (zona da actual Rua Antero de Quental), o Campo da Constituição, o Estádio do Lima e ainda o Campo Soares dos Reis, o Campo do Covelo e o Estádio do Amial. Foram também vários os lugares do Porto onde jogadores do clube competiram nas mais diversas modalidades desportivas. Ilustrativo disso mesmo é o registo de um festival desportivo realizado num hipódromo situado na Rua Oliveira Monteiro, a prática de natação em piscinas na zona do Carvalhido, o Water Polo jogado no Rio Douro e ainda Pugilismo na Avenida dos Aliados (Guedes 1987: 26, 54, 83-85, 138; Magalhães e Dias 1995: 8, 12-15, 51 e ainda Teles 1933: 13, 66-67).

Configuracoes_5-6.indd S12:313 06-07-2010 09:57:17

mesmo que o *Futebol Clube do Porto* «não é mais um clube da cidade. Hoje em dia a cidade é que é do *Futebol Clube do Porto*; ou seja; o clube é que anda lá fora a dizer a cidade é aqui, quando deveria ser o contrário.»

A importância do clube enquanto representante da cidade é bem destacada por Toro quando afirma:

> El hincha se siente orgulloso de pertenecer a una tribu local o nacional que tiene en el equipo a su emblema activo y viajero, en misión diplomática y de conquista. En ese sentido se trata de un ente político que delega en el equipo se representatividad y su honor. El equipo encarna a la comunidad de individuos – un barrio; un pueblo, una ciudad, un país – a la que proporciona o resta prestigio con sus victorias o sus derrotas. Esa afiliación lo conduce a manifestarse en plural, sintiéndose participe indivisible de las consecuencias de lo ocurrido en el terreno. (Toro 1996: 108)[17]

Esta simbiose entre o clube e a cidade está de facto muito presente dos diversos discursos dos elementos da claque e tal é muito importante para a claque como colectivo e para os seus membros em particular, pois estes inserem-se de forma muito particular no contexto urbano e social da cidade do Porto. A proveniência residencial dos elementos que compõem os *Super Dragões* permite constatar a pertinência dos chamados *núcleos*. Estes são subgrupos da claque que não deixam de reflectir a presença de grupos de vizinhança adstritos a determinadas áreas residenciais da cidade do Porto. Os membros destes núcleos estabelecem, por isso, relações interpessoais fora do contexto futebolístico. Surgem por isso, nos diversos estádios, faixas que marcam a presença de núcleos. Os núcleos são portanto projecções de diversos territórios urbanos, o que denota que a claque se insere no tecido socio-urbano, constituindo-se, por isso, e na perspectiva de Bromberger, como um esquema simbólico da cidade (1995, p. 12).

Sendo, pois, muitos os membros do grupo que residem na cidade do Porto, não seria até muito surpreendente o valor que esta assume para os mesmos. Todavia, é assinalável a intensidade que emerge dos discursos dos elementos dos *Super Dragões* acerca do amor exacerbado que nutrem pela sua cidade. Atente-se nas seguintes declarações de alguns membros da claque *Super Dragões*: «Eu amo a cidade do Porto. Cada vez que entro na cidade continuo emocionado.» «Acima de tudo amo o Porto e a cidade. Eu, para mim, amar o Porto/Clube e o Porto/Cidade... Amo as duas coisas. Não posso dizer que sinto o mesmo por Portugal porque não sinto.» Outro membro da claque afirmou-se «tripeiro e não português. Gosto mais do Porto/cidade do que de Portugal.»

[17] Fica assim patente que o futebol, através da adesão e apoio às mais diversas equipas, constituí um importante veículo de identificações colectivas de cariz local, regional ou mesmo nacional (Mignon 1998: 27, 50 e Bromberger 1995: 24).

Configuracoes_5-6.indd S12:314 06-07-2010 09:57:17

Um deles afirmou mesmo: «Era capaz de morrer por esta cidade.» Por sua vez, são vários os elementos da claque que confessaram a sua dificuldade em expressar-se verbalmente sobre a cidade. «São daqueles sentimentos que são difíceis de se exprimirem. Só sentindo.», referiu um deles.

9. A depreciação do principal adversário

Se o apoio exacerbado aos clubes e à cidade são elementos constitutivos da claque *Super Dragões,* também o forte antagonismo ao *Sport Lisboa e Benfica* e à cidade de Lisboa não deixam de ser também outro desses elementos. No futebol e pelo futebol veiculam-se fortes identificações com orgulhos bairristas, bem como a hostilidade e desprezo pelo *"outro"* que é adversário (Murphy, Williams e Dunning 1994: 15). E a outra equipa, como referiu Toro, «é depreciável só porque é o *"outro"*.» (1996: 109) Torna-se assim evidente a dimensão relacional da identidade e a importância da diferença para a construção desta (Woodward 2000: 9). Estamos perante «uma dicotomia *Nós-Eles* e a marcação dessa diferença é crucial no processo de construção das posições de identidade.» (Woodward 2000: 9). Tal diferença é afirmada e construída historicamente, socialmente e simbolicamente, tendo por base representações e experiências, recorrendo-se a processos discursivos (Woodward 2000: 9-12, 17 e Silva 2000: 92)

No que diz respeito à claque *Super Dragões*, é o rival Benfica que assume a condição de *Outro* relativamente ao qual há que estabelecer a diferença e que, por isso, deve ser depreciado e desqualificado. A hostilidade e desvalorização deste clube de Lisboa é promovida pela claque e seus membros das mais diversas formas. Tal reflecte-se claramente nos epítetos empregues pelos *Super Dragões* quando se referem ao Benfica e aos seus adeptos. Estes são geralmente conhecidos por *Lampiões*, termo que advém do nome do antigo estádio da Luz, ao qual ficou associado o termo *Lampiões*. Mas para a generalidade dos membros da claque e adeptos do *Futebol Clube do Porto* os benfiquistas continuam sobretudo a ser conhecidos por *Mouros*. Procura-se legitimar o recurso a este termo com a própria História do país, argumentando que a cidade de Lisboa, onde está sedeado o clube rival, foi conquistada aos *Mouros* durante o período de expansão e conquista do território nacional, quando a cidade do Porto era já território nacional, de onde nasceu o nome Portugal. [18] Mas este termo não se confina, porém, aos adeptos benfiquistas. O mesmo é ainda empregue para designar a generalidade dos habitantes de Lisboa e mesmo do sul do país. Para os elementos dos *Super Dragões,* tal como para a generalidade dos adeptos

[18] Na claque *Super Dragões* foram mesmo distribuídas fotocópias do mapa de Portugal relativo ao período de expansão do território nacional para sul. Os mesmos destacavam uma linha a norte da cidade de Lisboa que dividia os portugueses dos Mouros.

Configuracoes_5-6.indd S12:315 06-07-2010 09:57:17

portistas, a rivalidade deverá, portanto, ser alargada à cidade de Lisboa. São por isso várias as expressões pejorativas empregues relativamente à capital do país. Esta é também conhecida pelos membros da claque como *Mourolândia, Lampiolândia, Aldeola* ou mesmo *Marrocos*.

Para além deste elemento, para a já aludida construção histórica desta rivalidade concorre ainda a história do futebol português, uma vez que foi o *Sport Lisboa e Benfica* o adversário desportivo que, ao longo da mesma, mais obstou às vitórias do *Futebol Clube do Porto*. Mas para os membros da claque *Super Dragões* tal deveu-se, não só às arbitragens que, jogo após jogo, prejudicavam o *Futebol Clube do Porto* e beneficiavam o Benfica, mas também a um claro proteccionismo a este clube lisboeta por parte das instituições responsáveis pela gestão do futebol em Portugal ao longo dos anos. Esta representação [19] da história do futebol português tem sido construída ao longo dos anos por factos, imagens e impressões geralmente consensuais entre os adeptos do *Futebol Clube do Porto*, [20] configurando-se assim uma memória colectiva do clube expressa em narrativas que exaltam o mérito e coragem de um clube que sempre enfrentou as arbitrariedades e manigâncias dos clubes de Lisboa e das entidades detentoras do poder no futebol português durante a vigência da ditadura do Estado Novo. Tal como demonstrou King (2001), a memória colectiva não deixa de marcar a sua presença na actualidade, influenciando os valores e a conduta dos adeptos, bem como a visão que estes têm dos seus principais adversários.

Tal se verifica também na claque *Super Dragões*. Muitos são os seus membros que evocam esta memória colectiva para a legitimação da grande rivalidade para com o *Sport Lisboa e Benfica* e a cidade de Lisboa. É possível apresentar alguns discursos que denotam isso mesmo. Um dos elementos da claque sublinhou que o *Futebol Clube do Porto* sempre teve que lutar "contra o resto do país, contra forças inimigas." Outro ainda lembra que «pelo que se foi dizendo pelas gerações mais antigas, sempre passou essa ideia de que o clube realmente era espezinhado e posto à parte.» O irmão de um dos dirigentes da claque perfilhou também a representação de que os portistas «andaram anos abafados. Não se passava nada. Constantemente roubados.» Outro elemento da claque portista, que confessou até ter «conotações políticas com o Salazar», não deixou de proferir a seguinte opinião:

> É muito esquisito uma equipa como a do Porto que agora ganha frequentemente, não ganhar nada durante 19 anos. Sabendo nós que vivemos um período

[19] As representações sociais podem ser entendidas como um processo de elaboração mental e perceptiva da realidade, transformando pessoas, contextos e situações em categorias simbólicas – valores, crenças, ideologias – conferindo-lhes um estatuto cognitivo que as integra na vida quotidiana (Fisher, in Cordier, 1999, p. 450).

[20] Para um melhor conhecimento de alguns factos e imagens importantes da história do clube que concorreram para a sua memória colectiva e para a construção de uma representação depreciativa do *Sport Lisboa e Benfica* e da cidade de Lisboa consultar Barbosa (1998: 59-60, 70; Dias, 2001: 102-103, 105; Magalhães e Dias 1995: 34-35, 99-100, 122, 142 e Teles 1933: 77 ou ainda Queirós 2009).

Configuracoes_5-6.indd S12:316 06-07-2010 09:57:17

> de Estado Novo, de Salazarismo, que depois deixamos de viver, obviamente a partir da Revolução de 74, a partir daí… Pode ser coincidência mas não acredito muito em coincidências. A partir da década de 60 o Benfica acabou. Na década de 70 ainda foi campeão algumas vezes. Foi o culminar. Setenta o que é que aconteceu? A Revolução. O Salazar foi-se embora. Era benfiquista. Os outros clubes já podiam ganhar à vontade.

Perante um discurso deste teor, que se assemelha a outros registados por Bronberger na sua investigação e que este autor considerou serem de *retórica de vitimação*, a claque *Super Dragões* tem como valor fundamental a afirmação simbólica da sua força, poder e superioridade, em apoio de um clube e de uma cidade injustamente desprezada (Bromberger, 1995: 134, 169). [21] À semelhança de outros membros de claques de importantes clubes europeus, os *Super Dragões* assumem, por vezes, um discurso claramente regionalista, anti-centralista e anti-capital do país.

Com efeito, para a rivalidade entre os dois clubes e a dicotomia/oposição a ela inerente não concorrem apenas os anos de competição mais recentes. Ela é também produto de experiências passadas, construções históricas, representações sociais e simbólicas que influenciam discursos e práticas presentes da claque *Super Dragões* e seus membros e estruturam também a identidade desta claque.

Importa ainda realçar que dos jogos de futebol resultam vitórias e derrotas que não deixam de estabelecer uma hierarquia – geralmente expressa em classificações – que tem grande significado para os adeptos dos vários clubes. Fundamental será considerar também a conjugação destes dois aspectos. A pertinência da mesma para a compreensão da importância e significado que os adeptos atribuem ao resultados dos seus clubes é assim salientada por Selosse:

> O jogo origina uma situação conflituosa de domínio/submissão exposta aos olhos da multidão. Ora, toda a competição pública inscreve-se num contexto social, local e histórico, mas também ético e político. Este contexto gera um clima particular, tanto mais sensível quanto as equipas adversárias ambicionam um resultado que uma delas não pode alcançar. Esta supremacia procurada na vitória torna os dois adversários mais presentes aos olhos dos espectadores e solicita as suas características de identidade, na medida em que o resultado condiciona as classificações e a hierarquia dos clubes, o que reforça a polarização das escolhas dos espectadores (1989: 6)

[21] Esta consideração de Bromberger surge como resultado das pesquisas por ele desenvolvidas na claque do Marselha e do Nápoles. Os adeptos destes clubes proferem discursos de vitimização idênticos aos registados na claque *Super Dragões*. Consideram também que os seus clubes são prejudicados, bem como as respectivas cidades, em relação aos clubes da capital do respectivo país (Bromberger 1995).

Configuracoes_5-6.indd S12:317 06-07-2010 09:57:17

Neste binómio nós/eles, compreende-se assim que os adeptos associem às vitórias e derrotas dos clubes as unidades locais em que estes se inserem. As conquistas do *Futebol Clube do Porto* reforçam o prestígio da cidade do Porto. Ao invés, as derrotas dos adversários de Lisboa legitimam a sua desqualificação e a depreciação da cidade.

10. Considerações finais

Face ao exposto é possível considerar que pertencer à claque *Super Dragões* tem um significado social que está muito para além de alguns actos de violência e delinquência em que alguns dos seus membros se envolvem e da conotação estigmatizante com os mesmos. Pertencer a esta claque de apoio ao *Futebol Clube do Porto* é a resposta que muitos jovens do sexo masculino que se enquadram na classe trabalhadora encontram para manifestar não só o seu clubismo e o seu amor exacerbado e incondicional ao clube, mas também para o apoiar de forma mais activa, militante e intensa. O amor exacerbado e o apoio incondicional ao clube são, portanto, os principais elementos constitutivos da identidade da claque *Super Dragões*. Tal apoio, consequência do forte sentimento aludido, é mesmo a função manifesta deste grupo e a sua razão de ser.

Importa, porém, destacar que este apoio decorre dentro de um quadro estruturado pelo denominado *Movimento Ultra*. Os princípios e os valores deste estruturam também a identidade da claque *Super Dragões*. Certo é que este movimento não confere outro traço distintivo à claque que não seja uma forma muito diferente de apoiar o clube quando comparada com a generalidade dos adeptos do *Futebol Clube do Porto*. A apresentação de coreografias, o recurso a grandes bandeiras e estandartes e o recurso a cânticos para apoiar o clube são desempenhos gerais a todas as claques e, portanto, não são exclusivos dos *Super Dragões*. Todavia, esta claque não deixa de os particularizar com os seus próprios signos, adaptando, por exemplo, todo o material, bem como os cânticos que entoam, às mensagens que pretende transmitir. Confere-se, assim, a um estilo de desempenho padronizado alguma peculiaridade e particularismo. Mas há sobretudo que destacar a condição *Ultra* e a militância a ela inerente no apoio constante e incondicional ao clube e o que ela implica como outro elemento profundamente estruturante da identidade dos *Super Dragões*. Tal condição solicita também aos membros desta claque o respeito de valores como a solidariedade e entreajuda, até para enfrentar ameaças externas, assim como uma participação activa nas diversas actividades do grupo. Assim se promovem também sociabilidades, amizades e até relações de namoro e casamentos entre os membros do grupo.

A emblematização e exaltação da cidade do Porto, em associação ao clube é outro valor fundamental para o grupo que se assume também como um elemento primordial e constitutivo da sua identidade. De todos eles, é certamente

Configuracoes_5-6.indd S12:318 06-07-2010 09:57:18

o traço mais peculiar da claque *Super* Dragões e distintivo em relação a outras claques do país. Nele se revê a generalidade dos elementos do grupo, não apenas por este ser muito promovido pela claque, mas sobretudo pela forte identificação e afectividade que muitos membros da claque têm para com a cidade do Porto – algo muito patente nos seus discursos e práticas – em consequência do facto de habitarem nesta.

A exaltação da cidade do Porto é acompanhada por um discurso depreciativo e de desqualificação do *Sport Lisboa e Benfica* e seus adeptos, bem como da cidade onde esta agremiação está sedeada. Emerge assim outro elemento fundamental para a identidade da claque *Super Dragões*. Com efeito, o clube, os adeptos e os lisboetas são classificados de forma muito pejorativa por parte da generalidade dos membros da claque *Super Dragões*. É indiscutível que os discursos de desqualificação do clube mencionado e da capital do país são consequência de uma forte rivalidade competitiva, não apenas presente, mas também passada. Presente em consequência da forte competição futebolística entre o *Sport Lisboa e Benfica* e o *Futebol Clube do Porto*, mas também de uma percepção de desigualdade de tratamento da cidade do Porto em relação à capital do país. Desta percepção emerge um discurso de vitimação relativamente à cidade de Lisboa muito presente nos membros da claque, complementado pela claque *Super Dragões* através de discursos de elogio e exaltação à cidade do Porto e ao carácter superior do seu povo. Rivalidades passadas concorrem para a reprodução de memórias e uma representação de um passado de agravos e prejuízos sofridos pelo *Futebol Clube do Porto*, sendo ambas entendidas pelos membros da claque como uma legitimação para a desqualificação e crítica do *Sport Lisboa e Benfica* e à cidade de Lisboa como elemento constituinte dos *Super Dragões*.

Os elementos constituintes da identidade da claque *Super Dragões* aludidos promovem e reforçam assim a integração e coesão de muitos membros do grupo. Estes, assumindo a condição *Ultra,* encontram na claque a oportunidade de incentivar de forma intensa e efusiva o *Futebol Clube do Porto,* ajudando assim o clube a conquistar vitórias. Reivindicam, por isso, o seu contributo, participação e importância nas mesmas. Pretendem sentir que tais vitórias também são também deles e que tiveram mérito nas mesmas. As vitórias do *Futebol Clube do Porto* acabam assim por constituir sucessos e triunfos pessoais para muitos elementos da claque que se encontram privados dos mesmos nesta fase da sua vida pessoal. Um *graffiti* inscrito por membros do núcleo da Trofa da claque *Super Dragões* num dos abrigos da estação de caminhos-de-ferro daquela localidade evoca este último aspecto ao evidenciar a seguinte mensagem: "Mágico Porto, vence por nós."

Configuracoes_5-6.indd S12:319 06-07-2010 09:57:18

Bibliografia

ANON., (1996), "Mais vale só que mal acompanhado.", *Ultrà,* n.º 6, p. 5.

ANUNCIAÇÃO, Paulo (1997), "Até que a morte nos separe.", Vida, *O Independente,* 17 de Janeiro: 12-18.

BARBOSA, Alfredo (1998), *Pedroto o mestre*, Porto, s.e..

BROMBERGER, Christian (1995), *Le Match de Fottball. Ethnologie d'une passion partisane à Marseille, Naples et Turin*, Paris: Editions de la Maison des Sciences de L'Homme.

CABRAL, Manuel Villaverde e PAIS, José Machado (coord.) (1998), *Jovens Portugueses de Hoje,* Oeiras: Celta Editora.

CÂNCIO, Miguel (1990), *Sociología da violencia en el futbol,* Santiago de Compostela, Cuadernos de Ciências Sociales Artísticas y de la Naturaleza.

COHEN, S. (1972), *Folk Devils and Moral Panincs,* Oxford: Basil Blackweel.

CORDIER, Ariel (1999), "Representations sociales", in A. Akoun e P. Ansart (orgs) *Dictionaire de Sociologie*, s.l.; Robert e Seuil.

CRUZ, Manuel Braga *et al*. (1984), «A condição social da juventude portuguesa», in *Análise Social*, Vol. XX (81-82), 2º, 3º: 285-308, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

DIAS, Manuel (2001), *O futebol no Porto*, Porto, Campo das Letras.

DUNNING, Eric (1992), "O desporto como área masculina reservada: notas sobre os fundamentos sociais na identidade masculina e as suas transformações", *in* N. Elias (1992), *A busca da excitação,* Lisboa: Difel: 389-412.

DUNNING, Eric, MURPHY, Patrick e WILLIAMS, John (1992), *The Roots of Football Hooliganism. An Historical and Sociological Study*, Londres e Nova Iorque: Routledge.

FERREIRA, Vítor Sérgio (2006), *A condição juvenil portuguesa na viragem do milénio. Um retrato longitudinal através de fontes estatísticas oficiais: 1990-2005,* Instituto Português da Juventude. [em linha]. Disponível em http://sejd.gov.pt./iniciativas/a_condição_juvenil_ portuguesa.pdf, [Consultado em 13/05/2007.

FIEL, Jorge (1993), "Dragões, Lampiões e Rufiões.", *Expresso Revista*, 23 de Janeiro, pp. 6-11.

GIDDENS, Anthony (2004) [2001], *Sociologia,* 4ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GOFFMAN, Erving (1993), *A apresentação do eu na vida de todos os dias,* Lisboa: Relógio d'Água.

GUEDES, Rui (1987), *Fotobiografia do Futebol Clube do Porto,* Lisboa: Publicações D. Quixote.

HALL, Stuart (1978), "The Treatment of 'Football Hooliganism' in the Press", in R. Ingham (org), *Football Hooliganism: The Wider Context*: 15-36, Londres, Inter-Action Inprint.

KING, Anthony (2001), "Violent pasts: collective memory and football hooliganism.", *The Sociological Review,* vol. 49, 4 (November): 568-585.

LAGO, Alessandro dal e BIASI, Rocco (1994), "Italian Football Fans. Culture and organization" in Giulianotti, Richard, Bonney, Norman e Hepworth, Mike, *Football, Violence and Social Identity*: 73-89, Londres, Routledge.

MAGALHÃES, Álvaro e DIAS, Manuel (1995), *F.C. Porto. 100 anos de História. 1893-1993*, Porto, Edições Asa.

MARCHI Valério (2001), «Contestazione generale: gli anni Sessanta», in *Ultra. La sottoculture giovanili negli stadi d'Europa,* ed. Eurispes, [em linha]. Disponível em *http://www.mix.it/eurispes/EURISPES/201/4par3.htm* [Consultado em 15/04/2001].

MARIVOET, Salomé (1992), "A violência nos espectáculos de futebol.", in *Sociologia. Problemas e práticas,* 12: 137-153.

MARQUES, Margarida, MANUEL, Fátima e MAIA, Paula (1988), *O envolvimento juvenil nas claques de futebol. O caso Juve Leo,* Lisboa, Ministério da Educação – Direcção geral dos Desportos.

MIGNON, Patrick (1998), *La passion du football,* Paris: Editions Odile Jacob.

MURPHY, Patrick, WILLIAMS, John e DUNNING, Eric (1994), *O futebol no banco dos réus,* Oeiras: Celta Editora.

NUNES, João Sedas (1998), «Perfis sociais juvenis», in M. V. Cabral e J. M. Pais (coords), *Jovens Portugueses de Hoje*: 1-51, Oeiras: Celta Editora.

NUNO, M. e Paulo (1995), "O exemplo dado pelas claques.", *Ultrà,* 2: 5.

PEREIRA, Luís Miguel (2002), *Dicionário do Futebol. Manual do Adepto*, Lisboa: Booktree.
PODALIRI, Carlo e BALESTRI, Carlo (1998), "The Ultràs, Racism and Football Culture in Italy", *in* A. Brown *Fanatics, Power Identity and Fandom in Football*: 88-100, ed. Brown, Londres e Nova Iorque: Routledge.
QUEIROZ, João (2009), *O caso Calabote,* Lisboa, Quidnovi.
REVILLA, Tereza Adan (1996), *Ultras e Skinheads: La juventud visible. Imágenes, estilos y conflitos de las subculturas juveniles en España,* Oviedo: Ediciones Nobel.
ROVERSI, Antonio (1992), *Calcio, Tifo e Violenza. Il teppismo calcistico in Itália,* Bologna: Società Editrice Il Mulino.
ROVERSI, António (1994), «The birth of the <ultras>: the rise of football hooliganism in Italy, in Giulianotti, Richard e Williams, John, *Game without frontiers. Football Identity and Modernity,* Vermont, Ashgate Publishing Company.
ROVERSI, António e Balestri, Carlo (2002), «Italian ultras today: change or decline?», in E. Dunning *et al.* (orgs), *Fighting Fans, Football Hooliganism as a World Phenomenon*: 131-142, Dublin: University College Dublin Press.
SEABRA, Daniel (1999), *Mágico Porto, vence por nós. Um estudo antropológico de uma claque de futebol*, Dissertação de Mestrado (policopiada), Universidade do Minho.
SELOSSE, Jacques (1988), *A violência dos espectadores nos estádios. Processo, estrutura e efeitos de contágio,* Lisboa: Ministério da Educação – Direcção Geral dos Desportos.
SILVA, Tomaz Tadeu (2000), «A produção social da identidade e da diferença.», in T. T. Silva (org), *Identidade e Diferença,* Petrópolis: Editora Vozes.
TAYLOR, Ian, (1982ª), "Class, violence and Sport. The case of Soccer Hooliganism in Britain." in Cantalon, Hart e Gruneau, Richard (eds), *Sport, Culture and Modern State*: 39-96, Toronto: University of Toronto Press.
TAYLOR, Ian (1982b), "On the sports violence question: soccer hooliganism revisited.", in J. Hargreaves (org), *Sport, Culture and Ideology*: 152-196, London: Routledge & Kegan Paul.
TELES, Rodrigues (1933), *História do Foot-Ball Club do Porto. 1906-1933,* Porto: O Porto Desportivo.
TORO, Carlos (1996), *Caldera de pasiones*, Madrid: Ediciones Temas de Hoy.
WOODWARD, Kathryn [2002 (1997)], «Concepts of identity and difference», in K. Woodward, (org), *Identity and Difference*: 7-50, London: Sage Publications.

Configuracoes_5-6.indd S12:321 06-07-2010 09:57:18

Recensão

Configuracoes_5-6.indd S12:323 06-07-2010 09:57:18

Araújo, Maria José (2009). *Crianças Ocupadas*. Como algumas opções erradas estão a prejudicar os nossos filhos. Lisboa: Prime Books

Sissi Azevedo*

O recente livro de Maria José Araújo, investigadora do Centro de Investigação e Intervenção Educativas (CIIE) da Universidade do Porto e que se debruça em torno do conceito de "Escola a Tempo Inteiro" e das Actividades de Enriquecimento Curricular, traz para o debate público a dimensão do "trabalho infantil" para além do tempo escolar.

Numa linguagem simples, que pretende que seja facilitadora da divulgação da investigação académica, a autora procura responder a questões de pais, educadores e da própria sociedade em relação ao trabalho que é feito pelas crianças no decorrer da ocupação do seu tempo livre, e que abarca os trabalhos para casa, as actividades de enriquecimento curricular, as actividades de tempos livres, e o modo como é percepcionado actualmente pelos adultos o jogo e o brincar.

A obra resulta "de muitos anos de trabalho com crianças e adultos" numa investigação que teve como objectivo conhecer o trabalho realizado em instituições que se ocupam de crianças dos seis aos doze anos. A investigadora constata que as crianças em idade escolar possuem cada vez menos tempo efectivamente livre para brincar e para se recrear, pelo facto de o tempo de que dispõem depois das aulas, ser vivido como "apêndice do tempo escolar" (p.47), isto é, na resposta a tarefas impostas ou condicionadas pela escola, a que a autora exemplifica no cumprimento dos trabalhos de casa e no modelo das actividades de enriquecimento curricular. Por outro lado, verifica que o trabalho escolar é cada vez mais desenvolvido fora da escola, servindo-se de exemplo o modo de trabalho da maioria dos ATL e de outras instituições responsáveis pela ocupação dos tempos das crianças, e que tendem a "copiar" o modelo escolar nas suas práticas. Assim, concluiu, que as crianças trabalham no seu ofício de alunas, quer

* Mestranda em Sociologia da Infância, Universidade do Minho – sissi.azevedo@gmail.com.

Configuracoes_5-6.indd S13:325 06-07-2010 09:57:18

dentro quer fora do espaço escolar, tanto quanto um trabalhador adulto – cerca de 8 a 9 horas por dia, ou seja, 40 a 45 semanais.

Perante este cenário, parece ter ficado por salvaguardar a posição e a opinião das crianças, que cada vez parece estar mais confinada ao "ofício de aluno" ao invés do "ofício de criança". O direito e o prazer de brincar estão cada vez mais dependentes da opinião e tempos impostos pelos adultos que, por sua vez, valorizam a cultura escolar em detrimento da cultura lúdica na maior parte das actividades que "propõem" às crianças no seu tempo livre. O seu direito à participação parece estar duplamente condicionado: por um lado, não são efectivamente auscultados os seus interesses nas tarefas promovidas pela escola e, por outro, têm cada vez menos oportunidade para escolher de forma autónoma as suas brincadeiras, a gestão do seu tempo livre, uma vez que estes tendem a ser impostas no modo e no tempo que os adultos exigem. Esta legitimidade, aceitação e superioridade que a actividade escolar tem em relação ao brincar (p.33), origina a que os pais e os educadores tendem a não libertar o tempo livre das crianças para um momento verdadeiramente livre para elas, em que possam participar e escolher o modo como querem ocupar o seu tempo, mas tentando que estejam ocupadas em algo útil para seu sucesso profissional no futuro, gerindo a vida familiar e a organização das instituições em torno do trabalho escolar. A complexidade desta problemática parece ser compreendida pela maioria dos pais e educadores. No entanto, continuam-se a manter comportamentos e concepções em torno das tarefas e responsabilidades da criança enquanto aluno, que não contribuem para o seu bem-estar, cumprindo-se, assim, um ciclo vicioso ao qual compete à criança mediar as tenções existentes.

Em tom de apelo ao cumprimento dos direitos das crianças, a investigadora lança, ao longo da obra, propostas alternativas que permitem atenuar este desequilíbrio entre expectativas das crianças e as expectativas das suas famílias e da escola, e que se sintetizam no reforço da participação das crianças na sua aprendizagem. Deste modo, as actividades devem ser pensadas *com* as crianças, a partir dos seus interesses e participação, e em que elas percebam o sentido do trabalho escolar e se interessem pelo conhecimento e pela cultura. Os professores, em conjunto *com* os próprios actores da aprendizagem, as crianças, devem construir projectos pedagógicos eficazes que promovam o gosto por aprender, ao invés de perpetuarem actividades que muitas vezes se configuram a uma repetição mecânica das aulas, como é ilustrado muitas vezes pelos trabalhos para casa (TPC). A este respeito, a autora refere que o TPC é considerado "naturalizado" na sociedade e ainda de cariz limitado, repetitivo, excessivo e que pouco acrescenta, na maioria dos casos, ao conhecimento, mas que é "marcado pela necessidade e sobrevivência do aluno, construído a partir de uma visão conservadora da escola, contra uma visão "progressista", que procura um entendimento entre o que já foi considerado um trabalho penoso, e um trabalho significativo" (p.81).

Configuracoes_5-6.indd S13:326 06-07-2010 09:57:18

Por outro lado, reconhece a importância que é dada pela escola ao ensino da Língua Portuguesa e da Matemática em detrimento das Expressões Artísticas e Fisico-Motoras mas, refere, que as últimas ajudam em larga medida ao desenvolvimento harmonioso da criança, ao desenvolvimento da sua sensibilidade emocional, pelo que devem estar mais visíveis no currículo da escola, desde que as actividades sejam escolhidas e elaboradas pelas crianças.

E porque existem tantas infâncias quantas crianças (p.15), sublinha que compete aos pais e educadores compreenderem a existência de culturas da infância e perceberem a importância do jogo, do brincar e da participação como um direito próprio das crianças. O tempo para a brincadeira não deve ser menosprezado pois, como refere, brincar é um acto sério e fundamental para o desenvolvimento das crianças e elas "não brincam para aprender mas aprendem porque brincam" (p.15). Neste seguimento, os adultos não devem excluir os jogos electrónicos e restringir o acesso das crianças à internet, mas proceder a uma educação para o *online*, educando para o uso e acesso à Internet com alguma profundidade, explicitando e explorando os benefícios da tecnologia mas também os seus riscos e desvantagens, no sentido de adquirir competências tecnológicas que possibilitam e alargam o exercício da cidadania (p.140).

A originalidade da obra de Maria José Araújo reside no diálogo que efectua entre dois mundos, servindo-se de *voz* das crianças que consciencializa os adultos a olharem para elas como cidadãos com direitos e culturas que não devem ser subestimados. Evoca ainda as tensões que a Escola procura ultrapassar e que colocam a escola pública numa situação paradoxal, que "estão centradas na dualidade de vectores que enformam o estatuto social da infância: uma, a que decorre do entendimento das crianças como seres providos de *direitos* e outra, a derivada do *dever* instituído de as educar. Estas tensões são conformadoras de dois "mundos" diferentes – o da liberdade e da auto-regulação e o da compulsão e da hetero-regulação, ou, nas palavras de Derouet (1992:120), o mundo da violência e o mundo do amor" (Sarmento 2007: 17 e 18). A Escola deve ser "capaz de recuperar não apenas os saberes informais, mas a própria experiência de vida das crianças, sob pena de a escola se tornar nesse "lugar sagrado de silêncio onde se dizem coisas longínquas do real" (Iturra, 1997:59), inconsequente perante as suas próprias finalidades" (Sarmento 2007: 16).

Do mesmo modo, para além da reflexão em torno da sobreocupação do tempo livre das crianças, esta obra é um alerta, sob forma moderada e discreta, ao modelo de Escola actual. Embora considere que a Escola se encontra hoje mais inteligente, a autora não deixa de retratar uma face do modelo (quase único!) que temos de Escola, em que a escolarização das relações sociais de aprendizagem (Vincent e Thin 1994) é caracterizada pela aprendizagem separada da vida quotidiana, pela repetição de exercícios, pela centralidade da escrita e pela organização racional do tempo, do espaço, dos grupos e do progresso dos alunos, assente num processo de complexificação organizativa e administrativa

Configuracoes_5-6.indd S13:327 06-07-2010 09:57:18

do trabalho escolar – a *organização do ensino em classe* (Barroso 1995), não sendo reconhecido aos alunos o estatuto de sujeitos e actores competentes.

Por outro lado, o fenómeno que António Nóvoa, (2006) designa por "transbordamento" do projecto da modernidade escolar, faz com que a Escola e a própria sociedade não centrem as atenções devidas ao que é fundamental – o desenvolvimento integral e harmonioso das crianças e dos jovens – estando *ocupadas* com uma infinidade de missões, conteúdos e tarefas que a Escola foi acumulando, com base numa ideia de instituição de regeneração da sociedade e, estando hoje, no entanto, perante diferentes cenários de mudança que a interrogam sobre a sua missão fundamental.

Assim, de "modelo único" de Escola caracterizado pela rigidez e uniformidade, devem ser construídas respostas educativas adequadas à singularidade dos seus públicos, à pluralidade das infâncias, incentivando o potencial criativo dos alunos e seus professores, numa lógica de "construção de um trabalho escolar participativo e não alienado, que se exprime num constante investimento da participação dos alunos na planificação, execução e avaliação das diferentes acções" (Sarmento 2007: 16).

Em suma, a procura e construção de uma Escola mais humana e plural é conseguida quando é *ouvida* a voz das crianças, auscultados os seus interesses e conjugados esforços na elaboração de projectos significativos *com* elas. Caso contrário, quando a Escola se coloca em oposição aos seus actores, teremos sempre que colocar a mesma questão: estamos ao lado das crianças ou da escola?

Referências bibliográficas

AZEVEDO, S. & FERREIRA. F. I. (2009). *A Escola por dentro: em busca de pedagogias alternativas com crianças*". Publicado em acta do X Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. (obra no prelo)

BARROSO, J. (1995). *Os Liceus: Organização Pedagógica e Administração (1836-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

NÓVOA, A. (2006). "A Escola e a Cidadania – Apontamentos incómodos", *in* R. d'Espiney (org), *Espaços e Sujeitos de Cidadania*: 21-40, Setúbal. Instituto das Comunidades Educativas.

SARMENTO, M. J.; Fernandes, N. & Tomás, C. (2007), "Políticas Públicas e Participação Infantil", *Educação, Sociedade e Cultura,* 25: 183-206.

VINCENT, G. e THIN. D. (1994). "Sur l'histoire et la théorie de la forme scolaire", *in* G. Vincent (Dir). *L'Éducation Prisonnière de la Forme Scolaire? Scolarisation et Socialisation dans les Sociétés Industrielles*: 11-48, Lyon: Presses Universitaires de Lyon.

Configuracoes_5-6.indd S13:328 06-07-2010 09:57:18

Abstracts/ Résumés

Manuel Carlos Silva

Inequality and Social Exclusion: from a revisitation to protheoretical synthesis

Abstract: In this article the author, beginning with the questioning of the current thinking around the "end of labour" and social levelling, the rising of middle classes and the reduction of social inequalities in an alleged 'abundance society', defines inequality as the appropriation or usurpation of assets, resources and rewards, implying competition and struggle. Next, he makes a re-visitation of the ambiguous and polysemic concept of social exclusion in different perspectives: structural-functional, especially durkheimian and parsonian; actionalist and/or (neo) weberian; simmelian; symbolic interactionist; and (neo) marxist. Finally, in the sequence of the work from Bader and Benschop (1988), he makes a critical assessment of classical theories of the sociology founders, deconstructs ambiguities and misunderstandings around the concept of exclusion, giving analytical priority to the concept of social inequality, and tries to give a pro theoretical synthesis through a fruitful approximation between the marxist and weberian perspective, without neglecting the important contribution of the interactionist theories. Aiming to overcome the old dilemma between structure and social action, but avoiding, simultaneously, a circular nature of thought, he suggests a hierarchy of levels of analysis from the socio-structural or societal, through the organizational, to the interactive. In short, inequalities and social exclusions are produced and reproduced by social action of the various types of social actors and this, in turn, is structured by organizational and societal conditions (pre) existing inequalities.

Keywords: inequality and poverty, social exclusion and the classics, structure-social action, inequalities structuring

Manuel Carlos Silva

Inégalités et exclusion social: d'une bref revisitation a une synthèse pro-théorique

Résumé: Dans cet article, l'auteur commence par remettre en cause les conceptions actuelles sous-jacentes à la fin du travail et au nivellement social, à la hausse des classes moyennes et à la réduction des inégalités sociales dans une prétendue «société d'abondance". Il définit l'inégalité comme appropriation ou usurpation/ détournement de biens, ressources et primes, qui impliquent concurrence et lutte. Il fait ensuite une revisitation de la notion ambiguë et polysémique d'exclusion sociale dans les différents perspectives: structuro-fonctionnelle, en particulier durkheimienne et parsonienne, accionaliste, simmelienne, symbolique interactionniste et (neo)marxiste. Par fin, en suivant Bader et Benschop (1988), l'auteur fait une évaluation critique des théories classiques des sociologues fondateurs, déconstruit ambiguïtés et malentendus autour du concept d'exclusion, en donnant la priorité analytique à la notion de l'inégalité sociale. Il essaye encore d'établir un aperçu prothéorique à travers un rapprochement fructueux entre la perspective marxiste et wébérienne, sans négliger pour autant la contribution importante du courant interactionniste.
Afin de surmonter le vieux dilemme structure et action sociale, mais tout en évitant un raisonnement de caractère circulaire, l'auteur propose une hiérarchie de niveaux d'analyse: en partant du niveau socio-structurelle ou sociétal, en passant par le niveau organisationnelle et en aboutissant au niveau interactif. En bref, les inégalités et les exclusions sociales sont produites et reproduites par l'action sociale des différents types d'acteurs sociaux. Celle-ci est structurée, à son tour, par les conditions organisationnelles et sociétales qui (pré)existent aux inégalités.

Mots-clés: inégalités, pauvreté, exclusion sociale, auteurs classiques, structure-action sociale, structuration des inégalités

Configuracoes_5-6.indd S13:329 06-07-2010 09:57:18

Loïc Wacquant

Racial stigma in the making of american's punitive state

Abstract: This paper sketches a characterisation of the regime of urban marginality that has emerged in advanced societies since the close of the Fordist era, highlighting four logics that combine to produce it: a macrosocietal drift towards inequality, the mutation of wage labour (entailing both deproletarianisation and casualisation), the retrenchment of welfare states, and the spatial concentration and stigmatisation of poverty. The rise of this new marginality does not signal a transatlantic convergence on the American pattern: European neighbourhoods of relegation are deeply penetrated by the state and ethnoracial tensions in them are fuelled, not by the growing gap between immigrants and natives, but by their increasing propinquity in social and physical space. To cope with emergent forms of urban marginality, societies face a three-pronged alternative: they can patch up existing programmes of the welfare state, criminalise poverty via the punitive containment of the poor, or institute new social rights that sever subsistence from performance in the labour market.

Keywords: hyper-incarceration, class, race, ghetto, workfare, stigma, penal state, United States

Loïc Wacquant

Stigmatisation raciale dans la fabrication de l'état punitive américaine

Résumé: Ce texte essaie de caractériser le régime de marginalité urbaine qui a émergé dans les sociétés avancées depuis la fin de l'ère fordiste, en accentuant quatre logiques qui se combinent pour le produire: une dérive macro-sociétale vers l'inégalité, la mutation du travail salarié (impliquant tant déprolétarisation que individualisation), le retranchement des États-providence et la concentration spatiale et stigmatisation de la pauvreté. L'augmentation de ce nouvelle marginalité n'indique pas une convergence transatlantique sur le modèle américain : les quartiers européens de la relégation sont profondément pénétrés par l'État et les tensions ethnico-raciales à son intérieur sont alimentés, pas par le grandissant trou entre les immigrants et les natifs, mais par leur grande proximité dans l'espace social et physique. Pour s'occuper des nouvelles formes de marginalité urbaine, les sociétés font face à un triple alternatif : ils peuvent réparer les programmes existants de l'État-providence, criminaliser la pauvreté via le confinement punitif des pauvres, ou instituer de nouveaux droits sociaux qui saisissent son financement de la performance du marché de travail.

Mots-clés: hyper-incarcération, classe, race, ghetto, le workfare, la stigmatisation, l'Etat pénal, les États-Unis

Configuracoes_5-6.indd S13:330 06-07-2010 09:57:18

Helena Machado e Filipe Santos

Dramatization of justice and media coverage of crime: Which direction for the exercise of citizenship?

Abstract: In an increasingly mediatized society, the relationships between justice and the media generate, simultaneously, risks and opportunities that have fostered some of the central points of the present debate surrounding the most recent roles and configurations of justice in contemporary societies. In this article we explore some modes of "dramatization of justice" in Portugal. That is, the ways in which justice has progressively become more permeable to the media's spotlights and public scrutiny, focusing in the possible repercussions of such phenomenon on the citizens' representations of justice. Our argument is grounded on the particular case of the mediatization of crime, which appears side by side with negative portrayals of the criminal justice system's functioning and the police's performance. We focus particularly on the example of the mediatization of a "wave of robberies and violent crimes" that may have "assailed" Portugal in the last few months of 2008, and that has inflamed public concerns regarding the capacity and adequacy of the police forces and the justice system.
This mode of dramatization of justice will be articulated with the wider issue regarding the public sphere. We envision the open possibilities (and the obstacles) in the construction of a new public sphere which would potentiate citizens' participation and informed monitoring in matters which present clear implications for the exercise of citizenship in democratic societies.

Helena Machado e Filipe Santos

Dramatisation de la justice et médiatisation du crime: quels chemins pour l'exercice de la citoyenneté?

Résumé: Dans une société de plus en plus médiatisée, les relations entre la justice et les médias présentent, simultanément, des risques et des opportunités qui ont nourri quelques-uns des points centraux du débat actuel autour des plus récentes configurations et rôles de la justice dans les sociétés contemporaines. Dans cet article nous exploitons certaines modalités de la dramatisation de la justice au Portugal, à savoir, la façon dont la justice est progressivement devenue plus perméable à des holofotes du contrôle public et médiatique, en se concentrant sur les répercussions possibles de ce phénomène au niveau des représentations que les citoyens ont à son égard. Notre argument est soutenu dans le cas concret de la couverture médiatique du crime qui est accompagnée par des représentations négatives du fonctionnement du système de justice pénale, des lois pénales et des modalités de conduite des polices.
Nous mettons surtout l'accent sur l'exemple de la couverture médiatique d'une «vague d'agressions et de crimes violents» qui a «dominé» le Portugal pendant les derniers mois de l'année 2008 et qui a enflammé les préoccupations du public quant à la capacité et la pertinence du système de justice et des forces de sécurité. Ce genre de dramatisation de la justice sera articulé avec la question de la sphère publique. Nous envisageons les possibilités ouvertes (et les difficultés) de construire une nouvelle sphère publique qui maximise le contrôle des performances et la participation éclairée des citoyens dans les affaires qui ont des implications claires pour l'exercice de la citoyenneté dans les sociétés démocratiques.

Configuracoes_5-6.indd S13:331 06-07-2010 09:57:18

João Valente Aguiar

Social Class as process: the concept of formation of working class

Abstract: The author, beginning with the problem of the manufacture of consent in view of Burawoy, discusses the concept of class, facing/confronting the class structural perspective and the perspective focused on historical processes of class formation inspired by Thompson, which means overlook the relevance of analytical concept of "working-class formation."
After a brief historical retrospective on the protest movements of protest and expressions of popular revolt, also reports the processes of resistance and formation of power by the working classes to which opposes the various stages of Fordist and pos-Fordist organizational strategies of employers in order to win the workers resistance. Finally, based on social scientists as Thompson, Hobsbawm and Katznelson, the author highlights, in the formation of the working class, the class cultures namely the sociability and labor experiences. That is, if social class is far from merely about the structure, its historical insertion can be captured by the researcher from examining its processivity.
Keywords: formation of the working class; social classes; historical process

João Valente Aguiar

La classe sociale comme un processus: la notion de formation de la classe ouvrière

Résumé: L'auteur, en commençant par le problème de la fabrication du consentement, como lo pose Burawoy, problematize/met en discussion le concept de classe et met en confrontation la perspective structurel de classe et la perspective centrée sur les processus historiques de formation de classe inspirés par Thompson, ce qui signifie relever la pertinence analytique de la notion de «formation de la classe ouvrière.»
Après une brève rétrospective historique sur le mouvement de protestation et des expressions de la révolte populaire, a également signalé des processus de résistance et de la formation du pouvoir par la classe ouvrière à laquelle s'opposent, dans de étapes de l'organisation fordiste et pos-fordiste, les strategies des employeurs afin de vaincre la résistance des travailleurs. Enfin, sur la base des écrivains comme Thompson, Hobsbawm et Katznelson, l'auteur met en évidence la formation de la sociabilité ouvrière, expériences, cultures de classe. Autrement dit, Si la classe social à été loin de se résumée dans une structure, son insertion historique peut être trouvé pour le investigateur a partir de la analyse de sa processivité.
Mots-clés: formation de la classe ouvrière; classes sociaux; processus historique

Configuracoes_5-6.indd S13:332 06-07-2010 09:57:18

Henrique Sousa

Is there a Future for Social Dialogue? The unions and the experience of neo-corporatist model in Portugal

Abstract: This article falls within the critical analysis of contemporary neocorporativ implementation that the tripartite social dialogue is an expression institutionalized, and their viability and adaptation for a political and economic context - the Portuguese - very different from Europe where he was born. The objective is to understand this concept, built from the 50s of last century to institutionalize a commitment that sustain the welfare state in most developed European countries, from liberal democracies and social dialogue systems stronger and structured, applied later in Portugal today has meaning and is still a useful space for the representation and affirmation of the interests of the working world in the formation of public policy and its relationship with the political system.

Keywords: social dialogue, democracy, trade unionism, neocorporativ, state social policy.

Henrique Sousa

Y-a-til un avenir pour le dialogue social? Les syndicats et l'expérience du modele néocorporatiste au Portugal

Resumé: Cet article s'inscrit dans une perspective critique de la mise en œuvre contemporaine du neocorporativime, duquel la concertation social tripartite est une expression institutionnalisée et de leur viabilité et leur adaptation à un contexte politique et économique portugais, très différent de celle de sa naissance, avec la croissante mondialisation économique, la prédominance des orientations politiques de nature néolibérale et l'actuel processus d'intégration européenne. L'objectif est de comprendre dans quelle mesure ce concept, construit à partir des années 50 du siècle dernier pour l'institutionnalisation d'un compromis soutenant l'Etat-providence, dans les pays européens développés, avec des démocraties libérales et des systèmes de dialogue social plus forts et structurés, appliqué plus tard au Portugal, a aujourd'hui du sens et représente encore un espace utile pour la représentation et l'affirmation des intérêts du monde du travail dans la formation de la politique publique et ses rapports avec le système politique.

Mots-clés: dialogue social, la démocratie, le syndicalisme, neocorporativisme, politiques d' Etat-providence

Bruno Monteiro e João Queirós

Between here and there. Notes of a survey on emigration to Spain of Portuguese construction workers

Abstract: Among other consequences, the recent situation of the Portuguese economy - which has been characterized by low levels of investment and growth, loss of business dynamism, particularly in traditional sectors, high unemployment and deterioration of purchasing power - has led to important changes to level of the mobility of the workforce nationally. These changes have been felt with particular acuteness in the north, where the decline of the main industrial activities (wood and furniture, textiles and garments, footwear), very pressured by international competition, coupled with the very regressive situation of construction, has made significant rise in unemployment rates. In line with this, noting comes up in recent years an increase in the area of employability of workers living in the same region and an upsurge in emigration flows, usually seasonal in nature or "pendular" (weekly or biweekly) and targeted mainly to Spain.
Based on the analysis of the particular case of construction, business, occupying the majority of these migrants, and recruiting information gathered through interviews and direct observation - the survey included a longer period during which the perpetrators were able to follow in sit everyday lives of a group of construction workers in the Portuguese Carballiño, Galicia, Spain - search with this paper to present some results of an ongoing research aims to study, first, how to build the resources for migration and, second, the experiential aspects and consequences of personal and collective (eg family and relational in communities of origin) of the continuous displacement that characterizes the lives of thousands of Portuguese workers.

Keywords: Migration; working condition; construction; Spain; precarious.

Bruno Monteiro e João Queirós

Entre ici et là. Notes d'une enquête sur l'émigration vers l'Espagne des travailleurs de la construction portugaise

Résumé: Entre autres conséquences, la situation récente de l'économie portugaise - qui a été caractérisé par de faibles niveaux d'investissement et de croissance, perte de dynamisme des entreprises, en particulier dans les secteurs traditionnels, le chômage élevé et la détérioration du pouvoir d'achat - a conduit à d'importantes changements en termes de schémas de mobilité de la main-d'œuvre nationale.
Ces changements se sont fait sentir avec une acuité particulière dans le nord, où la baisse des principales activités industrielles (bois et les meubles, les textiles et les vêtements, chaussures), très pressé par la concurrence internationale, conjuguée à la situation très régressif de construction, a faites augmentation significative du taux de chômage. Dans cette ligne, en notant entre ces dernières années une augmentation dans le domaine de l'employabilité des travailleurs vivant dans la même région et une recrudescence des flux d'émigration, souvent de nature saisonnière ou «pendulaire» (hebdomadaire ou bimensuel) et visent principalement à Espagne.
Sur la base de l'analyse du cas particulier de la construction, les entreprises, qui occupent la majorité de ces migrants, et de l'information recueillie lors d'entretiens de recrutement et de l'observation directe - l'enquête a porté sur une plus longue période pendant laquelle les auteurs ont pu suivre in situ vie quotidienne d'un groupe de travailleurs de la construction dans le Carballiño portugais, Galice, Espagne - vise à présenter à cet article quelques résultats d'une recherche en cours vise à étudier, en premier lieu, comment elles sont construites en matière de disponibilité la migration et, d'autre part, les aspects et les conséquences de l'expérience personnelle et collective (par exemple, la famille et relationnelle dans les communautés d'origine) du déplacement continu qui caractérise la vie de milliers de travailleurs portugais.

Mots-clés: migration; état de fonctionnement, la construction, Espagne; précaire

Configuracoes_5-6.indd S13:334 06-07-2010 09:57:18

Eunice Macedo

Powerful voices of young people from economic Portuguese elites

Abstract: This article focuses the voices of young people from the Portuguese economic elite. These voices are expressed in a private school within a context of economic, political and cultural globalization. A type of neoliberal educational choice, centred in competitiveness and in the school import of entrepreneurial mechanisms of regulation seems to be present. I discuss the powerful voices of young men and women, who narrate their schooling expectancies, their future insertion in the labour market and the way they constitute themselves as subjects. I explore the construction of young people pathways in between complementary socialization contexts, which provide the construction of young people as consumer citizens with gender, class and nationality routes and constraints.

Key words: neoliberal voice, powerful voices, consumption 'citizenship'

Eunice Macedo

Voix puissantes des jeunes de l'élite économique portugaise

Résumé : Cet article se concentre aux voix des jeunes d'une l'élite économique portugaise. Ces voix sont exprimées dans une école privée dans un contexte de mondialisation économique, politique et culturel. Un type de choix éducatif néolibérale, la quel est centrée sur la compétitivité et l'importation dans l'école des mécanismes de la réglementation du marché semble être présent. Je discute les voix puissantes des jeunes hommes et femmes, qui racontent leur aspiration de scolarisation, leur future insertion dans le marché du travail et la façon dont ils se constituent comme sujets. J'explore la construction des voies des jeunes dans des contextes de socialisation complémentaires, qui provident avec des routes et des contraintes de genre, classe et nationalité la construction des jeunes comme des 'citoyen' consommateurs.

Mots clés: voix néolibérale, voix puissantes, la 'citoyenneté' consommatrice

Ana I. Blanco Garcia

Dyslexia, school and social exclusion: A study from sociology about special education

Abstract: In this work we present the results of a qualitative research about "dyslexia" from the point of view of the actors (dyslexics themselves, their parents, and teachers). This is an unexplored arena from sociology point of view, so we think it is an insightful approach. It constitutes a social problem that affects an important volume of population, but for most, it remains hidden.
We have used a conflictivist and interactionist theoretical approach and research methods such as personal documents (life stories). We have worked in the perspective of the sociology "for" special education as a way to help those who are never be heard.

Keywords: dyslexia; social exclusion; conflict; social interaction; sociology of special education; learning disabilities

Ana I. Blanco Garcia

Dyslexie, école et exclusion sociale: une étude sociologique au sujet de l'éducation spéciale

Résumé: Nous présentons les résultats d'une investigation réalisée à travers des documents personnels, obtenus grâce à la réalisation de interviews entretiens en profondeur qui reflètent une réalité peu étudiée jusqu'au moment du point de vue sociologique, qui est celle des personnes dyslexiques dans son environnement scolaire et familier. Il s'agit d'un problème social qu'il touche une proportion remarquable de la population, mais que n'a pas été qualifié comme tel par l'environnement social, parce que constitue jusqu'au moment un dérangement invisible. La perspective théorique sur laquelle il est basé est conflictiviste et un interactionnaire et la méthodologie qualitative. Nous adoptons en conséquence les présupposes de la Sociologie au sujet de l'éducation spéciale avec l'intention de décrire ce qui signifie être dyslexique dans un monde dans lequel le lectoscripture est un prerequisite essentiel pour l'inclusion sociale et essayer de mettre en évidence les mécanismes par lesquels cette difficulté d'apprentissage devient un discapacité.

Mots-clés: dyslexie, exclusion sociale, conflit, interaction sociale, sociologie de l'éducation spéciale, difficultés d'apprentissage.

Configuracoes_5-6.indd S13:336 06-07-2010 09:57:18

João Areosa

Risks of a risk business: a case study in the hospital

Abstract: This paper shows the results of research conducted in a public hospital in an imaging service. Here, we will reveal some occupational risks of this activity, as well as their workers risk perceptions. The professional groups observed were: Doctors of radiology, doctors of Neuroradiology and radiology technicians.
The methodology used in this case study was field research with participant observation. In the operationalization of this method we used the interview as a technique for the collection of privileged information.
One of the main conclusions of this research shows that perceptions of risk in the service of imaging are heterogeneous. However, the risks much feared by workers are associated with exposure to ionizing radiation and biological hazards to the various hospitals.

Keywords: Risk, Occupational Risk, Risk Perception, Medical Imaging.

João Areosa

Les risques d'une affaire de risque: une étude de cas à l'hôpital

Résumé: Cet article présente les résultats de la recherche menée dans un service d'imagerie médicale d'un hôpital public. Nous allons révéler quelques risques professionnels de cette activité, ainsi que la perception des risques par les travailleurs. Les groupes professionnels observes sont les suivants : médecins de radiologie, médecins du service de neuroradiologie et techniciens de radiologie.
La méthodologie utilisée dans cette étude de cas a été la recherche sur le terrain avec l'observation participante. Dans l'opérationnalisation de cette méthode, nous avons utilisé l'entretien comme la technique de collecte d'informations par excellence.
Une des principales conclusions de cette recherche montre que les perceptions du risque dans le service d'imagerie sont hétérogènes. Toutefois, les risques redoutés par les travailleurs sont associés à l'exposition aux rayonnements ionisants et les risques biologiques transversaux au milieu hospitalier.

Mots-clés: risques, risques professionnels, perception du risque, imagerie médicale

Configuracoes_5-6.indd S13:337 06-07-2010 09:57:18

Fernando Bessa Ribeiro e Octávio Sacramento

Images, eroticism and cultures "on the road": Perspectives on Brazil as a tourist destination

Abstract: Tourism is a paradigmatic expression of the tendency, seemingly inexhaustible, for the commoditization of nature, culture and even sexuality. This produces the enlargement of what can be consumed as well as the creation of new tourist places. Considering these aspects, the text tries to discuss Brazil as tourist destiny, taken as relevant analysis some topics such as hybridism and sexuality. This theoretical reflection was wakened up by several periods of fieldwork accomplished by the authors since 2005 in Natal, capital of Rio Grande do Norte, a northeast Brazilian state.

Fernando Bessa Ribeiro e Octávio Sacramento

Images, l'érotisme et les cultures "sur la route": Perspectives sur le Brésil comme destination touristique

Résumé: Le tourisme est une expression paradigmatique de la tendance, apparemment inépuisable, de marchandisation de la nature, de la culture et même de la sexualité. Cela se traduit par l'élargissement de ce qui peut être consommé et par l'invention de nouveaux lieux de tourisme. C'est en considérant ces aspects que le texte fait la discussion du Brésil comme destination touristique, invoquant pour cela certaines idées comme l'hybridité et la sexualité, étant donné son importance dans le cas de l'analyse. Cette réflexion théorique a surgi durant les divers périodes de travail de terrain accompli par les auteurs depuis 2005 à Natal, la capitale du Rio Grande do Norte, un État du nord-est brésilien.

Configuracoes_5-6.indd S13:338 06-07-2010 09:57:18

Roselane Gomes Bezerra

Representations and ratings on an urban space "reclassified"

Abstract: Adopting the concepts of "requalified" urban space and "sex tourism" as the central argument, this article demonstrate that interventions in historical areas promotes the transformation in uses and appropriations, mediated by representations that identify legitimate and non-legitimate social practices in urban space. The empirical reference for this reflection was the Praia de Iracema neighborhood - located in Fortaleza city, State capital of Ceará-Brazil. Through an ethnographic research "native categories of attribution" were identified as linked to the classifications of this urban space as "degraded" and "a place of prostitutes and gringos".

Keywords: urban space; requalified; classifications; representations; degraded and native categories.

Roselane Gomes Bezerra

Représentations et classifications d'un milieu urbain «reclassé»

Résumé: À partir des notions de l'espace urbain «reclassé» et de «tourisme sexuel» en tant que sources de l'argumentation, cet article montre que les interventions dans les quartiers historiques encouragent la transformation des usages et des crédits par l'intermédiaire des représentations qui permettent d'identifier les pratiques sociales légitimes non légitimes dans l'espace urbain. Le référent empirique de cette réflexion a été le quartier de Praia de Iracema - situé dans la ville de Fortaleza, capitale du Ceará, Brésil. Grâce à une recherche ethnographique, nous avons identifié des «catégories indigènes de l'attribution», associées à la classification de cet espace urbain comme « détérioré» et un «lieu de prostituées et de gringos».

Mots-clés: l'espace urbain; requalifié; classifications; représentations; détérioré et catégories indigènes.

Configuracoes_5-6.indd S13:339 06-07-2010 09:57:18

Salomé Marivoet

Subcultures of football fans and violent hostilities – the portuguese case in the European context

Abstract: The violence in Portuguese sport, particularly in football, suggests an increase in tension at matches, arising not only from intensified rivalry, but also from increased distrust in the fairness assured at championships. In the development of violent hostilities between some 'claques', there has been an intensification in the forms of violence used, which in some cases have been extremely brutal with tragic consequences. The association of traditional stereotypical masculine values with the *ultra mentality* of the *loyal militant fan* will have created the conditions for an increase of violence within some 'claques'; thus the brawls that occur have become a *leitmotif* for the autonomous reproduction of violent rivalries in actions activated by *mechanical solidarities*.
.

Salomé Marivoet

Subcultures de fans de football et les hostilités violentes - le cas du Portugal dans le contexte européen

Résumé: La violence dans le sport portugais, en particulier dans le football, suggère une augmentation de la tension lors des matches, résultant de l'intensification de la compétition sportive, mais aussi de la méfiance accrue en ce qui concerne l'équité lors des championnats. Dans le développement des hostilités violentes entre certaines "claques", il y a eu une intensification de la violence utilisée qui, dans certains cas, a été d'une extrême brutalité avec des conséquences tragiques. L'association des stéréotypes traditionnels relatifs aux valeurs masculines avec la mentalité ultra du fan fidèle et militant aura créé les conditions qui ont mené à une augmentation de la violence au sein des claques. Ainsi les bagarres qui se produisent sont devenues un leitmotiv pour la reproduction autonome de rivalités violentes dans des actions déclenchées par les solidarités mécaniques.

Configuracoes_5-6.indd S13:340 06-07-2010 09:57:18

Daniel Seabra

Constituent elements of the identity of the "Super Dragões"

Abstract: The following text emphasizes the main established elements of the identity of «Super Dragões». The main figures of this group are hereby introduce, such as solidarity among its elements, the Ultra condition that they should take, the love of FC Porto and the importance it serves in their lives, the exaltation of the city of Porto and the depreciation of the main opposition club and the city of Lisbon. We present several speeches that highlight these values and the importance that they take for members of the supporters. A brief social profile of these is also outlined, covering sex, age, occupation and some of their wishes for the future. The place that "Super Dragões" occupy in the history of Ultra Portuguese Movement is also an important framework for understanding the identity of the supporters and are therefore also covered in this article.

Daniel Seabra

Éléments constitutifs de l'identité de la claque de "Super Dragões"

Résumé: Le texte suivant souligne les principaux éléments constitutifs de l'identité du groupe de supporters Super Dragões. Nous rapportons, pour cela, aux principales valeurs de ce groupe, tells comme la solidarité entre les membres, la condition Ultra que ceux-ci devront affirmer, l'amour au Football Club du Porto et l'importance que celui-ci tient pour eux, informant leurs vies quotidiennes, bien que l'exaltation de la cité du Porto et la dépréciation du principal club adversaire et de sa cité, Lisbonne. Se présentent ici plusieurs discours qui donnent évidence à telles valeurs, aussi que l'importance que ceux-ci supposent pour les membres de ce groupe de supporters (claque). On a délinée un bref profil social de ceux-ci, en envisageant celui comme le sexe, l'âge, l'occupation professionnelle et certains de leurs désirs pour l'avenir. L'encadrement du rôle que les Super Dragões occupent dans l'histoire du Mouvement Ultra portugais est très important pour la compréhension de l'identité du group de supporters Ultra du Football Club du Porto. C'est pour ça que nous le travaillons dans le présent article.

Configuracoes_5-6.indd S13:341 06-07-2010 09:57:18

Normas para a apresentação de artigos
Indicações gerais

1. *Configurações – Revista de Sociologia* publica trabalhos académicos inéditos em ciências sociais, sob a forma de artigos e recensões de livros, que possam contribuir para enriquecer o conhecimento científico da realidade social, no plano nacional e internacional. Procura-se equilibrar a publicação de trabalhos de investigadores seniores com a disseminação de trabalhos de jovens investigadores, que apresentem qualidade e originalidade.

2. Trabalhos provenientes de áreas afins, considerados com interesse para as ciências sociais, mormente para a Sociologia, poderão ser considerados para publicação. Pode aceitar trabalhos já publicados em língua estrangeira, mas inéditos em português. Os trabalhos originais em língua estrangeira deverão ser traduzidos.

3. Seguindo critérios internacionais de excelência, os trabalhos propostos para publicação são submetidos a avaliação independente por especialistas, em regime de anonimato. Com base nos pareceres emitidos, o Conselho de Redacção pode sugerir aos autores a revisão dos trabalhos.

4. O Conselho de Redacção reserva-se o direito de não publicar os trabalhos recebidos, sendo a decisão comunicada por escrito aos autores e apoiada em pareceres de especialistas.

5. Os artigos propostos devem vir acompanhados de um *curriculum vitae* resumido do(s) autor(es), contendo: nome, situação profissional, instituição/organização onde desenvolve a sua actividade, endereço, telefone, fax, e-mail.

6. Os trabalhos devem ser remetidos, em duplicado, para a seguinte morada: Revista Configurações – Centro de Investigação em Ciências Sociais, A/c Dra. Sofia Oliveira, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus Gualtar, 4710-057 Braga Portugal.

Os artigos devem obedecer às seguintes regras formais:

1. Dactilografados em páginas A4, a espaço e meio e tamanho de caracteres 12, acompanhados de uma versão em suporte digital com o respectivo ficheiro em Word, com indicação da versão usada.
2. Poderão ter como limite máximo aconselhável cerca de 25 páginas, incluindo notas, bibliografia, quadro, gráficos e figuras. Deve também ser apresentado um resumo do artigo com um limite máximo de 500 caracteres, em português, inglês e francês.

Configuracoes_5-6.indd S13:343 06-07-2010 09:57:18

3. As transcrições deverão ser colocadas entre aspas e os vocábulos em língua estrangeira deverão ser formatados em itálico.
4. Quadros, gráficos e figuras deverão ser numerados de forma contínua, com numeração árabe, para cada um dos elementos respectivos.
5. Os ficheiros originais dos quadros, gráficos e figuras devem ser enviados juntamente com o ficheiro do Word, quer sejam ficheiros de Excel, quer sejam ficheiros de outros programas (neste caso devem ser gravados na extensão JPG, GIP ou EPS).
6. As titulações deverão ser apresentadas em numeração árabe.
7. As notas de rodapé serão numeradas, sem parênteses, de forma contínua, do princípio ao fim do artigo.
8. A norma de citação adoptada será a anglo-saxónica (autor-data).

8.1.A bibliografia, apresentada de forma alfabeticamente ordenada e presente no final do artigo, obedecerá às seguintes regras:

– Apelido, Nome próprio (ano), *Título do livro*, Local de edição, Editor
– Apelido, Nome próprio (ano), "Título do texto", Nome da revista (em itálico), Volume, número, páginas
– Apelido, Nome próprio (ano), Título do texto, Nome próprio
– Apelido (org.), Título da Colectânea, Local de edição, Editor

Para trabalhos individuais:

– Autor/editor (ano), Título [Tipo de suporte], Protocolo disponível: Site// Path [data de acesso]

Artigos de revistas:

– Autor (ano, mês, dia), Título, Título da revista [Tipo de suporte], volume, páginas ou indicador de extensão, Disponível: Site//Path [data de acesso]

8.2. Para os recursos electrónicos serão usadas as seguintes regras:

Mensagens de Discussions lists:

– Autor (ano, mês, dia), assunto da mensagem, Discussions List [Tipo de suporte], E-mail disponível: DISCUSSIONS-LIST@mail.endereço [data de acesso]

Os originais devem ser enviados em duplicado por correio em suporte de papel; são necessárias duas cópias e uma versão em suporte digital com o respectivo ficheiro em formato Word, dirigidos à seguinte morada: Revista *Configurações* – Centro de Investigação em Ciências Sociais, A/c Dr.ª Sofia Oliveira, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga Portugal.

Configuracoes_5-6.indd S13:344 06-07-2010 09:57:18

Próximo número da revista:

Trabalho e não-Trabalho:
lugares, transições e (in)visibilidades

Configuracoes_5-6.indd S13:345 06-07-2010 09:57:18